UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

VANDRÉ APARECIDO TEOTÔNIO DA SILVA

A NOITE DO ESTADO NOVO: UM JORNAL A SERVIÇO DA DITADURA E VICE-VERSA (1940-1946)

(Versão Corrigida)

São Paulo

2018

VANDRÉ APARECIDO TEOTÔNIO DA SILVA

A NOITE DO ESTADO NOVO: UM JORNAL A SERVIÇO DA DITADURA E VICE-VERSA (1940-1946)

(Versão Corrigida)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo sob orientação do Prof. Dr. Marcos Antonio da Silva.

São Paulo

2018

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Silva, Vandré Aparecido Teotônio da. *A Noite* do Estado Novo: um jornal a serviço da ditadura e vice-versa (1940-1946) / Vandré Aparecido Teotônio da Silva; orientador Marcos Antonio da Silva. – São Paulo, 2018.
530 f.

Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. Estado Novo (1937-1945). 2. Imprensa brasileira. 3. Jornal *A Noite*. 4. Ditadura. 5. Jornalismo – história. 6. Meios de comunicação. I. Silva, Marcos Antonio da, orient. II. Título.

SILVA, Vandré Aparecido Teotônio da. *A Noite* do Estado Novo: um jornal a serviço da ditadura e vice-versa (1940-1946). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em História Social.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. ______________________________ Instituição: ______________________________
Julgamento: _________________________ Assinatura: ______________________________

Prof. Dr. ______________________________ Instituição: ______________________________
Julgamento: _________________________ Assinatura: ______________________________

Prof. Dr. ______________________________ Instituição: ______________________________
Julgamento: _________________________ Assinatura: ______________________________

Prof. Dr. ______________________________ Instituição: ______________________________
Julgamento: _________________________ Assinatura: ______________________________

Prof. Dr. ______________________________ Instituição: ______________________________
Julgamento: _________________________ Assinatura: ______________________________

Para a minha pequena Laura

AGRADECIMENTOS

À minha filha Laurinha, por ter trazido novos sentidos, poesia e colorido ao meu caminhar.

À minha querida esposa e companheira de luta Flaviana, por estar ao meu lado na minha jornada.

À minha família, que sempre me apoiou em meus projetos, por seu amor e carinho.

Aos meus amigos, camaradas, colegas e demais personas que colaboraram de modos distintos ao longo do desenvolvimento desta pesquisa.

Ao meu queridíssimo orientador, Professor Doutor Marcos Antonio da Silva, por sua parceria, amizade e pelas providenciais sugestões no decorrer do processo de orientação.

Aos membros da Banca de Qualificação, Professor Doutor Francisco Assis de Queiroz e Professora Doutora Ana Maria de Almeida de Camargo, pelas orientações que foram essenciais para a continuidade desta pesquisa.

Ao Professor Doutor Miguel Palmeira, pela camaradagem e pela troca de ideias durante a realização de disciplina ofertada pelo docente na fase de obtenção dos créditos acadêmicos.

Aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação em História Social, por todo auxílio prestado no decorrer da pesquisa.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro disponibilizado para o desenvolvimento desta pesquisa.

RESUMO

SILVA, Vandré Aparecido Teotônio da. *A Noite* do Estado Novo: um jornal a serviço da ditadura e vice-versa (1940-1946). 2018. 530 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

A presente tese de doutoramento tem como objetivo analisar como se deu o processo de apropriação do jornal *A Noite* pela ditadura do Estado Novo (1937-1945) ocorrido em março de 1940 e que se estendeu até agosto de 1946, quando o governo eleito de Eurico Gaspar Dutra vendeu o vespertino a uma sociedade anônima composta por seus funcionários. Encampado pelo regime, o jornal *A Noite* foi anexado às Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, organização estatal que congregava todas as empresas estatizadas por aquela ditadura. Sendo assim, busca-se verificar a contribuição de *A Noite* no projeto de comunicação social proposto pelo Estado Novo. O periódico ao mesmo tempo que apoiou abertamente a ditadura – inclusive, sendo apelidado pelos seus adversários de “Diário Oficial” -, também se beneficiou de sua condição, alcançando o jornal – bem como os demais veículos de comunicação pertencentes a *Empresa A Noite* - significativa ampliação comercial e jornalística. Dentro desse projeto de comunicação social oficial existiam alguns elementos que o norteavam, como a manutenção dos temários populares, característica que marcou o fazer jornalístico de *A Noite* desde antes da encampação, mas, também, a introdução de novos temas e abordagens baseados na cartilha comunicacional da ditadura. Entendendo o jornal enquanto protagonista da História e agente político interventor na realidade social, decidiu-se pela análise dos conteúdos jornalísticos produzidos por *A Noite* durante o período em que o vespertino esteve sob encampação do Estado Novo, abordando, sobretudo, como esses temários eram associados aos projetos comunicacionais daquele regime. Portanto, o papel desempenhado por *A Noite* no decorrer da ditadura estadonovista foi fundamental tanto para assegurar a efetivação desse projeto comunicacional oficial, quanto para o fortalecimento do vespertino enquanto empresa de comunicação. A associação do vespertino, forçada por meio da encampação, com a ditatura acabou criando laços comunicacionais que perduraram mesmo com a derrocada do Estado Novo, projeto comunicacional continuado no Governo Dutra.

Palavras-chave: Estado Novo (1937-1945); Imprensa Brasileira; Jornal *A Noite*; Jornalismo – História; Meios de comunicação.

ABSTRACT

SILVA, Vandré Aparecido Teotônio da. The Night of “Estado Novo”: a newspaper in the service of the dictatorship and vice-versa (1940-1946). 2018. 530 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

The present thesis aims to analyze how the process of appropriation of the newspaper *A Noite* by the Estado Novo (Brazilian dictatorship, 1937-1945) occurred in March 1940 that lasted until August 1946, when the elected president Eurico Gaspar Dutra sold the gazette to a joint stock company composed by his employees. Encouraged by the regime, the newspaper *A Noite* became part of the *Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional*, a state organization that congregated all the companies nationalized by dictatorship. Therefore, we seek to verify the contribution of *A Noite* in the social communication project proposed by the Estado Novo. The paper, while openly supporting the dictatorship - including being nicknamed by its opponents "*Diário Oficial*" (Official Journal) - also benefited from its condition, as the newspaper - as well as the other communication vehicles belonging to company *A Noite* – faced a significant commercial and journalistic expansion. Within this official social communication project, there were some elements that guided it, such as the maintenance of popular themes, a characteristic that marked the journalistic work of *A Noite* since before the expropriation, but also the introduction of new themes and approaches based on the communication rules of dictatorship. Understanding the newspaper as a protagonist of history and a political agent intervening in social reality, it was decided to analyze the journalistic content produced by *A Noite* during the period in which the paper was under Estado Novo rule, especially addressing how these topics were associated to the communicational projects of that regime. Therefore, the role played by *A Noite* in the course of the Portuguese-speaking dictatorship was fundamental both to ensure the effectiveness of this official communication project, and to strengthen the newspaper as a communication company. The gazette association, forced through the expropriation, with the dictatorship, ended up creating communication ties that lasted even after the collapse of Estado Novo, a continuous communication project in the Dutra Government.

Keywords: Estado Novo (1937-1945); Brazilian Press; Journal *A Noite*; Journalism - History; Media.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

A presente tese de doutoramento objetiva analisar como se deu o estabelecimento de relações entre a ditadura do Estado Novo (1937-1945) e o vespertino carioca *A Noite* entre os anos de 1940 e 1946. Para isso, optamos pela leitura integral das edições do periódico que foram publicadas no Rio de Janeiro entre os meses de março de 1940 a agosto de 1946, período que corresponde à fase em que o jornal *A Noite* foi encampado e anexado ao quadro das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional (EIPN), autarquia criada pelo regime estadonovista responsável pela administração das instituições que compunham o acervo da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e, dentre as diversas organizações a ela atreladas, a *Empresa A Noite*, sociedade anônima proprietária do periódico e que também controlava outros veículos de comunicação, como a *Rádio Nacional*, jornais, revistas, editora e demais estabelecimentos voltados a informação e entretenimento.

Com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em dezembro de 1939, os meios de comunicação no Brasil sofreram processos intervencionistas por parte do Estado Novo, acarretando, assim, na formação de um projeto de comunicação social de massas. Sendo assim, o programa de comunicabilidade criado pela ditadura objetivou inserir práticas comunicacionais permeadas por atos censórios prévios que interferiram nos fazeres jornalísticos da imprensa durante o período, especialmente, através da instauração de processos disciplinares e/ou punitivos que eram impetrados e julgados pelo Conselho Nacional de Imprensa (CNI)[1], órgão que tinha como uma de suas atribuições apreciar os casos de "abuso de imprensa", ou seja, a publicação de informações produzidas por meios de comunicação que iam contra o projeto oficial de comunicabilidade do regime. Não é coincidência que tão logo o DIP foi criado, os processos de interdição na imprensa foram colocados em prática: em março de 1940, em São Paulo – centro financeiro e industrial do país - o regime expropriou o jornal *O Estado de S. Paulo* alegando que seus dirigentes confabulavam contra o Governo Federal; no Rio de Janeiro – sede política da ditadura -, sob a justificativa de "defesa dos interesses nacionais", o Estado Novo estatizou a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, proprietária do

---

[1] O CNI foi criado no início de 1940, poucos meses após o surgimento do DIP, dezembro de 1939, tendo como primeiro presidente o jornalista Pedro Timóteo. A escolha do jornalista foi amplamente comemorada por *A Noite* (*A Noite*, 8 mar. 1940, p. 2, 2. ed.).

grupo *Empresa A Noite*, e, por tabela, angariou um pequeno conglomerado de empresas de comunicação que desfrutava de grande popularidade. Tanto o periódico *A Noite* quanto a *Rádio Nacional*, os maiores representantes da organização, passaram por processos de modernização, editorial e administrativa, ao longo do período em que estiveram encampados pela ditadura estadonovista (1940-1946).

Contudo, diferentemente do que parte da produção historiográfica da imprensa aponta – Sodré (1999) e Bahia (1990), citando dois exemplos -, o Estado Novo não apenas censurou, mas também, arregimentou jornalistas, intelectuais, escritores e entidades representativas da classe jornalística para que esses atores políticos colaborassem com o seu projeto de comunicação oficial. O Estado Novo introduziu práticas jornalísticas e de comunicabilidade contando com o apoio de veículos midiáticos ideologicamente coesos em torno dos projetos oficiais de Brasil que aquela ditadura procurou implantar: o regime se mostrou um exímio produtor de informações que, veiculadas através do jornal *A Noite* – e de outras instituições jornalísticas interditadas – procurou construir seu projeto de comunicabilidade visando a autolegitimar seu protagonismo enquanto agente histórico.

Isto posto, nosso corpus documental se limitou à análise de um único tipo de fonte[2], pois compreendemos o jornal como uma instituição privada produtora de bens culturais que cumpre funções diversas que vão além de um aparente "informar": os meios de comunicação, em nosso caso os jornais diários, desempenham seu papel como atores políticos e históricos que intervêm, através da cotidianeidade da informação, na sociabilidade. Nesse sentido, compartilhamos com Capelato e Prado (1980) a noção de que um jornal consiste em um "[...] instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social" (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 19), entendendo, portanto, manipulação e intervenção num sentido que não é pejorativo e sim como indicações da presença ativa da imprensa na sociedade onde ela existe.

Tomamos emprestadas as noções da Teoria do Temário, hipótese desenvolvida por Alsina (2009) que sugere a existência de um processo de construção da notícia que se baseia não apenas em práticas de manipulação do leitor e das audiências, mas também, objetiva a formatação de temas, ou pautas, que visam a

---

[2] Quanto à materialidade da fonte, a pesquisa contou com as edições de *A Noite*, suporte digital, disponibilizados pela Hemeroteca Digital Brasileira, website ligado a Biblioteca Nacional e que possuí em seu acervo uma rica diversidade de jornais brasileiros. Ver em: http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em: 1 de dezembro de 2015.

legitimar projetos de comunicação social que têm a pretensão de formar um consenso comunicacional (ALSINA, Miguel Rodrigo, 2009).

Entretanto, a imprensa não deve ser tomada tão somente como um reflexo da ideologia das classes dominantes, mas também, como sugeriram Cruz e Peixoto (2007), é essencial questionar e "[...] superar pela análise a ideologia da objetividade e da neutralidade da imprensa que, construída historicamente, se nos confronta como um dado de realidade: a imprensa não se situa acima do mundo ao falar dele". (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258). Sendo assim, os jornais e demais veículos de comunicação devem ser compreendidos enquanto atores históricos que, dotados de historicidade, colaboram com a "[...] produção de hegemonia, a todo o tempo, articula uma compreensão da temporalidade, propõe diagnósticos do presente e afirma memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com as quais pretende articular as relações presente/passado e perspectivas de futuro" (Idem, p. 259).

Durante o período analisado, a imprensa foi caracterizada pela historiografia como refém de um Estado algoz que procurou silenciá-la a todo custo, seja por meio de práticas censórias ou através da concessão de favores fiscais e políticos às empresas do ramo, objetivando, assim, legitimar uma "verdade oficial" (GOULART, 1990). É pertinente ressaltar que o processo de intervenção oficial do Estado Novo na imprensa foi conduzido por interesses que foram delineados por ambos os lados da relação comunicacional: o Estado, procurando arregimentar os profissionais da informação, buscando, sobretudo, publicizar seu projeto de comunicação social; e a imprensa que, embora controlada por um regime ditatorial, procurou se aproximar do Governo Federal para sobreviver ao ambiente de restrições à liberdade de expressão[3].

Tanto Juarez Bahia (1990) quanto Nelson Werneck Sodré (1999) - tomando como exemplo dois autores que consolidaram uma determinada maneira de compreender os meios de comunicação durante o período - caracterizam a história da imprensa brasileira ao longo do Estado Novo como uma instituição que se mostrou incapaz de fugir das "amarras" do Estado interventor. No entanto, os processos de

---

[3] Retomo e amplio o universo temático e metodológico de minha pesquisa de Mestrado em História Social, realizada sob a orientação de Prof. Dr. Marcos Silva: SILVA, Vandré Aparecido Teotônio da. *"Notícias do Rio"*: A intervenção no jornal *O Estado de S. Paulo* e a autolegitimação do Estado Novo (1939-1945). Dissertação de Mestrado em História Social, defendida na FFLCH/USP. São Paulo: digitado, 2012. Os resultados desta pesquisa, em texto ampliado e revisado, foram publicados em formato livro: SILVA, Vandré Aparecido Teotônio da. *"Notícias do Rio"*: a intervenção no jornal *O Estado de S. Paulo* e a autolegitimação do Estado Novo (1939-1945). São Paulo: EDUSP/Nankin Editorial, 2015.

interdição estatal dos veículos de comunicação social, sobretudo de jornais paulistas e cariocas, pautou-se por momentos de franca oposição destes órgãos à ditadura quanto de concessões realizadas pelo governo estadonovista. Tais posicionamentos situacionistas da própria imprensa, para não dizer oportunistas, configuraram um jogo de forças entre o Estado e as empresas de comunicação, sendo que, parte dessa imprensa optou, forçosamente ou não, por dar continuidade a sua vida empresarial em troca do apoio aos projetos políticos implantados por aquela ditadura.

Diferentemente do que a própria historiografia da imprensa apontou, a análise documental do periódico *A Noite* denota que a imprensa estabeleceu com o governo ditatorial de Getúlio Vargas um relacionamento situacionista: quando era conveniente apoiar as propostas comunicacionais e políticas do Estado Novo, as empresas jornalísticas procuraram louvar algumas ações do regime e, por outro lado, quando esses projetos oficiais esbarravam nos interesses comerciais e políticos, os veículos de comunicação estabeleceram uma oposição ferrenha ao regime. O que se pretende com tal assertiva é ampliar as análises sobre o relacionamento dos “homens de pena”, particularmente, empresários, administradores e jornalistas, com o governo autoritário de Vargas, onde ambos os núcleos foram igualmente protagonistas do jogo político que se delineou com a passagem da imprensa de órgão autômato para instituição de caráter público, entendida pelo regime estadonovista como sinônimo de estatal (HABERMAS, 1986).

Baseando-se nessa noção, a análise documental da produção jornalística de *A Noite* evidencia a construção de uma identidade política da imprensa que passou a assumir durante o Estado Novo um duplo caráter (público e privado). Acreditamos que a imprensa do período assumiu as funções de formação e informação: formação em relação à “opinião pública”, seja como expressão ou como configuração de consciências políticas; e informação, configurando-se seu compromisso com a objetividade e com a “verdade”, vistas pelos dirigentes do vespertino como cópia do real. A imprensa, enquanto mediadora das relações entre o Estado e os leitores, caracteriza-se por uma interpenetração das esferas pública e privada (Idem, 1986).

Entretanto, a própria memória da imprensa, permanentemente construída e reconstruída pelas empresas jornalísticas e seus representantes junto aos profissionais da História que a estudariam depois, procurou, *a posteriori*, desvincular suas imagens, enquanto instituições autônomas, e sua proximidade com o Estado Novo. Assim sendo, mais do que um Estado apenas “algoz”, pintado com cores negras pela memória da imprensa brasileira e por parte da historiografia, o regime

estadonovista arregimentou os “homens de pena”, alcunha utilizada pelo discurso oficial que, objetivando ganhar a batalha comunicacional estabelecida com a instauração do Estado Novo em 1937, soube aproveitar os serviços de comunicação social prestados pelas instituições produtoras de informações.

Procurar-se-á, portanto, compreender os processos de intervenção oficial na imprensa durante o Estado Novo, especificamente, no vespertino *A Noite* durante sua trajetória comunicacional nos quase seis anos em que esteve sob administração direta do Estado, consolidando, desta maneira, fazeres jornalísticos aliados à ideologia oficial da ditadura. Ressignificando a identidade do periódico, tanto por meio da censura como da autocensura, seus administradores buscaram manter o seu status de empresa jornalística enquanto servia, sem reservas, como veículo de comunicação voltado para as classes populares como consumidoras.

O jornal *A Noite* pode ser classificado não apenas enquanto um veículo oficial do regime: parte da historiografia da imprensa adotou a noção de que o jornal *A Noite* era o “Diário Oficial” do Estado Novo - expressão utilizada na época objetivando desqualificar a produção jornalística do vespertino pelo fato dele estar alinhado a uma ditadura –; no entanto, a análise documental mostrou que tanto o jornal quanto o regime obtiveram vantagens: a ditadura se valeu da popularidade de *A Noite* para veicular seu projeto de comunicação social e o vespertino, por sua vez, aproveitou-se dessa proximidade com o Estado Novo para poder colocar em prática seus próprios planos de expansão comercial, editorial e política que, em 1946, culminaram na independência jurídica e administrativa da *Empresa A Noite*, resultado de uma campanha liderada pelos funcionários de *A Noite* e que teve apoio de amplos setores da sociabilidade carioca. Os dois lados buscaram maximizar os ganhos que essa relação poderia proporcionar. Nesse sentido, na visão dos jornalistas, editores e redatores de *A Noite* – dos quais muitos permaneceram após a encampação -, o jornal se fortalecia financeiramente ao estar ligado indiretamente ao Governo Federal, ao mesmo passo que cumpria o seu papel de “instituição de interesse público” preconizado pela Constituição de 1937.

Sendo assim, tanto a análise documental da produção jornalística de *A Noite* – que chegou a publicar até três edições por dia – quanto a problematização da produção historiográfica sobre a história da imprensa durante o Estado Novo, denotam a existência de um projeto de comunicação social oficial baseado em algumas noções e temários que foram publicizados por *A Noite*. Dentro desse projeto, alguns elementos eram valorizados pelo vespertino enquanto que outros serviam como

munição na batalha comunicacional de defesa da ditadura. Quando o Estado Novo desmoronou em 1945, o vespertino teve que encontrar novos caminhos para prosseguir como uma empresa de comunicação autônoma, contudo, as heranças estadonovistas foram resgatas por *A Noite* logo após a eleição presidencial de Eurico Gaspar Dutra em 1946.

Isto posto, abordaremos no Capítulo I como se deu a consolidação de uma abordagem historiográfica sobre as relações entre imprensa e Estado Novo. Essas análises sobre os meios de comunicação durante o período compreendem as intervenções daquela ditadura apenas enquanto exemplos de força política/policial, tornando-os, especialmente, apenas casos de censura à liberdade de imprensa/expressão; no entanto, verificaremos que o Estado Novo vai muito além da censura e interdição, formatando, sobretudo, modelos de comunicação social e de fazeres jornalísticos que foram amplamente abraçados pela direção de *A Noite*.

Desta maneira, analisaremos como ocorreu o processo de encampação do jornal que, em poucos meses sob a nova administração, rapidamente se adequou à cartilha comunicacional do regime ao introduzir novos temários que visavam a validar a atuação do Estado Novo no trato social. Contudo, algumas temáticas de apelo popular – tais como o noticiário policial – foram mantidas pela nova direção.

A Noite, argumentando assumir o papel de mediador das demandas das populações pobres da Capital Federal, desenvolveu campanhas populares que objetivavam a consolidação de sua autoimagem enquanto defensor dos interesses populares; entretanto, a construção dessa narrativa jornalística visou também a alavancar a venda de exemplares, parte da estratégia de expansão comercial implantada pela *Empresa A Noite*.

O alinhamento do jornal com o projeto de comunicação social do Estado Novo será o assunto tratado no Capítulo II. A análise da produção jornalística de *A Noite* demonstrou como elementos fundamentais da ideologia estadonovista foram trabalhados por *A Noite* dentro dessa estratégia de comunicação social. As ações governamentais de combate e perseguição policial/política contra o movimento comunista foram transformadas pelo jornal em uma raivosa campanha de demonização e criminalização do Comunismo no Brasil.

Por outro lado, o mesmo vespertino que compartilhava com a ditadura o seu ódio aos militantes comunistas, também fez questão de celebrar o Estado Novo: em ritmo de festa, o jornal registrou com detalhes as festividades do calendário oficial da ditadura. Do aniversário de Vargas até às comemorações de caráter cívico – como a

comemoração do *10 de novembro*, marco temporal e histórico do golpe de 1937 -, *A Noite* se fez presente nesses eventos buscando publicizar uma sociedade propagada como “harmoniosa”. A cordialidade social também reinava nas relações estabelecidas entre os “homens de pena” e os “homens de Estado”, personagens de um jogo político que possuía suas tensões próprias e que evidenciam em suas falas as táticas governamentais de arregimentação no campo jornalístico.

A produção noticiosa de *A Noite* denotava que os profissionais da imprensa conseguiam alcançar objetivos diversos, sobretudo a obtenção de direitos profissionais e melhores condições de trabalho em troca da declaração pública de apoio ao regime – que se dava de muitas maneiras. Por fim, constituindo a base do projeto de comunicação social do Estado Novo apresentaremos como a construção de uma imagem positiva de Getúlio Vargas pelo jornal não ficou restrita à noção difundida de “Getúlio, pai dos pobres”: o ditador, adornado pelo jornal com múltiplos adjetivos, não baseava sua popularidade apenas através de seu contato com os pobres, mas com toda a sociedade, donde a ideia de “união nacional” em torno do líder ter sido amplamente divulgada nas páginas de *A Noite*.

No Capítulo III, analisaremos como a proximidade da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) do Continente Americano – sobretudo, após o ataque japonês à base estadunidense de *Pearl Harbor* - acarretou no alinhamento dos países americanos em torno da liderança continental estadunidense. A escolha do Brasil para sediar a III Conferência dos Chanceleres Americanos se desdobrou em um redirecionamento dos interesses políticos estadonovistas: se até aquele momento, o regime pregava a neutralidade como regra – e não como prática -, o encontro de ministros das Relações Exteriores americanos realizado no Rio de Janeiro e, sobretudo, os resultados daquela Conferência desencadearam um reposicionamento da ditadura que, sob novo figurino, procurou comprovar com ajuda de *A Noite* que ela também poderia ser chamada de “democrática”.

A aproximação com os Aliados e o torpedeamento constante de navios mercantes e de passageiros nacionais ao longo do litoral brasileiro levaram a ditadura a romper diplomaticamente com os países que compunham o Eixo, em um primeiro momento, para depois declarar Estado de Beligerância e de Guerra. Esses acontecimentos impactaram o cotidiano de diversos imigrantes japoneses, italianos e alemães – os “súditos do Eixo” –, que sofreram restrições econômicas, sociais e culturais sendo permanentemente perseguidos pela polícia, medidas policialescas que eram ovacionadas por *A Noite*.

Além dos “súditos”, o vespertino, solidário com as causas estadonovistas, lançou-se em uma vigorosa campanha contra o que ele classificou como “elementos quinta-colunistas”: os simpatizantes do Eixo, os derrotistas, os sabotadores e os espiões foram personagens que habitaram o universo conspiratório do vespertino que, explorando cotidianamente esse temário, auxiliou na criação de uma comunidade de delatores.

Outra campanha divulgada por *A Noite* foi a do racionamento/tabelamento imposta pela ditadura. Buscando legitimar as ações oficiais que restringiam a liberdade do mercado consumidor, em razão da crise de abastecimento agravada pelo conflito mundial, o vespertino apoiou as “medidas amargas, mas necessárias”, promovendo o linchamento comunicacional contra os “exploradores da bolsa do povo”: de acordo com a ótica estadonovista do periódico, o esforço de guerra deveria começar dentro de casa, mas também através de denúncias da população contra os comerciantes que não seguiam à risca a lei de racionamento ou a tabela oficial de preços.

A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial e o levantamento de uma nova bandeira – as campanhas de mobilização civil e militar –, associadas ao que chamamos de “expansão Costa Neto”, serão a temática do Capítulo IV. Os movimentos civis de participação no esforço de guerra fizeram despontar em *A Noite* uma nova personagem: Darcy Vargas. Liderando os civis através do voluntariado, a imagem da primeira dama construída pelo jornal sofreu modificações após a decretação do Estado de Guerra contra a Alemanha e a Itália em agosto de 1942 (o Brasil só foi declarar guerra ao Japão em 1944): de “mãe dos pobres”, restringindo sua atuação às obras assistencialistas dos projetos coordenados pela Fundação Darcy Vargas, a esposa de Getúlio passou a despontar como uma figura carismática e dotada de grande poder mobilizador, sobretudo feminino. Desta maneira, as ações da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e demais entidades beneficentes tocadas pela primeira dama proporcionaram-lhe acesso a capitalistas, empresários, industriais, donos de cassinos, teatros e demais figuras endinheiradas dos círculos elitistas cariocas que patrocinavam seus projetos – claro, visando a angariar a simpatia de Vargas e correligionários: para as “classes conservadoras” era interessante (política e financeiramente) estar próximo da ditadura.

Convencer uma sociedade para a guerra foi uma tarefa que exigia do Estado Novo duas estratégias básicas de comunicação: sensibilização e medo. Sendo assim, *A Noite* contribuiu divulgando as campanhas de mobilização civil em prol do esforço

de guerra. Analisaremos como elas colaboraram com o projeto do Estado Novo de mobilização geral da nação, argumento legitimador da ditadura como suposto regime de todos. Verificaremos que o Estado Novo não estava sozinho nessas campanhas, mas tinha grande colaboração de entidades beneficentes e de assistência emergencial que o auxiliaram na organização de um “batalhão de voluntárias”. As atividades desenvolvidas por essas mulheres em favor do esforço de guerra, sob a chefia de Darcy Vargas, proporcionaram uma transformação de como o jornal tratava o feminino: na cultura política estadonovista, dominada pelos homens, a guerra levou as mulheres a assumirem o papel de protagonistas na defesa civil interna e as qualidades domésticas louvadas pelo jornal deram lugar à glorificação de sua força, física e simbólica, na colaboração para a vitória Aliada.

Como *A Noite* baseou seus projetos de comunicação na promoção de temários que correspondiam à cartilha comunicacional da ditadura, a campanha para levar a Força Aérea Brasileira (FAB) e a Força Expedicionária Brasileira (FEB) para o “teatro de operações” da guerra foi publicizada pelo vespertino como sinônimo da força interna do Estado Novo. Contudo, preparar militarmente um país para a guerra foi um desafio para a ditadura, que se mostrou cada vez mais dependente militar e financeiramente dos Estados Unidos. Após meses de ensaios militares e grande campanha a favor da “modernização das Forças Armadas” para, só então, obter a chancela estadunidense para que os aviadores da Aeronáutica e os “pracinhas” do Exército brasileiro pudessem morrer e matar em nome da “democracia” sob a representatividade de uma ditadura. Os “Feitos da FAB e da FEB” foram exaltados pelo periódico, que construiu, através de suas narrativas de guerra, uma imagem heroica desses homens. Por outro lado, apadrinhando soldados da FEB, *A Noite* se transformou em uma “Madrinha do Soldado Combatente”, programa promovido pela Legião Brasileira de Assistência que enviava correspondências, objetos de uso pessoal e pequenos mimos aos “pracinhas” no gélido front italiano.

Enquanto os militares alargavam seus domínios territoriais no front europeu, a *Empresa A Noite* também possuía seu próprio projeto expansionista: a “expansão Costa Neto”, movimento por nós nomeado que foi encabeçado pelo superintendente das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional que, também, exercia o cargo de presidente da *Empresa A Noite*. O “Coronel Costa Neto” tinha como objetivo ampliar o alcance e o poder econômico das empresas de comunicação do grupo, sobretudo da *Rádio Nacional* e do jornal *A Noite*, mas também procurou adquirir outros jornais, revistas, editoras, livrarias e emissoras de rádio, sem contar a fábrica de papel e a de

tinta de impressão, possibilitando para *A Noite* a primazia de ser o primeiro jornal do Brasil a ser impresso com tintas e papel de imprensa nacionais.

Por fim, o Capítulo V abordará como o jornal tratou o processo de desmoronamento do Estado Novo e, mantendo-se fiel a Vargas até a sua renúncia após um golpe jurídico-civil-militar liderado por antigos e novos inimigos, os “carangos” do Estado Novo, o que obrigou *A Noite* a se dispor de novas armas comunicacionais: colunas e artigos que passaram a tratar do temário política que, assinadas ou sem autoria, saíram em defesa daquela ditadura que caía.

Sem Getúlio, a administração das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional (EIPN) foi trocada pelo Governo Provisório de José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal indicado por Vargas – portanto, um “carango”, que participou ativamente para a queda do ditador. Como Presidente Provisório - cargo que seria por ele ocupado até que as eleições fossem realizadas e o novo presidente eleito tomasse posse –, Linhares indicou Castro Junior para o lugar do Coronel Costa Neto, fato que levou o novo superintendente a nomear Joaquim Thomaz para a direção do vespertino *A Noite*.

Embora fosse desejo de Vargas protagonizar a passagem de poder para o próximo “Chefe da Nação” vitorioso nas urnas, a oposição, liderada pelos “políticos profissionais” da União Democrática Nacional (UDN) – ou seja, velhos desafetos de Getúlio e de seu grupo político, do qual, *A Noite* também fazia parte – que, auxiliados pelo Exército e pelo Judiciário, empreenderam fervorosa campanha contra Vargas e “sua” ditadura. Nesse sentido, o mesmo jornal que louvava a figura do líder estadonovista, com a nova administração de Joaquim Thomaz, passou a atacar diretamente tudo o que representava a ditadura, sobretudo, o próprio Getúlio. Ao mesmo tempo, os novos colunistas e diretores de *A Noite* deram início a sua campanha para aquisição do conglomerado de comunicação *Empresa A Noite* e, objetivando lograr êxito, engrandeceram o papel desempenhado por José Linhares como presidente interino.

O projeto de comunicação da nova administração do periódico era baseado em velhas práticas comunicacionais herdadas do Estado Novo: tanto *A Noite* quanto o Governo Provisório de José Linhares alegaram enterrar resquícios da ditadura deposta, mas, também, mantiveram alguns aspectos estadonovista em seus fazeres. Embora os funcionários do vespertino tentassem agradar a Linhares adotando seus projetos temporários de Brasil - objetivando comprar a *Empresa A Noite* –, o

magistrado-presidente preferiu deixar o assunto para ser resolvido pelo presidente que seria escolhido nas eleições federais de 2 de dezembro de 1945.

Dutra, aposta eleitoral de *A Noite* desde o início da campanha eleitoral, iniciada em fevereiro de 1945, acabou se elegendo, derrotando "o brigadeiro" – chacota sobre a patente militar de Eduardo Gomes, presidenciável da UDN – com mais um milhão de votos. Finalmente, após meses de embates entre os colunistas de *A Noite* – representando Dutra e o PSD – rebatendo comentários irônicos e acusações dos jornalistas do *Diário Carioca* – jornal do conglomerado de comunicação concorrente pertencente a Assis Chateaubriand -, o plano de *A Noite* de se emancipar da tutela estatal havia funcionado. Restava apenas reforçar um pouco mais sua simpatia pelo Governo Dutra que, como veremos, já era antiga.

Logo após a posse de Dutra na presidência, ocorrida no final de janeiro de 1946, o velho correligionário do vespertino trocou o superintendente das EIPN, indicando Leonydas Machado para o cargo. Machado, como também ocupava a presidência da *Empresa A Noite*, tal como Costa Neto – devolveu a direção do jornal para Gil Pereira, um dos diretores de *A Noite* dos tempos de ditadura estadonovista. Interessado no projeto de compra do jornal pelos funcionários do vespertino, na qual ele se incluía, Pereira colocou os serviços de comunicação de *A Noite* à disposição do mais novo padrinho político do periódico, Dutra, visando, claramente, a efetivar a negociação de compra da *Empresa A Noite* com o velho correligionário.

A encampação do jornal *A Noite* pelo Estado Novo serviu aos propósitos comunicacionais do regime que procurou manipular sua autoimagem conforme as conveniências do momento. O jornal, por sua vez, aproveitou essa tutela para crescer administrativamente – e financeiramente, é claro -, valendo-se de favorecimentos e facilidades proporcionadas por sua proximidade com a ditadura, situação de que nem todos os órgãos de comunicação da época "usufruíam". Mantendo-se fiel a seu tutor, ao menos enquanto o Estado Novo durou, *A Noite* apoiou Vargas até à derrocada final do Estado Novo, para depois, com a mudança para o governo Dutra, eleito em 1946, passar a ver no político do Partido Social Democrata (PSD) - e ex-ministro da Guerra de Getúlio – o seu novo padrinho político: através da campanha promovida pelos empregados do vespertino, e apoiada por diversos setores sociais, cariocas e brasileiros, buscaram a autonomia jurídica e administrativa da *Empresa A Noite*.

O jornal *A Noite*, ao longo do tempo em que esteve encampado (1940-1946), colocou à disposição da ditadura seus serviços, e vice-versa.

CAPÍTULO I – INTERVENÇÕES DO ESTADO NOVO NA IMPRENSA: o caso d´*A Noite*

> *No aplauso direto da opinião pública, a cujos sufrágios devemos a solidez do patrimônio material e cultural que esta casa representa, sentimos, nos dias presentes, as poderosas manifestações da consciência brasileira, alertada pelos perigos que rodeiam a existência e a independência dos povos educados no regime da paz e na harmonia de sues relações internacionais. A imprensa, do mesmo passo que traduz as inquietações resultantes da gravidade das circunstâncias históricas, o flexível instrumento de unificação das forças nacionais. Os deveres patrióticos, que neste particular nos cabem, temo-los cumprido com firmeza e sem alarde. A pior política, porque é a que desagrega a perturba, é a que pretende estabelecer gradações ou colorações no patriotismo dos brasileiros, com a arbitrária ou caprichosa distribuição de rótulos de procedência suspeita* (*A Noite*, 18 jul. 1942, p. 1, 1. ed.).

1.1 Imprensa e Estado Novo: abordagens historiográficas sobre a relação ambivalente entre esses atores sociais

A complexidade em compreender o papel desempenhado pela imprensa escrita brasileira durante o Estado Novo fica evidente quando o pesquisador da área se depara com uma multiplicidade de documentos e produções bibliográficas que buscaram explicar as relações de poder estabelecidas entre os meios de comunicação e a ditadura. O resultado dessa amplidão documental e teórica, presente tanto nos estudos no campo da Comunicação quanto no da História, resultaram em perspectivas analíticas múltiplas que possuem como ponto de aproximação a

formatação de uma determinada forma de pensar as relações estabelecidas entre os meios de comunicação de massa e os governos de cunho autoritário.

Das primeiras obras que trataram do assunto até as mais recentes - estas revisadas e alinhadas com novas formas de interpretação metodológica da imprensa que procurou, sobretudo, estabelecer um diálogo com os aportes teóricos oriundos de estudos da Comunicação -, o tema “Estado Novo” pode aparentar, num primeiro momento, que já foi analisado em demasia. Entretanto, uma análise mais cuidadosa dessa produção científica sobre o papel dos meios de comunicação e da ditadura evidencia, essencialmente, a necessidade da ampliação dessas abordagens acerca do protagonismo histórico dessas instituições na época e de seus relacionamentos, tanto amistosos quanto conflituosos, com regimes autoritários como o Estado Novo.

Tanto nas obras de autores considerados “consagrados” pela historiografia da imprensa quanto nas abordagens mais contemporâneas, há certa unanimidade em se construir uma imagem do Estado Novo como um símbolo da opressão sistemática, pura e simples, dos meios de comunicação de massa, especialmente, quando essas abordagens se debruçam sobre os jornais. Deste modo, cabe aqui uma advertência: essa tese não tem como objetivo discordar desta constatação, pois o Estado Novo, indubitavelmente, foi um regime autoritário, repressor, controlador e centralizador que estabeleceu, sobretudo, um abominável tratamento aos fazeres jornalísticos.

A ditadura estadonovista colocou em prática sua visão autoritária sobre a função política dos meios de comunicação através de um sistema comunicacional marcado pela manipulação, pela censura e, especialmente, pela propaganda política moderna voltada para a conquista dos corações e mentes das massas. Contudo, esse relacionamento imprensa-ditadura não se pautou somente por conflitos e tensões, mas, igualmente, foi construído através de negociações, jogos de força, favorecimentos e políticas públicas de comunicação social que tinham como meta a arregimentação desse campo cultural e empresarial, os chamados “homens de pena”, que foram cooptados, voluntariamente ou não, para colaborarem para a implantação de um projeto de comunicação social oficial idealizado pelo regime (*A Noite*, 5 abr. 1944, p. 1-2, 2. ed.).

Desta maneira, o Estado Novo chamou parte desses profissionais da imprensa para participarem da administração de jornais que se encontravam sob a tutela governamental – tal como ocorreu com o matutino paulista *O Estado de S. Paulo*, interditado também em 1940. Especificamente, o vespertino carioca *A Noite*, criado em 1911, gozava de grande prestígio junto ao seu público leitor antes mesmo de sofrer

o processo de encampação. Adquirir esses periódicos, por vias diversas, constituiu parte de um conjunto de estratégias comunicacionais da ditadura que tinha como fim a implantação de projetos de Brasil baseados na ideologia oficial.

O relacionamento entre os meios de comunicação e o Estado durante o período foi construído, paulatinamente, por uma extensa rede de atores sociais: ideólogos, burocratas, policiais, militares, juristas, dirigentes esportivos, historiadores, sociólogos, jornalistas, redatores, editores, proprietários de jornais e revistas, profissionais do rádio, artistas, cantores, entidades e associações ligadas à classe jornalística - especialmente o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro (SJPRJ) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e, não menos importante, pela própria imprensa periódica.

Edgard Carone (1977), por exemplo, buscou estender a caracterização do período que antecede a ditadura propriamente dita (1930-1937) ao identificá-lo, diretamente, com a fase ditatorial do governo Vargas autodenominada Estado Novo (1937-1945), criando, assim, uma periodização que pode se tornar uma armadilha para o pesquisador desatento: do Governo Provisório (1930-1934) e Governo Constitucional (1934-1937) até as vésperas do golpe de 1937, o governo de Getúlio Vargas, mesmo que não eleito democraticamente por meio de eleições diretas era, para todos os efeitos, um governo constitucional. Nesse sentido, é importante ponderar também que a fase 1930-1937 constituiu, por outro lado, numa espécie de antessala da ditadura imposta em novembro de 1937.

O processo inicial de controle censório aos meios de comunicação foi efetivado com a decretação da Constituição de 1937, onde a imprensa, sobretudo a escrita diária, foi caracterizada como uma instituição de caráter público. A partir das falas dos personagens históricos, é possível constatar a existência de um processo de amplificação do poder da censura, da interferência do governo Vargas nos meios de comunicação e da ausência de liberdades políticas e de expressão individuais ou coletivas. Tais elementos contribuíram para a formação dessa leitura sobre a temática que, por sua vez, teve sua construção discursiva iniciada ainda durante o período, alcançando, com maior força simbólica, após a derrocada do Estado Novo.

A luta empreendida entre o regime dirigido por Vargas e os meios de comunicação de massas durante o período 1937-1945 pode ser compreendida como o alicerce de um jogo relacional de forças políticas. A configuração desse campo político, a qual os jornais também são protagonistas, é visualizada na imprensa diária

escrita, nas falas de seus atores históricos e, sobretudo, na produção historiográfica do século XX e que se estende até a contemporaneidade.

Para nos valermos de uma compreensão processual da construção de uma determinada abordagem sobre a História dos meios de comunicação durante o Estado Novo, a qual se firmou como norte para as pesquisas posteriores nesse campo temático, especialmente as que versam sobre a imprensa republicana, basear-nos-emos na produção historiográfica sobre os periódicos durante o regime ditatorial de Getúlio Vargas – Estado Novo (1937-1945) –, tendo como foco de análise as obras *História da Imprensa de São Paulo* (1950) de José de Freitas Nobre, *História da Imprensa no Brasil* (1999 – 1. ed. de 1965) de Nelson Werneck Sodré e *Jornal, História e Técnica* (1990) de Juarez Bahia. Essas três produções são consideradas basilares para o pensamento historiográfico sobre a imprensa brasileira do período, visto que, tais autores foram pioneiros na análise e problematização do papel dos jornais enquanto sujeitos políticos e atores históricos. Do mesmo modo, com o objetivo de estabelecer uma abordagem comparativa, bebem desta água produções acadêmicas recentes, tais como os livros de Tânia Regina de Luca e Ana Luiza Martins, *História da Imprensa no Brasil* (2008) e de Marialva Barbosa em sua *História Social da Imprensa*, bem como demais autores que se dedicaram ao assunto e que serão tratados no decorrer deste texto. Procurar-se-á compreender melhor o processo de construção de uma História da imprensa brasileira marcada por uma configuração de forças políticas que penderam para o monopólio do Estado, controlando com mão de ferro os meios de comunicação social de massas. Todavia, resta-nos saber até que ponto essa historiografia corroborou com uma específica forma de pensar os meios de comunicação, vendo-os, essencialmente, como agentes da oposição a um regime centralizador e definidor de seus papeis políticos no trato social.

Um dos primeiros trabalhos que trouxe o problema da relação conflituosa entre os meios de comunicação e Estado Novo foi o de José de Freitas Nobre[4] em sua *História da Imprensa de São Paulo* (1950). O autor se propôs analisar o "papel da

---

[4] Nascido em Fortaleza em 1921, José de Freitas Nobre ingressou cedo no jornalismo. Ainda jovem, mudou-se para São Paulo, momento que passou a atuar como jornalista na imprensa paulistana. Graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, assumindo as cátedras de História do Jornalismo e de Legislação da Imprensa na Faculdade de Jornalismo Cásper Líbero, atuando também como professor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Foi por três mandatos presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo e presidente da Federação Nacional dos Jornalistas. Filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), foi eleito vereador pela cidade de São Paulo durante o primeiro quartel do século XX (SOUZA, 2003, p. 88-90).

imprensa bandeirante", num galanteio claro à paulistaneidade, salientando uma imagem onde os periódicos paulistas assumiram seu destino contra os "ditames" do Estado Novo e o controle absoluto dos meios de comunicação (NOBRE, 1950, p. 10). Embora seu foco não era especificamente a imprensa do período por nós abordado – o autor se concentrou em arrolar, quantativamente e descritivamente, o número de jornais criados no Estado de São Paulo -, Nobre, no último capítulo de seu livro, intitulado "O jornal dos nossos dias", fez um apanhado da situação os jornais durante o Estado Novo, caracterizando os quinze anos em que Getúlio Vargas permaneceu no poder como um "negro período" para essas instituições, identificando ainda, erroneamente, o Governo Constitucional de Vargas com o Estado Novo: "[...] o espírito rebelde dos paulistas, mais uma vez, fez voltar-se contra São Paulo toda ira do poder central que, por todos os meios e formas, tentou sufocar as manifestações de protesto que surgiam". Nessa frase é evidente que as feridas da "Revolução Constitucionalista de 1932" ainda não estavam cicatrizadas, construindo, desta maneira, uma memória sobre a imprensa paulista onde ela é caracterizada mormente como símbolo da luta comunicacional contra o autoritarismo de Getúlio Vargas (NOBRE, 1950, p. 95).

Identificar a "Revolução de 1932" como um signo de resistência ao regime estadonovista foi a maneira encontrada por Nobre para louvar, indiretamente, o papel dos jornais impressos, sobretudo dos periódicos paulistas, como bastiões da oposição ao governo Vargas. Contudo, suas análises devem ser relativizadas, ainda mais se levarmos em conta que o autor atuou como jornalista em grandes periódicos paulistas e teve forte militância como opositor ao Governo Federal. Publicado em 1950, ano em que Vargas "retorna" como presidente eleito democraticamente pelo voto popular, Nobre deixa mais do que evidente os objetivos pretendidos com seu texto: um acerto de contas com o passado, procurando estabelecer uma relação direta entre o tempo presente – período democrático pós-Estado Novo - com um passado recente de sufocamento e silenciamento dos meios de comunicação por aquela ditadura.

A caracterização de Nobre sobre o período serviu de base para outros escritos sobre a imprensa periódica: Nelson Werneck Sodré[5], em sua *História da Imprensa no*

---

[5] Nelson Werneck Sodré nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 1921. Militar de formação, foi membro do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e pesquisador membro do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), época que coordenou um grupo de pesquisadores em uma "[...] tentativa nacional de revisão histórica", segundo apontamentos de José Freitas Melo. Para Souza (2003), o resultado de seu trabalho no ISEB deu origem ao seu "clássico" livro *História da Imprensa no Brasil*, citado anteriormente, obra que classificou o conhecimento sobre a imprensa brasileira como "fragmentado", visto a grande quantidade de pesquisas que, em sua visão, somente arrolavam quantitativamente listas de periódicos e os seus respectivos posicionamentos políticos. Segundo Souza, Sodré "inovou" metodologicamente

Brasil (1999), identificou igualmente o “negro período”, citando Nobre, limitando-se em afirmar que as consequências “[...] que essa forma totalitária do governo trouxe à Imprensa não necessitam ser detalhadas, bastando situar o problema da ausência de liberdade de pensamento e a institucionalização da censura para compreender quão graves e profundas foram”. Sodré assumiu a mesma posição de Nobre: sem liberdade de expressão não se faz jornalismo, portanto, refletir sobre a História da imprensa deste período já é assunto reprisado (SODRÉ, 1999, p. 382-383).

Em Sodré se tem uma determinada maneira de se construir uma imagem sobre a os periódicos brasileiros durante o Estado Novo: a imprensa foi vítima de um Estado algoz que, visando controla-la, despojou-a politicamente de suas armas comunicacionais através da censura, acarretando no fechamento de quaisquer brechas que a impediam de contestar e silenciando sumariamente as vozes discordantes do discurso oficial. Segundo o autor, o fim dessa fase de nebulosidade comunicacional só foi possível graças ao “processo de redemocratização” iniciado em 1946, criando-se assim, “novos horizontes para a Imprensa” (SODRÉ, 1999, p. 387).

Para Sodré, seguindo o raciocínio de Nobre, o processo de intervenção do regime nos meios de comunicação de massa demonstrava, mais do que tudo, a força de silenciamento empregada pelo Estado Novo, reforçando, assim, a impossibilidade de uma análise sobre o papel político dos meios de comunicação que não os compreendessem enquanto simples resultado da própria censura que os limitavam[6]. Cabe lembrar que o próprio Sodré atuou naquela imprensa (dentre outros órgãos, publicou no jornal *O Estado de S. Paulo* sob intervenção e na revista *Cultura Política*, editada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP), sem levar em consideração que seus textos publicados nestes veículos alinhados à ideologia estadonovista não se configuravam como meras repetições dos ditames autoritários do regime.

---

os estudos sobre imprensa brasileira ao contextualizar “[...] os episódios ligados ao cotidiano da imprensa e explicando-os segundo categorias típicas da análise marxista” (SOUZA, 2003, p. 83-84).

[6] A questão do jornal censurado enquanto fonte histórica legítima de análise foi tratada por Jean-Jacques Becker. Para o autor a análise da imprensa nesses casos é “[...] incapaz de servir de fonte quando é censurada”. Todavia, negar a potencialidade que esse tipo de documentação pode proporcionar é, antes de tudo, autenticar o esquecimento. Tais apontamentos refletem a perpetuação de determinadas formas de se tratar a imprensa censurada, sobretudo durante o Estado Novo, enquanto sujeito histórico pouco ou não atuante na vida política do país, corroborando assim com uma visão que hierarquiza o uso das fontes históricas em “aceitáveis” e “não aceitáveis” (BECKER. In: RÉMOND, 2003, p. 197).

De modo análogo, Juarez Bahia, em *Jornal, História e Técnica* (1990), traçou um paralelo entre os “desvios da liberdade de imprensa”, apontando o “regime de rolha” que o Estado Novo construiu após a criação do DIP (BAHIA, 1990, p. 299). Nesse regime, quando a “censura onipotente” controlava o noticiário e ditava “[...] o tom moral na cobertura dos grandes acontecimentos”, o papel desempenhado pela imprensa periódica escrita assumiu os mesmos trágicos e acinzentados aspectos que os demais autores citados enxergavam: a relação da imprensa com o Estado Novo era baseada em um jogo político de forças díspares que era assinalado pela presença atuante de um Estado castrador que, via de regra, apelava para proibições baseadas na legislação proclamada e na extensa rede burocrática que amordaçava os meios de comunicação em prol do regime (BAHIA, 1990, p. 305).

Para Bahia, o pós-1930 da imprensa brasileira foi marcado pela censura oficial num país onde o “Estado policial e totalitário” acuava os meios de comunicação, mas que também estendia sua rede interventora. Nas palavras do autor, durante o Estado Novo “[...] não só a imprensa é vítima, mas também toda uma nação é ofendida pela ditadura” (BAHIA, 1990, p. 208). Assim, as empresas jornalísticas enfrentaram

> [...] a esterilidade da vida política mediante uma fórmula que não é inédita e nem será única no processo de desenvolvimento nacional: procuram se recompor materialmente, não interrompem os seus programas de expansão, aprimoram recursos técnicos, adaptam o conteúdo à linguagem coletiva, com isso reduzindo o abismo de expressão entre o que diz o jornal e o que fala o povo (BAHIA, 1990, p. 213).

A existência de um “abismo”, conforme Bahia, evidencia uma tentativa de relacionar o desenvolvimento da imprensa enquanto empresa privada a partir da expansão de seus parques gráficos e o projeto desenvolvimentista que o regime procurou colocar em prática. Embora amordaçados, os meios de comunicação durante o período viram seu desenvolvimento técnico compensar a falta de liberdades políticas, alcançando vertiginoso crescimento empresarial. Daí que tais evoluções impressas corroboravam, segundo o autor, um movimento mais amplo de interferência do Estado nos meios de comunicação de massa, como também, em diferentes esferas da economia e da sociabilidade da época. Para o autor, se por um lado a imprensa sofreu interdições, por outro, é inegável o avanço de suas técnicas de produção e de sua consolidação enquanto empresa capitalista. Vale salientar que esse processo modernizador só foi possível graças ao financiamento estatal disponibilizado através

de subsídios governamentais para a compra de papel de imprensa, como também, por meio da aquisição e financiamento, via Ministério da Fazenda, de maquinarias importadas, sobretudo oriundas da Europa (BAHIA, 1990, p. 99).

Em Nobre, Sodré e Bahia, verifica-se um determinado jogo de luzes sobre o periodismo impresso durante o Estado Novo: ausentes suas liberdades de publicação e de expressão, jornais e jornalistas ficaram à mercê de um regime que tudo enxergava e controlava. A onipresença da ditadura estadonovista era supervalorizada, chegando ao ponto destes teóricos afirmarem que a censura operante já daria conta de explicar as relações comunicacionais que estavam em voga. Lutar contra um inimigo desse porte era entendido praticamente como um suicídio empresarial destas empresas de comunicação social. Logo, quando procuramos evidenciar a colaboração desses estudiosos para na construção da imagem de um Estado interventor, não obstante, estaríamos procurando negar todo o esforço, prático e simbólico, empreendido pelo Estado Novo em arregimentar, censurar e cooptar a imprensa escrita do período. Mas ao apontarmos esse traço da historiografia da imprensa Brasileira, objetiva-se salientar que o processo de construção dessa imagem interventora só foi possível graças ao trabalho de síntese que autores como Bahia e Juarez se dispuseram a realizar, procurando determinar o papel desempenhado pelos jornais como vítimas de um regime, reflexões que irão servir de base a estudos que deram continuidade a uma visão sobre a imprensa brasileira durante o Estado Novo onde o ator político “imprensa” se tornar mais uma das vítimas ou, no pior dos casos, fazendo coro com os mártires sumariamente executados, direta e indiretamente, pelo Estado autoritário. Portanto, o extenso período que vai de 1930 a 1945 tende a ser uniformizado e entendido, por boa parte dos estudos historiográficos e jornalísticos, como uma fase preparatória do grupo apoleirado no poder para a efetivação do projeto de Brasil que se consolidaria com a instauração do Estado Novo.

Seguindo a trilha analítica deixadas por Nobre, Sodré e Bahia outras obras sobre a História da Imprensa Brasileira durante o Estado Novo assumiram posturas semelhantes, quando estas tão somente seguiram as migalhas demarcatórias desses pioneiros, adotando como base argumentos, abordagens e periodização já consolidados pela historiografia da imprensa brasileira, limitando-se suas pesquisas a uma visão tangencial dos meios de comunicação social em massa, onde estes veículos representam, meramente, espaços comunicacionais autenticados pelo Governo Federal.

Esse é o caso do livro organizado pelas autoras Tânia Regina de Luca e Ana

Luiza Martins onde, especificamente, no capítulo *A grande imprensa na primeira metade do século XX*[7], texto que integra a obra *História da Imprensa no Brasil* (2008) – título que faz referência à obra consolidada de Sodré. De Luca quando analisa os processos de intervenção estatal no jornal *O Estado de S. Paulo* e noutros veículos de comunicação da época - sobretudo o caso de *A Noite* e das estações de radiodifusão, como ocorreu com a *Rádio Nacional*, Rio de Janeiro, emissora pertencente a *Empresa A Noite* - compreenderam esses processos intervencionistas como produtos resultantes das "ações diversificadas" de controle dos meios de comunicação no decurso da ditadura comandada por Vargas (MARTINS; LUCA, 2008, p. 172). Segundo a autora, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e a Agência Nacional (AN) foram responsáveis pela quase totalidade da produção noticiosa veiculadas pelos periódicos que estavam sob férrea censura oficial, buscando estes periódicos a criação de um ambiente comunicacional que tinha como parte de seus objetivos a construção de "[...] uma imagem positiva de Getúlio Vargas e do regime". Esse quadro "[...] alterou-se significativamente a partir de 1942, quando a batalha no círculo governista foi ganha pelos defensores dos Aliados, exemplificada com a saída de Lourival Fontes do DIP" (MARTINS; LUCA, 2008, p. 173).

Duas observações devem ser apontadas: a produção de notícias, sobretudo as produzidas e distribuídas pela Agência Nacional, era apenas parte de um conjunto de estratégias de comunicação de massa que integraram a elaboração de conteúdos para os jornais, classificado pela autora como censurados ou alinhados ao regime. Entretanto, havia uma construção cotidiana da informação que era realizada igualmente pelos serviços de correspondentes dos próprios jornais, como é o caso de *O Estado de S. Paulo* (OESP), que possuía sucursal no Rio de Janeiro, origem de boa parte das notícias sobre o mundo político estadonovista.

Do mesmo modo, o fez o jornal *A Noite*, que contava com correspondentes incumbidos de cobrir os acontecimentos políticos da capital federal e do interior do país por meio das diversas sucursais que foram abertas no decorrer do período em que o vespertino esteve encampado. Por outro lado, quando a autora classifica as "intervenções" como exemplo de força do regime, não leva em consideração que esses processos de intervenção estatal nas mídias se deram de formas diferentes nos jornais que faziam parte das EIPN: n'*OESP,* a mão do Estado se estendeu ao jornal

---

[7] LUCA, Tânia Regina de. A grande Imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

sob a imposição física dos aparatos policiais, enquanto que no caso de *A Noite*, o processo de encampação da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, à qual o jornal estava atrelado administrativamente, deu-se pelas vias jurídicas, resultando em um outro tipo de interferência oficial. Já o matutino *A Manhã*, ressuscitado pelo Estado Novo e ressignificado sob a direção do poeta e ideólogo estadonovista Cassiano Ricardo, representou o esforço do regime em ampliar seus meios de comunicabilidade com a sociedade[8].

O destaque dado ao proibitivo também é tônica na obra *História do Jornalismo no Brasil* (2007), de autoria de Richard Romancini e Cláudia Lago. Os autores ao abordarem uma história que tem a pretensão uma análise de longa duração, ao tratar do período ditatorial do governo Vargas acabam caindo em uma análise simplificada: o relacionamento estabelecido entre a imprensa e o Estado é definido tão somente como personagem político vitimado pelo clima repressor que dominava as redações dos jornais, onde essas empresas de comunicação viviam sob a “[...] censura, tornada institucional”, como também, as interferências estatais que, de diferentes formas, procuram “[...] comprar a opinião de jornais, ou então subordiná-los” (ROMANCINI; LAGO, p. 99-100).

Não obstante, a permanência da imagem de uma imprensa refém do Estado autoritário não permite o aprofundamento e compreensão da relação desses dois atores históricos e políticos – meios de comunicação e Estado –, tornando-se necessária uma maximização dos olhares sobre essas instituições que estabelecem entre si não somente embates políticos, mas, sobretudo alianças, negociações e trocas simbólicas. A imprensa paulista, por exemplo, embora estivesse “amordaçada” pela censura oficial, lucrou significativamente com o processo intervencionista do regime: O matutino *OESP*, apropriado pelo Estado Novo entre os anos de 1940 a 1945: o periódico foi desapropriado e continuou sendo publicado sem interrupções (exceto na primeira semana após a “invasão” do jornal por forças policiais em março de 1940, ressurgindo sob direção de grupos afeitos ao regime). Algo análogo ocorreu com *A Noite*, encampado em 8 de março de 1940, não deixou de circular nem mesmo durante a troca de sua diretoria, ocorrida somente no dia treze do mesmo mês (*A*

---

[8] O matutino *A Manhã*, criado pelo regime do Estado Novo em 1942 e atrelado às EIPN, não será analisado pela presente pesquisa. Entretanto, é relevante salientar a importância que o periódico teve como parte de um projeto de comunicação social a qual fizeram parte *A Noite* e *O Estado de S. Paulo*.

Noite, 13 mar. 1940, p.1)[9].

Para Capelato (1994), Vargas “[...] procurou conquistar os representantes da Imprensa de duas maneiras: reprimindo-os e adulando-os”. Era costumeiro o governo estadonovista agir de modo aparentemente contraditório para com a imprensa: ao mesmo tempo em que fechava jornais e revistas, colaborava ativamente na consolidação profissional da classe, tal como ocorreu com os grandes investimentos financeiros do governo na construção da sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) no Rio de Janeiro (CAPELATO, 1994, p. 50)[10].

Tais jogos de força e disputa simbólica colocam em evidência que o processo de centralização e coordenação das informações durante o período tornava patente a relação estabelecida entre Estado e meios de comunicação. Essa relação, pautada num projeto específico de comunicabilidade, determinou a atuação do Estado Novo nesse campo, criando, para isso, “[...] processos de reprodução simbólica” carregados de forte apelo sentimental, onde censura e produções simbólicas se mesclavam e complementavam com a criação de um fazer jornalístico específico na História da imprensa brasileira (MELO, 2006, p. 56).

Essa “especificidade” dos meios de comunicação durante o Estado Novo é fundamental para uma melhor compreensão não só do que se veiculava ou se deixava de publicar, mas, acima de tudo, a assunção dos sentidos pretendidos com as notícias veiculadas sobre as atividades do governo central nos variados campos da sociabilidade. Mais do que apenas censurar, o Estado Novo procurou produzir discursos que legitimassem sua atuação na sociedade, objetivando criar um ambiente de consenso.

Portanto, leva-se em consideração que a produção noticiosa durante o período se pautou pela configuração de relações assimétricas entre os campos do poder político e da imprensa, onde é possível visualizar a força de penetração dos discursos estadonovistas no trato social. Assim, procura-se abordar a produção de notícias não

---

[9] Outro jornal paulista ressignificado pelo regime foi o *Correio Paulistano*: empastelado durante a “Revolução de 1930”, o *Correio* retornou durante a fase pré-Estado Novo sob a direção de grupos políticos ligados ao extinto Partido Republicano Paulista (PRP). Durante o Estado Novo o periódico s transformou em exímio apoiador de Vargas. Para maiores informações sobre a intervenção do Estado Novo no *OESP*. Ver SILVA, 2015.

[10] A ABI foi beneficiada pelo governo Vargas com a doação de sua sede própria, a Casa do Jornalista. Esse ato de beneficência da classe jornalística era periodicamente relembrado através da publicação de telegramas de Herbert Moses, presidente da Associação, endereçados a Vargas, onde o jornalista não media esforços em agradecer efusivamente o regime por ter proporcionado uma sede própria (*A Noite*, 13 abr. 1940, p. 4).

apenas salientando o seu aspecto censor, mas, sobretudo, vendo-a como elemento essencial que colaborou, direta e indiretamente, para a implementação de um projeto de comunicação social que se delineou no período em questão, quer dizer, com o projeto de poder do regime.

Nesse sentido, compartilhamos com Le Goff (1996) ao entender que todo documento histórico é fruto de relações de poder que são assimiladas e ressignificadas na sociabilidade. Se todo documento histórico é resultado dessas relações assimétricas de poder, entendemos que a imprensa, mais ainda, possuiu larga contribuição na formação de sua memória, tanto como instituição, quanto como sujeito da própria história política brasileira.

Ao se apropriar de *A Noite*, através de processo de encampação da empresa controladora do periódico, o Estado Novo procurou destacar determinados assuntos, implicando, assim, em uma “seleção de informações” nos meios de comunicação de massa: “[...] a página em que é colocada, a dimensão do texto, o título, o maior ou menor número de pormenores contidos na descrição permitem dar aos fatos um outro significado” (JAHR, 1999a). É o que Brown (1963) identificou como um processo, inclusive, amplamente utilizado até hoje por veículos de comunicação diversos, de “[...] controle seletivo de informações a fim de favorecer determinado ponto de vista” (BROWN,1963, p. 17). O privilégio de certas temáticas, valendo-se de técnicas de convencimento, foi uma das práticas utilizadas pelo Estado Novo como meio de autolegitimar seu papel enquanto “sujeito da História” (CAPELATO, 1989, p. 62).

O cotidiano do centro de poder foi largamente noticiado nas páginas de A Noite. O Estado Novo, por seu turno, “[...] teve uma preocupação nítida em fazer produzir, ou aproveitar para seu uso, um conjunto de princípios e ideias, pelos quais se auto interpretava e justificava seu papel na sociedade e na história brasileira” (OLIVEIRA; VELLOSO; GOMES, 1982, p. 9). Entendemos que, deste modo, que a produção de notícias foi ingrediente substancial para a efetivação de processos de “construção ideológica” que, por meio do noticiário de *A Noite,* informações e sentidos foram veiculados cotidianamente com a pretensão de justificar o papel do regime como coordenador das novas transformações que estavam em curso no país. Compartilhamos, portanto, da ideia de que a “[...] ideologia não é inversão especular do real, nem visão de mundo, mas um conjunto de dispositivos práticos e teóricos produzidos pela luta de classes com a finalidade de anular a realidade dessa luta” (CHAUÍ. In: DE DECCA, 1998, p. 13). Os dispositivos práticos, a notícia, e os teóricos,

os rearranjos da informação, objetivavam colocar os leitores de *A Noite* em contato com o cotidiano do centro de poder político.

Nesse jogo de representações ideológicas[11], procuramos partir do pressuposto de que o papel desempenhado pelo Estado Novo não se deu apenas como produtor de uma realidade fantasiosa dos fatos, ou, muito menos, assumindo a pecha de simples manipulador de uma massa títere, inerte e alheia aos acontecimentos, passiva de ler e acreditar no que lia, mas, sobretudo, visualizando nessa relação amistosa/conflituosa um conjunto de tensões e rearranjos que foram impressos nas páginas do vespertino. Entende-se que, ao produzir um novo noticiário, composto de novas abordagens, símbolos e temários, os leitores de *A Noite* passaram a estabelecer novas relações de comunicabilidade que perpassavam por complexos processos de ressignificação da informação que era publicizada pelo vespertino *A Noite* (MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 261).

De modo similar, o jornalista Oscar Pilagallo, em sua *História da Imprensa Paulista*: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma (2012), apoiando-se em escritores como Sodré, bem como em memórias do jornalista Paulo Duarte, reforça a construção de uma imagem unilateral do regime estadonovista, apontando como uma das mais variadas táticas de intervenção estatal na liberdade de publicação a censura prévia, a pressão política e, especialmente, a concessão de favores econômicos às empresas de comunicação. Para o autor, "[...] os historiadores da imprensa são unânimes em apontar que, por meio do DIP, Getúlio Vargas foi pródigo ao comprar a opinião de jornais e jornalistas durante o Estado Novo". Entretanto, Pilagallo não leva em consideração que o regime não apenas censurou ou comprou apoio dos profissionais do jornalismo, diretores e empresários do ramo, mas também atuou como produtor de conteúdos diversos por meio de órgãos como o DIP e a AN (PILAGALLO, 2012, p. 116).

Seguindo essa tônica analítica inaugurada pelos autores contemporâneos do pós-Estado Novo, uma obra que faz largas referências ao papel interventor na imprensa pela ditadura é o livro de José Ignácio de Melo Souza, *O Estado contra os meios de comunicação (1889-1945)*, de 2003. Resultado de sua dissertação de

---

[11] Em *Ideologia e mobilização popular* (1985), Chauí analisa o ideário integralista durante o governo Vargas. A autora retoma a crítica ao esquecimento, por parte dos estudiosos das ideologias, das formas de existência social que são o pensamento e as representações, abordando a "ideologia" como mecanismos de ocultação dos conflitos sociais e que tem a tarefa, consequentemente, de converter o discurso do grupo dominante em discurso universal (CHAUÍ, 1985, p. 9-15).

mestrado em Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, o livro de Melo Souza pretendeu enfatizar o papel intervencionista do regime nos jornais mediante análises da legislação de imprensa e do papel desempenhado por organismos oficiais de comunicação, tais como o DIP, a Agência Nacional e demais instituições que foram criadas ou legitimadas pelo regime, passando estas a terem funções representativas dos produtores de informações. Como o próprio título do livro indica, o autor acompanha o pensamento preponderante na historiografia da imprensa brasileira, ressaltando apenas o papel interventor do Estado, não considerando, por sua vez, a participação ativa na divulgação da ideologia estadonovista levada a cabo por jornais e jornalistas para a implantação de seu projeto de comunicação social (SOUZA, 2003).

A ausência de representatividade política durante o Estado Novo, presente nas abordagens dos autores até aqui citados, evidencia a formatação de um controle rigoroso dos meios de comunicação pelo Estado: esse “poder material” dos regimes ditatoriais sobre a imprensa que, segundo Patrick Champagne (1996), não seria possível caso o Estado não pudesse criar “[...] um mínimo de adesão por parte dos cidadãos, compreende-se que, correlativamente, esses poderes sejam obrigados a desenvolver consideráveis esforços para tentar agir sobre a visão que os indivíduos podiam ter a respeito do regime” (CHAMPAGNE, 1996, p. 28).

É por esse caminho que Champagne irá diferenciar o processo de busca de consenso tanto em regimes ditos democráticos quanto nos autoritários. Segundo o autor, os esforços no sentido de tentar impor uma “[...] única visão de mundo são mais evidentes” em regimes autoritários do que nas democracias. Os regimes autoritários

> [...] procuram criar condições de uma verdadeira crença política ou, pelo menos, um sentido de evidência e aceitação que é precisamente produzido pela existência de estruturas de percepção políticas e sociais idênticas no interior da mesma sociedade, isto é, princípios de visão e divisão universalmente compartilhados (CHAMPAGNE, 1996, p. 25).

A utilização da imprensa enquanto meio de comunicação social e de interação do Estado com a sociedade serviu ao propósito do Estado Novo: o regime incorporou signos antigos, criou novos e mesclou elementos simbólicos presentes na sociedade, utilizando-os a seu favor, tal como ocorreu com a apropriação do 1º de Maio que fora transformado de um dia de luta trabalhista para a “Festa do Trabalhador”.

Sendo assim, compartilhamos com Barbosa que vê na "complexidade das relações políticas" do período um jogo de forças estabelecido entre imprensa e Estado onde, "[...] ainda que haja encampação de alguns periódicos, perseguição de outros tantos, há mais proximidades, acordos e relações conjuntas entre os homens de governo e os homens de imprensa do que divergências" (BARBOSA, 2007, p. 103).

Deste modo, é relevante compreender como ocorreram essas "proximidades" das quais nos fala a autora. O Estado Novo, através de múltiplos mecanismos práticos e teóricos, legitimou sua imagem junto às classes sociais brasileiras, não utilizando somente da censura como meio de impor seu papel interventor nos meios de comunicação social, mas, mais do que isso: procurou arregimentar os chamados "homens de imprensa" e seus veículos – os jornais – como modo de criar uma comunidade de consenso social e comunicacional. Para Barbosa, o

> [...] crescimento do aparelho de estado torna indispensáveis os tradicionais canais de expressão da sociedade civil (partidos políticos, associações etc.), consolidando-se uma nova forma de participação política no país. Para isso, o Estado vai multiplicar o número de agências, institutos, conselhos, autarquias que irão centralizar as demandas dos diferentes setores da sociedade, através da multiplicação dos órgãos burocráticos (BARBOSA, 2007, p. 106-107).

Esse processo de cooptação que era aplicado a toda a sociedade foi estendido à imprensa que passou a ser tratada pelo Estado como órgão de utilidade pública – vista aqui como sinônimo de "estatal", fazendo com que os meios de comunicação de massa fossem tratados como entidades representativas do Estado diante a sociedade. Vale recordar que esse processo não era exclusivo do Brasil, abrangendo países com diferentes sistemas políticos naquele momento.

A própria constituição de 1937 atribuía aos meios de comunicação uma função de "caráter público", transformando-os em "[...] sustentáculo do Estado no seu esforço de autojustificação e legitimidade" (GOULART, 1990, p. 49). Essa sustentação só seria possível com a assunção da ideia de que, segundo Habermas (1986), a imprensa possui um duplo caráter (público e privado) que deve ser levado em consideração no que diz respeito a suas funções de formação e informação: formação em relação à "opinião pública", seja como expressão ou como configuração de consciências políticas; e informação, assumindo um compromisso com a objetividade

e com a verdade, vistas como cópia do real. Portanto, a imprensa, enquanto mediadora das relações entre o Estado e os leitores, teria a função de controlar o poder e a ação das massas, afirmando ainda que a imprensa não é a voz do povo, mas sim a de seus dirigentes. Considerando o novo status dos meios de comunicação durante o período, ocorreu uma interpenetração das esferas pública e privada, e predominou no Estado Novo seu caráter público.

Por outro lado, a própria criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1939, segundo Goulart, contribuiu para que a execução desse projeto comunicacional fosse possível:

> Geralmente se tendeu a deixar em segundo plano o aspecto essencial de que a censura – ao menos a realizada pelo DIP – fosse a "face negativa" de uma política de comunicação social: ela fazia parte de um projeto amplo que visava o monopólio da comunicação. Vista sob esse aspecto, a censura exercida pelo DIP representou uma das faces da tentativa de se exercer uma política de comunicação social englobada num projeto de hegemonia cultural e dominação política (GOULART, 1990, p.121).

Fazer-se presente era o objetivo do Estado Novo que, para isso, valeu-se das mais variadas formas repressivas, resultando em um projeto de comunicação social centralizador e que tinha por objetivo a busca de consenso entre os leitores dos jornais. Tal processo, que burocratizou boa parte das esferas do trato social, resultou na tentativa de silenciamento dos discursos que eram análogos ao projeto de Brasil do regime[12].

Assim sendo, a interferência do Estado nos meios de comunicação a partir do golpe de 1937, se fortaleceu, paulatinamente, com a imposição de novos códigos de comunicação na imprensa. Tratava-se de um Estado interventor que criava um ambiente no qual o regime assumia as funções de árbitro social que, nas palavras de Mônica Pimenta Velloso,

> [...] penetra nos domínios da sociedade civil, assumindo claramente o papel de direção e organização da sociedade. Assim, se auto-elege o educador

---

[12] Segundo Goulart (1990), a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda "[...] tornou-se imperativo legitimar o novo regime. Já não bastava o recurso de subsídios aos jornais: era necessária a criação de órgãos especializados que coordenassem uma ação mais global, incluindo os meios de comunicação disponíveis" (GOULART, 1990, p. 55).

> mais eficiente junto às classes trabalhadoras, argumentando ser o bem público o móvel de sua ação (OLIVEIRA; VELLOSO; GOMES, 1982, p. 72).

Assim sendo, ao pensarmos nos processos de cerceamento à imprensa durante o Estado Novo, devemos considerar igualmente que outros mecanismos de pressão sobre o periodismo foram colocados em prática para o sucesso da implantação desse projeto de comunicação social centralizador.

O cadastro obrigatório de jornais e jornalistas, a liberação e concessão de subsídios para a importação do papel de imprensa foram elementos que, juntamente com a censura prévia, permearam o relacionamento assimétrico entre os meios de comunicação e o Estado. O Estado Novo, com o intuito de se fazer presente no cotidiano dos leitores, “[...] exercia o monopólio dos veículos de informação, procurando garantir a uniformidade das mensagens e eliminar a contrapropaganda, para que os efeitos da comunicação se ampliassem” (GOULART, 1990, p. 21).

Instituindo uma “verdade oficial”, ainda segundo Goulart, a atuação do DIP foi bem mais ampla, não se restringindo à censura e à produção de propaganda, mas, especialmente, atuando em três frentes: fiscalizando o cumprimento das normas de funcionamento dos meios de comunicação no Brasil; produzindo uma série de bens culturais, tais como livros, folhetos, revistas, notícias de jornal, programas de rádio, filmes e cartazes; e orientando o conteúdo e a forma de veiculação das mensagens nos meios de comunicação de massa (GOULART, 1990, p. 24-26).

Conforme apontaram Jambeiro et al., (2004), o modelo radiofônico adotado pela ditadura condizia com a ideia estadonovista de comunicação social: controle sobre os conteúdos veiculados, sobretudo das notícias, visando a criação de emissoras estatais, tal como a *Rádio Nacional* e exercendo acirrado controle do que era irradiado. Deste modo, as emissoras tinham como principal atribuição propagar a “[...] ideologia nacionalista dedicada à construção de um capitalismo urbano-industrial, num país defendido contra influencias estrangeiras, e voltado para sua própria cultura e seus valores tradicionais” (JAMBEIRO et al., 2004, p. 14-15).

Desta maneira, o regime dominava as empresas de radiodifusão de dois modos distintos, obtendo, por sua vez, êxito considerável em sua iniciativa de centralização das informações: indiretamente, controlando as emissoras através da concessão, ou não, de licenças para importação de equipamentos; diretamente, via DIP que, censurando as produções nacionais e, ao mesmo tempo, distribuindo, conforme o apoio dispensado ao regime, as propagandas oficiais, criando assim, uma estratégia

comercial que engordava os caixas das emissoras. A ditadura também financiava a produção de programas de auditório e radionovelas, bem como, de composições musicais que alcançaram grande popularidade (JAMBEIRO et al., 2004, p. 21).

Acumulando as funções de fiscal, produtor e coordenador da comunicação social no Brasil, o Estado Novo ampliou com o DIP sua capacidade de intervir nas esferas culturais e ideológicas. Criando um modelo de divulgação e de propaganda próprias, o novo órgão passou a "[...] popularizar o regime para amplas camadas da população veiculando propostas e realizações do governo, os atos do chefe de Estado e dos demais componentes da hierarquia estatal" (GOULART, 1990, p. 19). Por outro lado, o controle imposto à imprensa periódica por meio da censura, "[...] impunha critérios que direcionavam a visão dos fatos, mutilando aspectos, fornecendo versões oficiais, minimizando ou valorizando acontecimentos, segundo o que lhe convinha" (GOULART, 1990, p. 22).

Não podemos deixar de lembrar que além de medidas oficiais que coordenavam a atuação dos meios de comunicação, outras, mais atrativas financeiramente, colocavam os jornais à disposição do regime sob o pagamento de "propagandas subvencionadas". De acordo com Barbosa (2007), "[...] as verbas oficiais engordam as receitas de jornais, revistas, agências de notícias, emissoras de rádio. Subsídios ao papel e à importação de equipamentos gráficos e de som favorecem os que colaboram com o poder" (BARBOSA, 2007, p. 121).

A existência de práticas oficiais que tinham como objetivos arregimentar a os meios de comunicação por meio de propagandas subvencionadas ia desde o fornecimento de materiais como textos e imagens, subsídios à importação do papel de imprensa, concessão de empréstimos às empresas de comunicação ao favorecimento para a importação de maquinários de impressão e áudio. Tais táticas oficiais fortaleceram a estrutura empresarial dos grupos de comunicação que, em contrapartida, atrelavam-se cada vez mais ao regime estadonovista (GOULART, 1990, p. 22).

Esse "favorecimento oficial" por meio de estratégias que envolviam transferência de verbas e benefícios fiscais – tal como ocorria com a importação desde o papel de imprensa a equipamentos que pudessem ter suas liberações empacadas ou facilitadas pelos órgãos de fiscalização alfandegária federal – faziam parte da política oficial do Estado Novo. Configura-se um novo campo político, onde para o regime "[...] a política adquire o estatuto de cientificidade: é uma opção técnica, é a

forma mais coerente e racional de captar as grandes realidades sociais" (OLIVEIRA; VELLOSO; GOMES, 1982, p. 87).

Nesse sentido, os esforços do regime estadonovista em legitimar suas ações no trato social – sobretudo nos jornais – fizeram parte de um projeto mais amplo de centralização do poder nas mãos do Estado. Interferir na sociabilidade era uma forma de impor aos indivíduos uma política oficial onde o Estado Novo ditava as regras, vendo a imprensa como ferramenta fundamental na tentativa de alcançar seus objetivos.

O resultado dessa produção histórica pode ser entendido como um processo de construção da história da imprensa onde o combustível de crítica e análise foi inicialmente utilizado para a contestação da ditadura por ser simplesmente uma ditadura. Ampliar esse espectro é mais do que necessário para a assunção da imprensa como meio de interação da sociedade com os demais campos sociais. Mesmo os meios de comunicação censurados, tidos como "pouco confiável", deve ser abordada com mais afinco, pois é justamente neles onde ocorre a veiculação de determinados signos que irão comandar as relações sociais impostas por regimes autoritários. A compreensão dessas visões consolidadas sobre o fazer jornalístico do período são fundamentais para escaparmos de uma análise unilateral. Visto que, as mídias como instituições, no caso específico as empresas de comunicação, estão inseridas nas estruturas sociais com as quais elas dialogam. Visualizar a complexidade dessas relações – imprensa e Estado – por meio da "noção de sistema ou de campo social" é fundamental para a ampliação das abordagens acerca da inter-relação desses campos e de seus processos de produção da realidade, bem como, é essencial abordar a comunicação política por meio de uma análise sistêmica que traga à tona "redes de influências cruzadas", procurando assim, evitar a reprodução de visões redutoras ou simplistas (MAIA; CASTRO, 2006, p. 14).

Portanto, ao visualizarmos individualmente e relacionalmente os processos de interdição que o periódico *A Noite* foi submetido, verificar-se-á que, no decorrer do período analisado, o vespertino criado por Irineu Marinho cumpriu sua função delegada pela ditadura: um instrumento midiático onde o projeto de comunicação social estatal foi amplamente publicizado para que conquistasse os corações e mentes de seus leitores. *A Noite*, efetivamente, era o Estado Novo impresso.

1.2 A encampação d´*A Noite*: um jornal sob medida para a ditadura

Em 18 de julho de 1911, Irineu Marinho fundou o jornal com um pequeno capital (cem contos de réis)[13]. Modesto, a princípio, *A Noite* possuía em média de quatro a seis páginas em formato tabloide com poucas fotografias e suas páginas organizadas em seis a oito colunas por página. Surgido em um contexto de grandes embates políticos na imprensa brasileira, *A Noite* era um vespertino que, segundo Sodré (1999), consistia em um jornal "[...] moderno, bem diagramado, feito por profissionais competentes" (p. 330). Em pouco tempo de funcionamento, o periódico adquiriu novas máquinas de impressão que permitiram imprimir parte de suas páginas em rotogravura, tarefa que era realizada em oficina racionalmente organizada, apostando seus diretores em um sistema de distribuição das edições que utilizava automóveis, uma inovação para a época (Idem, p. 330)[14].

A Noite possuía em seu temário informações locais sobre a cidade do Rio de Janeiro, valendo-se de largo noticiário policial e de manchetes que valorizavam fatos cotidianos, sobretudo, casos que despertavam grande comoção pública, tais como homicídios, feminicídios, atropelamentos e ocorrências que tinham características sensacionalistas, composição noticiosa que que irá definir parte de seu projeto comunicacional diante seu público leitor. Entretanto, o vespertino também exerceu forte oposição ao governo de Hermes da Fonseca (1910-1914), criticando, especialmente, seu autoritarismo e a ineficiência das políticas de "salvações" – intervenções militares nos estados da Federação. O jornal, durante as décadas seguintes após sua criação, passaria por processos de interdição que cercearam sua liberdade editorial, sobretudo durante o governo de Arthur Bernardes, levando, até mesmo, o jornalista Irineu Marinho à prisão por discordar dos projetos políticos encabeçados pelo Governo Federal.

Na década de 1920 o jornal passaria por diversas transformações de ordem administrativa: durante esse período, é criada a *Sociedade Anônima A Noite* sob a direção de Antônio Leal e Herbert Moses, respectivamente, presidente e vice-

---

[13] Irineu Marinho (1876-1925), nasceu em Niterói, Rio de Janeiro, e atuou como revisor no *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro até 1891. Posteriormente trabalhou nos jornais *A Notícia*, *Gazeta da Tarde*, *A Tribuna* e *Gazeta de Notícias* como repórter policial, chefe de reportagem, secretário e diretor, respectivamente. Foi fundador de *A Noite* (1911) e faleceu no ano em que o jornal passou a ser administrado por Geraldo Rocha. Em 1925 fundou o jornal *O Globo*.

[14] Segundo Sodré (1999), Irineu Marinho fundou o jornal após desentendimentos com a direção geral da *Gazeta de Notícias*, época que ocupava o cargo de Secretário-Geral do jornal. Sua saída do matutino o impulsionou a criar o vespertino *A Noite*.

presidente da empresa[15]. Em 1925, Leal é preso e a direção do vespertino passa para ser exercida por Vasco Lima. No mesmo ano, Marinho é solto e vai para exílio na Europa, mas sem antes de deixar caucionadas suas ações em nome de Geraldo Rocha. Rocha, por sua vez, realizou uma manobra para destituir o fundador do jornal de seus direitos de propriedade: convocou uma reunião com os acionistas e diminuiu o poder de decisão das ações de Marinho, isolando-o, assim, da administração direta do periódico.

Com uma nova direção, o jornal passou a apoiar o governo de Washington Luís (1926-1930) e é também durante esse período que Geraldo Rocha começou a construir o edifício de *A Noite*, na Praça Mauá, nº 7, Rio de Janeiro - que seria por algum tempo o maior prédio da América Latina (23 andares). Inaugurado em 1929, no edifício foram instaladas as redações e oficinas gráficas do jornal – parque gráfico equipado com modernas linotipos adquiridas graças aos empréstimos negociados junto ao grupo financeiro do engenheiro estadunidense Persival Farquhar (proprietário da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande). Em 1930, os serviços da revista *A Noite Ilustrada* foram igualmente acomodados no mesmo local, dando-se início ao conglomerado de mídias que se tornaria a futura *Empresa A Noite.* A mudança para as novas instalações ocorreu durante o aquecimento da campanha presidencial daquele ano, levando o vespertino a proclamar seu apoio político e dedicar suas páginas, sem reservas, à candidatura presidencial de Júlio Prestes. Após a vitória do movimento *de outubro de 1930*, o jornal foi empastelado por populares e Geraldo Rocha preso pelo Governo Provisório de Vargas (1930-1934).

O moderno *Edifício A Noite* não permaneceu por muito tempo íntegro após a sua inauguração: durante o empastelamento, a sede do vespertino foi incendiada e depredada, contudo, o jornal conseguiu se reerguer e voltar a circular, mesmo apresentando grandes dificuldades financeiras. A construção do novo prédio, somada à compra de maquinários de impressão, levaram Geraldo Rocha a confessar insolvência, tendo que passar o restante de suas ações para o controle do grupo que administrava a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio-Grande (EFSRG). A partir desse momento, o jornal *A Noite* passou a ser gerido por Manoel Cardoso de Carvalho Neto, adotando essa nova direção um posicionamento político menos combativo,

---

[15] Herbert Moses foi eleito, na década de 1940, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), entidade que colaborou consideravelmente com os projetos de comunicação social do Estado Novo.

especialmente, modificando sua apresentação gráfica e destacando as notícias por meio de manchetes e fotografias com temário de forte apelo popular.

No decorrer da década de 1930 a *Sociedade Anônima A Noite* ainda inaugurou outros serviços de comunicação, tais como as revistas *Vamos Ler* e *Carioca*, tendo como grande projeto a instalação da *Rádio Nacional* em 1936. Controlada indiretamente pelo Governo Federal, decorrente do processo de nacionalização da economia e que alcançou seu auge com a instauração do Estado Novo em 1937, *A Noite* passaria os anos seguintes sob forte observação da ditadura, tal como ocorreu com toda a imprensa durante o Estado Novo. Entretanto, o derradeiro golpe contra sua relativa independência editorial foi desferido em 8 de março de 1940: a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande é encampada por meio do Decreto-Lei nº 2.073, de 4 de março de 1940; e são ajuntados às Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional todos os empreendimentos a ela associadas, sobretudo, a *Sociedade Anônima A Noite* a qual pertencia o periódico[16].

Quando analisamos os caminhos traçados no decorrer da vida de *A Noite*, nota-se que seu relacionamento com o governo Vargas foi de distanciamento, porém, a partir do momento em que o governo passou a voltar suas atenções a setores da economia considerados estratégicos, entre eles, as estradas de ferro, a encampação de A Noite - atrelada financeiramente e juridicamente a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande - poderia ser precipitadamente vista como um alvo secundário da política de nacionalização e centralização da economia, marcas do regime estadonovista. Mas quando consideramos o passado do periódico e seu relacionamento situacional com os grupos constituídos, sua encampação pode ser compreendida como bem proveitosa para o Estado Novo que, transformou-o, sutilmente, em um órgão de imprensa divulgador da ideologia da ditadura.

Tal como ocorreu no caso da intervenção no jornal *O Estado de S. Paulo* (OESP), a encampação da *Sociedade Anônima A Noite* foi construída pela historiografia da imprensa brasileira como mais um caso exemplar do uso da força do

---

[16] Na primeira edição de 4 de março de 1940, quatro dias antes da encampação, o jornal criticou na coluna *Ecos e Novidades* a demora na entrega de casas construídas por meio de financiamento do Fundo de Pensão do Instituto dos Comerciários do Rio de Janeiro (p. 2), reforçando ainda essa sua fala com a publicação de telegramas de pleiteantes que faziam coro às denúncias realizadas pelo periódico (p. 6). Duas edições depois, O Instituto publicou uma nota como direito de resposta, por intermédio do DIP e de texto editorial de *A Noite*, que se retratou publicamente, ambas seguidas de texto do DIP advertindo o “erro” da reportagem (p. 1-7). Em 17 de março, nove dias após a encampação, um novo texto do Instituto dos Comerciários foi publicado no periódico por determinação do DIP e tinha a pretensão de dirimir quaisquer “dúvidas” sobre o emprego do dinheiro do fundo (p. 5).

estado contra os meios de comunicação[17]. Dito isto, não pretendemos em momento algum negar o caráter autoritário e castrador do Estado Novo em seu relacionamento conturbado com a imprensa, entretanto, devemos considerar a existência de acordos e negociações entre os meios de comunicação e do regime: aproximações entre esses personagens foram realizadas, acenos, incentivos e até concordância de pontos de vista.

Em Sodré (1990), autor que norteou diversos trabalhos sobre a imprensa brasileira em períodos igualmente diferentes da história brasileira, a encampação de *A Noite* é entendida como mais um processo de silenciamento da liberdade de imprensa e, consequentemente, de expressão. Invés de uma análise mais detalhada, há certa confusão por parte de Sodré: ao relacionar a incorporação pelo Estado Novo da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, ele nomeia como parte da encampação os jornais *A Manhã* (Rio de Janeiro) e *A Noite* (São Paulo). Entretanto, o primeiro jornal a ser encampado é a edição de *A Noite* do Rio de Janeiro (episódio de 8 de março de 1940), e somente em 1942 é que foi criada a versão paulistana do jornal (SODRÉ, 1990, p. 384). Essa informação acabou sendo perpetuada em outros estudos contemporâneos da história da imprensa durante o Estado Novo[18].

Dias antes da intervenção n'*OESP* e poucos meses após a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o Estado Novo publicou o Decreto-Lei nº. 2.073, de 8 de março de 1940, mencionado anteriormente, incorporando ao Patrimônio Nacional a rede ferroviária da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e empresas a ela pertencentes. Esse decreto-lei foi o início de um projeto de nacionalização de setores da economia considerados imprescindíveis para o Estado Novo, como o da Viação, pasta que era classificada pelo regime como deficitária. O texto do decreto-lei criou ainda a figura do "Superintendente", indivíduo responsável pelo reerguimento administrativo e financeiro das empresas incorporadas e que ficou sob instrução dos ministros das pastas da Viação e da Fazenda (BRASIL, 1940).

A incorporação da *São Paulo-Rio Grande* anexou também ao patrimônio nacional terras situadas nos Estados do Paraná e Santa Catarina, bem como as empresas de comunicação atreladas à companhia: a *Sociedade Anônima A Noite*, a

---

[17] Em setembro de 1940, uma alteração de ordem administrativa mudou a situação fiscal do grupo *A Noite*, bem como, a sua nomenclatura: de *Sociedade Anônima A Noite* o grupo passou a ser denominado por *Empresa A Noite* (*A Noite*, 4 set. 1940, p. 2, 1. ed.).

[18] Verificamos essa linha de leitura em análises como as de Tânia Regina de Luca e Ana Luiza Martins (2008) e Silvana Goulart (1990).

Rio Editora e a popularmente conhecida *Rádio Nacional*. Nas considerações expressas no decreto-lei, a justificativa para o ato governamental considerava, entre outros fatores, que a Companhia "[...] teve origem direta ou indireta em operações de crédito realizadas no estrangeiro", além de supor que a mesma havia obtido capitais a custos de operações ilegais que "[...] só se pode ter formado com receitas e lucros sonegados". Indo um pouco mais além, o governo considerou ainda que

> [...] têm sido infrutíferos os esforços empregados pelo Governo para entender-se com os portadores de obrigações da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, uns desconhecidos e ausentes e outros, na sua grande maioria, já agora substituídos por especuladores e intermediários que adquiriram títulos a baixo grego, afim de obterem lucros com sacrifício da economia nacional. [...] Considerando que é de relevante interesse para a economia do país e, portanto, de utilidade pública, a manutenção e desenvolvimento das atividades de tais empresas, sob a orientação e responsabilidade do Governo (BRASIL, 1940).

Segundo o decreto-lei, a encampação da *São Paulo-Rio Grande* e das empresas anexas consistia em uma resposta dos poderes públicos à ação de grupos estrangeiros que atentavam contra a economia nacional. Ao incorporar esse grupo de empresas, o Estado Novo passou a controlar também, por meio da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional (SEIPN) o grupo de comunicação *A Noite*, vespertino que gozava de grande popularidade na cidade do Rio de Janeiro.

Um dia após a decretação da encampação, na primeira edição do dia 9 de março, uma manchete chamava a atenção para a posse do coronel do Exército Luiz Carlos da Costa Neto como Superintendente Geral da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande: o texto, louvando efusivamente que a atuação do empossado, tanto no meio militar quanto na administração pública, "[...] deixou inequívocas demonstrações da retidão e inteireza do teu espírito, de uma profunda noção de justiça e disciplina, de uma inteligência clara e afeita ao trato das questões de interesse nacional". Elogios à parte, a notícia ainda reforçava a importância de sua nomeação para o cargo em razão de sua vasta "experiência e senso jurídico" como Juiz do Tribunal de Segurança Nacional (TSN) – tribunal de exceção, importante frisar, criado com base nas teorias de segurança nacional colocadas em prática pelo Estado Novo (*A Noite*, 9 mar. 1940, p. 1, 1. ed.). Contudo, os leitores do periódico que não tivessem conhecimento sobre a ligação entre a *São Paulo-Rio Grande* com a administração do jornal só tomaram

conhecimento do acontecido com a publicação de uma pequena nota na capa da segunda edição daquele dia. O jornal informou aos leitores que algumas "mudanças" iriam ocorrer em suas páginas com a nomeação da nova diretoria:

> Assumiu hoje o exercício da função de Superintendente Geral da Companhia Estrada de Ferro Paulo-Rio Grande e de todo o seu acervo o coronel Costa Netto, que para este fim esteve no escritório da empresa, no edifício de A NOITE. Em consequência da encampação daquela empresa, A NOITE deverá ficar sob a direção dos Srs. José Eduardo de Macedo Soares, presidente, e Cypriano Lage e André Carrazzoni, diretores (*A Noite*, 9 mar. 1940, p. 1, 2. ed.).

Sem dar maiores explicações sobre a encampação, a notícia – semelhante às notas editadas e enviadas pelo DIP aos jornais – apenas se limitava em informar a nomeação dos novos diretores após a posse de Costa Neto como superintendente (*A Noite*, 9 mar. 1940, p. 1, 2. ed.). Na edição de domingo, 10 de março de 1940, o jornal não dedicou sequer uma linha sobre a nova situação empresarial do jornal (*A Noite*, 10 mar. 1940, 1. ed.). Somente em uma edição inédita de segunda-feira[19], um comunicado do superintendente da *Sociedade Anônima A Noite*, J. E. de Macedo Soares, foi publicado na capa da segunda edição onde procurava rebater críticas de periódicos "concorrentes" que estavam insinuando que *A Noite* havia se transformado em um "órgão oficial" do regime. Reforçando os sentidos pretendidos e expressos no texto do Decreto-Lei nº 2.073 quanto ao caráter nacionalizador da medida, Macedo Soares reiterou em sua fala que o jornal estaria agora voltando "[...] à comunhão nacional liberado dos liames de negócios financeiros que acabaram por sujeitá-lo à dominação estrangeira". Nas palavras do superintendente, não haveria grandes mudanças com a encampação:

> Assim, a nova direção de A NOITE **não fez nenhuma alteração nos serviços jornalísticos, técnicos e comerciais da empresa**. Os seus leitores e clientes encontrarão na direção, na redação, na gerencia, no balcão, **as mesmas pessoas, tratando da mesma forma e com o mesmo espirito, os negócios jornalísticos e comerciais da empresa**. **Nenhuma**

---

[19] *A Noite* apareceu nas ruas nas segundas-feiras pela primeira vez no dia 11 de março de 1940, pois, até então, nesse dia da semana o jornal não circulava. Essa pode ser considerada a primeira de muitas transformações operadas no periódico após sua encampação pelo Estado Novo (*A Noite*, 11 mar. 1940, p. 1, 1. ed.).

> **perturbação** foi posta nos contratos, compromissos e combinações anteriores, que prosseguem exatamente nos termos em que foram firmados, assumidos ou assentados. **Não nos escapou que algumas empresas concorrentes quiseram nos prejudicar noticiando o ato do governo de modo confuso e tendencioso, dando a entender aos seus leitores que passaríamos a ser meramente um órgão oficial, paralisado no interesse burocrático, quando, na realidade, a nossa atual condição, por expressa determinação do Sr. Presidente da República, nos restabeleceu na liberdade primitiva, nos reintegrou no direito de servir o país com o esclarecido patriotismo que ninguém podo negar aos profissionais que trabalham nesta casa**.
> O fato capital que em relação á NOITE produziu o decreto lei n. 2.073 — insistimos em dize-lo — **foi sua rehabilitação nacional**, a nova organização autônoma de seus serviços e a renovação de brilhantes tradições que a impaciência de certos concorrentes quer apagar inutilmente (*A Noite*, 11 mar. 1940, p. 1, 2. ed.)[20].

Sobre o trecho acima, é pertinente tecer algumas observações sobre duas questões levantadas por Macedo Soares: as alterações na direção do periódico e a campanha difamatória empreendida por "algumas empresas concorrentes" contra o ato governamental.

Embora o periódico estivesse passando por transformações em seu quadro de diretores, segundo Costa Neto o jornal permaneceria o mesmo em sua essência – os serviços jornalísticos seriam mantidos, bem como os demais funcionários do jornal – não havendo desta maneira motivo para "perturbação" de suas atividades jornalísticas e empresariais. As ideias de "manutenção" e "continuidade" procuravam assegurar aos leitores do periódico que sua encampação não alteraria o cotidiano da leitura de *A Noite* ao mesmo tempo em que garantiria a viabilidade financeira da empresa[21].

Por outro lado, ao rebater críticas de outros jornais de que a transformação do status administrativo de *A Noite* não possuía implicações de ordem política, negando, sobretudo, que o vespertino se transformaria em um "diário oficial", o texto de Macedo

---

[20] Grifos do autor. O mesmo comunicado foi publicado novamente na primeira edição do dia seguinte, evidenciando-se procedimentos de repetição da informação como meio de deixar em evidência determinados temários que o Estado Novo procurava sugerir para a opinião pública (*A Noite*, 12 mar. 1940, p. 2).

[21] No decorrer do mês de março de 1940 foram publicados em diversas edições de *A Noite* comunicados convocando os acionistas da *Sociedade Anônima A Noite* para reunião onde se procuraria tratar da nova situação administrativa em que se encontrava o periódico (ver edições *A Noite* dos dias 12, 13 e 14 de março de 1940).

Soares denota a existência de vozes contrárias ao regime, representadas pelas "empresas concorrentes". Se levarmos em conta que a censura prévia na imprensa escrita estava funcionando a todo o vapor, o episódio da encampação pode ter assumido outros matizes em jornais que não estavam alinhados com o Estado Novo.

A nova diretoria só foi inserida no cabeçalho do jornal na edição do dia 13 de março de 1940, cinco dias após o Decreto-Lei nº 2.073, onde os nomes de Vasco Lima, diretor, de Carvalho Neto, redator-chefe e de Octávio Lima, diretor-gerente deram lugar aos de J. E. de Macedo Soares, na direção geral, de Cypriano Lage, como redator-chefe, e de Octávio Lima, mantido na gerência financeira (*A Noite*, 13 mar. 1940, p. 1)[22]. A permanência de Octávio Lima após a encampação, por sua vez, sugere a necessidade da nova direção jornalística em manter contatos empresariais e dar continuidade na política administrativa do periódico, buscando, por conseguinte, maior rentabilidade financeira e política do jornal encampado.

Assemelhando-se com o que ocorreu durante o processo de autolegitimação da intervenção n'*OESP*, a nova direção de *A Noite* buscou no seio da classe jornalística a chancela de sua nova fase, sobretudo, ao publicar um artigo sem autoria na coluna *Ecos e Novidades* – bem ao lado da republicação do comunicado de Macedo Soares, citado anteriormente - que comentou as repercussões na imprensa carioca a notícia da encampação. O texto agradeceu ainda "[...] a simpatia com que os nossos colegas de imprensa registraram a investidura da nova direção". De acordo com a coluna, os jornais cariocas *Diário Carioca*, *A Notícia*, *O Globo* e *O Imparcial*, dentre outros, "[...] demonstraram uma perfeita compreensão dos intuitos que presidiram à mudança e continuarão a inspirar a orientação de A Noite, no sentido do bem público" (*A Noite*, 12 mar. 1940, p. 2, 1. ed.)[23].

---

[22] Com a nomeação de Cypriano Lage como redator-chefe, Costa Neto deixou de exercer essa função e assumiu apenas a Secretaria Geral do jornal. Antes da encampação, Costa Neto era redator-chefe de *A Noite*, acumulando após a encampação as funções de "secretário principal", junto a Lincoln Massena, do secretariado da instituição (ver edições *A Noite*, 14 mar. 1940, p. 7, 2. ed.; 13 mar. 1940, p. 1, 1. ed., respectivamente). Em dezembro de 1940, Vasco Lima é designado para ser Diretor-Técnico do periódico. Nomeado por Costa Neto, o antigo diretor de *A Noite* foi contratado para um cargo recém-criado pela nova administração, evidenciando que o regime soube se valer do conhecimento de antigos opositores para realização de seus projetos (*A Noite*, 10 dez. 1940, p. 2, 2. ed.).

[23] Na mesma página, uma pequena nota chama a atenção: "Suspensa a censura em S. Paulo". O pequeno texto da sucursal do jornal em São Paulo informava aos leitores que o interventor de São Paulo, Ademar de Barros, havia determinado a "[...] suspensão da censura à imprensa, ficando os jornais e demais órgãos sob a fiscalização do DIP e subordinados à regulamentação federal que rege a ação jornalística" (*A Noite*, 12 mar. 1940, p. 2, 1. ed.). A chamada da notícia em uma leitura superficial, devido à sua localização na página e a proximidade com o comunicado de Macedo Soares sobre a encampação, procurava sugerir a noção de que não existisse mais "censura" em São Paulo. Entretanto, o trabalho de censurar só havia passado de mão: dias após uma nova nota anunciava as "repercussões simpáticas" do ato de Ademar de Barros ao "[...] extinguir a censura na imprensa paulista em relação

Na edição seguinte, o jornal continuou republicando notícias de outros periódicos que faziam referência à nova diretoria: o *Correio da Manhã* lembrou o "retorno" de Costa Neto na secretaria geral do periódico. A *Gazeta de Notícias*, por sua vez, não economizou elogios à nova chefia do vespertino:

> O Sr. J. E. de Macedo Soares é dos jornalistas mais brilhantes do Brasil, pela multiplicidade de sua pena em abordar os mais importantes problemas nacionais, e ao "Diário Carioca" emprestou, e ainda empresta, a sua colaboração fecunda; o Sr. Cypriano Lage, articulista de grande talento, é outro jornalista de raras qualidades profissionais, ao lado do Sr. André Carrazzoni, que sabe ser, também, escritor de grande mérito (*A Noite*, 14 mar. 1940, p. 2, 1. ed.).

Já o *Correio da Noite* destacou que o processo de encampação e a nomeação de "[...] nomes por demais conhecidos e conceituados" resumiam "[...] uma obra jornalística de vulto no seio da nacionalidade" (*A Noite*, 14 mar. 1940, p. 7, 2. ed.). O jornal paraibano *A Liberdade* informou ao colega carioca que havia publicado, na integra, o comunicado de Macedo Soares sobre a encampação em uma de suas edições (*A Noite*, 17 mar. 1940, p. 6)[24].

Legitimado pelos colegas de profissão, a nova situação do periódico também foi alvo de menção honrosa no Conselho Nacional de Imprensa (CNI), onde o seu presidente, Pedro Timotheo, solicitou que se registrasse na ata de reunião um voto de congratulações "[...] aos brasileiros de todos os recantos do país e, especialmente, ao presidente da República", pelo ato governamental que "[...] reintegrou realmente na comunhão nacional, no verdadeiro sentimento de nacionalização da cultura do Brasil, um dos órgãos de imprensa de mais largo prestígio, de maior tradição e influência na opinião do povo – A NOITE". Agradecendo as palavras do presidente do CNI, o conselheiro Cypriano Lage, também redator-chefe de *A Noite*, enfatizou o "[...] alto sentido de patriotismo em que se inspirou o Sr. Getúlio Vargas ao baixar o recente decreto referente à NOITE" (*A Noite*, 13 mar. 1940, p. 1, 1. ed.)[25].

---

aos atos governamentais" da interventoria. O texto afirmava ainda que "[...] como em São Paulo, no país há plena liberdade de imprensa"! (*A Noite*, 16 mar. 1940, p. 1, 2. ed.).

[24] O processo de autolegitimação da encampação foi além: *A Noite* publicou e republicou outras "repercussões" na imprensa sobre a nomeação da nova diretoria (*A Noite*, 13 mar. 1940, p. 3, 2. ed.).

[25] Outros personagens protagonizaram no jornal encampado esse processo de autolegitimação, como foi o caso de Moreira Garcez, prefeito de Curitiba, Paraná, que telegrafou ao coronel Costa Neto felicitando-o por sua nomeação para o cargo de superintendente. Na mesma nota, o jornal reforçava o apoio às medidas tomadas pelo regime ao informar que "[...] por inúmeros outros telegramas recebidos

Entretanto, nem todos os periódicos foram simpáticos com a encampação de *A Noite*. *OESP*, por exemplo, que não estava ainda interditado, limitou-se em publicar uma pequena nota, por meio de sua sucursal carioca, sobre a posse de Costa Neto ocorrida no Ministério da Viação (*OESP*, 9 mar. 1940, p. 1). Na edição seguinte, o matutino paulistano retomou o assunto publicando somente uma nota introdutória sobre a posse do superintendente que antecedia a publicação do Decreto-Lei nº 2.073, para não mais tocar no assunto. Ao final do mês de março, *OESP* acabou sendo interditado, engrossando assim, a linha de frente comunicacional colocada a serviço do regime em prol de seu projeto de comunicação social (*OESP*, 10 mar. 1940, p. 2).

A encampação do jornal foi construída discursivamente pela imprensa seguindo os mesmos protocolos narrativos utilizados pelo decreto-lei que o incorporou ao Patrimônio Nacional. Os jornais e jornalistas, com exceção d'*OESP*, ao enfatizarem o caráter "nacionalista" do decreto de encampação, corroboravam com o discurso estadonovista centralizador. Adjetivando-se o ato, buscava-se uma maior conformidade dos leitores em aceitarem a ação governamental como parte de um projeto maior de defesa nacional. Não obstante, o jornal publicou novo artigo que elogiava uma entrevista de Vargas dada à imprensa de Porto Alegre, ocasião em que o ele defendeu o direito do Estado de reivindicar patrimônios privados que fossem considerados de interesse público (*A Noite*, 16 mar. 1940, p. 2, 1. ed.).

Outra estratégia de convencimento colocada em prática pela nova diretoria consistia em destacar visitas à redação de *A Noite* por personalidades do regime, especialmente se uma dessas personalidades políticas fosse um ministro de estado. Na segunda edição do dia 29 de março a *manchete* "O ministro da Justiça em visita à 'Noite'" estampava uma foto de Francisco Campos acompanhado de Cypriano Lage e Macedo Soares. O ilustre visitante, rompendo protocolos de etiqueta burocrática, "[...] desceu às oficinas, demorando-se a observar os trabalhos de gravura e rotogravura". O ministro fez ainda questão de conhecer os estúdios da *Rádio Nacional* e as dependências da *Rio Editora*, ambas localizadas no *Edifício A Noite* (*A Noite*, 29 mar. 1940, p. 1, 2. ed.). Na segunda edição de 3 de abril de 1940, ao lado do título do jornal, uma nota anunciou a publicação de uma reportagem especial em *A Noite Ilustrada*

---

do Paraná, fica-se sabendo que o decreto do Governo Federal ecoou magnificamente em todo o Estado, pelo seu cunho nacionalista e pela sua feição moralizadora" (*A Noite*, 24 mar. 1940, p. 2, 1. ed.).

sobre a visita de Francisco Campos ao *Edifício A Noite*. De acordo com as declarações do ministro: *A Noite* “[...] todo mundo conhece, por que honra o Brasil, e é uma organização comercial e industrial. Essa organização pode servir de paradigma aos maiores serviços públicos e particulares do Brasil” (p. 1). Campos estava certo em um ponto: era o início de uma experiência de comunicação social que estava sendo colocada em prática, uma aposta de um regime que até então só tivera experiência em censurar. O desafio agora era o de ser um produtor da informação.

Os jornalistas e diretores de *A Noite* desfrutavam de um relacionamento cordial com a ditadura e, aproveitando-se disso, o periódico não media esforços comunicacionais em publicizar essa proximidade. As visitas de personalidades diversas do mundo estadonovista - que acarretavam na legitimação do próprio fazer jornalístico de *A Noite* – era um recurso comunicacional usado pelo periódico para evidenciar sua afinidade com o projeto de comunicação social do regime[26].

Se personalidades do mundo estadonovista reforçavam a legitimidade da encampação de *A Noite*, reafirmando aos leitores a continuidade da confiabilidade da empresa, o mesmo aconteceu com a *Rádio Nacional*: em uma manchete da segunda edição do dia 25 de março, uma foto do cantor Almirante conversando com o diretor artístico da *Rádio Nacional*, José Mauro, foi estampada na capa do periódico. Em entrevista ao jornal, o compositor confirmou a sua permanência na emissora e a ininterrupção de seus programas, visto que, “[...] a nova direção da PRE-8 está satisfeita com eles (os programas), e eu satisfeitíssimo com o público”. Em seguida foi a vez de José Mauro ressaltar que sua missão, sob orientação do diretor Gilberto Andrade[27], era a de “[...] assegurar aos ouvintes e ao público em geral a mesma orientação artística e comercial”. Tal como ocorreu com *A Noite*, na *Rádio Nacional*

---

[26] Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, respectivamente Chefe do Estado Maior do Exército e Ministro da Guerra, visitaram a redação do jornal (*A Noite*, 18 abr. 1940, p. 2, 2. ed.), do mesmo modo que o fez Mendonça Lima, ministro da Viação (*A Noite*, 30 abr. 1940, p. 1, 2. ed.) e os escritores Érico Veríssimo (*A Noite*, 13 set. 1940, p. 2, 1. ed.) e Stefan Zweig (*A Noite*, 24 set. 1940, p. 8, 2. ed.). Considerando o estado de neutralidade diante o conflito mundial, *A Noite* não viu problemas em noticiar as visitas de jornalistas japoneses (*A Noite*, 11 maio 1940, p. 6, 1. ed.) ou a recepção realizada ao embaixador da Espanha franquista, Raimundo Fernandez (*A Noite*, 12 jun. 1940, p. 2, 1. ed.). Para o deleite de *A Noite*, Carmem Miranda, que estava em turnê no Brasil, também visitou o jornal (*A Noite*, 30 set. 1940, p. 1-8, 3. ed.).

[27] Gilberto de Andrade assumiu a direção geral da *Sociedade Rádio Nacional* em razão do pedido de demissão de Ismael Maia. A nomeação de Andrade para o cargo foi fundamental para o entendimento do trânsito de figuras entre *A Noite* e a *Rádio Nacional*: o novo diretor geral da rádio era jornalista na redação do periódico (*A Noite*, 19 de mar. 1940, p. 2, 2. ed.) Na edição do dia seguinte, 20 de março, o novo diretor-presidente da *Rádio Nacional* protagonizou uma fotomanchete na capa do jornal (*A Noite*, 20 mar. 1940, p. 3). Essa troca de dirigentes entre as duas instituições também ocorreu com Augusto de Gregório que, convidado por Costa Neto para dirigir a *Rádio Nacional*, só aceitou ser mais um dos diretores de *A Noite* (*A Noite*, 21 mar. 1940, p. 1, 2. ed.).

só algumas peças do tabuleiro haviam mudado, entretanto, o jogo continuava o mesmo (*A Noite*, 25 de mar. 1940, p. 1, 2. ed.)[28].

Autenticado pelas vozes autorizadas, restava para *A Noite* publicizar a fala de seu próprio superintendente: somente na segunda edição de 30 de março, uma nota oficial do gabinete de Costa Neto elencou os "motivos de interesse nacional" da encampação, afirmando que o patrimônio da *São Paulo-Rio Grande* foi adquirido através de "receitas e lucros sonegados" e que o empréstimo realizado pela empresa junto ao governo, 3 milhões de libras, fora investido parcialmente na compra de ações de outras companhias, desviando-se do objetivo inicial de melhoramento da própria estrada de ferro. Costa Neto acusou ainda os antigos diretores de recorrerem à "[...] artifícios, simulações e camuflagens possíveis e inimagináveis para, lesando o Estado, aumentar os seus lucros e as suas rendas". Costa Neto vai além da mera acusação afirmando que iria mandar abrir "[...] um inquérito administrativo e tantos outros policiais quantos fossem precisos para entregar à Justiça os que fossem encontrados em culpa" (*A Noite*, 30 mar. 1940, p. 3, 2. ed.).

O tom ameaçador e a postura autoritária de Costa Neto condiziam com seu estilo de administração: o coronel, como bom militar, procurava desempenhar suas atribuições com mãos de ferro e olhar centralizador, transferindo, por exemplo, o escritório da Superintendência das EIPN para o décimo quarto andar do *Edifício A Noite*, local em que dava amplo expediente ao público todos os dias no período da tarde. Heitor Moniz, jornalista e colunista em *A Noite*, foi nomeado secretário da Superintendência (*A Noite*, 1 abr. 1940, 3. ed.). Menos de uma semana após a instalação de seu escritório no prédio de *A Noite*, o coronel promoveu sua primeira "viagem de inspeção" para verificar as condições das empresas incorporadas à união nos estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina (*A Noite*, 4 abr. 1940, p. 2, 2. ed.)[29].

Administração eficaz, combate à corrupção e fortalecimento do patrimônio público: esses eram os ingredientes para o sucesso almejado por Costa Neto para o conjunto midiático que se transformaria na futura *Empresa A Noite*. Mas faltava ainda o toque final para efetivação de um projeto de comunicação que era bem particular de *A Noite*: sua popularidade baseada não apenas no noticiário popular, mas,

---

[28] Utilizando a repetição de notícias como recurso de reiteração da informação, *A Noite* republicou a entrevista de Almirante/Mauro na terceira edição do mesmo dia (*A Noite*, 25 mar. 1940, 3. ed.).
[29] Em algumas edições, o jornal se referia as EIPN como Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União, contudo, esse não era o nome oficial da organização.

especialmente, nas campanhas, concursos, promoções e temários que foram encabeçados pelo vespertino e que ecoavam na noção de comunicabilidade idealizada pelo Estado Novo. *A Noite* se transformou em um ator político mediador da sociedade junto aos poderes públicos. Agindo em outras frentes, verificaremos também que a nova administração Costa Neto não só deu continuidade, mas ampliou projetos "sociais" e espaços reservados no periódico que eram destinados à publicidade de informações de caráter popular[30].

Em suma, a encampação de *A Noite* – e de todas as empresas do grupo – consistiu em estratégia do regime de colocar em prática um projeto de comunicação social oficial que buscou criar um grupo de empresas jornalísticas que veiculassem a ideologia estadonovista sem alterar drasticamente as características essenciais de *A Noite*: o jornal aumentou a quantidade de notícias relacionadas ao cotidiano do Governo Federal, contudo, manteve o temário popular (coluna policial, tragédias do cotidiano, noticiário esportivo etc.). O projeto de comunicação social de *A Noite* procurou proporcionar aos seus leitores notícias com uma linguagem direta, a preço acessível e com forte apelo sensacionalista[31].

1.3 Sangue e notícias em *A Noite*: a manutenção do noticiário "popular" pela nova administração

A encampação de *A Noite* e a nova administração Costa Neto irá acarretar em algumas modificações de ordem empresarial e editorial no jornal. Se antes da encampação o vespertino tinha como foco notícias sobre fatos policiais e informações sobre o cotidiano da cidade do Rio de Janeiro, com a mudança de orientação, *A Noite* manteve esse universo temático, mas também passou a privilegiar assuntos até então inexplorados, podendo ser verificado um aumento significativo do número de

---

[30] Era comum a publicação de notícias sobre a visita de delegações de trabalhadores que congratulavam o vespertino por mediar conversações com esferas oficiais. Na segunda edição de 3 de abril de 1940, por exemplo, uma nota informou a visitação de trabalhadores do Arsenal da Marinha à redação do jornal para agradecê-lo por ter intermediado suspensão temporária de medida que visava a demissão de seiscentos operários (*A Noite*, 3 abr. 1940, p. 4).

[31] O jornal continuou apostando em reportagens de assassinatos, crimes passionais, atropelamentos, roubos e suicídios. O noticiário policial teve grande destaque durante o período em que o periódico esteve sob direção de jornalistas simpáticos ao regime, contudo, verificaremos que, diferente de antes da encampação, os textos louvavam a ação eficaz da polícia do Rio de Janeiro, buscando caracterizá-la como uma instituição constituída de homens nobres e modelos de servidores públicos.

manchetes e notícias acerca das ações governamentais da ditadura. Do mesmo modo, a quantidade de páginas e a ampliação de suas colunas pôde ser constatado a partir da análise documental: com a encampação, das seis a oito páginas até então publicadas, as edições de *A Noite* foram ampliadas para oito, dez e em algumas, doze páginas, aumentando desta maneira o tamanho do jornal e o volume de informações nele veiculados. Foi também verificado um aumento significativo no número de fotografias, dando ao vespertino uma apresentação mais dinâmica, procurando a nova direção destacar a capa do jornal com o uso de grandes manchetes seguidas dos “flagrantes” registrados pela equipe de repórteres fotográficos do periódico.

As primeiras modificações editoriais atingiram igualmente a divisão das seções presentes no jornal. Entretanto, foram mantidas as colunas: *O tempo*, previsão do tempo; *Ecos e Novidades*, coluna com comentários sobre o cotidiano da cidade do Rio de Janeiro; *Moda*, seção que versava sobre as últimas tendências da moda, sobretudo a alta costura parisiense; *Comunicados*, espaço onde reunia anúncios de falecimentos, funerais e missas de sétimo dia; *Mundana*, coluna social sobre a realização de eventos promovidos pelas elites cariocas, contendo ainda informações sobre aniversários, festividades, missas, casamentos, batizados etc.; *Culto Católico*, onde se reuniam informações sobre eventos promovidos pela Igreja Católica no Rio de Janeiro; *Oportunidades Comerciais*, conjunto de notas que anunciava as oportunidades de negócios no Brasil e exterior; *Cinema*, reunião de críticas cinematográficas e programação das salas de cinema do Rio de Janeiro; *Teatro*, programação e crítica dramatúrgica de espetáculos teatrais; *Coluna Médica*, setor contendo notícias sobre o universo médico e dicas de especialistas na área da saúde; *Notícias do Interior*, reunião de noticiário sobre os estados da federação; *Finanças e Economias*, notícias sobre a economia nacional e publicação de tabelas com dados cambiais, cotações monetárias e agrícolas; *Desaparecidos*, local onde se publicava anúncios a pedido por familiares a procura de parentes desaparecidos; *Página do Sport*, seção especial sobre o mundo esportivo, dando-se ênfase sobretudo ao futebol carioca; *Economia Culinária*, coluna onde se publicava receitas culinárias.

Se algumas colunas foram mantidas, tantas outras foram criadas: em abril, pouco após a encampação, a coluna *O que dizem os matutinos* reunia notícias oriundas de outros periódicos cariocas, tais como o *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã*, e procurava reforçar temas que já haviam sido tratados em edições anteriores de *A Noite* (*A Noite*, 3 abr. 1940, p. 2, 1. ed.). Já em *Conte o seu caso de amor*, a seção especial dominical publicava cartas de leitoras que desabafavam suas

experiências amorosas que, segundo o próprio vespertino, consistia em uma “seção mais amena” (*A Noite*, 6 out. 1940, p. 6, 2. ed.).

Quanto à localização das notícias nas páginas, a nova direção de *A Noite* passou a publicar junto ao noticiário internacional, que tinha na capa seu espaço exclusivo, manchetes sobre o Estado Novo que, geralmente, valiam-se do sistema de continuidade da manchete: estampava-se na capa a chamada, com fotografias e manchetes em destaque, sendo os textos continuados na segunda ou terceira página da edição. Por outro lado, ocorreu uma ampliação das fontes de informação publicadas pelo vespertino: nota-se, após a encampação, um aumento significativo no número de agências de notícias utilizadas, sobretudo, quando se tratava de notícias sobre o desenrolar da Segunda Guerra Mundial (1939-1945): a *Havas*, a *United Press*, a *Associated Press* e, não menos importante, a Agência Nacional, esta última grande produtora de noticiário oficial e parceira de *A Noite*.

O aumento no número de páginas seguiu a um maior espaço destinado à publicidade comercial: a nova administração *A Noite* ampliou o seu serviço de recepção de anúncios publicitários e classificados com a instalação de um posto de coleta de propaganda na Casa Arthur Napoleão, localizada na Avenida Rio Branco, com horário ampliado de funcionamento (até às 22 horas), denotando assim, tanto a relativa dependência do periódico da verba oriunda da publicidade comercial quanto as parcerias firmadas com o comércio carioca (*A Noite*, 3 abr. 1940, p. 6, 1. ed.)[32].

O número de edições foi igualmente expandido: nas segundas-feiras, *A Noite* passou a contar com três edições (“9 horas”, “11 horas” e “Final”, finalizada às 17 horas), dando-se continuidade à publicação de duas edições diárias, de terça a sábado. Nas edições de domingo foi adicionado o caderno *Suplemento em Rotogravura*, contendo quatro páginas – autointitulado pelo periódico como *A Noite Dominical* – possuindo um grande número de fotografias seguidos de textos com linguagem direta e em edição única[33].

Verificou-se também uma mudança no modo como se repetiam as notícias publicadas na primeira e segunda edição: se antes da encampação o que as diferiam eram somente as páginas um e oito (capa e contracapa), republicando-se todas as

---

[32] Falo em relativa dependência já que devemos considerar que *A Noite* e o grupo de empresas de comunicação ligadas à *Empresa A Noite* gozavam de amplos privilégios governamentais, tais como a facilitação de importação de papel de imprensa e por contarem com fábrica de papel própria que irá fornecer papel nacional para os veículos de comunicação da *A Noite*.

[33] Aos domingos, o jornal contava apenas com uma edição. Ver, respectivamente, as edições *A Noite*, 11 mar. 1940, 1. ed.; 10 mar. 1940.

notícias nas páginas internas do jornal, a nova direção passou a publicar nas páginas centrais da segunda edição novas matérias ou atualizações de informações anteriormente publicadas na primeira edição. Essa nova proposta do jornal, modificou a apresentação da notícia, onde personalidades do regime e os projetos de Brasil do Estado Novo ganharam espaço no jornal, notando-se um declínio das temáticas acerca do cotidiano do Rio de Janeiro e uma valorização do noticiário sobre o regime, este produzido não apenas pela Agência Nacional, mas, mormente, pelo *Serviço Especial A Noite*, equipe de reportagem que se deslocava até o local dos fatos para apurar as informações.

As mudanças operadas no periódico foram significativas, notando-se uma ampliação do universo temático do Estado Novo: oito dias após a encampação, na edição de 14 de março de 1940, das dez manchetes presentes na capa, oito versavam sobre temáticas estadonovistas (p. 1). Esse aumento verificado nas edições analisadas demostra que a direção de J. E. de Macedo Soares apostou na continuidade do temário popular (casos policiais, tragédias, atropelamentos) mas também procurou introduzir, de modo abrupto, novos protagonistas da notícia.

Dar continuidade ao noticiário popular foi um meio da nova direção em manter cativo o seu público leitor – o jornal custava quatrocentos mil réis, o preço médio de dois pães de sal, valor baixo para um jornal diário – ao mesmo tempo que a introdução de temas políticos e de interesse econômico foram sendo paulatinamente discutidos por *A Noite*.

O noticiário espetacular, com amplas manchetes e uso de fotografias, foi devidamente explorado pelo vespertino. Casos que tinham grandes repercussões, sem a aplicação de filtros morais, ganhavam contornos mais sórdidos com a publicação de fotografias, sendo os crimes passionais uma das temáticas que ganhavam grande destaque no jornal. Ocorrências envolvendo múltiplos homicídios seguidos de suicídio – muitos praticados pelo patriarca da família – como foi o caso ocorrido em Santa Tereza, Rio de Janeiro, onde a foto do casal morto, Varjão e Yvone, (Figura 01), estampou a capa anunciando a "tragédia horrível desta tarde". Com forte apelo sensacionalista, o jornal ainda publicou uma foto do "único sobrevivente", Cesar Augusto, filho do casal com nove meses de vida, encontrado pela polícia "nos braços da morta", sua mãe (*A Noite*, 16 abr. 1940, p. 1-2, 2. ed.). Contendo detalhes da discussão que antecedeu os assassinatos, afirmando se tratar de crime premeditado, já que Varjão, teria afirmado em cafés que frequentava que "[...] eu morro – mas comigo levo três!", a reportagem não se ateve a publicizar os fatos, mas deu

continuidade à reportagem nas edições seguintes, procurando dar um desfecho na história, trazendo posteriormente, resumos biográficos das vítimas, seguidos de fotografias de acervo pessoal destas, buscando ainda compreender os motivos do acometimento do crime (*A Noite*, 16, abr. 1940, p. 1-3, 1. ed.). Manchetes como “Eu quero viver na orgia” - reportagem sobre o caso de trabalhador rural que assassinou a esposa para poder “viver na orgia” - eram um chamariz para os leitores de banca de jornal, servindo como convite para o texto publicado nas páginas internas do vespertino (*A Noite*, 1 abr. 1940, p. 1, 1. ed.).

O feminicídio era um tema amplamente explorado por *A Noite* e as notícias que o divulgavam eram carregadas de forte apelo sensacionalista. O vespertino explorava com letras garrafais as “desgraças” alheias da sociedade, tal como ocorreu em assassinato ocorrido em Santa Cruz, Rio de Janeiro, envolvendo Antônio Reis que matou sua esposa, Carmem, deixando à sorte oito filhos pequenos (*A Noite*, 29 nov. 1940, p. 1-7, 2. ed.). Dando continuidade à cobertura do caso, *A Noite* mandou uma equipe de reportagem ao enterro de Carmem, descrevendo com detalhes o clima de consternação de amigos e familiares (*A Noite*, 30 nov. 1940, p. 1-3, 1. ed.).

Ocorrências de violência contra a mulher eram diariamente noticiadas pelo vespertino: uma cena brutal ocorrida em uma casa na Rua Haddock Lobo, Rio de Janeiro, onde um inspetor da força pública mineira, Iminar Alvarenga, que sofria de problemas mentais, atacou sua esposa, Perpétua Cruzeiro Alvarenga, com um punhal por esta ter rompido o relacionamento em razão das frequentes ameaças de morte do companheiro. Após esfaquear a esposa, o autor ingeriu grande quantidade de líquido “tóxico” na tentativa de se matar (*A Noite*, 12 dez. 1940, p. 1-3, 1. ed.).

Para *A Noite*, os autores de crimes passionais – especialmente os que envolvia múltiplas vítimas - eram caracterizados como possuidores de um “acesso de loucura súbita”, procurando o periódico identificar as causas do ato como oriundas de “desordens mentais”: na manchete “Um drama em Santa Tereza”, a reportagem noticiou o caso de Aires Silva que tentou “[...] matar a família inteira e depois justiçar-se” com uma navalha, saindo ilesa da tragédia apenas a filha mais nova do casal, Carmen, de apenas dois anos (*A Noite*, 17 jul. 1941, p. 1-2, 2. ed.). Nove dias após os fatos, o vespertino informou na manchete “Tomado de alucinação” que Aires havia sido transferido para o Hospital Nacional de Alienados (*A Noite*, 26 jul. 1941, p. 2, 1. ed.).

A ideia de que os autores desses crimes passionais estariam “alucinados” eram aplicados a casos em que tanto a polícia quanto o próprio jornal não conseguiam

explicar os motivos do crime: em Barra do Piraí, Rio de Janeiro, o trabalhador rural Benedito Gastão, tomado de “alucinação pavorosa”, desferiu golpes de foice contra sua mãe idosa, ao passo que, ao ser cercado por vizinhos, fugiu com seu filho pequeno e atirou-se em frente a um trem que transitava na linha férrea (*A Noite*, 15 out. 1941, p. 1, 1. ed.).

Boa parte dos homicídios noticiados por *A Noite* tratavam-se na verdade de violência empreendida contra a mulher. Para o periódico, esses casos eram classificados somente como “tragédias”, muitas vezes, explorando assuntos privados que vinham a público após o crime: em “Tragédia em Copacabana”, o jornal publicou a fotografia da “formosa amante”, Olga Santos, e de seu assassino, Edward Pedroso de Andrade, que a apunhalou com dezoito facadas e “[...] suicidou-se com mesma arma, dando dez golpes no peito” (*A Noite*, 22 jan. 1941, p. 1-3, 1. ed.)[34]. Notícias envolvendo o que o jornal intitulava “drama passional”, tal como um caso ocorrido em São Gonçalo, Rio de Janeiro, onde Arino da Costa Pinheiro assassinou sua amante com seis punhaladas, Carolina da Silva que, segundo o jornal, “[...] embora de condição modesta, era bastante bonita e muito jovem”, em razão desta ter rompido o relacionamento com o agressor. Após cometer o crime, Arinos não se evadiu do local, aguardando a polícia para então ser preso em flagrante (*A Noite*, 27 fev. 1941, p. 2, 1. ed.).

Outro filão noticioso, demasiadamente explorado pelo periódico, consistia na cobertura dos casos de suicídios. Esse noticiário sobre as infelicidades pessoais, que se tornavam públicas com a notícia, contribuía na composição dos temários populares tratados por *A Noite*. Suicídios envolvendo a ingestão de líquidos venenosos eram recorrentes na época, especialmente se tais casos tivessem como protagonistas indivíduos que eram conhecidos parcialmente pelo público: a manchete, “Matou-se no dia dos anos da filhinha”, o médico Adolpho Zemelson, “[...] pai exemplar” e “[...] chefe de importantes clínicas e hospitais da cidade” cometeu um “suicídio emocionante” justamente no dia da festa de aniversário de sua filha de dois anos de idade (*A Noite*, 18 jan. 1941, p. 1-2, 1. ed.).

Um outro caso, carregado de preconceito religioso, “O suicídio do macumbeiro”, o vespertino noticiou a morte de Waldomiro, pai de santo, que realizou na rua uma

---

[34] Na segunda edição foram publicados novos detalhes sobre o caso na manchete “Alucinado pelos olhos verdes”, onde revelou-se que Andrade era muito ciumento devido ao trabalho de Olga, conhecida também como “Adélia, a borboleta dos dancings” (*A Noite*, 22 jan. 1941, p. 1-2, 2. ed.).

"cena singular e macabra": após acender velas e deitar-se no "passeio", Waldomiro ingeriu uma "grande quantidade de tóxico" misturados com cerveja. Seu corpo, encontrado no dia seguinte, levou a polícia a realizar diligências em sua casa, onde encontraram "[...] grande número de petrechos destinados a prática de magia negra" (*A Noite*, 4 jul. 1941, p. 2, 1. ed.)[35].

O noticiário sobre acidentes e tragédias envolvendo veículos automotores, trens ou aviões eram igualmente exploradas por *A Noite*, especialmente se estes acontecimentos envolvessem uma grande quantidade de vítimas. Além de dar ampla cobertura sobre os fatos, o periódico enviava equipes de repórteres à casa dos familiares na tentativa de colher mais informações pessoais sobre os mortos. O caso da queda de avião bimotor da Vasp na Praia de Botafogo, publicado em edição extraordinária no dia 8 de novembro de 1940, ganhou amplo destaque, pois dentre os quinze passageiros e dois tripulantes mortos no acidente, foram vitimados o embaixador de Cuba no Brasil e o pesquisador e professor Evandro Chagas. Fotografias dos destroços foram publicadas na capa seguidas de texto contendo resumo biográfico das vítimas (Figura 02) (*A Noite*, 8 nov. 1940, p. 1-9, ed. extra). Na edição seguinte, o jornal trouxe uma nova reportagem sobre o sinistro, sobretudo, procurando identificar suas causas (*A Noite*, 9 nov. 1940, p. 1-3, 1. ed.). Na edição dominical, o vespertino cobriu com riqueza de detalhes a realização das cerimônias fúnebres das vítimas, destacando a "grande concorrência" de público devido à comoção provocada pelo desastre (*A Noite*, 11 nov. 1940, p. 3).

Além da exploração jornalística das cenas de sangue, *A Noite* buscou noticiar casos policiais que tinham em suas narrativas elementos jocosos e pitorescos. Na manchete "Chamem o rabecão do necrotério", uma curiosa reportagem sobre um assalto à uma barbearia no bairro de Laranjeiras, Rio de Janeiro, chama a atenção pela forma como foi feita a narrativa dos fatos: na fuga dos dois autores, após a polícia desferir tiros na direção dos jovens, um deles "finge-se de morto". Quando o

---

[35] Um curioso caso de "suicídio" noticiado pelo jornal foi o de Tranquilino, noivo que, na véspera de seu casamento desfez o noivado por meio de um "bilhete suicida". Após procurarem as autoridades policiais, a família de Tranquilino buscou auxílio de *A Noite* que publicou reportagem sobre o caso (*A Noite*, 12 dez. 1940, p. 1-8, 1. ed.). Alguns indivíduos não logravam êxito em tirar suas vidas, como ocorreu na fracassada tentativa de suicídio no quarto andar do *Cassino Atlântico* onde, após participar de programa de calouros na *Rádio Ipanema*, uma jovem cantora se atirou da janela do edifício. Ao ser socorrida, a suicida afirmou à reportagem que havia se jogado pela janela por ter sido "gongada" no programa radiofônico que participava (*A Noite*, 4 dez. 1941, p. 3, 1. ed.). Na manchete "Seu comissário minha mulher quer se matar", a reportagem cobriu o caso de um esposo que, devido às inúmeras tentativas de suicídio da companheira, não via outra solução que não fosse a de entregar às autoridades sua esposa com permanente ideação suicida (*A Noite*, 8 abr. 1940, p. 1, 2. ed.).

comissário se aproximou do “cadáver” e ordenou que “[...] mandem buscar o rabecão do necrotério”, o rapaz abriu os olhos e se entregou à polícia (*A Noite*, 11 ago. 1941, p. 3, 3. ed.). Noutra notícia, quando Emílio da Silva tentava furtar uma residência, acabou sendo surpreendido pelos proprietários que “[...] deram uma coça tremenda no ladrão”, deixando-o gravemente ferido, fato extremamente comemorado pelo jornal (*A Noite*, 13 jan. 1941, p. 2, 1. ed.).

Furtos e assaltos eram matéria prima para o noticiário policial de *A Noite*, sobretudo se os “meliantes” eram figuras conhecidas da polícia: a prisão de “Moleque e Perigo” - ladrões cariocas “de carreira” - após os criminosos efetuarem uma série de assaltos a comerciantes no Rio de Janeiro foi elogiada pelo vespertino (*A Noite*, 15 abr. 1940, p. 2, 1. ed.). As notícias sobre grandes furtos não se limitavam ao Rio de Janeiro, sendo comum reportagens sobre “furtos audaciosos”, tal como ocorreu em um caso de roubo de joias em São Paulo, onde o ladrão, identificado como Álvaro Falcon, teve a artimanha de substituir o cofre repleto de pedras preciosas por outro idêntico, só que repleto de pregos. Após o crime, a vítima anunciou o pagamento de recompensa de vinte contos de réis em troca de informações que levassem a prisão de Falcon e a descoberta do paradeiro das joias (*A Noite*, 4 jun. 1940, p. 4, 1. ed.).

Se caso a vítima fosse figura ligada aos setores da segurança pública ou às forças armadas, a resolução dos crimes contra o patrimônio privado era tratada como prioridade, tal como aconteceu no caso do furto de “pratas e cristais” subtraídas da residência de um capitão do Exército, sendo o crime prontamente solucionado logo após o ocorrido, fruto das diligências policiais que prenderam o “larápio” ainda em posse dos objetos surrupiados (*A Noite*, 11 abr. 1940, p. 6, 1. ed.)[36]. Em algumas situações, a cobertura de pequenos furtos praticados por empregados de estabelecimentos comerciais ganhava realce no jornal, como a acusação de proprietário de fábrica de pregos que se queixou de que seus empregados estariam furtando sua produção (*A Noite*, 13 mar. 1941, p. 2, 1. ed.).

Os estelionatos complementavam o conjunto de temas do noticiário policial de *A Noite*[37]. Em uma sociedade extremamente desigual, as aparências muitas vezes

---

[36] Para espanto do moralista *A Noite* nem só homens participavam de pequenos furtos: a prisão de Monica Farre, batedora de carteiras no centro do Rio de Janeiro, foi comemorada pelo jornal. Após tentar furtar bolsa de uma senhora, a ladra foi presa em flagrante e enviada ao presidio feminino (*A Noite*, 4 out. 1940, p. 1-2, 2. ed.).

[37] Alguns casos ganhavam espaço no jornal por suas peculiaridades, tal como ocorreu em Recife, Pernambuco, onde homem se casou com viúva abastada com o objetivo de herdar seus bens. O curioso é que o estelionatário não foi detido pela tentativa de golpe, mas sim, por ele já ser casado,

enganavam: a manchete "Passavam-se por granfinos em Copacabana" anunciou a prisão de uma quadrilha de estelionatários que, passando-se por membros da elite carioca, furtavam joias, champanhes e dinheiro em estabelecimentos comerciais de produtos importados. Após a denúncia de uma verdadeira "onda de assaltos" feita pelos comerciantes, o jornal estampou a foto dos "larápios" e dos produtos apreendidos pela polícia civil (*A Noite*, 4 abr. 1940, p. 1-3, 1. ed.). As artimanhas desses criminosos eram divulgadas com espanto e indignação pelo periódico, tal como foi o caso envolvendo funcionários da Diretoria Geral dos Correios que, quando despachavam as encomendas postais, substituíam o conteúdo das correspondências por enchimentos de "papeis velhos". Ao serem confrontados pela polícia, um dos integrantes do esquema tentou suicídio na frente dos policiais (*A Noite*, 21 set. 1940, p. 1-2, 1. ed.).

Os golpes na praça, de menor potencial ofensivo, eram valorizados pelas reportagens de *A Noite* como forma de "prestação de utilidade pública", tal como advertiu o jornal sobre os "falsos cobradores da Inspetoria de Águas", onde, contando com a participação de funcionário público, recebiam indevidamente por multas aplicadas pelo excesso de consumo (*A Noite*, 15 out. 1940, p. 2, 2. ed.). Em um outro caso, a coluna *Ecos e Novidades*, cobrou das autoridades policiais maior rigor na punição de falsificadores de vacinas de animais em São Paulo e de leite no Rio de Janeiro, exigindo, além do mais, a expulsão do país dos envolvidos (*A Noite*, 14 out. 1941, p. 2, 1. ed.).

A repressão policial não se limitava aos costumeiros protagonistas do mundo do crime - ladrões, assaltantes e estelionatários[38] - verificando-se, do mesmo modo, reportagens que procuravam mostrar a face moralizadora da polícia carioca. O Jogo do Bicho, por exemplo, era um dos alvos das campanhas levadas a cabo pelo vespertino. Na manchete "'Blitzkrieg' contra os bicheiros", valendo-se do nome dado à guerra relâmpago nazista, a reportagem trazia detalhes e fotos da prisão de mais de "600 contraventores" (Figura 03) após uma operação encabeçada por Filinto Muller, chefe da polícia carioca (*A Noite*, 31 out. 1940, p. 1-3, 1. ed.). Dias após a prisão em massa de bicheiros, a polícia anunciou a transferência de duzentos e

---

configurando-se assim, um caso de bigamia, crime passível de detenção em regime fechado (*A Noite*, 2 out. 1940, p. 5, 1. ed.).

[38] Poucas foram as referências no noticiário policial que envolviam o tráfico de psicotrópicos. Na chamada "Fabricavam cigarros de maconha", uma reportagem tratou sobre a prisão de dois irmãos que haviam criado uma "pequena fábrica" de cigarros de maconha que seriam revendidos nas praias cariocas (*A Noite*, 29 abr. 1940, p. 2, 1. ed.).

cinquenta contraventores para o presídio de Ilha Grande, Rio de Janeiro (*A Noite*, 5 nov. 1940, p. 1, 1. ed.). Após a finalização dos procedimentos de fichamento policial, *A Noite* obteve autorização de Muller para entrevistar alguns dos presos, sendo que, muitos deles, afirmaram à reportagem que voltariam a trabalhar novamente com o jogo assim que estivessem livres (*A Noite*, 12 nov. 1940, p. 1-3, 1. ed.).

A repressão aos “jogos proibidos” ganhou ares de campanha no periódico: um artigo sem autoria defendeu uma maior repressão policial e jurídica contra os bicheiros. Elogiando as “enérgicas medidas” do chefe de polícia, Muller, o texto reforçava a ideia de que o jogo “[...] estava se tornando insuportável, pela desfaçatez dos contraventores, afrontando as próprias autoridades”. Como resolução para se extinguir a jogatina, Muller determinou que bancas de jornais, jornaleiros e demais estabelecimentos comerciais ficassem proibidos de realizarem as apostas sob ameaça de serem interditados pelas forças policiais (*A Noite*, 27 nov. 1940, p. 2, 2. ed.).

Contudo, os esforços da polícia em acabar com o jogo não surtiu o efeito esperado por *A Noite*: após permanecerem poucos dias detidos, mais de cem bicheiros foram libertados de Ilha Grande (*A Noite*, 18 dez. 1940, p. 1-3, 1. ed.), mas isso não antes de escutarem uma palestra do Capitão Batista Teixeira que, além de exortá-los a mudarem de vida, tiveram que assinar um termo de “bem viver” onde se comprometiam a arrumarem trabalho com registro em carteira no prazo de trinta dias, sob ameaça de retornarem à prisão (*A Noite*, 18 dez. 1940, p. 1-8, 2. ed.)[39]. Em dezembro de 1940, o periódico anunciou a “extinção do jogo do bicho” na cidade do Rio de Janeiro com o fechamento da banca de “V. Fernandes & C.”, grande organização bicheira carioca (*A Noite*, 14 dez. 1940, p. 1-2, 2. ed.).

Se a operação policial não obteve êxito em manter os contraventores presos, o governo buscou outras formas de barrar a ação dos bicheiros aplicando multas de até trinta contos de réis, via Fazenda Nacional, aos donos de bancas que insistissem em dar continuidade ao jogo (*A Noite*, 26 jan. 1941, p. 1, 2. ed.). Ainda em 1941, o governo Vargas procurava combater o bicho com uma “ofensiva” que se estendeu a outros municípios da baixada fluminense (*A Noite*, 15 jul. 1941, p. 1-3, 1. ed.).

---

[39] Em maio de 1941 uma nova leva de bicheiros foi presa e encaminhada ao Presídio de Ilha Grande, onde a notícia destacou o embarque dos contraventores no cais do Porto do Rio de Janeiro (*A Noite*, 15 maio 1941, p. 1, 1. ed.).

Um outro alvo da polícia carioca eram os praticantes das religiões de matriz africana, classificados pejorativamente pelo jornal como “macumbeiros”. Em reportagem sobre ação policial contra um terreiro de Umbanda no Rio de Janeiro, a manchete “Ofensiva contra os macumbeiros”, estampava fotos dos frequentadores durante o ritual e a realização de mais de uma “[...] centena de prisões em 48 horas”, procurando a reportagem, sobretudo, associar a grande afluência de pacientes ao manicômio da cidade após realizarem consultas com os pais de santos (*A Noite*, 31 mar. 1941, p. 1-2, 2. ed.). Na edição seguinte, a coluna *Ecos e Novidades* atribuiu ao crescimento dos casos de saúde mental ao aumento do número de casos de sífilis e a influência de “espertalhões e aproveitadores” que se valiam do sofrimento familiar para aferirem lucros com suas “macumbas” (*A Noite*, 1 abr. 1941, p. 2, 1. ed.).

O preconceito das forças policiais e de *A Noite* para com as práticas religiosas consideradas como “baixo espiritismo” eram, inclusive, incentivados e apoiados por parte da população católica carioca: após denúncia realizada por moradores da Estrada da Portela, a polícia “varejou a macumba”, prendendo o pai de santo e os frequentadores do local, bem como os “apetrechos usados para a prática das macumbas”. O texto ressaltou que os moradores da região “tiveram o sono reparador” restituído após a operação policial (*A Noite*, 16 ago. 1941, p. 2, 2. ed.)[40].

A continuidade desse temário com alto teor informacional sensacionalista, evidencia uma tentativa da nova direção J. E. de Macedo Soares em fidelizar o público leitor de *A Noite*, acostumados com um noticiário diversificado que tinha como foco as desfortunas do cotidiano de personagens anônimos. Pensar que, consciente ou não, o vespertino proporcionou a essas figuras desconhecidas um protagonismo que não era valorizado por outros periódicos do período, figurando uma inovação que foi coloca em prática pela nova diretoria que conseguiu mesclar o noticiário dito “popular” com as temáticas oficiais que iam ganhando cada vez mais espaço editorial em *A Noite*.

Realizando, inicialmente, pequenas modificações editoriais, o periódico pós encampação assumiu um novo papel diante seu público leitor: o de mediador dos reclames e aspirações populares junto aos poderes públicos. Verificaremos que *A*

---

[40] O caso da morte, por causas naturais, de um capitalista carioca foi amplamente divulgado pelo jornal como decorrente de uma “macumba”: após a morte do patrão, a empregada da residência foi presa sob a acusação de praticar “magia negra” contra o empregador. De acordo com o jornal, após investigações policiais, foram constatados ossos de bodes que teriam sido utilizados em rituais contra a “saúde do milionário” (ver edições *A Noite*, 14 jun. 1941, p. 3, 2. ed.; 18 jun. 1941, p. 1-2, 2. ed.).

Noite, protagonizando essa mediação, criou novas formas de comunicabilidade com seus leitores, divulgando em suas páginas as mazelas sociais e as reinvindicações populares, estritamente controladas pela censura oficial reinante, é claro, mas que gozavam de relativa autonomia. O novo jornal *A Noite* transformou problemas do cotidiano em verdadeiras campanhas, fortalecendo, desta maneira, a figura do "carioca-repórter" como espaço de reinvindicação popular.

1.4 *A Noite*: um jornal a serviço do povo?

A nova direção de *A Noite* passou a valorizar e ampliar algumas temáticas que já eram trabalhadas pelo periódico antes da encampação: o estabelecimento de canais de comunicação com os leitores por meio de cartas que eram enviadas à redação e que, após seleção, eram publicadas com o objetivo de criar uma autoimagem que o caracterizasse como um jornal a serviço dos desvalidos. A ideia de dar voz aos excluídos, por meio da publicação de "denúncias" ou "reclames" foi largamente utilizada pelo vespertino, aumentando-se cada vez mais sua popularidade diante das classes menos favorecidas. Do mesmo modo, o periódico passou a investir numa imagem de promotor de eventos sociais, tanto os ligados às práticas esportivas, momento em que conseguia reunir uma grande quantidade de participantes, cobrindo, com destaque, tanto os eventos esportivos que eram patrocinados por ele, quanto os de cunho filantrópico, representados pela realização de concursos, sorteios e distribuição de presentes.

A Noite dedicava parte de seu espaço para a publicação de solicitações de auxílio enviadas à redação por meio de cartas dos leitores. Na terceira edição de 18 de março de 1940, por exemplo, o vespertino publicou uma carta do leitor Augusto Mendonça que solicitava ajuda do vespertino para encontrar Petrino Alves Pereira, desaparecido há mais de vinte anos e que deixou a viúva, Divina Januária da Silva, passando por um "período de penúria" (*A Noite*, 18 mar. 1940, p. 6, 3. ed.).

Situações de vulnerabilidade social e crise financeira levavam a população a apelar ao vespertino, explorando o jornal, especialmente, casos que envolvessem famílias que contassem com um número considerável de crianças: Deolindo Vejalles, morador de Quaraí, Rio Grande do Sul, após se casar com Ilse Silva, teve um filho no primeiro ano de casamento, gêmeos no segundo e trigêmeos no terceiro ano. Reforçando que todos gozavam de "perfeita saúde", o periódico solicitou aos leitores

o envio de donativos à família gaúcha, pois Deolindo, que “[...] ganha apenas sete mil e quinhentos réis diários, está se vendo a braços com enormes dificuldades para manter a família, que cresce numa progressão assustadora” (*A Noite*, 1 abr. 1940, p. 1, 2. ed.)[41].

Muitos desses auxílios eram enviados ao próprio jornal de maneira anônima, onde uma pequena coluna do jornal sob o título *Donativos enviados à Noite* era encarregada de publicizar o recebimento dos valores destinados à determinada família solicitante: Antônia Pereira dos Santos, “[...] que tem o marido condenado e vive com seus cinco filhinhos na mais completa miséria” recebeu cinquenta mil réis de pessoa que não quis se identificar. Já para D. Maria Pia Presta, “[...] que tem filha enferma e não dispõe de dinheiro, nem para pagar o quarto que ocupa”, foram enviados cinco mil réis, igualmente de doador anônimo (*A Noite*, 10 abr. 1940, p. 6, 1. ed.). É interessante pensar o funcionamento desse “serviço” de doações que o jornal fortaleceu e ampliou logo após o processo de encampação: *A Noite*, indo muito além do informar, irá mediar o envio e recebimento de valores monetários, e simbólicos, entre quem necessita e quem doa[42].

A publicação desses pedidos de auxílio financeiro é entendida pelo periódico enquanto uma “caixa de ressonância”: em um artigo assinado por um dos diretores, o poeta Cassiano Ricardo, o autor afirmou que os leitores veem na imprensa um lugar onde “[...] as mais secretas confissões encontram nela as sonoridades que as tornam audíveis”. O diretor lembrou alguns exemplos de cartas “comoventes” e reiterou o compromisso da “família cristã” para com os desassistidos (*A Noite*, 27 dez. 1940, p. 2, 1. ed.). Essa mediação é importante do ponto de vista comunicacional, pois a imprensa, tal como entende o próprio jornal, devia ir muito além da sua função pública de informar, mas podia e devia, tão somente, interferir nas realidades sociais da sociedade a qual ela dialogava.

Outra forma de prestar auxílio aos leitores encontrada pelo jornal foi a publicação de pedidos de informações sobre pessoas desaparecidas. A coluna *Os desaparecidos*, publicada geralmente na quarta ou sexta página, reunia pequenas notas, acompanhadas de fotografias, onde familiares e amigos solicitavam

---

[41] O periódico também realizava campanhas em prol de entidades beneficentes ou assistencialistas: um comunicado publicado a pedido da Colônia de Leprosos Curupaiti, Rio de Janeiro, solicitava auxílio dos leitores para a realização do Natal dos Enfermos da instituição (*A Noite*, 23 dez. 1940, p. 9, 1. ed.).

[42] Por vezes a doação anônima de valores não tinha um destinatário específico, como o caso do envio ao jornal de cinco mil réis destinados “aos pobres de *A Noite*” (*A Noite*, 15 mar. 1940, p. 6, 1. ed.).

informações sobre o paradeiro de indivíduos as quais não tinham mais contato: os companheiros de trabalho de Vicente Pardini, "apreensivos" com o desaparecimento do colega, solicitaram ao periódico informações sobre sua localização e situação (*A Noite*, 30 mar. 1940, p. 6, 1. ed.). Em alguns casos, os leitores procuravam o vespertino para tentarem reatar relações com parentes distanciados pelo tempo, tal como o fizera Dona Dejanira Gomes Pereira que "[...] desde 1928 não tem ela notícia de seu pai". Dispondo de algumas informações básicas sobre o procurado - cor da cútis, altura, idade aproximada etc. - o familiar informava seu endereço residencial para recebimento de notícias sobre o parente desaparecido e aguardava, acompanhando o jornal, a publicação das informações solicitadas (*A Noite*, 15 abr. 1940, p. 5, 1. ed.).

A Noite também dispunha de um outro "serviço" disponível ao público, a coluna *Perdeu-se*: um espaço destinado aos leitores que tiveram objetos pessoais extraviados ou de pessoas que encontraram objetos de terceiros. Anunciou-se com o título "Quem perdeu?" o extravio de um conjunto de chaves encontradas no Posto 6 da Praia de Copacabana e que foi prontamente entregue ao jornal. Logo abaixo, um comunicado informava que "gratificava-se bem" quem entregasse uma câmera fotográfica esquecida no ônibus da linha Tijuca-Ipanema (*A Noite*, 13 mar. 1941, p. 4, 1. ed.). Fazendo a função de achados e perdidos, essas publicações serviam ao propósito do jornal em colocar à disposição de seus leitores e do público em geral canais de comunicabilidade na cidade.

Assumindo esse papel de interlocutor social, *A Noite* tomou como seus os problemas relacionados à prestação de serviços públicos para a população carioca. O jornal realizava uma espécie de monitoramento, com o auxílio dos leitores, da qualidade de serviços públicos ofertados nas áreas de transporte público, de asfaltamento de ruas, de saneamento básico e, especialmente, do fornecimento de água. Os moradores da Rua Daniel Carneiro, por exemplo, "dizem à Noite" que há mais de uma semana não tinham água nas torneiras do bairro de Engenho de Dentro (*A Noite*, 6 abr. 1940, p. 5, 1. ed.). Do mesmo modo queixaram-se ao jornal os moradores da Avenida Men de Sá (*A Noite*, 8 abr. 1940, p. 5, 1. ed.). Os transportes públicos, por sua vez, eram objeto de grande atenção por parte do periódico que produziu extensa reportagem sobre os problemas de deslocamento que os moradores dos subúrbios cariocas enfrentavam, chegando a propor à Prefeitura do Rio de Janeiro possíveis soluções para o transporte coletivo na Capital Federal (*A Noite*, 27 mar. 1941, p. 1-4, 1. ed.).

Essas denúncias, em grande parte oriundas dos subúrbios cariocas, ganharam cada vez mais espaço no periódico, sobretudo, com a estreia de colunas dedicadas exclusivamente à publicização desses descontentamentos populares de grupos geograficamente distantes do centro do Rio de Janeiro: em maio de 1940, as notícias produzidas com base nas denúncias feitas pelos leitores, que até a encampação estavam dispersas ao longo do jornal, foram reunidas na coluna *Reclamando*, onde eram publicadas cartas de moradores de zonas menos assistidas como forma de chamar a atenção dos governos, especialmente o municipal, para os problemas sociais vivenciados pelos cariocas (*A Noite*, 4 maio 1940, p. 6, 1. ed.).

Em dezembro de 1940 a coluna foi rebatizada com o nome de *Reclamam os subúrbios*, onde um texto introdutório explicou aos leitores que a reorganização da seção era devido ao "grande número de cartas" que apelavam "aos poderes públicos" soluções da coletividade das mais diversas, desde leitores que solicitam o recapeamento das avenidas esburacadas de Santa Cruz, Rio de Janeiro, à reclamação de moradores de Pedra de Guaratiba, Rio de Janeiro, pela falta de coletivos no bairro: acreditando o remissiva desta última que sua carta seria publicada, pois acreditava que o jornal era o legítimo "[...] defensor das causas justas e arauto das aspirações nacionais" (*A Noite*, 4 dez. 1940, p. 4, 1. ed.).

Pode-se achar estranho, num primeiro momento, que *A Noite* publicava reclamações da população carioca com o objetivo de criticar os poderes constituídos, sobretudo, o municipal. Contudo, levando-se em consideração que o jornal estava estritamente alinhado ao projeto de comunicação social do regime, um artigo da coluna *Ecos e Novidades* explicou que esses reclames populares publicados pelo vespertino objetivavam tão somente "[...] erguer uma palavra em favor dos subúrbios cariocas, que merecem [...] grandes atenções do governo municipal. Não é que a Prefeitura os tenha abandonado. Mas as populações desses subúrbios crescem dia a dia". Dirimindo qualquer dúvida que colocasse em xeque a sua lealdade, *A Noite* finalizou afirmando que "[...] estamos certos de que o prefeito, desejoso como está de dotar a nossa capital de novos melhoramentos, não vacilará em atender ao pouco do que pedem os subúrbios" (*A Noite*, 10 dez. 1940, p. 2, 1. ed.).

Diversificando as abordagens ao seu público leitor, uma outra ferramenta que contribuiu para o fortalecimento da autoimagem de *A Noite* como jornal afinado com as demandas sociais era o serviço especial do "carioca-repórter". Com o aumento do número de denúncias realizadas pelos leitores, o serviço que já existia antes da encampação foi ampliado por *A Noite*, passando essa seção do jornal a contar com

uma equipe jornalística específica que tinha a função de colher e checar “dicas” de leitores sobre possíveis grandes reportagens. O jornal disponibilizava ainda uma linha telefônica, a “23-4090”, estampada no cabeçalho do jornal, abaixo do título, onde os leitores poderiam telefonar e informar a equipe sobre algum “furo de reportagem”. Para o jornal, qualquer pessoa poderia ser um “carioca-repórter”, podendo o público contribuir com a pauta do periódico com informações “quentes”. Portanto, o jornal abria a possibilidade do leitor comum de participar da produção da informação ao mesmo tempo em que dispunha de uma quantidade indefinida de “repórteres” sugerindo notícias ou contribuindo com novas informações sobre casos que geravam grandes reportagens.

Em uma dessas chamadas para o “carioca-repórter”, a equipe foi alertada sobre a presença do compositor Ary Barroso e do cantor Orlando Silva em um terreiro de Umbanda em Catumbi, Rio de Janeiro. Descrevendo detalhes da viagem até a chegada à cidade fluminense, a reportagem deu de cara com os sambistas que, segundo o texto carregado de preconceito religioso, mostraram-se, aparentemente, ressabiados com a presença dos jornalistas. Ao final, a reportagem explicou que se tratava apenas de uma vivência de Barroso e Silva para a composição do samba “Despacho”, música que seria lançada em breve pela dupla (*A Noite*, 13 set. 1940, p. 2, 1. ed.). No dia seguinte, o periódico publicou uma entrevista com os sambistas que apostavam que a composição seria um estrondoso sucesso (*A Noite*¸14 set. 1940, p. 2, 1. ed.).

O serviço “carioca-repórter” levou o jornal a dar um passo adiante no estreitamento de relações com seu público leitor, passando *A Noite* a premiar os “carioca-repórteres” que fornecessem pistas que acarretassem na produção de reportagens. Um anúncio em quadro, por exemplo, incentivava os leitores a participarem dizendo ao jornal “o que viu, o que ouviu”, podendo a “notícia mais interessante do dia” ganhar até cinquenta e nove mil réis (*A Noite*, 26 set. 1940, p. 2, 2. ed.).

Premiando os leitores, *A Noite* procurava criar uma rede de informantes ao mesmo tempo em que fidelizava seu público leitor. Os ganhadores dos prêmios do “carioca-repórter” não tinham apenas suas sugestões noticiosas publicadas, mas também figuravam como protagonistas em reportagens que reforçavam a divulgação desse tipo de concurso. Segundo o jornal, a premiação diária pelas notícias “não é uma paga”, e sim, “[...] o testemunho da sua sagacidade, da sua inteligência”. Alguns desses “auxiliares” do jornal acabavam beneficiando entidades filantrópicas ao

destinarem os valores recebidos em prol de causas sociais (*A Noite*, 5 out. 1940, p. 8, 2. ed.).

A popularidade do “carioca-repórter” passou a ser tamanha chegando ao ponto de o jornal tomar conhecimento sobre fatos antes mesmo das autoridades policiais: o operário José Oliveira Lago, por exemplo, ao chegar no local onde estava realizando a demolição de uma padaria no centro do Rio de Janeiro, verificou que havia ocorrido um desmoronamento da estrutura do local. Ao dar fé de que seu colega de trabalho, “o Mineiro”, estaria soterrado nos escombros, resgatou prontamente o corpo do companheiro. Constatando que o mesmo já não respirava, Lago, “[...] que é leitor de A Noite e vem acompanhando com interesse o nosso concurso do carioca-repórter, antes mesmo de levar o fato ao conhecimento da Polícia, dele avisou a reportagem” (*A Noite*, 23 set. 1940, p. 3, 1. ed.).

As reclamações dos cariocas muitas vezes davam origem a verdadeiras campanhas encabeçadas por *A Noite*. A poluição sonora na cidade, por exemplo, começou a ganhar cada vez mais espaço no periódico com a publicação da reclamação de moradores da Praça José de Alencar, centro do Rio de Janeiro, do ruído provocado por uma garagem de ônibus nas proximidades (*A Noite*, 10 abr. 1940, p. 6, 1. ed.). Em dezembro, oito meses após a publicação do reclame, os moradores conquistaram sua primeira vitória: a empresa foi multada pela justiça em um conto de réis por cada noite de sono perdida pelos vizinhos (*A Noite*, 7 dez. 1940, p. 1-4, 1. ed.). Dias depois, a coluna *Ecos e Novidades* elogiou o juiz que deu causa ganha à ação movida por um dos moradores da Praça José de Alencar (*A Noite*, 9 dez. 1940, p. 2, 1. ed.).

Problemas relacionados a falta de coleta de lixo e de saneamento básico adequado geraram extensas reportagens, tal como ocorreu com a “[...] tremenda investida dos escorpiões” denunciada por *A Noite* no início de 1941. Em Andaraí, uma infestação do aracnídeo fez com que o periódico alarmasse a população sobre os perigos de sua picada, orientando os leitores a “chamarem a Assistência” em caso de contato com o animal peçonhento (ver edições *A Noite*, 9 jan. 1941, p. 1-3, 1. ed. e p. 1-2, 2. ed.). Dando continuidade à série de reportagens, o jornal publicou uma entrevista com especialista em aracnídeos que explicou aos leitores a ação do veneno no corpo humano e orientou-os com dicas de como evitar a proliferação do animal no ambiente urbano (*A Noite*, 14 jan. 1941, p. 1-2, 2. ed.).

Pode-se dizer que o jornal gozava de grande popularidade no Rio de Janeiro e essa popularidade aumentou cada vez mais com participação de *A Noite* na vida

esportiva carioca. O jornal criou equipes de futebol, torneios e campeonatos, como também promoveu eventos esportivos que atraiam grande público, fortalecendo cada vez mais o projeto de comunicação social de *A Noite* diante a população carioca.

O jornal criou o seu próprio time de futebol, o *Sport Club A Noite*, que estreou em jogo de um pequeno campeonato amador em homenagem prestada à imprensa carioca na sede do Carioca Sport Club. Reunindo uma grande quantidade de jornalistas e trabalhadores da imprensa carioca, os jornais montaram times e disputaram partidas amistosas, sendo, inclusive, anunciando com antecedência os locais e horários das partidas (*A Noite*, 10 abr. 1940, p. 7, 1. ed.)[43].

O sucesso do primeiro jogo proporcionou ao time amador de futebol de *A Noite* novas aspirações, levando os jogadores a embarcarem em uma excursão à Ilha do Governador para disputarem um amistoso contra o Sport Club Cocotá, sendo vencidos pelos donos da casa por 2x1 (*A Noite*, 18 jun. 1940, p. 7, 1. ed.). O *Sport Club A Noite* não se limitou em participar somente de jogos amistosas, mas promoveu, inclusive, um campeonato próprio: o Torneio Início de Football, organizado pelo jornal com apoio do Sport Club Fluminense, que cedeu seu estádio para a realização das partidas. Os times participantes foram divididos conforme cada setor da *Empresa A Noite* e eram compostos pelos seus respectivos funcionários, totalizando, assim, a formação de seis equipes: *A Noite*, *Administração*, *Vamos Ler*, *Carioca*, *A Noite Ilustrada* e *Rádio Nacional*. Para os organizadores do evento, o torneio "constituirá uma demonstração de civismo", pois unia ao "[...] fato esportivo, por si só merecedor de aplausos, demonstração cívica condizente com o espírito do Estado Novo" onde as madrinhas dos times entoariam o Hino Nacional acompanhadas de uma banda militar (*A Noite*, 7 nov. 1940, p. 7, 1. ed.). O torneio, que deixou de ser exclusivamente esportivo, passou a ganhar contornos políticos, procurando *A Noite*, via de regra, afirmar que suas ações estavam afinadas com a ideologia estadonovista[44].

A Noite não concentrou seus esforços comunicacionais em apenas uma modalidade esportiva, mas ampliou o patrocínio e criação de eventos desportistas que tinham na participação popular seu grande chamariz: A Corrida da Fogueira e a Prova de Natação A Noite, por exemplo, eram dois grandes acontecimentos na vida do jornal

---

[43] O jornal também patrocinou torneio de futebol amador com a *Taça A Noite* (*A Noite*, 22 nov. 1940, p. 8, 1. ed.)

[44] O jornal cobriu também eventos esportivos do *Sport Club A Noite* de menor escala, tal como a publicação do resultado do campeonato interno onde o time de *A Noite Ilustrada* venceu o grupo da *Vamos Ler* (*A Noite*, 24 dez. 1940, p. 7, 1. ed.).

e da cidade do Rio de Janeiro, sendo estes amplamente divulgados. Nesse sentido, a fórmula *A Noite* – Esportes foi uma grande aposta da nova direção do vespertino.

A Corrida da Fogueira, criada antes da encampação, consistia em uma corrida de rua noturna que tinha como ponto de chegada à sede do *Edifício A Noite*. Ampliada e assumindo novos significados, na prova de rua vespertina, tal como o periódico, os corredores amadores, divididos em equipes – civis e militares - realizavam um percurso sobre os principais pontos turísticos da cidade do Rio de Janeiro tendo, inclusive, premiações pomposas em dinheiro para os primeiros colocados. O sucesso da prova era tamanho e levava o jornal a publicar extensas reportagens sobre a corrida, ressaltando, sobretudo, a "importância cívica" assumida pelo evento (*A Noite*, 23 jun. 1940, p. 9). Para o jornal, a corrida possuía um duplo significado: o "[...] adestramento dos músculos e disciplina do espírito", já que ela foi "instituída sob patriótica inspiração" (*A Noite*, 24 jun. 1940, p. 1-2, 3. ed.)[45].

Outra criação da nova direção do periódico foi a retomada da Prova de Natação *A Noite*, competição de natação patrocinada pelo jornal e que ganhava a cada edição cada vez mais popularidade. Recriada pelo jornal no verão de 1941, a prova consistia na travessia em mar aberto que tinha como ponto de partida a Fortaleza de São João e chegada na rampa do Flamengo (Clube de Regatas Flamengo). O jornal anunciou que "[...] continuam a chegar mais adesões à sensacional competição aquática". Embora a prova não tivesse premiações generosas como as que tinham a Corrida da Fogueira – na natação ganhava-se do primeiro a quinto colocado apenas medalhas decorativas – a competição tinha como principal característica uma "feição eminentemente popular", visto que os inscritos eram em sua grande maioria nadadores amadores, pescadores e banhistas de fim de semana (*A Noite*, 16 jan. 1941, p. 8, 1. ed.).

Foram duzentos e cinquenta inscritos na primeira edição da Prova de Natação promovida pelo jornal, público considerável pelo ineditismo do evento. Para *A Noite*, a realização da prova havia alcançado um "sucesso sem precedentes", pois a competição "[...] serviu como afirmação que os objetivos deste jornal, no sentido de divulgar, quanto possível, o salutar sport nas camadas populares, foram compreendidas". Publicou-se, ainda, a lista dos participantes que completaram a travessia, destacando-se os nomes dos primeiros colocados (*A Noite*, 11 fev. 1941, p.

---

[45] Na mesma página foi publicado em quadro um telegrama da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) felicitando *A Noite* pelo "êxito invulgar" da Corrida da Fogueira (*A Noite*, 24 jun. 1940, p. 1-2, 3. ed.).

8, 1. ed.). Posteriormente, uma fotomanchete da equipe feminina ganhadora da competição foi estampada na capa do periódico (Figura 04), destacando-se a participação de Hilda Delfino, nadadora do Clube Regatas Flamengo, como destaque da prova (*A Noite*, 21 fev. 1941, p. 1-8, 1. ed.).

A importância assumida pela travessia aquática chegou ao ponto de se anunciar que “[...] reconhecendo o vulto e significação da prova”, Israel Souto, diretor da Divisão de Cinema e Teatro do DIP, determinou que cinegrafistas “[...] filmassem em seus mínimos detalhes o certame máximo da natação metropolitana” (*A Noite*, 26 fev. 1942, p. 7, 2. ed.). Já em 1944, o jornal orgulhava-se de sua criação afirmando que a competição já era “[...] a maior prova de natação popular do país”, tendo mais de quinhentos participantes (*A Noite*, 4 jan. 1944, p. 8, 1. ed.).

Outra forma de estabelecer uma relação comunicacional com seus leitores foi a realização dos concursos promovidos por *A Noite*. Logo após a encampação do periódico, a nova diretoria realizou o sorteio de uma casa na Vila Guanabara, Rio de Janeiro, e de um terreno na mesma região. Construída pela Kosmos Capitalização, anunciante no jornal, a manchete trazia uma fotografia de crianças segurando bandeiras onde estavam os números sorteados (Figura 05) (*A Noite*, 26 mar. 1940, p. 1, 1. ed.). Cerca de três meses depois do primeiro concurso, o jornal realizou um segundo sorteio, novamente de uma casa, desta vez no bairro da Tijuca (*A Noite*, 1 jun. 1940, p. 1, 1. ed.). Um terceiro concurso foi lançado pelo periódico e além da tradicional casa habitualmente sorteada - uma “magnífica residência inteiramente mobiliada” -, o “[...] concurso também conta com cinco chácaras na Estrada Rio-Petrópolis e inúmeros prêmios de consolação” (*A Noite*, 6 set. 1940, p. 1, 2. ed.)[46].

O sorteio da casa da Tijuca, um dos prêmios mais cobiçados oferecidos por *A Noite*, foi amplamente noticiado ao longo das edições analisadas. Diferente dos dois concursos anteriores, que tiveram uma curta duração, este último possibilitou ao periódico estender a divulgação do mesmo, possibilitando assim uma maior venda de jornais. Tanto que a entrega desta casa, por exemplo, foi realizada por uma comitiva de diretores de *A Noite* chefiada por Costa Neto. O felizardo, Antônio dos Santos Almeida, agradeceu emocionadamente ao jornal que, a seu ver, era “[...] amplamente

---

[46] O terceiro concurso de *A Noite* além dos bem mobiliários contava também com cadernetas de poupança da Caixa Econômica, bicicletas, patinetes motorizados e demais objetos (ver edições *A Noite*, 28 set. 1940, p. 1, 1. ed.; 2 out. 1940, p. 1, 2. ed.).

consagrado pela gratidão nacional de toda esta terra do Brasil" (*A Noite*, 12 nov. 1940, p. 8, 2. ed.).

Antes do Natal de 1940 *A Noite* sorteou ainda uma última casa no modesto bairro de Braz Pina, onde o ganhador afirmou que seria "eternamente grato à Noite", pois o jornal proporcionou a ele "[...] o mais belo dos seus Natais, com a alegria de poder, enfim, morar sob um teto seu" (ver edições *A Noite*, 21 dez. 1940, p. 10, 2. ed.; 26 dez. 1940, p. 8, 2. ed.). O concurso da "casa mobiliada" foi uma das grandes apostas de *A Noite* em realizar uma dupla abordagem junto aos leitores: se por um lado, o concurso servia ao propósito inicial de alavancar a venda de assinaturas e de jornais avulsos, por outro, esses concursos populares atraíam uma grande quantidade de participantes, buscando-se consolidar, deste modo, a imagem do periódico enquanto defensor-provedor dos fracos e oprimidos[47].

A ideia de provedor era reforçada com a proximidade das festividades natalinas, sobretudo, com o retorno do "Papai Noel de A Noite", ação publicitária do jornal que havia sido paralisada no ano anterior. A chegada do bom velhinho a serviço do jornal foi anunciada na manchete "O Papai Noel de A Noite vai aparecer... alerta, garotada!". Mas o personagem natalino do jornal era diferente dos demais, pois este subia os "[...] morros íngremes, vai a subúrbios longínquos, de sacola nas costas, numa peregrinação que dura vários dias" (*A Noite*, 13 dez. 1940, p. 1-2, 2. ed.). O Papai Noel de *A Noite* levava "[...] um pouco de alegria de Natal aos pobrezinhos" com seu saco "repleto de brinquedos" não se esquecia dos "pequeninos pobres do Rio" (*A Noite*, 24 dez. 1940, p. 1, 2. ed.).

Dos subúrbios às favelas, o Papai Noel do vespertino, "amável e bondoso", distribuía brinquedos para as "crianças necessitadas da Cidade", sendo ele por toda parte "[...] recebido com ruidosa alegria pela criançada" (*A Noite*, 15 dez. 1940, p. 2). A ação publicitária do jornal era tão levada a sério, tanto que suas "peregrinações do bom velhinho" eram acompanhadas por equipe jornalística própria e obtinham grande destaque nas edições analisadas, tal como na manchete que informava que o Papai Noel de *A Noite* estaria em plena atividade (Figura 06), visitando sem descanso os bairros cariocas mais distantes (*A Noite*, 21 dez. 1940, p. 1, 1. ed.).

O periódico apostava nessa estratégia como recurso de consolidação de sua popularidade: na edição de domingo (Figura 07), o suplemento em rotogravura trouxe

---

[47] Logo após o concurso de Natal, o jornal ainda sorteou, em fevereiro de 1941, mais uma casa na Estrada Rio-Petrópolis (ver edições *A Noite*, 6 fev. 1941, p. 1, 2. ed.; 8 fev. 1941, p. 1, 2. ed.).

uma reportagem especial sobre o personagem de *A Noite*, onde o texto ressaltava que o “bom velhinho” também não distinguia as crianças por sua classe social, pois ele “[...] atende a todos com igual bondade”, assemelhando-se este à ótica estadonovista de harmonia social (*A Noite*, 22 dez. 1940, p. 3).

As crianças não foram os únicos alvos publicitários do projeto comunicacional de *A Noite*, investindo também o jornal no público adulto: quando o Natal se aproximava, o periódico anunciava a realização de grande distribuição de vinhos “Telefone” para a população carente. O jornal firmou uma parceria com a empresa de telefonia Teixeira Barbosa & Cia a qual fornecia a bebida e o vespertino realizava a distribuição nos fundos do *Edifício A Noite* (*A Noite*, 14 dez. 1940, p. 2, 1. ed.). O jornal anunciou, posteriormente, que haviam sido entregues mais de mil garrafas de vinho para “os pobres de A Noite”, publicando, inclusive, uma fotografia da multidão aguardando o recebimento da bebida (Figura 08) (*A Noite*, 23 dez. 1940, p. 1, 2. ed.).

A Noite se valeu de diversas estratégias publicitárias e comerciais para fortalecer sua imagem de jornal dos pobres, onde suas ações iam muito além do informar. Logo após o processo de encampação e mudança de diretoria, é visível a deliberada ampliação desses “serviços” destinados às populações socialmente vulneráveis, ao mesmo tempo que o periódico consolidava seu papel como instituição provedora ao destacar essas ações filantrópicas em suas páginas.

Seja arrecadando doações monetárias para os “pobres de A Noite” ou distribuindo vinhos e brinquedos nas festas natalinas, o vespertino também buscou associar sua marca aos eventos esportivos de afluência massiva. Dando casas ou tomando como suas os “reclames” populares, *A Noite* procurou consolidar uma autoimagem de jornal dos pobres, valorizando e ampliando temários populares, mas também, introduzindo e retrabalhando temáticas produzidas pelo pensamento estadonovista, firmando-se assim, o processo de encampação e de adequação ideológica encabeçado por Costa Neto. Extrapolando sua função primordial de informar, *A Noite* interferiu na realidade social carioca se fazendo presente como ator político e agente histórico, servindo, do mesmo modo, como veículo de comunicação a qual o Estado Novo podia se valer para divulgar seus projetos de Brasil.

CAPÍTULO II – O ALINHAMENTO D´*A NOITE* COM O PROJETO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO ESTADO NOVO

> *Fruto do trabalho e da inteligência, no esforço ininterrupto da família de trabalhadores que A NOITE soube reunir e tem sabido renovar, pertence hoje esse patrimônio, como as instituições públicas, ao quadro dos bens inestimáveis da própria cidade. [...] A tríplice função, que é informar, formar e, ao mesmo tempo, interpretar a opinião pública, em suas correntes profundas e estáveis, de ordinário confundidas com as efêmeras agitações de interesses e paixões ocasionais, temo-la, sem dúvida, desempenhado sem a mais leve negligência, embebidas do sentimento do dever e da vocação profissional. Fiéis às idéias morais, políticas, religiosas e jurídicas que constituem o clima da índole nacional e conciliam, na paisagem brasileira, as forças da tradição com as necessidades de renovação, a nossa rota está livre dos riscos de desvios e arribadas (A Noite*, 18 jul. 1941, p. 1, 1. ed.).

2.1 Crepúsculos do ódio: a campanha anticomunista em *A Noite*

Durante o período em que o jornal *A Noite* esteve encampado pelo Estado Novo, ocorreu um processo de adequação de seu temário com os projetos de comunicação social da ditadura. A permanência de temas policiais e congêneres proporcionou, do mesmo modo, um redirecionamento da abordagem sobre o mundo criminal, sobretudo, quando o vespertino passou a publicizar com grande ênfase as operações policiais contra o que o jornal classificava de “credo vermelho”. Alinhando-se cada vez mais com o regime, *A Noite* compartilhou com o Estado Novo pontos de

vista acerca do Comunismo, tornando-se, por sua vez, veículo privilegiado de propagação de uma feroz campanha anticomunista.

O projeto de combate ao Comunismo foi acatado por *A Noite* sem reservas, podendo ser visualizado nas edições analisadas um grande esforço comunicacional do vespertino no sentido de inflamar cada vez mais a campanha oficial de perseguição contra esse grupo político. Vale lembrar que a perseguição aos militantes comunistas ocorreu, de modo ainda mais sistemático, a partir da tentativa de derrubada de Getúlio Vargas em 1935, que um grupo de revolucionários tentou, sem sucesso, com o evento intitulado pelo regime de “Intentona Comunista”. Segundo Campos (1982), a criação do Tribunal de Segurança Nacional (TSN), por exemplo, foi uma resposta às reclamações de militares que viam uma incapacidade dos tribunais tradicionais para julgarem crimes cometidos por militantes comunistas durante a “Intentona Comunista de 1935”, visto que, a aplicação das penalidades para tais crimes eram regidas por leis especiais (Leis nº 38 e nº 136 de abril e dezembro de 1935, respectivamente), onde os autores seriam julgados por uma corte especial (CAMPOS, 1982, p. 39).

Em novembro de 1935, o levante comunista nos quartéis de Recife e Natal serviu de álibi para Vargas solicitar do Congresso mais poderes. Segundo Skidmore (1982), os “[...] poderes de emergência do governo federal foram rapidamente aumentados com a ameaça latente de sublevação comunista”, levando o Congresso a aprovar no mesmo mês o Estado de Sítio solicitado por Getúlio[48]. Em dezembro, Vargas novamente conseguiu aprovar medidas de exceção como a autorização para o presidente demitir funcionários públicos e nomear/promover oficiais das Forças Armadas conforme lhe convinha. Durante o ano de 1936, o Congresso ainda julgou e concedeu quatro prorrogações do Estado de Sítio e, na mesma época, os parlamentares também autorizaram, mesmo após a prisão de deputados, a criação do Tribunal de Segurança Nacional (TSN), que ampliou os poderes de Vargas e institucionalizou a punição dos elementos considerados indesejáveis (SKIDMORE, 1982, p. 43-44). Desta maneira, o caminho para o Estado Novo não foi obra apenas de Vargas e seus aliados imediatos, contou com participação ativa do Congresso Brasileiro.

Para Ferreira (2011), os comunistas presos em decorrência dos acontecimentos de novembro de 1935 não nutriam esperanças e nem se iludiam no

---

[48] Devemos ressaltar que Skidmore reproduz argumentos repressores e oficiais do governo sem uma devida reflexão, daí, fazermos ressalvas ao caráter oficialesco de seus textos.

que dizia respeito a terem um processo judicial imparcial, quando havia, visto que os militantes se consideravam vítimas do “[...] fascismo em nível planetário, sendo o governo de Getúlio Vargas nada além do que um reflexo, no Brasil, daquele movimento, enquanto o Tribunal de Segurança Nacional não passava de uma farsa para justificar as prisões” (FERREIRA, 2011, p. 126).

Em vista disso, o TSN era, inicialmente, uma corte da Justiça Militar sediada no Distrito Federal e que tinha a incumbência de processar os presos políticos do movimento comunista. A segunda instância existia, contudo, quem a julgava era o Supremo Tribunal Militar, ou seja, um órgão da Justiça Militar que, ao analisar os recursos impetrados, confirmava as sentenças proferidas na primeira instância - isso quando não reformava a sentença, adicionando, em grande parte dos casos, mais tempo de cumprimento da pena. De acordo com o autor, “[...] o TSN nascia inquinado como órgão de exceção”, pois a Constituição de 1934 não permitia, segundo o artigo 113, parágrafo 25, a existência de foro privilegiado e, muito menos, não poderia constituir um tribunal de exceção. Entretanto, atendendo aos clamores das elites (na qual os jornais estavam inclusos), preocupadíssimas com a ascensão do “perigo vermelho”, sua criação e implantação foi prontamente providenciada (CAMPOS, 1982, p. 47).

Com o golpe que impôs a ditadura do Estado Novo (1937-1945)[49], o TSN passou a ter novas atribuições, sobretudo, quanto a sua caracterização: de uma corte especial da Justiça Militar passou a ter autonomia ao ser considerado uma corte da Justiça Especial, tendo ele as prerrogativas de processar os réus tanto na primeira quanto na segunda instância, reunindo em um só tribunal o trabalho de condenação e apelação[50].

O TSN cumpriu sua função como tribunal inquisitório que, criado para combater a “ameaça vermelha”, serviu também para aniquilar o Integralismo[51]. Para Campos, as principais atenções do TSN eram voltadas contra os “[...] comunistas, punindo-os com severidade, mas muitas vezes contrariando os autos, condenando nem sempre pelo ato, mas a intenção” (CAMPOS, 1982, p. 108). Entretanto, “ameaçado de ficar

---

[49] Os golpes políticos são uma realidade na cultura política brasileira, vide o golpe jurídico-parlamentar a qual a presidenta Dilma Rousseff sofreu em 2016.
[50] Outras modificações foram efetuadas no TSN a partir do Estado Novo: a redução do tempo de apresentação de defesa e recursos, a redução no número de testemunhas de defesa, as sentenças eram irrecorríveis – mesmo que recorresse o réu não obtinha a redução da pena – e a exclusão dos debates orais, táticas que objetivavam dificultar a ação da defesa (CAMPOS, 1982, p. 75).
[51] O autor analisou o processo contra “integralistas” que tentaram o assalto ao Palácio Guanabara em maio de 1938 e que foram julgados pelo TSN (CAMPOS, 1982, p. 75).

sem réus", quando a "ameaça comunista" aparentava ser uma questão distante, em fins de 1938, a ditadura atribuiu ao TSN a competência para julgar os "crimes contra a economia popular", deixando, por sua vez, o tribunal em prontidão caso uma nova "ameaça vermelha" estivesse se formando (CAMPOS, 1982, p. 114).

Nesse sentido, a criação da ditadura, em novembro 1937, foi resultado de um engodo político: o "Plano Cohen". O "Plano Cohen" consistiu em uma artimanha política empregada pelo General Pedro Aurélio de Góes Monteiro que tinha em vista a aceleração da tomada de poder por Vargas com a decretação do golpe de estado: criado por integralistas e entregue ao chefe do Estado Maior do Exército pelo Capitão Olímpio Mourão Filho, o "documento" era na verdade parte de dinâmicas hipotéticas usadas em reuniões integralistas. Dando autenticidade ao documento, Dutra o expôs ao Congresso que, rapidamente concedeu novamente amplos poderes para Vargas, principalmente, concedendo o Estado de Guerra que havia sido negado pelos próprios parlamentares em junho do mesmo ano (SILVA, Hélio, 1980).

A saída de Flores da Cunha da interventoria no Rio Grande do Sul, em outubro de 1937, comprometeu a candidatura presidencial de Armando de Sales Oliveira. No início de novembro, J. E. de Macedo Soares pediu demissão do Ministério da Justiça, alegando que as reformas realizadas não ocorreram conforme ele havia esperado. No dia seguinte, o temor dos candidatos à presidência se tornava evidente, levando o candidato da União Democrática Brasileira (UDB) a ler um manifesto na Câmara e no Senado, solicitando apoio castrense para que a eleição em janeiro de 1938 pudesse ser realizada sob garantias militares. No dia 10 de novembro, a reação do governo Vargas foi imediata: o Congresso foi fechado, os partidos extintos e uma nova Carta Constitucional foi apresentada ao país (SKIDMORE, 1982, p. 48-52).

Alinhado a esse projeto, *A Noite* divulgou a perseguição aos comunistas no país, louvando, sem reservas, as ações do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) e demais aparelhos de repressão estatal que identificaram o Comunismo como inimigo interno do Estado Novo. Esse inimigo não era novo, pois desde 1935, com a "Intentona Comunista", o regime estava de olho nas atividades consideradas "subversivas".

Identificado como "movimento extremista", o Comunismo no Brasil foi pintado com cores sórdidas pelo periódico, tal como os crimes hediondos presentes no noticiário policial, procurando o jornal estabelecer pontos de aproximação entre violência e atividade comunista: os casos envolvendo o "Tribunal Vermelho" foram explorados de modo exaustivo pelo vespertino, tema que aparecia com relativa

frequência na primeira página. Iniciou-se no jornal, portanto, um movimento anticomunista que tinha como objetivo identificar os inimigos internos, considerando-os prejudiciais ao desenvolvimento do país. Os jornais *O Estado de S. Paulo* e *A Manhã*, ambos sob rígido controle governamental, também fizeram parte dessa campanha anticomunista que *A Noite* encabeçou. Desse modo, os três periódicos sob administração da ditadura participaram ativamente no combate ao Comunismo, reforçando o movimento de perseguição política contra as esquerdas no país, grupo político que era entendido pela ideologia estadonovista como um elemento estranho ao pensamento político brasileiro[52].

Sá Motta (2002) enxerga que as bases ideológicas do anticomunismo do Estado Novo estavam sediadas em três "matrizes ideológicas" que norteavam o pensamento de combate ao Comunismo no país: a contribuição do catolicismo, onde via o Comunismo como antítese da religiosidade cristã; a ideologia nacionalista, marca do regime, que diferia do processo de internacionalização da revolução comunista; e por fim, o liberalismo, teoria político-econômica que se opunha às noções coletivistas próprias do Comunismo. Tendo esses pressupostos como sustentação do regime, o Estado Novo voltou sua ira contra o movimento comunista brasileiro, perseguindo, matando e prendendo quem militava nesse campo político (SÁ MOTTA, 2002).

A repressão ao elemento considerado "pernicioso" não se limitou à Capital Federal. Segundo Maria das Graças de Almeida, investigando a repressão e censura na interventoria de Agamenon Magalhães em Pernambuco durante o período, o "Comunismo" era a pauta nos jornais favoráveis ao interventor. Nas palavras da autora:

> Por meio da propaganda persuasiva e diária, da repetição sistemática, constrói-se a imagem figurativa do indivíduo – o comunista que deve ser identificado, antes de tudo, pela ausência de sentimentos humanos, insensível, e, extraordinariamente, por um atributo que lhe seria peculiar e distinto, detentor de hábitos de antropofagia. Assim veiculava-se pela imprensa o medo de esses indivíduos raptarem crianças (ALMEIDA. In: CARNEIRO, 2002, p. 256).

---

[52] O anticomunismo do jornal *O Estado de S. Paulo* foi trabalhado no livro de minha autoria "*Notícias do Rio": a intervenção no jornal O Estado de S. Paulo e a autolegitimação do Estado Novo (1939-1945)* (SILVA, 2015).

Dutra, por sua vez, ao analisar os discursos anticomunistas durante esse período, observou que a valorização da pátria e a exaltação do nacionalismo eram elementos fundamentais para o entendimento de um "[...] conjunto de valores, práticas e normas que têm por finalidade a preservação da ordem e da estabilidade social, a racionalidade do poder, a conquista de uma unidade nacional e a afirmação de uma unidade nacional compacta" (DUTRA, 1997, p. 150). Conforme a autora, a presença do elemento "alienígena" – podendo ser identificado tanto nos discursos anticomunistas quanto nos antifascistas e, posteriormente, nos anti-imperialistas – no trato social o elege como inimigo externo e fator perturbador da ordem social estabelecida. Em suas palavras:

> A importância da figura do inimigo estrangeiro nas manifestações nacionalistas de todo tipo está em que este, além de excitar a fé patriótica do povo, cumpre um papel decisivo na autodefinição do grupo social e/ou nacional, ou ainda, para sermos mais precisos, na construção da identidade. [...] E a ameaça que motiva as atitudes de defesa pode ser lida em dois registros diferentes: o externo e o interno. No externo, está a ameaça da invasão do inimigo estrangeiro; no interno, a ameaça de comoção social (DUTRA, 1997, p. 152).

Deste ponto, é importante enfatizar que as equipes de reportagem de *A Noite* gozavam de livre trânsito nos gabinetes das chefias policiais, especialmente no de Filinto Muller, Chefe de Polícia do Rio de Janeiro, e no de Batista Teixeira, chefe do DOPS, obtendo, com exclusividade, entrevistas e informações privilegiadas sobre casos policiais que alcançavam grande repercussão pública. O periódico se transformou em uma espécie de apoio comunicacional da polícia carioca contra o movimento comunista, tanto que, sete dias após a encampação de *A Noite*, uma manchete alertou de que haviam sido "Desarticulados os comunistas do Brasil", seguida por entrevista com Muller que detalhou as operações realizadas. Mesmo "infenso a entrevistas", nas palavras do próprio, o chefe de polícia adiantou ao jornal que "[...] desde 1935, quando explodiu a revolução vermelha [...] que não se registram diligências de maior importância e de tão frutíferos resultados". Segundo o militar, o DOPS havia realizado a apreensão de "[...] todo o arquivo dos conspiradores", onde estariam registrados ali "[...] todos os crimes praticados por essa horda desde 1935". O entrevistado ressaltou ainda que o jornal poderia informar aos seus leitores que "[...] dentro de 24 horas, esse episódio será amplamente divulgado por toda a imprensa

para que a opinião pública do país fique habilitada a fazer o seu juízo a respeito dessa casta de criminosos" (*A Noite*, 13 abr. 1940, p. 1-2, 2. ed.).

A fala de Muller evidencia dois aspectos sobre a abordagem dada pelo jornal e pela polícia sobre o Comunismo: as informações privilegiadas que *A Noite* conseguia, denotando um livre acesso dos jornalistas do periódico aos gabinetes de liderança policial, bem como a falsa ideia passada por Muller de que a "opinião pública", em posse da informação a ser revelada, tirasse suas próprias conclusões sobre os crimes praticados por comunistas, como se a censura oficial em voga não existisse para vetar determinadas interpretações e consolidar outras. Com a divulgação oficial das diligências, a campanha de demonização do movimento comunista estava por se radicalizar.

Na edição seguinte, domingo, o vespertino estampou em sua capa uma grande manchete, "Presos os chefes comunistas!", anunciando os resultados das diligências policiais que foram adiantados ao jornal na entrevista de Muller. Contendo fotos do prédio da rua Engenho de Dentro (Figura 09), onde funcionava o jornal clandestino *Classe Operária*, foram presos na batida policial Júlio Barbosa de Oliveira, João Fragoso Junior e Louro Reginaldo da Rocha, o "Bangu", militantes acusados de conspiração contra o regime. Além destes, na casa de Eduardo Ribeiro, o "Xavier", foi apreendida "[...] grande quantidade de material de propaganda do Partido Comunista", como também o seu arquivo. Em São Paulo, os policiais também detiveram Honório de Freitas Guimarães, o "Gaspar", encontrando em sua residência "material de propaganda subversiva". O jornal elogiou a ação da polícia que desmantelou a "[...] trama moscovita que de novo se articulava para a perturbação da ordem", publicando, inclusive, relatório de Batista Teixeira, DOPS, sobre a descoberta do "novo surto extremista" (*A Noite*, 14 abr. 1940, p. 1-7).

No relatório de Batista Teixeira, publicado por *A Noite*, o chefe do DOPS afirmava que a nação se encontrava "[...] incrédula de que pudessem existir elementos que ainda trabalhassem contra a sua segurança", do mesmo modo que foi pega de surpresa com "[...] a trama diabólica destinada a subverter-lhe os alicerces sociais". Batista Teixeira identificou o emprego de "novas táticas" pelo movimento comunista, como a criação de cursos de formação política em presídios e a união dos comunistas com integralistas, nazistas, conservadores e demais opositores do Estado Novo que tinham, na visão do chefe de polícia, o objetivo comum de dissolver as "forças nacionais" para "mergulhar o país no caos" (*A Noite*, 14 abr. 1940, p. 1-7).

O diretor do DOPS relatou que a própria polícia teve que inovar suas táticas policiais: ao invés da repressão direta aos comunistas, optou-se pela infiltração nas e observação das atividades dos indivíduos investigados. Essa estratégia surtiu o efeito esperado pelas forças policiais: identificada a localização da residência da namorada de “Bangu”, o DOPS acabou obtendo o paradeiro do secretário do Partido Comunista. Com a prisão de Eduardo Ribeiro Xavier, o “Abóbora”, responsável pela impressão do material de divulgação do partido, foi promovido um “cercado interrogatório” – eufemismo para obtenção de confissão por meio de tortura –, o preso “resolvia indicar as residências” dos demais membros do Partido Comunista (*A Noite*, 14 abr. 1940, p. 1-7).

Em nova entrevista coletiva à imprensa, Muller, Batista Teixeira e Lourival Fontes, diretor geral do DIP, deram novos detalhes sobre os “trucs de propaganda”, os processos de ação embargados e o próprio sistema de vida que os “chefes vermelhos levavam”, sugerindo que estes possuíssem regalias em relação aos subalternos. Intitulada “Os segredos comunistas”, a reportagem trazia fotografias das fichas policiais dos presos políticos (Figura 10), bem como detalhes sobre os acontecimentos que levaram à prisão dos líderes do PC, sobretudo, o sucesso da “boca de lobo” - flagrante policial - realizada para prender “Bangu”. Segundo o chefe do DOPS, as investigações, realizadas desde 1938, apontavam para uma “[...] estagnação quase que absoluta nas hostes agitadoras”, sendo realizadas apenas prisões de elementos “sem grande expressão” no partido. Entretanto, a “vigília da polícia continuava”, pois tinha ela “[...] a certeza de que esses elementos esparsos na fuga tudo fariam para se recompor, reconstituindo o partido”. O militar também identificou nos movimentos estudantis e operários a infiltração da “campanha dissolvente dos vermelhos” (*A Noite*, 15 abr. 1940, p. 1-7, 3. ed.)[53].

Conforme a ótica policial de Batista Teixeira, os comunistas podiam ser divididos em dois grandes grupos: os agentes comunistas e os agentes comunizantes. Os agentes comunistas seriam membros com funções dentro do partido, encontrando-se eles presos ou foragidos. Já os agentes comunizantes eram identificados como

---

[53] Batista Teixeira relembrou nessa entrevista a realização da “campanha dos 50%”, movimento estudantil que tinha como reinvindicação a criação de sistema de “meia entrada” para estudantes em casas de espetáculos, cinemas e demais estabelecimentos culturais. De acordo com o capitão, a “instigação” de comunistas no movimento acarretou em episódios de depredações e distúrbios na região central do Rio de Janeiro, onde os comunistas aproveitaram de “certos espíritos fracos” para fazê-los “[...] tornar-se em ódio às autoridades e poderes constituídos” (*A Noite*, 15 abr. 1940, p. 1-10, 3. ed.).

indivíduos que levavam uma "vida aparentemente legal", cabendo-lhes a tarefa de "lançar dúvidas veladas nos espíritos impressionáveis", realizando uma "propaganda indireta do comunismo". Declarou ainda o militar que "[...] sua audácia chega ao ponto de pretenderem atuar junto ao clero", onde realizavam uma "[...] campanha hipocritamente mascarada de bondade e sentimentos cristãos". Outra tática identificada pelo DOPS foi a do "vendedor de modinhas": caso "pitoresco de um indivíduo maltrapilho" que perambulava pelas ruas do centro da cidade divulgando sua obra. Quando o artista de rua atraía pequena plateia, inseria nos folhetos vendidos, "prospectos comunistas" que criticavam o sofrimento das famílias de presos políticos e realizavam "insinuações de anistia", onde o "[...] espírito desprevenido jamais descobriria a origem solerte das doutrinas vermelhas" (*A Noite*, 15 abr. 1940, p. 1-7, 3. ed.)[54].

Com a descoberta do "arquivo vermelho" na casa de Honório de Freitas Guimarães, em São Paulo, classificado pelo jornal como um "[...] indivíduo bafejado pela fortuna, o que vem demonstrar que gente rica também pode ser comunista", os agentes do DOPS tomaram conhecimento da existência de uma rede de ajuda mútua e de operações do Partido Comunista nos estados da federação. Senhas, codinomes, pontos de encontro e endereços de membros deram subsídios à polícia para realizar operações em todos os estados do Norte, Sul, Leste e Oeste, sendo publicadas, inclusive, as anotações de Guimarães, contendo nomes de integrantes do Partido, codinomes, esconderijos, locais de reuniões e temas tratados.

O jornal ainda publicou trechos de um manuscrito autobiográfico de Guimarães, onde o militante descrevia brevemente episódios de sua vida. Embora o periódico tenha divulgado trechos da "biografia" do preso, as narrativas do autor eram antecedidas por subtítulos que direcionavam o leitor a construir uma imagem negativa do comunista. Em um trecho onde Guimarães fazia alusão às dificuldades financeiras em que se encontrava na véspera de seu casamento, a reportagem introduzia que este fora "noivo e vivendo de mesadas", destacando que "fracassado nos seus negócios" e "afastado da família há mais de 5 anos", fatos que levaram Honório a se

---

[54] O anticomunismo de *A Noite* era tamanho a ponto de publicar a notícia de que Prestes estaria costurando uma aliança política-militar com o Cangaço de Lampião. Essa informação, obtida por enviado especial do jornal, foi-lhe revelada pela polícia pernambucana que, por meio de diligências, teria apreendido uma grande quantidade de cartas de Prestes endereçadas a Silo Meireles, dirigente comunista naquele estado (*A Noite*, 4 maio 1940, p. 1-2, 2. ed.).

aproximar do movimento comunista, causando assim sua primeira prisão política (*A Noite*, 16 abr. 1940, p. 1-4;6, 2. ed.).

Se a vida pessoal de Honório Guimarães foi pauta em *A Noite*, o crime atribuído aos líderes do Partido Comunista deu mais combustível para a campanha anticomunista do jornal. A capa da edição de 17 de abril de 1940 (Figura 11) trazia ampla reportagem sobre as confissões dos presos que teriam confirmado espontaneamente para a polícia terem executado a militante Elza Fernandes. Uma fotografia sentenciava o papel desempenhado por Honório de Freitas Guimarães, Lauro Reginaldo da Rocha e Eduardo Ribeiro na sede do DOPS, onde a palavra “os estranguladores” se sobrepunha à montagem. Ao lado, o jornal publicou uma fotografia de Elvira Copelo Caloni, nome de batismo de Elza (*A Noite*, 17 abr. 1940, p. 1-6, 2. ed.).

Elza Fernandes era uma jovem militante do Partido Comunista que foi presa em 1935 pela polícia junto com seu companheiro, Antônio Maciel Bonfim, o “Miranda”, na época secretário do Partido Comunista (PC). Após ser liberada, seu paradeiro era desconhecido até o momento da prisão dos líderes comunistas, quando estes teriam confessado que Elza havia sido condenada por um tribunal interno do Partido pelo crime de traição. Sentenciada à morte a mando de Luiz Carlos Prestes, a jovem Elza teria sido vítima de uma emboscada arquitetada por seus companheiros, ocasião em que estes a estrangularam com uma corda.

A reportagem de *A Noite* foi convidada pela polícia para acompanhar a exumação do corpo de Elza, descrevendo o momento em que Luiz Copelo Caloni, irmão da vítima, identificou os restos mortais da militante. Segundo o jornal, Luiz “[...] abalou-se profundamente e mesmo assim esforçava-se por não crer no brutal desenlace”. O vespertino descreveu como se deu a decisão do “Tribunal Vermelho” de condenar Elza, chegando a publicar uma carta de Prestes, datada de 1936, na qual o líder do PC afirmou que teria sido “[...] dolorosamente surpreendido pela falta de resolução e vacilação” dos companheiros em não cumprir a determinação daquele tribunal. Segundo o jornal, Prestes estava indignado com o que ele classificou de “sentimentalismo descabido” diante da indecisão de alguns membros do Partido em executar ou não a companheira (*A Noite*, 17 abr. 1940, p. 1-6, 2. ed.)[55].

---

[55] A carta de Prestes ordenando o assassinato de Elza Fernandes foi largamente explorada pelo jornal, sobretudo, quando a polícia realizou a acareação de Prestes com os demais acusados. O vespertino descreveu, com detalhes, o procedimento policial: quando o chefe do DOPS, Batista Teixeira, ia iniciar a leitura da carta, Prestes teria solicitado que “[...] não leia, não leia, que a carta, de fato, é minha”. Ao

Na edição seguinte, o jornal estampou em sua capa a fotografia do "carrasco oficial" do Partido Comunista, Francisco Natividade de Lyra, o "Cabeção" (Figura 12), sendo atribuídos ao militante a autoria de homicídios determinados por sentenças proferidas pelo tribunal da organização. "Cabeção" teria sido escolhido "carrasco" devido às suas "[...] excepcionais aptidões para o desempenho às ordens hediondas dos chefes vermelhos". A polícia afirmou à reportagem que Lyra era responsável ainda pelas mortes dos militantes Walter Fernandes da Silva, o "Rogério Dias", Tobias Warchawsky, Mario Grazini e Atila Medeiros Rodrigues da Silva. De acordo com o jornal, "Cabeção" "[...] não trepidava em executar os condenados à morte, com segurança e frieza" (*A Noite*, 18 abr. 1940, p. 1-3, 1. ed.).

A Noite ainda publicou ao lado da manchete sobre o "carrasco do partido", entrevista com o irmão de Elza, Luiz Copelo, onde este "[...] repudiou o Comunismo diante dos restos mortais da irmã" (foto ao lado). Luiz se encontrava detido na Casa de Correção, aguardando julgamento do Tribunal de Segurança Nacional por sua participação em "[...] célula comunista entre os metalúrgicos da qual fazia parte". Ao ser liberado para participar do reconhecimento do cadáver de Elza, ele foi questionado pelo repórter de *A Noite* sobre o que faria após a morte da irmã ter sido confirmada pela polícia, e ele responde: "Odeio-os! Odeio-os a todos! Isso foi uma miséria! Nunca mais quero saber de Comunismo. São uns selvagens [...]. Eu repudio tudo. O Partido, esses homens, essas ideias miseráveis..." (*A Noite*, 18 abr. 1940, p. 1-3, 1. ed.).

O uso da imagem de um "ex-militante" que repudia o Comunismo, e que é também familiar da vítima, foi uma forma do vespertino explorar seu anticomunismo de modo trágico. A execução de Elza era tratada pelo jornal como um crime bárbaro, onde a crueldade de "Cabeção" ganhou contornos sórdidos e reafirmava a ideia de que os militantes políticos comunistas eram essencialmente maus e implacáveis contra seus próprios membros[56].

A descrição da repulsa do irmão de Elza para com o Comunismo foi novamente trabalhada por *A Noite* na segunda edição do dia seguinte à entrevista. O jornal publicou um fac-símile de um bilhete de Caloni, onde este confirmava ao PC que, após

---

fim da acareação, o jornal ressaltou que o líder do Partido Comunista teria chamado Honório, Lyra e Rocha de "traidores", um deleite para *A Noite* (*A Noite*, 14 maio 1940, p. 2, 1. ed.).

[56] Na segunda edição do mesmo dia, a reportagem foi republicada, procurando o periódico reforçar sua mensagem anticomunista se valendo de técnicas de convencimento, caso da repetição, como meio de obtenção de consenso acerca do tema tratado (*A Noite*, 18 abr. 1940, p. 2-3, 2. ed.). Em comentário da coluna *Ecos e Novidades*, o jornal procurou advertir possíveis simpatizantes do Comunismo sobre tal prática, que poderia levá-los a "emboscada e a morte" (*A Noite*, 9 maio 1940, p. 2, 1. ed.).

assistir à exumação de Elza, "[...] renego o meu passado revolucionário e encerro as minhas atividades comunistas" (*A Noite*, 19 abr. 1940, p. 1-2, 2. ed.).

Na mesma edição, o jornal elogiou a atuação dos policiais envolvidos na elucidação do caso Elza, que só teria sido possível graças ao "[...] fruto do trabalho pertinaz e inteligente da Delegacia Especial de Segurança Política e Social" que, "[...] não conhecendo o cansaço, relegando para plano secundário todas as imposições de conforto, se destaca a figura do Capitão Felisberto Baptista Teixeira". O periódico publicou, inclusive, uma versão da reconstituição do crime, com base nos depoimentos dos presos, contendo um mapa estilizado dos pontos onde ocorreu o crime e o local onde o corpo de Elza havia sido desovado. Ao lado, uma planta baixa da residência onde a militante foi morta, descrevendo os passos da vítima que foi atacada pelas costas por "Cabeção" enquanto servia café para os companheiros conspiradores (Figura 13) (*A Noite*, 19 abr. 1940, p. 1-2, 2. ed.).

O uso da ideia dos militantes "renegarem o Comunismo" foi amplamente explorado na "sensacional entrevista" concedida exclusivamente ao jornal por Antônio Maciel Bonfim, o "Miranda", ex-companheiro de Elza e secretário do Partido Comunista, vindo de presídio em Fernando de Noronha, onde cumpria pena desde 1938. Utilizando dos mesmos protocolos narrativos da entrevista com o irmão da militante, o jornal publicou igualmente fac-símile de uma carta, estranhamente datada em 21 de abril de 1940, onde Bonfim informava aos líderes do Partido Comunista que "[...] resolvi definitivamente romper política e organizacionalmente com todos os laços que me ligavam ao mesmo Partido". Miranda é descrito pela reportagem como "[...] um tipo burocrático, de homem que se preocupa com a limpeza das unhas e não trança as pernas para que a calça não perca o vinco". Procurando o entrevistado negar qualquer traição da ex-companheira, Miranda deu detalhes de como conheceu Elza (descrevendo-a como uma "órfã e analfabeta") e afirmou que sempre foi contra a pena de morte imposta pela organização (*A Noite*, 20 abr. 1940, p. 1-2, 2. ed.)[57].

A Noite, ao fim da entrevista, publicou uma carta de Bonfim endereçada a Luiz, irmão de Elza, onde ele afirmava que não esperava a prisão dos assassinos da militante, "[...] nem tão pouco a confissão fria e cínica do crime, sem que a Polícia os

---

[57] Outro militante que "repudiou" o Comunismo foi Oswaldo Costa, dirigente intelectual do Partido Comunista, preso durante as operações do caso Elza Fernandes. Seguindo o mesmo formato das notícias anteriores, *A Noite* publicou novamente fac-símile de uma carta de Costa, onde o autor renegava o Comunismo devido à "hediondez" do caso Elza. O jornal ainda entrevistou Costa, que afirmou estar afastado de atividades políticas desde 1935, contudo, a polícia creditou a ele o papel de líder na organização clandestina (*A Noite*, 23 abr. 1940, p. 1-3, 1. ed.).

tenha torturado para este fim, e os que estão presos aqui na Polícia, são testemunhas disto". Interessante que Bonfim procurava, talvez coagido, afirmar que a polícia estaria conduzindo as investigações seguindo estritamente os protocolos policiais. Ele busca ainda ressaltar o erro cometido pelo PC, pois Elza "[...] morreu inocente, inocente como sempre viveu e, eu não a envolvi nas atividades partidárias, devido à sua idade, e ela não era membro do Partido nem da Juventude Comunista" (*A Noite*, 20 abr. 1940, p. 1-2, 2. ed.).

Após as primeiras reportagens sobre o caso Elza Fernandes, o vespertino publicou um artigo, sem autoria, intitulado "Algumas conclusões", onde realizou um balanço sobre o assassinato da jovem militante e a prisão de seus assassinos. Segundo o texto, o Comunismo, "[...] com suas maquinações tenebrosas, as suas sombras sinistras e os seus assassinos frios", acabou por despertar a indignação do público, dando a ele a "[...] exata medida do que seria uma sociedade modelada e governada por um grupo de celerados ao serviço da mistificação soviética". Apoiando-se em trecho da carta de Prestes, anteriormente citada, o artigo fortalecia a ideia de que os executores de Elza teriam hesitado não pela decisão de matá-la, mas sim, receavam uma possível repercussão negativa no meio das classes populares caso o crime viesse à tona. O texto finalizava afirmando que o "[...] julgamento, que os facínoras receavam, já está expresso no sentimento de tristeza e revolta que a opinião pública experimenta em face da significação do crime e da frieza dos executantes" (*A Noite*, 22 abr. 1940, p. 2, 2. ed.).

A prisão de "Cabeção" era a peça que faltava à polícia para anunciar que solucionara de vez o assassinato de Elza e *A Noite* teve a primazia de noticiar o desfecho dessa história: na manchete "Preso Cabeção!", uma matéria produzida pelo *Serviço Especial A Noite*, em Belém, informou que a polícia local havia prendido Lyra na cidade, onde trabalhava, desde 1938, como marceneiro naval em um estaleiro da Companhia Port of Pará. O texto dava uma pequena amostra aos leitores da personalidade do assassino: "[...] sua própria fisionomia indica a sua fria crueldade. Face de ângulos duros, olhos que dão a impressão de que jamais foram iluminados por um lampejo de ternura". Negando o crime, mas confirmando ser comunista, Lyra

foi posto incomunicável enquanto aguardava sua transferência para o Rio de Janeiro (*A Noite*, 22 abr. 1940, p. 1-2, 3. ed.)[58].

A incomunicabilidade de "Cabeção", propagada pelo DOPS, não durou muito tempo: *A Noite* e demais jornais conseguiram autorização das autoridades policiais para realizarem uma coletiva com o acusado. Continuando a negar participação no assassinato de Elza, Lyra, "simulando imbecilidade", afirmava ser um simples trabalhador do Porto e que se afastou das atividades comunistas desde 1918, quando alegou ter saído do Rio de Janeiro. Entretanto, a reportagem enfatizou que sua irmã, Genovena Lyra, havia confirmado para jornalistas que o irmão tinha retornado à Belém em 1938. Segundo a polícia, outras duas irmãs de Lyra, não identificadas pela reportagem, haviam negado aos investigadores que "Cabeção" morava na residência e desconheciam, inclusive, a procedência dos quase três contos de réis que foram encontrados junto aos objetos pessoais de Lyra que estavam escondidos sob o assoalho do banheiro da casa (*A Noite*, 23 abr. 1940, p. 1-2, 2. ed.).

A vida de Lyra passou a ser esmiuçada pelo vespertino, procurando a reportagem de *A Noite* entrevistar pessoas que tiveram contato com o acusado. Mestre Ângelo, antigo trabalhador do Porto, declarou ao jornal que "Cabeção" sempre andava armado com um punhal e que, devido às suas ideias, nunca foi aceito pelos demais companheiros de trabalho: certa vez, relatou o entrevistado, quando colegas estavam arrecadando dinheiro para a compra de um retrato de Vargas para a inauguração da sede do Sindicato dos Carpinteiros Navais, Lyra "[...] exteriorizou toda sua repulsa pela idéia, fazendo, então, uma verdadeira profissão de fé comunista" (*A Noite*, 24 abr. 1940, p. 1-2, 2. ed.). O jornal, além de fazer propaganda, desempenhou papel paralelo ao da polícia no sentido de juntar informações comprometedoras e montar uma narrativa revoltante sobre os comunistas criminalizados.

O vespertino acompanhou o deslocamento de Lyra entre Belém e Rio de Janeiro de modo pragmático. Devido à distância e ao esquema de escalas aéreas da época, a comitiva que o escoltava ao Rio de Janeiro teve que pernoitar em Fortaleza, Ceará (*A Noite*, 25 abr. 1940, p. 1, 1. ed.)[59]. O preso ainda passou por Recife, quando

---

[58] Na delegacia em Belém, quando jornalistas mostraram a ele sua fotografia publicada nos jornais cariocas, Lyra afirmou ironicamente que "[...] quem dera que eu fosse tão bonito assim!" (*A Noite*, 23 abr. 1940, p. 1-3, 1. ed.).

[59] Outro exemplo do anticomunismo de *A Noite*: nesta mesma edição, o jornal anunciou na manchete que "Estão sendo julgados cento e seis comunistas", acusados pelo Tribunal de Segurança Nacional de participarem de ações consideradas subversivas. As atenções do jornal não se limitavam à polícia, mas, sobretudo, à ação eficaz do TSN em condenar comunistas em tempo recorde (*A Noite*, 25 abr. 1940, p. 1-2, 2. ed.). Após o julgamento, o vespertino informou que dos 106 acusados, 64 foram

o enviado especial de A Noite conseguiu sua maior proeza: uma entrevista exclusiva com o "verdugo" na Detenção de Recife, antecedida pela manchete "Frente a frente com o carrasco!", onde o correspondente descreveu o preso como "um tipo asqueroso" (*A Noite*, 26 abr. 1940, p. 1-3, 1. ed.).

"Cabeção" se tornou o estereótipo do comunista que *A Noite* procurava para compor sua campanha de bestialização da figura do militante: segundo o periódico, "seu tipo é positivamente anormal", tendo ele "[...] semelhança física com Lenine, o chefe vermelho da Rússia, e por isso no Partido Comunista, além do apelido de 'Cabeção', era também conhecido por Lenine". Seu temperamento, continuava, "[...] denota a sua impulsividade, enfurecendo-se facilmente". O texto atribuiu a Lyra característica animalescas, já que este, durante a entrevista na cela, "[...] balança as mãos como um macaco, tem as pernas arqueadas, a testa côncava, verdadeiro King-Kong, em miniatura" (Idem, p. 3)[60].

Para *A Noite*, Lyra representava o que havia de mais cruel nos comunistas e sua "insensibilidade de fera" era constantemente relembrada pelo periódico. A equipe que cobriu sua chegada à sede da polícia carioca descreveu seu estado emocional como "[...] calmo e controlado, como se não lhe pesasse na consciência a lembrança do medonho crime". Em seu depoimento, acompanhado por diversos repórteres, o acusado se manteve "frio e impassível". Após acareação entre Lyra e os demais envolvidos no crime, "Cabeção" confessou que havia matado Elza "pelo bem do Partido" e que "[...] não tenho remorsos, nem me arrependo do que fiz!". Narrando com detalhes o crime aos jornalistas, Lyra não se mostrou abalado por sua prisão e após ser recolhido à cela, pôs-se a dormir, e "[...] não um sono agitado dos assassinos, mas com a placidez venturosa e calma dos justos!" (*A Noite*, 27 abr. 1940, p. 1-3, 1. ed.)[61].

---

condenados e 41 absolvidos. O irmão de Elza, Luiz, foi condenado a dois anos de prisão (*A Noite*, 26 abr. 1940, p. 3, 1. ed.).

[60] O vespertino gozava de grande liberdade nos meios policiais, tanto que o enviado especial de *A Noite* conseguiu viajar no mesmo avião que trazia "Cabeção" ao Rio de Janeiro. Na manchete "No avião, ouvindo o carrasco", o jornalista procurou "arrancar-lhe esclarecimentos", mas o escoltado se mostrou irredutível em seu argumento de inocência (*A Noite*, 26 abr. 1940, p. 1-2, 2. ed.).

[61] A frieza de "Cabeção" se tornou a tônica da cobertura sobre o caso, tanto que o jornal publicou entrevista exclusiva com o Capitão Melchiades Costa, responsável por sua prisão em Belém, onde o militar afirmou que "[...] é um tipo fanatizado, capaz de cometer não só a morte de Elza Fernandes, como de qualquer outra pessoa, com a máxima impassibilidade e sem a mínima emoção". Na mesma página, publicou-se entrevista com o Lyra: quando o repórter lhe pergunta porque ele "nunca ri", "Cabeção" afirma que "Detesto o riso. Desde criança aprendi a não rir para ninguém..." (*A Noite*, 27 abr. 1940, p. 1-2, 2. ed.).

A Noite não se conteve em detalhar somente o crime e a personalidade de seu autor[62], mas, sobretudo, procurou antecipar uma provável sentença para Lyra. Na manchete "Seria o caso de pena de morte!", o periódico entrevistou o juiz Nelson Hungria, relator do anteprojeto do Código Penal, em elaboração na época, para saber do magistrado sobre as possíveis penas aplicadas a "Cabeção". Hungria foi categórico em afirmar que "[...] não haveria a menor dúvida quanto à aplicação da pena máxima" (*A Noite*, 27 abr. 1940, p. 1, 2. ed.).

A cobertura de *A Noite* do caso Elza Fernandes foi intensa, no entanto, faltava ainda o reconhecimento oficial. E esse reconhecimento veio por meio de carta de Batista Teixeira, publicada na capa da edição e endereçada a Cypriano Lage, redator-chefe do periódico. Agradecendo à "[...] brilhante e vigorosa campanha que A Noite vem de retomar contra o Comunismo ameaçador", o militar teceu elogios ao vespertino que, segundo suas palavras, demonstrava a "[...] larga compreensão e espírito público de seus orientadores, que sabem aplaudir o trabalho honesto e a luta sem tréguas que a Delegacia Especial move a todos os inimigos do regime" (*A Noite*, 2 maio 1940, p. 1, 2. ed.).

O julgamento dos militantes que foram responsabilizados pelo assassinato de Elza Fernandes foi rápido: quatro meses após as prisões, *A Noite* anunciou o envio ao TSN dos autos referentes ao processo. O texto relembrou aos leitores que Elza, "[...] era quase uma criança, mesmo assim não despertou no coração de seus carrascos nenhuma contração de piedade". O vespertino sobrelevou que o inquérito responsabilizava "Cabeção" e demais líderes comunistas, apontando-os como executores, e Luiz Carlos Prestes, como mandante e autor intelectual, sendo que este último *"[...]* ordenara, por escrito, aos seus asseclas que trucidassem Elza Fernandes, como medida de precaução e na defesa dos segredos do credo sinistro" (*A Noite*, 11 set. 1940, p. 1-2, 2. ed.).

Dois meses após o envio do processo, em novembro de 1940, o TSN deu o seu veredito condenando à pena máxima de trinta anos de prisão Luiz Carlos Prestes, Francisco Natividade Lyra, Adelino Deicola dos Santos, Honório de Freitas Guimarães e Eduardo Ribeiro Xavier. Já Manoel Severiano Cavalcanti[63] e Lauro Reginaldo da

---

[62] A reportagem de *A Noite* conseguiu uma nova entrevista com Lyra que, como nas anteriores, reafirmou ser ele o autor do crime. O jornal publicou, aliás, curiosidades sobre os hábitos pessoais do acusado, como por exemplo, sua ojeriza por café e carne (*A Noite*, 28 abr. 1940, p. 1-6, 2. ed.).
[63] Manoel Severino Cavalcanti, ou "Gaguinho", foi acusado pela polícia porque, além de ser comunista, era o locador da casa onde Elza Fernandes foi assassinada e, sobretudo, por ter participado da ocultação do cadáver da vítima. Sua prisão, ocorrida em maio de 1940, proporcionou à polícia novas

Rocha foram condenados a vinte anos de reclusão (*A Noite*, 10 nov. 1940, p. 6). Os advogados dos réus ainda impetraram recurso contra a decisão, contudo, o TSN o julgou improcedente, reafirmando a pena máxima de Prestes e demais, reformando as penas de Cavalcanti e Rocha de vinte para trinta anos de prisão (*A Noite*, 27 nov. 1940, p. 3).

É importante observar que o julgamento do recurso e a confirmação e agravamento das penas ocorreram no mesmo dia em que o Estado Novo realizava um ato religioso no cemitério São João Batista, Rio de Janeiro, em "[...] memória dos heróis que deram vida em holocausto à Pátria", com a inauguração de um mausoléu contendo os restos mortais dos militares mortos na "Intentona de 1935" (*A Noite*, 27 nov. 1940, p. 1-3, 1. ed.). Presidida por Francisco Campos, ministro da Justiça, a cerimônia contou com a presença de corpos militares de Marinha e Exército, membros do clero, familiares dos mortos, delegações acadêmicas e comitiva de trabalhadores composta por cerca de mil operários. Na visão do jornal a celebração representava o fechamento de um ciclo que colocava um pretenso fim no movimento comunista com a condenação de Luiz Carlos Prestes.

No entanto, em novembro de 1940, um homicídio ocorrido na Ponte do Inferno, Rio de Janeiro, foi ressignificado: indo além de mais um caso de feminicídio, tema tratado de modo sensacionalista pelo periódico, o crime abordado como mais um caso envolvendo o justiçamento de um membro do Partido Comunista a mando do "Tribunal Vermelho". Na manchete "Mistério trágico na Ponte do Inferno", a reportagem apresentou o caso de uma mulher encontrada morta e seminua no local. Como a identidade do corpo era desconhecido, o jornal chegou a especular que seriam os restos mortais de Geny Elhk, 35 anos, dada como desaparecida pela família (*A Noite*, 20 nov. 1940, p. 1-2, 2. ed.). Embora o vespertino especulasse sobre a identidade da vítima, gerando amplas reportagens sobre o caso[64], a polícia chegou à conclusão de que o ocorrido não passava de mais uma execução comunista[65].

---

informações sobre o homicídio (*A Noite*, 3 maio 1940, p. 1-7). Sobre os depoimentos e maiores detalhes acerca de "Gaguinho", ver edições *A Noite*, 4 maio 1940, p. 1-3, 1. ed.; 5 maio 1940, p. 1-3, 1. ed.

[64] O caso foi noticiado nas edições *A Noite*, 21 nov. 1940, p. 1-3, 1. ed.; 23 nov. 1940, p. 1-3, 1. ed.; 3 dez. 1940, p. 1. 1. ed.

[65] Demais prisões de militantes comunistas foram publicadas pelo jornal, entretanto, tiveram menor destaque em relação aos casos envolvendo diretamente Luiz Carlos Prestes. A descoberta da existência de planos para possíveis "levantes comunistas", e a consequente prisão de seus organizadores, foi noticiada por *A Noite*, tal como a prisão de Walter Weissberg, no Recife, acusado de planejar ação contra o Estado Novo. Em sua casa foi apreendido farto material de propaganda, maquinário de impressão e demais objetos (*A Noite*, 12 jan. 1942, p. 2, 2. ed.; 14 jan. 1942, p. 8, 2. ed.). Os "agitadores" também eram alvos de *A Noite* e das forças policiais, tal como ocorreu após a

De acordo com a polícia, após a prisão de Daniel da Silva Valença, militante comunista, foi constatado que o caso da mulher na Ponte do Inferno teria sido obra do “Tribunal Vermelho”. Apelidada por *A Noite* de “Nelly”, a vítima teria sido degolada e o seu corpo jogado da ponte por Valença[66]. Conforme o jornal, outros crimes atribuídos aos comunistas foram solucionados com a prisão do militante, tais como o fuzilamento de “Dino Padeiro”[67], o assassinato do cartunista Tobias Warehanwski, ocorrido em 1934[68] e o do *chauffer* Domingos de Azevedo, o “Paulista”[69], bem como de outros dois homens em Niterói (*A Noite*, 10 jun. 1941, p. 1-2, 2. ed.).

A Noite procurou destilar seu ódio ao Comunismo não somente por meio da descrição dos “bárbaros” crimes atribuídos a membros do Partido Comunista: essa era parte de sua estratégia de convencimento; a outra, consistia na exposição das opiniões dos articulistas semanais do jornal. Na coluna assinada por Heitor Moniz, por exemplo, o jornalista afirmou que não haviam diferenças entre o Comunismo soviético e a doutrina comunista propriamente dita, vendo seus membros como “mistificadores” da sociedade. O Comunismo, portanto, é caracterizado por Moniz como “[...] uma das maiores pragas da humanidade” que “[...] não merece nenhuma simpatia, nem consideração de qualquer espécie”, sentenciando ainda que “[...] enquanto o comunismo não for esmagado, não haverá paz no mundo” (*A Noite*, 31 out. 1941, p. 2, 1. ed.).

O posicionamento do jornal diante do Comunismo seguia a cartilha estadonovista, republicando comentário de Maurício de Medeiros - publicado originalmente em *A Gazeta* – sobre o pronunciamento de Marcondes Filho na Hora do Brasil, onde o ministro do Trabalho rechaçou as afirmações de que ele seria “comunista” pelo fato de já ter visitado Moscou. Em sua defesa, Marcondes Filho reafirmou que tinha “aversão ao Comunismo”, o suficiente para o comentarista fazer coro às palavras do ministro, finalizando que “[...] a natureza humana é muito mais forte do que as doutrinas criadas pela imaginação num trabalho de pura especulação

---

detenção de Ary Bering Ribeiro, em Alagoas, acusado pelo jornal de ser “inimigo do regime” e participante da Revolução Espanhola e da “Intentona Comunista” de 1935 (*A Noite*, 8 jul. 1942, p. 1-2, 2. ed.).

[66] Para maiores informações sobre a prisão de Daniel da Silva Valença, ver edição *A Noite*, 18 jun. 1941, p. 1-3, 1. ed.

[67] Sobre o caso do fuzilamento de “Dino Padeiro”, ver edições *A Noite*, 7 maio 1940, p. 1-3, 1. ed.; 15 jan. 1941, p. 3, 1. ed.; 11 jun. 1941, p. 2, 1. ed.; 12 jun. 1941, p. 1-3, 1. ed.

[68] Sobre o assassinato de Warehanwski, ver edição *A Noite*, 19 set. 1941, p. 1-2, 2. ed.

[69] Os executores de “Paulista” e de “Nelly” foram condenados a trinta anos de reclusão em regime fechado (*A Noite*, 9 fev. 1943, p. 7, 2. ed.).

teórica". Aqui, o Comunismo não passa de uma alucinação juvenil, onde somente os "espíritos fracos" eram engambelados para esse caminho (*A Noite*, 26 out. 1942, p. 2, 1. ed.).

Para *A Noite*, o Comunismo também poderia gerar repulsa: um comentário da coluna *Ecos e Novidades* discutiu a existência de um sentimento de verdadeira ojeriza do brasileiro em relação ao Comunismo. A base argumentativa do texto era o sucesso de público da película "O inimigo X", sátira do regime comunista soviético, afirmando que "[...] o filme afina com o sentimento coletivo brasileiro, corresponde à repulsa geral dos brasileiros pelo credo moscovita". Conforme analisou *A Noite*, as "[...] gargalhadas que reboam na sala de projeção devem cortar o coração dos bolchevistas encapelados ou dos tímidos simpatizantes [...] porque são uma demonstração de saúde mental e de alegria diante da vida" do brasileiro. O jornal afirmou que a boa recepção do público ao filme só vinha confirmar o "[...] sinal de repulsa popular por esse regime com o qual o Brasil jamais simpatizou, simpatiza ou simpatizará" (*A Noite*, 12 ago. 1941, p. 2, 1. ed.). Desta maneira, esse argumento não se contenta com o presente e o passado, mas profetiza para o futuro o que acontecerá em relação ao Comunismo[70].

O anticomunismo de *A Noite* estava - parafraseando o próprio jornal - "afinado" com o projeto político que o Estado Novo considerava consolidado. Caracterizando os comunistas como facínoras, selvagens ou simplesmente os bestializando, *A Noite* procurou publicizar seu projeto de comunicação social que estava estritamente alinhado com o projeto comunicacional do regime[71]. A perversidade atribuída aos comunistas, sobretudo ao seu líder, Prestes, bem como a caracterização do movimento como terrorista e alienígena, até criminoso, eram os elementos fundamentais que compunham esse projeto de comunicação social de massa. Por

---

[70] *O Inimigo X* (*Comrade X,* título original em inglês) Direção: King Vidor. Produção: King Vidor, Gottfried Reinhardt e Metro-Goldwyn-Mayer (MGM). Elenco: Clark Gable, Hedy Lamarr, Oscar Homolka, Felix Bressart, Eve Arden, Sig Rumann, Natasha Lytess, Vladimir Sokoloff, Edgar Barrier, George Renevant, Mikhail Rasumny, Alexander Asro, Lici Balla, Leon Belasco, Jhon Bleifer, Matthew Boulton, Sam Harris, Ilia Khmara, Keye Luke, Michael Mark, Alex Melesh, Manuel París, John Picorri, Shimen Ruskin e Larry Steers. Roteiro: Walter Reisch, Ben Hecht, Charles Lederer e Herman J. Mankiewicz. Fotografia: Joseph Ruttenberg. Música: Bronislau Kaper. Montagem: Harold F. Kress. DVD (104 min.), P&B, Inglês, EUA, 1940.

[71] As reações dos comunistas contra o Estado Novo se deram de modos diversos: na literatura brasileira, por exemplo, Jorge Amado, escritor e militante comunista, produziu obras durante o período que combateram poeticamente a ditadura de Vargas, tais como os livros de Amado *A Estrada do Mar* - poesias (1933), *ABC de Castro Alves* - biografia (1941), *O Cavaleiro da Esperança* – biografia (1942), *Terras Sem Fim* – romance (1943), *São Jorge dos Ilhéus* – romance (1944) e *Bahia de Todos os Santos* – romance (1944).

outro lado, verificaremos que não bastava criar categorias de classificação política ou mesmo demonizar os seus militantes - o vespertino chamava o movimento comunista de “seita vermelha” -, mas também criar processos de rememoração da autointitulada pelo regime “Intentona Comunista”. Tal processo, constituí um próximo conjunto de matrizes e temáticas que serão colocadas a serviço do Estado Novo: as comemorações oficiais.

2.2 Estado Novo: uma ditadura em ritmo de festa

A ditadura do Estado Novo possuía em seu projeto de comunicação social um elemento fundamental que era alvo de grande investimento simbólico e prático por parte do regime: o uso da festa cívica como mecanismo de rememoração de memórias que objetivavam legitimar o papel do governo de Vargas no processo histórico. Valendo-se da imprensa censurada, sobretudo dos jornais controlados diretamente pelo regime (*A Noite*, *A Manhã* e *O Estado de S. Paulo*), as comemorações públicas oficiais eram amplamente noticiadas e ganhavam grande destaque através das manchetes, valendo-se do uso sistemático de fotografias e de uma cobertura jornalística que procurava não somente noticiar o evento, mas sobretudo, trazer ao leitor abordagens que condiziam com o projeto de cultura política que o regime procurou implementar.

Segundo a ótica estadonovista, a festa cívica evidenciava um reflexo de uma sociedade feliz e harmoniosa, onde a luta de classes, por exemplo, dava lugar a harmonização das classes. Esse clima de equilíbrio social que a ditadura Vargas procurou publicizar, estava presente em comemorações como o aniversário de Getúlio Vargas, o *19 de abril*; nas “comemorações” do *1º de maio*; nas paradas cívicas do *7 de setembro*; nas festividades durante os aniversários da criação do Estado Novo – 1937, nas solenidades do *15 de novembro* e, fechando o calendário oficial da ditadura, o *27 de novembro*, data em que se homenageava os soldados mortos na “Intentona Comunista” de 1935[72].

---

[72] Outras tantas datas cívicas foram comemoradas pelo Estado Novo, tais como o *Dia da Bandeira* (19 de novembro), o *Dia do Marinheiro* (13 de dezembro), o *Dia do Reservista* (16 de dezembro), as comemorações da *Batalha Naval do Riachuelo* (11 de junho), a *Semana da Asa* (última semana de outubro), o *Dia do Empregado no Comércio* (30 de outubro) e o *Dia do Funcionário Público* (28 de outubro). Essas festividades eram bem menos divulgadas se comparadas às demais festas cívicas do

Sendo assim, nossa análise se concentra nas comemorações realizadas nos anos de 1940 e 1941, pois, a partir de 1942, ocorreram mudanças na orientação do jornal, tanto administrativamente quanto em seu projeto político de comunicação social, em decorrência da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial e o seu consequente alinhamento político com os EUA. Isso não quer dizer que o Estado Novo deixou de ser uma ditadura, mas, sim, que o regime readequou seu projeto comunicacional para se assemelhar um pouco mais com uma "democracia" de acordo com os parâmetros Ocidentais. O próprio jornal acompanhará essas mudanças, passando a ser configurado enquanto uma sociedade anônima, procurando aquela ditadura afastar sua imagem de orientador do periódico, dando-se a impressão de que *A Noite* gozava de maior autonomia do que realmente possuía.

Nessas festividades, a imagem evocada de um "renascimento da nova ordem" consistia um elemento essencial que as norteavam, onde "[...] a unidade, a ordem, o progresso, eram retratados em cores marcantes" (SHEMES, 1995, p. 22). Por outro lado, indo além do rememorar, as celebrações oficiais da ditadura possuíam um "caráter pedagógico", onde elas assumem a responsabilidade pela "[...] manutenção da lembrança e, como tal, representam instrumentos adequados para incutir, na massa, os ideais que os regimes querem perpetuar" (Idem, p. 23). Reafirmando o poder, a festa cívica rememora o passado – identificado pela ideologia estadonovista como o "velho" – e a fundação do "novo" – visto aqui como sinônimo de "futuro" (Idem, p. 26).

Nesse sentido, as festividades cívicas assumiam relevância no temário da imprensa daquele período, onde o "[...] culto aos símbolos e heróis nacionais procurava transmitir aos cidadãos as noções patrióticas fundamentais para a preservação do regime" (Idem, p. 38). Essa transmissão, na qual a imprensa escrita era um dos veículos, considerando igualmente o uso do rádio, denota a importância dada pelo Estado Novo no processo de publicização desses eventos. As celebrações cívicas, desta maneira, procuravam evitar possíveis disparidades discursivas do rememorar histórico, criando-se, por sua vez, um caráter oficial da festividade onde a ditadura procurava anular "[...] representações isoladas que poderiam causar desordem", buscando assim, a ideia de unidade em torno do tema comemorado, o

---

regime. Nota-se que boa parte do calendário oficial do Estado Novo era composto por comemorações relacionadas à eventos militares em detrimento de festividades civis.

que também significava controle sobre os termos da comemoração (CAPELATO, 1989, p. 214).

Os eventos cívicos cobertos pela reportagem de *A Noite* eram descritos em detalhes, onde a utilização de fotografias era um recurso icônico que procurava evidenciar a afluência de um número grande de pessoas nessas comemorações. A participação popular, apresentada pelo jornal como espontânea, era a tônica discursiva da qual se valia a ditadura. A ideia de consagração das classes sociais era uma ferramenta amplamente utilizada pelo Estado Novo, onde a imagem da multidão era evocada nas manchetes e reportagens. Para Capelato (2009), “[...] há uma forte relação entre as festas oficiais e a utopia da sociedade feliz” (CAPELATO, 2009, p. 70), sendo a imprensa o espaço privilegiado de divulgação das manifestações públicas de uma sociedade que tinha, na pretensão do regime, a harmonização social como bandeira. Deste modo, a propaganda política durante o período se valeu de

> [...] idéias e conceitos, mas os transforma em imagens e símbolos; os marcos da cultura são também incorporados ao imaginário que é transmitido pelos meios de comunicação. A referência básica da propaganda é a sedução, elemento de ordem emocional de grande eficácia na atração das massas. Nesse terreno onde política e cultura se mesclam com idéias, imagens e símbolos, define-se o objeto propaganda política como um estudo de representações políticas (CAPELATO, 2009, p. 36).

O uso da imagem das massas, por sua vez, era comum em regimes que tinham o nacionalismo como base de sustentação política, onde a legitimação do estado se dá com um processo de auto engrandecimento que se embasa na ideia de multiplicação das massas (CANETTI, 1995, p. 167). Entretanto, diferindo de Canetti, outras análises ponderaram que em regimes tidos por “democráticos”, essas práticas comunicacionais foram igualmente empregadas, ainda mais se considerarmos o contexto de propaganda e contrapropaganda modernizado no decorrer da Segunda Guerra Mundial (MURARD, L. ZYLBERMAN, P., 1978).

A divulgação das festividades buscava criar imagens que mostravam a concentração de um grande número de pessoas - as multidões propagadas nos eventos do Estado Novo - procurando passar a ideia de ligação do indivíduo com a nação, uma unidade simbólica abstrata “mais ampla”, onde tal unidade possuí características como a “[...] a densidade, o crescimento e a abertura para o infinito, a coesão surpreendente ou assaz notável, o ritmo comum e a descarga súbita”

(CANETTI, 1995, p. 168-169). Essa unidade “provoca emoção” que acarreta na produção de “[...] um sentimento de exaltação e de engrandecimento” para quem participa da festa, tornando os integrantes dela iguais, e criando “[...] em cada pessoa a figura do cidadão membro de uma comunidade” (SHEMES, 1995, p. 60).

As ideias de harmonização, coesão, unidade e de congraçamento foram amplamente empregadas pelo jornal *A Noite* na cobertura das festividades cívicas oficiais. O calendário festivo estadonovista era extenso e a participação do vespertino estava voltada para que a sua divulgação fosse amplamente publicizada, mormente antecipando-a, servindo esse esforço como ferramenta eficaz na propagação da ideologia autoritária da ditadura Vargas.

Logo após a encampação de *A Noite*, a primeira festividade que o periódico cobriu foi justamente o aniversário de Getúlio Vargas em 1940. No dia 19 de abril, o Estado Novo e a imprensa celebravam o nascimento do ditador com a realização de eventos oficiais onde a comemoração privada, um aniversário, transformou-se, paulatinamente, em uma festividade pública. Em uma edição às vésperas do *19 de abril*, *A Noite* anunciou o programa oficial comemorativo, a cargo do DIP, onde seria realizada a palestra de Oswaldo Orico, no Palácio Tiradentes, com o tema “Getúlio Vargas, o renovador”. Na Hora do Brasil, por exemplo, o major Roberto Carneiro de Mendonça realizaria “[...] em nome do povo brasileiro, uma saudação cívica ao chefe de Estado”. Embora houvesse grande alarde da imprensa na cobertura dos eventos, no dia de seu aniversário, Vargas se retirava para Araxá, Minas Gerais, como se buscasse nas águas termais da estância certo distanciamento das festividades, recurso de retórica evidente pois, se o quisesse, vetaria aquelas atividades (*A Noite*, 18 abr. 1940, p. 3, 1. ed.).

No *19 de abril* de 1940, o vespertino cobriu e comemorou timidamente o aniversário de seu chefe de governo. Mas em 1941, *A Noite* e o regime perceberam que o *19 de abril* poderia servir aos propósitos ideológicos da ditadura. O próprio jornal noticiou o crescimento de uma “adesão popular” às celebrações do aniversário de Getúlio, tendo, inclusive, a Cruzada Nacional de Educação escolhido a data para realizar homenagens que “[...] traduzam não somente o regozijo do povo, mas também realizações práticas e eficientes para o futuro da nacionalidade”. Falava-se em adesões “em todo o território nacional”, destacando-se, sobretudo, a participação de prefeitos do interior do país que aproveitaram a data para inaugurarem equipamentos públicos com o objetivo de “[...] demonstrar a ação renovadora e construtiva do Brasil de amanhã” (*A Noite*, 15 abr. 1941, p. 4, 1. ed.).

Essa transformação do *19 de abril* em festa pública foi identificada pelo próprio jornal que compreendia que o dia "[...] deixou de ser uma data destinada à simples celebração dos círculos familiares, adquirindo uma irradiação nacional"[73]. Nas comemorações de 1941, além da Cruzada Nacional de Educação, a Juventude Brasileira procurou amplificar as celebrações do aniversário do ditador ao escolher o *19 de abril* como o "Dia da Juventude Brasileira". De acordo com o vespertino, a "[...] consagração espontânea e unanime da opinião brasileira" via nas festividades um "[...] ensejo para expressar, ao chefe da Nação, o testemunho do seu respeito, do seu entusiasmo, da sua gratidão e da sua fé patriótica" (*A Noite*, 19 abr. 1941, p. 1-3, 2. ed.)[74].

A Juventude Brasileira, desde antes mesmo a sua criação, sofreu reformulações quanto a suas atribuições iniciais. De acordo com Schwartzman (2000), a confecção do esboço do projeto de lei que criaria a instituição teria motivado embates entre Francisco Campos, ministro da Justiça, e Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, uma vez que esses ministros discordavam quanto ao modo como a organização seria caracterizada: Dutra defendia que ela fosse definida como um grupo paramilitar oficial, ao passo que Campos entendia que a instituição deveria ser identificada como um "movimento" da juventude estudantil brasileira.

Predominou a vertente defendida por Francisco Campos, fato que incentivou a adesão de Gustavo Capanema, ministro da Educação, que acabou por assumir como sua a tarefa de coordenar a organização estudantil (SCHWARTZMAN, 2000, p. 139-148). Por conseguinte, a Juventude Brasileira acabou sendo exaurida de seus objetivos primordiais: "[...] impedida de competir com as Forças Armadas na militarização da sociedade", a instituição acabou sendo limitada "[...] ao culto mais ou menos ritualístico das grandes datas nacionais, sem que ninguém por ela realmente se interessasse e tratasse de dar-lhe impulso" (SCHWARTZMAN, 2000, p. 150).

---

[73] Esse pensamento do estadonovismo foi tratado por Alcir Lenharo (1986) que o entendeu enquanto uma transição metafórica do corpo do governante para o corpo da nação (LENHARO, Alcir, 1986).

[74] A Juventude Brasileira foi criada pelo decreto-lei nº 2.072, de 8 de março de 1940, caracterizando-se por ser uma agremiação de estudantes que tinha como objetivo primordial o culto à pátria. A inclusão da disciplina "Educação Moral e Cívica", por sua vez, foi determinada pelo mesmo decreto-lei e era destinada tanto aos homens quanto para as mulheres, sendo definidos os papéis específicos para cada gênero (as meninas tinham a missão de cuidar do lar e os meninos deveriam seguir valores e condutas militares: em suma, eram pequenos soldados). Não podemos deixar de ressaltar que, durante a confecção da presente tese, as atuais forças políticas (PMDB e demais asseclas) estejam cogitando resgatar a referida disciplina, como também, conseguiram reduzir a importância pedagógica na Base Comum Curricular de disciplinas como História, Sociologia, Filosofia, Geografia e Artes: um belíssimo exemplo dos tempos sombrios que estamos passando.

De 1941 em diante, o aniversário de Vargas passou a ganhar cada vez mais adeptos, notando-se, desta maneira, um incremento no número de atividades oficiais: o “ciclo de palestras do DIP” iniciado em 1940, por exemplo, foi sendo ocupado por figuras do regime, tais como Francisco Campos, ministro da Justiça, e Góes Monteiro, chefe do Estado Maior do Exército. Nesse ano, o DIP levou esse conjunto de conferências para além da Capital Federal, onde figuras políticas e intelectuais nos estados, ligadas ao regime, conferenciavam sobre a “vida e obra” do ditador (*A Noite*, 15 abr. 1941, p. 3, 2. ed.).

Ao DIP cumpria o papel de coordenar as festividades, enquanto à Agência Nacional (AN) cabia a tarefa de fornecer o noticiário oficial sobre as comemorações. Republicando as notas da AN, *A Noite* divulgava a programação nos estados, onde a inauguração de escolas e obras públicas passou a ser prática recorrente na data, como também, a promoção de palestras, missas e paradas cívicas (*A Noite*, 16 abr. 1941, p. 2, 1. ed.).

O jornal continuou a reforçar a ideia de que as comemorações do *19 de abril* deveriam extrapolar a esfera privada da data, vendo-a como resultado da “[...] vontade do povo brasileiro, expressa pelos seus órgãos mais representativos, pela imprensa, pelas associações e escolas, pelos sindicatos e pelas administrações locais”, assumindo o sentido de um verdadeiro “acontecimento nacional”, onde traduziam “[...] essa inabalável, espontânea e confiante aliança do povo brasileiro em torno do seu chefe” (*A Noite*, 17 abr. 1941, p. 1-3, 1. ed.).

A identificação das massas com seu líder era exaltada por *A Noite* e a ideia de união nacional autenticava a figura de Getúlio, acarretando assim, em uma renovação dos “[...] votos de confiança da opinião pública no eminente homem de Estado”, onde a grande participação popular denotava “[...] a medida precisa dos títulos de benemerência patriótica em que repousam a autoridade, o prestígio, a simpatia e a popularidade do chefe do governo” (*A Noite*, 18 abr. 1941, p. 1-2, 1. ed.).

A exaltação de Vargas chegou a seu ápice com a publicação de uma edição vespertina especial em 19 de abril de 1941. As quatro primeiras páginas foram impressas em rotogravura e eram ilustradas por diversas fotografias, estas acompanhadas de pequenos textos elogiosos. Junto à reportagem especial, uma grande fotografia de Getúlio – um Vargas jovem, confiante e destemido – era seguida por clichês da vida pública do ditador: Vargas assinando lei que criou o salário mínimo em maio de 1940, inaugurando a sede da Associação Comercial do Rio de Janeiro, assinando decreto que reconheceu a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) como

órgão consultivo do governo ou simplesmente batendo rebite na construção do navio da Marinha “Camaquan” (*A Noite*, 19 abr. 1941, p. 1).

Contudo, outra fotografia na capa chama a atenção pelos sentidos assumidos: uma multidão quase que hipnotizada acompanha um discurso presidencial (não identificado na reportagem). Essa imagem é significativa não somente pelo número de espectadores ou pela reação dos personagens na cena, mas, sobretudo, pelo diálogo icônico que ela estabelece com a foto de perfil de Getúlio. A primeira, ampliada e no canto superior esquerdo, se opunha à segunda, a da multidão, localizada no canto inferior direito, dando-se a impressão de que os populares observam com deferência o seu líder. O próprio título da matéria jornalística, “O grande condutor”, intermediava a foto de perfil de Vargas e a da multidão: devotada, a massa aguardava o caminho que seguiriam com o seu ditador (Figura 14) (*A Noite*, 19 abr. 1941, p. 1).

O texto, por sua vez, não deixava de ser menos elogioso: evocando características subjetivas do ditador, via de regra adjetivando-as, a reportagem exaltava a popularidade de Getúlio, identificando uma relação quase que simbiótica das massas com seu líder: *“*Ele é popular, dispõe de inesgotáveis reservas de simpatia, sempre renovadas [...]. É popular sem ser demagogo”. E continuava “[...] tudo nele se resume a linhas serenas, em expressões tranquilas e confiantes [...], não altera o tom de voz, não profere palavras retumbantes, não recorre ao mínimo artifício” (*A Noite*, 19 abr. 1941, p. 1). Vargas nessa descrição, implicitamente, é o protótipo de homem, público e privado que o brasileiro deveria seguir. Sua popularidade era natural pois, na visão do jornal, as massas viam em Getúlio um reflexo do que tinham de melhor, do que tinham de mais brasileiro.

Reforçando ainda a ideia da popularidade espontânea de Vargas, o jornal publicou na segunda página desta edição uma reportagem especial intitulada “O humor do presidente”, sendo a página tomada por diversas fotografias de Getúlio sorrindo (Figura 15). Na montagem fotográfica, uma imagem ampliada de Vargas de chapéu se destaca das demais, novamente, sorrindo com naturalidade. Rodeando-a, outras fotografias de Getúlio, sempre sorridente, em momentos diversos: Vargas em jantar, conversando com indígenas, pegando criança no colo, desfilando para militares ou palestrando alegremente com trabalhadores (*A Noite*, 19 abr. 1941, p. 2)

O humor de Vargas é característica fundamental para o sucesso de sua popularidade. Para *A Noite*, ele “[...] se caracterizou pelo sorriso acolhedor e indulgente”. Seu sorriso ecoava em todas as faixas etárias, pois é um “[...] sorriso que infunde confiança às crianças do Brasil e serenidade aos homens da Pátria”. As

classes sociais também respondiam afirmativamente ao gesto de Getúlio, tanto operários, que "[...] se acostumaram a sentir como um carinho paternal", quanto os militares, que se congraçavam com o presidente e seu "[...] sorriso viril, no qual as forças armadas sentem a certeza do destino e na clarividência de um guia sem medo sem mácula". Toda a nação era contemplada por seu sorriso, já que o "[...] sorriso do presidente Vargas cobre todo o céu do Brasil", um verdadeiro "arco-íris de bonança" (*A Noite*, 19 abr. 1941, p. 2). A terceira página desta mesma edição mostra um outro lado de Vargas, como se fosse sua antítese: após a sequência de fotografias de Vargas sorridente, na página seguinte foram publicadas imagens de um Getúlio concentrado e, de certo modo, melancólico. Tomando café, jogando golfe ou conversando com indígenas, Vargas é mostrado como um homem compenetrado e sereno. Reunindo fotografias que ilustravam sua vida pública e privada, o jornal deixou claro que ambas representações do ditador deveriam ser louvadas e seguidas pelas massas (Figura 16) (*A Noite*, 19 abr. 1941, p. 3).

As manifestações de apreço ao ditador em seu aniversário extrapolaram a esfera privada. Na capa da mesma edição, *A Noite* publicou mensagens de "altas personalidades brasileiras" congratulando o aniversariante: D. Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro, felicitou Vargas pela data e pela "formação cristã da Juventude Brasileira" [75]; o presidente do Supremo Tribunal Federal, Eduardo Spínola, classificou os mais de dez anos de governo Vargas como "[...] a suprema garantia de segurança do país, da ordem social e da tranquilidade pública". Outras personalidades do Estado Novo enviaram mensagens ao jornal, tais como Dutra (Guerra), Arthur de Souza Costa (Fazenda), Salgado Filho (Aeronáutica), Waldemar Falcão (Trabalho), Fernando Costa (Agricultura), Henrique Dodsworth (Prefeitura DF)[76], Felisberto Batista Teixeira (DOPS) e Barros Barreto (TSN). As felicitações ao presidente não se limitaram às figuras públicas do regime, destacando, sobretudo, homenagens espontâneas de grupos da sociedade civil, como por exemplo, a visita de um grupo de "pequenos jornaleiros" que foram à redação do periódico com o intuito de festejar o aniversário de Vargas. A elite intelectual, especialmente a carioca, também fez

---

[75] Em sua coluna semanal, André Carrazzoni, diretor do jornal, congratulou o governo por ter criado a Juventude Brasileira. Para o jornalista, a coordenação da entidade pelo Estado gerava confiança da população nos destinos em um país que "[...] marcha sem febre política, sem as crises específicas de certas enfermidades psicológicas dos nossos dias, na exuberante saúde de suas instituições" (*A Noite*¸19 abr. 1941, p. 2).

[76] O prefeito do Rio de Janeiro discursou em um evento promovido pelo DIP no Palácio Tiradentes. Irradiado na Hora do Brasil, Dodsworth ressaltou no programa que a personalidade de Vargas era dotada de três componentes: "a inteligência, a intrepidez e a bondade" (*A Noite*, 20 abr. 1941, p. 1-3).

questão de registrar seu apreço pelo ditador, tal como fizeram artistas, escritores, jornalistas e donos de jornais e revistas, estivessem estes diretamente alinhados ao regime ou não (*A Noite*, 19 abr. 1941, p. 2)[77].

O jornal realizou uma enquete popular nas ruas do Rio de Janeiro sobre Vargas que, na leitura do periódico, funcionava mais ou menos como um termômetro político. Os entrevistadores mostravam aos transeuntes a efígie de Vargas numa moeda de quatrocentos réis e perguntavam quem era. A reação dos entrevistados era de espanto com a pergunta: “Ora, todo mundo sabe. Está brincando comigo?”. Questionados “o que achavam deste homem?”, os populares discorriam em galanteios a Vargas. O uso da enquete por *A Noite*, prática jornalística recorrentemente utilizada, era uma ferramenta de legitimação da imagem de Getúlio, onde as vozes das ruas apareciam como se protagonizassem esse processo de reconhecimento popular do ditador: um feirante português afirmou à reportagem que admirava “[...] tanto o presidente que, todos os anos, as primeiras laranjas do meu sítio vão para o Palácio (do Guanabara)” (*A Noite*, 19 abr. 1941, p. 1-6).

Embora Vargas se ausentasse anualmente da Capital Federal durante as proximidades de seu aniversário, sua agenda pública continuava na cidade de Araxá. *A Noite*, republicando notas da AN, destacou o transcorrer do dia de Getúlio durante o *19 de abril*. No Serviço Telegráfico, por exemplo, o vespertino constatou a grande afluência de pessoas que procuravam os postos de coleta para enviar mensagens de congratulações ao presidente, chegando ao número de dez mil correspondências postadas somente na cidade do Rio de Janeiro (*A Noite*, 21 abr. 1941, p. 1-3, 2. ed.).

Em 1942, num contexto de mobilização civil para a guerra, o Cassino Copacabana anunciou no jornal a realização de um baile beneficente em prol da Cruz Vermelha Brasileira à meia noite do dia 18 de abril. Com apoio do DIP, Cassino irradiaria mensagens congratulatórias a Vargas para todas as estações de rádio do Brasil e também para estações de ondas curtas no continente americano. Segundo o anúncio, todas as classes sociais festejariam o *19 de abril* “[...] como uma data da gratidão nacional, o dia que deu ao país o seu maior chefe, o seu maior condutor, o seu estadista de maior prestígio”. Naquele ano, seria diferente: Vargas estaria presente na festividade, presidindo, ainda, o certame (*A Noite*, 17 abr. 1942, p. 3, 1.

---

[77] De 1941 em diante o *19 de abril* passou a fazer parte das comemorações oficiais do Estado Novo. A importância dada pelo jornal se denota pela extensa cobertura jornalística dos eventos oficiais realizados: as notícias sobre o aniversário de Vargas ocuparam as páginas 1, 2, 3 e 8, das 12 páginas que compunham aquela edição.

ed.)[78].

Como dito anteriormente, a festa durante o Estado Novo denotava uma sociedade feliz e, aniversário sem bolo, não é aniversário: sob iniciativa do *Jornal de Petrópolis*, o “Bolo Presidente Vargas” foi anunciado como sendo “[...] o maior bolo de aniversário até agora confeccionado”: mil e duzentas dúzias de ovos, vinte e cinco sacos de açúcar e demais cifras colossais de ingredientes davam sustentação gastronômica para um busto de Getúlio que adornava a iguaria (*A Noite*, 18 abr. 1942, p. 1-8, 1. ed.).

Essa sociedade feliz também era uma sociedade sem luta de classes: o *19 de abril* era igualmente identificado por *A Noite* como uma data de celebração da harmonização das “classes trabalhistas” com as “classes conservadoras”. O jornal anunciou com grande destaque que “[...] de todo o Brasil, de todas as classes” chegavam mensagens de congratulações a Vargas (*A Noite*, 18 abr. 1942, p. 1-3, 1. ed.)[79]. Daquele ano em diante *A Noite* passou a chamar o *19 de abril* por “O Dia do Presidente”, contribuindo grandemente para adicionar a data no calendário oficial de festas do Estado Novo (*A Noite*, 18 abr. 1942, p. 1-3, 2. ed.)[80].

O próprio jornal passou a participar de modo mais ativo das festividades do *19 de abril*: *A Noite* assumiu o papel de mediador da sociedade civil junto ao Estado, recebendo em sua redação uma comitiva de trabalhadores da Viação Excelsior que solicitou ao jornal que entregasse uma mensagem de congratulação a Vargas, contendo mais de trezentas assinaturas (*A Noite*, 18 abr. 1942, p. 8, 2. ed.). A Rádio

---

[78] Vargas chegou a viajar para Poços de Caldas no dia 16 de abril de 1942 para breve estadia em uma fazenda local, mas retornou ao Rio de Janeiro no dia 18. Essa quebra da rotina nos aniversários de Getúlio se deu devido à intensa mobilização do governo e da sociedade civil no esforço de guerra durante aquele ano e o seguinte (*A Noite*, 17 abr. 1942, p. 1-2, 2. ed.). Por outro lado, a aquisição pela Força Aérea Brasileira (FAB) de um avião bimotor, modelo *Lockstar* de fabricação estadunidense, permitiu ao ditador maior rapidez no deslocamento para cumprir sua agenda política. O jornal publicou, uma reportagem especial sobre o “gabinete aéreo” de Vargas, onde ele poderia continuar “[...] normalmente as atividades governamentais, ao mesmo tempo que observa e ouve os filhos do longínquo sertão”. O novo avião oficial da presidência dava a Getúlio, conforme a leitura do periódico, o poder da onipresença, permitindo, desse modo, um contato mais íntimo do líder com as populações distanciadas dos grandes centros urbanos (*A Noite*, 18 abr. 1942, p. 1, 1. ed.).

[79] O Sindicato dos Lojistas do Rio de Janeiro, o Sindicato dos Trabalhadores da *Light* e o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Rio de Janeiro organizaram uma recepção a Vargas na Praça Mauá, ocasião em que ele estava retornando à Capital Federal vindo de Petrópolis. Os sindicatos organizaram vultosa comitiva de trabalhadores que iriam acompanhar o presidente da Praça Mauá até o Palácio do Catete e, na festiva chegada, Getúlio seria “[...] aclamado presidente de honra de todos os sindicatos” (*A Noite*, 15 mar. 1942, p. 2).

[80] Após a passagem do *19 de abril*, o jornal publicava uma variedade de notícias que descreviam como ocorreram as comemorações nos estados da Federação. Havia uma preocupação do vespertino em deixar evidente a unanimidade do apoio ao ditador em todos os cantos do país. Sobre a cobertura jornalística das festividades, ver edições *A Noite*, 21 abr. 1942, p. 6, 1. ed.; 22 abr. 1942, p. 6-7, 1. ed.; 23 abr. 1942, p. 7, 1. ed.; 24 abr. 1942, p. 7, 1. ed.

Nacional, por sua vez, integrante do grupo *Empresa A Noite*, aproveitou a data para inaugurar seus novos estúdios ofertando extensa programação musical em homenagem a Getúlio (*A Noite*, 18 abr. 1942, p. 2, 2. ed.). Gilberto de Andrade, diretor geral da emissora e também vice-presidente da Confederação Brasileira de Radiodifusão, em entrevista ao vespertino, via na data a “[...] expressão do júbilo de todo o país por tão grata efeméride a todas as classes sociais brasileiras que veem, na pessoa do chefe do Governo, o orientador seguro, sempre disposto a colaborar pelo desenvolvimento das boas causas” (*A Noite*, 16 abr. 1942, p. 1-3, 1. ed.).

O suplemento especial em rotogravura do 19 de abril de 1942 reforçou a ideia de associar o aniversário de Vargas com o “Dia da Juventude Brasileira”. Para isso, a reportagem especial produziu um texto onde se ressaltava a “infância alegre e feliz” do ditador. Citando trechos da biografia do escritor austríaco Paul Frischauer, o passado pueril de Vargas é descrito como fruto do exemplo paterno. Para o escritor, “[...] o sistema tradicional, limitando a atividade da mulher às suas funções de mãe e esposa, aliás, seu campo natural” contribuiu para a formação psicológica de Getúlio. Numa abordagem de extremo paternalismo e machismo, Frischauer recordou a figura da mãe, Dona Candoca, e a descreveu como uma “companheira ideal para o marido” e que possuía uma relação amistosa com o “negro Amaro”, ex-escravo e trabalhador na fazenda da família (*A Noite*, 19 abr. 1942, p. 1-2).

A figura do “negro Amaro”, ou “Tio Amaro”, como Vargas o chamava quando criança, foi explorada igualmente pelo escritor Vargas Neto. Acompanhada de fotografias de Amaro e Getúlio (Figura 17), o autor concordou com Frischauer ao apresentar uma visão paternalista sobre a família Vargas. Retomando o passado de Amaro, Neto pintou o administrador da fazenda em São Borja como homem leal aos seus patrões, ajudando a “[...] criar todos os filhos do General Vargas. Um por um foram crescendo em seus braços robusto de campeiro” (*A Noite*, 19 abr. 1942, p. 2).

A evocação da juventude, das ideias e da própria juventude de Vargas iam de encontro à noção de “novo” que representava o próprio regime, sendo essa ideia legitimada, segundo a ótica do jornal, com a realização de gigantesca passeata promovida pelo Ministério da Educação e pela Juventude Brasileira. Concentrados nas escadarias do Palácio Tiradentes (sede do DIP), os estudantes, acompanhados por operários, desfilaram pelas ruas da cidade, tendo o evento como ápice os discursos de Gustavo Capanema e Marcondes Filho, ministros da Educação e do Trabalho, respectivamente (*A Noite*, 19 abr. 1942, p. 1-3).

Atletas universitários promoveram na data a realização dos IV Jogos

Universitários Brasileiros em homenagem ao presidente (Edições *A Noite*, 19 abr. 1942, p. 8; 20 abr. 1942, p. 8, 1. ed.). A Igreja Católica no Rio de Janeiro não deixou de participar, realizando missa campal na Praia do Russell. Os dois eventos foram mostrados pelo jornal como espontâneos, contudo, a própria notícia confirma o auxílio de departamentos estatais na organização dessas festividades (*A Noite*, 20 abr. 1942, p. 1-3, 1. ed.).

Segundo o jornal, a data inspirava espontaneidade e a sociedade civil reconhecia a legitimidade de Getúlio quando promovia/participava das celebrações do *19 de abril*. Como apontou J. S. de Maciel Filho em artigo publicado na edição, Vargas era realmente "predestinado" a liderar (*A Noite*, 20 abr. 1942, p. 3, 2. ed.). Para o colaborador de *A Noite*, as comemorações do *19 de abril* evidenciavam e confirmavam sua extraordinária popularidade, mostrando as massas um "respeito sentimental" ao seu líder, onde estas pagavam, simbolicamente, sua "dívida" com o presidente ao tributar-lhe homenagens no dia de seu aniversário (*A Noite*, 14 abr. 1942, p. 2, 1. ed.). A noção de dívida era naturalizada pelo jornal, tornando-se assim, corriqueira a associação do *Dia do Presidente* com a ideia de "festa da gratidão nacional": gratos por terem Getúlio, as massas retribuíam ao seu condutor entoando cantos e louvores (*A Noite*, 12 abr. 1942, p. 1-3, 1. ed.)[81].

A noção de confraternização social que o *19 de abril* assumiu foi divulgada por *A Noite* de modo que evidenciasse ao leitor a imagem de uma sociedade unida em torno de seu líder. O jornal procurou destacar essa mobilização para festejo do aniversário de Getúlio publicando entrevistas com diferentes representantes de entidades da sociedade civil: Cyro Aranha, irmão do ministro das Relações Exteriores e presidente do Vasco da Gama, por exemplo, deu detalhes sobre as homenagens que o clube prestaria a Vargas (*A Noite*, 4 abr. 1942, p. 1-3, 1. ed.); Herbert Moses, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), por sua vez, chegou a reivindicar que a realização de sessão cívico-cultural, promovida por entidades culturais do Rio de Janeiro, ocorresse na sede da ABI (*A Noite*, 9 abr. 1942, p. 1-3, 2. ed.)[82]; colônias de estrangeiros residentes no Rio de Janeiro promoveriam

---

[81] O jornalista estreou sua coluna semanal na página número três em março de 1942. Abordava temáticas diversas, geralmente, versando sobre questões relacionadas ao regime (*A Noite*, 9 abr. 1942, p. 3, 1. ed.).

[82] O jornal entrevistou Miranda Jordão, presidente do Instituto dos Advogados, onde comentou a realização do evento na ABI. Para o advogado, a homenagem era um "[...] ato do mais puro e profundo patriotismo", pois Vargas era um "extraordinário homem brasileiro" responsável por criar um "governo forte e vigilante" (*A Noite*, 14 abr. 1942, p. 1-3, 1. ed.).

celebrações em honra a Getúlio (*A Noite*, 5 abr. 1942, p. 1-3, 1. ed.); um espetáculo seria apresentado na data e contaria com a participação, sem citar quais, dos "melhores atores de todas as companhias" teatrais da cidade (*A Noite*, 5 abr. 1942, p. 2, 1. ed.)[83].

Em uma sociedade que se pretendia feliz e harmoniosa, não havia espaço para a luta de classes, nesse sentido, o *1º de maio*, é apropriado pelo regime, transformando-se de dia de luta contra a opressão dos trabalhadores para uma data de congraçamento e união das classes sociais. O pensamento corporativista do Estado Novo, por exemplo, se baseou na "[...] substituição do negativo conceito de luta de classes pelo conceito positivo de colaboração de classes", acarretando em um processo de "despolitização" das classes sociais, especialmente da classe operária, já que sem o seu concurso, ou "sem sua dominação", a estruturação das bases da nova sociedade que se pretendia construir estaria comprometida (LENHARO, 1986, p. 22-23). Vale lembrar que essa disputa sobre o sentido do *1º de maio* se mantém até hoje, com setores que transformam a data em gincana televisiva e outros que evocam lutas efetivas.

Nesse sentido, "[...] o poder apresenta a Nação como sua obra acabada", auto atribuindo ao Estado o protagonismo de ser a voz autorizada que fala do trabalhador e para o trabalhador. Tal premissa dava à festa a concretização da reunião em um só lugar dos componentes desse "corpo" - as classes sociais entendidas como organismo onde cada parte desempenha harmoniosamente sua função (LENHARO, 1986, p. 35). Partindo disso, as manifestações públicas do *1º de maio* passaram a "[...] atestar a impressão de unanimidade dessa comunhão nacional, desse bem-estar político, dessa aceitação das diretrizes impostas sem possibilidade de contestação". Entretanto, a propagação de uma pretensa "união nacional" criava "[...] um clima artificial de certeza de uma fraternidade nacional estável e duradoura", não sobrando espaço para a contrainformação (LENHARO, 1986, p. 50).

Adalberto Paranhos (1999), por sua vez, entende que a impossibilidade da extinção da luta de classes levou o Estado Novo a modificar o embate para a colaboração classista como um mecanismo poderoso de dominação social. Com isso, o regime objetivava auxiliar as estratégias de controle dos movimentos de

---

[83] Verificamos nas edições analisadas uma mudança no tratamento do *19 de abril* nos anos de 1943, 1944 e 1945, ocorrendo um direcionamento dos significados da data ao relacioná-la como um momento para se voltar para a produção, para o trabalho, tal qual estaria fazendo Vargas.

trabalhadores, buscando assim, a "[...] subordinação política das classes trabalhadoras em nome da colaboração de classes". Estratégias como a intensificação da promulgação das leis trabalhistas no 1º de maio faziam parte de um projeto de cunho corporativista, onde a ideologia do trabalhismo se "[...] apropriaria dos discursos dos trabalhadores e essa fala roubada, reformulada, retornava a eles como mito, tendo como componente básico a 'doação' da legislação social" (PARANHOS, 1999, p. 35).

Desta maneira, as comemorações oficiais do *1º de maio* procuravam passar uma mensagem de harmonia de classes e de pacificidade do povo brasileiro[84]. Transformado o dia em um "encontro" do líder com as massas, oportunidade em que o governo prestava contas à população e o povo estabelecia uma ligação íntima com seu chefe, legitimando-o. Tal encontro acarretava em um processo de "mitificação da ideia de união geral", que também pode ser entendido como um meio de "[...] teatralização do político, sendo a festa o momento em que todos se colocam de maneira cerimonial" (SHEMES, 1995, p. 50).

Esse processo de teatralização do *1º de maio* se iniciou em 1938, quando a celebração era marcada com a realização de pequeno evento no Palácio Guanabara, restrito a figuras ligadas ao mundo político e sindical. Em 1939, foi transferido para espaços abertos e que permitiam a concentração de um grande número de espectadores, o local escolhido foi o Estádio de São Januário, do Vasco da Gama. Desde então, a data passou a ser encarada pelo regime como um dia de comemoração das massas, indo ao encontro da perspectiva de harmonização social idealizada pela ditadura. A comemoração do *1º de maio* "[...] passou a ser aguardada pelos trabalhadores, já que era a ocasião em que se anunciava mais uma iniciativa governamental de peso no campo do direito social: o presente da festa" (GOMES, 1994, p. 217).

---

[84] Ao realizar uma análise dos discursos de Getúlio Vargas nos *1º de maio*, Maria Emília Lima (1990) vê na escolha do dia a consolidação da celebração oficial da cooperação do capital e do trabalho. Para a autora, Vargas escolheu a data cujo valor simbólico era relevante para o movimento operário, onde o Estado Novo se preocupou em "[...] introduzir uma relação nova do Estado com os 'bons trabalhadores', a quem ele apresentará suas leis, declarará 'seu amor' e, ao mesmo tempo, se engajará na luta contra a miséria e os 'elementos perigosos' da sociedade (de fato, contra uma parte dos próprios operários). Ele lhes ensinará o que é um governo, uma nação, uma revolução, etc., e também como os trabalhadores devem conduzir sua luta: no interior do aparelho de Estado. Ele tentará convencer as massas de que a revolução é indesejável, que ela seria nefasta aos próprios trabalhadores, que ela não lhes traria nada mais que o próprio Estado, dado que, depois de 1930, 'as coisas mudaram' em seu favor" (LIMA, 1990, p. 74).

Em espaços amplos e abertos como um estádio de futebol, o uso de coreografias, emblemas, bandeiras, uniformes, símbolos, músicas e cantos, palavras de ordem e discursos eram elementos cênicos que compunham a espetacularização daquela festividade. Essa relação do Estado Novo com os clubes de futebol deve ser colocada em evidência, visto que, a participação direta de entidades esportivas nas festividades era uma forma dos clubes obterem apoio financeiro do regime. O presidente do Clube de Regatas do Vasco da Gama, Jerônymo de Castilho, deu uma entrevista ao jornal sobre uma reunião que tivera com Vargas onde seu clube e demais solicitaram patrocínio financeiro para criação de suas sedes em Santa Luzia. Devemos lembrar que o Vasco da Gama cedia seu estádio para realização do *1º de maio* estadonovista (*A Noite*, 5 abr. 1940, p. 8, 1. ed.). Já para a imprensa escrita da época, especificamente para o vespertino *A Noite*, a data era uma oportunidade para abarrotar as páginas de suas edições com fotografias e textos que procuravam evidenciar a grandiosidade do evento.

A noção de harmonia social propagada pelo regime pode ter relação com a mudança no modo como a ditadura enxergava a chamada “questão social”. De acordo com Bresciani (1992), a noção de pacto ou contrato social é ignorada pelo Estado Novo que, em sua visão corporativista, entendia o processo histórico como constituído por etapas evolutivas da organização social. Ocorre uma naturalização da sociedade, dotada de processos evolutivos, onde a autoridade de Vargas “[...] ganha à áurea de inquestionabilidade, nesse projeto que se levado às últimas consequências faria da política uma técnica de administração de bens e pessoas, esvaziada, portanto dos embates entre interesses conflitantes” (BRESCIANI, 1992, p. 9).

O *1º de maio* de 1940, poucos meses após a encampação de *A Noite*, ganhou um significado especial naquele ano: o vespertino anunciou, com antecedência, os preparativos da festividade, a programação completa dos eventos a serem promovidos nos estados e no Distrito Federal[85], assim como, noticiou em letras garrafais a criação do salário mínimo e da Justiça do Trabalho[86].

---

[85] *A Noite* procurava divulgar o programa das festividades de modo exaustivo, chegando o periódico a publicar, por mais de uma vez, as vezes na mesma edição, a programação oficial do evento (*A Noite*, 30 abr. 1940, p. 8, 2. ed.).

[86] O jornal publicou uma reportagem especial que esclarecia aos leitores a importância da criação da Justiça do Trabalho e a relevância, social e econômica, da implantação do salário mínimo. O caráter pedagógico da notícia denota a preocupação do periódico e do regime em publicizar, antecipadamente, as novas regras que regeriam os acordos trabalhistas (*A Noite*, 28 abr. 1940, p. 1-3). Na véspera do *1º de maio* de 1940, *A Noite* publicou nova reportagem que louvava a instauração do salário mínimo e da Justiça do Trabalho, vistos pelo jornal como “marcos históricos” na cultura política brasileira (*A Noite*,

A Noite obteve uma entrevista exclusiva com o Waldemar Falcão, ministro do Trabalho, onde ele comentou a portaria baixada pela pasta que instruía sindicatos e associações de classe a "promoverem comemorações condignas" na data[87]. Para o ministro, o *1º de maio* daquele ano representava os esforços de seu Ministério em implementar uma "[...] política de harmonia e de colaboração do governo com as classes e dos trabalhadores com os patrões". Falcão reforçava ainda a noção da harmonização de classes, comparando, sobretudo, o passado com o presente, onde "[...] as festas de primeiro de maio perderam aquele antigo aspecto de ameaça e luta para se transformar na comemoração feliz de reinvindicações pacificamente conquistadas" (*A Noite*, 26 abr. 1940, p. 2, 1. ed.).

Para *A Noite*, o fim dos conflitos de classe só foi possível com a implementação de uma legislação trabalhista "louvada entre as melhores do mundo", onde o Estado assumia um papel coordenador, passando o trabalho a ser "[...] uma expressão de nobre alegria e de idealismo entusiástico" (*A Noite*, 30 abr. 1940, p. 1, 1. ed.)[88].

As comemorações do ano seguinte, 1941, ganharam mais espaço no periódico. Adveio um aumento na diversificação de grupos sociais que participavam das celebrações. Algumas iniciativas desses grupos, propagadas pelo vespertino como espontâneas, eram anunciadas como sinal de sucesso do projeto de harmonização social proposto por aquela ditadura. A Liga de Futebol do Rio de Janeiro, por exemplo, organizou uma "parada esportiva" que contou com uma partida amistosa entre dois times formados por jogadores profissionais dos clubes fluminenses. A reportagem destacou que, como "[...] contribuição pessoal aos festejos em homenagem ao chefe do Governo, todos os players jogarão sem qualquer remuneração" (*A Noite*, 27 abr. 1941, p. 13).

Sob a perspectiva da doação, as comemorações do *1º de maio* eram, conforme

---

30 abr. 1940, p. 1-3, 1. ed.). Entretanto, os tribunais especiais trabalhistas só foram instalados efetivamente em 1941, ainda exclusivos ao trabalhador urbano (*A Noite*, 25 mar. 1941, p. 1-2, 2. ed.).

[87] Alguns eventos promovidos por empresas eram apresentados pelo jornal como "espontâneos" - ou visando aferir favores junto ao governo - tal como ocorreu com a publicação de anúncio da Companhia Brasileira de Cinemas, informando que no feriado de 1º de maio disponibilizaria, gratuitamente, salas de cinema que exibiriam para funcionários e familiares, filmes especialmente selecionados para a data (*A Noite*, 30 abr. 1940, p. 5, 1. ed.). Já a loja de confecções *O Camiseiro*, assíduo anunciante no jornal, apropriou-se da data e adicionou em sua propaganda fotografias das festividades do *1º de maio*, promovendo, até mesmo, um desfile que contou com a participação dos funcionários do estabelecimento (*A Noite*, 3 maio 1940, p. 5, 1. ed.).

[88] Esse entusiasmo era legitimado com a publicação de cartas de centrais sindicais que congratulavam o governo pela realização do evento. A União Geral dos Trabalhadores (UGT), por exemplo, visitou Waldemar Falcão para agradecer à ditadura por ter promulgado as leis que asseguravam direitos básicos aos trabalhadores (*A Noite*, 21 maio 1940, p. 4, 1. ed.).

a ótica de *A Noite*, fruto da realização coletiva, onde trabalhadores anônimos e o regime assumiam o protagonismo da festa. Equipes compostas por operários disputaram partidas de futebol; a orquestra do Sindicato dos Músicos Profissionais executou uma seleção de obras de autores da música erudita; trabalhadores da Fábrica do Exército de Itajubá executaram demonstrações de exercícios de educação física para a multidão; "moças operárias" apresentaram números de ginástica musicada... O programa festivo era extenso e servia como preparação para o clímax da festa: a instauração, tão aguardada, da Justiça do Trabalho (*A Noite*, 30 abr. 1941, p. 1-2, 1. ed.).

As significações atribuídas pelo Estado Novo às festividades do *1º de maio* foram sendo consolidadas entre os anos de 1940 e 1941. No país da concórdia social, a ideologia trabalhista estadonovista via o evento como providencial oportunidade para se festejar a "[...] confraternização entre o trabalho, o capital e o estado": na véspera das celebrações, *A Noite* publicou entrevista com presidentes de sindicatos patronais e de classe, objetivando assim, legitimar a noção de harmonização do trabalho. Bancários, empregados do comércio e da hotelaria, barbeiros e cabeleireiros, marítimos, donos de padarias e industriais eram unânimes em suas declarações: a legislação trabalhista do Estado Novo trouxe tranquilidade ao mundo do trabalho (*A Noite*, 30 abr. 1941, p. 1-2, 2. ed.).

Essa tranquilidade era louvada por *A Noite*, que enxergava em Vargas o condutor do processo de harmonização social. O jornal identificou 1930 como o início das transformações no campo do trabalho, congratulando o governo por ter "[...] resguardado a Nação do contágio das doutrinas de inquietação social" e por ter promovido um "[...] panorama de congraçamento das forças do trabalho e do capital, sob a assistência vigilante e previdente do poder público". De acordo com o vespertino, essa harmonização do trabalho só foi possível com a ação tutelar do Estado nas relações laborais e de produção (*A Noite*, 2 maio 1941, p. 1, 1. ed.)[89].

Em seu discurso no *1º de maio* de 1941, Vargas acentuou a importância da

---

[89] Após as comemorações do 1º de maio de 1941, o ministro Waldemar Falcão discursou na abertura do Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Social em São Paulo, evento promovido pelo Ministério do Trabalho. Publicado por *A Noite*, o discurso de Falcão destacava a ampla "colaboração entre todas as classes", considerando ainda a legislação do trabalho como o "[...] coroamento da evolução" da sociabilidade. Para Falcão, a eliminação dos conflitos entre o capital e o trabalho deu "[...] a cada um desses elementos da produção o ritmo e o equilíbrio necessários para que se não entrechoquem e enfraqueçam reciprocamente, mas, antes, se harmonizem e completem entre si, integrando verdadeiramente o panorama da harmonia e da paz sociais, condição primária do desenvolvimento econômico das nações" (*A Noite*, 16 maio 1941, p. 1-2, 2. ed.).

Justiça do Trabalho e do salário mínimo, destacando, sobretudo, as realizações de seu governo desde 1930. Entretanto, o ditador também expôs o problema da fixação do homem na terra e o processo de migração para a cidade. Para Vargas, era urgente a melhoria da qualidade de vida do trabalhador rural, acarretando assim, na modernização das técnicas de produção no campo e no incremento da produtividade. A região amazônica, louvada por sua "fertilidade assombrosa", era o destino proposto da "nova cruzada" do Estado Novo. Contudo, vale realçar que a legislação trabalhista da ditadura não atingia o trabalhador rural (*A Noite*, 3 maio 1941, p. 2, 1. ed.).

As comemorações do *1º de maio* em 1942 sofreram duas mudanças: a primeira, em janeiro de 1942, quando Waldemar Falcão deixou a pasta e foi substituído por Alexandre Marcondes Filho, na época, diretor da sucursal paulista de *A Noite*; a segunda, mais ampla, consistia na situação geopolítica de beligerância do o Brasil em relação aos países do Eixo, acarretando, deste modo, novos discursos de mobilização para a guerra que acabaram por influenciar os propósitos do regime para com o mundo do trabalho.

Seguindo o calendário oficial do Estado Novo, as comemorações do *7 de setembro* tinham grande importância para *A Noite*, momento que o periódico se empenhava em noticiar o evento em seus mínimos detalhes. A Juventude Brasileira passou também a ser utilizada nas comemorações da *Semana da Pátria*, evento que ganhou volume e importância a partir de 1940. Nas comemorações daquele ano, por exemplo, o vespertino anunciou que cerca de quatro mil estudantes iriam entoar, sob regência do maestro Villa-Lobos, cânticos orfeônicos na Praça Paris (*A Noite*, 3 set. 1940, p. 1-2, 2. Ed.). A participação da Juventude Brasileira no evento foi igualmente destacada pelo vespertino: divulgou-se que trinta e um mil jovens desfilariam durante as comemorações, proporcionando à festividade tanto um volume massivo de participantes quanto passando a ideia de adesão dos jovens, o futuro da nação, ao projeto de Brasil que o Estado Novo procurava legitimar (*A Noite*, 4 set. 1940, p. 1, 1. ed.).

Essa ideia do "Brasil de amanhã", na qual *A Noite* associava a imagem da juventude com o futuro, era compreendida como um momento de "[...] íntima comunhão da mocidade com a alma da pátria", onde os integrantes da multidão que assistem ao desfile "[...] misturam as vozes de aplauso aos cantos de fervor e esperanças das gerações que despontam na manhã da vida e se iniciam no serviço dos ideais de grandeza do Brasil" (*A Noite*, 4 set. 1940, p. 1, 1. ed.). Para garantir a afluência de público, o jornal servia ao regime como painel de divulgação, publicando

com antecedência a programação completa das festividades, composta de instruções aos leitores sobre os locais e horários de cada evento oficial promovido durante a *Semana da Pátria* (*A Noite*, 6 set. 1940, p. 1-2, 2. ed.).

Já no dia 7 de setembro daquele ano, o jornal publicou, em edição única, ampla manchete descrevendo a festividade. Realizada no Estádio do Vasco da Gama, tal qual o *1º de maio*, *A Noite* estampou em sua capa uma fotografia centralizada (Figura 18) mostrando Vargas desfilando em carro aberto e acenando para a multidão. Acompanhando a fotografia de Getúlio, outros flagrantes do desfile destacaram entidades que desfilaram, tais como a Casa do Pequeno Jornaleiro e os alunos da *Escola Naval* e da *Escola Militar*. Reforçava-se a ideia de que a participação da população e entidades civis e militares era espontânea, livre de quaisquer interferências do regime, e essa espontaneidade denotava, conforme o periódico, "[...] a confiança na sua grandeza, a ufania de suas glórias, a razão que lhe dita a necessidade da coesão em torno da Pátria, dos seus símbolos e dos seus guias" (*A Noite*, 7 set. 1940, p. 1).

A utilização do discurso de coesão, ajuntamento, congraçamento e demais noções produzidas pelo jornal durante esses eventos corroborou com o discurso pronunciado por Vargas no evento, onde ele conclamou os brasileiros a considerarem que "[...] o lema da nossa vida tem de ser: união e trabalho". Publicado na integra, o discurso de Vargas[90] concentrou-se em passar a mensagem de que o potencial econômico brasileiro deveria ser melhor explorado e a ocupação da região Oeste deveria ser contínua, devendo ser entendida como parte da "[...] evolução social, econômica e cultural" do país. A defesa das fronteiras, sob uma perspectiva de neutralidade adotada pelo regime, deveria se dar com a ocupação do solo, para tornar a pátria "rica, forte e respeitada" (*A Noite*, 8 set. 1940, p. 1-3).

Na edição seguinte à publicação do discurso de Vargas, *A Noite* reforçou a ideia de união nacional em um comentário na coluna *Ecos e Novidades*: para o vespertino, as comemorações da *Semana da Pátria* evidenciavam "[...] a confiança de todas as camadas sociais da nação na obra comum de engrandecimento do patrimônio moral, material e espiritual". A adesão era geral, não havendo "[...] um Estado, um município, uma povoação pertencente ao território nacional que não

---

[90] O discurso de Vargas deu início a um programa radiofônico que ia ao ar em todos os *7 de setembro* seguintes: a Hora da Independência, irradiação do discurso de Vargas no dia do evento em ondas curtas e longas.

vibrasse ao sopro do entusiasmo popular". Para *A Noite*, o *7 de setembro*, naquele ano, tornou-se uma consagração da nação, uma verdadeira "[...] procissão de fé diante do templo da pátria" (*A Noite*, 9 set. 1940, p. 2, 1. ed.).

Nas comemorações da *Semana da Pátria* de 1941[91], nota-se um maior investimento de *A Noite* na cobertura do evento. Em agosto de 1941, o periódico já anunciava o projeto de remodelação da Praça da República, centro do Rio de Janeiro, para servir de palco para grande desfile que se realizaria no *7 de setembro* (*A Noite*, 13 ago. 1941, p. 1, 1. ed.). A participação da Juventude Brasileira no evento daquele ano estava, inclusive, confirmada pelos organizadores. O comércio do Rio de Janeiro aproveitou para lucrar com a data: a loja de roupas A Colegial, assídua anunciante no jornal, publicou propaganda de uniformes, calças e bonés especialmente destinados para o desfile da Juventude Brasileira (Figura 19). Na peça publicitária, figuravam, numa interminável fila, jovens que iam "rumo à Colegial" para providenciarem suas vestimentas cívicas (*A Noite*, 3 set. 1941, p. 4, 1. ed.).

O desfile da Juventude Brasileira, que seria realizado excepcionalmente no dia 5 de setembro, foi renomeado em 1941 para a "Parada da Mocidade e da Raça". Condicionada sua realização devido às fortes chuvas que naquele ano a cidade enfrentava[92], o jornal publicou extenso programa detalhado do evento, anunciando, sobretudo, os horários e locais de onde partiriam ônibus que levariam gratuitamente os expectadores para a festividade (*A Noite*, 4 set. 1941, p. 1-2, 1. ed.).

O evento tomou proporções maiores se comparado ao do ano anterior: em 1941, o jornal falava em trinta e cinco mil escolares desfilando pela Juventude Brasileira, dois mil a mais que em 1940. Em sua capa, edição única, *A Noite* estampou grande fotografia de Getúlio, acompanhado pela primeira dama Darcy Vargas, acenando sorridentemente para a população no desfile em carro aberto (Figura 20). O jornal fazia questão de ressaltar que a imagem havia sido colhida por uma câmera exclusiva do periódico no evento, onde a presença de Vargas dava um tom de

---

[91] As comemorações da *Semana da Pátria* foram antecedidas por outra festividade que possuía grande ligação com o *7 de setembro*: a Semana de Caxias. Em 1941 foi comemorado o centenário do patrono militar da independência com participação dos ministros militares e da educação (*A Noite*, 25 ago. 1941, p. 1-3, 1. ed.). *A Noite* participou ativamente do evento, assumindo o diretor do jornal, Cypriano Lage, a função de membro da comissão organizadora (*A Noite*, 29 ago. 1941, p. 1-3, 1. ed.).
[92] O DIP mandou publicar um comunicado do Ministério da Educação, localizado na capa do jornal, informando o público que se caso houvesse chuva forte, a "Parada da Raça" seria transferida para o dia 6 de setembro (*A Noite*, 4 set. 1941, p. 1, 2. ed.). No dia seguinte, 5 de setembro, as previsões meteorológicas não eram favoráveis, transferindo-se o evento para o dia 6 de setembro (*A Noite*, 5 set. 1941, p. 1, 1. ed.).

especialidade ao desfile, que foi considerado pelo jornal como a "[...] maior parada escolar jamais realizada no Brasil" (*A Noite*, 6 set. 1941, p. 1-3).

A *Semana da Pátria* de 1941 teve como fechamento a realização da "Parada Cívico Militar" que se realizaria na Avenida Rio Branco, centro do Rio de Janeiro. O jornal, como era regra, publicou o programa detalhado do evento, destacando que naquele ano, o DIP iria emitir mensagem de Vargas a Roosevelt no programa Hora da Independência. A versão da mensagem, em inglês, seria retransmitida pela NBC e CBS nos EUA, bem como em demais emissoras latino-americanas (*A Noite*, 6 set. 1941, p. 3).

Como parte de um processo de aproximação dos EUA com o Brasil, Roosevelt enviou uma mensagem aos brasileiros congratulando-os pelas comemorações da Independência[93]. A CBS, por exemplo, irradiou um programa especial sobre o Brasil, exaltando as qualidades do Estado Novo e da grandeza econômica do país. Essa aproximação com os EUA, num contexto de neutralidade, seria o início de uma parceria política e militar que se firmaria meses após com a decretação do Estado de Guerra contra os países do chamado Eixo, assunto que trataremos mais detalhadamente no capítulo III. De todo modo, o jornal publicou com amplo destaque detalhes da realização do evento, sobretudo, evidenciando a afluência de populares que foram prestigiar os passantes (*A Noite*, 7 set. 1941, p. 1, 2, 3, 6 e 7).

Nota-se uma mudança nas temáticas no discurso de Vargas na "Hora da Independência" de 1941: em uma matéria tomando toda a capa da edição, rodeada por fotografias do desfile no Estádio do Vasco da Gama e de multidão de expectadores, o jornal destacou uma fotografia de Vargas, cercado por sua Casa Militar, proclamando um "Brasil Unido" (Figura 21). Em sua fala, Getúlio via nas comemorações do *7 de setembro* como um momento para a "consagração coletiva" da nação, classificando-a como uma "nação pacífica" e procurando se afastar dos conflitos bélicos que ocorriam nos demais continentes (*A Noite*, 8 set. 1941, p. 1-8, 1. ed.).

Importante ressaltar que a eminência da inclusão do continente americano no conflito mundial fez com que Vargas começasse a pender para o lado dos Aliados, diferentemente do que ocorria no ano de 1940. Com a troca de mensagens entre

---

[93] *A Noite* publicou um telegrama de Roosevelt endereçado a Vargas, como também, saudações de Cordell Hull a Oswaldo Aranha e as repercussões do discurso de Vargas em Londres (*A Noite*, 9 set. 1941, p. 1-3, 1. ed.).

Vargas e Roosevelt, o próprio jornal começou a se apropriar dos discursos aliados que seriam, num futuro próximo, a tônica da propaganda contra o Eixo.

Após o discurso de Vargas no “Dia da Independência”, *A Noite* publicou um artigo que comentava e elogiava o pronunciamento presidencial. Para o jornal, o momento era de “união nacional”, não havendo “[...] lugar para discórdias, para dissídios e competições, para quaisquer divisões de opinião e de atitude”. Retomando fala de Vargas, o texto reforçava a ideia de que “[...] somos um país pacífico, amante da concórdia, mas estamos numa vigília de armas”. Vargas já sinalizava uma possível entrada do Brasil na Guerra, embora ainda a neutralidade fosse o discurso vigente (*A Noite*, 9 set. 1941, p. 2, 2. ed.).

A aproximação com os EUA denotava, por meio das notícias analisadas, um anseio do Estado Novo em firmar internacionalmente o Brasil como um país respeitado e de projeção global. Na coluna *Ecos e Novidades*, o jornal comentou que o discurso de Vargas obteve reconhecimento internacional, sobretudo com a mensagem de Roosevelt a Vargas. Mas para dar uma dimensão maior ainda desse reconhecimento, o texto citou a entoação do Hino Nacional do Brasil em escolas na Guatemala. Para *A Noite*, o Estado Novo colocou o Brasil no concerto das nações, bem diferente “[...] daqueles tempos não distanciados em que os estrangeiros muito pouco ou quase nada se sabia do Brasil” (em referência à “República Velha”), onde se afirmava “[...] lá fora, que possuía uma capital em cujas ruas se andava de tanga, à mercê do assalto das cobras e de outros bichos” (*A Noite*, 9 set. 1941, p. 2, 1. ed.).

Sim, o Brasil do Estado Novo havia passado por transformações significativas desde a chamada “Revolução de outubro” e o ano de 1940 era especialmente importante para o regime, uma vez que os dez anos de Getúlio Vargas à frente do Governo Federal seriam festejados com grande pompa. Celebrando o “novo”, *A Noite* buscou evidenciar que o “velho” - e tudo o que a política do governo deposto representava, tinha sido há tempos deixado para trás. Por outro lado, as comemorações da “Revolução de outubro”, e sua cobertura jornalística, eram bem menores se comparadas com as demais datas cívicas do calendário estadonovista. Geralmente limitadas a uma sessão cívica realizada no Palácio Tiradentes, a celebração do *24 de outubro* foi identificada por *A Noite* como o momento em que se formaram as bases do processo histórico que culminaria no Estado Novo em 1937.

Desde modo, as comemorações do decênio da “Revolução” no ano de 1940 assumiram um significado especial, pois, na visão do jornal, a consolidação do Estado Novo comprovava o sucesso da “Revolução de outubro”. Para *A Noite*, as três

semanas que separavam o 3 do 24 de outubro delimitavam o início de uma nova era na política brasileira: classificando o movimento de 1930 como um "triunfo rápido e fulgurante", representando esses acontecimentos "[...] as premissas do pensamento revolucionário a cujas consequências temos assistido, na ação governamental do último decênio e nos influxos modeladores de uma nova mentalidade coletiva" (*A Noite*, 24 out. 1940, p. 1-3, 1. ed.).

Importante salientar que o termo "Revolução de 1930" só seria empregado posteriormente, visto que, durante o Estado Novo, o regime nomeava o movimento por "Revolução de outubro" ou "Revolução Nacional". O processo de construção da memória da "Revolução" se deu paulatinamente e a imprensa da época, juntamente com os aparelhos de propaganda daquela ditadura, contribuíram para a solidificação e permanência dessa memória. As próprias comemorações promovidas pelo Estado Novo nos aniversários da "Revolução", realizadas durante o mês de outubro, sobretudo no dia 24, serviam como reforço a essa construção e *A Noite* contribuiu com grande entusiasmo para que a data fosse louvada e nunca esquecida.

Conforme De Decca (1998), o discurso do poder (dos vencedores) "produz" a "Revolução de 30" enquanto exercício de sua prática política (DE DECCA, 1998, p. 72). Nesse sentido, a "Revolução de outubro" foi apresentada "[...] como unitária e monolítica e eis a lógica do exercício da dominação – divide a história, memorizando-a, e a historiografia, através de enfoques diversos, assume de ponta a ponta as oposições constituídas no interior desse campo simbólico" (p. 73). O próprio termo "revolução" empregado na época, representava uma estratégia de dominação ao excluir outros projetos que se configuravam no interior da luta de classes (p. 74).

Naquele ano de 1940, as comemorações dos dez anos da "Revolução" acabaram sendo aglutinadas com as celebrações do *10 de novembro*, data-marco fundadora da ditadura do Estado Novo. Esse artifício, não apenas logístico, objetivava transmitir a ideia de que a cultura política defendida pelo regime já estava sendo implementada desde 1930, alcançando sua consolidação com a imposição do novo sistema estadonovista. Nesse sentido, o Estado Novo foi diretamente identificado como um desdobramento natural da "Revolução de outubro"[94]. Heitor Moniz, por

[94] Em 1941, as comemorações da "Revolução de outubro" se limitaram apenas a uma cerimônia cívica no Palácio Tiradentes, sede do DIP. Na ocasião, Souza Costa, ministro da Fazenda, proferiu palestra sobre as realizações do governo Vargas no campo econômico. Nos anos seguintes, as festividades do *24 de outubro* foram diminuindo paulatinamente até 1944, ano em que foram encerradas (*A Noite*, 24 out. 1941, p. 1, 1. Ed.). Além do jornal publicar integralmente a fala de Souza Costa na conferência (*A Noite*, 25 out. 1941, p. 1, 1. ed.), como forma de reforçar a importância assumida por aquela palestra,

exemplo, assíduo colaborador no jornal, estabelece essa relação direta entre o *24 de outubro* e o *10 de novembro*. Para o autor, as bases revolucionárias nortearam o advento do Estado Novo, representado pela figura de Vargas, “[...] esse homem que tinha pulso, - generoso, bravo, clarividente – e que era capaz de todos os sacrifícios para salvar o Brasil” (*A Noite*, 24 out. 1941, p. 7, 2. ed.).

Alinhado ao projeto político do Estado Novo, *A Noite* foi um dos veículos midiáticos do período responsável em lançar a ideia de que o regime de 1937 havia começado ainda em 1930: para os escritores estadonovistas do jornal, a “[...] revolução de 1930 foi o ponto de partida do Brasil Novo”, momento em que o povo brasileiro “[...] levantou-se em armas contra um regime de mentiras e esbanjamentos, para, sobre as ruínas de uma época, lançar as bases de outra, que trouxesse a todos mais segurança, estabilidade e, ao país, mas prestígio e mais força” (*A Noite*, 4 nov. 1941, p. 1, 2. ed.). Não podemos deixar de relembrar a análise realizada por Vesentini (1986), que identificou um esforço construtivo do Estado Novo em realizar a “refundação da memória sobre 1930. Conforme o autor, o marco histórico “1930” foi, deliberadamente, associado ao “1937”, sendo considerado por aquela ditadura como consequência do processo revolucionário que foi inaugurado pela “Revolução de outubro” (VESENTINI, C. A., 1986). Desta maneira, a análise documental das notícias sobre as celebrações do decênio 1930-1940 indica, corroborando a abordagem do referido autor, de que as festividades oficiais promovidas em 1940, lançaram e naturalizaram essa noção, que, por sua vez, foi amplamente propagada pelo jornal *A Noite*.

Em 1940, o Brasil ainda sustentava sua política de neutralidade diante da Segunda Guerra Mundial, entretanto, as aproximações e acenos de cordialidade entre o país e as nações do Eixo eram vistas com naturalidade pelo regime, tanto que somente de 1941 em diante que o Brasil passou a pender para o lado dos Aliados. Congratulando a ditadura pela passagem de seu aniversário de fundação, os chefes de Estado da Alemanha, Itália e Japão tiveram seus telegramas publicados com destaque pelo vespertino: Hitler felicitou Vargas com seus “melhores votos de felicidade pessoal” e “pelo futuro dos brasileiros”; já Mussolini relembrou que a Itália fascista “[...] jamais se esquece das provas de amizade demonstradas nesse histórico

---

A Noite, por meio de artigo do jornalista Heitor Moniz, afirmou que o pronunciamento do ministro acabou “pulverizando críticas anônimas” que eram contrárias ao projeto econômico do Estado Novo (*A Noite*, 25 out. 1941, p. 7, 2. ed.).

decênio no qual vimos assentado, com sacrifícios, as bases de um mundo mais justo e mais humano”; Hirohito, por sua vez, desejou as “[...] mais calorosas felicitações com meus melhores votos de ventura pessoal”. Essas declarações públicas de reconhecimento evidenciam que a neutralidade brasileira no período não significava afastamento de governos com projetos políticos aproximados, muito pelo contrário, havia uma confluência de pontos de vista entre aquelas ditaduras (*A Noite*, 5 nov. 1940, p. 2, 1. ed.).

Nesse sentido, o jornal cobriu ativamente as festividades do decênio do governo Vargas no *10 de novembro* de 1940. O serviço do “carioca-repórter”, por exemplo, obteve um “flagrante” da construção do “Monumento Tribuna da Esplanada”, um gigantesco livro que seria instalado na Esplanada do Castelo e que continha nele gravadas as “[...] realizações do presidente no decênio 1930-1940” (*A Noite*, 1 nov. 1940, p. 1, 1. ed.).

Outras homenagens que partiam de grupos de trabalhadores eram louvadas pelo jornal que as classificavam como um ato espontâneo das classes produtivas: metalúrgicos, por exemplo, promoveram no *Dia do Metalúrgico* uma visita ao Catete, onde uma comitiva composta por integrantes de delegações de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, foi recepcionada por Vargas, presenteado com um busto seu em bronze (*A Noite*, 7 nov. 1940, p. 1-8, 1. ed.)[95].

O *10 de novembro* era uma data especial para o regime. Valendo-se de símbolos já utilizados em outras comemorações, o Estado Novo via na data o momento para reafirmar suas bases ideológicas. Para isso, o uso da imagem de congraçamento dos amplos setores sociais, sob os auspícios da Igreja Católica, era um dos meios na tentativa do regime de consolidar seu projeto político. A chancela da Igreja Católica se dava durante as comemorações do *10 de novembro*, quando esta promoveu uma missa campal na Praia do Russel em homenagem ao Estado Novo. O jornal, por sua vez, procurou noticiar com grande destaque o evento, sobretudo, destinando amplo espaço em suas edições: uma reportagem especial, ocupando capa e contracapa, noticiou o “imponente espetáculo de fé” vivenciado pelos presentes, evento que contou com a participação de “[...] todos os ministros de Estado, Exército, Marinha, o cardial e altos dignitários da Igreja, magistrados, trabalhadores, estudantes

---

[95] *A Noite* acompanhou com grande entusiasmo a homenagem dos metalúrgicos, enviando, até mesmo, uma equipe jornalística para cobrir a chegada das delegações na estação da Central do Brasil (*A Noite*, 6 nov. 1940, p. 1, 1. ed.).

e grande massa de povo". Segundo o jornal, uma multidão composta por cerca de trinta mil espectadores "[...] superlotava todas as alamedas da Praia do Russel" (*A Noite*, 4 nov. 1940, p. 1-10, 1. ed.).

A ideia de união em torno de Getúlio foi a principal mensagem das comemorações do quarto ano do Estado Novo. Nessas festividades surgiu o projeto "A Palavra dos Estados", uma urna de prata onde foram depositadas porções de terra de "lugares históricos" de todos os estados da federação, que seria oferecida a Vargas. O receptáculo levava a inscrição "Ao presidente Getúlio Vargas, o Brasil Uno e Indivisível". Para *A Noite*, Vargas foi o "consolidador da unidade nacional" que protagonizou um "[...] decênio rico de matéria política, de substância histórica, de colorido psicológico, de conteúdo humano" (*A Noite*, 4 nov. 1940, p. 1-2, 3. ed.). Conforme o jornal, Vargas também foi o precursor de um projeto de Brasil que tinha como substrato o fortalecimento do Governo Federal, afastando as competições federativas que representavam uma "ameaça ao primado da ideia nacional" (*A Noite*, 6 nov. 1940, p. 2, 1. ed.). Nesse sentido, é importante relembrar, por exemplo, a promoção de cerimônias públicas de queima de bandeiras estaduais, ritual que procurou consolidar a noção construída pelo regime de reiteração e valorização do papel central do Executivo Federal como protagonista da sociabilidade.

Vargas representava a unidade. Em artigo sem autoria, *A Noite* retomou a ideia de harmonização nacional onde reinava uma "fecunda paz brasileira", sendo silenciados por Vargas "[...] os antagonismos artificiais dos partidos, a agitação das camarilhas eleitorais, os conflitos de interesses contrários ao interesse comum, a competição de fronteiras e de facções". Para o vespertino, o Estado Brasileiro representava um corpo, contudo, teria sido "[...] um corpo sem alma se lhe houvesse faltado o homem e o chefe para traduzi-lo em termos de verdade e de ação" (*A Noite*, 7 nov. 1940, p. 2, 2. ed.)[96].

As proximidades entre as comemorações oficiais do Estado Novo e A Noite se evidenciam, mais uma vez, com a participação de Alexandre Marcondes Filho, diretor da sucursal do jornal em São Paulo e futuro ministro do Trabalho, como delegado representando o estado de São Paulo no evento "A Palavra dos Estados". Em seu pronunciamento, publicado na íntegra, Marcondes Filho fez um apanhado da relação de São Paulo na história política brasileira, ressaltando que Vargas foi o responsável

---

[96] Alcir Lenharo (1986), tratou desta questão da analogia a qual se valeu o regime que associava o corpo humano com as estruturas estatais estadonovistas (LENHARO, Alcir, 1986).

pelo apaziguamento político no estado. Para o jornalista, São Paulo encontrou em Getúlio "o guia incomparável", que compreendeu os anseios paulistas e os redirecionou para o engrandecimento do Brasil (*A Noite*, 6 nov. 1940, p. 1-3, 1. ed.)[97].

No Catete, após a realização da cerimônia no DIP, Marcondes Filho foi escolhido para realizar a entrega da urna de prata a Vargas. Em seu discurso, supostamente de improviso, o diretor da sucursal paulista de *A Noite* felicitou Getúlio por ter "realizado o grande milagre" de despertar "[...] nas consciências do povo brasileiro, sem distinção de classes, de idades, de religiões, de meridianos, a preocupação da unidade, a compreensão da unidade, a paixão da unidade" (*A Noite*, 7 nov. 1940, p. 3-8, 2. ed.).

Essa relação amistosa e de proximidade entre o jornal e o regime era recorrentemente nutrida por *A Noite* que, fazia questão de deixar claro que gozava de livre trânsito nas instâncias da ditadura: Waldemar Falcão, ministro do Trabalho, "[...] teve a gentileza de escrever especialmente para A Noite" uma síntese das realizações da pasta no decênio 1930-1940. Elencando as principais medidas adotadas pelo governo em relação ao mundo laboral (jornada de oito horas, estabilidade, regulamentação etc.), o ministro ressaltou em seu texto que "[...] em nenhum outro país do mundo se registrou uma série tão abundante de conquistas como estas, sem atropelos e tumultos" (*A Noite*, 6 nov. 1940, p. 1-2, 2. ed.)[98].

Um personagem do mundo empresarial, como o presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, João Daudt de Oliveira, "[...] fixou, especialmente para A Noite o seu autorizado depoimento" sobre as realizações do decênio, onde o entrevistado ressaltou a "[...] vitoriosa trajetória do homem público do Sr. Getúlio Vargas", sobretudo, "discrição e serenidade" que marcavam o governo de Vargas, orientando o mercado e organizando o desenvolvimento econômico do país. Para Daudt, Getúlio estava "*[...]* a serviço de um patriotismo intransigente", proporcionando o "[...] clima em que ora vicejam a Ordem e o Progresso do Brasil". Nesse sentido, o

---

[97] Em São Paulo, a Diretoria de Esportes do Estado de São Paulo promoveu uma "Parada da Juventude" no centro da cidade. Para o jornal, o evento constituiu "[...] uma página admirável de fé cívica e brasilidade". Estimou-se que oito mil estudantes desfilaram juntamente com grupos civis e militares (*A Noite*, 7 nov. 1940, p. 8, 1. ed.).

[98] *A Noite* publicou, integralmente, o discurso de Waldemar Falcão na "Parada Operária". Em seu pronunciamento, o ministro relembrou aos presentes todas as promessas cumpridas por Vargas em sua plataforma eleitoral como candidato presidencial pela Aliança Liberal em 1930, especialmente, no campo do trabalho. Para Falcão, os projetos colocados em prática em na pasta por Vargas no decorrer do decênio representavam o resultado de uma "visão profética de nosso porvir" (*A Noite*, 9 set. 1940, p. 1-2, 2. ed.).

apelo a essa voz evidencia o peso empresarial naquela cena política, que não se reduzia à ação do Estado (*A Noite*, 9 nov. 1940, p. 1-3, 2. ed.)[99].

A grandiosidade dos eventos oficiais o Estado Novo, apregoada por *A Noite*, sobretudo as comemorações do decênio, era comprovada, segundo a ótica do jornal, com a quantificação da massa participante. O vespertino anunciava cifras gigantescas quando se tratava de congratular o Estado Novo: anunciou-se, por exemplo, o envio de mensagens a Vargas de sessenta mil crianças que nasceram em 1930 (*A Noite*, 7 nov. 1940, p. 1, 2. ed.). O uso da criança como símbolo do "Brasil de amanhã" foi amplamente valorizado pelo periódico que, com grande destaque, cobriu com entusiasmo a concentração de meninas e meninos nas ruas do centro do Rio de Janeiro. A descrição afetuosa dos gestos de Vargas para com os pequenos procurava construir uma imagem paternal do ditador, salientando que ele "[...] achava muita graça na agilidade dos pequenos manifestantes que logravam driblar as professoras para cumprimentá-lo e cingi-lo num aluvião de abraços" (*A Noite*, 8 nov. 1940, p. 1-3, 1. ed.).

A participação de trabalhadores, por outro lado, também assumia importância nesta data tanto quanto no *1º de maio*, chegando o jornal a anunciar que cem mil operários iriam desfilariam na "parada monstro" promovida por entidades sindicais e pelo Ministério do Trabalho. *A Noite* exortou os comerciantes e demais empresários a cessarem suas atividades laborais para que todos comparecessem na Esplanada do Castelo (*A Noite*, 9 nov. 1940, p. 1-3, 1. ed.). O jornal ressaltou na reportagem que operários de Minas Gerais e São Paulos "chegam aos milhares" para participarem das comemorações na Capital Federal. Anunciou-se que cerca de dezesseis mil motoristas de táxis promoveriam uma carreata em homenagem ao Estado Novo (*A Noite*, 9 nov. 1940, p. 1-3, 2. ed.).

Nessa perspectiva, as classes trabalhadoras estavam, mais uma vez, festejando o Estado Novo e *A Noite* cumprindo o seu papel ao cobrir o *10 de novembro* com grande destaque. Fazendo uso da imagem da multidão, o jornal se vale novamente desse recurso imagético para dar volume massivo aos eventos promovidos pelo regime. Na capa da edição dominical, o vespertino estampou duas

[99] Vargas Netto, no artigo "Um homem diante da vida", identificou uma característica em Vargas que resume, segundo o escritor, o traço fundamental que definiria o seu sucesso: seu poder de percepção. Segundo o jornalista, Getúlio tinha a "[...] facilidade de captar as correntes de pensamento e de desejos que flutuam no ar, de anseios e aspirações das necessidades coletivas" para então organizá-los nos parâmetros que norteavam os princípios estadonovistas (*A Noite*, 9 nov. 1940, p. 2, 2. ed.).

fotografias que estabeleciam um diálogo entre si (Figura 22): na primeira, uma multidão de trabalhadores, homens em sua maioria, escutando discurso de Vargas, enquanto que a segunda, traz Getúlio ao microfone, rodeado por ministros civis e militares. As duas fotografias se comunicam: a de um Vargas que fala e com a de uma massa que escuta. O jornal descreveu a "indescritível grandiosidade" do evento, estimando que cento e vinte mil pessoas compareceram na Esplanada do Castelo (*A Noite*, 10 nov. 1940, p. 1, 2, 10).

Além da maximização da afluência de público, *A Noite* procurou também dar evidências aos leitores da capacidade administrativa e financeira do regime no decorrer do decênio 1930-1940. Para o vespertino, "[...] falam os números, com os seus depoimentos exatos", o sucesso da racionalização estatal promovida pelo governo de Vargas: "[...] dez anos em que o governo da União fez mais do que todo o regime republicano". Segundo o texto, era notável o aumento da renda nacional, que passou de 24 milhões, em 1930, para 56 milhões em 1939, sendo incrementada, especialmente, com o crescimento no volume de exportações e a racionalização do trabalho e da produção (*A Noite*, 8 nov. 1940, p. 1-7, 2. ed.)[100].

Foi em 1940 que o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) iniciou, nas comemorações do decênio, seu "ciclo de palestras ministeriais", onde ministros de Estado realizavam pronunciamentos em programa especial da Hora do Brasil" e realizavam um balanço dos dez anos do governo Vargas, cada qual em sua área de atuação. Aristides Guilhem, ministro da Marinha, abriu o evento palestrando sobre sua pasta, seguido por Mendonça Lima, Souza Costa, Eurico Gaspar Dutra, Waldemar Falcão, Fernando Costa e Gustavo Capanema, respectivamente os titulares das pastas da Viação, Fazenda, Guerra, Trabalho, Agricultura e Educação, Saúde e Cultura[101].

Em muitos dos eventos que homenageavam a figura de Vargas, como forma

---

[100] Reforçando as celebrações do *10 de novembro* e do decênio, Vargas inaugurou a Feira Nacional de Amostras, organizada pelo Ministério da Fazenda e, dentro desta, a Exposição Decenal da Revolução Brasileira, promovida pelo DIP. A Feira de Amostras representava para o Estado Novo uma síntese de suas realizações no campo econômico, enquanto que Exposição Decenal assumia um caráter ideológico e propagandístico do regime. Para mais informações sobre esses eventos, ver edições *A Noite*, 12 nov. 1940, p. 2, 1. ed.; 11 nov. 1940, p. 7, 1. ed. A respeito de dimensões sociais e políticas de racionalização, consultar: ANTONACCI, Maria Antonieta. *A vitória da Razão?* O IDORT e a sociedade paulista. São Paulo: Marco Zero, 1992.

[101] Para o conteúdo de cada uma das palestras proferidas pelos ministros da Viação, Fazenda, Guerra, Trabalho, Agricultura, Saúde e Educação, ver respectivamente as edições *A Noite*, 4 dez. 1940, p. 1-3, 1. ed.; 7 dez. 1940, p. 5-6, 1. ed.; 11 dez. 1940, p. 1-3, 1. ed.; 18 dez. 1940, p. 2, 1. ed.; 21 dez. 1940, p. 3, 1. ed.; 26 dez. 1940, p. 2, 2. ed.; 7 jan. 1940, p. 2, 1. ed.

de fechar as comemorações, as “classes trabalhadoras e conservadoras” ofereceram ao presidente um banquete que, segundo *A Noite*, “foi o maior realizado até hoje na América do Sul”: um hangar no Aeroporto Santos Dumont foi utilizado para poder acomodar todos os participantes (*A Noite*, 11 nov. 1940, p. 1-7, 1. ed.). Quando se tratava de comemoração, tudo no Estado Novo assumia grandes proporções e *A Noite*, estava lá cumprindo seu papel, mostrando aos leitores o quanto a sociedade harmoniosa preconizada pelo regime estava feliz, e festejando.

Em 1941, *A Noite* retomou o tema trabalhado nas comemorações do decênio, escalando, para isso, o jornalista Heitor Moniz com a missão de comentar os significados atribuídos às festividades. Para o colaborador do periódico, o *10 de novembro “[...] não pode ser comparado a um golpe de Estado comum quando foi uma verdadeira revolução imposta pela consciência nacional e pelo instinto de legitima defesa do povo brasileiro”*. Segundo o jornal, o golpe de 1937 nem poderia ser chamado de golpe, pois Vargas apenas interpretou e colocou em prática os anseios nacionais para constituir um regime forte: “[...] um regime em que o conflito tradicional entre a liberdade e a autoridade” havia dado lugar a “[...] um regime político em que a família brasileira vive unida e em paz” (*A Noite*, 24 out. 1941, p. 2, 1. ed.).

Nesse anunciado regime de harmonia, o DIP promoveu novamente em 1941 seu ciclo de palestras ministeriais. Salgado Filho, ministro da Aeronáutica, abriu a série de conferências fazendo um balanço dos onze anos de Vargas no poder. Para o militar, o governo de Getúlio conseguiu a proeza de pacificar os corações brasileiros, organizar racionalmente a administração pública e integrar o povo em uma unidade nacional. Salgado Filho ainda exortou seus ouvintes a que tivessem “[...] confiança no chefe que tudo tem feito para merecê-la e sigamo-lo pelo bem do Brasil, de cujo futuro promissor, o presente de realizações é segura garantia” (*A Noite*, 4 nov. 1941, p. 1, 1. ed.).

As comemorações em 1941 contaram com as habituais atividades de inaugurações, palestras, desfiles e paradas. A festa continuava; contudo, nota-se uma diminuição no número de eventos se compararmos com o *10 de novembro* do ano anterior. Procurando dar uma dimensão nacional à festa, *A Noite* cobriu os eventos que foram realizados em diversos estados. Para isso, o periódico passou a publicar, na semana que antecedeu aquele *10 de novembro*, a programação completa naquelas unidades, destacando, sobretudo, os festejos que seriam promovidos em São Paulo e Rio de Janeiro. Na capital paulista, o DEIP informou que estava preparando um grande desfile da Juventude Brasileira local; o prefeito Prestes Maia

anunciou que inauguraria um busto de Caxias no centro da cidade com a participação de militares, policiais e bombeiros. Já na Capital Federal, a interventoria Amaral Peixoto, com auxílio do DIP, concentrou suas ações anunciando a inauguração de moradias populares, hospitais, escolas e demais dispositivos de serviço público (*A Noite*, 7 nov. 1941, p. 1-2, 2. Ed.)[102].

Pensando na celebração cívica enquanto espetáculo, foi nesse ano que a Força Aérea Brasileira (FAB) utilizou aviões na realização de um *show* de manobras sob o Palácio Guanabara, estratégia pirotécnica ainda usada na atualidade (*A Noite*, 8 nov. 1941, p. 2, 2. ed.)[103].

Na edição comemorativa do *10 de novembro*, *A Noite* buscou destacar as obras de assistência aos trabalhadores, sobretudo, na área de moradia popular, saneamento básico, transportes e agricultura irrigada. Em quatro páginas impressas em rotogravura, o jornal procurou utilizar de uma variedade de fotografias como meio de ilustrar as realizações do regime durante os onze anos de Vargas no poder. Recorrendo a uma fotografia de 10 de novembro de 1937 (Figura 23), *A Noite* relembrou o pronunciamento radiofônico de Getúlio que anunciava ao Brasil a imposição do novo regime (*A Noite*, 10 nov. 1941, p. 1, 1. ed.).

Em artigo sem autoria, o periódico ressaltou que Vargas era "[...] um dos mais ilustres engenheiros brasileiros" e que "[...] nunca se trabalhou e se construiu tanto no Brasil". Para o vespertino, o volume de obras, apesar da situação mundial imposta, evidenciava que Vargas se prontificou com a realização de uma "[...] quantidade verdadeiramente colossal de serviços à nação". Mas nem só de obras se assentava a popularidade e aprovação daquela ditadura, e sim, pela "restauração moral do Brasil" ao promover a "justiça social" e a "paz brasileira": com suas obras e atitudes, Vargas tornou-se o "[...] nacionalista n. 1, ou seja, o Brasileiro n. 1, aquele que mais brasileiramente sentiu o Brasil" (*A Noite*, 10 nov. 1941, p. 1-2, 2. ed.). Como forma de congratular Getúlio pelo papel desempenhado como chefe da nação, a Prefeitura do Rio de Janeiro e o DIP inauguram o 1º Congresso Brasileiro de Brasilidade, evento que contou com a presença do ditador, presenteado com uma medalha comemorativa

---

[102] Em 1941 foi inaugurado pelo ditador o primeiro trecho da "Avenida Presidente Getúlio Vargas", Rio de Janeiro. Intensamente noticiada por *A Noite*, a obra da nova avenida foi promovida pela Prefeitura do Rio de Janeiro e servia como ligação da Praça Onze à Praça da República, alargando assim a via e possibilitando um melhor escoamento do trafego no centro da Capital Federal. Sobre a inauguração da avenida, ver edições *A Noite*, 10 nov. 1941, p. 1-3, 1. ed.; 10 nov. 1941, p. 1-2, 2. ed.

[103] O voo em homenagem ao quarto aniversário do Estado Novo e dos onze anos de Vargas no poder foi realizado pelo 1º Regimento de Aviação da FAB. Essa foi a primeira turma a se formar no Brasil na Escola de Aviação da Aeronáutica (*A Noite*, 12 nov. 1941, p. 2, 1. ed.).

onde figurava sua efígie. Os membros do Congresso conferiram a Vargas o título de "Mestre do Civismo", sendo endossada a homenagem pelos ministros militares do Estado Novo (*A Noite*, 10 nov. 1941, p. 8, 2. ed.).

Um almoço oferecido a Vargas pelo Ministério da Guerra a bordo do navio "Almirante Saldanha", da Marinha Brasileira, serviu como fechamento das comemorações do *10 de novembro* de 1941. O ditador, agradecendo aos militares pela homenagem, reforçou a necessidade das Forças Armadas reiterarem seus compromissos para com o regime, sobretudo, da necessidade destas de se prepararem para uma iminente participação no conflito mundial (*A Noite*, 11 nov. 1941, p. 1-3, 1. ed.).

Na edição da tarde, o jornal retoma o discurso de Vargas com artigo sem autoria, afirma que o pronunciamento só "[...] veio reforçar o sentimento de confiança de todos os brasileiros no tato, na prudência e na serenidade, na vigilância e no patriotismo do Sr. Getúlio Vargas". Para o jornal, o Brasil não estaria se armando para promover agressões, mas sim, para autodefesa. A política interamericana de solidariedade estava mais do que certa para o regime: o "[...] Brasil, pela voz de seu presidente, proclama que é um dos elos da poderosa corrente da unidade espiritual das nações do hemisfério" (*A Noite*, 11 nov. 1941, p. 1-2, 2. ed.).

Procurando dar maior estofo comunicacional à fala de Getúlio, três novos artigos assinados foram publicados por *A Noite*, sendo escalados para a empreitada Heitor Moniz, André Carrazzoni e Cypriano Lage, jornalistas da casa, que saíram em defesa do pronunciamento no *10 de novembro* e da importância dos onze anos de governo Vargas. Vale ressaltar o viés retórico exacerbado: defesa num espaço onde não havia ataque ao presidente e a seus discursos.

Segundo Moniz, se o Estado Novo não acontecesse em 1937, o Brasil teria adentrado na Segunda Guerra Mundial sem a preparação política interna organizada pelo regime. Para o jornalista, o Estado Novo não é "[...] um regime de hipocrisias, mas um regime sem máscaras, sem manobras", onde Vargas jogava limpo com a população, colocando-a a par da necessidade de se prepararem para uma possível entrada do país na guerra (*A Noite*, 13 nov. 1941, p. 2, 1. ed.).

André Carrazzoni, diretor do jornal, procurou destacar que Vargas não discursava valendo-se de "artifícios dialéticos", mas sim, procurando definir com clareza os nossos "deveres e responsabilidades" diante de um conflito iminente. Conforme Carrazzoni, "[...] numa hora em que a união fraternal é o primeiro requisito de segurança coletiva, o chefe da nossa democracia" reiterou o compromisso do Brasil

com a defesa continental, onde "[...] por mais graves que sejam as conjunturas que o destino nos reserve, ele nos saberá conduzir": bastasse escutar com a atenção as palavras de Getúlio (*A Noite*, 13 nov. 1941, p. 3, 2. ed.).

Cypriano Lage, redator-chefe, realizou um "balanço histórico" dos onze anos de governo Vargas afirmando a predestinação política do Brasil no conflito mundial como etapa da "evolução política brasileira". Para Lage, Vargas "[...] cresceu até onde é possível crescer como homem de Estado", alcançando assim uma maturação política que proporcionou ao Brasil "[...] os alicerces do renascimento e da grandeza do Brasil" (*A Noite*, 19 nov. 1941, p. 1-7, 2. ed.).

O dia da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1940, acabou sendo suprido pelas comemorações do decênio daquele ano, procurando o jornal dar maior destaque para as realizações do regime em detrimento da data. Já em 1941, as cerimônias do *15 de novembro* evidenciaram a importância dos heróis de Laguna e Dourados, sendo realizado o transporte dos restos mortais de seis militares mortos durante o processo de Proclamação da República para mausoléu na Praia Vermelha, Rio de Janeiro.

Contando a ágape com a presença de Vargas e de seus ministros militares, *A Noite* louvou a luta pela "defesa do solo nacional" iluminando e inspirando o Estado Novo com o "[...] mesmo desejo fecundo de servir ao Brasil" (*A Noite*, 15 nov. 1941, p. 1-3, 1. ed.). Para o jornal, a Proclamação da República consistia em uma primeira etapa no processo de evolução política do país que se efetivou em 10 de novembro de 1937: os eventos históricos estavam interligados e se complementavam com o Estado Novo, configurado como ponto de chegada da História do Brasil. Segundo *A Noite*, a cerimônia havia sido marcada por "tocante civismo e reconhecimento" pelos feitos dos heróis da Proclamação que tombaram em prol de um Brasil unido (*A Noite*, 16 nov. 1941, p. 6)[104].

Fechando as comemorações do Estado Novo, o *27 de novembro*, data em que o regime rememorava os mortos na chamada "Intentona Comunista" de 1935. Considerando o anticomunismo como um dos elementos que davam liga ao projeto de comunicação social do Estado Novo, as solenidades cívicas realizadas a partir de

---

[104] *A Noite* também cobriu as comemorações do *15 de novembro* em São Paulo, sobretudo, a cerimônia promovida pelo Centro Atlético Ipiranga que contou com a participação de militares da 2ª Região Militar, São Paulo, que hastearam a bandeira nacional acompanhados pela banda militar. O General Maurício de Cardoso, responsável pela 2ª RM, inaugurou no salão nobre do C.A. Ipiranga um retrato oficial de Vargas, além de proferir um discurso composto basicamente por elogios ao ditador (*A Noite*, 18 nov. 1941, p. 4, 1. ed.).

1940 - com a criação de mausoléu onde foram depositados os restos mortais de soldados mortos no levante - ganharam um maior espaço jornalístico em comparação com o que era disponibilizado para o *15 de novembro*.

Até 1940, os eventos prestados em homenagem aos soldados mortos em 1935 se restringiam a pequenas procissões ao Cemitério S. João da Batista, Rio de Janeiro, e discursos breves de personagens militares ou familiares das vítimas. Entretanto, a partir daquele ano, o Estado Novo passou a dar forma e volume à celebração dos mortos de 1935. Foi a partir de 1940 que o rememorar 1935 passou a entrar oficialmente como data comemorativa da ditadura com a construção do mausoléu em memória dos soldados mortos.

Cabe realçar que nas solenidades realizadas pelo regime em 1940 e 1941, quando vivíamos um período de anunciada neutralidade em relação ao conflito mundial, rememorar os atentados praticados pelos comunistas era uma forma do Estado Novo reafirmar seu projeto político, onde o anticomunismo da ditadura consistia em parte de sua sustentação ideológica. Entretanto, com a decretação do Estado de Guerra contra países do Eixo, em 1942, e a consequente aproximação com EUA e Aliados, dentre os quais inclui-se a própria União Soviética, a ditadura do Estado Novo e *A Noite* passaram a dar menor importância para a celebração do *27 de novembro*. Isso denota uma reorientação do projeto de comunicação social do Estado Novo, expresso nas páginas do vespertino.

A criação do Mausoléu foi anunciada por *A Noite* por meio de um comunicado do DIP que foi publicado na capa da primeira edição de 22 de novembro de 1940. O texto convocava - a pedido do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio - “[...] todas as organizações profissionais de empregadores e de empregados e todo o funcionalismo do Ministério” para que estivessem presentes na inauguração do monumento fúnebre no Cemitério S. João Batista, frisando que o evento contaria com a presença de Vargas. O aviso orientava que os trabalhadores deveriam zelar pelo merecido respeito aos “[...] soldados do Brasil que tombaram em defesa da integridade da Família e da Sociedade brasileiras, mantendo, assim, as gloriosas tradições de nossas forças armadas” (*A Noite*, 22 nov. 1940, p. 1, 1. ed.).

Não tardou muito para que o apelo do ministro do Trabalho, Waldemar Falcão, surtisse o efeito desejado pela ditadura: dois dias depois de publicado o comunicado, Francisco Campos, ministro da Justiça e responsável pelo erguimento do monumento, recebeu em seu gabinete telegramas da Associação Comercial do Rio de Janeiro, da Confederação Nacional da Indústria, de sindicatos patronais e trabalhista, bem como

de demais entidades representativas, confirmando a presença de seus representantes no evento (*A Noite*, 24 nov. 1940, p. 2)[105].

A primeira grande homenagem aos mortos de 1935 foi anunciada com especial relevo por *A Noite* que, valendo-se da repetição diária do temário, procurou deixar claro seu compromisso com a celebração organizada pelo regime. De acordo com o jornal, que publicou fotografias dos seis militares mortos durante os eventos de 1935 (Figura 24), a homenagem vinha propiciar a merecida exaltação aos "[...] defensores da ordem das instituições, que tombaram cobertos de glória na repressão ao golpe comunista que tentou subverter a organização social do Brasil" (*A Noite*, 26 nov. 1940, p. 1-3, 1. ed.).

No dia da inauguração do Mausoléu, *A Noite* publicou na capa de sua primeira edição uma ampla fotografia onde o monumento se destacava em relação à pequena multidão que, empunhando bandeiras do Brasil, o circundava (Figura 25). O vespertino destacou que diante do monumento, o "[...] Brasil inteiro se curva, neste momento, orgulhoso de possuir tão nobres filhos e grato ao gesto sublime, que foi o sacrifício pela sua integridade e pela continuação das tradições da família brasileira". Na ótica estadonovista, compartilhada pelo jornal, 1935 representava o fim dos atentados contra a civilização brasileira, assumindo o Estado Novo o compromisso para com a pátria em não permitir que aquele ato "sangrento e brutal" praticado pelos comunistas se repetisse (*A Noite*, 27 nov. 1940, p. 1-3, 1. ed.).

Já na capa da segunda edição de 27 de novembro de 1940, *A Noite* se preocupou em salientar as falas proferidas pelos oradores oficiais da ágape: os discursos do ministro Francisco Campos, do General Firmo Freire e do almirante Castro e Silva foram exaltadas pelo jornal, que elogiou o papel desempenhado pelas "sentinelas eternas da pátria" que foram mortas em 1935[106]. Segundo *A Noite*, os militares caídos no levante deveriam ser lembrados como verdadeiros "[...] heróis e

---

[105] O jornal ainda anunciou a participação de academias e centros escolares sob orientação do Ministério da Educação. É evidente o esforço conjunto dos Ministérios civis e militares em incutir na população a data como símbolo do combate "[...] às doutrinas dissolventes das instituições brasileiras" (*A Noite*, 25 nov. 1940, p. 3, 1. ed.).

[106] Os militares mortos em novembro de 1935 foram: Tenente-Coronel Misael Mendonça, Major João Ribeiro Pinheiro, Major Armando de Souza Mello, Capitão Danilo Paladini, Capitão Geraldo de Oliveira, Capitão Benedicto Bragança, Sargento Abdiel, Sargento Coriolano, Sargento José Bernardo; Cabos José Harmito, Alberto Bernardino, Clodoaldo, Luiz Pereira, Pedro Maria, Manoel Biré e Fidelis Baptista; Soldado Francisco Alves da Rocha. Embora o número de militares mortos durante o evento foi 17, somente os oficiais de alta patente, seis no total, tiveram suas cinzas depositadas no Mausoléu, evidenciando uma segregação por patente dentro da comemoração (*A Noite*, 27 nov. 1940, p. 1-2, 2. ed.).

santos que não renegamos nem esquecemos porque no seu martírio e na sua façanha veneramos o novo ato de fundação da Pátria". Criava-se, deste modo, uma nova data fundadora na cultura política estadonovista, vendo em 1935 um momento decisivo, quando os projetos de Brasil que o grupo político de Vargas estaria por colocar em prática foi ameaçado, e no entanto, salvo pela coragem dos mártires militares (*A Noite*, 27 nov. 1940, p. 1-2, 2. ed.).

Em 1941, por sua vez, nota-se um esforço do Estado Novo, especialmente do Exército Brasileiro, em dar maior contorno às homenagens aos mortos de 1935. Para isso, Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, determinou que fossem realizadas, em todos os quartéis do país, homenagens aos militares "[...] vitimados pela fúria assassina dos comunistas amotinados", mandando publicar e distribuir uma monografia sobre o papel desempenhado por cada um dos mortos durante os eventos de 27 de novembro de 1935 (*A Noite*, 8 nov. 1941, p. 2, 1. ed.). Já *A Noite*, divulgou, em duas edições seguidas, artigo sem autoria que classificou o levante comunista como "[...] um crime de uma minoria desvairada, atentado selvagem que constitui página monstruosa". Na ótica do jornal, rememorar os mortos era uma forma de valorizar o sacrifício dos "valorosos soldados da ordem", responsáveis pela manutenção do modo de vida brasileiro baseado nos princípios cristãos (*A Noite*, 21 nov. 1941, p. 1-3, 1. ed.).

A Noite participava ativamente nas homenagens prestadas aos soldados mortos de 1935, seja publicando antecipadamente a programação da cerimônia (*A Noite*, 24 nov. 1941, p. 8, 2. ed.), ou divulgando artigos, com e sem autoria, que tinham como objetivo reforçar os sentidos atribuídos ao evento cívico-militar, entendido pela ideologia estadonovista como uma etapa do processo de evolução da política brasileira (*A Noite*, 25 nov. 1941, p. 2, 1. ed.; 26 nov. 1941, p. 1, 2. ed.).

No dia da "romaria" ao túmulo dos militares, o jornal publicou extensa reportagem sobre a cerimônia, dedicando sua capa para exaltar os feitos dos que "morreram para que o Brasil sobrevivesse". Conforme *A Noite*, a "[...] bravura das tropas brasileiras, fiéis às gloriosas tradições de ordem e defensoras acérrimas das tradições melhores da Pátria, jugulou prontamente a intentona", proporcionando a continuidade de um Brasil livre dos "agitadores estrangeiros a serviço do Komintern". O vespertino ressaltava que, seis anos após os acontecimentos, "[...] o Brasil floresce, unido, em um ritmo crescente de progresso e de civilização, dentro das mais puras tradições que herdamos de nossos antepassados". Para o pensamento estadonovista de *A Noite*, o sufocamento de 1935 representava a continuidade na ordem política

evolutiva do Brasil e rememorar a data trazia a lembrança de que o sangue dos mártires "[...] será um estímulo para que sigamos sem desfalecimentos" (*A Noite*, 27 nov. 1941, p. 1-3, 1. ed.)[107].

Em suma, comemorar, homenagear e rememorar o calendário cívico no Estado Novo significava deixar vivos na memória coletiva acontecimentos que assumissem significados caros àquela ditadura. Seja no aniversário do ditador, nas comemorações do *1º de maio*, nas festividades do *7 de setembro*, do *10*, *15* ou *27 de novembro*, o Estado Novo procurou, com largo apoio de *A Noite*, incutir nos corações e mentes essas datas comemorativas do calendário oficial. Tanto por meio da repetição quanto valendo-se da amplitude jornalística dada a esses eventos, o vespertino se preocupava em destacar o que era festejado, buscando passar para seus leitores a ideia de que a grandiosidade da festa denotava apoio à ditadura. Transformando datas cívicas em festa, o Estado Novo via nesses eventos uma oportunidade para tentar consolidar seu projeto de comunicação social nem que para isso, tivesse que reiterar a cada ano os significados atribuídos a cada festividade. Festejar é rememorar. E rememorar, para aquela ditadura, era um mecanismo que se pretendia eficaz no processo de dominação da memória.

Deste modo, ao comemorar, a ditadura do Estado Novo constituiu um calendário que foi parcialmente modificado nos anos de 1942 em diante. Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, novos sentidos foram associados às comemorações oficiais, tentando aproximá-las cada vez mais de um penacho democrático que o regime se esforçava em publicizar. Por outro lado, verificaremos que o uso da imprensa, especialmente dos jornais diários, serviu como mecanismo de controle da informação, onde o governo Vargas via nos "homens de pena" e em seus veículos comunicacionais uma ferramenta para publicização de seu projeto de comunicação social, assumindo *A Noite* o protagonismo da mediação da informação durante o Estado Novo.

---

[107] Para maiores informações sobre as homenagens prestadas no *27 de novembro* de 1941, ver edições *A Noite*, 27 nov. 1941, p. 1, 2; 7, 1. ed.; 28 nov. 1941, p. 1-2, 2. ed.

2.3 “Homens de pena” e “Homens de Estado”: relações amistosas entre a imprensa e o Estado Novo

A encampação de *A Noite* em março de 1940 acarretou, como dito anteriormente, em mudanças tanto na orientação do jornal quanto na composição de seu corpo redacional, sobretudo nos cargos de chefia. O vespertino passou a contar com o trabalho de jornalistas que tinham como principal característica estarem afinados com os projetos comunicacionais do Estado Novo, e o superintendente das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional (EIPN), o coronel Costa Neto, convocou para a redação do periódico personalidades do mundo jornalístico, cultural e político que estivessem ligadas à ideologia estadonovista, sobretudo, atores políticos que estivessem dispostos a defenderem a política comunicacional da ditadura.

O início do processo de cooptação, controle e arregimentação de jornalistas pode ser localizado ainda em dezembro de 1939, mês de criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que irá, em início de 1940, formar o Conselho Nacional de Imprensa (CNI) - colegiado composto por representantes da classe jornalística, dos proprietários de jornais e revistas e presidido pelo diretor geral do DIP, Lourival Fontes - e tinha como um de seus objetivos, controlar, julgar e penalizar as empresas de comunicação no Brasil[108].

Em um caso de “abuso de imprensa” praticado pelo jornal *Diário da Manhã*, publicado em Niterói, Rio de Janeiro, o CNI determinou que as autoridades policiais locais realizassem o fechamento do periódico em razão dele ter ferido os preceitos preconizados pelo regime (*A Noite*, 20, dez. 1941, p. 2, 1. ed.). Também da cidade de Niterói, o periódico *Tribuna de Niterói* foi proibido de circular em consequência dele “[...] haver publicado, sob grande manchete, um artigo francamente contrário aos interesses nacionais” (*A Noite*, 27 out. 1942, p. 1, 1. ed.). Por sua vez, o jornal lusitano *Correio Português* foi impedido de ser publicado por trinta dias, sendo cassados ainda seus privilégios fiscais por tempo indeterminado, em razão de ter sido advertido para não divulgar e, não obstante, ter publicado “informações contrárias ao interesse nacional” (*A Noite*, 15 jul. 1942, p. 2, 1. ed.).

---

[108] O Estado Novo regulamentou a suspensão definitiva e temporária de jornais e revistas, bem como a destituição de diretores e redatores por meio de decreto-lei, competindo ao CNI a decisão de penalizar as empresas de comunicação de descumprissem determinações oficiais (*A Noite*, 2 abr. 1940, p. 2, 1. ed.).

Verifica-se que uma parte do projeto de comunicação social do Estado Novo consistia em atribuir ao DIP a tarefa de coordenar a comunicação social sobre e para o regime, donde a intervenção no jornal *O Estado de S. Paulo* (OESP) e a encampação de *A Noite* – eventos ocorridos meses após a criação do DIP -, passando esses periódicos, a partir de março de 1940, a servirem como porta-vozes indiretos, pelo menos administrativamente, do projeto comunicacional da ditadura: *OESP* cumprindo sua missão em São Paulo, berço do antivarguismo desde 1932, e *A Noite* no Rio de Janeiro, onde o regime via como essencial controlar um periódico popular que já gozava de grande popularidade.

Nesse sentido, *A Noite* mostrou-se, tão logo ocorrida sua encampação, perfeitamente alinhado a esse projeto de comunicação via imprensa escrita diária, sendo possível visualizar nas edições analisadas todo um cotidiano das relações amistosas entre os chamados “homens de imprensa” – ou “homens de pena” – com os “homens de Estado”. Esse relacionamento cordial – que também era nutrido por relações de poder desiguais e pautadas por censura e controle estatal – foi possível graças a uma tentativa dos periódicos em se manterem vivos enquanto empresas de comunicação e, por outro, de se equipar tecnicamente ao usufruir de financiamentos, subsídios e facilitações para importação de papel de imprensa e maquinários. Portanto, não devemos considerar a censura em sua unilateralidade, pois, como apontado no início deste texto, muitas empresas jornalísticas, dentre as quais *A Noite* se inclui, cresceram administrativamente sob os auspícios da ditadura.

Deste modo, considerando a presença do DIP, da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro (SJPRJ), de jornais cariocas e paulistas, de instituições ligadas ao fazer jornalístico e, sobretudo, de atores políticos do jornal e de suas relações amistosas com o cotidiano do centro do poder, nesse cotidiano é visível a proximidade entre esses dois grupos políticos – imprensa e governo –, onde seus personagens se mesclam e se associam e, em alguns casos, sendo igualmente costumeira a ida de jornalistas para cargos de relevância política dentro do regime.

A presença do DIP nas páginas de *A Noite* se dava de modos diversos, especialmente por meio de notícias sobre eventos promovidos pelo Departamento, como palestras e conferências sobre o Estado Novo; e também através de comunicados oficiais do órgão, onde a imprensa da época era obrigada pela Constituição de 1937; e ainda por meio de notícias sobre o cotidiano, pessoal e público, de seu diretor geral, Lourival Fontes.

Os comunicados das palestras do DIP tinham a função de anunciar ao leitor a realização do evento, convidando-o, tarefa a cargo da Divisão de Divulgação. Caso o convidado não comparecesse, o jornal publicava um resumo da conferência, não deixando que o leitor de *A Noite* fora da discussão tratada: de modo prático, o jornal servia como uma espécie de painel de atividades do DIP e *A Noite*, jogando o jogo do Estado Novo, não se importava em noticiar.

Logo após a encampação de *A Noite*, o vespertino anunciou a realização de conferência de Dalton Jobim - promovida pelo DIP no Palácio Tiradentes – sobre as semelhanças entre os governos de Roosevelt e Vargas. A palestra, segundo o jornal, era fruto de recente viagem feita pelo jornalista aos EUA, onde este pode constatar proximidades "[...] nos métodos empregados na solução dos problemas administrativos e sociais" dos dois países (*A Noite*, 18 mar. 1940, p. 2, 3. ed.). Intitulada "Os dois presidentes", a conferência de Jobim foi publicada e comentada pelo periódico que salientou a "grande assistência" presente no evento, sendo elogiada, justamente, por mostrar a coerência ideológica do regime, sua atualidade e conformidade diante as demais democracias ocidentais (*A Noite*, 20 mar. 1940, p. 2, 1. ed.)[109]. Do mesmo modo que Vargas foi comparado a Roosevelt, uma conferência do escritor português Antônio Ferro estabeleceu paralelos entre as personalidades de Getúlio e Salazar, evidenciando que, em tempos de neutralidade, o Estado Novo flertava com grupos distintos ideologicamente, não vendo problema algum em elogiar o governo autoritário português (*A Noite*, 30 ago. 1941, p. 2, 1. ed.)[110].

Por outro lado, os comunicados oficiais do DIP tinham a função de anunciar novas determinações governamentais, desmentir boatos ou explicar sob a ótica oficial alguma questão de preocupação do regime. Em nota, por exemplo, o DIP desmentiu que "[...] não tem fundamento os boatos insidiosos, novamente em circulação, de que o governo pretende utilizar-se de depósitos em bancos no financiamento de seus empreendimentos". O comunicado informou ainda que o regime nunca cogitou tal

---

[109] Outra conferência promovida pelo DIP, anunciada exaustivamente por *A Noite*, foi "A Política Social do Presidente Vargas", exposição baseada em fala de Getúlio na Convenção de Havana, 1939, e que teve como palestrante o diretor do Departamento Nacional do Trabalho, Luiz Augusto do Rêgo Monteiro (ver edições *A Noite*, 5 maio 1940, p. 2, 1. ed.; 8 maio 1940, p. 2, 1. ed.). O DIP também organizava conferências literárias, tal como a realizada no Palácio Tiradentes sobre a obra de José de Alencar (*A Noite*, 11 fev. 1941, p. 2, 1. ed.).

[110] Lourival Fontes (DIP) e Herbert Moses (ABI) receberam distinções da Embaixada da Espanha no Rio de Janeiro, reconhecendo o governo franquista a dedicação dispensada por Fontes e Moses à racionalização e centralização da informação: proximidades autoritárias entre as duas ditaduras (*A Noite*, 5 set. 1940, p. 2, 1. ed.).

medida, procurando o órgão afastar quaisquer instabilidades na economia nacional (*A Noite*, 2 jul. 1940, p. 2, 1. ed.)[111].

Promovendo um clima harmonioso e alinhado à racionalização da produção, máxima preconizada pelo regime, o jornal publicou uma nota informando que o DIP, via Seção de Censura, havia determinado a censura a sambas que tinham em suas letras a exaltação da malandragem. *A Noite* comemorou a medida, pois ela obrigava os "[...] compositores de sambas e marchas a se despedirem da orgia e a se reconciliarem com o batente". Para o jornal, "era necessário um freio" às composições "derrotistas", vendo com bons olhos a alteração imposta pelo DIP nas canções. Compreendendo que censura não significava podar a liberdade poética dos sambistas, *A Noite* enxergava a medida como benéfica à produção musical, afirmando que a censura, "[...] em vez de esmagar a inspiração popular, pode norteá-la para melhores rumos" (*A Noite*, 13 fev. 1941, p. 2, 2. ed.)[112].

Adalberto Paranhos (2015), tratou de modo magistral como se deu esse processo de cooptação e controle das composições de sambas durante o Estado Novo. De acordo com o autor, o conteúdo dessas canções foi adequado à ótica do "trabalhismo" proposta pelo regime, onde a valorização da boemia e da malandragem foi alvo de uma política oficial censória, assumindo o DIP a responsabilidade em promover a produção cultural no setor (PARANHOS, Adalberto, 2015)

A Noite naturalizava a censura: Israel Souto, diretor da Divisão de Cinema e Teatro do DIP, deu uma entrevista ao jornal comentando o decreto-lei nº 4.064, de 29 de janeiro de 1942, lei que criou o Conselho Nacional de Cinematografia. Souto, afirmou que com o decreto, que também procura incentivar a produção nacional, a sua Divisão empreenderia uma "censura rigorosa", pois considerava que era "preciso, antes de tudo, selecionar" o que iria se produzir, sobretudo, do ponto de vista técnico (*A Noite*, 31 jan. 1942, p. 1-3, 2. ed.). Reforçando a entrevista de Souto, *A Noite* publicou na quinta página, na coluna *Cinema*, artigo de R. Magalhães Junior, redator do jornal, elogiando o decreto-lei. Para o redator, "[...] já se pode fazer cinema no Brasil", pois a "boa vontade do governo" permitiu o financiamento estatal da produção

---

[111] Alguns comunicados cumpriam a simples função de desfazer boatos populares, tal como ocorreu no dia 14 de maio de 1941, evento que levou o órgão a emitir nota oficial desmentindo que no dia seguinte, 15 de maio, seria feriado nacional (*A Noite*, 14 maio 1941, p. 1, 2. ed.).

[112] A censura do DIP atuava na publicidade comercial veiculada na imprensa escrita: o órgão informava, via Agência Nacional, a proibição imposta aos jornais e revistas em anunciarem propagandas de produtos farmacêuticos manipulados, evidenciando o controle exercido pelo Departamento na receita dos jornais, permitindo ou liberando a veiculação de determinados produtos (*A Noite*, 23 jan. 1941, p. 2, 1. ed.).

nacional, restando aos produtores que “[...] façam o presidente Getúlio Vargas alegrar-se todas as vezes que assistir à exibição de um filme brasileiro, em lugar de causar-lhe desprazer ou aborrecimento. Os cinematografistas, agora, que retribuam esse gesto” (*A Noite*, 31 jan. 1942, p. 5, 2. ed.)[113].

Quanto às nomeações, o vespertino destacou em suas páginas a mudança de nomes na direção de suas divisões e, se a escolha recaísse sobre jornalista ligado à *Empresa A Noite*, a divulgação era mais do que louvada pelo periódico. Em 1941, o poeta Cassiano Ricardo foi o nome escolhido para assumir o cargo de diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda em São Paulo (DEIP-SP). A escolha de Ricardo para dirigir o DEIP-SP foi considerada pelo jornal como providencial, tanto pelo “seu fervor nacionalista” quanto pelo “[...] pensamento radiante voltado aos grandes problemas nacionais”. Segundo o jornal, o poeta era “[...] um homem de ação, de inteligência clara e objetiva, de cultura sociológica profunda” (*A Noite*, 15 jan. 1941, p. 2, 1. ed.).

Contudo, Cassiano Ricardo não ficará à frente do DEIP-SP por mais de cinco meses, sendo substituído por Cândido Mota-Filho. Ricardo declinou do cargo para assumir a direção geral de um novo empreendimento jornalístico chefiado por Costa Neto: o jornal *A Manhã*, deixando assim, mais que evidente, o livre trânsito que personalidades do regime e do grupo *A Noite* estabeleciam entre si (*A Noite*, 15 jun. 1941, p. 1, 2. ed.).

Não podemos deixar de citar que jornalistas arregimentados por Fontes para assumir cargos de chefia nas Divisões do DIP também eram assíduos colaboradores em *A Noite*, como é o caso de jornalista Jarbas de Carvalho que, um mês depois do jornal ser encampado, foi nomeado diretor da Divisão de Imprensa (*A Noite*, 13 abr. 1940, p. 3, 1. ed.). Sua posse foi noticiada pelo vespertino com grande destaque que o considerava uma *“*figura de relevo na imprensa carioca”, concorrendo no evento grande número de personalidades do meio jornalístico, sobretudo, membros do CNI e diretores do DIP (*A Noite*, 16 abr. 1940, p. 2, 1. ed.)[114].

A ideia publicizada por *A Noite* de que a classe jornalística estava unida em torno das diretrizes oficiais de comunicação do regime, via DIP, fica evidente quando

---

[113] O jornal já havia publicado reportagem especial sobre a Divisão de Cinema e Teatro do DIP, descrevendo a composição de suas seções, atribuições, atividades e, sobretudo, sua importância no desenvolvimento (e censura, é claro) das artes cinematográficas e teatrais no Brasil (*A Noite*, 6 maio 1940, p. 2, 3. ed.).
[114] Em 1942, o jornalista estreou no vespertino uma coluna dominical sobre processos diversos de produção artística (*A Noite*, 13 dez. 1942, p. 2, 1. ed.).

o jornal publicou fotografia de Lourival Fontes acompanhado de jornalistas em visita à Exposição do Decênio 1930-1940 na Feira de Amostras (Figura 26): ciceroneados pelo diretor do DIP, os jornalistas puderam fazer um *tour* pela feira, ofertando ainda um coquetel aos visitantes (*A Noite*, 31 dez. 1940, p. 3, 1. ed.).

Essa relação amistosa entre o regime e *A Noite* fica evidente quando nos deparamos com notícias relacionadas à esfera íntima de figuras como Lourival Fontes. Diretor do DIP desde sua criação em 1939, Fontes era tratado com grande cuidado pelo periódico, tanto que, o jornal dedicou parte de seu espaço para noticiar o casamento do diretor do órgão com a poetisa Adalgisa Nery. Com direito a foto dos noivos (Figura 27), *A Noite* enfatizou que a realização da cerimônia nupcial ocorreu na residência do chanceler Oswaldo Aranha, contando com a presença de Herbert Moses e demais personalidades do meio jornalístico (*A Noite*, 21 maio 1940, p. 2, 2. ed.).

Esse entrelaçamento da vida pública com a privada dos atores políticos do Estado Novo não era uma novidade; contudo, o jornal selecionava quem ele deveria bajular e Fontes era uma das figuras que tinham grande apreço pelos dirigentes de *A Noite*. Quando o diretor do DIP viajou para Buenos Aires com a esposa, o vespertino enviou uma equipe de reportagem para cobrir seu embarque no Aeroporto Santos Dumont (*A Noite*, 29 mar. 1941, p. 1-3, 1. ed.); sua estadia na capital portenha foi acompanhada pelo jornal que alteou suas impressões sobre a imprensa argentina, bem como teceu considerações sobre a modernização dos jornais brasileiros em relação aos dos países do Cone Sul (*A Noite*, 31 mar. 1941, p. 8, 3. ed.)[115].

A passagem de Fontes pelo DIP foi louvada por *A Noite*, a qual considerava que a criação do órgão foi fundamental para o desenvolvimento da imprensa brasileira: a coluna *Ecos e Novidades*, por exemplo, ao comentar o livro do escritor estadunidense Carl Crow, *Meet the South Americans*, o texto frisou trecho da obra que elogiava o "[...] código de ética jornalística que está vigorando presentemente no Brasil, após a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda", considerando ainda que os EUA deveriam ter um órgão semelhante, "[...] afim de evitar que o jornalismo norteamericano cometesse certos abusos" (*A Noite*, 5 nov. 1941, p. 2, 1.

[115] As viagens oficiais de Lourival Fontes eram igualmente cobertas por *A Noite* com grande atenção: quando o diretor do DIP veio a São Paulo, acompanhado de Jorge Santos, diretor da Agência Nacional, o periódico publicou fotomanchete na capa dos diretores desembarcando no Aeroporto de Congonhas (*A Noite*, 27 out. 1941, p. 1, 1. ed.).

ed.)[116].

A permanência de Lourival Fontes no DIP irá durar até meados de 1942, quando o regime se vê inclinado a imprimir algumas modificações em sua estrutura burocrática e política[117]. Não se justificava mais a permanência de um órgão de censura e produção baseado em mecanismos nitidamente autoritários, sendo necessária uma modernização na abordagem da imprensa no país. Em julho de 1942, com o Estado de Guerra estava em vigência, a ditadura realizou modificações em cargos de chefia considerados fundamentais para a Segurança Nacional, trocando Fontes, Muller e Campos, respectivamente, diretor do DIP, chefe de Polícia do Rio de Janeiro e ministro da Justiça, por Marcondes Filho, ex-diretor da Sucursal Paulista de *A Noite*, que passou a acumular os Ministérios do Trabalho e da Justiça; Alcides Gonçalves Etchegoyen para a chefatura de polícia; e Antônio José Coelho dos Reis, em lugar de Fontes no DIP. As mudanças foram anunciadas pelo vespertino com grande alarde, procurando este justificar o ocorrido com a habitual desculpa de "exoneração a pedido" (*A Noite*, 17 jul. 1942, p. 1-2, 2. ed.).

Em fins de 1942, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, o DIP foi perdendo força, sendo transferida boa parte de suas atribuições para outros setores do Estado Novo, como foi o caso da censura de informações, publicidades e propagandas em jornais, revistas e rádios que passaram a ser considerados assuntos de segurança nacional, portanto, atribuição do Ministério da Justiça. Entretanto, a punição imposta aos veículos de comunicação quando cometessem "abusos de imprensa", antes sob responsabilidade do extinto CNI, passou a ser julgado pelo Tribunal de Segurança Nacional (TSN) (*A Noite*, 13 out. 1942, p. 1-3, 2. ed.)[118].

Procurando afastar conflitos ou dúvidas sobre as modificações no DIP, o jornalista Maciel Filho comentou a acertada decisão na substituição de Fontes por Reis, e sobretudo, as alterações de atribuições do órgão, pois, segundo ele, o DIP

---

[116] Antes da saída de Fontes, o órgão teve uma ligeira expansão de suas atividades, como por exemplo, a criação de uma unidade do DIP em Assunção, Paraguai (*A Noite*, 29 nov. 1941, p. 10, 2. ed.).

[117] Em junho de 1943, Lourival Fontes foi homenageado em almoço de despedida ofertado por amigos em razão de sua partida para o Canadá para ser o representante do Brasil na Repartição Internacional do Trabalho. Ícone da propaganda estadonovista, Fontes é isolado do regime ao assumir o cargo diplomático, evidenciando a tentativa do Estado Novo em se afastar de figuras consideradas simpatizantes da Alemanha nazista (*A Noite*, 4 jun. 1943, p. 2, 1. ed.). Maciel Filho, assíduo colaborador no jornal, teceu elogios a Fontes em artigo assinado, lamentando muito sua despedida do Brasil (*A Noite*, 4 jun. 1943, p. 3, 2. ed.).

[118] Em fins de 1941, dezembro, o DIP cogitou transferir suas operações para o prédio do Ministério da Fazenda, fator que evidencia, simbolicamente, o enfraquecimento do Departamento no regime. Sua saída do Palácio Tiradentes, antiga Câmara Federal – extinta com o Estado Novo em 1937 – torna igualmente simbólica sua derrocada paulatina (*A Noite*, 30 dez. 1941, p. 10, 2. ed.).

havia sido criado em “tempos de paz”, vendo em suas atividades uma certa limitação em “tempos de guerra”, acreditando na necessidade de uma coordenação nacional de informações considerada essencial para assegurar a Segurança Nacional. Afirmou ainda que desde a criação do DIP, “não existe mais censura prévia” no Brasil; visto que, em tempos de guerra, esse tipo de censura se mostrava ineficaz para o combate da contrapropaganda inimiga (*A Noite*, 26 jan. 1943, p. 3, 2. ed.).

Retomando a discussão, Maciel Filho voltou ao jornal para rebater críticas que atribuíam às mudanças operadas no DIP como parte de um processo de “nazificação da imprensa” brasileira. Maciel Filho saiu em defesa da “estatização” de alguns veículos de comunicação, como era o caso do próprio *A Noite*, afirmando que tal processo se deu sob imperativos nacionais, assemelhando-se ao caso da Rússia Soviética. Para o jornalista, se a Rússia era uma democracia, o Brasil também o era, considerando ainda que nos EUA, exemplo de sistema democrático, o controle da informação em tempos de conflito era prática comum, sendo, mais ainda, visto como necessário para a vitória Aliada (*A Noite*, 29 jan. 1943, p. 3, 2. ed.).

Portanto, um componente que constituía o fazer jornalístico para o Estado Novo era a ideia de que a imprensa deveria ser controlada pelo regime, visão altamente naturalizada por *A Noite* que, por meio de artigo de Heitor Moniz, considerou que a ausência de liberdade de pensamento não queria dizer falta de criação e de produção jornalística, vendo o autor no Estado a simples tarefa de organizar e coordenar a imprensa. De acordo com Moniz, o Estado Novo só censurava a produção jornalística quando era estritamente necessário, vendo no jornalista um profissional que gozava de ampla liberdade criativa. Para o colaborador de *A Noite*, a imprensa brasileira carecia de um amadurecimento intelectual, tornando possível a passagem da imprensa empresarial, que visava apenas ao lucro, para uma imprensa que cumprisse efetivamente sua função pública, entendida aqui como porta-voz do projeto de comunicação social oficial do Estado Novo (*A Noite*, 9 jan. 1942, p. 2, 1. ed.).

Retomando novamente esse tema, Moniz afirmou que o Estado Novo, pouco a pouco passou, a ser um “Estado Jornalista”, entendendo na instituição dos serviços oficiais de informações para a imprensa (Agência Nacional e DIP) o primeiro passo para essa transformação. Para o autor, o reconhecimento do Estado Novo do valor do jornalista se deu quando o regime passou a “[...] colaborar com os jornalistas, fornecendo-lhes dados, prestando esclarecimentos ou mesmo sugerindo comentários”, vendo como “um erro” a suposição de que a ditadura estaria estatizando a informação, sobretudo, interferindo nas organizações jornalísticas que estivessem

atreladas ao patrimônio nacional, como era o caso de *A Noite*. Moniz entendia que para esses veículos de comunicação, o governo não impunha padrões informacionais, muito pelo contrário: “[...] cada publicação conservará a sua característica própria” (*A Noite*, 15 maio 1942, p. 2, 1. ed.).

A Associação Brasileira de Imprensa (ABI)[119], por sua vez, gozava de grande prestígio nas páginas de *A Noite*, que tecia elogios ao seu presidente, Herbert Moses, o qual usufruía de espaço privilegiado no periódico[120]. A rotina de visitas de personalidades públicas à sede da ABI, atividades promovidas e, sobretudo, os telegramas de Moses endereçados a diversos atores políticos do Estado Novo eram noticiados pelo vespertino com grande ênfase[121].

Aquelas visitas de figuras de relevância do Estado Novo à sede da ABI eram noticiadas por *A Noite* com regularidade, mostrando que o jornal procurou criar uma imagem de harmonia entre os personagens do mundo jornalístico e o mundo político estadonovista. A visita de Souza Costa, ministro da Fazenda, à Casa do Jornalista, por exemplo, foi noticiada pelo vespertino como um grande acontecimento, ocasião que elogiou as “instalações modelares” do edifício (*A Noite*, 23 maio 1940, p. 3, 2. ed.)[122].

Se uma visita corriqueira do ministro da Fazenda era alvo de notícia em *A Noite*, as homenagens prestadas pela ABI aos “homens de Estado” eram maiormente destacadas pelo vespertino: homenageando o Exército Brasileiro em nome dos jornalistas, Moses promoveu uma “grandiosa solenidade” com o objetivo de irmanar

---

[119] A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) foi fundada em 7 de abril de 1908 e idealizada pelo jornalista Gustavo de Lacerda. No início de suas atividades, a ABI tinha como objetivo a congregação dos profissionais de imprensa em um espaço neutro. Cooptada pelo governo Vargas ainda durante o Governo Provisório, em 1931 Herbert Moses foi eleito presidente, permanecendo no cargo até 1961. A sede própria da ABI, *Edifício Herbert Moses*, foi resultado da associação de seu presidente com o governo Vargas que, sob orientação do Estado Novo, foi inaugurado em 1939. Nas edições analisadas de *A Noite* é possível notar a proximidade entre Moses e Vargas, onde o primeiro nunca disfarçou sua gratidão ao regime por ter colaborado com a construção da sede da instituição, um projeto arquitetônico assinado por renomado Le Corbusier.

[120] Moses presidiu a ABI ao longo do Estado Novo e a cada cerimônia de posse como presidente da Casa do Jornalista, o jornal congratulava o empossado com reportagens especiais sobre sua pessoa (*A Noite*, 14 maio 1940, p. 2, 1. ed.). Quando o presidente da ABI sofreu um acidente de automóvel (Moses caiu de seu veículo na Estrada Rio-Petrópolis enquanto o auto estava em movimento), o jornal noticiou com grande preocupação o ocorrido (*A Noite*, 13 fev. 1941, p. 3, 1. ed.).

[121] Nas comemorações dos trinta e dois anos da ABI, por exemplo, *A Noite* publicou mensagem congratulatória de Moses aos jornalistas brasileiros, convidando-os para a inauguração do “Andar de Estar”, espaço dedicado ao encontro dos profissionais de pena na Casa do Jornalista (*A Noite*, 8 abr. 1940, p. 8, 1. ed.).

[122] A visita de diretores de jornais a sede da ABI também era pauta em *A Noite*, como foi o caso da ida de Oliveira Cesar, diretor do *Correio Paulistano* – jornal fortemente influenciado pelo regime. A recepção à jornalistas e diretores na ABI era um modo dos “homens de pena” reafirmarem que estavam unidos em torno de Vargas e de seu projeto de comunicação social (*A Noite*, 15 jun. 1940, p. 8, 2. ed.).

as duas classes, militares e jornalistas, onde ambas demonstravam, na visão do jornal, profundos “vínculos de solidariedade”, já que se “[...] generosa é a profissão do jornalista pelo desinteresse que, em regra, forma a base moral de suas atitudes, não menos nobre é o ofício do soldado, na abnegação e no sacrifício próprios das suas atividades na paz e na guerra”. Não é coincidência que, posteriormente, a imprensa será chamada, em tempos de guerra, a “quarta arma” (*A Noite*, 22 jun. 1940, p. 1-2, 1. ed.)[123].

No dia seguinte à homenagem, *A Noite* publicou um artigo comentando a “festa de confraternização espiritual e cívica” promovida pela ABI. Conforme o texto, o evento consistiu em um “[...] atestado primoroso da belíssima unidade política” em torno do regime, onde os presentes puderam presenciar o entrelaçamento das “[...] bandeiras dos dois grandes exércitos do mundo moderno – o exército da espada e o exército da pena”. Retomando a ideia de imprensa enquanto arma, o jornal compreendia que as funções tanto do Exército quanto dos meios de comunicação eram proteger os interesses nacionais, cabendo “[...] ao primeiro a árdua e dolorosa missão de preservar o patrimônio material do país, enquanto ao último fica reservada a mensagem da defesa do nosso patrimônio espiritual” (*A Noite*, 23 jun. 1940, p. 2, 1. ed.).

Não obstante, a coluna *Ecos e Novidades* voltou ao assunto, desta vez, exaltando a cerimônia que veio selar “[...] a aliança de sempre entre os soldados de tarefas diversas, mas submissos aos mesmos sentimentos e a iguais propósitos de devoção à Pátria” evidências de “um Brasil vigilante, unido, forte” (*A Noite*, 25 jun. 1940, p. 7, 2. ed.), linguagem que sugere crescente militarização da sociedade. Posteriormente, reconhecendo publicamente a relevância do jornalista na sociedade do Estado Novo, o gabinete do ministro da Guerra, Dutra, condecorou um grupo de jornalistas por seus relevantes serviços prestados à nação, louvando, sobretudo, a “[...] união tão perfeita entre a imprensa e as classes militares” (*A Noite*, 4 jan. 1941, p. 2, 1. ed.)[124].

A ideia de união da imprensa em torno do regime era recorrentemente

---

[123] A ABI também homenageou a Marinha Brasileira, sendo publicado no jornal telegrama de Moses informando Vargas que a Casa do Jornalista havia promovido homenagem aos marinheiros. Na mesma notícia foi publicada reposta de Vargas agradecendo Moses pela cerimônia prestada a Marinha de Guerra Brasileira (*A Noite*, 19 dez. 1940, p. 2, 1. ed.).
[124] Em retribuição, Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, convidou e recepcionou Herbert Moses, acompanhado de comitiva de jornalistas, na Exposição das Realizações do Exército Brasileiro no Decênio 1930-1940 promovida pelo Ministério da Guerra (*A Noite*, 15 nov. 1940, p. 2, 1. ed.).

trabalhada por *A Noite*, sobretudo, quando a ABI ofereceu um almoço a Vargas em sua sede[125]. Na manchete, o vespertino ressaltava o “grande amigo e benfeitor da classe dos jornalistas” que Vargas era, pois, o ditador era visto pela classe como “[...] um dos nossos, como um antigo e brilhante batalhador das lides jornalísticas” (*A Noite*, 17 jan. 1942, p. 1-2, 1. ed.)[126].

Já o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro (SJPRJ), comemorando o segundo aniversário da regulamentação da profissão, ofereceu a todos os seus associados medalhões, feitos em madeira e bronze, com a efígie de Vargas. Waldemar Falcão, ministro do Trabalho, recebeu a honraria que lhe foi entregue por uma comitiva de jornalistas (*A Noite*, 1 dez. 1940, p. 3).

No *Dia da Imprensa* em 1942[127], 13 de maio, a ABI realizou sessão solene em homenagem aos jornalistas brasileiros e a proximidade entre o jornal *A Noite* e a Casa do Jornalista ficou evidente quando foram homenageados os jornalistas de *A Noite* Marques da Silva, Azevedo Galvão[128] e Martinho Caldas. Na ágape, os retratos dos profissionais foram adicionados os retratos dos profissionais no salão nobre do prédio, contando ainda com a presença de Marcondes Filho, ex-diretor da Sucursal Paulista de *A Noite* e atual ministro do Trabalho naquele momento, que discursou para seus colegas de profissão exortando a importância do “homem de imprensa” no contexto de mobilização para a guerra (*A Noite*, 14 maio 1942, p. 1-2, 1. ed.).

Vale ressaltar a proximidade existente entre a ABI e o SJPRJ, não apenas por uniformidade de apoio ao regime, mas também, o relacionamento amistoso estabelecido entre os integrantes das duas casas. Tanto que, em dezembro de 1942, a ABI cedeu um de seus pavimentos para instalação da sede do SJPRJ, deixando este último de pagar aluguel. Para *A Noite*, a separação física das duas instituições

---

[125] A ABI também disponibilizava suas dependências para a realização cerimônias onde se homenageavam figuras do mundo político estadonovista, tal como almoço em homenagem a Jorge Dodsworth, irmão do Prefeito do Rio de Janeiro, Henrique Dodsworth e secretário de Administração da Municipalidade (*A Noite*, 31 dez. 1940, p. 2, 1. ed.).

[126] O jornal também noticiava com grande destaque as visitas de jornalistas ao ditador: *A Noite* informou, por exemplo, a recepção por Vargas, no Palácio do Rio Negro, de comitiva de jornalistas ligados à ABI que foram congratulá-lo pela recente criação da pasta da Aeronáutica (*A Noite*, 8 fev. 1941, p. 2, 2. ed.).

[127] No ano anterior, 1941, a ABI promoveu o *Dia da Imprensa* comemorando os “133 anos de imprensa oficial no Brasil” com programação especial de música clássica (*A Noite*, 13 maio 1941, p. 7, 1. ed.). Já a Imprensa Nacional, organizou uma missa no pátio central da instituição contando com a assistência dos trabalhadores. O jornal publicou também uma reportagem especial sobre os primeiros prelos que vieram junto com a Família Real Portuguesa em 1808 (*A Noite*, 13 maio 1941, p. 4-10, 2. ed.).

[128] O jornalista Gastão de Azevedo Galvão havia falecido em janeiro de 1942 em uma casa de saúde no Pernambuco. Especializado em temas políticos, o jornalista foi responsável pela cobertura dos movimentos constitucionalistas de 1932 (*A Noite*, 9 jan. 1942, p. 1-3, 1. ed.).

não fazia sentido, já que “[...] recebendo o nome de Casa do Jornalista, com a finalidade de amparar os jornalistas de profissão, deixasse de abrigar o núcleo dos jornalistas profissionais”. O periódico comemorou a união das duas entidades, pois “[...] não mais se dirá, portanto, que não esteja certo o nome do prédio” (*A Noite*, 23 dez. 1942, p. 2, 1. ed.). Somente em fevereiro de 1945, com o Estado Novo em vias de se desintegrar, que o SJPRJ irá vislumbrar possuir sua sede própria e, novamente, tal como ocorreu com a sede da ABI, o Sindicato estava contando com o auxílio da ditadura para financiar a construção de seu prédio (*A Noite*, 11 fev. 1945, p. 7, 1. ed.).

O próprio jornal considerava que o regime favorecia em muito a classe jornalística por ser a imprensa entendida pela ditadura enquanto um setor de interesse público: no artigo de estreia de Cypriano Lage, redator-chefe, o projeto de nacionalização dos meios de comunicação foi muito aplaudido, tanto por ter imposto a utilização da língua portuguesa como idioma obrigatório nas publicações nacionais[129], quanto por ter proibido que estrangeiros fossem proprietários de empresas de comunicação. Para Lage, a imprensa, considerando sua função pública, tinha o dever de “informar, exprimir e refletir a opinião nacional” – que na verdade, significava corroborar com a opinião oficial do regime – e o fazer jornalístico só poderia ser exercido “[...] por quem tenha consciência plena e espontânea dos interesses do povo, e essa consciência só pode existir num brasileiro e manifestar-se unicamente no idioma nacional” (*A Noite*, 6 nov. 1941, p. 7, 2. ed.). O processo de nacionalização da vida social imposto pelo regime – na imprensa e na educação por meio da língua – foi bem recebido pelo jornal que via nessas medidas um sinal da modernização do Estado e do fortalecimento da unidade nacional (*A Noite*, 29 out. 1941, p. 2, 1. ed.).

Pode-se afirmar que os jornalistas que estivessem de acordo com o fazer jornalístico preconizado pelo Estado Novo poderiam até gozar de facilitações junto aos órgãos de Segurança Pública no Rio de Janeiro. Em comentário da coluna *Ecos e Novidades*, o vespertino elogiou a determinação do Chefe de Polícia do Rio de Janeiro, Alcides Etchegoyen – a pedido da ABI -, ao permitir que os profissionais de imprensa apresentassem a carteira social da ABI em abordagens policiais, servindo a

---

[129] O jornal considerou a medida uma “providência do mais alto alcance nacionalista”, pois via como urgente a padronização linguística das publicações editadas no país. Sob pena de cassação do registro junto ao DIP, as empresas de comunicação tinham o prazo de seis meses para se adequarem a nova regra (*A Noite*, 8 fev. 1941, p. 1-3, 1. ed.). A coluna *Ecos e Novidades* voltou a elogiar a nova determinação do DIP, ponderando que “[...] se a imprensa é, pela Constituição em vigor, considerada como o exercício de ‘função pública’, integrada, portanto, no organismo estatal, como permitir que essa mesma imprensa possa exercer uma obra nociva de anti-nacional, contribuindo para dificultar a assimilação das massas de emigrantes que vivem no nosso país?” (*A Noite*, 15 fev. 1940, p. 2, 1. ed.).

funcional como documento oficial. Para o jornal, já que a imprensa consistia em um "órgão de delegação do poder público", a medida era nada mais do que justa pois reconhecia a relevância pública que o jornalista tinha socialmente (*A Noite*, 14 nov. 1942, p. 1, 1. ed.). O periódico publicou ainda um telegrama de Herbert Moses agradecendo ao chefe de polícia por ter atendido a solicitação da Casa do Jornalista, reiterando o compromisso da classe jornalística em colaborar com as autoridades policiais (*A Noite*, 1 dez. 1942, p. 2, 1. ed.).

Por fim, outra instituição ligada à imprensa que *A Noite* acompanhava com grande atenção era a Casa do Pequeno Jornaleiro. Criada em agosto de 1940, a entidade assistencialista foi idealizada pela primeira dama, Darcy Vargas, e ficou sob administração da Fundação Darcy Vargas, organização civil fundada por ela que coordenava também seus outros projetos filantrópicos. A criação da Casa foi suntuosamente abraçada por empresas de comunicação, principalmente pelos jornais diários, empresários da indústria e do comércio carioca, como também, por entidades representativas da classe jornalística (ABI e SJPRJ)[130].

O projeto social de Darcy consistia em um abrigo para meninos que ganhavam a vida na Capital Federal cantando as manchetes dos jornais cariocas, sendo ofertado aos jovens um "ambiente sadio, material e espiritualmente", proporcionando a entidade atividades educativas, esportivas e profissionalizantes. Em sua leitura romântica sobre a obra beneficente da primeira dama, o jornal a enxergava como uma salvadora dos desassistidos que, com suas "[...] mãos de fada benfazeja, os retirou das calçadas e vãos de portas em que passavam as noites de sua infância abandonada" (*A Noite*, 8 set. 1940, p. 2)[131].

A Noite publicou em sua capa ampla reportagem detalhando a cerimônia de inauguração da Casa do Pequeno Jornaleiro, concorrendo o evento com a presença - dentre diversas figuras do universo estadonovista - de Herbert Moses (ABI) e de D. Sebastião Leme, cardeal do Rio de Janeiro, onde este último proferiu elogiosa oração exaltando o sentido "cristão" da obra beneficente: dirigindo-se aos jovens jornaleiros

---

[130] A Fundação Darcy Vargas funciona até hoje: seu principal projeto social continua a ser a Casa do Pequeno Jornaleiro, contudo, antes da morte de Darcy, 1968, ampliou seu atendimento tanto para meninas quanto para meninos. Ver maiores informações sobre a atuação atual da Fundação em www.fdv.org.br. Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

[131] Michelle Perrot em *Os excluídos da História*, comentou o papel dessas instituições na Europa do século XIX (PERROT, M., 1988). Para o século XX, consultar o volume II de *História dos jovens* – A época contemporânea (LEVI, G.; SCHMITT, J., 1996). Não podemos deixar de citar a belíssima obra de Jorge Amado, *Capitães da areia*, romance que abordou poeticamente o cotidiano de crianças pobres em situação de rua (AMADO, J., 2010).

presentes, o religioso lembrou-lhes que "[...] aqui tens o vosso lar; isto é vosso; tudo vos pertence. Nada vos faltará, desde o conforto material ao conforto espiritual". Ao finalizar sua fala, Leme apontou para Darcy sentenciando: "ali tendes vossa mãe!", momento em que foi ovacionado com uma "longa e intensa salva de palmas". Aproveitando o clima ecumênico, a "Sra. Moses" - Madalena Berquó Moses, esposa do presidente da ABI, doou uma estátua de Nossa Senhora da Saúde para o abrigo, sendo a santinha prontamente benzida pelo cardeal. Na ocasião, a artista plástica Lilia Ortiz Monteiro seguiu o gesto do casal Moses, ofertando ao estabelecimento uma de suas telas: um quadro em óleo protagonizado pela figura de um pequeno vendedor de jornais (*A Noite*, 9 set. 1940, p. 1-3, 1. ed.)[132].

O jornal precisava publicizar o tamanho da obra pois, afinal de contas, era a primeira das muitas ações sociais promovidas pela esposa do presidente. Nesse sentido, é nítida a associação estabelecida aqui entre a imprensa, empresários, Estado Novo e a Igreja Católica em prol de um projeto como aquele. Em manchete, *A Noite* noticiou a realização de suntuoso desfile dos pequenos vendedores de jornais que, perfilados como numa formação militar, empunhavam bandeiras do Brasil em seus uniformes azul-marinho (Figura 28). O jornal ainda anunciou que uma missa na Igreja de Nossa Senhora da Candelária, região central do Rio de Janeiro, seria celebrada em homenagem à primeira dama em razão da abertura da instituição (*A Noite*, 12 set. 1940, p. 1, 2. ed.)[133]. Após a realização da liturgia religiosa, o vespertino informou que a solenidade teve avultada assistência de populares, contando especialmente com a presença de destacados nomes do regime (*A Noite*, 14 set. 1940, p. 3, 1. ed.)[134].

---

[132] Ao lado da notícia sobre a inauguração da obra da primeira dama, o jornal publicou anúncio divulgando a realização de um "Grande Concurso Hípico" em benefício da Casa do Pequeno Jornaleiro, evento promovido pelo América Futebol Club e pelo Jóquei Club do Rio de Janeiro. A renda da bilheteria foi revertida integralmente em prol do projeto assistencialista de Darcy Vargas (*A Noite*, 9 set. 1940, p. 3, 1. ed.). No ano seguinte, 1941, o baile de recepção ao Rei Momo, patrono do carnaval carioca, teria a arrecadação de sua bilheteria revertida em benefício da instituição (*A Noite*, 16 jan. 1941, p. 1-2, 2. ed.). Da mesma maneira, a primeira dama promoveu um espetáculo de gala no Teatro Municipal do Rio de Janeiro que tinha como objetivo melhorar o caixa da entidade (*A Noite*, 11 out. 1941, p. 3, 2. ed.).

[133] Durante as festas de fim de ano a entidade promovia o "Natal na Casa do Pequeno Jornaleiro", evento interno que homenageava, excessivamente, Darcy Vargas, madrinha da entidade. Em um desses natais, *A Noite* noticiou a inauguração de retrato da primeira dama, contando o evento com apresentação de coral infantil de pequenos jornaleiros que foram acompanhados no piano pelo compositor Lotário Gruenwald (*A Noite*, 27 dez. 1941, p. 2, 1. ed.).

[134] Outras iniciativas foram colocadas em prática por figuras da imprensa carioca, tal como a criação da Cruzada Juvenil da Boa Imprensa, instituição civil que tinha como objetivo incentivar os jovens a atuarem profissionalmente no meio jornalístico (*A Noite*, 5 out. 1940, p. 3, 1. ed.).

A Noite apoiava entusiasticamente a iniciativa beneficente de Darcy Vargas[135], publicando, aliás, uma reportagem especial sobre a vida de Leonidas Cunha, o "primeiro auxiliar da imprensa inscrito na Casa do Pequeno Jornaleiro". O jovem de quatorze anos era muro de arrimo da família que, para sustentar o irmão de dois anos e a mãe viúva, ganhava a vida vendendo jornais no centro da Capital Federal, conquistando assim, seu primeiro emprego no Instituto de Resseguros com a ajuda de João Carlos Vidal, presidente do órgão. Transformado em garoto propaganda da instituição, Leonidas representava o sucesso do projeto social da primeira dama. Ao ser questionado pelo repórter se ele assumiria o cargo de "boy", o jovem afirmou que entraria "para o Instituto de Resseguros com maior graduação" e, com a autoconfiança própria da adolescência, comprometeu-se em "[...] mostrar aos meus bondosos protetores, Sra. Darcy Vargas e Dr. Vital, o quanto vale um ex-jornaleiro com boa vontade... Se me deixarem subir, muito em breve estarei chefiando uma secção com todas as suas complicações burocráticas" (*A Noite*, 10 dez. 1940, p. 1-2, 2. ed.)[136].

Local de capacitação profissional e de acolhimento, a Casa do Pequeno Jornaleiro também era o destino de meninos em situação de vulnerabilidade social: em reportagem de capa, o vespertino enalteceu a ação da Delegacia de Menores do Rio de Janeiro que mandou apreender jovens pobres que "[...] se utilizavam das traseiras dos ônibus como meio de transporte". Dos trinta e oito adolescentes detidos pela polícia, dois pertenciam à instituição. Um deles, ao negar fornecer seu nome para a reportagem, reagiu: "[...] meu retrato no jornal? Cruzes! Que é que vão dizer? A Nossa protetora (Darcy Vargas), vai ficar zangada na certa!". Outro pequeno jornaleiro que assistia à cena saiu em "defesa da classe" ao questionar o delegado responsável pela operação: "[...] a gente muitas vezes, para vender uma folha, precisa entrar no ônibus. Mas há muito motorista que não deixa. Como é que a gente vai fazer? Só mesmo pegando trazeira". O delegado de Menores, Jayme Praça, sugeriu à reportagem que para solucionar o problema, deveria "[...] haver um certo número de ônibus velhos que, em determinadas horas do dia, partissem de alguns bairros trazendo para o centro os menores". Para a autoridade policial, o destino dos jovens apreendidos seria "ou o Exército ou a Casa do Pequeno Jornaleiro", instituições que,

---

[135] O projeto social de Darcy era considerado bem-sucedido, chegando o jornal a anunciar a criação de uma unidade da Casa do Pequeno Jornaleiro na capital gaúcha (*A Noite*, 20 jul. 1943, p. 3, 2. ed.).
[136] Outra história de superação explorada pelo jornal foi a do ex-pequeno jornaleiro Luiz Martins dos Santos que, durante a participação da FEB e FAB na Segunda Guerra Mundial, foi admitido pela FAB como técnico militar em radiotelegrafia (*A Noite*, 22 fev. 1945, p. 1-2, 2. ed.).

na sua visão, proporcionariam aos meninos em situação de rua um propósito condizente com as políticas públicas do regime para os jovens pobres: trabalho e disciplina (*A Noite*, 23 set. 1940, p. 1-3, 3. ed.).

Desfrutando de grande prestígio no meio empresarial carioca, Darcy Vargas obteve largo apoio de empresas de transporte coletivo que permitiram aos jovens jornaleiros a gratuidade em ônibus e bondes cariocas. Contudo, saindo em defesa do projeto social da primeira dama, o jornal denunciou a atitude desrespeitosa do motorista e do cobrador do coletivo que impediram acesso ao coletivo de dois adolescentes, embora estivessem os jovens devidamente munidos da carteira de associado da *Casa* (*A Noite*, 7 out. 1940, p. 2, 1. ed.)[137].

Uma reportagem especial sobre a Casa do Pequeno Jornaleiro, publicada no suplemento dominical trazia detalhes da rotina dos jovens na instituição. De acordo com o jornal, o pequeno jornaleiro usufruía de serviços como refeitório[138], dormitórios asseados, enfermaria e cursos de capacitação, assegurando aos pequenos trabalhadores "um lar e uma escola" onde poderiam desenvolver suas habilidades inexploradas. Enfatizando a impecável organização da entidade, a reportagem relembrava ao leitor que os perrengues enfrentados pelos meninos *"nada mais são do que uma triste lembrança"*. Se antes do projeto social os jovens constituíam em "[...] um bando irrequieto, indisciplinado e sem controle, perambulando pelas ruas numa liberdade perigosa pelos caminhos do vício, do crime e da malandragem", agora viviam em um ambiente harmonioso e acolhedor que lhes proporcionava a aquisição de "[...] conhecimentos morais e intelectuais que os tornarão homens honestos trabalhadores e certos de um futuro conquistado à custa do saber e da disciplina" (*A Noite*, 28 nov. 1943, p. 2-6).

Os pequenos vendedores de jornais comemoraram o terceiro aniversário da instituição com a estreia do jornal *A Abelha*, mensário editado e impresso nas oficinas do curso de tipografia ofertado pela entidade. De acordo com *A Noite*, o jornal da organização tinha o intuito de "[...] orientar os jornaleiros, ensinando-lhes, em letra de forma, boas práticas, e também para noticiar o que se passa na Casa do Pequeno Jornaleiro, em matéria de esforços e mesmo vitórias". Para o jornal, o prestígio

---

[137] A instituição social da primeira dama gozava de grande prestígio na sociedade carioca, tanto que, procurando atribuir à Casa do Pequeno Jornaleiro o papel de órgão oficial dos vendedores de jornais, um juiz de Menores determinou por meio de portaria que só poderiam vender jornais os jovens que tivessem cadastro na entidade (*A Noite*, 7 jun. 1942, p. 6, 1. ed.).
[138] Pouco menos de dois anos após a inauguração da entidade, o refeitório foi ampliado sendo construído um moderno restaurante exclusivo aos meninos (*A Noite*, 2 jul. 1942, p. 1-2, 1. ed.).

alcançado pela instituição tem sido "[...] uma afirmação da sua utilidade, ministrando educação e alimentação sadia a um grande número de menores, muitos dos quais evitou-se transviassem dos bons costumes" (*A Noite*, 9 ago. 1943, p. 1-2, 2. ed.)[139].

Visando a amparar e disciplinar os jovens participantes da Casa do Pequeno Jornaleiro, o projeto social de Darcy era visto como a salvação da juventude pobre carioca que, conforme a ideologia estadonovista, seria o futuro da nação. A relação maternal que a primeira dama nutria pelos pequenos jornaleiros pode ser evidenciada na trágica morte de Italmires, vítima de pneumonia. Lamentando o falecimento do pequeno jornaleiro, *A Noite* destacou não somente a presença da primeira dama no velório, cerimônia fúnebre realizada no saguão da própria instituição, mas, especialmente, ressaltou a permanência dela até o sepultamento. Procurando frisar que, embora órfão de pai e mãe, o adolescente teve o custeio do enterro bancado pela patrona da entidade (*A Noite*, 29 out. 1940, p. 2, 1. ed.). Dias depois, *A Noite* promoveu uma romaria ao túmulo de Italmires, mandando depositar uma coroa de flores em homenagem ao pequeno trabalhador da imprensa carioca (*A Noite*, 1 nov. 1940, p. 1-2, 2. ed.)[140].

Em vista disso, nota-se um esforço exercido por *A Noite* no sentido de mostrar os "homens de pena" como colaboradores do regime, inclusive, transitando entre cargos públicos e as redações dos periódicos. Ressaltando o papel desempenhado por jornalistas, diretores, redatores, presidentes de associações de classe e demais figuras ligadas ao fazer jornalístico, o vespertino buscou divulgar a harmonização dos "homens de pena" com os "homens de Estado". Contribuíram entusiasticamente com o projeto comunicacional oficial o DIP, a ABI, o SJPRJ, *A Noite* e, a seu modo, a Casa do Pequeno Jornaleiro, entidades que tiveram seu cotidiano noticiado e elogiado através das notícias publicadas.

Desta maneira, procuramos ampliar as abordagens consolidadas que

---

[139] Acompanhados por Nestor de Almeida e Costa, policial militar e Auxiliar de Disciplina da instituição, três pequenos jornaleiros visitaram a redação do jornal e declararam sua profunda admiração pela primeira dama. Para *A Noite*, "[...] naquela casa, não só tem o jornaleiro abrigo, educação, assistência, como também uma grande escola de civismo, de amor à pátria" (*A Noite*, 12 dez. 1943, p. 10, 2. ed.). A presença de militares em cargos de coordenação denota um processo de militarização da juventude, ideia defendida pelo regime e que era aplicada em boa parte dos projetos sociais encabeçados pelo Estado Novo.

[140] Darcy Vargas também esteve presente no funeral de outro jovem da instituição, Sebastião Siqueira da Silva, morto em decorrência de atropelamento ocorrido na Avenida Rio Branco, centro do Rio de Janeiro (*A Noite*, 10 jul. 1941, p. 8, 2. ed.). Dois outros jovens jornaleiros morreram prematuramente, sendo homenageados com a exposição de seus retratos no hall da entidade (*A Noite*, 15 dez. 1944, p. 10, 2. ed.).

entendem o Estado Novo como um ator político caracterizado apenas enquanto interventor no fazer jornalístico, mas também, compreendemos que essas instituições contribuíram, deliberadamente, com o projeto de comunicação social de massa idealizado por aquela ditadura. O regime não fez somente vítimas, mas, sobretudo, teceu alianças políticas com a imprensa. Os meios de comunicação – sobretudo, o vespertino *A Noite* – atuaram não tão somente como veiculadores de informações atados pelas correntes da censura: a imprensa, adaptando-se a sua nova condição de instituição de interesse público, procurou se acomodar na segurança burocrática do regime que, em troca, exigiu apoio irrestrito na publicização de sua cartilha comunicacional.

2.4 Getúlio, "pai dos pobres"? A construção da imagem de Vargas por *A Noite*

A música *Ele disse*, interpretada pelo cantor e compositor Zé Ramalho, compõe a segunda faixa do disco *Zé Ramalho canta Jackson do Pandeiro* (2010)[141]. Na composição de Edgar Ferreira, Vargas[142] é protagonista da canção, que se vale, quase que em sua totalidade, de trechos do discurso de Getúlio em 1º de maio de 1951 no Clube de Regatas Vasco da Gama. A música, embalada por um xote, pinta a imagem de um Getúlio Vargas há muito consolidada:

Ele disse muito bem:
"O povo de quem fui escravo
Não será mais escravo de ninguém"

Para todo operário do Brasil
Ele disse uma frase que conforta:

---

[141] FERREIRA, Edgar. *Ele disse*. In: RAMALHO, Zé. Zé Ramalho Canta Jackson do Pandeiro. Discobertas, 2010. 1 CD. Faixa 2 (3 min 14).
[142] Getúlio Dornelles Vargas nasceu em São Borja, Rio Grande do Sul, em 1882. Foi bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Porto Alegre em 1907. Elegeu-se pelo Partido Republicano Rio-Grandense deputado estadual e federal, assumindo a liderança da bancada gaúcha entre 1923 e 1926. Ministro da Fazenda do governo Washington Luís (1926-1927), foi também presidente do estado do Rio Grande do Sul (1927-1930). Em 1929, lançou sua candidatura presidencial pela Aliança Liberal, sendo derrotado pelo seu concorrente direto Júlio Prestes. Em novembro de 1930, assumiu a liderança do movimento de 1930, dando início ao Governo Provisório (1930-1934). Entre 1934 e 1937 foi eleito indiretamente para presidente, para então dar um golpe de Estado em 1937 que instituiu a ditadura do Estado Novo (1937-1945). Para maiores informações biográficas de Getúlio Vargas, ver FAUSTO, Boris, 2006.

"Quando a fome bater na vossa porta
O meu sangue é capaz de vos unir
Meus amigos por certo vão sentir
Que na hora precisa, estou presente
Sou o guia eterno dessa gente
Com meu sangue o direito eu defendi"

Ele disse com toda consciência:
"Com o povo eu deixo a resistência
O meu sangue é uma remissão
A todos que fizeram reação
Eu desejo um futuro cheio de glória
Minha morte é bandeira da vitória
Deixo a vida pra entrar na história
E ao ódio eu respondo com perdão"

Ele disse muito bem:
"O povo de quem fui escravo
Não será mais escravo de ninguém"

Na composição e fala de Vargas, alguns elementos, há muito utilizados ao longo do Estado Novo, são evidentes, tais como a relação de auto desprendimento propagada por Vargas que, numa perspectiva da doação, sacrifica sua vida em prol do povo, caracterizando-o como um mártir político nacional. Vale lembrar que a gravação de Zé Ramalho surgiu muito tempo depois do suicídio de Vargas, ato máximo de desprendimento. Outra característica presente no discurso/canção é a autoafirmação de Getúlio enquanto guia por excelência. Deste modo, a escolha feita pelo compositor de utilizar trechos do discurso de Getúlio denota o poder de persuasão e de retórica de Vargas, que era, inegavelmente, sua marca registrada.

A canção relançada por Zé Ramalho é igualmente interessante ainda pelo fato dela ter sido gravada pelo cantor em 2010, mais de meia década após a morte de Vargas em 1954. A presença da figura política de Vargas na cultura política brasileira é ainda marcante, não se podendo negar que o seu fazer político fez escola, gestando apadrinhados políticos até a atualidade. Por outro lado, a canção também evidencia a permanência de uma determinada imagem sobre Getúlio no imaginário político e cultural brasileiro, que só foi possível graças ao esforço comunicacional colocado em prática durante a ditadura do Estado Novo, sendo consolidada, paulatinamente, ao

longo dos anos: escutando a melodia, fica-se com a impressão de que Vargas não foi um ditador, mas sim, um messias.

Boris Fausto (2006), ao analisar a figura política de Getúlio e as permanências de sua memória, questiona o modo como o ex-ditador foi tratado, tanto por setores acadêmicos quanto por especialistas da imprensa, na celebração dos cinquenta anos de sua morte. Segundo o autor, os textos jornalísticos procuraram engrandecer a figura de Vargas enquanto grande estadista em detrimento de seu passado autoritário e repleto de violências durante a ditadura estadonovista. Predominou, ao menos para a grande massa, uma leitura de sua memória "[...] associada à figura do líder que protegeu os humildes e doou a legislação trabalhista" (FAUSTO, 2006, p. 201-202).

Sendo assim, alguns elementos comunicacionais compunham o projeto de comunicação social do Estado Novo, a construção positiva da imagem Getúlio Vargas, pública e privada, assumiu grande importância comunicacional para os ideólogos do regime. Ocorreu, portanto, um processo de "getulização da sociedade", conforme apontou Alcir Lenharo (1986), que consistia em disponibilizar a "máquina da propaganda" do regime para disseminar uma imagem de Getúlio onde seus traços subjetivos eram considerados características psicológicas a serem seguidas.

Nesse processo de getulização social, a vida do ditador era contada e recontada a cada comemoração ou homenagem prestada, procurando o regime, desta maneira, implementar uma "[...] reescrição mítica de suas qualidades pessoais de chefe predestinado" que, ainda segundo Lenharo, "[...] aponta claramente para a confluência da abordagem psicanalítica da propaganda com a sua organização maquínica propriamente dita". Propositalmente, os ideólogos da ditadura estadonovista destacaram em Vargas uma personalidade política que se enquadraria perfeitamente na construção de sua imagem enquanto "onipresença unidimensional da pessoa física e simbólica", onde os meios de comunicação de massa puderam, cada um a seu modo, contribuir para que o perfil do chefe do governo assumisse predicados que o valorizassem e que se reproduzissem por meio de uma relação baseada na identificação direta entre líder e subalternos (LENHARO, 1986, p. 48).

Em 1941, por exemplo, o médico e psicanalista Gastão Pereira da Silva realizou uma análise psicanalítica da personalidade de Getúlio Vargas (SILVA, Gastão Pereira da, 1941). Segundo o autor, a conexão estabelecida entre o ditador e as massas era realizada através de um "laço libidinal" existente. Vargas não apenas compreendida o sentimento das massas, mas ele possuía o poder de senti-los, absorvê-los e conduzi-los para uma solução (SILVA, 1941, p. 12). De acordo com Silva, o ditador assumia o

papel do analista no set psicanalítico: ele analisava e interpretava as demandas populares – objetivas e subjetivas -, e as conduzia conforme as necessidades coletivas da nação, sanando, quando necessário, os traumas da personalidade brasileira (SILVA, 1941, p. 23).

A imagem positiva de Vargas foi alicerçada paulatinamente, tendo como um de seus propósitos a identificação direta entre as características nacionais e a personalidade do ditador: ser brasileiro consistia em ser essencialmente Getúlio. O ditador era um exemplo de brasilidade, assumindo, ao mesmo tempo, o papel de guia e modelo de homem ideal a ser copiado. Desta forma, o líder é um sujeito que tem como predestinação intervir na história, ganhando

> [...] ainda mais realce a afirmação da propriedade deste líder de corporificar em si a complexidade da sociedade e ser capaz, portanto, de desarmar os seus focos geradores de tensão. Fica posto em relevo o dom em posse do líder de intuir e extrair do inconsciente o desejo socialmente contido e realizá-lo. Esta representação física do "todo", essa incorporação da brasilidade do brasileiro médio e dos traços nacionais levados às raias do absurdo tece uma senda incrivelmente mistificadora das relações socais, de sua dinâmica e das possibilidades de seu controle (LENHARO, 1986, p. 194).

Já para Maria de Lourdes Janotti (1998), que analisou como se deram as permanências no imaginário social da figura de Vargas, as representações sociais sobre sua personalidade devem ser entendidas a partir de sua multiplicidade interpretativa. Entretanto, para a autora, existem pontos em comum entre as leituras realizadas sobre a imagem de Vargas, onde ele "[...] é apresentado como sendo sempre o mesmo homem imperturbável e seguro, sem hesitações ou medos, sabendo como agir e premeditando com exatidão o próximo passo a ser dado" (JANOTTI, 1998, p. 91).

Deste modo, um dos elementos que constituem o discurso do regime sobre ele mesmo se baseia na apropriação de elementos populares e de sua cultura, identificando-os diretamente com o líder. Para Montes (1981), torna-se fundamental, antes de tudo, compreender esses discursos não somente sob a

> [...] ótica do Estado, que o anuncia, mas também da ótica de seu destinatário, o "povo" que, no ato de ouvi-lo e nele se reconhecer, confere por isso mesmo ao Estado e ao discurso que dele emana seu poder. [...] Enunciado do lugar do poder (o Estado), esse discurso articula num espaço propriamente político

> elementos dispersos, esparsos, que constituem parte significativa do acervo do saber do senso comum popular, dando ao povo uma imagem de si que lhe é familiar, mas projetada agora no espaço próprio da política, como identidade política em que se reconhece, mas que é reconhecida e legitimada no mesmo ato também pelo outro, graças ao lugar de poder de onde este outro a enuncia (MONTES. In: MELO, 1981, p. 63-64).

Em vista disso, a construção de uma imagem positiva de Vargas foi publicizada por *A Noite*, de modo que o ditador era apresentado aos leitores do jornal como líder nato que guiaria com preciosismo os destinos políticos do país. Alguns temas eram essenciais no processo de positivação da personalidade de Vargas, destacando-se, dentre eles, o modo como se dava a cobertura de suas viagens oficiais - monopolizada pela Agência Nacional (AN), órgão de imprensa oficial de informação -; a abordagem jornalística sobre o relacionamento estabelecido entre Vargas e populares anônimos, geralmente, descrito com riqueza de detalhes em reportagens especiais; as mensagens de indivíduos dirigidas ao presidente e que, via de regra, apelavam tanto para a mediação de Getúlio em questões privadas quanto solicitavam auxílio material por razões diversas; as homenagens prestadas a Vargas em diferentes ocasiões: inaugurações, nomeações de ruas, avenidas, serviços públicos etc.; e, sobretudo, a maneira como os traços da personalidade do ditador eram trabalhados por *A Noite* que, invariavelmente, eram exageradamente louvados pelo jornal. Esses elementos compunham a cobertura jornalística sobre Getúlio Vargas e juntos, constituíram um determinado jeito de descrever e propagandear o ditador.

As viagens presidenciais de Vargas eram registradas com grande destaque pelo jornal, cabendo à Agência Nacional (AN) a tarefa de produzir o noticiário sobre a agenda política de Getúlio. Em visita à região Sul do país, por exemplo, a reportagem da AN afirmou que “[...] Porto Alegre está vivendo um momento singular da sua história”, ocasião em que o gaúcho “[...] não encobre a alegria de receber de braços abertos o chefe de Estado, que tanto tem feito pela prosperidade e grandeza do Brasil”. As manifestações de apreço dispensadas a Vargas eram classificadas, na maior parte dos casos, como “espontâneas” e marcadas por grande concentração de pessoas que o acompanhava nos compromissos oficiais fora do Distrito Federal. A ida de Vargas a sua terra natal assumiu sentidos ímpares, pois ele retornava “[...] não para descansar, mas para testemunhar ‘de visu’ o processo de trabalho a que está submetido o seu Estado”. Vargas também é descrito como “incansável” durante suas andanças: “[...] o presidente não sente fadigas das travessias, muitas vezes as mais

incômodas e quando seria de supôr que o itinerante ilustre se iria entregar ao repouso, está novamente em viagem": o ditador não parava, a ditadura continuava (*A Noite*, 14 mar. 1940, p. 1-2, 2. ed.).

Após cumprir seus compromissos oficiais na capital gaúcha, Vargas foi finalmente para sua cidade natal, São Borja, sendo ele "[...] calorosamente ovacionado pela população local, que, em duas alas, numa distância de cinco quilômetros, aguardava a passagem do ilustre visitante". Ainda segundo o jornal, não havia mais vagas nos hotéis locais devido ao grande número de "forasteiros" que se dirigiram à cidade para prestigiar Vargas (*A Noite*, 20 mar. 1940, p. 1-3, 1. ed.).

Já na propriedade da família Vargas, a Fazenda Santos Reis, a reportagem da AN colheu declarações do pai de Getúlio, Manoel Vargas, que "visivelmente satisfeito" com a visita do filho, mostrou "[...] a todos que ainda é o mesmo gaúcho de fibra, estando integrado com o progresso e a evolução do país". Segundo o texto, São Borja "[...] transformou-se completamente, tendo vivido verdadeiros dias de festa cívica" com a visita do ilustre visitante sendo, até mesmo, aproveitado a ocasião para que fosse inaugurado um busto em bronze do pai de Getúlio na praça central da cidade. Ocorre aqui uma identificação dos atributos de Vargas com os de sua família, onde o seu ambiente familiar, privado, ter sido transformado em um tema de interesse público, num sabor de leve nostalgia monárquica (*A Noite*¸ 20 mar. 1940, p. 1-2, 2. ed.).

A ênfase dada pela AN ao cotidiano de Vargas fora dos gabinetes oficiais era uma forma de aproximar o leitor da figura pública de Getúlio[143]. Buscava-se mostrar o líder como um indivíduo ligado harmoniosamente com sua família, tal como era a relação do líder com a nação: Getúlio e seu pai aparecem cavalgando tranquilamente na fazenda dos Vargas, naturalizando-se, desta maneira, a vida privada do ditador. Vargas voltava a suas raízes (*A Noite*, 26 mar. 1940, p. 1, 1. ed.).

Outro destino do ditador era a cidade mineira de Araxá, local preferido por ele para repousar dias antes de seu aniversário, 19 de abril. Na ocasião, Vargas tomava um avião rumo à estância hidromineral e só saia de lá quando as comemorações oficiais da data se findavam. Embora Getúlio aparentasse não ser muito afeito às festividades durante seu aniversário, a AN não arredava o pé de seu alvo, criando-se,

---

[143] A vida privada do ditador se confundia com sua vida pública: em notícia da AN, o jornal anunciou que durante sua estadia no Rio Grande do Sul, Getúlio, entre outras atividades, atendeu a pedido de populares para que ele narrasse as provas de um rodeio local (*A Noite*, 21 mar. 1940, p. 1-2, 2. ed.).

desta maneira, uma narrativa de viagem oficial, monopólio do órgão oficial de comunicação. *A Noite*, por sua vez, buscava valorizar essas narrativas ao noticiar enfaticamente a partida, a permanência e o retorno do ditador à Capital Federal[144].

Em sua viagem para Araxá, o jornal publicou na capa a partida de Vargas, destacando, sobretudo, a presença de Benedicto Valadares, Interventor Federal em Minas Gerais, que o acompanhou na viagem junto a grande comitiva, tendo sido necessários dois aviões da *Panair* para poder dar conta do transporte. Informando os horários de partida e chegada da aeronave, a reportagem da AN ressaltou ainda a festividade organizada pela cidade para recepciona-lo, sendo recebido com desfile de crianças das escolas locais e pelo prefeito, este falando em nome de Araxá, município "[...] que tanto se rejubilava pela honrosa visita" (*A Noite*, 15 abr. 1940, p. 1-3, 1. ed.).

A permanência de Vargas na estância turística era motivo de festa e o cotidiano da pacata Araxá era drasticamente alterado. Segundo a reportagem da AN, "[...] a cidade está vivendo horas de grande movimentação com a visita do presidente Getúlio Vargas", tendo ele recebido "[...] grande número de homenagens nas quais participam todas as classes sociais". Essa ideia de apoio massivo ao presidente era uma forma encontrada para maximizar sua popularidade, destacando ainda o texto que o entorno do Hotel Colombo permaneceu "[...] constantemente repleto de populares que não se cansam de ovacionar o Sr. Getúlio Vargas". As simpatias populares se estendiam a Darcy Vargas, que também foi "[...] alvo de inúmeras homenagens por parte de destacados elementos da sociedade mineira aqui reunidos"[145]. A popularidade do casal Vargas era inequívoca para os produtores de informações oficiais do regime que, valendo-se de protocolos narrativos específicos, descreviam as viagens privadas do ditador como grandes acontecimentos políticos, atribuindo às massas o papel de testemunhas oculares (*A Noite*, 17 abr. 1940, p. 1-3, 1. ed.).

A ideia da afluência popular nas viagens presidenciais foi um recurso fartamente utilizado tanto nas matérias da AN quanto de *A Noite*. O jornal, inclusive,

---

[144] O Estado Novo tinha como um de seus programas de desenvolvimento econômico e cultural o incentivo ao setor de turismo, não apenas para estrangeiros, mas especialmente, para os brasileiros. Esses programas turísticos do regime são similares aos implementados por nazistas, fascistas, stalinistas e liberal-democráticos (MURARD, L.; ZYLBERMAN, P., 1978).

[145] Embora de férias, Vargas não paralisava por completo sua agenda política: recepcionava algumas personalidades locais em seu hotel, tal como ocorreu com a visita de um grupo de aviadores de Araxá ao ditador (*A Noite*, 21 abr. 1940, p. 1, 1. ed.). Já uma comitiva de prefeitos de cidades do Triângulo Mineiro, acompanhados pelo interventor Benedicto Valadares, foram recebidos por Vargas onde ele "[...] procurou inteirar-se de vários aspectos da economia e da administração desses municípios" (*A Noite*, 22 abr. 1940, p. 3, 1. ed.).

despachou para Araxá um enviado especial que, descrevendo o clima festivo da cidade, sensibilizou-se com o espetáculo das massas, que “[...] encontram, por parte do Chefe da Nação, um acolhimento cordial e afetuoso”. Para o jornalista, a “[...] sua compreensão humana encanta pela precisão com que ele ilumina, como um arco voltaico, as recônditas pulsações da alma popular”: Vargas, desse ponto de vista, estava intimamente ligado ao povo que, reconhecendo nele seu condutor, espontaneamente lhe prestava as merecidas honras (*A Noite*, 24 abr. 1940, p. 2, 2. ed.)[146].

Outra viagem, de grande capital simbólico, foi a visita de Getúlio ao estado de São Paulo: Vargas não visitava com frequência as terras paulistas desde a *Revolução Constitucionalista* em 1932, fato que fazia desse compromisso oficial um dos mais delicados para o regime[147]. Berço do antivarguismo, sua visita ao estado deveria ser tratada com todo o cuidado pela imprensa. Coube então à *A Noite* a tarefa de anunciar, via seu serviço especial, que o interventor em São Paulo, Ademar de Barros, partiria para Araxá afim de acompanhar Vargas na viagem oficial à terra bandeirante. Antecipando a programação das homenagens, a reportagem anunciou desde a realização de almoço com prefeitos paulistas nos salões do Trianon[148] à inauguração do Estádio Municipal do Pacaembu (*A Noite*, 24 abr. 1940, p. 8, 2. ed.)[149].

A viagem de Vargas para a capital paulista foi cuidadosamente trabalhada por *A Noite*, episódio que procurou narrar de modo que São Paulo figurasse como protagonista do desenvolvimento econômico brasileiro sob a direção nacional do

---

[146] *A Noite* também enviou equipe de reportagem na breve visita que Getúlio fez à Uberaba. Valendo-se da mesma narrativa, o jornal ressaltou a presença de multidão que o recepcionou quando chegou à cidade (*A Noite*, 23 abr. 1940, p. 1-7, 2. ed.).
[147] O *movimento de 1932* foi uma tentativa das elites paulistas de retomarem sua hegemonia nacional, o que para Borges (1992), consistiu em um “[...] confronto direto pela posse do poder estadual e/ou pela retomada do predomínio no plano federal, com tudo o que isso significa de briga por cargos político-administrativos ou por adeptos e/ou filiados, futuros eleitores. Mas também é uma luta pela mera sobrevivência na atividade política, atacados que são pelos ‘revolucionários’ como ‘maus políticos’ com todo o tipo de adjetivação pejorativa. [...] Seus interesses mais diretos – e contrariados – devem ser pensados como ponto de partida: a perda de poder, suas benesses e sua segurança, a perda de empregos e posições – parecem-me constituir a mola propulsora de suas atitudes (da FUP)” (BORGES, 1992, p. 179).
[148] O evento no Trianon foi muito elogiado por *A Noite* que destacou a participação de duzentos e setenta prefeitos de municípios paulistas no almoço (*A Noite*, 29 abr. 1940, p. 1-3, 1. ed.).
[149] O jornal ainda anunciou a realização de um desfile militar na Avenida São João, centro de São Paulo, em homenagem a Vargas. A visita de Vargas também deu ensejo para que Ademar de Barros aproveitasse o momento para comemorar o segundo aniversário de sua administração estadual (*A Noite*, 24 abr. 1940, p. 8, 2. ed.). Posteriormente, comunicou que quinze mil soldados iriam participar do desfile (*A Noite*, 27 abr. 1940, p. 3, 1. Ed.). A inauguração do Estádio do Pacaembu foi amplamente noticiada por *A Noite* em razão da presença de Vargas no evento (*A Noite*, 29 abr. 1940, p. 1-3, 1. ed.).

Estado Novo. Contando novamente com extensa comitiva[150] - reforçando-se assim a ideia de unidade em torno do líder -, a chegada de Vargas a São Paulo foi noticiada valendo-se dos mesmos elementos utilizados nas demais coberturas das viagens presidenciais, destacando-se a grande concentração de espectadores como sinônimo de total adesão ao ditador: caravanas do interior paulista acorreram para a capital para participar das comemorações; os operários das fábricas paralisaram seus afazeres para saudá-lo; os estudantes tiveram as aulas suspensas para poderem prestigiar o visitante. Não poderia haver espaço para a dúvida, São Paulo estava, de corpo e alma, com Getúlio Vargas (*A Noite*, 27 abr. 1940, p. 1-3, 1. ed.)[151].

Essa identificação de São Paulo com Vargas foi reforçada com a publicação de discurso de Alexandre Marcondes Filho em uma sessão do Departamento Administrativo de São Paulo – Marcondes Filho seria, futuramente, diretor da sucursal paulista de *A Noite* e ministro do Trabalho. Em sua fala, o orador exaltou que além do cordial relacionamento estabelecido entre Vargas e o povo paulista, o “[...] que há de supremo nessa existência é que o homem que hoje de manhã desceu sorridente no campo de Congonhas é um grande sincero e extremado amigo do povo”. Essa relação não era abstrata, já que, segundo o futuro ministro, “[...] cada um, na intimidade de sua consciência, reconhece o benefício individual que o grande estadista lhe deu por sabias leis de assistência obrigatória” (*A Noite*, 27 abr. 1940, p. 2, 2. ed.).

De acordo com o jornal, as homenagens a Vargas prestadas pelos paulistas significavam uma efetiva colaboração de São Paulo para a grandeza econômica do país. Um artigo publicado após o retorno de Getúlio ao Rio de Janeiro comentou que “[...] todos os elementos que integram o organismo vital do grande Estado se manifestaram em francas, espontâneas e entusiásticas manifestações de apoio ao primeiro magistrado da Nação”. A adesão dos paulistas ao Estado Novo era compreendida, principalmente, como um apoio das elites capitalistas do estado e, para reforçar essa ideia, o vespertino publicou trechos de discurso de Roberto Simonsen, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP),

---

[150] O grupo era composto por Benedicto Valadares, Henrique Dosdworth, Waldemar Falcão, Mendonça Lima, Alencastro Guimarães, Fernando Costa, João Carlos Vital, José Pessoa, José Pereira e Jarbas de Carvalho (*A Noite*, 25 abr. 1940, p. 1-3, 1. ed.).

[151] Jorge Amado (1968-A), no primeiro volume do romance *Os subterrâneos da liberdade*, tratou do assunto como manifestação da elite que, de modo pragmático, procurava se aproximar dos homens de poder com o objetivo de obterem vantagens econômicas (AMADO, Jorge, 1968-A).

em jantar oferecido a Vargas por industriais paulistas[152]. Em sua fala, Simonsen ressaltou o compromisso das “classes produtoras” paulistas em colaborar com a grandeza de São Paulo em prol do Brasil (*A Noite*, 30 abr. 1940, p. 1-2, 2. ed.).

Comentando o discurso de Vargas em agradecimento ao banquete da FIESP, *A Noite* colheu declarações de representantes do setor sobre o pronunciamento de Getúlio: para Arthur Martins Sampaio, cônsul do Haiti e diretor de diversas companhias no estado, o discurso de Vargas assinalou “[...] com clareza os propósitos de cooperação das classes produtoras com as quais sempre contou o governo para levar a bom termo a sua obra de reconstrução econômica e social”. A fala de Simonsen, citada anteriormente, somada às declarações de Sampaio, serviram como vozes autorizadas que legitimavam a ação governamental no campo produtivo, bem como, procuravam denotar o apoio de São Paulo, representado aqui pelas elites industriais, aos projetos oficiais do regime (*A Noite*, 9 maio 1940, p. 1-3, 1. ed.).

A agenda oficial de Vargas em 1940 foi cheia e as viagens oficiais do ditador foram amplamente noticiadas pelo jornal: Minas Gerais[153], Pará e Amazonas[154], Ceará[155], Paraíba[156], Pernambuco[157] e, fechando o ano, retorna para Porto Alegre[158]: Vargas não media esforços. Naquele ano, ele conseguiu a proeza de visitar todas as regiões brasileiras, denotando um esforço do regime em mostrar um país integrado ao seu governante que, sem descanso, tomava conhecimento dos problemas que afligiam a população. A ideia do líder “incansável”, largamente utilizada pelo jornal para descrever Vargas durante suas viagens, foi a máxima utilizada pelas reportagens que procuravam dar cabo das andanças do ditador.

Em um artigo sem autoria, *A Noite* comentou que todo o Brasil conhece

---

[152] Na ocasião, Vargas assumiu o compromisso de expandir o Porto de Santos e realizar melhoramentos nos ramais ferroviários paulistas, medidas que visavam melhorar o escoamento da produção industrial e agrícola de São Paulo (*A Noite*, 29 abr. 1940, p. 1-3, 1. ed.).
[153] Ver edições *A Noite*, 10 maio 1940, p. 1-2, 2. ed.; 10 maio 1940, p. 2, 1. ed.; 11 maio 1940, p. 1-3, 1. ed.; 12 maio 1940, p. 3, 1. ed.; 13 maio 1940, p. 1, 3. ed.; 13 maio 1940, p. 1-7, 1. ed.
[154] Sobre a viagem de Vargas à região Amazônica, ver edições *A Noite*, 4 out. 1940, p. 1-2, 2. ed.; 5 out. 1940, p. 1-3, 1. ed.; 5 out. 1940, p. 1-2, 2. ed.; 6 out. 1940, p. 1-2, 1. ed.; 7 out. 1940, p. 1-3, 1. ed.; 7 out. 1940, p. 1-2, 3. ed.; 8 out. 1940, p. 1-3. 1. ed.; 8 out. 1940, p. 1. 2. ed.; 9 out. 1940, p. 1, 1. ed.; 9 out. 1940, p. 1-2, 2. ed.; 10 out. 1940, p. 1-3, 1. ed.; 10 out. 1940, p. 1, 2, 3, 2. ed.; 12 out. 1940, p. 1-2, 1. ed.; 12 out. 1940, p. 2, 2. ed.; 14 out. 1940, p. 1-2, 3. ed.
[155] Ver edições *A Noite*, 16 out. 1940, p. 1-8, 1. ed.; 16 out. 1940, p. 1-2, 2. ed.
[156] Ver edições *A Noite*, 17 out. 1940, p. 1-8, 1. ed.; 17 out. 1940, p. 1-2, 2. ed.; 18 out. 1940, p. 1-3, 1. ed.; 18 out. 1940, p. 1, 2. ed.
[157] Ver edições *A Noite*, 18 out. 1940, p. 1-2, 2. ed.; 19 out. 1940, p. 1-2, 1. ed.; 19 out. 1940, p. 1-2, 2. ed.
[158] Ver edições *A Noite*, 12 nov. 1940, p. 1-3, 1. ed.; 13 nov. 1940, p. 1-3, 1. ed.; 13 nov. 1940, p. 1-2, 2. ed.; 14 nov. 1940, p. 1-2, 2. ed.; 15 nov. 1940, p. 1-3, 2. ed.; 16 nov. 1940, p. 1-3, 1. ed.; 17 nov. 1940, p. 1-3, 1. ed.

pessoalmente o presidente, fato que o tornou “[...] o mais vivo e o mais presente dos símbolos da unidade do Brasil”. Para o jornal, Vargas era “[...] infatigável, jovial, enérgico”, procurando conhecer não somente a região visitada, mas, sobretudo, a gente do povo[159]. Embora oficial, os compromissos de sua agenda política assumiam características como a espontaneidade e a informalidade no tratamento com a população, mecanismos eficazes para a manutenção de sua imagem enquanto “pai dos pobres”. As viagens de Getúlio não constituíam em “passeios e distrações”, pois ele “[...] não viaja para caçar, pescar, repousar o espírito, mas para ter o conhecimento direto da realidade, observar, verificar o resultado de experiências, colher dados para novas iniciativas”. Vargas assumia aqui o papel de “desbravador e pioneiro”, comparado, inclusive, com os bandeirantes Raposo Tavares, Borba Gato e Fernão Dias, não restando ao ditador um “pedaço de Brasil” que ele não conhecesse profundamente pois, segundo o texto, em “[...] uma preocupação constante do seu espírito como a saúde e o bem estar dos filhos são o permanente cuidado de um pai” (*A Noite*, 4 out. 1940, p. 2, 2. ed.)[160].

As viagens para Petrópolis, Rio de Janeiro, eram recorrentes ao longo do ano, momento em que, na prática, o expediente da presidência era transferido do Palácio do Catete para o Palácio do Rio Negro (*A Noite*, 19 jan. 1941, p. 1, 1. ed.). A ida de Getúlio para a região serrana fluminense ocorria geralmente em janeiro, ocasião em que o jornal aproveitava para noticiar o “verão presidencial”. intercalando trabalho e descanso, o ditador podia praticar seu esporte favorito, o golfe: o jornal chegou a divulgar que, certa ocasião, Getúlio havia jogado oito horas consecutivas (!). O realce dado pelo vespertino à predileção de Vargas pelo “aristocrático sport” era um atributo altamente positivado e construído para fins de propaganda, objetivando, desta maneira, publicizar uma imagem que o apresentava como homem sofisticado e que desfrutava de grande prestígio nos círculos elitistas do Rio de Janeiro. Após um dia repleto de tacadas, Vargas, o incansável, dedicou o término de seu domingo passando

---

[159] O jornal publicou uma reportagem especial que realizava balanço das viagens de Getúlio aos estados das regiões Norte e Nordeste do Brasil: em dezesseis dias, o ditador visitou diversas cidades, inaugurou equipamentos públicos, foi exaustivamente homenageado por onde passava, palestrou com populares e discursou em diferentes ocasiões (*A Noite*, 21 out. 1940, p. 1-2, 3. ed.).

[160] No ano de 1941, Vargas reduziu drasticamente o número de viagens aos estados, visitando a cidade mineira de Uberaba (*A Noite*, 10 maio 1941, p. 1-2, 2. ed.) e a capital Corumbá (*A Noite*, 28 jul. 1941, p. 1, 2. ed.). Vargas esteve de passagem pela capital do Mato Grosso, visto que, a comitiva tinha como destino os países vizinhos Paraguai e Bolívia, afim de inaugurar trecho eletrificado da Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz de La Sierra (*A Noite*, 30 jul. 1940, p. 1, 2 e 3, 1. ed.). Segundo o jornal, durante sua breve estada em Assunção, Paraguai, Vargas provocou o deslocamento diário de cinquenta mil pessoas do interior em direção à capital (*A Noite*, 4 ago. 1941, p. 1-3, 2. ed.).

"[...] longo tempo examinando e despachando papéis" em seu gabinete presidencial (*A Noite*, 20 jan. 1941, p. 1-3, 1. ed.)[161].

De 1941 em diante, nota-se uma diminuição no número de viagens oficiais de Vargas aos estados, concentrando sua agenda política entre o Rio de Janeiro e São Paulo[162]. Vargas retornou à capital paulistana em novembro de 1941[163], em janeiro[164] e dezembro[165] de 1943 e, por fim, em dezembro de 1944[166]. Essa dedicação do ditador a São Paulo, evidencia, antes de tudo, o empenho do regime em consolidar sua presença em um território considerado estratégico na mobilização para a produção no contexto de beligerância iniciado em 1942. A cada visita de Vargas à capital bandeirante, o jornal dedicava um número considerável de páginas que acentuavam, por meio de repetitiva adjetivação, aquela presença do líder máximo estadonovista.

Quando Getúlio foi a São Paulo, em novembro de 1941, o diretor de *A Noite*, André Carrazzoni, elogiou a "fidelidade paulista" ao Estado Novo e afirmou que na "[...] democracia getuliana cabem todos os valores", congregando em seu entorno, tanto as classes conservadoras quanto as classes produtivas (*A Noite*, 28 nov. 1941, p. 3, 2. ed.). Segundo o redator-chefe do jornal, Cypriano Lage, a relação estabelecida entre Getúlio e os paulistas representava um perfeito exemplo de "[...] união dos espíritos pelo bem do Brasil" (*A Noite*, 29 nov. 1941, p. 1-3, 2. ed.).

No aniversário de cidade de São Paulo em 1943, por exemplo, a presença de Vargas na festividade rendeu coletiva do então interventor no estado, Fernando Costa (ex-ministro da Agricultura), que relatou aos jornalistas que as comemorações do *25 de janeiro* lhe permitiram "[...] ver compreendido pelo Brasil, o pedaço de Brasil onde eu nasci. A seara dos desentendimentos em que bastantes ainda punham esperanças [...] foi queimada na fogueira do entusiasmo". Na visão do político, não havia dúvidas

---

[161] O jornal publicava a coluna especial *Domingo do Presidente*, geralmente, localizada na capa das edições de segunda-feira. Fazendo uso de fotografias, as imagens ilustravam o ditador - sempre acompanhado de um punhado de subordinados – praticando golfe (*A Noite*, 16 set. 1940, p. 1, 1. ed.).
[162] Em 1942, Vargas não realizou tantas viagens oficiais se compararmos com no ano anterior, isto porque, o ditador sofreu um acidente automobilístico após participar das comemorações do *1º de maio* daquele ano. Sobre o assunto, ver edições *A Noite*, 2 maio 1942, p. 1-3, 1. ed.; 2 maio 1942, p. 1-2, 2. ed.; 3 maio 1942, p. 1-3, 1. ed.; 4 maio 1942, p. 1-3, 1. ed.; 4 maio 1942, p. 1-8, 2. ed.; 5 maio 1942, p. 1-5, 2. ed.; 6 maio 1942, p. 1-2, 2. ed.; 7 maio 1942, p. 1, 1. ed.; 12 maio 1942, p. 8, 2. ed.; 13 maio 1942, p. 1, 2. ed.; 3 jun. 1942, p. 1-3, 2. ed.; 12 jun. 1942, p. 1-2, 1. ed.
[163] Ver edições *A Noite*, 24 nov. 1941, p. 1-2, 2. ed.; 25 nov. 1941, p. 1-2, 1. ed.; 25 nov. 1941, p. 1-2, 2. ed.; 26 nov. 1941, p. 1, 6 e 8, 1. ed.; 26 nov. 1941, p. 1-2, 2. ed.; 27 nov. 1941, p. 1-7, 1. ed.
[164] Consultar edições *A Noite*, 25 jan. 1943, p. 1-2, 1. ed.; 25 jan. 1943, p. 1-7, 2. ed.; 26 jan. 1943, p. 1-3, 1. ed.; 26 jan. 1943, p. 1-2, 2. ed.
[165] Ver edições *A Noite*, 20 dez. 1943, p. 1-11, 1. ed.; 21 dez. 1943, p. 1-2, 1. ed.; 21 dez. 1943, p. 1, 2 e 3, 2. ed.; 22 dez. 1943, p. 8, 2. ed.; 22 dez. 1943, p. 1-2, 1. ed.
[166] Conferir as edições *A Noite*, 7 dez. 1944, p. 1-10, 2. ed.; 8 dez. 1944, p. 1, 7 e 9, 1. ed.; 9 dez. 1944, p. 1-9, 1. ed.; 9 dez. 1944, p. 2, 3 e 10, 2. ed.; 10 dez. 1944, p. 2, 1. ed.; 4 jan. 1945, p. 4, 2. ed.

sobre o fim do regionalismo paulista, pois o Estado Novo conseguiu a proeza de extinguir conflitos e harmonizar o país em prol de um projeto político centralizador (*A Noite*, 1 fev. 1943, p. 1-3, 2. ed.).

A ênfase dada pelo jornal ao relacionamento cordial entre Vargas e a população era a base das narrativas produzidas por *A Noite*. Descrevendo a visita de Getúlio à Cidade dos Pescadores, projeto de Darcy Vargas em Marambaia, Rio de Janeiro, o jornal enfatizou que sem se deixar intimidar "[...] por longas caminhadas sobre a areia fina e poeirenta e com o calor escaldante de uma praia sem vegetação, o presidente da República fez questão de entrar em contacto direto com o povo local". Vargas visitou casas de ribeirinhos, distribuiu varas de pesca para crianças e almoçou com moradores locais (*A Noite*, 23 jun. 1940, p. 1-3).

A relação amistosa Vargas/povo era valorizada pelo jornal: quando ele saia a pé pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro, *A Noite* enviava uma equipe de reportagem para cobrir o passeio. Certa vez, ao caminhar pela rua do Ouvidor, centro do Rio de Janeiro, Getúlio tentou em vão passar despercebido pelos populares, quando os transeuntes o reconheceram, formaram "[...] uma onda popular que o acompanhou, debaixo de palmas, até o Largo da Carioca", obrigando-o a tomar um táxi até o Palácio Guanabara. Quando o carro começou a se movimentar, "[...] a onda de povo, que aumentara consideravelmente, redobrou os aplausos e vivas" (*A Noite*, 16 out. 1941, p. 1, 2. ed.)[167].

Em Petrópolis não era diferente, com o jornal transformando o hábito de Getúlio de caminhar pelas ruas em acontecimento jornalístico. De acordo com *A Noite*, a cidade já o tinha "[...] como uma das figuras mais familiares e não se cansa de admirá-lo pela sua feição democrática, despindo-se de exterioridades oficiais para entrar diariamente em contato direto com os respectivos habitantes". Noticiar esses passeios era uma forma do vespertino comprovar a ampla popularidade do ditador, momentos em que ele era alvo de "[...] amistosas saudações em todos os pontos por onde passa, ouvindo com interesse o que lhe dizem pessoas do povo e acariciando as crianças que dele se aproximam e o consideram um velho amigo". Vargas não distinguia faixa etária, classe social ou origem, ideias perpetuadas por *A Noite* para caracterizá-lo

---

[167] A ida de Vargas a uma cafeteria no centro do Rio de Janeiro foi tema de notícia em *A Noite* que, via de regra, enfatizava a afluência de grande multidão rodeando o ditador em seus passeios (*A Noite*, 18 jul. 1943, p. 1-3, 1. ed.). Sua predileção pela bebida levou o jornal a publicar uma reportagem especial sobre a cultura cafeeira, setor que, segundo *A Noite*, desde 1930 vinha sendo agraciado pela política de valorização oficial do governo Vargas (*A Noite*, 1 abr. 1943, p. 8, 2. ed.).

como homem democrático, embora fosse um ditador (*A Noite*, 27 fev. 1942, p. 1, 1. ed.).

A construção de sua imagem atrelada ao seu bom relacionamento com a juventude era explorada grandemente pelo periódico. Em uma manchete, o jornal noticiou que atendendo a um “gentil pedido das crianças” de Petrópolis que “[...] haviam solicitado a fotografia do chefe do governo”, Vargas cumpriu a promessa “[...] fazendo a entrega do seu retrato, que as meninas receberam por entre ruidosas manifestações de alegria” (*A Noite*, 10 abr. 1940, p. 8, 2. ed.).

Outra maneira encontrada por *A Noite* para caracterizar o ditador consistia em publicar apelos de leitores que solicitavam a interferência de Vargas em questões privadas. O caso do órfão Walter Cruz, 16 anos, por exemplo, foi explorado pelo periódico, que assumiu o papel de mediador do pedido de auxílio. A guardiã legal de Walter, Sra. Julieta Trindade, tentava sem sucesso obter junto ao Juiz de Menores a “internação” do jovem em estabelecimento profissional, afim de proporcionar a ele um futuro emprego; no entanto, devido à sua idade, os internatos não permitiam sua admissão. Tal fato levou o jovem a procurar a redação do jornal para formular um apelo ao presidente “[...] no sentido que lhe dê o amparo de que carece, atendendo a sua triste situação”. Ainda segundo o jornal, Walter era um jovem comunicativo, “[...] ao mesmo tempo que se referia com muita simpatia à situação governamental do Sr. Getúlio Vargas, classificando-o S. Excia. de ‘nosso salvador’” (*A Noite*, 10 maio 1941, p. 6, 1. E d.).

As visitas de Vargas aos “deserdados da sorte” eram recorrentemente trabalhadas pelo periódico, vide, por exemplo, uma reportagem especial sobre sua ida ao Albergue da Boa Vontade, Rio de Janeiro, onde ele percorreu as instalações, deu sugestões e conversou com os internos, que “[...] aproveitaram a ocasião e dirigiram queixas pessoais ao Sr. Getúlio Vargas que as ouviu atentamente e determinou providências” (*A Noite*, 21 jun. 1941, p. 1-2, 2. ed.). Em outra ocasião, desta vez na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, Vargas palestrou com enfermos e tomou nota de suas solicitações, sempre “ouvindo atentamente” as demandas populares (*A Noite*, 1 ago. 1944, p. 1-3, 2. ed.).

A Noite publicizava a imagem de Vargas associada a sua dedicação às populações pobres, servindo a própria imagem icônica de Getúlio como subsídio para os desvalidos: o vespertino anunciou que o artista plástico Ernesto Buckun havia entregue aos diretores de *A Noite* um retrato de Getúlio, autografado pelo próprio ditador. O valor da venda da obra seria revertido em benefício das vítimas das

enchentes no Rio Grande do Sul e a peça seria exposta em mostra de artes promovida pela Sucursal do jornal em Porto Alegre. Extrapolando suas funções de comunicador, na visão estadonovista sobre a imprensa, *A Noite* se comprometia cada vez mais com o regime, organizando, como no caso acima, ações que legitimassem aquela ditadura. Pode-se mesmo observar que o jornal era o regime, implementando seus projetos e argumentos, embora fizesse de conta que fosse outra instância da sociedade (*A Noite*, 14 jul. 1941, p. 1, 3. ed.).

A imagem de Vargas era um elemento icônico muito utilizado durante o Estado Novo, sendo comum sua produção por artistas plásticos brasileiros em ascendência. Monteiro Filho, por exemplo, pintou um quadro a óleo de Vargas e o ofereceu ao Museus Imperial de Petrópolis. Segundo a reportagem, a obra do iniciante "[...] veio pôr em realce os altos dons de Monteiro Filho como retratista. Larga fatura, mancha precisa e moderna, firmeza e colorido do desenho, observação e fidelidade, tudo isso torna o seu novo trabalho digno de louvor da crítica". Para o jornal, a própria imagem de Getúlio colaborava com a qualidade estética da pintura, legitimando, até mesmo, o próprio fazer artístico do pintor. Vale registrar que Cândido Portinari também pintou retrato de Getúlio (*A Noite*, 28 fev. 1941, p. 8, 2. ed.)[168].

A construção de monumentos em homenagem ao ditador sob iniciativa de sindicatos de trabalhadores foi também um recurso fartamente explorado pelo vespertino. *A Noite* informou que "[...] dois milhões de operários, pertencentes a todos os sindicatos do país, vão mandar erguer, na capital da República, um obelisco de granito de 125 metros de altura, simbolizando o reconhecimento do trabalhador brasileiro" ao presidente. O monumento seria construído na nova Avenida Presidente Getúlio Vargas, gigantesco projeto urbanístico que o jornal acompanhava com grande interesse. Uma comitiva de sindicalistas foram anunciar a Vargas a iniciativa, o ditador agradeceu o gesto, salientando que "[...] os trabalhadores, que jamais participaram de movimentos desagregadores, podiam contar, como até agora, com o apoio do chefe do governo" (*A Noite*, 6 mar. 1941, p. 1-2, 1. ed.). Meses após essa visita, o jornal informou que, para facilitar a vida dos sindicalizados, a contribuição voluntária para a

---

[168] Por outro lado, quando a imagem de Vargas era trabalhada por artistas já reconhecidos, a lógica desse pensamento se invertia: na visão do jornal, Vargas era figura tão célebre que, ao pousar de modelo para confecção da obra de arte, sua legitimidade era autenticada ao ter sua imagem perpetuada por meio das mãos do artista. O periódico exemplificou com o caso do escultor Bernard Tussand, que confeccionou um busto de Getúlio destinado a sede da União Pan-americana em Washington D.C. (*A Noite*, 22 jul. 1941, p. 1, 1. ed.). A escultura só foi finalizada em novembro de 1943 (*A Noite*, 27 nov. 1943, p. 1, 1. ed.).

construção do obelisco poderia ocorrer por meio de desconto mensal na folha de pagamento (*A Noite*, 15 ago. 1941, p. 1, 1. ed.)[169].

Tratava-se de um monumento financiado por trabalhadores em homenagem a Vargas em uma via pública que levava o nome do ditador. Durante o Estado Novo, ocorreu uma proliferação de logradouros e equipamentos públicos que eram nomeados com o nome do presidente. Assumindo perpetuar a memória de Getúlio, esses espaços públicos ganhavam mais notoriedade com o auxílio de *A Noite*, que não perdia a oportunidade para noticiar as diversas inaugurações que o homenageavam. A inauguração da Estrada Getúlio Vargas, por exemplo, foi amplamente noticiada pelo vespertino. Ligando a Rodovia Rio-São Paulo com o município de Barra Mansa, o trecho rodoviário “[...] recebeu o nome de Estrada Getúlio Vargas, em homenagem ao chefe de governo e à sua ação decisiva no desenvolvimento da rede nacional de estradas de rodagem” (*A Noite*, 27 mar. 1941, p. 1-2, 2. ed.).

Num movimento de reescrita da própria história, a locomotiva 815, a mesma que levou Vargas e os Tenentes para São Paulo durante a *Revolução de outubro*, em 1930, foi devidamente restaurada e devolvida ao tráfego ferroviário sob o nome de “Locomotiva Getúlio Vargas” (*A Noite*, 12 mar. 1940, p. 7, 2. ed.). Do mesmo modo, noticiou-se com grande alarde o “batizado” do novo “avião Getúlio Vargas” (*A Noite*, 23 ago. 1941, p. 1-2, 2. ed). Um prêmio na área de economia foi titulado com o nome do ditador e a comissão julgadora era composta por figuras como Lourival Fontes (DIP) e Roberto Simonsen (FIESP) (*A Noite*, 22 out. 1941, p. 3, 2. ed.)[170].

A Noite noticiou também a inauguração da “Vila Getúlio Vargas”, conjunto residencial construído com recursos do Instituto dos Marítimos (*A Noite*, 30 jun. 1944, p. 3, 1. ed.). Do mesmo modo que Vargas, seus familiares eram igualmente alvo de

---

[169] Em dezembro de 1944 o jornal informou que, atendendo solicitação do próprio Vargas, a construção do obelisco havia sido cancelada: o presidente considerava que, devido à economia de guerra, os trabalhadores deveriam poupar seus rendimentos. Outra justificativa do ditador, de ordem técnica, foi a de que a exclusão do monumento do canteiro central da avenida melhoraria o trânsito na região (*A Noite*, 2 set. 1944, p. 1, 2. ed.). Posteriormente, o material que seria empregado no obelisco foi destinado, novamente por sugestão do próprio Vargas, para a construção de um seminário católico (*A Noite*, 2 dez. 1944, p. 1-2, 2. ed.).

[170] Até as contendas judiciais em torno da posse do “Diamante Getúlio Vargas” foram transformadas em temário pelo jornal. A questão envolvia o garimpeiro Joaquim Evancio, que vendeu a pedra preciosa por apenas cento e cinquenta contos de réis. Considerada a quarta maior gema do mundo, o exemplar que levava o nome do ditador foi avaliado entre quinze a vinte mil contos de réis. Adquirido por colecionador um holandês, com a invasão alemã, chegou a ser confiscado pelo Exército nazista, para depois ser encaminhado para Londres e, em seguida, aos EUA. Após disputas judiciais envolvendo diversos possíveis proprietários, um tribunal de Nova York decidiu em favor dos requerentes ingleses (ver edições *A Noite*, 17 abr. 1940, p. 4, 1. ed.; 29 out. 1940, p. 1-3, 1. ed.).

homenagens, tal como ocorreu com a nomeação do "Hospital General Vargas", em tributo ao seu pai (*A Noite*, 3 out. 1943, p. 1-7, 1. ed.). Após a morte de Getulinho[171], filho caçula de Vargas, um grupo de "desportistas" paulistas sugeriu que o recém-inaugurado Estádio Municipal do Pacaembu fosse chamado de "Estádio Getúlio Vargas Filho", ideia não levada adiante pela administração municipal, mas muito elogiada por *A Noite* (*A Noite*, 11 fev. 1943, p. 1, 1. ed.)[172].

O nome de Vargas também foi aplicado em provas esportivas, eventos que atraíam um grande número de expectadores[173]. O "Grande Prêmio Getúlio Vargas", por exemplo, consistia em uma corrida de cavalos promovida pelo Jockey Clube do Rio de Janeiro e que despertava grande interesse de *A Noite*. Contando com a presença de Getúlio, a competição assumia, na visão do jornal, a "[...] excelência e o rigor da programação, o interesse da prova principal, a elegância e a graça de assistência que costuma encher as arquibancadas do Hipódromo da Gávea asseguram um êxito impar à esta dominical" (*A Noite*, 30 nov. 1940, p. 1, 1. ed.).

Na edição de segunda-feira o jornal ilustrou com ampla fotografia de Vargas acompanhando o evento, seguida por outra do cavalo vencedor do prêmio, "Quati", guiado pelo jóquei Apolo. Além da prova levar o nome de Vargas em seu título, os organizadores denominaram as corridas com datas nacionais relevantes para o Estado Novo, ocorrendo os páreos "3 de outubro", "3 de novembro" e "10 de novembro" (*A Noite*, 2 dez. 1940, p. 1-10, 1. ed.). Outras modalidades esportivas também homenagearam Vargas, tal como a "Prova Presidente Getúlio Vargas", competição de remo na Baia da Guanabara, patrocinada pelo Clube de Regatas Vasco da Gama e promovida pela Federação Brasileira de Remo. Contando com a participação de diversos clubes cariocas, a "sensacional prova" foi amplamente noticiada nas edições do vespertino, que procurava ressaltar que a mesma era uma

---

[171] O jornal procurava passar ao leitor o clima de consternação provocado pela morte prematura do caçula de Vargas. A cobertura jornalística feita por *A Noite* lhe rendeu uma menção especial, enviada pelo secretário da presidência, Luiz Vergara, e publicada pelo jornal, agradecendo em nome da família Vargas o periódico pela "[...] maneira carinhosa e confortadora com que noticiaram o falecimento e os funerais" (*A Noite*, 6 fev. 1943, p. 4, 1. ed.). Para maiores informações sobre a cobertura da morte de Getúlio Vargas Filho, ver edições *A Noite*, 2 fev. 1943, p. 1, 2. ed.; 3 fev. 1943, p. 1-3, 1. ed.; 3 fev. 1943, p. 1, 2 e 3, 2. ed.; 4 fev. 1943, p. 3-4, 2. ed.; 6 fev. 1943, p. 1-3, 2. ed.; 9 fev. 1943, p. 1-2, 2. ed.

[172] Getúlio Vargas Filho morreu cerca de um mês após assumir a presidência da Federação Paulista de Futebol. Químico de formação, Getulinho nutria um bom relacionamento com o mundo futebolístico paulistano, especialmente após assumir cargo de chefia em indústria química no estado (*A Noite*, 18 jan. 1943, p. 2, 2. ed.).

[173] Alguns eventos esportivos homenageavam personalidades locais do Estado Novo: a "Prova Amaral Peixoto", corrida de automóveis que tinha como trajeto as cidades de Niterói-Campos, levava o nome do interventor federal no Rio de Janeiro (*A Noite*, 26 jun. 1944, p. 1-2, 1. ed.).

grandiosa homenagem a Vargas por ele ser dileto apoiador do esporte (*A Noite*, 16 mar. 1943, p. 7, 1. ed.).

As homenagens a Vargas prestadas pelos clubes desportivos cariocas objetivavam, via de regra, a obtenção de benefícios do regime. Os clubes de regatas do Rio de Janeiro, por exemplo, solicitaram ao periódico que publicasse seu apelo ao presidente para que ele apoiasse a realização de um campeonato. Para o jornal, "[...] ninguém duvida que, apelando ao Dr. Getúlio Vargas, conseguirão" as entidades o apoio de que carecem (*A Noite*, 6 mar. 1940, p. 7, 1. ed.)[174]. Já em junho de 1945, poucos meses antes da derrocada do regime, *A Noite* anunciou que, por meio de decreto presidencial, Vargas havia mandado desapropriar terrenos na Capital Federal que seriam destinação à construção das sedes dos clubes de futebol cariocas. Tais favores oficiais denotam a origem desse relacionamento amistoso estabelecido entre presidentes de clubes desportivos e a ditadura do Estado Novo (*A Noite*, 7 jun. 1945, p. 1-2, 2. ed.)[175].

Homenagear Vargas condecorando-o era uma prática comum por parte de entidades esportivas ou representativas de classe[176]. Os clubes náuticos cariocas procuravam se aproximar cada vez mais da ditadura para usufruírem de benefícios oficiais. Em 1941, por exemplo, as entidades promoveram na enseada do Botafogo um almoço em homenagem a Vargas com direito a desfile de embarcações. Na ocasião, Getúlio foi condecorado como Presidente de Honra dos clubes náuticos (*A Noite*, 26 out. 1941, p. 1-7, 1. ed.). O ditador também foi condecorado Presidente de Honra do Clube Caiçaras, entidade com sede na Lagoa Rodrigo de Freitas (ver edições *A Noite*, 5 out. 1941, p. 1-9, 2. ed.; 24 out. 1941, p. 1-3, 2. ed.).

Vargas também foi nomeado Presidente de Honra da Casa do Jornalista, sede da ABI (*A Noite*, 8 ago. 1941, p 2, 1. ed.). Não podemos deixar de citar sua indicação

---

[174] O jornal também anunciou o patrocínio do ditador das regatas universitárias do Rio de Janeiro (*A Noite*, 26 out. 1940, p. 1-8, 2. ed.).

[175] Os clubes cariocas bajulavam Vargas, tornando-se corriqueiras as visitas de presidentes de clubes ao gabinete presidencial. Geralmente, as personalidades ligadas ao mundo futebolístico tinham como objetivo agradecer a Vargas pela concessão de algum benefício: a visita dos presidentes de clubes afiliados à Federação Metropolitana de Futebol, por exemplo, consistiu em congratular o ditador por ele ter regulamentado as atividades desportivas no país (*A Noite*, 26 out. 1943, p. 8, 1. ed.).

[176] Vargas também era escolhido para ser paraninfo de formandos de diversos cursos de nível superior ou técnico. Vargas aceitou o convite para ser paraninfo da turma de formandos da Escola Nacional de Direito de 1941, Rio de Janeiro (ver edições *A Noite*, 20 set. 1941, p. 1-3, 1. ed.; 20 set. 1941, p. 3, 2. ed.; 25 set. 1941, p. 1-2, 1. ed.; 6 dez. 1941, p. 3, 2. ed.). Residentes de Urologia, por sua vez, procuraram o ditador para que ele paraninfasse sua turma (*A Noite*, 23 out. 1941, p. 5, 1. ed), como também o fizeram as professoras do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (*A Noite*, 30 jul. 1943, p. 1, 1. ed.) e os engenheiros militares da Escola Técnica do Exército (*A Noite* 26 out. 1942, p. 1-2, 2. ed.).

e posse como "imortal" da Academia Brasileira de Letras (ABL), tema que rendeu extenso e elogioso noticiário em *A Noite*. Vargas havia sido indicado em maio de 1941, contudo, devido à sua extensa agenda política, somente conseguiu assumir sua cadeira na ABL em dezembro de 1943. Durante esse período, o jornal buscou naturalizar a escolha, publicando a declaração dos membros da instituição que se mostraram favoráveis pela escolha de Getúlio (*A Noite*, 9 maio 1941, p. 1-2, 2. ed.).

Procurando legitimá-lo mais ainda como "imortal", o periódico entrevistou o escritor, Menotti Del Picchia - futuro diretor da Sucursal paulista de *A Noite* (*A Noite*, 9 maio 1941, p. 1-2, 2. ed.) -, como também o poeta Cassiano Ricardo, diretor do recém-criado *A Manhã*, jornal ligado a *Empresa A Noite* (*A Noite*, 20 maio 1941, p. 1, 2. ed.). Menotti del Picchia, era candidato à vaga, no entanto, desistiu de sua candidatura em favor do autor de *A Nova Política do Brasil*[177]; Ricardo, membro da instituição, encabeçou o movimento de indicação de Getúlio para a ABL (*A Noite*, 8 ago. 1941, p. 1-3, 1. ed.). Após meses de espera para a posse, marcada inicialmente para junho ou julho de 1942 (*A Noite*, 27 dez. 1941, p. 1, 2. ed), Vargas assumiu sua cadeira e foi efusivamente aclamado por *A Noite* (29 dez. 1943, p. 1, 2. ed.)[178]. O vespertino também festejou quando a Universidade de São Paulo concedeu a Getúlio o título de Doutor Honoris Causa (*A Noite*, 27 set. 1941, p. 3, 2. ed.).

Por fim, dois artigos de André Carrazzoni, diretor de *A Noite*, evidenciam as preocupações do jornal ao tratar a figura de Vargas. Em "Um tema fascinante: a popularidade do Sr. Getúlio Vargas", Carrazzoni comentou que havia entre Vargas e o povo "[...] uma correspondência moral, psicológica ou política, renovada através de pequenos e grandes fatos, existe uma base concreta, visível e sensível de estima coletiva". Para o jornalista, Getúlio constituía um homem único pelo seu "[...] poder de receptividade, que é quase sentido de adivinhação, às correntes profundas do sentimento brasileiro". Vargas gozava, segundo o jornalista, de "[...] reservas incessantes de crédito na opinião popular", sendo sua personalidade, um "tema fascinante para biógrafos e psicólogos" (*A Noite*, 10 nov. 1943, p. 3, 2. ed.).

No artigo "Variações sobre o tema Getuliano", o diretor do jornal voltou a ideia

---

[177] O lançamento do livro de Vargas foi amplamente noticiado por *A Noite* (*A Noite*, 28 set. 1940, p. 1, 1. ed.) que também publicou propaganda comercial da obra, editada pela Editora José Olimpo (*A Noite*, 23 out. 1941, p. 1-3, 2. ed.). Em razão do lançamento do nono volume de *A Nova Política do Brasil*, o jornal divulgou uma resenha de Roberto Lyra elogiando a erudição de Getúlio (*A Noite*, 15 set. 1943, p. 7, 2. ed.). O décimo e último volume só foi lançado em novembro de 1944, em razão da comemoração dos sete anos de ditadura do Estado Novo (*A Noite*, 10 nov. 1944, p. 1, 1. ed.).

[178] Sobre a cobertura jornalística da posse de Vargas na ABL, ver edições *A Noite*, 30 dez. 1943, p. 1-3, 1. ed.; 30 dez. 1943, p. 1-3, 2. ed.; 3 jan. 1944, p. 3, 2. ed.

binária Vargas-popularidade, desta vez, atribuída ao julgamento popular que, segundo o jornalista, "[...] julga institivamente, julgando com acerto por isso mesmo, se vê retratado, até certo ponto, na naturalidade e na simplicidade do Sr. Getúlio Vargas". Outro fator apontado por Carrazzoni é o de que Getúlio, dotado de uma sensibilidade ímpar, transformou-se num "[...] delicadíssimo aparelho capaz de recolher as mais sutis vibrações da alma da multidão [...], apto a captar os sinais do bom e do mau tempo da política". Em sua visão, Vargas detinha todos os predicados que o tornavam o grande líder que era, sendo o segredo de sua popularidade justamente o seu dom "[...] de parecer igual aos outros homens da nossa gente" (*A Noite*, 20 abr. 1944, p. 6, 2. ed.). O argumento do dom sugere uma missão sagrada e incontornável, que está fora da vontade humana, inclusive de voto e direitos públicos (LENHARO, Alcir, 1986).

Bustos, gravuras, autógrafos, relatos de viagem, nomes de ruas e avenidas, a lista é grande: a construção da imagem positiva de Vargas foi uma estratégia de que se valeu *A Noite* com a finalidade de contribuir para o projeto comunicacional do Estado Novo. Dentro desse projeto, a iconização de Getúlio Vargas serviu como elemento consolidador de sua figura na cultura política brasileira. O ditador era apresentado aos leitores de *A Noite* sempre como um homem sereno, centrado e comprometido com seus ideais e seu relacionamento cordial com amplos setores da sociabilidade legitimava sua predestinação como líder das massas.

Com o fim do período de neutralidade em relação à guerra, no início de 1942, o regime iniciou um processo de afastamento em relação às nações do Eixo para se aproximar cada vez mais dos países Aliados, o que, no caso, correspondia a estreitar seus laços comerciais, culturais e políticos com os EUA. Esse redirecionamento de polo hegemônico, provocou grandes mudanças na forma como o jornal tratava o próprio Estado Novo: ao invés de um governo forte e centralizador, buscou-se enfatizar suas características "democráticas", sobretudo, mostrando o quanto a ditadura se assemelhava com o sistema de governo estadunidense. O jornal *A Noite*, deixando-se levar por essa correnteza ideológica, empenhou-se em publicizar essa nova noção que, até aquele momento, não havia sido trabalhada pelos comunicadores do periódico: a ditadura "democrática" do Estado Novo.

CAPÍTULO III - *YES!* NÓS TAMBÉM TEMOS A NOSSA DEMOCRACIA: novos figurinos da ditadura em tempos de guerra

> *Eleições, partidos políticos, parlamentos, compreensão sobre os que não pensam da mesma forma que nós, não significam Democracia. A Liberdade e a Democracia acham-se plenamente realizadas na carta de 10 de Novembro, a liberdade consciente e respeitosa da liberdade alheia, sem o que ela seria apenas uma vã palavra, a Democracia sem máquinas e sem sindicatos organizados, exercida pelo contacto direto entre governo e os órgãos legítimos da opinião popular e da nação. Fora disso tudo mais é demagogia, oposicionismo, liberalismo, agitação dos estéreis* (*A Noite*, 10 abr. 1942, p. 2, 1. ed.).

> *Tout ça m'est bien égal*
> (Charles Dumont e Michel Vaucaire,
> "Je ne regrette rien", 1956)

> *Quanto a mim é isso e aquilo*
> (Caetano Veloso, "A voz do vivo", 1969)

3.1 A ditadura "democrática" do Estado Novo: o Tio Sam nunca foi tão brasileiro

Em setembro de 1939, a Alemanha Nazista invadiu a Polônia, acontecimento que disparou a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Durante esse período, o Estado Novo procurou se afastar das querelas internacionais reafirmando, sempre que possível, seu posicionamento de país neutro. Logo após o início do conflito, nota-se uma tentativa dos EUA de se aproximar dos países latino-americanos: Oswaldo Aranha, por exemplo, esteve nos EUA entre fevereiro e março de 1939. Embora a missão do ministro consistisse na assinatura de acordos comerciais bilaterais, o governo de Washington D.C. exerceu pressão sobre Aranha para que as relações entre os dois países não ficassem restrita ao campo econômico. Em maio, o General

George Marshall é convidado a visitar o Brasil que, em retribuição, convida o General Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército, para conhecer o *US Army*. Em fevereiro do mesmo ano, Góes Monteiro também havia sido convidado para assistir a manobras militares nazistas, assumindo esse duplo intercâmbio militar características que "[...] exprimem, nesta hora, tendência pró-Alemanha, que se traduz numa tentativa de ligação prática entre oficiais brasileiros e o Exército Alemão" (CARONE, 1977, p. 275).

Acenos para a Alemanha Nazista e estreitamento de relações comerciais com os EUA: num primeiro momento, esse relacionamento pode parecer ambíguo, contudo, essas trocas eram vistas com naturalidade pela ditadura, pois, reafirmando um estado de neutralidade, considerava que tinha o Brasil a liberdade para dialogar com quaisquer polos hegemônicos do conflito. Dessa maneira, Vargas se transforma numa espécie de "[...] poder moderador entre seus ministros, oscilando e tolerando a permanência das duas correntes políticas, a dos democratas e a dos germanófilos" (CARONE, 1977, p. 279).

Essa aparente dualidade era um traço da cultura política do Estado Novo, o regime buscava se apoiar em faces diversas do espectro político para se fortalecer politicamente. Tal característica também pode ser observada na política cultural de Gustavo Capanema (próximo de práticas corporativistas, liberais reformadas e até fascistas), que não hesitou, por exemplo, em apelar para artistas de esquerda como Portinari, Niemeyer etc. (SCHWARTZMANN, 2000)[179].

Durante esse período de neutralidade (1939-1942), o Brasil procurou manter seu relacionamento comercial com a Alemanha, sobretudo, garantindo o embarque de produtos nacionais rumo à Europa. Em março de 1940, por exemplo, o navio cargueiro "La Coruña", carregado de café brasileiro, ao ser abordado por vasos ingleses, foi afundado pela própria tripulação (*A Noite*, 15 mar. 1940, p. 1-2, 2. ed.). O afundamento do navio alemão com carga brasileira foi um anúncio de que o comércio com os nazistas e simpatizantes não seria facilitado por Inglaterra e França, até então, os únicos países que compunham os Aliados. Tanto para o jornal quanto para o regime, a guerra estava na Europa e os acontecimentos decorrentes dela seriam

---

[179] O maestro Burle Marx e o poeta Mário de Andrade, por exemplo, desenvolveram atividades ligadas a relação Brasil-EUA sob patrocínio do Estado Novo: o primeiro, dirigiu concerto em Nova York, enquanto o segundo, professou conferência no Instituto Brasil-Estados Unidos sobre a relação entre os campos artísticos dos dois países (Ver, respectivamente, *A Noite*, 12 dez. 1940, p. 1-7, 1. ed.; 12 dez. 1940, p. 1-2, 2. ed.).

apenas respingos de um inconveniente momento que o mundo estava vivendo.

O virtual distanciamento da guerra era estratégico: seguindo a atitude dos demais países americanos - congregados pela União Pan-americana, que era liderada pelos Estados Unidos -, a invasão da Bélgica, em maio de 1940, foi registrada em forma de protesto coletivo (*A Noite*, 16 maio 1940, p. 1, 1. ed.). O regime entendia que, ao se manter distante militarmente do conflito, poderia, acima de tudo, alavancar a exportação de borracha nacional (*A Noite*, 18 maio 1940, p. 2, 1. ed.). Para o jornal, a situação de guerra até seria benéfica para a economia brasileira, visto que, com a diminuição das importações europeias, os países americanos poderiam aproveitar para expandirem suas produções nacionais (*A Noite*, 20 maio 1940, p. 2, 1. ed.)[180].

A ideia de se aproveitar da guerra para consolidar as exportações brasileiras no mercado latino-americano foi reforçada por Vargas na abertura de reunião do Conselho Federal de Comércio Exterior, quando afirmou que o regime se empenharia em enviar missões comerciais para países como Venezuela, Colômbia, Equador e Panamá, onde se estabeleceriam novas parcerias comerciais (*A Noite*, 18 jun. 1940, p. 2, 1. ed.).

O chanceler Oswaldo Aranha, grande entusiasta da cultura política estadunidense, procurava manter uma aproximação com os EUA ao mesmo tempo em que reafirmava a política externa oficial de neutralidade. Na abertura do II Congresso Pan-Americano de Agentes Comerciais, Aranha, em seu discurso, enfatizou que no continente americano, geograficamente distante do conflito mundial, era propícia a existência de "[...] um clima de igualdade, de concórdia, de cooperação para receber, acolher, hospedar, amparar e conciliar raças de outras origens e homens de outras terras". Vendo a América como um refúgio, o chanceler elogiou a "política de boa vizinhança" estabelecida entre os países do grupo, entendendo que não deveríamos intervir nas "questões europeias" pois tínhamos tanto "horror à guerra" quanto possuíamos "amor à paz". Ainda segundo o ministro, "[...] somos neutros [...], não porque nos arreceemos de tomar atitudes, mas justamente porque temos a coragem suprema de condenar a guerra" (*A Noite*, 25 maio 1940, p. 2, 2. ed.)[181].

---

[180] O vespertino, na coluna *Ecos e Novidades*, comentou que, embora a guerra trouxesse graves problemas (imigração forçada, desestabilização econômica e social etc.), o conflito mundial proporcionou um aumento significativo do consumo de produtos nacionais em razão da majoração dos preços de artigos importados (*A Noite*, 12 abr. 1941, p. 2, 1. ed.).

[181] No Congresso do Equador, outubro de 1940, foi aprovada uma moção congratulando Vargas por seu "americanismo" em manter o Brasil um país neutro (*A Noite*, 13 out. 1940, p. 1).

Em artigo de capa, *A Noite* saiu em defesa da neutralidade, afirmando ser o Brasil "[...] ideologicamente alheio à contenda, moral e materialmente voltado à defesa dos seus ideais de paz e da sua política de solidariedade". E exortava que aos brasileiros, cabia o dever de "[...] fortalecer a ação e a autoridade do governo", visto que, só assim, gozando de unidade política, o Brasil passaria pelos tumultos oriundos do conflito bélico. O jornal, fazendo coro com o regime, estabelece que a manutenção da paz, por meio da neutralidade, significava obediência irrestrita à ditadura (*A Noite*, 19 jun. 1940, p. 1, 2. ed.). Em outro artigo de capa sem autoria, o jornal entendia que neutralidade significava muito mais do que a simples autopreservação dos "horrores da luta", mas, principalmente, o "[...] resguardo das nobres conquistas da paz, ao serviço da humanidade em geral" (*A Noite*, 3 set. 1940, p. 1, 2. ed.)[182].

A ideia de o Brasil se manter enquanto refúgio da guerra foi um tema amplamente trabalhado nos artigos e notícias publicados em *A Noite*[183]. Em setembro de 1940, uma reportagem cobriu o ancoramento do "Bagé", vindo repleto de imigrantes europeus. Segundo o jornal, a guerra "[...] tem contribuído para que levas sucessivas de europeus troquem o ambiente conturbado do Velho Mundo pelos ares tranquilos da América do Sul": franceses, poloneses, alemães, tchecos, belgas, gregos e noruegueses desembarcaram do Bagé, sobretudo, cerca de duas centenas de jovens lusitanos que "[...] vinham tentar a vida no Brasil" (*A Noite*, 18 set. 1940, p. 3, 1. ed.)[184].

---

[182] Afirmando-se neutro, o regime não viu problemas em estabelecer um intercâmbio cultural com o Japão (*A Noite*, 24 set. 1940, p. 8, 1. ed.), sendo, até mesmo, organizada uma exposição de cartazes japoneses que destacava aspectos da cultura nipônica (*A Noite*, 22 set. 1940, p. 2, 1. ed.). Esse intercâmbio não ficou apenas no campo das trocas culturais, mas, também, econômico: a vinda de uma missão econômica japonesa, por exemplo, foi festejada pelo regime (*A Noite*, 19 nov. 1940. P. 1, 2. ed.). *A Noite* entrevistou o chefe da missão japonesa em Porto Alegre e elogiou o interesse nipônico pelos produtos brasileiros (*A Noite*, 1 mar. 1941, p. 6, 1. ed.). A embaixada japonesa no Rio de Janeiro, por exemplo, ofereceu um jantar ao interventor federal no Amazonas, Álvaro Maia, tendo como convidado especial Romero Estelita, diretor da Fazenda Nacional. A notícia denota o cordial relacionamento estabelecido com os japoneses durante o período de neutralidade (*A Noite*, 2 fev. 1941, p. 4). O embaixador japonês, Itaro Ishii, também ofertou um banquete que homenageava Oswaldo Aranha que, em agradecimento, recordou a "[...] política amistosa nipo-brasileira" (*A Noite*, 20 jun. 1941, p. 2, 1. ed.).

[183] Em julho de 1941, o Estado Novo anunciou que iria garantir residência para todos os refugiados de guerra enquanto durasse o conflito (*A Noite*, 25 jul. 1941, p. 1-2, 2. ed.). Entretanto, eles nem sempre eram bem recebidos como anunciava o governo: quinze imigrantes europeus, de diversas nacionalidades, permaneceram por uma semana no navio português "Serva Pinto", ancorado no Porto do Rio de Janeiro. O regime alegava que a documentação dessas pessoas estava incorreta ou incompleta, sendo proibidos de desembarcarem. Somente com a mediação de *A Noite* – o jornal enviou telegrama para Vargas apelando em favor dos imigrantes – que o grupo pode entrar legalmente no país (*A Noite*, 13 ago. 1941, p. 1-2, 2. ed.).

[184] Alguns viajantes "ilustres" buscavam guarida em terras brasileiras, como foi o caso do príncipe russo Stephan Kodenski e sua esposa, a princesa de nacionalidade canadense Elisabeth Dordazo que, em

Enquanto a guerra se desenrolava, um primeiro grande sinal de aproximação comercial com os EUA se deu com o anúncio da criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)[185]. Com um capital nacional de vinte e cinco milhões de dólares, o regime obteve um empréstimo de vinte milhões de dólares junto a Washington, missão dada a Aristides Guinle que, em viagem aos EUA, fechou os acordos (*A Noite*, 27 set. 1940, p. 1-3, 1. ed.). Para o vespertino, a CSN representava a "idade de ferro" que se abria para o Brasil e possibilitaria sua emancipação econômica (*A Noite*, 28 set. 1940, p. 1-3, 1. ed.), buscando dar maior estofo à obra, publicando entrevistas com Mendonça Lima, Eurico Gaspar Dutra e Aristides Guinle, respectivamente, ministro da Viação, Guerra e o novo presidente da CSN (*A Noite*, 28 set. 1940, p. 1-2, 2. ed.). Em entrevista exclusiva ao jornal, o embaixador dos EUA no Brasil, Jefferson Caffery, considerava-se "feliz" por ter colaborado com a efetivação do acordo EUA-Brasil. Para o embaixador, o projeto da CSN consistia em uma simpática manifestação da "[...] política de boa vizinhança praticada pelos nossos dois países e sinto-me feliz por ter cooperado com o presidente Getúlio Vargas para a concretização da grande siderurgia no Brasil" (*A Noite*, 29 set. 1940, p. 1, 1. ed.)[186].

Após os "Acordos de Washington", o regime iniciava um estreitamento com os EUA também no campo militar: Góes Monteiro, chefe do Estado Maior do Exército, viaja para os Estados Unidos a fim de participar da Conferência dos Chefes dos Estados Maiores Americanos. Nessa viagem, os laços militares com os estadunidenses começaram a se estreitar, possibilitando, futuramente, um relacionamento cordial entre militares brasileiros e estadunidenses no decorrer da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. O embaixador Caffery, grande mediador das relações EUA-Brasil, recepcionou Góes Monteiro e esposa antes de sua partida para a Conferência (ver edições *A Noite*, 2 out. 1940, p. 1-3, 1. ed.; 3 out. 1940, p. 1-3, 1. ed.). Mas nem só de acenos vivia a relação Brasil-EUA: as compras militares do Brasil nos Estados Unidos passaram a ser mais frequentes, como por exemplo,

---

razão do início do conflito mundial, transitaram por capitais como Paris, Londres e Bruxelas para, enfim, chegarem ao Porto do Rio de Janeiro no navio "Argentina" (*A Noite*, 3 out. 1940, p. 8, 2. ed.).

[185] Essa aproximação não era apenas comercial, mas também cultural. Segundo o jornal, o interesse pelo Brasil era gigantesco, a ponto de se constatar a multiplicação de cursos de português, a produção de roupas com "motivos brasileiros", como também, o aumento do volume de importações de maquinários brasileiros pelos Estados Unidos (*A Noite*, 5 jan. 1941, p. 3, 1. ed.).

[186] A escolha para a construção da CSN foi a cidade fluminense de Volta Redonda, isso devido à sua proximidade de rodovias, facilitando, desta maneira, o escoamento da futura produção de aço e ferro. *A Noite* entrevistou o engenheiro Pires do Rio, responsável técnico pela Usina, o qual teceu comentários técnicos sobre os motivos da escolha do local para a construção da CSN (*A Noite*, 30 set. 1940, p. 1, 3. ed.).

quando o país adquiriu seis aviões estadunidenses, sendo os pilotos festivamente recepcionados no Aeroporto Santos Dumont (*A Noite*, 14 out. 1940, p. 2, 1. ed.)[187].

Quando Guinle e Góes Monteiro retornam de viagem, é a vez do ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, seguir pela segunda vez aos EUA. Quando o militar retorna, concede entrevista exclusiva ao jornal sobre suas impressões do país recém-visitado. Para o jornal, a viagem de Dutra não era um "simples cruzeiro de turismo", mas sim uma excursão tomada por "programas exaustivos" na qual ele desempenhou a função de "embaixador militar", procurando estreitar cada vez mais os laços entre Brasil e EUA (*A Noite*, 13 nov. 1940, p. 1-3, 2. ed.).

Após essa série de viagens oficiais de representantes do Estado Novo aos EUA, Vargas, por intermédio de Jefferson Caffery, foi convidado por Roosevelt a visitar seu país. Para o jornal, as "[...] nossas relações com os Estados Unidos nunca deixaram de ser cordiais e afetivas", visto que, ambos os presidentes, "[...] sempre mantiveram o mais perfeito entendimento e o mais vivo espírito de cooperação". Tal cooperação, no campo político, consistia, segundo o jornal, no apoio irrestrito do regime na política externa de neutralidade dos EUA, resultando, por sua vez, no sucesso dos acordos comerciais bilaterais que permitiram a consolidação do projeto da CSN (*A Noite*, 14 nov. 1940, p. 1, 1. ed.). A aproximação com os EUA também permitiu a assinatura de acordos comerciais para a compra de café brasileiro. O acordo, assinado igualmente por outros países americanos produtores do grão, estabelecia quotas de vendas aos EUA, tendo o Brasil a possibilidade de exportar cerca de nove milhões de toneladas de café ao ano (*A Noite*, 27 nov. 1940, p. 1-2, 2. ed.). O jornal publicou, até mesmo, uma reportagem especial sobre o caso de um papagaio nos EUA que apreciava a bebida. Assumindo os EUA o papel de grande parceiro comercial do Brasil, a notícia buscava mostrar ao leitor que a Guerra havia proporcionado a valorização do café no mercado estadunidense (*A Noite*, 26 dez. 1940, p. 5, 1. ed.).

Contudo, ser neutro não garantia que os respingos da guerra não começassem a cair sobre o Brasil: em fins de 1940 e início de 1941, embarcações brasileiras, algumas contendo carregamentos destinados ao Eixo, passaram a ser abordadas em alto mar pela Marinha Inglesa. Quatro navios foram alvos de operações militares;

---

[187] O intercâmbio Brasil-EUA foi se consolidando ao longo de 1940 e 1941, sobretudo, com a ida de estudantes brasileiros que buscavam se especializarem nas universidades estadunidenses. Agrônomos brasileiros, por exemplo, visitaram Vargas antes de partirem para curso de especialização nos EUA (*A Noite*, 7 abr. 1940, p. 2, 2. ed.).

dentre eles, destacamos os casos envolvendo as embarcações “Itapé”, “Siqueira Campos”, “Bagé” e “Buarque”.

O “caso do Itapé” foi noticiado com grande espanto por *A Noite*, uma vez que o vapor nacional – que vinha do Rio Grande do Sul - foi abordado pelo navio inglês “Kalvinion Castle” dentro dos limites marítimos nacionais. Quando os militares ingleses constataram que entre os passageiros havia vinte e duas pessoas de nacionalidade alemã, determinaram, imediatamente, que fossem presos e transladados da embarcação. Segundo o jornal, tanto o “Itapé” quanto os passageiros e a tripulação estavam com suas documentações em dia, fato que não justificava a prisão dos viajantes alemães. O vespertino classificou o episódio como um “deplorável incidente”, entendendo que a Marinha Inglesa havia ferido a soberania nacional, uma vez que, independentemente da nacionalidade dos passageiros, os navios brasileiros tinham o direito soberano de navegar em suas águas nacionais sem ter que se preocupar com a interferência de embarcações estrangeiras (*A Noite*, 4 dez. 1940, p. 1-2, 2. ed.).

Não tardou para que os países americanos começassem a condenar publicamente a atitude dos ingleses: o Equador, por exemplo, foi a primeira nação americana que se solidarizou com o Brasil. O chanceler equatoriano afirmou que o governo de seu país estaria disposto a seguir os demais componentes do bloco caso fosse decidida a necessidade de se formular notificação de protesto contra a Inglaterra (*A Noite*, 5 dez. 1940, p. 1-3, 1. ed.)[188].

Em janeiro de 1941, o jornal publicou um comunicado do DIP informando que a pasta das Relações Exteriores estava realizando consultas com os países membros da Comissão dos Chanceleres Pan-Americanos (CCPA) sobre o assunto (*A Noite*, 24 jan. 1941, p. 1, 1. ed.). O vapor francês “Mendonza” foi igualmente abordado por um cruzador britânico enquanto navegava em águas brasileiras. As recorrentes interferências da Marinha Inglesa no trânsito de navios brasileiros levaram Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, a solicitar ao ministro das Relações Exteriores do Panamá – Presidente da CCPA - que, após consulta aos demais membros, opinassem se o ocorrido justificava, ou não a formulação de uma nota de

---

[188] *A Noite* também acompanhou as movimentações diplomáticas dos países americanos que, individualmente, passaram a condenar a ingerência britânica na navegação brasileira (*A Noite*, 7 dez. 1940, p. 1-4, 1. ed.).

agravo coletivo contra os ingleses (*A Noite*, 22 jan. 1941, p. 1-2, 2. ed.)[189].

O jornal produziu uma reportagem fotográfica (Figura 29), onde um oficial inglês foi flagrado organizando o transbordo dos passageiros detidos (*A Noite*, 5 dez. 1940, p. 1, 1. ed.). A cobertura de *A Noite* sobre o acontecimento e os protestos formulados pelo jornal repercutiram nos EUA, principalmente, quando o *New York Times* concordou e comentou artigo publicado em *A Noite* onde afirmava que "[...] aceitar a intervenção inglesa em águas brasileiras, [...] seria o mesmo que admitir que agentes estrangeiros detivessem no Brasil trens em marcha e deles retirassem passageiros desta ou daquela nacionalidade" (*A Noite*, 5 dez. 1940, p. 1, 2. ed.)[190].

Já o "Siqueira Campos", navio da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, foi detido pelo bloqueio inglês no Oceano Atlântico por estar transportando material bélico comprado pelo Brasil na Alemanha, sendo a embarcação escoltada pela Marinha de Guerra Britânica para o Estreito de Gibraltar, enquanto se aguardavam novas instruções (*A Noite*, 12 dez. 1940, p. 1-2, 2. ed.)[191]. Somente com a mediação de Oswaldo Aranha junto ao embaixador britânico, Geoffrey Knox, o "Siqueira Campos" obteve autorização para deixar o porto africano para, então, seguir viagem rumo ao Brasil (*A Noite*, 16 dez. 1940, p. 1, 1. ed.)[192].

A embarcação atracou no Porto do Rio de Janeiro em janeiro de 1941. A tripulação e os passageiros foram festivamente congratulados pelo jornal, que procurou destacar, o desembarque do coronel Gustavo Cordeiro de Faria, militar designado pelo regime para trazer a carga bélica até o Brasil (*A Noite*, 8 jan. 1941, p. 1-3, 1. ed.). Uma equipe de jornalismo do vespertino conseguiu permissão para conhecer o navio, entrevistando, aliás, Cordeiro de Faria e o comandante do navio, Luiz Gualberto, sendo que ambos forneceram detalhes ao jornal sobre os dias em que estiveram detidos em Gibraltar (*A Noite*, 8 jan. 1941, p. 1-2, 2. ed.).

O "Bagé" não teve a mesma sorte que o "Siqueira Campos": retido pela Marinha

---

[189] O embaixador do Chile no Brasil, Juan Rosetti, considerou que "[...] qualquer agravo ao Brasil seria uma ofensa ao Chile", reforçando, assim, o apoio continental ao Brasil (*A Noite*, 25 set. 1941, p. 1-2, 2. ed.).

[190] *A Noite* entrevistou o capitão do "Kalvinion Castle" para a *United Press*. Segundo o capitão, após abordar o "Itapé", sua embarcação foi alvejada por naves alemãs, motivo que o fez atracar no Porto de Montevidéu (*A Noite*, 8 dez. 1940, p. 1-10).

[191] Em tempos de neutralidade, o vespertino saudou a chegada do cargueiro alemão "Hermes" ao Porto do Rio de Janeiro (*A Noite*, 9 abr. 1941, p. 1-2, 2. ed.). A embarcação conseguiu furar o bloqueio aliado, contudo, ao retornar para a Europa, acabou sendo capturado pela Marinha Inglesa (*A Noite*, 11 jul. 1941, p. 1, 1. ed.).

[192] O "Siqueira Campos" partiu de Gibraltar com duzentos e setenta e três passageiros e, o seu retorno ao Brasil, foi comemorado entusiasticamente por *A Noite* (ver edições *A Noite*, 17 dez. 1940, p. 1-2, 2. ed.; 18 dez. 1940, p. 1, 2. ed.).

Inglesa no Porto de Lisboa, o navio - abarrotado com materiais bélicos adquiridos na Alemanha, assim como o “Siqueira Campos” - teve que ser descarregado, uma vez que o governo britânico não levou em consideração os protestos do Brasil para que a embarcação continuasse a viagem com seu carregamento (*A Noite*, 10 jan. 1941, p. 1, 1. ed.). De acordo com *A Noite*, em artigo de capa, repetia-se com o “Bagé” o mesmo que havia acontecido com o “Siqueira Campos”, classificando o incidente como “desagradável”. Para o periódico, era muito conveniente a Inglaterra “[...] abandonar as belonaves germânicas para voltar a ameaça de seus canhões contra as embarcações neutras e desarmadas”, dado que, tais atos poderiam criar embaraços diplomáticos ainda maiores, constituindo o embargo uma “[...] provocação irritante contra um país que, como o Brasil, tem dado à Inglaterra provas sobejas de amizade e de espírito de cooperação pacífica” (*A Noite*, 10 jan. 1941, p. 1, 2. ed.).

Como o governo britânico não estava cedendo à pressão brasileira, a solução encontrada pelo Ministério da Guerra se restringiu a pedir ao governo português que depositasse o material bélico no Arsenal de Lisboa, Portugal (*A Noite*, 11, jan. 1941, p. 1, 1. ed.). Em um segundo artigo de capa, *A Noite* voltou a criticar a Inglaterra ao contestar a motivação da abordagem à embarcação brasileira: se os países americanos estariam ameaçados pelo Nazismo, tal como recorrentemente afirmavam os ingleses, nada mais justo que o Brasil recebesse o material bélico alemão que, além do mais, já havia sido pago, já que sua compra teria sido realizada antes mesmo do início do conflito mundial (*A Noite*, 14 jan. 1941, p. 1, 2. ed.)[193].

O “Buarque” também enfrentou problemas para navegar pelo Oceano Atlântico: abordado pela Marinha Inglesa enquanto reabastecia no Porto de Trinidad, América Central, o transatlântico levava uma carga de tecidos para fábricas alemãs na Venezuela. Por esse motivo, o navio permaneceu atracado ao Porto por dezesseis horas, sendo depois liberado para seguir viagem; contudo, seu carregamento foi apreendido pelos militares ingleses (*A Noite*, 18 jan. 1941, p. 3, 1. ed.).

Quando o navio ancorou no Porto do Rio de Janeiro, a reportagem de *A Noite* entrevistou, com exclusividade, Joaquim de Moura, comandante da embarcação. Em seu depoimento, Moura inteirou o vespertino com pormenores inéditos sobre o episódio: mesmo sob seu protesto, os oficiais ingleses realizaram o descarregamento dos tecidos, alegando estes que as malharias proprietárias da carga constavam em

---

[193] O material bélico alemão adquirido só foi ser entregue ao Brasil em outubro de 1941, trazido pelo cargueiro “Cairu” (ver edições *A Noite*, 18 out. 1941, p. 1, 2. ed.; 29 out. 1941, p. 1-2, 2. ed.)

uma “lista negra” de empresas acusadas de colaborarem com o esforço de guerra nazista. Todavia, conforme apontou o periódico, essas fábricas já haviam sido nacionalizadas pelo governo venezuelano; portanto, a intromissão britânica não tinha o menor fundamento (*A Noite*, 18 jan. 1941, p. 1-2, 2. ed.).

Heitor Moniz, em sua coluna semanal, classificou as abordagens inglesas às embarcações brasileiras como “descortesia indesculpável”. Para o jornalista, apesar dos aborrecimentos, a atitude inglesa acabou contribuindo para unificar a “[...] opinião de nossa pátria e de todas as vistas se congregam imediatamente, olhando o governo como o depositário fiel e digno da confiança de todos os brasileiros”. Segundo Moniz, a soberania brasileira deveria ser respeitada, independentemente de “[...] nossas preferências pessoais, ou as nossas antipatias individuais” por esta ou aquela nação, pois o Brasil estava assegurado por leis internacionais que lhe davam o direito à livre navegação (*A Noite*, 6 dez. 1940, p. 2, 1. ed.).

Enquanto o temário sobre as ingerências inglesas na navegação comercial brasileira ainda estava aquecido, um evento ocorrido nas proximidades do Porto de Alexandria, Egito, deu início a uma mudança de posicionamento da ditadura sobre seu papel no cenário da Guerra: o cargueiro “Taubaté”, pertencente ao Lloyd Brasileiro, foi atacado por um avião da *Luftwaffe* (Força Aérea Alemã) enquanto navegava no Mediterrâneo. Em nota do DIP fornecida à imprensa, a ditadura estadonovista informou que “[...] resolveu protestar contra esse ato e reclamar do governo alemão as reparações de ordem moral e legal”. Por fim, o comunicado lamentava a trágica morte do marítimo – sendo ele a primeira vítima fatal de uma série de ataques alemães desferidos contra navios mercantes brasileiros -, fazendo questão de enfatizar que o Governo Federal iria assegurar à família de José Francisco toda e qualquer assistência de que seus membros necessitassem (*A Noite*, 3 abr. 1941, p. 1, 1. ed.)[194].

Segundo os relatos dos sobreviventes, a aeronave alemã havia lançado, sem sucesso, bombas sobre a embarcação brasileira. Quando a tripulação do avião percebeu que não tinha atingido o alvo, retornou e executou um voo rasante para disparar suas metralhadoras contra os marítimos que estavam no convés do “Taubaté” (*A Noite*, 4 abr. 1941, p. 1-3, 1. ed.)[195].

---

[194] O “Taubaté” ficou ancorado para reparos e só retornaria ao Brasil em fevereiro de 1942 (*A Noite*, 28 fev. 1942, p. 1-2, 2. ed.).

[195] Segundo Franklin, José Francisco estava de casamento marcado quando retornasse ao Brasil. O jornal, então, enviou uma equipe jornalística para entrevistar a noiva do morto, Geraldina Gonçalves. A

A reportagem de *A Noite* apurou que o conferente José Francisco, auxiliado por três companheiros, tentou em vão estender uma bandeira do Brasil para que o avião alemão pudesse reconhecer a nacionalidade do “Taubaté”. No entanto, o gesto pacífico do tripulante lhe custou a vida pois, nesse momento, ele acabou sendo alvejado por uma saraivada de projéteis disparados contra o navio. Embora os restos mortais do conferente tivessem sido sepultados no Cemitério Católico de Alexandria, Vargas providenciou a exumação e o translado do corpo para que fosse entregue à família. O irmão de José Francisco, Franklin, em depoimento ao jornal, agradeceu e elogiou a atitude do ditador, que “[...] prontamente aceitou a idéia de remoção do cadáver para o Brasil e a quem a minha família não tem expressões para exprimir sua gratidão” (*A Noite*, 5 abr. 1941, p. 1-3, 1. ed.)[196].

Em almoço oferecido a Vargas no recém-inaugurado Palácio da Guerra[197] – evento que fazia parte das comemorações do quarto ano do Estado Novo -, o presidente, em seu discurso, afirmou que, caso o Brasil fosse atacado, o Exército estava preparado para retaliar qualquer agressão. Reiterando o compromisso do regime na defesa mútua do Continente Americano, Getúlio declarou que “[...] nenhum invasor tocará o solo brasileiro sem receber o justo castigo”. A fala de Vargas denota uma mudança no modo como o regime enxergava o conflito bélico: deixando de lado o discurso de neutralidade, a ditadura passou a defender a ideia de que a preparação militar para o combate, mesmo que para autodefesa, deveria ser considerada (*A Noite*, 10 nov. 1941, p. 1-9, 2. ed.). Procurando maximizar a importância do pronunciamento presidencial, *A Noite* informou que o discurso de Getúlio havia tido uma “grata recepção” nos EUA, uma vez que, o novo posicionamento do Brasil ia ao encontro da política externa estadunidense (*A Noite*, 11 nov. 1941, p. 1-3, 1. ed.)[198].

---

noiva-viúva estava inconsolável e lamentou profundamente o falecimento do seu amado, afirmando que havia tomado conhecimento da morte do conferente pelo rádio (*A Noite*, 4 abr. 1941, p. 1-3, 2. ed.).

[196] A Comissão de Marinha Mercante e a diretoria da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro mandou celebrar uma missa de sétimo dia em memória de José Francisco Fraga (*A Noite*, 22 abr. 1941, p. 2, 2. ed.).

[197] A inauguração do novo Palácio da Guerra foi grandemente noticiada pelo periódico sendo, inclusive, publicada uma reportagem especial que descrevia a “modernidade” da repartição pública. Para *A Noite*, o novo edifício representava a consolidação da modernização das Forças Armadas brasileiras, fator fundamental para a preparação militar do Brasil para a guerra (ver edições *A Noite*, 20 ago. 1941, p. 1-3, 2. ed.; 28 ago. 1941, p. 1-2, 2. ed.; 7 out. 1941, p. 1-2, 2. ed.).

[198] Nas comemorações do *Independence Day*, 4 de julho, Vargas dedicou seu pronunciamento na Hora do Brasil lendo mensagem felicitando os EUA pela data. Segundo o jornal, a mensagem seria irradiada por cento e vinte e três estações da *Colúmbia Broadcasting System* (CBS) e teria uma programação musical da Orquestra Sinfônica Brasileira, a qual executaria a sinfonia “O Guarani”, de autoria de Carlos Gomes (*A Noite*, 4 jul. 1941, p. 1, 1. ed.). Em sua fala, Vargas ressaltou o “sentimento de solidariedade” entre os dois países e reafirmou o compromisso do regime com a defesa continental (*A Noite*, 5 jul. 1941, p. 2, 1. ed.).

O ataque alemão ao "Taubaté" pode ter contribuído para essa mudança de posição do Estado Novo sobre o conflito, sem esquecer a sensibilidade em relação ao poder estadunidense sobre os estados nacionais de todo o continente americano. Enquanto Vargas procurava agir com cautela, o ministro Oswaldo Aranha assumia uma atitude mais enfática: numa entrevista coletiva em sua casa em Porto Alegre, o chanceler declarou aos repórteres que o Brasil não podia mais permanecer neutro caso acontecesse uma nova agressão a um país americano, já que essas "[...] horas não comportam duas atitudes, nem sentimentos pessoais. As nações, ou se salvam unidas, ou se perdem ante as ameaças dos inimigos" (*A Noite*, 12 nov. 1941, p. 1-3, 1. ed.). Posteriormente, em viagem ao Uruguai[199], Aranha declarou à *Associated Press* que "[...] é preciso não esquecer que estamos em guerra", sendo necessária ainda uma resposta conjunta dos países americanos sobre as ações do Eixo que estavam violando tratados internacionais (*A Noite*, 24 nov. 1941, p. 1-3, 1. ed.).

A guerra estava cada vez mais perto do Continente Americano, levando o regime a considera que a neutralidade deveria dar lugar à preparação militar para a defesa territorial. Para o Estado Novo, seguindo posturas estadunidenses, defesa territorial significava defesa continental, ou seja, se um dos países americanos fosse agredido, todos os demais tinham o dever de reagirem em conjunto. Não tardou muito para que esse discurso fosse colocado à prova: no dia 7 de dezembro de 1941, o Japão ataca a base estadunidense de *Pearl Harbor* no Havaí[200].

A resposta brasileira ao ataque veio por meio de nota oficial do DIP informando que, após reunião ministerial, fora "[...] resolvido por unanimidade declarar solidariedade aos Estados Unidos, coerente com os nossos compromissos continentais". O comunicado procurava ainda apaziguar os ânimos, exortando para que o "[...] povo brasileiro, fiel às suas tradições políticas, se mantenha sereno e vigilante, evitando demonstrações que possam perturbar a tranquilidade necessária ao trabalho e à vida do país" (*A Noite*, 8 dez. 1941, p. 1, 3. ed.)[201].

---

[199] O chanceler viajou para o Uruguai, Argentina e Chile afim de se encontrar com os ministros das Relações Exteriores desses países. Na visão do Estado Novo, o Brasil deveria desempenhar um papel de liderança na América do Sul (*A Noite*, 11 nov. 1941, p. 1-2, 1. ed.).

[200] Jefferson Caffery, embaixador dos EUA no Brasil, envia telegrama congratulando *A Noite* pela cobertura dada pelo jornal sobre o ataque japonês à base estadunidense de *Pearl Harbor* (*A Noite*, 11 dez. 1941, p. 2, 2. ed.). Sobre o ataque japonês aos EUA, ver edições *A Noite*, 8 dez. 1941, 1. ed.; 8 dez. 1941, 2. ed.

[201] O vespertino publicou uma troca de telegramas entre Vargas e Roosevelt: Getúlio informa o governo estadunidense que tomou a decisão de declarar solidariedade aos EUA que, em resposta, Roosevelt afirma que o telegrama de Vargas "[...] é a prova culminante da afirmação feita tão eloquentemente faz

Para *A Noite*, a nota “[...] representa uma atitude definida, que não causa surpresa porque já era esperada, decorrendo logicamente da política de que os Estados Unidos e o Brasil se fizeram os pioneiros decididos, numa obra necessária de unificação da opinião continental”. O vespertino considerava que o comunicado oficial também significava a expressão da vontade popular, pois existia uma identificação entre o povo e o governo, podendo o brasileiro ficar tranquilo, permanecendo entregue ao trabalho e “[...] às atividades quotidianas cujo ritmo não deve declinar ou ficar paralisado, porque todas as energias nacionais devem se concentrar na produção necessária ao estabelecimento de firme e sólida articulação da nossa defesa” (*A Noite*, 9 dez. 1941, p. 1-3, 1. ed.). Na ótica estadonovista, enquanto a população deveria permanecer produtiva, a imprensa, por sua vez, tinha o dever de colaborar com o regime. Em entrevista a jornais pernambucanos, Lourival Fontes, diretor do DIP, declarou que cabia aos meios de comunicação somente uma atitude: “[...] a de colaboração sincera e decidida com o governo, na obra de fortalecimento da unidade do sentimento nacionais e nas decisões que visam o bem-estar de todos e da Nação” (*A Noite*, 10 dez. 1941, p. 2, 2. ed.).

Nesse sentido, foi convocada pelos EUA a realização de conferência de consulta aos países americanos para tratar da agressão japonesa. Sugeriu-se que o evento se realizasse no Rio de Janeiro, ideia prontamente aceita pelo Estado Novo (*A Noite*, 10 dez. 1941, p. 1-8, 2. ed.). Oswaldo Aranha foi escolhido para presidir a conferência, onde seriam apresentados planos de ação nas áreas de defesa continental e economia de guerra (*A Noite*, 11 dez. 1941, p. 1-8, 1. ed.)[202]. Vargas, por sua vez, ficou incumbido de recepcionar os chanceleres e abrir a reunião, ocasião em que Oswaldo Aranha faria o discurso inaugural (*A Noite*, 13 dez. 1941, p. 1-3, 1. ed.)[203].

O Brasil se transformou no centro das atenções mundiais ao sediar a III Conferência dos Chanceleres Americanos, mas, para o Estado Novo, o país também

---

poucas semanas de que o inter-americanismo passara d domínio dos convênios ao campo da ação positiva, o que profundamente me comoveu e encorajou” (*A Noite*, 9 dez. 1941, p. 1-2, 2. ed.).

[202] A agenda dos temas a serem debatidos na Conferência versavam sobre a ação conjunta americana contra as agressões do Eixo às nações americanas, as atividades comerciais de países do Eixo na América, a organização da produção de matérias-primas para a economia de guerra, o melhoramento do intercâmbio comercial entre os países americanos e a troca de informações políticas, econômicas e militares entre os países membros da União Pan-americana (*A Noite*, 15 dez. 1941, p. 1, 1. ed.).

[203] O vespertino publicou entrevista exclusiva com Cassiano Tavares Bastos, membro da representação brasileira na III Conferência Internacional Americana, realizada em 1906, a qual teceu comparações entre os objetivos da última conferência do gênero realizada na Capital Federal com a III Conferência dos Chanceleres Americanos (*A Noite*, 2 jan. 1942, p. 1-2, 2. ed.).

deveria desempenhar seu protagonismo regional, sobretudo no que dizia respeito a sua importância geográfica para o deslocamento de tropas rumo ao teatro de operações. Pensando nisso, o jornal produziu uma reportagem especial, no suplemento em rotogravura dominical, sobre as possíveis contribuições brasileiras para o esforço de guerra aliado, especialmente, vendo o país como elemento fundamental na defesa do Continente Americano. Segundo o jornal, sua posição geográfica, a continuidade territorial, as reservas naturais, a demografia e a "[...] homogeneidade e solidez do seu regime e do seu governo" faziam do Brasil uma "[...] das pedras fundamentais da segurança do continente americano". A reportagem também destacava o trabalho de preparação para a defesa nacional, destacando, principalmente, a construção do Aeroporto de Natal e o início do patrulhamento da costa nordestina (*A Noite*, 21 dez. 1941, p. 1).

A virada do ano de 1941 para 1942 estava sendo tumultuada para o regime que se viu diante de um contexto incerto. Na última edição de 1941, por exemplo, a coluna *Ecos e Novidades* fez um balanço do ano que findava, sobretudo, exortando os leitores em relação a que "[...] os sacrifícios que teremos de nos impor, para a garantia da defesa [...], serão de molde a pôr à prova a fortaleza do nosso espírito, a resistência do nosso ânimo, a extensão do nosso patriotismo" (*A Noite*, 31 dez. 1941, p. 2, 1. ed.).

A fala do jornal condizia com o discurso de Vargas proferido em banquete oferecido a ele pelas classes armadas no Automóvel Clube do Rio de Janeiro[204]. Agradecendo aos militares pela homenagem de fim de ano, Getúlio declarou que o momento "[...] exige vigilante união, indestrutível confiança uns nos outros, e decidida repulsa à facúndia dos boateiros e à solerte inventiva de propagandas oriundas de fontes suspeitas e interessadas". Admitindo que o conflito poderia ser longo, Vargas exortou a população a não reduzir o seu ritmo de trabalho, mas sim, acelerá-lo a fim de "[...] suprir as nossas necessidades e ajudar a obra de reconstrução de após-guerra, um conselho deve ser dado [...], é o de produzir – produzir mais e melhor". Produzir mais, produzir sem parar: essa era a solução dada pelo Estado Novo para a população, já que a defesa territorial ficaria a cargo das Forças Armadas que, segundo Vargas, seria garantido graças ao seu recente reaparelhamento bélico e

---

[204] O jornal anunciou que Salgado Filho discursaria em nome das Forças Armadas. Salgado Filho era ministro da Aeronáutica e presidente do Automóvel Clube do Rio de Janeiro, razão pela qual esta instituição cedia seu espaço para a realização de eventos militares (ver edições *A Noite*, 30 dez. 1941, p. 1-3, 2. ed.; 31 dez. 1941, p. 1, 1. ed.).

organizacional (*A Noite*, 31 dez. 1941, p. 1-10, 2. ed.). Comentando a relevância que os militares brasileiros teriam com o novo cenário, *A Noite* ressaltou o compromisso dos "homens de armas" para com o regime, reafirmando ainda que "[...] as classes armadas estão preparadas e vigilantes para cumprir o seu dever e o povo brasileiro sinceramente aplaude e sanciona a atitude do governo, intérprete fiel de seu pensamento" (*A Noite*, 7 jan. 1942, p. 2, 1. ed.).

A Noite também se utilizou das notas publicadas pelas agências de notícias internacionais a legitimação da fala de Vargas para além das fronteiras nacionais. As notícias da *United Press* informavam que o discurso de Getúlio foi "[...] calorosamente recebido em Washington", sobretudo, ressaltando que o pronunciamento presidencial havia sido republicado pelos jornais estadunidenses *New York Tribune* e *New York Times*, ambos dispensando louros ao Estado Novo por ter assumido seu compromisso com a defesa continental, como também por ter demonstrado com essa atitude seu verdadeiro espírito interamericano (*A Noite*, 2 jan. 1942, p. 1-3, 1. ed.). Já o jornal colombiano *El Tiempo* comentou, em sessão editorial, que o discurso de Vargas assumia providencial relevância justamente por ser "[...] brilhante, sintético e firme" (*A Noite*, 3 jan. 1942, p. 3, 1. ed.). Aqui no Brasil, *A Noite* afirmou que a oração de Getúlio representava o mais puro sentimento americanista, não dando margens para discussão, posto que a decisão brasileira "[...] não é apenas a melhor, mas a única possível" (*A Noite*, 6 jan. 1942, p. 2, 1. ed.).

Segundo o jornal, em artigo de capa, os sentidos que seriam alcançados pela III Conferência dos Chanceleres Americanos confirmavam a "[...] vitória autêntica do espírito panamericanista": enquanto as nações europeias ruíram justamente por repudiarem alianças, a América estava "[...] alerta, tirando sua força moral e material de uma união indissolúvel", constituindo-se em um "bloco sólido e maciço". Para o jornal, a escolha do Rio de Janeiro para sediar o evento, sobretudo, da designação de Oswaldo Aranha para presidi-lo, comprovavam a projeção política do Brasil na América a partir da atuação de Vargas em sua "conduta pan-americanista" no campo das relações exteriores (*A Noite*, 9 jan. 1942, p. 1, 2. ed.).

A realização da Conferência no Rio de Janeiro foi amplamente coberta por *A Noite*, que procurou dar detalhes sobre os preparativos para a recepção dos

representantes diplomáticos americanos[205]. O Sindicato dos Lojistas do Comércio do Rio de Janeiro, por exemplo, lançou uma circular que defendia ser um dever de todos os cariocas "[...] procurar empenhadamente honrar as tradições da hospitalidade brasileira, fazendo de tudo quanto estiver ao seu alcance para proporciona aos eminentes hóspedes [...] a melhor impressão do nosso país e do nosso povo". Aos comerciantes, o comunicado recomendava que as "ilustres figuras" fossem "[...] cercadas de todas as atenções e solicitudes [...], e estendendo os nossos lojistas a sua cortesia até mesmo no tocante aos preços dos seus artigos, mantendo-os inalterados ou, se possível, até mesmo reduzindo-os" (*A Noite*, 9 jan. 1942, p. 2, 2. ed.).

Além do tratamento especial do comércio carioca aos visitantes, os cassinos do Rio de Janeiro promoveram programas especiais de "exaltação do Panamericanismo". O Cassino da Urca, por exemplo, anunciou que apresentaria ao público a marcha "Sabemos Lutar", composição de Nássara e Frazão, que exaltava o sentimento americano e homenageava a realização da Conferência. A música também foi lançada pela *Rádio Nacional* – emissora da *Empresa A Noite* –, interpretada por Francisco Alves em versões em português, inglês e espanhol. A composição versava sobre o amor à pátria, especialmente, sobre a índole brasileira pacífica que, se provocada, mostraria que "saberia lutar" (*A Noite*, 11 jan. 1942, p. 1-3)[206].

Cabe lembrar que os cassinos da Capital Federal além de serem um atrativo para estrangeiros – a América era uma das poucas opções turísticas devido à guerra na Europa -, também eram espaços de fazer político estadonovista. Esses lugares de entretenimento eram utilizados pelo regime e por entidades civis ligadas a ele para a realização de eventos sociais de promoção do Estado Novo, bem como de comemorações especiais que celebravam personagens da ditadura. Quando o regime acabou, levou junto consigo os cassinos, fechados por Dutra por meio do Decreto-Lei n° 9.215, de 30 de abril de 1946.

---

[205] Para maiores informações sobre a cobertura jornalística de *A Noite* sobre a recepção às delegações americanas no Rio de Janeiro, ver edições *A Noite*, 10 jan. 1942, p. 1, 2. ed.; 12 jan. 1942, p. 1, 2. ed.; 13 jan. 1942, p. 1-3, 1. ed.; 13 jan. 1942, p. 1-2, 2. ed.; 14 jan. 1942, p. 1-3, 1. ed.

[206] A letra e música de Nássara e Frazão era a seguinte: "Na guerra/Se eu tiver de combater/Minha terra/Juro que hei de defender/Com amor, com ardor, com vigor/De um jeito brasileiro/Juro defender o céu azul/Que cobre de esperanças/A América do Sul. Nós somos ordeiros/E gostamos de paz/Amamos a beleza/Da nossa natureza/Mas si alguém nos desrespeitar/ Nós mostraremos/Que sabemos lutar/ E lutaremos por este céu azul/Que cobre de esperanças/A América do Sul" (*A Noite*, 11 jan. 1942, p. 1-3).

Com a proximidade do evento, marcado para 15 de janeiro de 1942[207], *A Noite* procurou dar destaque para a chegada das vinte e uma delegações americanas no Rio de Janeiro, sobretudo a estadunidense, chefiada por Summer Welles, subsecretário de Estado[208]. O próprio jornal admitia que a Capital Federal não tinha condições para recepcionar tantos hóspedes, podendo haver "[...] falhas em questões de hospedagem" que seriam "[...] supridas notoriamente pelo espírito de tradicional hospitalidade dos brasileiros". Hotéis como o Copacabana Palace e o Hotel Glória haviam criado planos emergenciais para poder acomodar os novos visitantes: o primeiro chegou a solicitar a saída de clientes já hospedados a fim de criar mais vagas para as delegações, sobretudo a estadunidense, que ocuparia, somente ela, trinta aposentos, seguida por Chile, com quinze suítes reservadas; o outro ornamentou sua fachada com as bandeiras das delegações de Argentina, Venezuela, Bolívia, Equador e países da América Central, disponibilizando ainda cem leitos para os hóspedes estrangeiros (*A Noite*, 12 jan. 1942, p. 1-2, 1. ed.).

A Conferência, além de novos hóspedes, trouxe também uma prática jornalística que estava em desuso no Brasil: a entrevista coletiva. Summer Welles, por exemplo, convocou um encontro com jornalistas brasileiros no mesmo dia do seu desembarque no Aeroporto Santos Dumont, tecendo largos elogios ao governo brasileiro por sua disposição em apoiar os EUA (*A Noite*, 13 jan. 1942, p. 1-2, 1. ed.). O jornal também publicou uma série de caricaturas dos chanceleres participantes da reunião, criadas pelo cartunista Mendez, tendo a de Summer Welles iniciado o conjunto de desenhos (Figura 30) (*A Noite*, 12 jan. 1942, p. 1, 2. ed.)[209].

---

[207] O vespertino havia informado, por meio de nota da *United Press*, que a III Conferência dos Chanceleres Americanos seria realizada no dia 4 de janeiro, contudo, devido à demora da chegada das delegações diplomáticas no Brasil, a reunião foi adiada para o dia 15 de janeiro (*A Noite*, 17 dez. 1941, p. 1, 1. ed.).

[208] *A Noite* colheu depoimento de Welles que afirmava que entre "[...] três ou quatro legítimos grandes homens do mundo contemporâneo, figura o presidente Getúlio Vargas" (*A Noite*, 4 fev. 1942, p. 2, 1. ed.). Antes da partida de Welles para os EUA, o subsecretário de Estado estadunidense foi condecorado *doutor honoris causa* pela recém-criada Universidade do Brasil (*A Noite*, 28 jan. 1942, p. 2, 1. ed.).

[209] Da série de caricaturas publicadas pelo jornal sempre na capa de suas segundas edições: Ezequiel Padilha, México; Alfredo Solfy e Muro, Peru; Albert Guani, Uruguai; Ruiz Guiñazú, Argentina; Juan Baptista Rossetti, Chile; Luiz Argana, Paraguai; Caraciola Parra Perez, Venezuela; Eduardo Anze Matienzo, Bolívia; Arturo Despravel, República Dominicana; Charles Fomfrun, Haiti; Alberto Echandi Monteiro, Costa Rica; Octávio Fabrega, Panamá; Aurélio Fernandez Concheso, Cuba; e por fim, Oswaldo Aranha (Ver, respectivamente, edições *A Noite* 13 jan. 1942, p. 1, 2. ed.; 14 jan. 1942, p. 1, 2. ed.; 15 jan. 1942, p. 1, 2. ed.; 16 jan. 1942, p. 1, 2. ed.; 17 jan. 1942, p. 1, 2. ed.; 19 jan. 1942, p. 1, 2. ed.; 20 jan. 1942, p. 1, 2. ed.; 21 jan. 1942, p. 1, 2. ed.; 22 jan. 1942, p. 1, 2. ed.; 23 jan. 1942, p. 1, 2. ed.; 24 jan. 1942, p. 1, 2. ed.; 26 jan. 1942, p. 1, 2. ed.; 27 jan. 1942, p. 1, 2. ed.; 28 jan. 1942, p. 1, 2. ed.). No encerramento da Conferência, *A Noite* publicou no rodapé da capa a série completa das caricaturas dos chanceleres americanos produzidas por Mendez (*A Noite*, 27 jan. 1942, p. 1, 2. ed.).

Em artigo de Heitor Moniz, o autor buscava destacar a ideia de que no Brasil, as delegações americanas poderiam perceber um ambiente de cordialidade, como também, "[...] um profundo sentimento de liberdade arraigado no fundo da consciência de nossos povos e uma compreensão das coisas muito fora do ambiente carregado que caracteriza a vida nos três velhos continentes". Os jornalistas de *A Noite* recorriam a essa imagem de harmonia reinante no país, visto por eles, como um exemplo a ser seguido pelas demais nações (*A Noite*, 15 jan. 1942, p. 2, 1. ed.).

Na abertura da Conferência, Vargas destacou seu comprometimento com as decisões que seriam tomadas na reunião de consulta, principalmente, afirmando que o Brasil faria "[...] o que as circunstâncias reclamarem e nenhuma medida deixará de ser tomada afim de evitar que, portas a dentro, inimigos ostensivos ou dissimulados se abriguem e venham a causas dano, o pôr em perigo a segurança das Américas" (*A Noite*, 15 jan. 1942, p. 1-4, ed. extra). Não se limitando a publicar o discurso de Getúlio na ocasião, o jornal editou também um resumo da fala de Getúlio, composto por treze temas abordados pelo ditador, assumindo assim, uma posição de mediador do discurso oficial de Vargas, no caso do jornal, uma voz autorizada (*A Noite*, 16 jan. 1942, p. 1-3, 1. ed.). Foi, justamente, em um almoço organizado pela imprensa carioca na sede da ABI que o ditador sinalizou para uma efetiva ruptura, porém de um modo um tanto tímido: "deixamos de ser neutros", anunciou Vargas (*A Noite*, 18 jan. 1942, p. 1-2, 1. ed.).

Embora os debates trazidos às comissões tratassem de uma amplitude de temas relacionados à guerra[210], esperava-se que a Conferência decidisse sobre romper ou não as relações diplomáticas com os países que compunham o Eixo. Colômbia, Venezuela e México esboçaram um primeiro projeto onde recomendavam às nações americanas romper prontamente com Alemanha, Itália e Japão (*A Noite*, 17 jan. 1942, p. 1-3, 2. ed.). Com o início do trabalho das comissões que compunham a Conferência, cerca de cinquenta projetos haviam sido submetidos em três dias de evento, dentre eles, o de rompimento (*A Noite*, 18 jan. 1942, p. 1-7, 1. ed.). Enquanto os países apresentavam suas propostas sobre os problemas em comum do Continente, o Brasil seguiu a "tradição" do evento e não apresentou nenhuma sugestão por ser o país anfitrião; contudo, as falas de Vargas e Oswaldo Aranha

---

[210] Os temas que alcançaram maior relevância nas reuniões das comissões versaram, principalmente, sobre a necessidade dos países americanos de direcionarem suas economias para a guerra e autodefesa (*A Noite*, 5 jan. 1942, p. 1-2, 1. ed.).

pendiam para uma noção de ruptura coletiva. Acompanhando o voto da maioria, o Brasil procurou, do mesmo modo, frisar que seu protagonismo na América do Sul era incontestável (*A Noite*, 19 jan. 1942, p. 1-2, 2. ed.)[211].

Os debates nas comissões denotavam uma forte tendência para o rompimento das relações diplomáticas com o Eixo; contudo, isso não quer dizer que as opiniões eram unânimes: a delegação argentina, por exemplo, se indispôs com as demais por estas quererem aprovar rapidamente o projeto de rompimento (*A Noite*, 21 jan. 1942, p. 1-3, 2. ed.). De fato, a Argentina se mostrava relutante em romper relações com países do Eixo, atitude que irá tomar apenas em janeiro de 1944, pouco antes do fim da guerra. Outro país que começou a colocar embargos para assinar o projeto foi o Chile, que realizou seu rompimento diplomático com o Eixo somente em janeiro de 1943, um ano depois da Conferência. Enquanto debatia-se romper ou não diplomaticamente, o projeto de rompimento de relações econômicas já havia sido aprovado na comissão responsável, aguardando apenas a aprovação definitiva na reunião final da Conferência (*A Noite*, 22 jan. 1942, p. 1-2, 2. ed.).

O projeto de rompimento de relações diplomáticas foi intitulado "Proposta 21", número atribuído a ele na ordem de apresentação. O jornal aguardava com expectativa pela aprovação do projeto, visto as celeumas causadas na comissão em relação ao posicionamento portenho e chileno (*A Noite*, 23 jan. 1942, p. 1-3, 1. ed.)[212]. A manchete "A América unida contra a agressão" anunciava a aprovação, "por unanimidade", da "Proposta 21", no entanto, com algumas alterações que acabaram beneficiando o posicionamento argentino e chileno: ao invés de um rompimento coletivo dos países americanos com o Eixo, deu-se lugar à tese de ruptura autônoma, ou seja, cada país teria a liberdade de romper suas relações diplomáticas quando achasse conveniente, desde que assumisse seus compromissos de defesa, militar e econômica, do Continente Americano (*A Noite*, 24 jan. 1942, p. 1, 2 e 3, 1. ed.).

Com o anúncio da aprovação desse projeto de romper relações diplomáticas

---

[211] Como bons cicerones, Getúlio e Darcy recepcionaram os chanceleres americanos no Palácio Guanabara com um jantar de gala. *A Noite* obteve permissão para adentrar no evento, publicando detalhes sobre os convidados e colhendo declarações sobre suas impressões pessoais do Brasil e do governo estadonovista (ver edições *A Noite*, 19 jan. 1942, p. 1, 2. ed.; 20 jan. 1942, p. 1-3, 1. ed.; 20 jan. 1942, p. 7, 2. ed.). No dia seguinte foi a vez de Dutra, ministro da Guerra, receber os chanceleres com um banquete no Palácio da Guerra (ver edições *A Noite*, 20 jan. 1942, p. 3, 1. ed.; 21 jan. 1942, p. 1, 1. ed.).

[212] Sobre a recusa do Chile e Argentina em assinar a "Proposta 21", ver edições *A Noite*, 23 jan. 1942, p. 1-2, 1. ed.; 23 jan. 1942, p. 1-2, 2. ed.

pela Conferência (*A Noite*, 24 jan. 1942, p. 1-2, 2. ed.) [213], Peru e Uruguai foram os primeiros países a formalizarem o fim de tais vínculos com as nações do Eixo (*A Noite*, 25 jan. 1942, p. 1-3, 1. ed.), sendo seguidos por Paraguai e Bolívia (respectivamente, edições *A Noite*, 26 jan. 1942, p. 1, 1. ed.; 26 jan. 1942, p. 1, 2. ed.)[214]. Vargas não rompeu de imediato, declarando em coletiva de imprensa que "o Brasil tomará sua decisão" pois, segundo o ditador, cada país deveria realizar a ruptura diplomática com o Eixo conforme as particularidades nacionais (*A Noite*, 26 jan. 1942, p. 1-3, 2. ed.).

Após reunião ministerial ocorrida no Palácio do Rio Negro, Petrópolis, Oswaldo Aranha desceu a serra com a decisão de Vargas em mãos: o anúncio da formalização do rompimento ocorreria na cerimônia de encerramento da III Conferência dos Chanceleres Americanos (*A Noite*, 28 jan. 1942, p. 1-3, 1. ed.). O jornal também informou que no momento em que Oswaldo Aranha realizasse a leitura da declaração oficial brasileira de ruptura, as embaixadas de Alemanha, Itália e Japão seriam notificadas, dando-se início ao processo formal de retirada de seus diplomatas do Brasil (*A Noite*, 28 jan. 1942, 1-2, 2. ed.).

O jornal noticiou a ruptura do Brasil com o Eixo em uma edição extraordinária, publicando, ainda, o discurso de Oswaldo Aranha, proferido na sessão de encerramento da Conferência[215]. Em seu pronunciamento, Aranha afirmou que "[...] conseguimos em dez dias o que imperativamente a violência não alcançou em milênios. A democracia está viva". É importante ressaltar que a "democracia" à qual se referiu o chanceler era a das relações estabelecidas entre os países na Conferência, a qual, "democraticamente", decidira pelo fim das relações com o Eixo, o que não quer dizer que o sistema de governo brasileiro era democrático, embora fizesse boa figura, na oposição às ditaduras do Eixo, alguma pose democrática... De todo modo, as perspectivas progressistas de Oswaldo Aranha ecoavam através de

---

[213] O documento final com as resoluções da Conferência foi titulado como "Carta do Rio de Janeiro" - uma espécie de complementação à "Carta do Atlântico" (documento que definia os princípios da atuação dos Aliados na Segunda Guerra Mundial) -, onde estariam definidos os deveres dos países americanos no pacto de defesa mútua (*A Noite*, 26 jan. 1942, p. 1, 1. ed.). O encontro dos chanceleres acabou sendo estendido devido aos embates diplomáticos entre Peru e Equador que litigiavam questões de fronteira, sendo o impasse resolvido através da mediação de Oswaldo Aranha e Summer Welles (ver edições *A Noite*, 27 jan. 1942, p. 1-2, 2. ed.; 28 jan. 1942, p. 1, 1. ed.).

[214] Após o primeiro grupo de países romper com o Eixo, a Bolívia e o Equador seguem o gesto da maioria (Ver, respectivamente, edições *A Noite* 28 jan. 1942, p. 1, 3. ed.; 30 jan. 1942, p. 1-3, 1. ed.).

[215] O rompimento das relações diplomáticas com os países do Eixo foi motivo de festa no Brasil: *A Noite* publicou as repercussões populares nos estados com a decisão do regime, como por exemplo, foram identificadas grandes manifestações na Bahia e Espírito Santo (*A Noite*, 1 fev. 1942, p. 1, 1. ed.). O vespertino também cobriu as "manifestações espontâneas" de populares nas ruas do centro do Rio de Janeiro (*A Noite*, 5 fev. 1942, p. 1-2, 2. ed.).

seu relacionamento diplomático, enquanto que, no Brasil, ainda vivíamos sob a égide de uma ditadura (*A Noite*, 28 jan. 1942, p. 1-2, ed. extra)[216].

A Noite, em artigo de capa sem autoria, comentou e elogiou a decisão brasileira de romper diplomaticamente com o Eixo. Para o jornal, essa decisão era uma resolução de toda a "América", uma vez que garantir a segurança do Brasil era o mesmo que assegurar a paz em todo o Continente Americano: há "[...] na causa da América, uma causa nacional, uma causa brasileira", sentenciou *A Noite*[217]. Seguindo essa abordagem, o vespertino entendia que Vargas, "[...] o possuidor dos mais seguros elementos de informação", pôde decidir "[...] com inexcedível justeza, a posição do Governo e do país no quadro das relações internacionais" (*A Noite*, 28 jan. 1942, p. 1-2, 2. ed.). De acordo com André Carrazzoni, diretor do jornal, o fato da "Carta do Rio de Janeiro" assumir um caráter de recomendação, "[...] longe de abrir brechas na muralha da solidariedade continental, serviu para provar a força insopitável do sentimento da nossa união". Conforme Carrazzoni, aquela seria uma "hora decisiva" para o Brasil, pois "[...] passamos de um polo a outro, numa situação que só podemos ser intensamente brasileiros e solidariamente americanos" (*A Noite*, 29 jan. 1942, p. 3, 2. ed.)[218].

O Estado Novo teve a malícia política de aguardar o resultado da Conferência – que indicava, desde seu início, uma tendência para a ruptura – para, só então, poder se posicionar. Ao fim do processo, a ditadura enxergou nesse novo contexto de guerra uma oportunidade para tentar publicizar seu pretenso papel de país protagonista nas decisões sobre os destinos da América. A ideia de "união" dos países americanos, quase que uma "febre" pan-americana, foi amplamente explorada pelos comerciantes cariocas que, contagiados pelo clima do pan-americanismo, procuraram se apropriar

---

[216] O Palácio do Itamarati, sede do Ministério das Relações Exteriores e local de realização da III Conferência dos Chanceleres Americanos, passou a ser identificado pelo jornal como lugar de práticas democráticas. Em uma edição dominical, por exemplo, o periódico publicou extensa reportagem sobre a história do prédio e as decisões políticas tomadas ali no decorrer da história política brasileira (*A Noite*, 25 jan. 1942, p. 1, 1. ed.). Outra reportagem especial, publicada após a formalização do rompimento, trazia um mapa do Hemisfério Ocidental onde os países eram marcados conforme suas posições na Segunda Guerra Mundial (*A Noite*, 1 fev. 1942, p. 1).

[217] Uma propaganda do Banco Moreira Salles era ilustrada por uma pomba branca, significando a paz, desejando a instituição bancária que no ano de 1942 houvesse "[...] paz nesse fim de ano marcado pelo desdobramento trágico da guerra" (*A Noite*, 31 dez. 1941, p. 4, 1. ed.).

[218] Com o término do evento, o jornal publica nova troca de telegramas entre Roosevelt e Vargas, onde o primeiro congratula Getúlio por ter rompido com o Eixo. *A Noite* também procurou se valer do noticiário das agências internacionais de notícias para descrever o "entusiasmo em toda a América" após o anúncio do fim das relações Brasil-Eixo (*A Noite*, 29 jan. 1942, p. 1-3, 1. ed.). A mensagem do presidente estadunidense foi gravada em bronze: o jornal considerava que o telegrama representava um símbolo da amizade Brasil-EUA, legitimando-se assim, o contexto de aproximação entre os países (*A Noite*, 7 fev. 1942, p. 1-3, 2. ed.).

desse ambiente para obterem seus lucros: a Papelaria União, na rua do Ouvidor, ornamentou sua vitrine com bandeiras de países americanos (*A Noite*, 17 jan. 1942, p. 2, 1. ed.). Já a empresa Kosmos Capitalização anunciou em matéria paga que o mote de sua nova campanha publicitária, "os destinos da América", homenagearia diariamente personalidades americanas que atuaram decisivamente para que os países do Continente resolvessem romper com os países do Eixo (Figura 31) (*A Noite*, 3 fev. 1942, p. 3, 1. ed.).

Adicionando uma nova roupagem para a ditadura, autodenominando-se como uma "democracia" – seu avesso! -, o Estado Novo viu a necessidade de se adaptar às novas regras do jogo, modificando externamente a imagem brasileira, mas mantendo no plano interno o controle centralizador do regime das forças políticas nacionais, bem como restringindo ainda mais a liberdade individual da população sob o pretexto de estar em um Estado de Guerra. Heitor Moniz, em sua coluna semanal, definiu o que vinha a ser a "democracia" do Estado Novo: uma "democracia orgânica" que, dispensando intermediários - os partidos políticos e os seus respectivos representantes legislativos –, supria todas as demandas populares de maneira pragmática. Para o jornalista, o "[...] povo brasileiro sabe, porém, o que deseja e sabe principalmente que o regime instituído a 10 de Novembro é o regime de consulta às necessidades do Brasil. Conservamo-nos fiéis às idéias democráticas, mas compreendemos a democracia não sob a feição liberal e parlamentar senão à luz de nossa época e dos problemas de nossos tempos". A guerra e as subsequentes privações oriundas desta, no entender de Moniz, contribuíram soberbamente para que o governo estadonovista soubesse se aproveitar do cenário internacional para, com astúcia, unificar internamente o Brasil. Dotado de um sistema político único, o Brasil do Estado Novo era conduzido por um "[...] governo forte com as mais sólidas raízes nas camadas populares e no seio de todas as classes sociais", deste modo, legitimava-se por meio da popularidade do regime seu fazer político e histórico (*A Noite*, 11 jul. 1941, p. 2, 1. ed.). De quebra, carências e mazelas da vida no Brasil podiam ser, candidamente, atribuídas à guerra!

O poder de interferência do regime na cotidianidade é apenas uma amostra do processo centralizador do qual a ditadura não abria mão. Tal centralização vai de encontro ao projeto político do Estado Novo de criar um discurso homogêneo e direcional, onde "[...] para instaurar uma verdade oficial, é necessário o controle da sociedade em todos os níveis" (NOVINSK, 2002, p. 31), criando, portanto, a ideia de coesão nos discursos veiculados pelos jornais da época.

Inserido num contexto de guerra, o Brasil do Estado Novo colocou à disposição todo seu aparato repressor contra os chamados "súditos do Eixo" (alemães, japoneses e, em menor medida, italianos), uma população de imigrantes e descendentes – estes últimos, juridicamente brasileiros mas igualmente alvos das ações policiais do regime –, vítimas de toda sorte de restrições e abusos que eram, via de regra, justificados em prol de uma virtual garantia de segurança nacional. O torpedeamento dos navios mercantes brasileiros só iria aguçar ainda mais o sentimento de ódio a esses povos, desencadeando, posteriormente, a declaração de guerra contra os países que compunham o Eixo[219]. Para *A Noite*, a campanha policial contra os "súditos do Eixo" consistiu em um deleite jornalístico: se antes o Anticomunismo motivava o periódico, a perseguição aos imigrantes alemães, japoneses e, em menor medida, italianos transformou-se em uma devotada cruzada contra os "inimigos internos" do Estado Novo e de seu mais novíssimo ilustre aliado: o Tio Sam.

3.2 "Carteira Modelo 19": a perseguição policial aos "súditos do Eixo" e o deleite jornalístico de *A Noite*

Após o Brasil romper relações diplomáticas com os países que compunham o Eixo (Alemanha, Japão e Itália), iniciou-se uma política oficial de perseguição sistemática aos imigrantes e brasileiros descendentes dessas nacionalidades. As empresas multinacionais germânicas, italianas e japonesas os primeiros alvos das decisões governamentais que determinavam a suspensão de suas operações ou, se sua atuação tivesse ligação com setores de "interesse nacional", tinham suas diretorias substituídas por brasileiros natos ligados à ditadura. Como muitos imigrantes e descendentes atuavam no comércio, a presença policial nesses estabelecimentos se tornou praxe.

Para os indivíduos que moravam na Capital Federal, a repressão vinha de modos diversos, indo do toque de recolher imposto aos imigrantes à imposição oficial que os proibia de dirigirem automóveis ou até mesmo de saírem de suas cidades, exceto quando conseguiam, a duras penas, um salvo-conduto da Delegacia de Estrangeiros. Desde a ruptura com os países que compunham o Eixo, as ações

---

[219] Em outubro de 1942 o jornal contabilizou um saldo de vinte navios atacados pelo Eixo, totalizando prejuízo de um milhão e cem mil contos de réis para o Brasil (*A Noite*, 16 out. 1942, p. 1-3, 2. ed.).

policiais que visavam à defesa interna do território brasileiro ficaram a cargo do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) no Rio de Janeiro, e dos DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social) nos estados. Se durante o período de neutralidade os alvos desses departamentos policiais focavam o combate ao Movimento Comunista, a partir da ruptura diplomática com o Eixo, as policias passaram a identificar os imigrantes e descendentes alemães, japoneses e italianos como inimigos internos do regime.

A própria função do DOPS[220] pode ser compreendida enquanto um aparelho estatal que fazia "[...] parte do aparato repressivo do Estado, voltado, essencialmente, para a vigilância sobre os considerados 'suspeitos' de desordem política e/ou social". Vigiando e punindo[221], esses elementos eram considerados impertinentes, visto que, num contexto beligerante, o regime passou a considerá-los um incômodo "[...] entrave para o desenvolvimento do país". A própria alcunha "súditos do Eixo" – nomenclatura prontamente adotada por *A Noite* e publicizada extensivamente em garrafais manchetes - era uma "[...] forma pejorativa pela qual os policiais tratavam os cidadãos italianos, alemães e japoneses" que passaram a serem investigados com grande rigor pelo simples fato de terem nascido ou até mesmo por sua ancestralidade atrelada aos países dos quais o Estado Novo havia rompido suas relações diplomáticas (Idem, p. 47).

Os indivíduos considerados suspeitos pelo Estado Novo eram constituídos, principalmente, por funcionários e proprietários de empresas de origem alemã, japonesa e italiana. A mira estadonovista direcionava igualmente sua perseguição às entidades culturais que tivessem ligação com esses países, sobretudo, contra as associações de imigrantes, clubes esportivos, culturais e cooperativas agrícolas que congregassem indivíduos dessas nacionalidades (AQUINO et al., 2002, p. 51-52).

As práticas policiais do DOPS e dos DEOPS nos estados evidenciam uma política oficial vigilante e punitiva, onde essas metodologias policiais "[...] proliferaram e fizeram viger sua esfera de atuação foi o de recantos escuros e sombrios da vigilância sobre os cidadãos considerados 'suspeitos'", o que quer dizer que a população brasileira acabou sendo alvo dessas políticas e, na maior parte dos casos,

---

[220] O DOPS foi criado através do Decreto-Lei nº 2.034, de 30 de dezembro de 1924, e foi extinto pelo Decreto-Lei 20.728, de 4 de março de 1983. Sua longevidade deve ser ressaltada, sobretudo, devido à sua ampla versatilidade em estabelecer práticas policiais vigilantes e punitivas contra os inimigos internos dos governos dos quais essa instituição policial prestou seus serviços (AQUINO et al., 2002, p. 20).

[221] Parafraseando o título da obra homônima de Michael Foucault (2007-B).

sequer tinham conhecimento que estavam sendo vigiados por esses departamentos (Idem, p. 19).

As primeiras medidas oficiais contra os chamados "súditos do Eixo" objetivavam o cumprimento dos protocolos de ruptura de relações diplomáticas, ou seja, tinham como alvo os diplomatas alemães, japoneses e italianos. Com o torpedeamento dos primeiros navios mercantes brasileiros, a ditadura passou a intervir em empresas ligadas ao Eixo, em um primeiro momento, para depois dar início a uma série de portarias que restringiram ainda mais o cotidiano dos estrangeiros.

Dois dias após o ataque à base estadunidense de *Pearl Harbor*, o Estado Novo baixou um decreto-lei dando aval para que todas as operações bancárias de pessoas físicas e jurídicas não pertencentes ao Continente Americano passariam a estar sujeitas à fiscalização prévia do Banco do Brasil. Essa medida visava, segundo o jornal, a proteger os interesses econômicos dos países americanos - leia-se EUA - após a agressão japonesa (*A Noite*, 9 dez. 1941, p.1-2, 2. ed.)[222].

Ligada à *Lufthansa*, a Companhia de Navegação Aérea Condor, por exemplo, foi nacionalizada pelo Estado Novo que, após trocar quase a totalidade de sua diretoria a fim de "[...] eliminar a preponderância alemã", passou a ser controlada pelo Ministério da Aeronáutica (*A Noite*, 7 fev. 1942, p. 2, 1. ed.)[223]. Sob vigilância de um interventor designado pela ditadura – tal como ocorreu com *A Noite* –, o jornal entrevistou seu superintendente, o tenente-coronel José Candido da Silva Muricy, que exaltou os excelentes resultados da empresa após sua nacionalização, como a abertura de novas linhas aéreas[224], a normalização dos voos e a possibilidade de reabertura de antigas rotas internacionais (*A Noite*, 5 mar. 1942, p. 1-3, 2. ed.). Em 1943, a Condor é renomeada para Navegação Aérea Brasileira (NBA), sendo comemorado, inclusive, o crescimento do número de passageiros e viagens (*A Noite*, 6 set. 1943, p. 7, 1. ed.). Com sua nacionalização, a NBA passou a publicar diversas propagandas comerciais em *A Noite*, evidenciando a existência de relações econômicas e políticas entre as Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional (EIPN): em uma peça publicitária, a organização anunciou que sob a nova administração estatal, foram completados "[...] mais de dois milhões de quilômetros

---

[222] Em 1943 o Estado Novo já havia vendido cerca de cem empresas que haviam sido desapropriadas por pertencerem a "súditos do Eixo" (*A Noite*, 28 set. 1943, p. 1-7, 2. ed.).
[223] O Ministério da Aeronáutica, por exemplo, requisitou o *Hospital Alemão*, Rio de Janeiro, que foi incorporado ao patrimônio da pasta (*A Noite*, 28, ago. 1942, p. 2, 1. ed.).
[224] Uma propaganda comercial da Condor anunciou aos leitores a reabertura da "Linha Oeste" (Rio de Janeiro-Cuiabá) (*A Noite*, 21 mar. 1942, p. 6, 1. ed.).

de voos regulares” (*A Noite*, 5 out. 1943, p. 6, 1. ed). O jornal, em artigo de capa, comemorou a compra de quatro aviões dos EUA para aumento de sua frota, passando a empresa a se chamar Cruzeiro do Sul (*A Noite,* 24 dez. 1943, p. 1, 1. ed.)[225].

Se o governo estava expurgando de empresas diretorias inteiras compostas por ‘súditos”, as entidades esportivas, tal como o Sport Club Corinthians, passaram a seguir o exemplo governamental: o jornal anunciou em nota a decisão do clube de futebol de afastar vinte e dois membros de sua diretoria, inclusive sócios-fundadores, por estes serem de “[...] nacionalidades pertencentes ao Eixo” (*A Noite*, 6 fev. 1942, p. 2, 2. ed.). A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), por exemplo, mandou que os advogados “súditos do Eixo” tivessem suas credenciais canceladas (*A Noite*, 16 set. 1942, p. 1-5, 1. ed.).

As associações culturais alemãs, italianas e japonesas também foram alvo da política de perseguição estatal: antes mesmo de romper diplomaticamente com o Eixo, uma portaria de Filinto Muller, chefe de polícia do Rio de Janeiro, determinou o fechamento das sociedades civis alemãs, tais como o Yacht Club Brasileiro, em Niterói[226], como também a Comunidade Evangélica Luterana do Rito Alemão, a Sociedade Teuto-Brasileira e o Coral Concórdia, instituições localizadas na cidade de Friburgo. Entidades culturais italianas, como a Casa de Itália dos municípios fluminenses de Valença e de Friburgo, tiveram suas sedes fechadas pela polícia (*A Noite*, 26 jan. 1942, p. 1-3, 2. ed.). Por meio de telegrama do Ministério da Justiça, o governo Vargas orientou as polícias nos Estados a acabar imediatamente com todas as associações culturais e recreativas ligadas aos “súditos do Eixo”. A ditadura permitia o funcionamento de instituições de cunho beneficente, no entanto, elas só poderiam continuar suas ações assistencialistas após o Ministério da Justiça realizar consulta junto ao DOPS que, por sua vez, enviaria os antecedentes políticos e sociais dos requerentes à pasta, para só então obterem uma autorização especial que lhes possibilitava atuação. Na mesma página, uma portaria de Filinto Muller informou o prazo de setenta e duas horas, contados a partir da data de publicação do comunicado, para que tais entidades solicitassem a autorização de funcionamento; ou seja, embora a ditadura afirmasse que não interferiria nesse setor, as instituições

---

[225] Ernesto Holck, ex-presidente da extinta Companhia Condor, foi alvo de processo criminal no Tribunal de Justiça Militar, sendo absolvido apenas em junho de 1944 (*A Noite*, 3 jun. 1944, p. 2, 1. ed.).

[226] Ao invadir o clube, o DOPS encontrou grande quantidade de material de propaganda nazista, tais como bandeiras, emblemas e demais objetos. Segundo a reportagem, o clube havia sido tomado por simpatizantes do nazismo (*A Noite*, 24 mar. 1942, p. 2, 1. ed.).

tiveram pouquíssimo tempo para agilizar a regularização de suas atividades (*A Noite*, 29 jan. 1942, p. 1-3, 2. ed.).

O jornal, corroborando com o pensamento oficial da ditadura, afirmava que o Estado Novo não iria dificultar as ações dessas instituições; no entanto, o vespertino noticiou o fechamento de um pensionato em Blumenau, Santa Catarina, que era administrado por um padre alemão. Segundo a reportagem, a polícia encerrou as atividades do orfanato alegando que nele se ensinava a língua alemã aos jovens órfãos brasileiros (ver edições *A Noite*, 4 fev. 1942, p. 3, 1. ed.; 12 fev. 1942, p. 2, 2. ed.). A questão do uso da língua estrangeira era uma pauta recorrentemente tratada pelo jornal, especialmente, se envolvesse a exclusão de brasileiros dessas instituições: no Clube Palmitos, em Chapecó, Rio Grande do Sul, um brasileiro acusou os diretores da entidade de o terem demitido pelo simples fato de "não falar alemão". Após realizar a denúncia à polícia, o clube foi fechado e seus diretores "súditos" presos (*A Noite*, 7 fev. 1942, p. 6, 1. ed.). Por outro lado, algumas autoridades locais acabavam se precipitando e tomaram atitudes equivocadas: a coluna *Ecos e Novidades*, por exemplo, criticou "[...] um prefeito municipal do Sul" que teria arrancado a placa de uma praça que homenageava o escritor italiano Dante Alighieri. Conforme o texto, embora a atitude pudesse ser considerada uma tentativa "patriótica" do político, ele deveria ponderar que a relevância das contribuições do autor para o desenvolvimento da cultura mundial (*A Noite*, 10 fev. 1942, p. 2, 1. ed.).

Com a ruptura diplomática, a ditadura voltou sua atenção para a população de imigrantes, determinando que o serviço de Registro de Estrangeiros, criado por meio do decreto-lei nº 3.010, de 20 de agosto de 1938, ficasse incumbido de realizar, até o dia 31 de janeiro de 1942, o cadastro de todos os estrangeiros residentes no Brasil. O imigrante que não se registrasse na Delegacia de Estrangeiros estava sujeito a multa, não podendo, sobretudo, lhe ser concedida a "Carteira Modelo 19", documento de identificação que lhe dava direito a circular pela cidade; sem esse documento, ele corria o risco de ser preso (*A Noite*, 25 jan. 1942, p. 1-2, 1. ed.). Em Petrópolis, por exemplo, devido à constante presença de Vargas na cidade, a Chefatura de Polícia determinou que os "súditos" só poderiam permanecer na cidade se estivessem portando o salvo-conduto (*A Noite*, 22 mar. 1942, p. 3, 1. ed.)[227].

---

[227] Na véspera do fim do prazo para o registro de estrangeiros, o jornal criticou duramente a morosidade dos imigrantes em realizar o cadastro junto à Delegacia. Segundo o artigo, a formação de longas filas evidencia o descaso dos imigrantes com as leis nacionais, visto que, a lei era de 1938, não justificando, desta maneira, a grande afluência de pedidos no fim do prazo (*A Noite*, 30 jan. 1942, p. 1-2, 2. ed.).

Como na região Sul havia uma grande concentração de colônias de imigrantes, sobretudo alemãs, as policias estaduais tomaram providências que limitavam o cotidiano dessas populações, tal como o fez a polícia gaúcha que baixou instruções que proibiam alemães, italianos e japoneses de: viajar sem o “salvo-conduto” emitido pela Delegacia de Estrangeiros[228]; reunir-se em festas, inclusive as realizadas nas próprias residências; discutir ou conversar sobre a situação mundial em locais públicos; viajar por via aérea sem licença especial; distribuir panfletos nas línguas maternas; cantar os hinos nacionais de seus países de origem; fazer saudações ou falar seus idiomas em locais públicos; exibir retratos de membros dos governos do Eixo. Além dessas proibições, a polícia determinou a apreensão imediata de livros de propaganda política em livrarias e residências, interditando ainda as estações de rádio amador e mandando cassar todos os registros de armas de fogo desses imigrantes. Embora tivessem suas vidas limitadas pelo contexto de guerra, a portaria policial oferecia “[...] absoluta garantia às pessoas e aos bens dos súditos do ‘Eixo’ não permitindo que a honra dos mesmos seja ultrajada” (*A Noite*, 30 jan. 1942, p. 5, 1. ed.). No Rio de Janeiro, Filinto Muller também determinou a cassação imediata do porte de armas e munições por “súditos do Eixo”, dando-lhes o prazo de quinze dias para que fizessem a entrega voluntária de seus armamentos (*A Noite*, 30 jan. 1942, p. 1-2, 2. ed.). Foi também ordenado que os funcionários dos guichês da Central do Brasil estavam proibidos de vender passagens para “súditos do Eixo” (*A Noite*, 6 abr. 1942, p. 1, 2. ed.). Em uma reunião da Associação Brasileira de Imprensa, a Casa do Jornalista decidiu expulsar membros que “[...] se coloquem em contradição com os interesses nacionais”, propondo ainda sugerir ao governo que ele proibisse a venda de gasolina para esses grupos (*A Noite*, 25 abr. 1942, p. 2, 1. ed.)[229].

Outra preocupação do jornal era com os “latifúndios Eixistas”, ou seja, as colônias de imigrantes. Para o jornal, o governo deveria nacionalizar as grandes propriedades de terra que estivessem nas mãos de “súditos”. Segundo *A Noite*, a formação de colônias de estrangeiros, especialmente na região Sul do país, era culpa dos governos anteriores a 1930, pois nunca o Estado Novo teria permitido a

---

[228] Embora o Estado Novo admitisse a emissão dos salvo-condutos para os “súditos”, o que se deu de fato foi o cercamento crescente contra os imigrantes: o DEOPS-SP, por exemplo, mandou cassar todos as autorizações de viagem de japoneses residentes no Estado de São Paulo (*A Noite*, 11 mar. 1942, p. 2, 2. ed.).

[229] Os combustíveis eram considerados produtos de interesse nacional, tanto que, a polícia mineira, por exemplo, fechou sociedades ligadas ao Eixo em Belo Horizonte, determinando, ainda, a proteção policial de depósitos de combustíveis e inflamáveis na região metropolitana (*A Noite*, 31 jan. 1942, p. 3, 2. ed.).

aglomeração desses grupos ou mesmo que possuíssem grandes porções de terra (*A Noite*, 24 mar. 1942, p. 2, 1. ed.). No entanto, esses "erros do passado" teriam sido corrigidos pelo Interventor Federal no Rio Grande do Sul, Cordeiro de Farias, que "[...] controla perfeitamente todos os teutos e alemães que cultivam o solo gaúcho", procurando o governo estadual desagregar esses núcleos de imigrantes, introduzindo escolas e realizando ações policiais visando à prisão de agitadores (*A Noite*, 19 maio 1942, p. 1-2, 1. ed.)[230].

Além do cadastro na Delegacia de Estrangeiros - que permitia a emissão da "Carteira Modelo 19" -, a secretaria de Justiça e Segurança do Rio de Janeiro determinou que os "súditos do Eixo" tinham um prazo de quinze dias para atualizarem seus endereços residenciais junto ao DOPS, informar a profissão que exerciam e apresentar documentação que comprovasse a legalidade de sua permanência no Brasil. O comunicado também anunciava que ficavam proibidos estrangeiros e brasileiros de se expressarem publicamente a favor dos países que compunham o Eixo, como também de realizarem comícios de qualquer espécie (*A Noite*, 31 jan. 1942, p. 3, 1. ed.)[231].

A garantia dada aos "súditos" pelo regime não significava que essa comunidade estava livre das ações de brasileiros mais exaltados e o torpedeamento dos navios brasileiros por submarinos alemães só fez acirrar ainda mais os ânimos da população. O jornal *A Noite*, por sua vez, incentivou esse clima de revanche com uma extensa cobertura jornalística sobre os ataques às embarcações "Buarque", "Olinda", "Arabutan" e "Cairu".

O "Buarque" foi a primeira embarcação brasileira a ser atacada pela Alemanha: segundo uma nota do DIP, o navio do Lloyd Brasileiro estava navegando no mar dos Caraíbas, América Central, quando foi atingido, sem aviso prévio, por dois torpedos disparados por submarino alemão (*A Noite*, 18 fev. 1942, p. 1-2, 2. ed.). Em edição extra, *A Noite* classificou o afundamento do "Buarque" como um covarde ataque, já que o nome do navio e o emblema brasileiro estavam devidamente iluminados afim de evitar, justamente, uma investida. Segundo os relatos dos sobreviventes, o

---

[230] Com a nacionalização do ensino, proposto pelo Estado Novo ainda em 1940, a ditadura entendia que abrir escolas em regiões com população predominantemente imigrante era uma forma de fortalecer a presença do Estado nas áreas de "grupos alienígenas", particularmente, na região Sul do país (*A Noite*, 23 jun. 1944, p. 9, 2. ed.).

[231] A perseguição oficial aos "súditos do Eixo" acarretou em uma migração de japoneses, italianos e alemães para a Argentina. Segundo o periódico, o governo portenho havia solicitado ao brasileiro informações sobre a possível fuga desses estrangeiros que estariam entrando ilegalmente na Argentina (*A Noite*, 5 fev. 1942, p. 1, 1. ed.).

submarino alemão estava perseguindo a embarcação brasileira desde sua passagem pelo Pará, aguardando o momento oportuno para atacar sem ser visto pelos tripulantes do “Buarque”. Vitimando um passageiro de nacionalidade portuguesa, os náufragos conseguiram ser resgatados e desembarcaram em Nova York (*A Noite*, 18 fev. 1942, p. 1-2, ed. extra). Para o jornal - comparando o ataque ao navio com o episódio da agressão da aviação alemã ao “Taubaté” –, o afundamento do “Buarque” significava que “[...] o Brasil pagou também o seu tributo à guerra de corso que está convertendo os mares em ninhos da pirataria moderna” (*A Noite*, 19 fev. 1942, p. 1-2, 2. ed.)[232].

Não tardou muito para uma segunda embarcação brasileira ser alvo das investidas nazistas: o “Olinda”, saído de Recife rumo a Nova York, foi afundado a tiros de canhão por um “submarino de bolso” (pequenos submersíveis da série *U-Boats*). Após a abordagem, o oficial alemão solicitou que os náufragos se aproximassem, ao passo que os oficiais da embarcação brasileira subiram a bordo do submarino. Após terem sido interrogados por dez minutos, foram tiradas fotografias dos brasileiros que depois foram liberados para voltarem aos botes (ver edições *A Noite*, 20 fev. 1942, p. 1-2, 2. ed.; 21 fev. 1942, p. 1, 3 e 8, 1. ed.)[233].

Segundo o jornal, o afundamento dos dois navios brasileiros teve um “propósito deliberado de agressão” por parte do Eixo, uma vez que os ex-embaixadores Curt Pruefer, da Alemanha, Ugo Sola, da Itália e Itaro Ishiil, do Japão, teriam enviado cartas ao chanceler Oswaldo Aranha com o objetivo de “[...] intimidar o nosso governo e influir na decisão que tomamos”. Para *A Noite*, as “[...] cartas insólitas e ameaçadoras [...] fornecem a base para a formação de culpa das nações totalitárias”, junto à agressão aos navios brasileiros, constituíam elementos que justificavam “[...] uma articulação militar urgente, para afazer face às ameaças externas” (*A Noite*, 21 fev. 1942, p. 2, 1. ed.). Em um outro artigo de capa, *A Noite* considerou que os ataques ao “Buarque” e ao “Olinda” constituíam “[...] mais um desses atos estranhos e monstruosos” que estavam alterando a “noção de guerra”, classificando o acontecimento como uma agressão com “requintes de método e frieza” dos “corsários do Atlântico” (*A Noite*, 21 fev. 1942, p. 1, 2. ed.). A resposta do Brasil ao afundamento

---

[232] Posteriormente, o jornal publicou fotografias tiradas pela *US Navy* do momento em que os sobreviventes do “Buarque” foram resgatados (*A Noite*, 25 fev. 1942, p. 1, 1. ed.).
[233] *A Noite* publicou com destaque a chegada ao Rio de Janeiro dos tripulantes do “Olinda” (*A Noite*, 28 fev. 1942, p. 1, 1. ed.).

de seus navios foi enviada em forma de nota de protesto ao governo de Berlim[234], encaminhada através do governo português (*A Noite*, 28 fev. 1942, p. 1, 2. ed.)[235].

Após a formulação de protesto contra a Alemanha, o Itamarati, por meio da Agência Nacional, mandou publicar nota oficial comunicando que o vapor brasileiro “Arabutan” havia sido torpedeado, novamente “sem aviso prévio”, por um submarino alemão. O comunicado também lamentava a morte do enfermeiro Manoel Florêncio Coimbra e a hospitalização em estado grave do segundo piloto Sebastião Rogério Andrade e do marinheiro Wilson Domingos Santos. Segundo *A Noite*, o afundamento do navio era considerado nos EUA como “[...] mais um covarde e traiçoeiro golpe desferido pelas nações agressoras do Eixo” (*A Noite*, 10 mar. 1942, p. 1-3, 1. ed.).

No dia seguinte, o Itamarati mandou publicar nova nota informando que o navio “Cairu” havia sido torpedeado por uma embarcação de guerra alemã. O ataque ao “Cairu” era ainda mais grave: cinquenta e três tripulantes e seis passageiros estavam desaparecidos, podendo o número de mortes ultrapassar todos os ataques anteriores. Somente vinte dois tripulantes e quatro passageiros haviam sido resgatados e encaminhados para hospitais nos EUA. Apelando para a sensação, *A Noite* publicou ao lado do noticiário sobre o torpedeamento do navio uma entrevista com a esposa de Germano Ferreira dos Santos, primeiro radiotelegrafista da embarcação ainda desaparecido. Em sua declaração, Honoria Andrade dos Santos afirmou à reportagem que embora estivesse vivenciando o possível luto, “[...] em qualquer tempo, qualquer que seja a situação, quando o Brasil precisar de meus serviços como enfermeira, eu estou ponta a trabalhar e morrer por ele”. No rodapé da capa, a tripulação que sobreviveu ao ataque também proclamou à reportagem: “Todos os tripulantes do Cairu declaram que querem voltar ao mar imediatamente” (*A Noite*, 11 mar. 1942, p. 1-2, 2. Ed.). A coluna *Ecos e Novidades* elogiou a atitude da tripulação do vapor que, antes de se jogar ao mar, gritara “viva o Brasil!” (*A Noite*, 13 mar. 1942, p. 2, 1. ed.). O ataque ao “Cairu” foi sem dúvida um dos mais sangrentos, mas são os detalhes dados pelo jornal dos percalços enfrentados pelos sobreviventes que acabaram assumindo a função de comover o leitor: em um dos botes salva-vidas, dos vinte e um

---

[234] O protesto do Brasil contra a Alemanha não obteve a resposta esperada para o governo brasileiro: o Ministério das Relações Exteriores do Reich desconversou afirmando que não possuía ainda informações para comentar o assunto (*A Noite*, 11 mar. 1942, p. 1, ed. extra).

[235] Deve-se ressaltar que Portugal, embora sob uma ditadura, assumiu o papel de mediador e defensor dos interesses brasileiros na Europa em guerra. Não declarando guerra ao Eixo, o governo de Lisboa conseguiu, a sua maneira, permanecer de certo modo “neutro” no conflito. As trocas de diplomatas brasileiros com os do Eixo, inclusive, foram mediadas por Portugal que, em seu território, realizava o translado desses diplomatas para os seus respectivos países (*A Noite*, 27 maio 1942, p. 2, 1. ed.).

tripulantes, apenas seis conseguiram sobreviver, sendo que alguns teriam que amputar os pés (*A Noite*, 12 mar. 1942, p. 1-3, 1. ed.)[236].

A reação governamental aos ataques às embarcações veio por meio do decreto-lei nº 4.166, de 12 de março de 1942, que impunha o confisco de depósitos bancários e propriedades de particulares e empresas acima dos dois contos de réis pertencentes aos "súditos do Eixo". A medida visava a garantir o pagamento de indenizações referentes aos prejuízos causados pelas agressões do Eixo contra o Brasil (*A Noite*, 12 mar. 1942, p. 1-3, 2. ed.). No mesmo dia em que o decreto foi publicado pelo jornal, um artigo de capa saiu em defesa da determinação oficial: para *A Noite*, as novas providências vinham tão somente dotar o governo de "[...] novos meios de ação, em completa consonância com as exigências do direito internacional, cujas gravidades transparece nos últimos episódios que estão emocionando e alarmando a opinião pública" (*A Noite*, 12 mar. 1942, p. 1, 2. ed.). Em um novo artigo de capa, *A Noite* considerava que a atitude do governo brasileiro ao confiscar os bens dos "súditos do Eixo" consistia em uma "medida oportuna, justa e necessária" diante da agressão sofrida, de modo que essas restrições deveriam ser compreendidas e apoiadas sem reservas pela população (*A Noite*, 13 mar. 1942, p. 1, 2. ed.)[237].

As manifestações populares contra o torpedeamento dos navios não tardaram a aparecer: em Salvador, por exemplo, a Agência Nacional informou que em razão do torpedeamento do "Arabutan", a população soteropolitana havia retirado todas as placas das Ruas Itália, Alemanha e Japão (*A Noite*, 11 mar. 1942, p. 2, 1. ed.). No Rio de Janeiro, um comunicado da Chefatura de Polícia, também emitido pela Agência Nacional, noticiou que "[...] um grupo e pessoas exaltadas percorreu as ruas mais centrais da cidade, depredando propriedades de súditos das nações do Eixo". A nota exortava a população a se abster de tais atitudes, pois "[...] a menor exacerbação de ânimos torna-se prejudicial à coletividade", orientando ainda o povo a "[...] confiar na ação oficial prevenir-se contra os habituais exploradores de sua boa fé" (*A Noite*, 13 mar. 1942, p. 3, 1. ed.).

Enquanto o polícia tentava colocar "ordem nas ruas", o jornal vibrava com as

---

[236] *A Noite* publicou em uma edição extra uma reportagem especial que trazia detalhes da vida dos tripulantes do "Cairu" que estavam desaparecidos (*A Noite*, 11 mar. 1942, p. 1-2, ed. extra). O jornal também publicou entrevista com a mãe de um comissário do navio que, "angustiada", solicitou a presença da reportagem de *A Noite* para contar sua triste história (*A Noite*, 13 mar. 1942, p. 1-7, 2. ed.).
[237] Gilberto de Andrade, diretor da *Rádio Nacional* – veículo ligado à *Empresa A Noite* -, realizou pronunciamento na emissora congratulando Vargas pela medida que instituiu o sequestro de bens dos "súditos do Eixo". Tal fato evidencia a confluência de pontos de vistas das empresas de comunicação do grupo chefiado por Costa Neto (*A Noite*, 17 mar. 1942, p. 2, 1. ed.).

manifestações de populares contra símbolos atribuídos ao Eixo: em São Leopoldo, Rio Grande do Sul, manifestantes derrubaram um monumento comemorativo da imigração alemã na cidade; no Rio de Janeiro, a população retirou as placas de ruas com nomes relacionados aos países do Eixo[238]. Em ambas as notícias, *A Noite* procurava legitimar essas manifestações, afirmando que "[...] esses fatos foram praticados sob vivas ao Brasil e com os populares empunhando bandeiras brasileiras": em nome do nacionalismo, essas manifestações foram até "permitidas" pelas autoridades policiais da ditadura, fato novo tratando-se de um regime que, até então, não tolerava atos coletivos populares que não fossem controlados por ele (*A Noite* 14 mar. 1942, p. 2, 2. ed.)[239].

Nas notícias analisadas, nota-se que as autoridades policiais não tinham mais controle sobre essas manifestações populares e *A Noite* naturalizava a depredação de propriedades de estrangeiros: em Porto Alegre, o término de um "comício monstro" em apoio a Vargas e contra a agressão alemã terminou com um grupo de manifestantes arrancando os letreiros do Banco Transatlântico Alemão e do Banco Pffeifer mas, segundo a nota, "[...] depois disso, e na maior ordem, dissolveu-se a reunião popular" (*A Noite*, 16 mar. 1942, p. 1, 1. ed.). Quando a polícia não autorizava essas manifestações, a população acabava dando um jeito para sair às ruas: em Pelotas, populares haviam sido impedidos pela polícia de realizarem comício contra o Eixo, contudo, os manifestantes se juntaram à Liga da Defesa Nacional (LDN) que realizou o ato (*A Noite*, 19 mar. 1942, p. 2, 1. ed.)[240]. Nesse sentido, o combate ao Eixo abrigava potencialidades mínimas de construir cidadania, ultrapassando a mera ideologia governamental.

O ataque às quatro embarcações brasileiras fez o governo se movimentar para iniciar medidas de retaliação contra o Eixo[241]; contudo, mais dois navios são atacados

---

[238] Alguns prefeitos tomavam a liberdade de realizarem a mudança do nome de ruas que tivessem quaisquer proximidades com os países do Eixo. Diferindo dos movimentos populares de retirada de placas e letreiros, essas ações locais ganhavam um caráter oficial: em Juiz de Fora, Minas Gerais, o prefeito da cidade alterou, atendendo abaixo-assinado popular, os nomes das Ruas Itália e Berlim para "Oswaldo Aranha" e "Benedicto Valladares", respectivamente (*A Noite*, 23 mar. 1942, p. 3, 2. ed.).

[239] A polícia carioca emitiu nova nota, via DIP, solicitando que a população "[...] se abstenha de qualquer depredação" contra as propriedades de indivíduos pertencentes ao Eixo (*A Noite*, 5 set. 1942, p. 1, 1. ed.).

[240] Com o comício promovido pela LDN em Pelotas, a interventoria paranaense atribuiu à instituição o monopólio da realização de atos públicos contra o Eixo no Estado (*A Noite*, 23 mar. 1942, p. 1-8, 2. ed.).

[241] Esses últimos ataques levaram o regime a aumentar ainda mais as proibições aos "súditos do Eixo", tal como a decisão tomada pelo Banco do Brasil em não realizar o pagamento dos juros oriundos de depósitos em cadernetas de poupança em nome de japoneses, italianos e alemães (*A Noite*, 20 jun. 1942, p. 1-3, 2. ed.).

pelos “corsários alemães”: o “Parnaíba”, acarretando a morte de seis tripulantes (*A Noite*, 4 maio 1942, p. 1-3, 2. ed.)[242] e o “Comandante Lira”, embarcação que navegava pela costa de Recife (*A Noite*, 26 maio 1942, p. 1-3, 1. ed.). O ataque ao “Comandante Lira” provocou em *A Noite* um particular sentimento de revanchismo que até então não era explorado pelo jornal, passando o periódico a se valer da dicotomia Eixo-selvagens x Brasil-civilizados para caracterizar os atores dessas narrativas (*A Noite*, 26 maio 1942, p. 1, 2. ed.). A *US Navy*, que participou do resgate do “Comandante Lira”, anunciou que o Fundo de Auxílio da Marinha dos EUA destinaria cinquenta mil dólares para a realização de reparos na embarcação brasileira (*A Noite*, 2 jun. 1942, p. 1-2, 2. ed.). *A Noite* também colaborou com o auxílio aos marinheiros mortos pelos torpedeamentos nazistas: servindo de mediador, arrecadou setecentos e vinte e seis contos de réis destinados às famílias das vítimas (*A Noite*, 2 jun. 1942, p. 3, 2. ed.)[243].

O ódio dos brasileiros aos “súditos do Eixo” foi nutrido pela imprensa e, no caso de *A Noite*, ganhou contornos sórdidos que aumentavam o sentimento de vingança contra esses ataques. Passou-se a desconfiar não apenas dos “súditos”, mas também de seus filhos nascidos no Brasil: uma ampla reportagem da Agência Nacional denunciou a “ação criminosa” de pais “súditos” que educavam seus filhos com base em suas nacionalidades. Segundo o texto, os filhos dos “súditos” nascidos no Brasil “[...] da nacionalidade só se aproveitam para auferir vantagens e exercer direitos. Fora daí, renegando a pátria onde nasceram e totalmente devotados à causa política de seus países”. Nesse sentido, o regime e o jornal passaram a identificar os brasileiros filhos desses imigrantes como “súditos”, fato que acarretaria a ampliação das limitações impostas para os pais e, consequentemente, para seus descendentes (*A Noite*, 12 jun. 1942, p. 1-3, 1. ed.). A coluna *Ecos e Novidades*, por exemplo, chegou a afirmar que os filhos de estrangeiros nascidos no Brasil (portanto, brasileiros) deviam “respeito, admiração e estima” pelo povo que acolheu seus pais. Claramente, o jornal não considerava os descendentes dos “súditos” enquanto brasileiros, negando-lhes a própria nacionalidade (*A Noite*, 8 ago. 1942, p. 2, 1. ed.).

---

[242] Sobre o torpedeamento do “Parnaíba”, ver edições *A Noite*, 5 maio 1942, p. 1-3, 1. ed.; 7 maio 1942, p. 1-2, 2. ed.; 9 maio 1942, p. 1, 2. ed.; 12 maio 1942, p. 1-3, 1. ed.; 13 maio 1942, p. 1-3, 1. ed.; 14 maio 1942, p. 1-2, 1. ed.

[243] Outro navio que foi alvo dos nazistas foi o “Gonçalves Dias”: seu torpedeamento resultou em seis mortos (ver edições *A Noite*, 2 jun. 1942, p. 1-3, 1. ed.; 2 jun. 1942, p. 1-2, 2. ed.; 3 jun. 1942, p. 3, 2. ed.). Entre junho e julho de 1942, foram atacados os navios “Alegrette” (*A Noite*, 11 jun. 1942, p. 1-3, 1. ed.), “Pedrinhas” (*A Noite*, 7 jul. 1942, p. 1, 1. ed.) e “Tamandaré” (*A Noite*, 30 jul. 1942, p. 1-2, 2. ed.).

Em 1944, o Estado Novo chegou ao ponto de impedir que os pais de registrarem seus filhos com prenomes alemães ou japoneses (*A Noite*, 24 jul. 1944, p. 1, 1. ed.). Desta maneira, o regime generalizava a condição de "súdito do Eixo", considerando que alemães, italianos e japoneses, bem como seus descendentes, eram elementos "suspeitos", portanto, passíveis de vigilância policial. Um episódio chama a atenção por sua peculiaridade: um residente alemão solicitou à Procuradoria da União permissão para doar um terreno ao Patrimônio Nacional. Em resposta, o procurador negou o pedido alegando que, devido ao contexto de guerra, não era mister o regime aceitar esse tipo de doação, ainda mais vinda de um "súdito". E concluiu: se o Estado precisava do referido terreno, ele que o desapropriasse! (*A Noite*, 4 jun. 1942, p. 1, 1. ed.). Esse posicionamento da ditadura demonstra a intolerância governamental contra tais indivíduos que, mesmo sem terem antecedentes criminais, eram rechaçados por causa de sua nacionalidade.

Assim sendo, a ditadura passou a cumprir com rigor o decreto-lei nº 4.166, chegando a considerar "satisfatória" a arrecadação referente aos bens dos "súditos do Eixo" poucos meses após o início do processo (*A Noite*, 23 jun. 1942, p. 1-3, 2. ed.). Alguns estrangeiros tentavam em vão obter isenção desses descontos ou do sequestro de suas propriedades, geralmente, sob a justificativa de morarem há muitos anos no Brasil ou por terem tido filhos brasileiros; contudo, o regime era intransigente quanto a essas questões, permitindo a isenção apenas para estrangeiros naturalizados (*A Noite*, 25 jun. 1942, p. 1, 2. ed.).

Com uma arrecadação contínua, o Estado Novo criou um Fundo de Indenizações onde estariam reunidos o bruto da arrecadação e os bens sequestrados dos "súditos" (*A Noite*, 2 jul. 1942, p. 2, 1. ed.). Como se não fosse o bastante, a Comissão de Indenizações determinou também o recolhimento de rendas e lucros de aluguéis, dos lucros de estabelecimentos comerciais, das rendas oriundas de apólices no Banco do Brasil de "súditos" que moravam no exterior, mas que possuíam propriedades no Brasil (*A Noite*, 28 jul. 1942, p. 1, 2. ed.). Nesse contexto de cerco, o embaixador do México no Brasil, José Maria D´Avila, em entrevista ao jornal, declarou que as restrições econômicas impostas aos "súditos" eram "[...] enérgicas, porém necessárias e humanas" (*A Noite*, 29 jul. 1942, p. 1-7, 2. ed.).

Em agosto de 1942, o torpedeamento do “Baependi”, “Anibal Benévolo”[244] e “Araraquara” na costa do litoral sergipano, todos navios de transporte de cabotagem, somados ao afundamento do “Itagiba” e do “Araras”, ambos na costa baiana, tiveram como resultado a perda de cinco navios ao cabo de uma semana e com um número assustador de vítimas. O caso do “Baependi” foi mais trágico: os corpos dos passageiros, trazidos pelas correntes marítimas, estavam surgindo nas praias de Sergipe (*A Noite*, 18 ago. 1942, p. 1-3, 1. ed.)[245]. Maciel Filho, diretor do jornal, classificou os ataques a essas embarcações como a “Pearl Harbor Brasileira”, em razão do número de mortes e pela covardia atribuída aos nazistas (*A Noite*, 21 ago. 1942, p. 3, 2. ed.).

Tais fatos acabaram acelerando o processo de entrada do Brasil na Guerra; contudo, a primeira reação do regime foi a de apertar ainda mais o cerco contra os “súditos do Eixo” no Brasil. Vargas, por exemplo, discursando para manifestantes em frente ao Palácio Guanabara, afirmou que os “países do Eixo”, sem se referir diretamente à Alemanha, não ficariam impunes. Anunciou também medidas econômicas de retaliação, como a incorporação ao patrimônio nacional dos navios “[...] pertencentes aos países agressores”. Responsabilizando diretamente os “súditos”, Vargas comunicou que seus bens seriam sequestrados para fins de indenização (*A Noite*, 18 ago. 1942, p. 1-4, ed. extra).

Após a fala de Vargas, a polícia de Alagoas determinou a prisão de todos os alemães e italianos no Estado pois, para a interventoria alagoana, os “súditos” detidos eram “traidores”, sugerindo, ainda, que eles deveriam abrir estradas munidos somente de enxadas. Em Juiz de Fora, Minas Gerais, cerca de cem “súditos” foram presos sob a acusação de serem simpatizantes do Nazismo. (*A Noite*, 19 ago. 1942, p. 1, 2, 3 e 4, 1. ed.). Vargas, por sua vez, despachou uma determinação proibindo alemães de deixarem o Brasil (*A Noite*, 20 ago. 1942, p. 1, 2. ed.), ao passo que, para o jornal, os “súditos” e os estrangeiros naturalizados deveriam ser submetidos a trabalhos forçados (!) (*A Noite*, 20 ago. 1942, p. 2, 1. ed.). Segundo a visão de *A Noite*, os brasileiros deveriam ter muita cautela com os “súditos”, incentivando os leitores a não “[...] prestarem auxílio ou colaboração de qualquer natureza”, visto que, apesar dessa

---

[244] O ataque ao navio “Anibal Benevolo” causou igualmente grande comoção, pois causou a morte de trinta e cinco crianças que estavam a bordo (*A Noite*, 22 ago. 1942, p. 1-7, 1. ed.).
[245] O caso dos cinco navios brasileiros atacados foi amplamente noticiado por *A Noite* (ver edições *A Noite*, 18 ago. 1942, p. 1-2, 2. ed.; 19 ago. 1942, p. 3, 2. ed.; 19 ago. 1942, p. 1-2, 2. ed.; 20 ago. 1942, p. 1-3, 1. ed.).

população de imigrantes estar aparentemente adaptada ao Brasil, muitos deles, sobretudo os naturalizados, haviam sido "[...] apanhados em flagrante atuação contra os interesses vitais" do país (*A Noite*, 3 mar. 1943, p. 2, 1. ed.).

No dia 22 de agosto de 1942, o Brasil decretou Estado de Beligerância contra Alemanha e Itália (exceto o Japão), fazendo com que o cerco econômico e social aos "súditos" se fechasse cada vez mais (*A Noite*, 22 ago. 1942, p. 1, ed. extra). Henrique Dodsworth, prefeito do Rio de Janeiro, ordenou que fossem cancelados todos os contratos de artistas alemães e italianos para a temporada lírica no Teatro Municipal (*A Noite*, 23 ago. 1942, p. 1, 1. ed.). Dois dias depois, a polícia carioca ocupou bancos alemães e italianos na Capital Federal, sendo ainda cassadas pelo Ministério da Fazenda as patentes de funcionamento dessas instituições (*A Noite*, 25 ago. 1942, p. 1-3, 1. ed.)[246].

O caso envolvendo os "bancos do Eixo" trazia alguns problemas de ordem burocrática que o regime não parecia disposto a resolver: os cargos de direção nessas instituições foram inicialmente ocupados por interventores brasileiros designados pelo Ministério da Fazenda. Entretanto, devido à precária condição financeira em que se encontravam, a ditadura – alegando que essas instituições bancárias haviam sido expropriadas pelos diretores "súditos" durante o processo de intervenção estatal – resolveu liquidar o que restou desses bancos, colocando-os à disposição de capitalistas brasileiros que os adquiriram por valores irrisórios (*A Noite*, 14 dez. 1942, p. 1-3, 2. ed.). A venda dos bancos acabou gerando um novo problema para o Estado Novo: um número considerável de empregados brasileiros trabalhava nesses estabelecimentos. Após apelarem durante meses ao Ministério do Trabalho para que fossem indenizados, esses trabalhadores acabaram sendo contratados por bancos públicos, como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil (ver edições *A Noite*, 7 jan. 1943, p. 1-3, 2. ed.; 5 mar. 1943, p. 1-4, 2. ed.; 12 jun. 1943, p. 2, 2. ed.). Já em fins de 1944, o regime anunciou que a venda dos bancos "súditos" havia alcançado o montante de trezentos milhões de cruzeiros (*A Noite*, 6 nov. 1944, p. 3, 2. ed.)[247].

Qualquer empresa pertencente a um "súdito do Eixo" era passível de nacionalização, contudo, quando a instituição era rentável ou era considerada pelo

---

[246] Em 1944, o regime nacionalizou todas as patentes industriais e comerciais dos "súditos do Eixo", ou seja, a perseguição aos "súditos" foi uma política pública rentável para a ditadura (*A Noite*, 1 out. 1944, p. 1-11, 1. ed.).

[247] A Prefeitura do Rio de Janeiro, por exemplo, aproveitou a liquidação das propriedades que pertenciam aos "bancos do Eixo", arrematando o edifício que pertencia ao Banco Alemão Transatlântico por quarenta milhões de cruzeiros (*A Noite*, 5 out. 1943, p. 1, 2. ed.).

regime “de interesse nacional”, o Estado Novo designava representantes oficiais que, cada qual em seu Estado, prestavam contas aos interventores federais. Quando a instituição não interessava à ditadura, ela era simplesmente vendida aos empresários brasileiros (*A Noite*, 2 dez. 1942, p. 3, 2. ed.). As multinacionais Pirelli, Merck e Bayer, por exemplo, foram nacionalizadas e vendidas por valores abaixo do mercado. O resultado dessas expropriações foi estimado em duzentos milhões de cruzeiros (*A Noite*, 24 jan. 1945, p. 3, 2. ed.). A italiana Pirelli, por exemplo, teve sua venda autorizada pelo próprio Vargas, que incumbiu o Banco do Brasil de realizar o leilão de seus ativos (*A Noite*, 15 ago. 1943, p. 4, 1. ed.). Por outro lado, a Ultragaz, exímia colaboradora anos depois da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), não foi nacionalizada pelo Estado Novo; no entanto, ela acabou sendo responsabilizada financeiramente pelos prejuízos causados pelos ataques nazistas às embarcações brasileiras (*A Noite*, 16 jul. 1944, p. 1, 1. ed.).

A nacionalização dos “bancos do Eixo” deixou os empresários cariocas ressabiados, acarretando, desta maneira, uma série de comunicados de comerciantes que, por medo de terem suas lojas depredadas ou expropriadas pelo regime, procuravam através desses anúncios afastar quaisquer relações com o Eixo. A Casa Gabriel & Cia, por exemplo, anunciou no jornal que, embora a empresa tivesse sido a Casa Ítalo-Brasil, seu patrimônio e diretoria eram exclusivamente brasileiros. Bem ao lado deste informe, a Costume Carioca S.A. informou que em seu quadro de acionistas não havia nenhum alemão ou italiano, apenas alguns empregados suíços que, inclusive, já tinham sido dispensados (*A Noite*, 25 ago. 1942, p. 5, 1. ed.). Na página seguinte, o empresário Fausto Matarazzo, proprietário da Organização Técnica Seguradora, comunicou à praça que era brasileiro nato, ressaltando ainda sua “repulsa” pelo nazi-fascismo (*A Noite*, 25 ago. 1942, p. 6, 1. ed.). Já o proprietário da “Ex-Casa Westfalia”, Jensen Soefner, inconformado com as “ofensas gratuitas” das quais sua empresa estava sendo vítima, esclareceu que ele era “[...] brasileiro nato, filho de pais brasileiros” e que “[...] em sua casa não há qualquer empregado pertencente aos países do Eixo” (*A Noite*, 29 ago. 1942, p. 6, 1. ed.).

Suíços e suecos, especialmente, eram erroneamente identificados como alemães, fato que levou os proprietários das Casas Pernambucanas comunicarem ao público em geral que a empresa era genuinamente brasileira e pertencia aos irmãos Ludgren, filhos de pais suecos naturalizados há mais de cinquenta anos. O informe publicitário trazia ainda um resumo institucional que ressaltava que um dos sócios

havia sido, inclusive, deputado federal por Pernambuco (*A Noite*, 28 ago. 1942, p. 2, 2. ed.).

Em alguns casos, empresas brasileiras faziam questão de anunciar que haviam demitido funcionários “súditos”: a Companhia Internacional de Seguros, por exemplo, comunicou aos leitores que “[...] os poucos funcionários súditos do Eixo que prestavam serviços à companhia, foram afastados de seus cargos” (*A Noite*, 29 ago. 1942, p. 4, 1. ed.). Outra empresa que, devido à sua razão social precaveu-se de possíveis problemas, foi a Herm Stoltz & Cia, a qual informou que não possuía em seu quadro de funcionários “súditos do Eixo” (*A Noite*, 27 ago. 1942, p. 2, 2. ed.). A indústria de tabaco Souza Cruz, por sua vez, demitiu todos os operários alemães de suas fábricas, medida que foi, inclusive, requerida pelos empregados brasileiros (*A Noite*, 20 ago. 1942, p. 3, 2. ed.).

Acompanhando o clima de revanchismo, o regime autorizou a rescisão dos contratos de trabalho de “súditos do Eixo”, dando sinal verde para que as empresas pudessem dispensar indivíduos considerados “indesejáveis” (*A Noite*, 31 ago. 1942, p. 1-3, 2. ed.). Quando o setor da economia era considerado de “interesse nacional”, o Estado Novo liberava, sem muitas delongas, a demissão do “súdito”, tal como foi o caso da Companhia Portland de Cimento, que solicitou ao Ministério do Trabalho permissão para demitir dois alemães de seu quadro de funcionários. Em resposta, Marcondes Filho permitiu a dispensa sob a justificativa de que a empresa solicitante atuava em um setor econômico de “interesse da defesa nacional” (*A Noite*, 24 nov. 1942, p. 8, 2. ed.). A coluna *Ecos e Novidades* comentou o aumento do número de pedidos de demissão de “súditos” enviados ao Ministério do Trabalho, afirmando ainda que a lei era “justa e humana” já que não autorizava dispensas indiscriminadas (*A Noite*, 28 nov. 1942, p. 2, 1. ed.)[248].

Entretanto, alguns casos evidenciavam claro abuso por parte dos empregadores, levando o ministro do Trabalho, Marcondes Filho, a esclarecer que o decreto-lei nº 4.638, de 31 de agosto de 1942, não aprovava a demissão de “súdito” apenas devido à sua nacionalidade, sendo necessária a confirmação de que o indivíduo participasse de movimentos quinta-colunistas (*A Noite*, 21 nov. 1942, p. 5, 1. ed.). Com a criação da Comissão de Defesa Econômica (CDE) - órgão responsável

---

[248] Mesmo depois da derrota alemã, empresários brasileiros continuaram a dispensar funcionários “súditos” baseados na medida oficial, denotando, desta maneira, a permanência dessas arbitrariedades após a Segunda Guerra Mundial (*A Noite*, 1 jul. 1945, p. 4, 1. ed.).

pela economia de guerra que se organizava no Brasil -, ficou sob sua responsabilidade a tarefa de coordenar a incorporação dos bens dos "súditos" (*A Noite*, 26 nov. 1942, p. 6, 2. ed.). Partiu da CDE a decisão de facultar às empresas e aos clubes sociais o poder de dispensar "súditos", abrindo, assim, precedentes para a demissão indiscriminada de trabalhadores (*A Noite*, 31 dez. 1942, p. 1-3, 1. ed.)[249].

Embora abusos fossem cometidos pelos empregadores, o jornal procurava enfatizar que a medida estava sendo respeitada, tal como ocorreu em resposta do Ministério do Trabalho que negou a demissão de empregado italiano de uma empresa estadunidense. Ao levar em conta que o trabalhador em questão morava há muitos anos no Brasil, era casado com brasileira e tinha filhos dessa união, a negativa de Marcondes Filho foi louvada pelo jornal que considerou a resposta do ministro um reflexo da "índole do povo brasileiro" e que, apesar da existência de medidas de exceção impostas aos "súditos", elas eram aplicadas com justiça (*A Noite*, 29 maio 1943, p. 2, 1. ed.). Um outro caso, também envolvendo imigrante italiano, ocorreu na empresa Fiat Lux: a companhia solicitou ao Ministério do Trabalho permissão para dispensar um funcionário, entretanto, o pedido foi negado por Marcondes Filho, que ressaltou que "[...] nada tem a temer os que respeitam a lei, tenham constituído família no Brasil e estejam prontos para colaborar na defesa nacional" (*A Noite*, 22 set. 1943, p. 8, 2. ed.)[250].

Essas medidas repressivas contra os "súditos" acabaram gerando pânico na comunidade de imigrantes, acarretando, desta maneira, um aumento no número de pedidos de naturalização enviados ao Ministério da Justiça (cerca quatorze mil), obrigando, assim, o ministro Marcondes Filho – que acumulava as pastas da Justiça e do Trabalho – a emitir uma nota oficial esclarecendo que as solicitações de naturalização de estrangeiros seguiriam a ordem cronológica de recebimento, advertindo ainda os solicitantes que "[...] não precisarão pedir favores" ao governo para que tivessem seus pedidos adiantados (*A Noite*, 26 ago. 1942, p. 2, 1. ed.).

---

[249] A CDE permitiu e incentivou que os empresários brasileiros denunciassem os "sócios súditos do Eixo" objetivando a expulsão desses indivíduos do quadro societário. As ações oriundas dos "súditos" seriam divididas entre os proprietários brasileiros restantes. Essa medida, efetivamente, favorecia os empresários brasileiros em detrimento dos estrangeiros (*A Noite*, 13 jun. 1943, p. 3, 1. ed.).

[250] Em uma de suas reuniões, a CDE deliberou que caso "súditos" tentassem resgatar títulos da dívida pública junto às instituições bancárias, estas deveriam comunicar imediatamente a Comissão, bem como, tinham a obrigação de reter esses papéis (*A Noite*, 2 fev. 1943, p. 2, 1. ed.). Em outra decisão, a CDE entendeu que os automóveis pertencentes aos "súditos" deveriam ser considerados bens passíveis de liquidação (*A Noite*, 10 dez. 1942, p. 1-4, 1. ed.).

Alguns “súditos” preferiam não esperar a regularização de suas situações perante a justiça brasileira – especialmente por correrem o risco de serem deportados ou presos –, resultando na tentativa frustrada de alguns de cruzarem a fronteira Brasil-Uruguai (*A Noite*, 24 ago. 1942, p. 1, 1. ed.). Nesse sentido, era corriqueiro o jornal noticiar casos de expulsão de “indesejáveis”, ou seja, estrangeiros considerados suspeitos pela polícia que acabavam detidos e, posteriormente, deportados. Um inquérito aberto pela Delegacia de Estrangeiros do Rio de Janeiro, por exemplo, solicitava a expulsão do país de um húngaro e de um alemão que foram considerados “suspeitos” pelo fato de falarem alemão em local público (*A Noite*, 30 nov. 1942, p. 2, 2. ed.)[251].

O Estado Novo interferia em amplos aspectos da vida social desse grupo de estrangeiros: as patentes industriais de “súditos”, por exemplo, embora devidamente registradas no Departamento Nacional de Propriedade Industrial, foram “caducadas” pelo governo, tornando-se nula a propriedade intelectual desses inventores (*A Noite*, 3 set. 1942, p. 1-4, 2. ed.). As licenças de bancas de jornais de “súditos” nas estações ferroviárias da Central do Brasil foram cassadas, ficando proibido aos alemães, italianos e japoneses até venderem jornais avulsos na região da estação (*A Noite*, 30 ago. 1942, p. 8, 1. ed.). A polícia do Rio de Janeiro proibiu a saída dos “súditos do Eixo” da Capital Federal e, caso um estrangeiro quisesse visitar a Cidade Maravilhosa, só conseguiria após a emissão de uma autorização especial da Delegacia de Estrangeiros (*A Noite*, 25 ago. 1942, p. 1, 2. ed.)[252]. Nas proximidades das comemorações do *7 de setembro*, por exemplo, a polícia proibiu que os “súditos” saíssem de casa durante o feriado e quem desobedecesse corria o risco de ser detido (*A Noite*, 5 set. 1942, p. 1-3, 1. ed.). Eles também foram proibidos pelo Departamento Nacional de Transportes de possuírem rádio comunicadores em automóveis e caminhões, ficando ainda obrigados a entregarem seus aparelhos para a polícia (*A Noite*, 3 set. 1942, p. 3, 2. ed.). Na mesma linha, uma portaria policial proibiu que motoristas “súditos” ultrapassassem os limites da Capital Federal, devendo esses

---

[251] As justificativas dos “súditos” para permanecerem no Brasil eram as mais diversas: um caso pitoresco foi o de um alemão que se negava ser expulso do país já que ele possuía uma sepultura e um cemitério do Rio de Janeiro (*A Noite*, 1 jul. 1943, p. 1-7, 2. ed.).

[252] Em São Paulo, o jornal informou que “súditos” haviam sido proibidos de se mudarem da capital paulista sem autorização prévia da polícia (*A Noite* 9 jul. 1943, p. 1, 2. ed.). A interventoria paulista também realizou o deslocamento de imigrantes para o interior do Estado (*A Noite*, 12 jul. 1943, p. 8, 2. ed.). O DEOPS-SP determinou que os “súditos” moradores de Santos, São Paulo, fossem realocados no interior do Estado (*A Noite*, 9 jul. 1943, p. 8, 2. ed.).

profissionais requererem junto à Delegacia de Estrangeiros permissão especial para esse fim (*A Noite*, 28 maio 1943, p. 8, 2. ed.).

A polícia chegou ao ponto de determinar que todos os aparelhos telefônicos pertencentes aos "súditos", tanto nas residências quanto nos estabelecimentos comerciais, fossem apreendidos (*A Noite*, 25 set. 1942, p. 1, 2. ed.). Durante o carnaval carioca de 1943, alemães, italianos e japoneses foram terminantemente impedidos de participarem da folia; entretanto, a regra não barrou cem alemães detidos por participarem dos folguedos carnavalescos (*A Noite*, 11 mar. 1943, p. 2, 2. ed.)[253].

O próprio regime passou a incentivar a população a denunciar atividades de "súditos" que poderiam ser consideradas "suspeitas": um despacho de Marcondes Filho, ministro da Justiça, exortava os brasileiros a juntarem provas contra "súditos suspeitos" antes de realizarem denúncias ao DOPS. Tal afirmativa leva a crer que parte dessas delações carecia de veracidade, ocasionando, consequentemente, o envio de delações que se justificavam pelo simples fato do denunciado ser um estrangeiro "súdito do Eixo" (*A Noite*, 1 dez. 1942, p. 1-3, 1. ed.). Uma outra portaria do DOPS publicada no jornal orientava os cidadãos no sentido de que, caso presenciassem atitudes de "súditos" consideradas "suspeitas", deveriam informar às autoridades policiais "[...] atitudes, costumes, gestos, atos tomados, adotados ou praticados por nacionais dos países com os quais o governo, em sua sabedoria, rompeu relações" (*A Noite*, 7 maio 1942, p. 2, 1. ed.). Até as técnicas de preparação do solo empregadas pelos estrangeiros eram motivo para culpabilizar os "súditos": o Serviço de Abastecimento (SA) - órgão responsável pela política de racionamento - recebeu uma denúncia de que japoneses estariam danificando o solo do Horto Florestal de São Paulo por causa de suas práticas de cultivo (*A Noite*, 3 out. 1944, p. 8, 2. ed.). Em outro caso, uma mãe, japonesa, foi acusada de matar seus quatro filhos pelo fato deles terem nascido no Brasil (*A Noite*, 29 ago. 1944, p. 1, 1. ed.)[254].

---

[253] A proibição aos "súditos" de saírem às ruas durante o carnaval carioca foi estendida para as festividades de 1943 e 1944. Em 1943, por exemplo, além de não ser permitida a participação de "súditos", a polícia carioca proibiu a utilização de máscaras, uso de lança-perfume, a presença de mendigos nos blocos e limitou o horário de realização dos bailes em recintos fechados (*A Noite*, 1 mar. 1943, p. 1-3, 2. ed.). Em 1944 a folia de rua foi igualmente vigiada pela ditadura, repetindo-se as mesmas proibições impostas no ano anterior (*A Noite*, 27 jan. 1944, p. 1-3, 2. ed.).

[254] Servindo de mediador da população, condição auto louvada por *A Noite*, o periódico divulgou, estarrecido, o caso de uma agricultora de Presidente Prudente, São Paulo, que viajou ao Rio de Janeiro com o objetivo de narrar sua história: sua família foi expulsa pôr "súditos japoneses" da terra em que trabalhavam. Seu esposo, procurando se defender, acabou assassinando um dos colonos japoneses,

Com a decretação do Estado de Beligerância, a vida do "súdito do Eixo" no Brasil foi cada vez mais dificultada: sob risco de detenção ou de ter suas economias e/ou empresas sequestradas pelo governo, essa população ainda era alvo de brasileiros que procuravam tirar vantagens de sua condição. Em janeiro de 1943, por exemplo, o regime alertou os "súditos" da existência de golpes na praça nos quais brasileiros estariam prometendo facilitar a devolução de bens e valores confiscados pelo governo. O comunicado oficial advertia ainda que "[...] nem valem os pistolões, nem as amizades e influências", dado que o descongelamento dos bens só seria realizado após o término do conflito mundial (*A Noite*, 5 jan. 1943, p. 1-5, 2. ed.). A CDE, procurando manter a autoimagem de justeza do regime, solicitou atenção especial das polícias da região Sul acerca do surgimento de casos envolvendo brasileiros que estariam intimidando "súditos do Eixo" a se desfazerem de suas propriedades pois alegavam os estelionatários que "[...] o Governo não permitiria que continuassem na posse de tais bens" (*A Noite*, 16 fev. 1943, p. 3, 1. ed.).

Com o término do prazo do cadastro de estrangeiros, o Estado Novo contabilizou que trezentos mil imigrantes não haviam se cadastrado conforme mandava a determinação oficial. A polícia carioca decidiu que a Delegacia de Estrangeiros deveria realizar visitas domiciliares a todos estrangeiros que não estivessem cadastrados, reiterando que os imigrantes que não portassem a "Carteira Modelo 19" poderiam ser detidos (*A Noite*, 2 fev. 1944, p. 1, 2. ed.). A obrigatoriedade do uso desse documento foi estendida até o fim da guerra. Ainda em 1945, eram recorrentes os comunicados policiais publicados no jornal orientando os estrangeiros a continuarem obedecendo às medidas governamentais que limitavam suas sociabilidades (*A Noite*, 30 jan. 1945, p. 1, 2. ed.).

O processo de perseguição sistemática aos "súditos do Eixo" foi uma política de segurança pública colocada em prática pelo Estado Novo. Essa política, composta por práticas de vigilância e punição, objetivava o cerceamento econômico e social desses grupos. Para o jornal *A Noite*, fiel porta-voz da ditadura, as medidas denotavam o "caráter humano" do regime e se justificavam pela agressão sofrida por nações que foram, durante o período de neutralidade, parceiros comerciais e culturais do Brasil.

---

crime que o levou à prisão. A mulher, mãe de dois filhos pequenos, pediu que o jornal mediasse junto ao governo a soltura de seu companheiro (*A Noite*, 12 mar. 1943, p. 3, 2. ed.).

A produção jornalística de *A Noite* durante a fase em que o vespertino esteve sob uma administração designada pelo Estado Novo indica, antes de tudo, um aperfeiçoamento do processo de perseguição estatal aos "súditos do Eixo" que, contando com o apoio irrestrito do jornal, implementou uma raivosa campanha de combate aos indivíduos e grupos considerados "suspeitos" devido às suas nacionalidades. Essa cruzada foi incorporada ao temário de *A Noite*, constituindo-se, desta maneira, em componente imprescindível para a composição do projeto de comunicação social que a ditadura veiculou através do jornal. A descoberta da existência de redes de espionagem do Eixo agindo em grande parte do território nacional ratificou a ótica policial estadonovista que identificava em cada "súdito" um potencial quinta-colunista que deveria ser combatido.

3.3 Todo "súdito" tem um pouco de quinta-colunista: eixistas, derrotistas, sabotadores e espiões em *A Noite*

Assim que o Brasil anunciou o fim de suas relações diplomáticas com Alemanha, Itália e Japão, o jornal *A Noite* noticiou a realização de uma denúncia feita ao DOPS da existência de uma antena de transmissão no telhado do Edifício Paissandu, local onde estava instalada a Embaixada Alemã no Rio de Janeiro. Acompanhando a diligência policial, a equipe jornalística de *A Noite* constatou a presença de duas antenas, sendo que uma delas estava danificada. O encarregado do Edifício, Rodolpho Muller, declarou à reportagem que os aparelhos haviam sido instalados há quatro anos, contudo, ele estranhou a chegada de uma aparelhagem radiotransmissora que nunca tinha visto. Quando Muller questionou os funcionários da embaixada, estes lhe responderam que se tratava de instrumentos de corte de papel (ver edições *A Noite*, 6 fev. 1942, p. 1-2, 2. ed.; 7 fev. 1942, p. 1-3, 1. ed.).

A especulação sobre as funções dessas aparelhagens e de seu uso para fins de espionagem evidenciam o clima de desconfiança que permeou o período de beligerância e guerra com o Eixo. O jornal, por seu lado, alimentava as suspeitas sobre as atividades das chancelarias do Eixo no país: durante a retirada dos pertences da embaixada alemã no Rio de Janeiro, o órgão designou uma equipe de reportagem para acompanhar a mudança (*A Noite*, 3 fev. 1942, p. 1, 2. ed.). Conforme o jornal, a diligência do DOPS constatou que a Embaixada da Alemanha, para despistar as autoridades policiais, transferiu, por diversas vezes, cofres que continham

documentos que ligavam a chancelaria com as redes de espionagem no Brasil. Esses cofres foram, posteriormente, localizados num depósito de uma empresa alemã na Capital Federal e, segundo a polícia, seriam armazenados na Embaixada Espanhola (*A Noite*, 9 fev. 1942, p. 1-2, 2. ed.)[255].

Os diplomatas do Eixo, por sua vez, decidiram deixar o Brasil, embora o Estado Novo permitisse que eles fixassem residência (*A Noite*, 30 jan. 1942, p. 3, 1. ed.); entretanto, a retenção do corpo diplomático brasileiro em Tóquio levou a ditadura a endurecer o tratamento dispensado aos diplomatas japoneses no Brasil. Segundo *A Noite*, os representantes brasileiros no Japão estavam sendo mantidos aprisionados na Embaixada e em suas residências oficiais. (*A Noite*, 2 fev. 1942, p. 1, 2. ed.). Em comunicado oficial do Itamarati, via DIP, o regime noticiou que a polícia japonesa havia cercado a Embaixada Brasileira em Tóquio, deixando, desta maneira, o embaixador Castelo Branco Clark incomunicável. A nota ressaltava que embora a ditadura tivesse dado aos representantes do Eixo "todas as garantias" e liberdades, tudo conforme a "tradição de hospitalidade" habitual se viu, "a contra gosto", ter que dispensar o mesmo tipo de tratamento recebido pelos brasileiros no Japão para os diplomatas japoneses sediados no Brasil (*A Noite*, 8 mar. 1942, p. 1, 1. ed.).

A resposta do Estado Novo veio com a retenção do embaixador Itaro Ishii na chancelaria japonesa, que foi sitiada por investigadores do DOPS. Ao diplomata, era permitido "[...] um ligeiro passeio ao ar livre, mas sempre acompanhado de um investigador e sem direito de comunicar-se com pessoa alguma". Os cônsules japoneses nos Estados já estavam se deslocando para o Rio de Janeiro, contudo, foram mantidos presos em suas residências oficiais (*A Noite*, 9 mar. 1942, p. 1-3, 1. ed.). De acordo com *A Noite*, a reação brasileira "[...] teria sido motivo de surpresa para todos quantos davam crédito à velha lenda da cortesia japonesa" pois o tratamento dispensado aos brasileiros no Japão violava os "[...] princípios comezinhos em voga nas terras onde a civilização ainda não entrou em colapso, sob o tropel da barbaria guerreira, apaga as últimas ilusões sobre a decantada doçura da sensibilidade nipônica". Para *A Noite*, o governo de Hirohito revelava sua verdadeira face: "Detrás do biombo dos salamaleques e das mesuras, espreita o instinto da violência ancestral" (*A Noite*, 10 mar. 1942, p. 2).

O episódio envolvendo os diplomatas brasileiros deu vazão à construção de um

---

[255] Na Embaixada Alemã em São Paulo, o DEOPS-SP apreendeu vasta quantidade de material de propaganda nazista (*A Noite*, 20 mar. 1942, p. 1, 1. ed.).

protocolo de tratamento aos japoneses no Brasil de cunho racista, que foi extensamente trabalhado pelo periódico. A troca de diplomatas com o Japão foi se arrastando até o segundo semestre de 1942, sendo grandemente comemorada pelo jornal. Em contrapartida, o cônsul Ishii teve que aguardar a chegada do "Gripsholm", navio sueco que estava ancorado nos EUA para realização de reparos (*A Noite*, 18 jun. 1942, p. 1, 2. ed.). Mais de mil japoneses, oriundos de diversos locais da América, partiram do Rio de Janeiro, sendo a troca mediada por Portugal e Espanha. O jornal destacou o trabalho da alfândega no embarque das bagagens que foram processadas "[...] com intensidade e rigor absolutos" (*A Noite*, 3 jul. 1942, p. 1-2, 2. ed.).

Já os diplomatas alemães e italianos foram inicialmente permutados com a intermediação de Portugal[256]. É relevante pontuar o papel desempenhado pela ditadura salazarista – que manteve boas relações tanto com o Brasil quanto com a Alemanha -, responsável pela organização do embarque dos diplomatas brasileiros sediados na Europa. No Rio de Janeiro, os alemães e italianos começaram a deixar o país logo após o rompimento das relações diplomáticas Brasil-Eixo, não se apresentando, inicialmente, empecilhos que dificultassem a partida desses estrangeiros (*A Noite*, 27 fev. 1942, p. 3, 2. ed.)[257].

Contudo, o episódio envolvendo o embaixador Souza Dantas, sediado na França, estendeu até o início de 1944 o término das trocas de diplomatas. O cônsul brasileiro ficou retido pelo governo de Vichy desde o rompimento do Brasil com a Alemanha (*A Noite*, 16 fev. 1944, p. 1, 1. ed.). A Gestapo invadiu a embaixada brasileira em Vichy em novembro de 1942 e, durante todo o tempo em que Souza Dantas ficou aprisionado, os diplomatas e os vinte e seis funcionários brasileiros eram constantemente ameaçados por oficiais e soldados alemães armados (*A Noite*, 18 fev. 1943, p. 1-3, 1. ed.). Ao ser liberado para deixar a Europa, Souza Dantas se recusou a partir se não fosse acompanhado por brasileiros que estavam retidos em campos

---

[256] *A Noite* noticiou a prisão do filho de um cônsul italiano em Belo Horizonte, Minas Gerais, em razão dele tentar embarcar para a Europa levando consigo pedras preciosas contrabandeadas (*A Noite*, 25 abr. 1942, p. 1, 1. ed.).

[257] O Estado Novo e a Embaixada Portuguesa no Brasil reuniam os "súditos do Eixo" no Rio de Janeiro para só então encaminhá-los para Lisboa, local onde era promovido a permuta diplomática. Além dos diplomatas e funcionários das embaixadas alemã e italiana, voltaram para a Europa nesses navios professores, empresários e empregados de empresas alemãs (ver edições *A Noite*, 3 mar. 1942, p. 1-7, 2. ed.; 13 abr. 1942, p. 2, 1. ed.; 25 abr. 1942, p. 1-3, 1. ed.; 26 maio 1942, p. 1-3, 1. ed.; 12 jun. 1942, p. 1, 1. ed.; 16 jun. 1942, p. 1, 1. ed.; 10 jul. 1942, p. 1-3, 1. ed.; 17 ago. 1942, p. 1-3, 2. ed.; 10 out. 1942, p. 1, 1. ed.).

de concentração na França ocupada (*A Noite*, 1 mar. 1944, p. 1, 2. ed.)[258].

Segundo o embaixador, após a invasão da Gestapo, ele e outros vinte e seis cidadãos brasileiros foram transferidos para um campo de concentração improvisado no distrito alemão de *Badegodesberg* (*A Noite*, 25 fev. 1944, p. 1, 1. ed.). O impasse só foi resolvido com a troca dos brasileiros por alemães que estavam detidos no Presídio de Ilha das Flores (*A Noite*, 26 fev. 1944, p. 1-2, 1. ed.). Criticando a propagação de boatos pelos nazistas de que os “súditos” alemães estariam sendo maltratados pelo Brasil, *A Noite* saiu em defesa do regime estadonovista, afirmando que cerca de cem mil alemães viviam livremente no país, sendo que destes, somente quatrocentos e oitenta e três se encontravam detidos (*A Noite*, 13 ago. 1942, p. 2, 1. ed.).

Cento e trinta e dois alemães, entre diplomatas e familiares, deixaram o Brasil em troca da delegação diplomática em Vichy: os alemães e italianos que aguardavam para abandonar o país, ao serem entrevistados pela reportagem de *A Noite* - que acompanhava com interesse o embarque desses viajantes -declararam que estavam “satisfeitos com o tratamento” do governo brasileiro durante o período em que aqui permaneceram (*A Noite*, 13 mar. 1944, p. 1-3, 2. ed.)[259].

Ainda em Lisboa, Souza Dantas concedeu entrevista exclusiva para o enviado especial de *A Noite*, tecendo comentários sobre a situação em que se encontrava a Europa e elogiou extensamente a mediação lusitana na resolução da questão: “[...] Foi bom que mãos portuguesas nos tivessem auxiliado a recobrar a liberdade e que a terra que nos acolheu para as formalidades da próxima troca fosse terra portuguesa” (*A Noite*, 6 abr. 1944, p. 1-2, 1. ed.) [260]. Conforme o periódico, o cônsul brasileiro era “um grande diplomata” e foi identificado como sendo um símbolo da resistência ao Nazismo (*A Noite*, 11 abr. 1944, p. 2, 1. ed.). Ao chegar no Rio de Janeiro, o diplomata reuniu jornalistas no Hotel Glória para uma coletiva de imprensa, sendo aplaudido pelos profissionais presentes. Segundo o jornal, o embaixador que era “[...] uma dama no trato, que não se perturba nunca, que tem a serenidade dos espíritos

---

[258] O jornal acompanhou o caso da internação de dois baianos, Octávio Chermont Costa e João T. Costa - filhos de comerciante francês que morava em Recife – em um campo de concentração na cidade francesa de *Copiégne* (ver edições *A Noite*, 7 ago. 1942, p. 1, 1. ed.; 16 ago. 1942, p. 2, 1. ed.).
[259] Outras trocas foram realizadas, como por exemplo, o envio de quarenta e sete alemães e nove italianos pelo navio “Cuiabá” para Lisboa para serem trocados por brasileiros em poder dos nazistas (*A Noite*, 30 jun. 1942, p. 1, 2. ed.).
[260] As negociações que trataram das trocas de prisioneiros/diplomatas entre Brasil e o Eixo também foram mediadas pela Cruz Vermelha Internacional que, após anos tentando libertar os brasileiros na Europa, a instituição obteve sucesso na empreitada (*A Noite*, 17 mar. 1945, p. 1, 2. ed.).

amadurecidos, ao ver pisado pelo invasor o solo [...] que era do Brasil, avançou sobre o esbirro de Himmler", momento em que foi ameaçado por um oficial que sacou sua pistola e ordenou que Souza Dantas cooperasse (*A Noite*, 14 maio 1944, p. 1-13, 1. ed.).

O rompimento do Brasil com o Eixo deu início a uma campanha contra a chamada quinta-coluna. Para o Estado Novo, elementos quinta-colunistas poderiam ser tanto "súditos do Eixo" quanto brasileiros que não corroboravam com o alinhamento do Brasil com os Aliados. Considerados traidores, os processos judiciais envolvendo os quinta-colunistas eram apreciados pelo Tribunal de Segurança Nacional (TSN) que, via de regra, aplicava severas penas em prejuízo desses indivíduos. *A Noite*, encabeçando essa campanha, procurou criar um ambiente de desconfiança permanente onde tais indivíduos e grupos eram tidos como "suspeitos", portanto passíveis de investigação e punição, e punição das mais severas: o TSN passou a estudar a aplicação da pena de morte para os "crimes contra a pátria".

Em uma reportagem especial, o jornal explicou aos leitores que, diante do Estado de Guerra, Vargas ampliaria seus poderes constitucionais e os crimes praticados contra a nação seriam julgados por um tribunal militar. E classificou que "[...] quem pratica devastação, saque, incêndio, depredação ou quaisquer atos destinados a suscitar terror, com o fim de atentar contra a segurança do Estado". Essa interpretação da lei ampliava o escopo de inimigos do regime, pois, qualquer ato contestatório poderia ser enquadrado no decreto-lei nº 431, de 18 de maio de 1938. Esquematizando esse raciocínio, o jornal então conclui que "[...] os atos da quinta-coluna entram nessa definição". A punição máxima para esses crimes seria a pena de morte executada por fuzilamento para os que "[...] nacionais ou estrangeiros, militares ou civis, que de qualquer modo auxiliem o inimigo ou com ele tenham entendimento" (*A Noite*, 18 ago. 1942, p. 1-4, 2. ed.).

A questão da pena de morte não era somente noticiada por *A Noite*, mas sobretudo louvada. Entrevistando o jurista Silvestre Péricles de Góes Monteiro, *A Noite* buscava explicar ao seu leitor em quais casos a pena de morte seria aplicada. Para o advogado, a pena de morte seria perfeitamente atribuída aos crimes de espionagem e traição, considerando ele que nesses casos "[...] devemos agir com o máximo rigor. Trata-se de crimes de extrema gravidade, contra tudo e contra todos" (*A Noite*, 2 out. 1942, p. 3, 2. ed.). Os crimes contra a segurança nacional também foram comentados pelo juiz Raul Machado, membro do TSN. Para o magistrado, a chamada "lei de emergência" para o tempo de guerra era necessária pois aparelhava

tanto a Justiça Militar quanto o TSN para "[...] melhor e mais eficiente defesa interna e externa do país" (*A Noite*, 3 out. 1942, p. 1-3, 2. ed.).

Durante o período, predominava entre os imigrantes, sobretudo alemães, a avaliação de que a imprensa brasileira servia aos interesses ingleses: Harry Bitter Von Manner, agente da Companhia Sulamérica de Seguros, por exemplo, foi detido pela polícia por ter afirmado que os locutores e jornalistas brasileiros eram pagos pela Inglaterra para mentir e criticar seu país (*A Noite*, 20 fev. 1942, p. 6, 1. ed.). Já o italiano Batista Amatuzzo, morador de Ilhéus, Bahia, foi preso porque "[...] declarou estar a imprensa nacional vendida ao estrangeiro" (*A Noite*, 6 fev. 1942, p. 2, 2. ed.).

Essa imagem atribuída à imprensa brasileira pelos estrangeiros vai contra o que o Estado Novo considerava ser o papel dos meios de comunicação no esforço de guerra: a imprensa era vista como a "sexta arma" contra a quinta-coluna, tendo o dever de colaborar com o combate aos grupos considerados subversivos. Comentando declarações do General Zenóbio da Costa ao jornal, J. S. Maciel Filho, em sua coluna, ressaltou uma afirmação do militar: o "[...] homem de imprensa no Brasil, é acima de tudo um soldado e não mede sacrifícios quando está em jogo o interesse do Brasil". Deste modo, o posicionamento do Brasil ao lado dos Aliados e sua posterior entrada na guerra acarretou um fortalecimento do movimento de militarização da sociedade já iniciado com o Estado Novo. A imprensa, por sua vez, era vista pelos militares como uma ferramenta bélica comunicacional fundamental para a vitória (*A Noite*, 15 maio 1942, p. 3, 2. ed.).

Se os meios de comunicação estavam empenhados em colaborar com o esforço de guerra, também estavam igualmente dispostos os "boateiros" e "derrotistas" a atrapalhar o trabalho desenvolvido pelos meios de comunicação que, diga-se de passagem, eram rigidamente censurados pelo crivo oficial. A coluna *Ecos e Novidades*, por exemplo, identificou quem seriam esses propagadores de mentiras: "[...] são estrangeiros pérfidos e ingratos os agentes desses torpedeamentos verbais, tão covardes como os outros, porém igualmente inúteis na sua finalidade de engendrar discórdias entre os brasileiros". Para o jornal, brasileiro que participasse da divulgação de boatos deveria ser considerado um "sabotador" do esforço de guerra pois "[...] não nos permitimos admitir a hipótese de colaboração de qualquer patrício nessa obra de traição" (*A Noite*, 26 mar. 1942, p. 2, 1. ed.).

A circulação de boatos durante o período levou o DIP a divulgar uma nota desmentindo a "cavilosa notícia" de que a carne verde consumida na Capital Federal estaria envenenada. De acordo com o DIP, a "[...] fictícia propalada é de todo

inverídica e revela positiva ação sabotadora, contra a qual o governo agirá com energia, apelando para a população no sentido de cooperar com as autoridades na averiguação de suas origens maléficas". Para o Estado Novo, a população deveria ficar vigilante e se abster de acreditar em tudo o que elementos "quinta-colunistas" propagassem, incentivando, inclusive, todos a delatarem indivíduos que estivessem divulgando essas informações (*A Noite*, 28 jul. 1942, p. 1, 2. ed.). A polícia fluminense, por exemplo, empreendeu uma grande operação pelo Estado para prender em flagrante "[...] os que se entregam à impatriótica prática de espalhar boatos", resultando na prisão de seis homens acusados de trabalharem "[...] contra o Brasil, veiculando uma série de inverdades" (*A Noite*, 28 mar. 1942, p. 2, 2. ed.)[261].

De acordo com o jornal, existiam dois tipos de "quinta-colunistas boateiros": "[...] uns ajudam conscientemente o trabalho da propaganda nazista, outros colaboram sua obra maléfica sem se aperceberem de que o fazem". Esses últimos, segundo *A Noite*, eram em maior número e constituíam-se de "criaturas impressionáveis" que propagavam sem pensar as "invencionices de Berlim". O jornal ainda advertia a população para estar sempre atenta "[...] contra quem quer que seja apanhado a assolhar coisas contrárias aos nossos próprios interesses", assumindo cada cidadão o dever de reprovar quem assim procedia, visto que "[...] ouvir e espalhar notícias más para o Brasil e seus irmãos de cruzada é fazer o jogo do inimigo, é desservir a causa nacional" (*A Noite*, 19 nov. 1942, p. 2, 1. ed.). A coluna *Ecos e Novidades*, por exemplo, advertiu os leitores no sentido de que boatos e falsas propagandas eram as "armas do quinta-colunismo", que poderiam transformá-los em "instrumentos inconscientes" do inimigo quando propagados (*A Noite*, 26 jun. 1942, p. 2, 1. ed.).

Do mesmo modo, em 1943, o Chefe de Polícia do Rio de Janeiro, Alcides Etchegoyen, divulgou em *A Noite* uma nota comunicando à população que era crime previsto em lei "[...] proferir em público ou divulgar por escrito ou por outro qualquer meio, conceito calunioso, injurioso ou desrespeitoso contra a Nação, o Governo, o regime e as instituições, ou contra agente de poder público". O militar ainda advertia a população "[...] que não devem dar curso a boatos tendenciosamente espalhados com o fim de gerar o pânico e o desassossego público" pois se assim o fizesse, estaria "prestigiando" os inimigos do país e auxiliando "[...] seus torpes e inconfessáveis

[261] Outro caso envolvendo a prisão de "boateiros" em Santa Catarina. Conforme *A Noite*, um grupo de brasileiros descendentes de italianos, em sua maioria lavradores e analfabetos, estariam espalhando boatos "antibrasileiros" (*A Noite*, 26 jun. 1942, p. 5, 1. ed.).

interesses", além de, é claro, infringindo a lei sob pena de seis meses a um ano de reclusão (*A Noite*, 27 jan. 1943, p. 3, 2. ed.). O boato foi equiparado à emissão de opinião, entendida por Etchgoyen como injúria à nação, Vargas ou qualquer instituição do Estado Novo, transformando-se, desta maneira, em um mecanismo eficaz de criminalizar os críticos da ditadura. O engenheiro italiano Galeano Pinuta, por exemplo, foi condenado a um ano de reclusão em regime fechado pelo fato de ter "injuriado" Vargas em almoço oferecido pelo embaixador Macedo Soares (*A Noite*, 24 ago. 1944, p. 7, 2. ed.)[262].

Outra categoria identificada pelo jornal era os chamados "derrotistas". Para o regime, o derrotismo consistia em uma atitude pessimista em relação aos destinos do Brasil: em tempos de mobilização bélica e exaltação de elementos patrióticos e nacionalistas, *A Noite* censurava esse comportamento ao considera-lo uma "insensibilidade cívica". Segundo o periódico, o derrotismo era, sobretudo, um desrespeito "[...] ao ritual cívico abençoado pelo símbolo da pátria [...]. É profanação, mas, principalmente, injustiça esse inconfessável trabalho de inútil desmoralização do valor, da eloquência e da grandeza dos corações e dos espíritos em fiel alvoroço pelo Brasil" (*A Noite*, 18 ago. 1942, p. 2, 1. ed.).

Nem todos os brasileiros estavam "vibrando" pelo recente alinhamento do regime com os Aliados: para *A Noite*, os nacionais que não apoiavam as políticas do Estado Novo eram considerados "traidores da pátria", o que equivalia a equiparar regime a pátria. A coluna *Ecos e Novidades*, por exemplo, comentou o caso de um brasileiro, reservista do Exército, que havia posto "[...] o juramento à bandeira abaixo de suas simpatias hereditárias por um dos países do Eixo". Segundo o jornal, se esse "traidor" tivesse cometido o crime em "certos climas políticos", estaria condenado ao "fuzilamento sumário e imediato" (*A Noite*, 5 fev. 1942, p. 2, 1. ed.)[263].

O vespertino também classificava como quinta-colunistas os brasileiros que

---

[262] Alguns casos de injúria aos poderes públicos envolviam lideranças locais, tal como ocorreu com Emanuel do Amaral Caldeira, julgado e condenado pelo TSN por ter proferido injúrias ao prefeito de Belém, Pará, ou seja, desafetos políticos poderiam ser enquadrados nessa lei (*A Noite*, 28 jul. 1944, p. 6, 1. ed.).

[263] Em alguns casos, o simples fato de possuir livros em língua alemã era motivo de prisão: Nilo Souza, proprietário de bar de Salvador, Bahia, foi detido acusado de ser simpatizante do nazismo por possuir livros em alemão (*A Noite*, 4 set. 1942, p. 2, 2. ed.). Falar a língua materna também poderia levar o súdito à prisão: *A Noite* noticiou a detenção de um dinamarquês e um alemão que foram denunciados por transeuntes que presenciaram os dois conversando em alemão (*A Noite*, 13 mar. 1943, p. 2, 2. ed.). Até início de 1945 ainda se detinham estrangeiros por falarem alemão, embora a preocupação das forças de repressão estava voltada para os elementos suspeitos de espionagem, tal como foi o caso do processo transitando no TSN acusando dois alemães por falarem a língua materna em público (*A Noite*, 30 jan. 1945, p. 4, 1. ed.).

nutriam simpatias pelo Eixo. Chamados de “eixistas”, esses indivíduos eram tratados como “nazistas confessos”, geralmente filhos de “súditos do Eixo”, e se transformaram no mais novo alvo da vigilância do DOPS/DEOPS. Em Pelotas, Rio Grande do Sul, Frederico Jaeckel, “apesar de sua nacionalidade brasileira”, declarou que “‘[...] havia engordado a sua cachorrada com carne de brasileiro’”, manifestação pública que lhe rendeu uma visita do DEOPS-RS. Segundo depoimento do filho de Jaeckel à polícia, seu pai sempre hostilizou os brasileiros pois julgava que todos eram “vagabundos e burros”. Já Belarmina Schwartz, nora de Jaeckel que também acabou sendo detida, teria confirmado o modo de pensar do sogro, reiterando aos policiais que ela tinha “[...] esperança de enfardar muitos brasileiros na sua prensa para alfafa, pois a Alemanha vai ganhar a guerra” (*A Noite*, 10 abr. 1942, p. 4, 1. ed.). Outros nacionais simpatizantes do Eixo eram demitidos, tal como foi o caso de Eduardo de Paiva Dreyfus, funcionário do Departamento dos Correios e Telégrafos, exonerado por ter “[...] se rejubilado, publicamente, com a notícia do afundamento do vapor brasileiro ‘Arabutan’” (*A Noite*, 30 jun. 1942, p. 3, 1. ed.).

Esses casos trazidos pelo jornal objetivavam generalizar a condição dos brasileiros filhos de alemães, japoneses e italianos ao identifica-los, via de regra, como “eixistas”. Portanto, *A Noite* passou a criar uma correspondência entre os filhos dos “súditos do Eixo” e o movimento quinta-colunista: na visão do jornal, corroborando a da ditadura, todo “súdito” ou descendente era, a princípio, um potencial traidor, sendo recorrente a publicação de notícias que exemplificavam essa hipótese jornalística. Seite Sato, brasileiro, por exemplo, acusado de ter sido no passado soldado japonês na Guerra Sino-Japonesa, também era reservista do Exército Brasileiro, fatos que causaram desconfiança das autoridades que determinaram sua prisão (*A Noite*, 12 mar. 1942, p. 2, 2. ed.).

Comentando um caso de “mau brasileiro”, o jornal considerava filhos de “súditos” verdadeiros “traidores”: “[...] como a quase totalidade dos filhos de alemães, Augusto Keller, de 67 anos de idade, casado, é um indivíduo que de brasileiro só tem o lugar de nascimento. Do restante não passa de um alemão, cem por cento, e que logo se colocou contra o Brasil”. Morador de Araçatuba, São Paulo, Keller havia inclusive se indisposto com os vizinhos devido à sua simpatia pelo Nazismo. No entanto, seus problemas com o DEOPS começaram quando ele estava em um bar e, ao tomar conhecimento do afundamento de navios brasileiros por submarinos do Eixo, teria declarado que “[...] vai tudo para o fundo! Os brasileiros são jagunços!”. Indignados com a afirmação, os frequentadores do botequim chamaram a polícia e

Keller acabou sendo detido (*A Noite*, 16 abr. 1942, p. 3, 1. ed.). Já José Balio, brasileiro e morador de Santos, estando num bar, teria erguido “vivas ao Japão”, proferindo, ainda, “(..) insultos ao chefe do governo, verberando, igualmente, a atitude do governo em face do momento internacional” (*A Noite*, 17 maio 1942, p. 2, 1. ed.).

Um episódio envolvendo um brasileiro “eixista” chamou a atenção do jornal em razão do local dos fatos: a Imprensa Nacional. Segundo *A Noite*, no início do expediente, Francisco Wlasek, natural do Paraná, havia feito uma referência “indigna à nossa bandeira”, fato que provocou grande indignação, contudo, o trabalho prontamente foi normalizado. Ao final do dia, o técnico de encadernação Hebert Luderity, espanhol, havia dado uma ordem para um operário brasileiro que não lhe atendeu prontamente, ao passo que o estrangeiro “[...] enraiveceu-se e pronunciou palavras inconvenientes contra o operário, chegando mesmo a destratar o nosso país”. Quando os funcionários protestaram contra a atitude do espanhol, este retirou uma fotografia de Vargas da parede e a rasgou na frente dos colegas de trabalho. Tais fatos levaram os trabalhadores a perseguirem Wlasek e Luderity para linchá-los, sendo a confusão resolvida somente com a chegada da polícia que desvencilhou os dois das mãos da multidão enfurecida e os prenderam em flagrante (*A Noite*, 28 ago. 1942, p. 1-2, 2. ed.). Posteriormente, o DIP publicou uma nota informando que Luderity foi encaminhado para o DOPS e que Wlasek teria sido agredido injustamente por “elementos menos avisados” que se “aproveitaram da exaltação” no momento (*A Noite*, 29 ago. 1942, p. 3, 1. ed.)[264].

Para o ministro da Educação Gustavo Capanema, ao discursar em um comício promovido pela UNE no Rio de Janeiro, os brasileiros simpatizantes do Eixo nem sequer deveriam ser considerados quinta-colunistas, mas simplesmente traidores. Comentando o discurso de Capanema, a coluna *Ecos e Novidades* sustentou que não restava dúvida que esses indivíduos deveriam ser tratados como traidores, devendo ser-lhes aplicadas “[...] as sanções a que estão sujeitos pela sua conduta ignominiosa” (*A Noite*, 31 ago. 1942, p. 2, 1. ed.).

Embora houvesse um número considerável de casos de “maus brasileiros”, o jornal também destilava sua repulsa aos “súditos” julgados quinta-colunistas. Amadeu

---

[264] Por outro lado, estelionatários, brasileiros, aproveitavam-se do clima de hostilidade aos quinta-colunistas para poderem lucrar: no Rio de Janeiro, por exemplo, uma quadrilha de estelionatários foi detida acusada de terem criado um “livro de ouro” do combate à quinta-coluna. Os comerciantes que colaborassem com a confecção do referido livro teriam seus nomes gravados em letras de ouro. Sobre o caso, ver edições *A Noite*, 15 jul. 1942, p. 1-3, 1. ed.; 16 jul. 1942, p. 2, 1. ed.

dos Santos, comerciante português de Porto Murtinho, Mato Grosso, foi denunciado ao TSN "[...] pela audácia, arrogância e insolência com que o acusado se dirigiu ao representante das forças armadas" no município. Segundo o procurador Gilberto de Andrade, pesava sobre Santos o fato deste se esquivar das comemorações nacionais em Porto Murtinho e, além disto, incentivava seus funcionários a não participarem dos eventos cívicos (*A Noite*, 11 fev. 1942, p. 3, 2. ed.). Em outro caso, envolvendo novamente um imigrante português, Arthur Coutinho Duarte, durante almoço com colegas de trabalho, "insultou os brasileiros" e quando estes protestaram, tentou ferir um dos colegas com uma faca. Preso, foi processado pelo TSN por crimes previstos na "Lei de Segurança" (*A Noite*, 4 out. 1943, p. 10, 1. ed.), sendo condenado posteriormente a seis anos de detenção (*A Noite*, 29 nov. 1943, p. 3, 2. ed.). Uma denúncia levada pelo procurador do TSN Ademar Vidal acusava duas mulheres de "Nazismo extremado" e por terem usado a bandeira brasileira para fazer a limpeza do assoalho da casa delas (*A Noite*, 11 out. 1944, p. 2, 2. ed.).

Alguns "súditos" eram mais organizados, constituindo, inclusive, agremiações que visavam a congregar os simpatizantes do Nazismo no Brasil. Nas cidade paraibanas de João Pessoa e Campina Grande, por exemplo, a polícia efetuou a prisão de um grupo de alemães que desenvolviam propaganda nazista. Segundo a reportagem, a agremiação chamava-se "Sociedade Nacional Nacionalista dos Guerreiros Alemães" e possuía em seu poder farto material, incluindo mapas do Nordeste Brasileiro, fotografias e artigos redigidos em português e alemão (*A Noite*, 19 mar. 1942, p. 2, 1. ed.)[265].

As sociedades culturais de origem alemã, italiana e japonesa eram considerados locais suspeitos de atividades "subversivas", levando a polícia a realizar batidas. Em Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, a polícia promoveu o fechamento de clubes e escolas mantidas pela comunidade alemã, sendo apreendidos desde livros, revistas, discos, fotografias, uniformes, distintivos e até uma bandeira com símbolos nazistas mesclados com as cores do Brasil (*A Noite*, 21 fev. 1942, p. 5, 1. ed.). Sobre Pelotas, também Rio Grande do Sul, o jornal republicou uma matéria originária do *Diário Popular*, daquela cidade, onde o matutino gaúcho denunciava às autoridades

---

[265] O jornal elogiava a brasilidade do Estado de Pernambuco por considera-lo pouco afeito a "infiltração nazista". De acordo com uma reportagem, o número de alemães, italianos ou mesmo japoneses era tão diminuto que as atividades "eixistas" ficavam restritas à capital, Recife. Mesmo na capital, o último resquício do nazismo foi o "Partido Nazista de Pernambuco", fundado em 1933 e extinto em 1938 (*A Noite*, 24 mar. 1942, p. 1-3, 2. ed.).

policiais que na comunidade rural do município, com grande concentração de imigrantes alemães, os estrangeiros não estavam cumprindo as determinações oficiais que proibiam o uso da língua materna, continuando, inclusive, a realizar festas, missas em alemão, reuniões públicas e particulares onde realizavam “[...] insidiosa propaganda dos países do Eixo, usando para isso notícias mentirosas” (*A Noite*, 23 mar. 1942, p. 8, 2. ed.). Na Capital Federal, os clubes Sport Club Germânia e Club Ginástico de Lins de Vasconcelos foram fechados pela polícia sob a acusação de seus membros ainda utilizarem escrita e língua alemã, sem contar que, ao adentrarem nos estabelecimentos, os policiais se depararam com bandeiras e ornamentos nazistas (*A Noite*, 1 abr. 1942, p. 2, 2. ed.). Em agosto do mesmo ano, o regime desapropria a sede social do extinto clube e transfere a propriedade para a União Nacional dos Estudantes (UNE) e para a Confederação Brasileira de Desportos Universitários (CBDU) (*A Noite*, 22 ago. 1942, p. 1-2, 2. ed.).

Em Cotia, São Paulo, a polícia realizava grandes operações para prender “súditos japoneses” suspeitos de serem elementos ligados ao quinta-colunismo. Buscando vigiar essa comunidade agrícola, a polícia determinou que os caminhões de empresas da cidade só poderiam ser dirigidos por brasileiros, visto que as granjas e cooperativas da região empregavam cerca de trezentos motoristas de nacionalidade japonesa (*A Noite*, 31 mar. 1942, p. 8, 2. ed.). A presença japonesa na cidade era muito expressiva, levando a Cooperativa Agrícola de Cotia a publicar um comunicado, em quadro, informando que havia solicitado ao interventor em São Paulo, Fernando Costa, a abertura de investigação para apurar falsas acusações de que estava dificultando a distribuição de batatas no comércio (*A Noite*,7 mar. 1942, p. 3, 1. ed.). Em São Paulo, japoneses e descendentes eram alvos das vigílias do DEOPS-SP, como por exemplo, Shoroko Nakamori, morador de Marília, acusado pela polícia de exercer a profissão de corretor de imóveis apenas com o intuito de transitar entre os núcleos de colonização japonesa, objetivando “[...] uma articulação perfeita para auxiliar o governo do Micado” (*A Noite*, 9 abr. 1942, p. 1-3, 1. ed.). Em São Paulo, vinte “súditos japoneses” foram detidos em um clube clandestino de jogo: embora estivessem praticando uma atividade ilícita, mas sem ligação com crimes relacionados ao quintacolunismo, todos foram encaminhados para o DEOPS-SP e acabaram sendo acusados de praticarem “atividades suspeitas” contrárias à segurança nacional (*A Noite*, 23 mar. 1942, p. 2, 2. ed.).

Religiosos também foram alvo das investidas da polícia porque, devido às suas nacionalidades, eram considerados, antes de tudo, passíveis de serem considerados

quinta-colunistas. Em São Paulo, um bispo japonês foi preso sob suspeita de participar de movimentos quinta-colunistas. Indignado com a situação, o religioso chamou os policiais de "selvagens". Para o jornal, ironizando a fala do "súdito", selvagens eram os que, em referência aos japoneses, "[...] são educados apenas para matar e destruir, dos que se infernam nas tramas da cobiça, dos que ofendem embaixadores, do que trucidam crianças e mulheres com recém-nascidos ao colo" (*A Noite*, 25 mar. 1942, p. 2, 1. ed.). Em Campina Grande, Paraíba, a polícia realizou uma diligência no Convento do Rosário e localizou uma grande quantidade de material da *Wehrmacht* (Exército Alemão), livros e brochuras com propaganda nazista (*A Noite*, 27 mar. 1942, p. 2, 2. ed.). Um pastor adventista japonês da cidade de Marília, São Paulo, foi acusado de ser quinta-colunista pelo fato de exortar os fiéis de sua igreja a não trabalharem aos sábados – prática comum dos Adventistas. Em seu despacho, o juiz considerou que a religião em si era "esdrúxula" por se colocar acima "[...] das obrigações de cidadãos brasileiros" (*A Noite*, 6 out. 1943, p. 9, 1. ed.).

O jornal criava uma imagem do quinta-colunista diretamente associada ao imigrante, descendente ou "eixista". Reduzindo o inimigo, simplificando-o, *A Noite* conseguia alcançar seu objetivo na campanha de combate ao quinta-colunismo. A imprensa colaborou com essa campanha que contribuía para o clima de ódio ao indivíduo ligado de alguma forma aos países do Eixo. Uma manchete sobre um homicídio ocorrido em São Luiz, Maranhão, denota esse ambiente de vingança: José Evaristo Pacheco, padeiro, casado, trinta e dois anos, "[...] tomado de alucinação ao saber do afundamento do navio 'Afonso Pena', assassinou, com 8 punhaladas, na praça João Lisboa, ponto mais concorrido da cidade, um engraxate italiano". Segundo a reportagem, José confessou aos policiais que quando soube do afundamento do navio, saiu de casa determinado a "[...] matar alemão, italiano ou japonês que encontrasse". Declarando que não estava arrependido, afirmou aos repórteres: "Matei, porque sou brasileiro; matei um italiano com o pensamento no Brasil; matei, pensando nos ferimentos e na agonia dos nossos patrícios do 'Afonso Pena' [...], não sou um bárbaro, sou um brasileiro" (*A Noite*, 22 mar. 1943, p. 1-3, 1. ed.).

Esse clima de combate ao inimigo interno influenciou peças publicitárias veiculadas no jornal: uma propaganda do sabonete *Lifebuoy*, marca estadunidense, era ilustrada por quadros onde um jovem pede auxílio ao "delegado" pelo fato dele ser excluído pelos amigos e questiona: "[...] afinal, não sou quinta-coluna, doutor!". Após a "averiguação" da autoridade policial, descobre-se que ele não estava usando a marca de sabonete, quando o faz, torna-se muito popular (Figura 32) (*A Noite*, 31 maio

1943, p. 5, 1. ed.).

Dois eram os destinos dos indivíduos presos e acusados de terem ligação com quinta-colunismo: os brasileiros iam cumprir pena no Presídio de Ilha Grande, Rio de Janeiro; os “súditos do Eixo”, por sua vez, eram encaminhados para o que seria o primeiro campo de concentração brasileiro, Ilha das Flores[266]. Essa separação entre nacionais e estrangeiros visava a evitar que os “eixistas” brasileiros mantivessem contato com os “súditos”, procurando, desta maneira, assegurar que não formassem dentro das cadeias possíveis redes quinta-colunistas que pudessem prejudicar o esforço de guerra e colocar em risco a “segurança nacional”.

O Presídio de Ilha Grande era o lugar para onde o Estado Novo enviava seus desafetos políticos – Luiz Carlos Prestes, por exemplo, estava detido no local. Em maio de 1942, a primeira leva de presos acusados de serem quinta-colunistas foi encaminhada para o Presídio. De acordo com o periódico, os populares que assistiam ao embarque “[...] não esconderam a sua repulsa” pelos acusados, tentando, inclusive, aproximarem-se dos presos para poderem agredi-los (*A Noite*, 13 maio 1942, p. 2, 2. ed.). Para dar lugar a novos detidos, a polícia carioca realocou, inclusive, “presos comuns” na Penitenciária Agrícola de Dois Rios para que houvesse mais vagas em celas para brasileiros “eixistas” nas delegacias da Capital Federal, denotando, deste modo, uma preocupação da ditadura em combater esse tipo de crime (*A Noite*, 24 ago. 1942, p. 1, 2. ed.)[267].

A antiga Hospedaria dos Imigrantes foi transformada em campo de concentração pelo Estado Novo – o Presídio de Ilha das Flores -, isso em razão do grande número de “súditos” que estavam superlotando as celas da Polícia Central e casas de detenção por causa do aumento no número de operações de combate aos quinta-colunistas (*A Noite*, 26 mar. 1942, p. 1, 2. ed.). O vespertino obteve, inclusive, autorização da Chefatura de Polícia para realizar uma reportagem especial sobre a vida dos prisioneiros do “primeiro campo de concentração brasileiro”. Segundo a reportagem, os internos estavam “[...] gozando de ótimo trato”, considerando aquilo

---

[266] No Presídio de Pindamonhangaba, São Paulo, alemães, italianos e japoneses foram detidos acusados de serem quinta-colunistas. No local ocorreu o nascimento do “[...] primeiro brasileiro nascido em um campo de concentração” (*A Noite*, 31 jan. 1945, p. 1-10, 2. ed.). O jornal também produziu uma série de reportagens sobre a vida dos quinta-colunistas no presídio (ver edições *A Noite*, 29 jan. 1945, p. 1-9, 1. ed.; 31 jan. 1945, p. 1-10, 2. ed.; 2 fev. 1945, p. 1-8, 2. ed.).

[267] Nem só os homens eram detidos, mas havia também mulheres que eram acusadas de quinta-colunismo: *A Noite* produziu reportagem especial sobre mulheres presas por questões de segurança nacional, onde a Legião Brasileira de Assistência (LBA) teve forte atuação (*A Noite*, 13 maio 1943, p. 1-3, 1. ed.).

um verdadeiro "paraíso" para os que "[...] atentaram contra a soberania do nosso país" (*A Noite*, 31 mar. 1942, p. 1-2, 2. ed.) – o jornal parece sugerir que os presos deveriam estar em piores condições![268].

Em outra reportagem especial, desta vez publicada no suplemento dominical, *A Noite* afirmou que, embora fosse um campo de concentração, estar detido no local era "um castigo bem suave" se comparado aos atos de crueldade praticados pelo Eixo (*A Noite*, 5 abr. 1942, p. 3, 1. ed.). Existia uma nítida preocupação do jornal e do regime em caracterizar Ilha das Flores enquanto um local onde se respeitava a dignidade humana: o vespertino, em nova reportagem, destacou o "tratamento humanitário" dispensado aos oitenta e oito detentos (*A Noite*, 13 abr. 1942, p. 1-3, 1. ed.). O "respeito" aos "súditos" era recorrentemente enfatizado pelo jornal: o Comitê de Defesa Política do Continente, por exemplo, visitou o local e a "qualidade" das acomodações e refeições foi elogiada pela comitiva visitante, ressaltando que os prisioneiros usufruíam de "relativa liberdade" no campo de concentração (*A Noite*, 29 set. 1942, p. 1-3, 1. ed.). Em declaração ao periódico, os membros do Comitê chegaram a afirmar que os detentos viviam "[...] melhor no Presídio do que em seus navios" (*A Noite*, 30 set. 1942, p. 1-7, 2. ed.). Essas reportagens tinham o objetivo de rebater as "mentiras" da imprensa japonesa de que os "súditos" aprisionados estariam sofrendo tratamento desumano (*A Noite*, 1 out. 1942, p. 2, 1. ed.)[269].

O aumento no número de prisões de "súditos" vistos como suspeitos pelo regime foi acompanhado pelo surgimento de dois novos personagens que compuseram o imaginário da época sobre o quinta-colunismo: o espião, brasileiro ou estrangeiro e o sabotador. A maior parte das notícias publicadas sobre os casos de espionagem e sabotagem eram associadas à ação de japoneses, alemães e, em menor medida, italianos. Para indignação de *A Noite*, brasileiros também foram acusados de atuarem como espiões para o Eixo em parceria com estrangeiros.

Quanto aos japoneses, era comum a ocorrência de prisões que eram

---

[268] Uma portaria do DOPS, via AN, comunicou que as visitas e o envio de objetos e de cartas aos detentos só seriam permitidos após autorização expressa do órgão de repressão. O regime controlava e censurava as correspondências dos prisioneiros objetivando descobrir suas ligações com movimentos quinta-colunistas (*A Noite*, 16 abr. 1942, p. 4, 1. ed.).

[269] Os estrangeiros acusados de serem quinta-colunistas em Minas Gerais eram enviados para a Penitenciária de Neves, local que segundo o periódico, possuía excelentes acomodações, refeições e "tratamento humanitário": nas palavras do jornal, os detentos usufruíam de um ambiente "quase caseiro" (*A Noite*, 10 jul. 1942, p. 1-3, 2. ed.). Já em Jacuí, Rio Grande do Sul, o jornal produziu reportagem especial sobre a Colônia Agrícola da cidade onde estavam concentrados alguns membros identificados pela polícia como oficiais da *Gestapo* (*A Noite*, 5 abr. 1942, p. 1-3, 1. ed.).

justificadas pelo DOPS pela simples posse de documentos escritos na língua materna: Rincho Schimba, monge budista morador de São Paulo, foi preso pelo fato de possuir cartas em japonês que "comprovavam" seu envolvimento no quinta-colunismo. Se o estrangeiro tivesse alguma titulação de nobreza concedida pelo Império Japonês, ou por ter patente militar, era motivo para detenção, tal como foi o caso de um visconde japonês preso sob acusação de participar de atividades de espionagem (*A Noite*, 18 mar. 1942, p. 1-3, 1. ed.)[270].

Possuir mapas de regiões brasileiras já era mais do que motivo para que a polícia considerasse uma atitude suspeita: R. Kazaes, agricultor do município mineiro de Chapéu d´Uvas, foi aprisionado por possuir mapas do Brasil onde estavam assinaladas a localização de colônias japonesas e as culturas agrícolas correspondentes (*A Noite*, 21 mar. 1942, 1-3, 1. ed.). As prisões de agricultores japoneses realizadas pelo DEOPS-SP eram justificadas com a explicação de que os suspeitos "fingiam" ser trabalhadores do campo enquanto promoviam ações de espionagem, tal como ocorreu no caso de um agricultor japonês que foi identificado pela polícia como "oficial do Exército Japonês" e acabou detido sob a acusação de ser um espião (*A Noite*, 22 mar. 1942, p. 3, 1. ed.). Em Mogi das Cruzes, São Paulo, um agricultor japonês foi preso pelo fato de ter em mãos documentos em sua língua materna e, segundo o delegado que realizou a prisão, o indivíduo era um "[...] perigoso espião [...] trabalhando a serviço do Micado" (*A Noite*, 4 abr. 1942, p. 4, 1. ed.). Em São Paulo, na Rua Vergueiro, um "coronel japonês" foi detido por estar em poder de mala contendo "farta documentação" que comprovava sua ligação com redes de espionagem (*A Noite*, 12 abr. 1942, p. 1-2, 1. ed.). O fato de alguns imigrantes japoneses terem um passado militar fazia a polícia crer que eles ainda estavam em atividade: na visão do DOPS, o porte de documentos no idioma de origem comprovava a ligação do indivíduo com redes de espionagem.

O DEOPS-SP afirmou ao jornal que, devido à sua atuação ferrenha no combate à espionagem, os quinta-colunistas japoneses estavam aprimorando seus métodos: ao invés de utilizarem rádios transmissores para envio de informações – prática comum dos espiões nazistas -, os "súditos do Micado" passaram a usar cartas cifradas endereçadas a familiares. Entretanto, ao examinarmos essas correspondências, publicadas pelo jornal, não há nenhum indício do crime de espionagem (*A Noite*, 14

---

[270] Um capitão do Exército Japonês foi detido em Itapeva, São Paulo, por possuir patente militar (*A Noite*, 24 mar. 1942, p. 2, 2. ed.).

abr. 1942, p. 1-3, 1. ed.). Em algumas situações, japoneses se aproveitavam do clima de desconfiança e delatavam seus compatriotas de serem da quinta-coluna: Kavinyok Miyoshi, morador da capital paulista, acusou “Miashit de tal” de perseguir sua filha Suzana, nascida no Brasil, de persegui-la em seu trabalho insultando-a por ser brasileira (*A Noite*, 6 nov. 1943, p. 6, 1. ed.).

A Noite noticiou a existência de uma conspiração nipônica que pretendia formar um exército em São Paulo composto por “súditos japoneses” para subjugar o governo brasileiro caso o Japão vencesse a guerra (ver edições *A Noite*, 21 mar. 1942, p. 1, 2. ed.; 22 mar. 1942, p. 1-3, 1. ed.). O DEOPS-SP realizou uma batida policial na Cooperativa Agrícola de Mogi das Cruzes, composta exclusivamente por japoneses e descendentes, onde os membros foram acusados pela polícia de arquitetarem um plano para assassinar o presidente da entidade por considera-lo “derrotista”. Essa “trama sinistra de japoneses”, conforme classificou o periódico, estaria em pleno desenvolvimento, sendo, inclusive, distribuídos revólveres para o grupo de colonos insatisfeitos com o posicionamento do conterrâneo (*A Noite*, 31 mar. 1942, p. 1-2, 2. ed.)[271]. Um segundo “plano nipônico” foi descoberto pelo DEOPS-SP: de acordo com o órgão de repressão, japoneses estariam se articulando com alemães e italianos para controlarem “todas as fontes de energia” do Brasil. A reportagem cita a apreensão de diversos mapas do território brasileiro onde estavam marcadas as principais usinas de energia elétrica que seriam atacadas simultaneamente (*A Noite*, 2 jun. 1942, p. 1-3, 1. ed.)[272].

O Estado Novo compreendia que os “súditos japoneses” deveriam estar sob cerrada vigilância. O vespertino utilizava uma linguagem carregada de preconceitos para descrever os japoneses organizados, classificando-os enquanto “seita” e seus integrantes eram tratados como “fanáticos”: em São Paulo, o DEOPS-SP aprisionou um grupo de “súditos do Micado” – outra forma pejorativa de tratamento – acusados de fazerem parte de uma “sociedade secreta nipônica” intitulada *Sodoku Diroku Siki Sel Den*, uma agremiação de japoneses que atuavam no interior paulista e que tinha

---

[271] O japonês “derrotista” ou *Makegumi* consistia no imigrante que não acreditava que o Japão iria vencer a guerra ou que discordava da ideologia do Império Japonês. Do lado oposto, o *Kachigumi* ou “triunfalista/patriota”, era o “súdito” que nutria a crença no poderio ilimitado do Império de Hirohito. Para mais detalhes sobre a cobertura jornalística do episódio, ver edições *A Noite*, 1 abr. 1942, p. 1-3, 1. ed.; 3 abr. 1942, p. 1-2, 2. ed.

[272] O jornal propagava que “o perigo amarelo em São Paulo” era muito mais grave devido à concentração de imigrantes dessa nacionalidade (*A Noite* 19 mar. 1942, p. 1-2, 2. ed.). Em Pinheiros, São Paulo, um grupo de japoneses foram detidos sob a alegação de estarem se reunindo para escutar “instruções” do governo japonês pelo rádio (*A Noite*, 19 mar. 1942, p. 1-3, 1. ed.).

como objetivo sabotar a produção nacional destinada ao esforço de guerra. Conforme a reportagem, esses estrangeiros incentivavam os demais a atearem fogo em plantações de amoreiras (para produção de seda) e de hortelã-pimenta (de onde se extraia o mentol). Outra tática era a de não produzirem culturas agrícolas que eram destinadas ao esforço de guerra (*A Noite*, 11 jul. 1945, p. 1-8, 2. ed.)[273].

Mesmo com o término da Segunda Guerra Mundial, em fevereiro de 1946 uma “seita nipônica” foi desmantelada pela polícia, a *Shindo Remmei*. Segundo o DEOPS-SP, esse grupo criou um sistema de chantagem que tinha como objetivo extorquir japoneses que atuavam na produção agrícola, oferecendo-lhes “proteção”. Chamados pelo jornal de “Dragões Negros”, os membros da organização não se deixavam intimidar pela polícia, promovendo, inclusive, protestos quando “súditos” eram detidos. Houve uma mudança na forma como esses grupos eram tratados durante o governo Dutra: esses estrangeiros passaram da sabotagem da produção para a fabricação de artefatos explosivos, compra de armamentos e, sobretudo, a matar outros japoneses considerados “derrotistas”, o que, posteriormente, evoluiu para os assassinatos por encomenda – práticas que foram identificadas pelas forças de segurança como “terroristas” (*A Noite*, 8 fev. 1946, p. 1-8, 2. ed.)[274].

Os alemães residentes no Brasil, por sua vez, eram associados a sofisticados esquemas de espionagem sob orientação direta do *Reich*. Em Jaraguá, Santa Catarina, Paulo Alfredo Rudolfo Huebner, tenente do Exército Alemão especializado em metralhadoras de grosso calibre, foi preso por ter declarado publicamente que para “[...] refrear os instintos perversos dos caboclos, só com Hitler à frente, e que todo o brasileiro, mulato ou negro, que viesse a combater contra a Alemanha, iria servir de bucha para os canhões do *Fuehrer*” (*A Noite*, 19 mar. 1942, p. 1-3, 2. ed.).

Grande parte do temário sobre a espionagem nazista no Brasil estava associada à apreensão de equipamentos de rádio transmissão em poder desses indivíduos, enquanto que a atuação japonesa era relacionada à sabotagem. O

---

[273] Em Marília e em Paraguaçu Paulista, região oeste de São Paulo, um grupo de japoneses foi acusado pela polícia de estarem sabotando a produção de hortelã-pimenta da região (*A Noite*, 22 dez. 1944, p. 1, 1. ed.). Na região amazônica os “súditos” japoneses foram culpabilizados de estarem realizando incêndios criminosos em seringais (*A Noite*, 4 jan. 1943, p. 1-2, 2. ed.).

[274] Para maiores informações sobre a cobertura jornalística de *A Noite* acerca da *Shindo Remmei*, ver edições *A Noite*, 9 maio 1946, p. 12, 2. ed.; 10 maio 1946, p. 3, 2. ed.; 11 maio 1946, p. 1, 1. ed.; 20 maio 1946, p. 1-10, 2. ed.; 21 maio 1946, p. 1-2, 2. ed.; 22 maio 1946, p. 2, 2. ed.; 26 maio 1946, p. 1-2, 1. ed.; 29 maio 1946, p. 1, 1. ed.; 2 jun. 1946, p. 1-2, 1. ed.; 3 jun. 1946, p. 1-7, 1. ed.; 4 jun. 1946, p. 1-3, 1. ed.; 8 jun. 1946, p. 1-2, 1. ed.; 8 jun. 1946, p. 1-4, 2. ed.; 10 jun. 1946, p. 1-11, 1. ed.; 12 jun. 1946, p. 1-8, 1. ed.; 17 jun. 1946, p. 1-13, 2. ed.; 22 ago. 1946, p. 1-2, 2. ed.

vespertino publicou, inclusive, o "código secreto dos espiões". Um alemão foi preso em São Paulo por estar carregando uma "mala misteriosa" contendo um aparelho portátil de rádio comunicação. Em seu depoimento à polícia, o estrangeiro afirmou que sua missão era instalar estações de transmissão no Brasil, nos Estados Unidos e demais países americanos (*A Noite*, 26 mar. 1942, p. 1-3, 2. ed.). No Leblon, zona Sul do Rio de Janeiro, o DOPS descobriu a existência de um "Q.G. Nazista", rendendo uma extensa manchete com direito a fotografias dos equipamentos apreendidos pelos investigadores. Segundo declarações do então chefe de polícia da Capital Federal, as investigações vinham sendo realizadas em sigilo desde 1939, resultando na prisão de Niels Cristien Cristiensen, "[...] um dos maiores técnicos de rádio da Alemanha". Em sua residência, a polícia encontrou diversos equipamentos de rádio transmissão e, especialmente, documentos que registravam a saída de navios brasileiros do Porto do Rio de Janeiro (*A Noite*, 27 mar. 1942, p. 1-3, 2. ed.)[275]

O "caso Niels" foi um temário grandemente explorado por *A Noite*, que acompanhou os desdobramentos da investigação policial: em 1943, Niels revelou que brasileiros colaboraram para instalar e operar uma estação de rádio transmissão em Copacabana (*A Noite*, 6 fev. 1943, p. 1, 3 e 8, 2. ed.). Durante a fase em que o TSN julgava o processo judicial, a polícia afirmou que "Mendes", codinome de Hans Ulrich Uebele, brasileiro, filho do encarregado do Consulado da Alemanha em Santos, cobrava duzentos mil cruzeiros para cada navio sobre o qual ele passasse informações (*A Noite*, 21 fev. 1943, p. 1-9). Seu pai era Otto Uebele, que "[...] desfrutava de enorme prestígio e influência nos meios sociais e comerciais" da cidade. Naturalizando-se brasileiro, Otto foi acusado de ser o "financiador da espionagem" promovida pela rede de Niels. Ele, inclusive, auxiliou o espião a obter a "Carteira Modelo 19", facilitando, desta maneira, sua atuação na Capital Federal (*A Noite*, 23 fev. 1943, p. 1-3, 1. ed.). O "espião de Hitler", como ficou nomeado por *A Noite*, foi condenado a trinta anos de reclusão pelo crime de espionagem (*A Noite*, 7 out. 1943, p. 1-3, 1. ed.). Em 1944, desqualificando o papel do espião, o jornal revela que Niels inventava informações para Berlim quando não conseguia obtê-las (*A Noite*, 19 set.

---

[275] Outro espião nazista que ficou conhecido através de *A Noite* foi Beno Sobisch: morto sob circunstâncias suspeitas, segundo o DOPS, ele "[...] gozava de real prestígio, considerado por todos como um homem capaz de realizar, na sua ação, os maiores sacrifícios" (*A Noite*, 2 abr. 1942, p. 8, 1. ed.). Atuando em parceria com Niels, Frederico Kempter era considerado o "cabeça" da rede de espionagem do bairro carioca da Penha e tinha forte ligação com espiões que atuavam no Recife, Pernambuco. Segundo o jornal, Kempter tinha a seu dispor diversos subordinados brasileiros: após ser detido pelo DOPS, o "espião da Penha" entregou para a polícia uma listagem de códigos utilizados por ele que eram utilizados na comunicação com Berlim (*A Noite*, 6 abr. 1942, p. 1-3, 2. ed.).

1944, 1-3, 2. ed.)[276].

De acordo com a polícia, as redes de espionagem estavam espalhadas pelo Brasil, concentrando-se em cidades portuárias: o DEOPS-PE apreendeu um alemão que foi apontado como chefe da espionagem em Recife (*A Noite*, 29 mar. 1942, p. 1-2, 1. ed.). Em Porto Alegre, a polícia prendeu um grupo de espiões financiados por bancos alemães que haviam sido recentemente nacionalizados pelo Estado Novo[277]. Dentre os detidos, um agente da *Gestapo*[278] (*A Noite*, 31 mar. 1942, p. 1-3, 1. ed.). Também no Rio Grande do Sul, um casal de alemães engoliu documentos antes que fosse detido pela polícia (*A Noite*, 1 abr. 1942, p. 8, 2. ed.).

O clima de espionagem inspirou a criação do programa radiofônico "Confissões de um espião nazista": produzido e irradiado pela *Rádio Nacional*, a produção obteve grande sucesso de audiência, contando com diversas inserções publicitárias no jornal. É importante ressaltar o investimento – simbólico e financeiro – dos veículos ligados à *Empresa A Noite* sobre o tema da espionagem, assunto que estava em voga na época (*A Noite*, 14 abr. 1942, p. 6, 2. ed.). Alimentando esse ambiente de desconfiança, o jornal noticiou a prisão de um "agente alemão" que tinha em seu poder munições de fuzis com os nomes de autoridades brasileiras inscritas, inclusive, um dos projéteis tinha o nome de Getúlio Vargas gravado. Segundo o jornal, Henrique Sibenkaess, morador da capital paulista, guardava em sua residência na Vila Mariana um número considerável de material de propaganda nazista, fotos de navios de guerra, cheques do Banco Transatlântico Alemão – denotando a ligação da instituição bancária ao financiamento da espionagem -, granadas e diversas fotografias de Hitler (*A Noite*, 17 abr. 1942, p. 1-3, 1. ed.).

De acordo com *A Noite*, o saldo das prisões e apreensões realizadas pela polícia contra elementos quinta-colunistas, em apenas quatro meses de operações,

---

[276] O jornal conseguiu, inclusive, autorização do DOPS para entrevistar Niels em sua cela (*A Noite*, 10 abr. 1942, p. 1-2, 2. ed.). Para mais informações sobre o "caso Niels", ver edições *A Noite*, 28 mar. 1942, p. 2-3, 1. ed.; 31 mar. 1942, p. 1-3, 1. ed.; 8 fev. 1943, p. 1, 1. ed.; 30 mar. 1943, p. 1-2, 1. ed.; 18 abr. 1943, p. 1-10, 1. ed.; 7 out. 1943, p. 1-3, 1. ed

[277] Conforme *A Noite*, em São Paulo, os bancos alemães eram usados para financiar a propaganda nazista nos núcleos germânicos, especialmente na região Sul do país, como também, custear as atividades de espionagem desenvolvidas pelos agentes nazistas. O periódico anunciou que cerca de novecentos e cinquenta contos de réis foram desviados para esses fins, classificando essas instituições bancárias como "quartéis generais do Nazismo" (ver edições *A Noite*, 9 set. 1942, p. 5, 1. ed.; 29 set. 1942, p. 3, 2. ed.).

[278] Era comum alemães acusados de espionagem serem identificados como "agentes da *Gestapo*", consistindo em um protocolo narrativo utilizado pelo jornal para maximizar sua campanha contra o quinta-colunismo. Um brasileiro filho de suíços, por exemplo, procurou o jornal para denunciar um "agente da *Gestapo*" que se passava por tcheco (*A Noite*, 28 mar. 1942, p. 3, 2. ed.).

foi de quatrocentas pessoas detidas e quatorze emissoras clandestinas fechadas, números estes referentes somente à atuação do DOPS na Capital Federal, evidenciando, desta maneira, o esforço dos aparelhos repressivos no combate aos movimentos quinta-colunistas. Segundo o relatório publicado pelo DOPS, havia participação de integralistas nas redes de espionagem nazistas (*A Noite*, 30 maio 1942, p. 1,2, 3, e 4, 2. ed.)[279].

A concorrência de brasileiros ligados ao *Sigma* nessas redes de espionagem deve ser destacada, isso porque o jornal passou a identificar os adeptos de Plínio Salgado enquanto estereótipo do brasileiro "traidor": no Rio Grande do Sul, por exemplo, o comerciante alemão Kurt Fraeb foi detido, acusado de integrar uma rede de espionagem composta por nazistas e integralistas, confessando, inclusive, que desde 1930 ele enviava à Embaixada da Alemanha na Capital Federal informações sobre a movimentação de navios no Porto do Rio de Janeiro, supondo, desta maneira, que as práticas de espionagem nazistas eram anteriores ao conflito bélico mundial (*A Noite*, 20 abr. 1942, p. 1, 2. ed.).

Segundo o vespertino, integralistas estariam engajados no movimento quinta-colunista ao se associarem com espiões nazistas: em Lages, Santa Catarina, Hans Walter Taggesell, engenheiro, foi preso sob a alegação de ter proferido palavras contra o Brasil e o Estado Novo; contudo, o que chama a atenção é o fato dele ter sido detido em 1937 por fazer parte da direção de grupo integralista em seu município (*A Noite*, 24 mar. 1943, p. 2, 1. ed.)[280]. Integralistas de São Paulo chegaram a criar um fundo de auxílio que tinha como objetivo amparar companheiros detidos, como também subsidiar a propaganda integralista no interior do Estado (*A Noite*, 24 nov. 1943, p. 6, 1. ed.). No Rio de Janeiro, dois brasileiros foram detidos sob a acusação de serem "laranjas" da Embaixada Alemã na Capital Federal para administrarem a *Rádio Ipanema* (*A Noite*, 29 set. 1943, 1-2, 2. ed.). No bairro do Jabaquara, São Paulo, a polícia descobriu uma emissora localizada na residência de Werner Wetemach camuflada por alçapão que dava acesso aos equipamentos de rádio transmissão (*A*

---

[279] O jornal denunciou, inclusive, a participação de dois investigadores do DOPS que estariam vendendo informações para "súditos do Eixo", como também, eram suspeitos de coagirem Guilherme Mueller, empresário alemão, para que ele vendesse sua empresa por um preço abaixo do mercado (*A Noite*, 20 fev. 1943, p. 1-3, 1. ed.). Estranhamente, na seção *Ineditoriais*, Mueller comunicou que havia se desfeito da empresa por razões pessoais, reiterando que não havia sido coagido (*A Noite*, 22 fev. 1943, p. 5, 1. ed.).

[280] José de Queiroz Muniz, brasileiro e "barriga verde", homenageou o colega morto, também integralista, proferindo a saudação "Anauê". Os presentes chamaram a polícia que prendeu Muniz antes mesmo que a cerimônia fúnebre tivesse terminado (*A Noite*, 24 jun. 1943, p. 1-3, 2. ed.).

Noite, 18 ago. 1943, p. 1-7, 2. ed.). O jornal, inclusive, sugeriu que os acusados fossem condenados à pena de morte em razão da "gravidade" dos crimes cometidos (*A Noite*, 4 set. 1943, p. 1-2, 2. ed.)[281].

Em outubro de 1943, o TSN condenou cento e vinte e oito indivíduos pelo crime de espionagem, sendo que destes, cento e um eram alemães (*A Noite*, 29 out. 1943, p. 2, 2. ed.). Do mesmo modo, cento e vinte e oito brasileiros foram condenados por crimes como espionagem, traição e sabotagem (*A Noite*, 6 out. 1943, p. 1, 2. ed.). Conforme apurou o periódico, noventa e oito réus foram condenados à pena de morte por fuzilamento pelo TSN; contudo, todas as sentenças foram convertidas para penas que não passavam de trinta anos de reclusão em regime fechado, tal como ocorreu no julgamento dos espiões nazistas Albrecht Gustav Engels[282], Otomar Gramilischey, Salomoa Janug e Teodoro Friederich Selegel (*A Noite*, 22 dez. 1943, p. 1, 1. ed.).

As ações da polícia no combate ao quinta-colunismo foram louvadas por *A Noite*, que via nesse grupo a encarnação de novos "inimigos internos" a serem combatidos: "derrotistas", traidores, "súditos do Eixo", integralistas, espiões e sabotadores; personagens que foram identificados como elementos quinta-colunistas e que eram culpabilizados por colocarem em risco a segurança nacional. A cobertura jornalística de *A Noite* procurou, desta maneira, criar um clima de desconfiança permanente contra os personagens dessa narrativa que, até então, via nos comunistas o elemento indesejável a ser expurgado.

Durante esse período, o Estado Novo colocou em prática uma política mobilizadora para o esforço de guerra que era baseada em duas campanhas: o racionamento de bens de consumo e combustíveis e o movimento de mobilização para o esforço de guerra. Ambas constituíam parte do projeto de comunicação social que o regime colocou em prática e, para auxiliá-la, a ditadura encontrou novamente em *A Noite* o seu fiel escudeiro nessa cruzada comunicacional.

---

[281] O TSN julgou o cabo do Exército Hélio Clark Lopes Gonçalves, de São Gonçalo, Rio de Janeiro, acusado de ser integralista e por ser grande propagandista da ideologia (*A Noite*, 11 abr. 1944, p. 1-2, 2. ed.).

[282] Albrecht Gustav Engels, agente alemão responsável pela estação emissora do bairro da Penha, Rio de Janeiro, transitava pelas rodas elitistas da sociedade carioca: sua detenção foi noticiada com espanto pelo jornal. Para maiores informações sobre o caso de Engels, ver edições *A Noite*, 28 maio 1942, p. 1-2, 2. ed.; 9 fev. 1943, p. 1, 3 e 8, 2. ed.; 13 out. 1943, p. 1-3, 2. ed.

3.4 A ditadura contra "os exploradores da bolsa do povo": as campanhas do racionamento/tabelamento

A partir de maio de 1941, o Brasil começou a sentir os efeitos da Segunda Guerra Mundial, colocando o Estado Novo diante de um grande problema: a falta de gêneros alimentícios de primeira necessidade e de combustíveis no mercado interno. Devido aos bloqueios marítimos no Oceano Atlântico, grande parte dos produtos consumidos diariamente pelo brasileiro ficaram escassos – especialmente, gasolina e demais derivados do petróleo –, levando a ditadura a intervir diretamente no mercado consumidor.

A campanha do racionamento do regime publicizada por *A Noite* era sustentada por dois pilares comunicacionais: tornar pública a eficácia do controle governamental sobre o mercado produtor e consumidor por meio da Comissão de Defesa da Economia Nacional (CDEN) e demais órgãos governamentais, bem como tornar a punição dos crimes contra a economia popular um auto de expurgo de práticas antibrasileiras[283]. Essas duas noções, amplamente aplicadas por *A Noite*, constituíam o norteamento da campanha de racionamento que, indo muito além das práticas econômicas propriamente ditas, necessitavam de veículos de comunicação que as tornassem de conhecimento público para que pudessem ser legitimadas. Podemos dividir essa campanha de racionamento em dois momentos distintos: entre 1940 e julho de 1942, momento em que a política de racionamento era incipiente e restrita à Capital Federal; e entre julho de 1942 e meados de 1945, período em que ocorreu a extensão do racionamento para todo o território nacional, maior controle sobre as atividades comerciais e rígida punição aos "exploradores do povo".

Inicialmente, a ditadura controlava a falta de produtos por meio da Comissão de Abastecimento (CA), colegiado que era subordinado ao Ministério da Agricultura. A falta de carne, por exemplo, era resolvida de modo pontual pelo órgão que determinava o congelamento dos preços e fiscalizava a distribuição do produto: em outubro de 1940, pela primeira vez o jornal se queixava da escassez de carne nos açougues cariocas quando enviou equipes de reportagem que ficaram surpresas com a formação de gigantescas filas nas portas dos estabelecimentos comerciais (*A Noite*,

---

[283] A Comissão de Defesa da Economia Nacional foi criada em setembro de 1939 e tinha como presidente o ministro João Alberto. Sua função era regular os preços praticados pelo comércio e interferir no mercado interno quando o regime julgava necessário.

29 out. 1940, p. 1-2, 2. ed.). Pela primeira vez, portanto, o problema da falta de carne foi encarado sob a perspectiva da economia de guerra e a CDEN interveio na questão ao determinar o fornecimento de carne congelada para suprir a falta do produto resfriado (*A Noite*, 30 out. 1940, p. 1-3, 1. ed.).

Contudo, seria a partir de maio de 1941 que a escassez de gêneros de primeira necessidade no mercado interno levou o regime a instituir, inicialmente, o congelamento dos preços de alguns itens no comércio varejista. Essa política de controle do mercado consumidor esteve restrita inicialmente à Capital Federal, sendo progressivamente implantada pelas interventorias nos Estados. A CDEN considerava alarmante a majoração desses produtos, ameaçando processar os comerciantes que "[...] atentam contra a economia popular", prometendo que os "[...] gananciosos de lucro alto e fácil com o sacrifício do povo, serão desmascarados e punidos com as sanções da lei pelo Tribunal de Segurança Nacional". Segundo o Decreto-Lei nº 869, de 18 de novembro de 1938 (modificado pelo Decreto-Lei nº 2.524, de 23 de agosto de 1940), os comerciantes que aumentassem os preços sem autorização do órgão estariam sujeitos a penas que variavam entre dois a dez anos de prisão em regime fechado (*A Noite*, 5 maio 1941, p. 1-2, 3. ed.). Embora a ditadura já estivesse cumprindo o decreto desde 1938, foi somente em 1941 que os casos envolvendo aumento abusivo de preços começaram a serem tratados pelo jornal, levando-o a um segundo estágio da política de racionamento: o tabelamento.

O tabelamento foi uma política oficial imposta pela CDEN que determinava o valor de alguns gêneros alimentícios em falta no mercado interno. Expandindo a política de controle de preços, a CDEN incluiu as quitandas no grupo de comércio alvo da fiscalização governamental. Segundo o jornal, além das quitandas, o preço oficial de frutas, legumes, verduras e hortaliças também deveria ser praticado por armazéns e vendedores ambulantes, criando, sobretudo, um "[...] sistema de vigilância, pronto e enérgico, para o fim de assistir ao consumidor lesado e promover a punição dos contraventores" (*A Noite*, 17 maio 1941, p. 1-3, 1. ed.).

A Noite, por sua vez, passou a publicar a tabela oficial de preços de gêneros alimentícios, sendo divulgada a seu lado, uma entrevista exclusiva com o presidente da CDEN, ministro Joaquim Eulálio, que prometeu que o governo empreenderia uma ferrenha fiscalização para o cumprimento do tabelamento, garantindo, especialmente, que esse sistema baratearia o custo de vida do carioca (*A Noite*, 17 maio 1941, p. 1-3, 2. ed.). Essas tabelas eram periodicamente atualizadas pela CDEN e os novos valores encaminhados aos jornais para que estes as publicassem, prática que

denotava, desta maneira, uma grande participação da imprensa escrita, notadamente de *A Noite*, nessa campanha de controle econômico.

Logo após a publicação das primeiras tabelas, o Estado Novo decide passar para a Prefeitura do Rio de Janeiro a função de verificar se os comerciantes estavam acatando os preços, enquanto que a CDEN continuaria com a responsabilidade de fixa-los. Em um comentário da coluna *Ecos e Novidades*, o vespertino exortou a população, sobretudo as donas de casa, “[...] a denunciar os infratores, cuja punição servirá de exemplo para conter a criminosa desenvoltura dos recalcitrantes” (*A Noite*, 16 jun. 1941, p. 2, 1. ed.). Mais uma vez, a lógica punitiva da ditadura é colocada como solução para problemas do cotidiano e a não observância do tabelamento, deste modo, era vista como uma prática abominável, que prejudicava o esforço de guerra do país. O DOPS, por sua parte, ficou encarregado de realizar os inquéritos policiais que seriam encaminhados ao TSN para que comerciantes pegos praticando preços acima do tabelamento fossem processados: até setembro de 1941, somente no Estado do Rio de Janeiro, duzentas e quarenta e três empresas de atacado e varejo foram acusadas pelo órgão de praticarem preços acima da tabela oficial (*A Noite*, 11 set. 1941, p. 1-3, 1. ed.).

Outra prática da política de racionamento do Estado Novo era a requisição de estoques: quando alguns produtos de primeira necessidade ficavam em falta no mercado, a CDEN controlava a distribuição dessas mercadorias com o objetivo de evitar o aumento dos preços em razão da demanda. A interferência do governo no mercado consumidor era tamanha, chegando ao ponto do presidente da Comissão, Joaquim Eulálio, afirmar que, se necessário, o governo iria requisitar os estoques do comércio para vender os produtos em falta em entrepostos comerciais que seriam inaugurados em todo o Brasil (*A Noite*, 15 set. 1941, p. 1-2, 3. ed.). Essa ideia do entreposto deve ser ressaltada, visto que o Estado Novo se colocava como agente direto nas relações de consumo. Segundo reportagem sobre a importância dos entrepostos, eles anulariam a especulação, visto que o governo assumiria o papel de mediador repassando produtos, tais como carne, leite e verduras, direto do produtor ao consumidor: extrapolando seu papel, o regime entendia que eliminar intermediários forçaria a execução do tabelamento (*A Noite*, 25 out. 1941, p. 1-3, 1. ed.).

Após essa declaração de Eulálio ao jornal, citada acima, a CDEN determinou que as empresas atacadistas cariocas teriam quarenta e oito horas para declararem à Comissão as quantidades existentes em estoque de arroz, feijão, cebola, carne seca, gorduras, banhas e óleos comestíveis. A portaria, publicada no jornal, instituía

também um rígido controle no transporte de produtos alimentícios para o Distrito Federal, legitimando, ainda, o papel da Prefeitura do Rio de Janeiro como parceira da CDEN no combate à "carestia" (*A Noite*, 17 set. 1941, p. 1-3, 1. ed.). Em artigo de capa, sem autoria, o jornal comentou a determinação da Comissão de controlar e requerer os estoques pois, segundo o jornal, era uma forma de identificar a retenção criminosa de mercadorias, prática que tinha como objetivo forçar o aumento dos preços. Procurando apaziguar os ânimos, *A Noite* afirma que a medida não visava a "[...] impedir o comerciante de obter a justa recompensa do seu trabalho ou do seu capital, mas somente o abuso da especulação, que todas as nações policiadas castigam hoje com as penas mais graves" (*A Noite*, 23 set. 1941, p. 1, 2. ed.). O "caso das cebolas no Tribunal de Segurança", por exemplo, foi amplamente noticiado por *A Noite* pois representava um exemplo de prática comercial condenável: comerciantes do produto deixaram diversas toneladas de cebola apodrecendo no Cais do Porto do Rio de Janeiro objetivando o aumento do preço. Contudo, após denúncia realizada pelo próprio jornal, a polícia prendeu os "açambarcadores" e remeteu o inquérito ao TSN (*A Noite*, 27 set. 1941, p. 1-3, 1. ed.)[284].

O levantamento dos estoques, inicialmente, era considerado pela CDEN uma prática eficaz no controle dos preços: segundo o jornal, após a realização do levantamento, o governo assegurava à população que não faltariam os itens básicos de consumo e que o aumento dos preços de gêneros como o azeite poderia ser fruto de uma "ação combinada" dos importadores que tinha como fim "[...] impor ao consumidor preços escandalosos" (*A Noite*, 31 out. 1941, p. 1-2, 2. ed.). Assumindo essa postura interventora, a CDEN negociava com produtores rurais, tal como ocorreu com a produção de laranja da Baixada Fluminense, procurando com isso abaixar preços e garantir o abastecimento da fruta (*A Noite*, 20 nov. 1941, p. 1-2, 2. ed.).

Além da requisição de estoques, a CDEN também interferia na pauta de exportações: a Comissão proibiu empresas de exportarem fios de seda e algodão sem seu consentimento, objetivando, desta maneira, garantir o abastecimento interno de matérias primas para a indústria têxtil (*A Noite*, 24 set. 1941, p. 1, 1. ed.). Após essa medida, o regime passou a proibir a exportação de gêneros alimentícios, declarando que essa determinação visava a combater a majoração dos preços no mercado

---

[284] O "caso da cebola" era considerado grave pelo jornal, isso devido à preocupação do carioca com o aumento do preço do produto em regiões produtoras como o Rio Grande do Sul. Na Capital Federal, a CDEN se adiantou e determinou que a cebola entraria para o tabelamento (*A Noite*, 18 nov. 1941, p. 1, 2. ed.).

consumidor. Novamente, o ministro Eulálio utiliza o jornal para justificar a medida, afirmando que o produtor brasileiro não seria prejudicado pois ele obteria um "justo preço" garantido pelo governo. Segundo o presidente da CDEN, o Estado Novo não iria permitir a "[...] especulação e a alta desabusada em desfavor da nossa gente, que é quem normalmente compra os artigos de alimentação. Não seria humano nem justo que a abandonássemos numa hora tão cheia de apreensões como é a hora atual" (*A Noite*, 3 out. 1941, p. 1-3, 2. ed.). A carne, um dos primeiros itens a serem alvo do tabelamento, passou a ter sua importação limitada por cotas que eram fixadas pela CDEN (*A Noite*, 15 jul. 1942, p. 1-2, 2. ed.). A Prefeitura do Rio de Janeiro começou a interferir cada vez mais nessa produção, realizando, inclusive, a compra de carne fresca direto com os produtores para depois vende-la aos comerciantes (*A Noite*, 22 jul. 1942, p. 1, 3 e 8, 2. ed.).

A interferência do regime no mercado consumidor foi além do estudo de criação de entrepostos: a CDEN determinou que o transporte de produtos alimentícios para o Distrito Federal fosse realizado pelos trens de carga da Central do Brasil. Essa medida visava a diminuir os custos logísticos do abastecimento para a cidade, forçando assim a efetivação do tabelamento e, ao mesmo tempo, garantindo a oferta desses produtos no mercado consumidor carioca (*A Noite*, 19 jun. 1942, p. 1, 2. ed.). Por outro lado, a ditadura também interferia no preço de produtos como o café com leite vendido nas padarias e restaurantes cariocas: consumidores denunciaram à CDEN que o preço do pingado estava muito acima do normal, levando o órgão a criar uma comissão que iria incluir o produto na lista oficial de preços (*A Noite*, 21 maio 1942, p. 1, 1. ed.).

A substituição de produtos importados por nacionais também constituía parte da estratégia de racionamento imposta pelo regime. Essa nova realidade era legitimada pelo jornal que via ali uma oportunidade de o Brasil aprimorar seu processo de industrialização. Aproveitando-se desse clima, industrias nacionais utilizaram tal mote publicitário para tentar alavancar suas vendas: o analgésico Fontol, por exemplo, publicou uma peça publicitária que associava sua origem à qualidade: "é o melhor e é nacional" (Figura 33) (*A Noite*, 18 fev. 1942, p. 6, 1. ed.). Seguindo também essa ideia, a Casa Garson anunciou uma grande liquidação de aparelhos de rádio e refrigeradores nacionais, mais baratos devido às "condições difíceis" de importação de eletrodomésticos e eletrônicos provocadas pela Segunda Guerra Mundial (*A Noite*, 21 out. 1941, p. 3, 1. ed.).

Depois dos gêneros alimentícios, os combustíveis de origem fóssil (gasolina, diesel, querosene, gás etc.) eram motivo de preocupação para o regime e para a

população. Com o conflito mundial, o abastecimento do produto sofreu vertiginosa queda, forçando o Estado Novo a colocar em prática uma política de racionamento de combustíveis mais rígida até mesmo que a praticada em relação aos alimentos. Inicialmente, a ditadura negava a necessidade de racionamento de combustíveis; contudo, o General Horta Barbosa, presidente do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), recorria ao jornal para solicitar a "[...] cooperação de todos os consumidores para a solução integral do problema" (*A Noite*, 11 jul. 1941, p. 1-2, 2. ed.). Em abril de 1942, o CNP recomendou que os governos estaduais e municipais reduzissem o consumo de gasolina em dez por cento. O General anunciou ao público que o transporte coletivo sofreria redução no número de viagens e que a venda de gasolina seria proibida entre as 19 horas às 7 horas, bem como aos domingos. O regime dava início ao racionamento, embora não admitisse (*A Noite*, 1 abr. 1942, p. 1-2, 1. ed.). Foi somente em maio de 1942 que o Estado Novo atribuiu ao CNP a responsabilidade de coordenar o racionamento de combustíveis em todo o país, não podendo mais negar que a política de restrição de consumo estava em pleno funcionamento (*A Noite*, 8 maio 1942, p. 3, 1. ed.).

E foi somente com a falta de gás que o Estado Novo admitiu a necessidade de uma política pública de racionamento. Em junho de 1942, *A Noite* entrevistou o General Mendonça Lima, da pasta da Viação, que anunciou que os consumidores teriam uma cota de oitenta porcento de seu consumo médio de gás – utilizado na iluminação pública e residencial - e o que fosse consumido acima da cota, o valor da conta seria cobrado em dobro (*A Noite*, 22 jun. 1942, p. 1-2, 2. ed.). Contudo, um anúncio da Inspetoria Geral de Iluminação informou regras mais severas do que as anunciadas pelo ministro: se o consumidor excedesse sua cota, pagaria a conta em dobro na primeira vez; caso fosse reincidente, o fornecimento de gás seria interrompido (*A Noite*, 8 jul. 1942, p. 5, 2. ed.).

O jornal publicou até uma reportagem especial sobre o racionamento de gás e as novas regras, contando, inclusive, com entrevista do engenheiro Francisco de Sá Lessa, inspetor geral de iluminação, que explicou aos leitores como se daria o racionamento (*A Noite*, 9 jul. 1942, p. 1-3, 2. ed.). Procurando legitimar as medidas, o periódico realizou nova entrevista com Sá Lessa que, desta vez, ressaltou a importância do racionamento em "[...] forçar a economia e não encarecer o gás" (*A Noite*, 10 jul. 1942, p. 1-3, 2. ed.). Em uma terceira entrevista, o engenheiro Sá Lessa chegou a sugerir que a população comprasse fogões a lenha como solução para contornar a crise de abastecimento de gás natural (*A Noite*, 17 nov. 1942, p. 1-3, 1.

ed.).

Em julho de 1942, a política de racionamento de combustíveis atingiu um segundo estágio, quando o CNP proibiu a circulação de automóveis particulares e comerciais, estendendo-se, em meados de 1943, às motocicletas particulares (*A Noite*, 22 jul. 1943, p. 1, 1. ed.). Embora ônibus, caminhões, táxis e alguns poucos veículos estivessem fora da política de restrição de tráfego, esses motoristas profissionais tinham que enfrentar longas filas nos postos de combustíveis para poderem abastecer[285]. O CNP fornecia cartões de racionamento de gasolina para motoristas que tinham cotas diminutas de consumo, dez litros semanais (*A Noite*, 12 maio 1942, p. 1-2, 2. ed.). Quando as primeiras filas se formaram, o vespertino saiu em defesa da medida, afirmando que o "[...] serviço foi feito em absoluta ordem" (*A Noite*, 13 maio 1942, p. 1-3, 1. ed.). Foi somente em novembro de 1943 que o limite semanal de consumo atingiu sessenta litros de gasolina para esse grupo de motoristas (*A Noite*, 13 out. 1943, p. 1, 1. ed.). Em janeiro de 1944, a Inspetoria de Tráfego autorizou as empresas de transporte coletivo a retirarem os assentos dos ônibus, dos poucos que rodavam, devido ao agravamento da crise de combustíveis (*A Noite*¸11 jan. 1944, p. 1-3, 2. ed.).

Deve-se pontuar a importância dessa medida, visto que, foi a primeira vez que o regime impôs uma política nacional de racionamento. Segundo o jornal, a determinação do CNP alcançou um "[...] espírito de aceitação de deveres individuais e coletivos", exemplificando com declarações de Hugo Carneiro, presidente do Sindicato dos Lojistas do Rio de Janeiro, que afirmou que as "[...] classes dos lojistas e do comércio receberam a decisão do governo da União com o mais absoluto espírito de compreensão". Já o presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Manoel Ferreira Guimarães, lamentando a provável diminuição do movimento das lojas no centro da cidade, ponderou que "[...] estamos na obrigação de aceitar qualquer sacrifício [...]. A época não admite mais comodismos e estou certo de que não haverá ninguém disposto a falhar com a sua colaboração". Em ambas as visões, predomina a ideia de que a coletividade seria beneficiada em detrimento das classes:

---

[285] Alguns "sabotadores do esforço de guerra", conforme classificação do jornal, estariam utilizando táxis, caminhões e ônibus para fins particulares, o que acarretou na publicação de uma portaria do Conselho Nacional de Trânsito (CNT) proibindo motoristas não profissionais de conduzirem esses tipos de veículos (*A Noite*, 26 jan. 1944, p. 8, 2. ed.). Vargas chegou a sugerir ao CNT que restringisse o licenciamento de caminhões e ônibus novos como uma maneira de diminuir ainda mais o consumo de combustíveis, sugestão, diga-se de passagem, que foi prontamente atendida (*A Noite*, 19 jan. 1944, p. 1, 1. ed.).

todos, o trabalhador e o patrão, estavam comprometidos com o Estado (*A Noite*, 13 jul. 1942, p. 1-2, 2. ed.)[286].

No entanto, a proibição da circulação de veículos não foi tão bem aceita pela população, levando J. S. Maciel Filho a tratar do assunto em sua coluna semanal. Pedindo "um pouco de compreensão", o jornalista criticou o envio de milhares de requerimentos solicitando ao CNP regimes de exceções, afirmando que "[...] sobrecarregar a administração com requerimentos inúteis é dificultar os problemas". De acordo com Maciel Filho, aproveitadores estariam comprando táxis para fins privados, prática apontada como criminosa pelo jornalista, considerando isso um desrespeito ao regime que "[...] tem sido suave na aplicação das medidas de emergência" (*A Noite*, 4 ago. 1942, p. 3, 2. ed.). O taxista carioca Gil Teixeira, por exemplo, teve sua carteira de habilitação apreendida por ter colocado seu carro de praça à disposição de "pessoa de largos recursos" para vir de Petrópolis ao Rio de Janeiro exclusivamente para compras e frequentar teatros (*A Noite*, 8 out. 1942, p. 5, 1. ed.). Em 1944, a polícia do Rio de Janeiro passou a apreender táxis que circulavam com clientes exclusivos, podendo os motoristas ser acusados de praticarem crime contra a economia popular (*A Noite*, 16 jun. 1944, p. 1-2, 2. ed.).

O descumprimento do racionamento de combustíveis, sobretudo gasolina e querosene, era encarado pelo regime como caso de polícia, ou seja, indivíduos que tentassem burlar a lei de racionamento poderiam enfrentar extensos processos no TSN: no Rio de Janeiro, por exemplo, empregados de um posto de combustíveis foram detidos por estarem falsificando bilhetes de racionamento de gasolina para aumentarem o volume das vendas (*A Noite*, 27 nov. 1942, p. 1-3, 2. ed.).

As restrições ao consumo de gasolina acabaram proporcionando a criação de um "mercado negro de combustíveis": uma denúncia feita à CDE acusava motoristas que atuavam no transporte do produto de estarem vendendo ilegalmente gasolina para proprietários particulares (*A Noite*, 11 dez. 1942, p. 1-7, 2. ed.). Em outro caso, o Conselho Nacional de Trânsito (CNT) recebeu uma denúncia da existência de automóveis "camuflados" com insígnias de entidades filantrópicas e de assistência à saúde (*A Noite*, 2 fev. 1943, p. 1-2, 2. ed.). Estocar gasolina e derivados do petróleo

---

[286] Contudo, a coluna *Ecos e Novidades* lamentou as consequências da restrição de automóveis no país: segundo o jornal, os periódicos seriam grandemente prejudicados devido à "[...] desorganização dos seus serviços de reportagem, que repousam na rapidez dos meios de locomoção" (*A Noite*, 17 jul. 1942, p. 2, 1. ed.). Após reunião entre o CNP e o Sindicato de Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Rio de Janeiro (SEPJRRJ), ficou decidido que os "carros de imprensa" estariam fora da política de racionamento de gasolina (*A Noite*, 10 maio 1942, p. 2, 1. ed.).

passou a configurar crime contra a economia popular, podendo os donos de depósitos clandestinos ser condenados pelo TSN com penas que variavam de dois a quatro anos de detenção em regime fechado (*A Noite*, 5 maio 1942, p. 1-3, 1. ed.)[287].

A proibição da circulação de veículos automotores inspirou os publicitários da época, tal como verificado na peça publicitária da Esso, empresa do grupo Standard Oil Company of Brazil, que dava dicas de manutenção enquanto o automóvel estivesse por muito tempo parado na garagem (Figura 34) (*A Noite*, 17 jul. 1942, p. 5, 1. ed.). Já a Ford valeu-se do momento para lançar novo modelo de caminhão de quatro cilindros “feito para poupar gasolina” (*A Noite*, 10 nov. 1941, p. 6, 1. ed.).

Caminhões movidos a gasogênio – combustível que era uma aposta do regime – também eram anunciados como colaborares do esforço de racionamento: a Dodge, lançou modelo de caminhão que utilizava esse tipo de combustível sob o mote de que a “[...] Dodge contribui para a solução do problema rodoviário nacional” (*A Noite*, 26 nov. 1941, p. 4, 1. ed.). O racionamento de gasolina e a valorização do novo combustível inspirou a produção do espetáculo teatral “Maria Gasogênio” no Teatro João Caetano, Rio de Janeiro, evidenciando uma apropriação dos meios artísticos dos termos que estavam em voga durante as campanhas de racionamento (*A Noite*, 24 jul. 1943, p. 6, 1. ed.). O Estado Novo ensaiou a criação do “álcool-motor” – um antecessor do Etanol atual -, contudo, a iniciativa não logrou êxito em veículos de maior porte, únicos que eram permitidos circular no país. Tal fator pode ter influenciado o esforço do regime em subsidiar o gasogênio, visto como fonte de energia que se enquadrava nas necessidades brasileiras (*A Noite*, 24 set. 1942, p. 6, 1. ed.). O regime apostava na consolidação do gasogênio como combustível nacional, tendo o Ministério da Agricultura como seu maior incentivador (especialmente durante a gestão Fernando Costa): a pasta oferecia, inclusive, cursos de capacitação de manutenção e conversão de motores automotivos movidos a gasogênio, obtendo grande sucesso. Deve-se ressaltar que os veículos que utilizavam esse tipo de combustível não tinham sua circulação restrita pelo governo (*A Noite*, 4 dez. 1942, p. 8, 2. ed.).

Existia uma preocupação das agências publicitárias em criarem propagandas que dialogassem com os problemas causados pelo racionamento de combustíveis; a

---

[287] O jornal também fez campanha contra a formação do mercado negro de itens básicos de alimentação, tais como a manteiga (*A Noite*, 26 ago. 1943, p. 1-3, 2. ed.), os ovos (*A Noite*, 29 fev. 1944, p. 1-3, 2. ed.) e carne (*A Noite*, 3 dez. 1944, p. 1-13, 1. ed.).

Atlantic Oil, por exemplo, publicou um quadro comparativo que demonstrava que o aumento da velocidade média correspondia a um maior consumo de gasolina, instruindo, desta maneira, os motoristas a reduzirem o ritmo de condução de seus carros como solução para poupar combustível e, ao mesmo tempo, contribuir com a política de racionamento (*A Noite*, 19 jun. 1942, p. 5, 1. ed.). Outro produto que era alvo dessas campanhas publicitárias era a borracha: matéria prima de diversos produtos voltados para o esforço de guerra, ela foi mote da propaganda da fabricante de pneus Goodyear que trazia dicas sobre como conservar melhor os pneus automotivos. Segundo a peça publicitária, economizar borracha era o mesmo que lutar na guerra: “Pela vitória do Brasil e seus aliados não desperdice borracha” (*A Noite*, 8 fev. 1943, p. 5, 1. ed.).

A figura dos “aproveitadores” foi amplamente explorada e odiada pelo periódico durante o início da campanha de racionamento. Segundo *A Noite*, eram considerados “aproveitadores” todos os comerciantes que se valiam do contexto de racionamento para aumentarem os seus lucros. A coluna *Ecos e Novidades* teceu severas críticas aos lojistas que majoravam os preços de gêneros de primeira necessidade, classificando-os como inimigos públicos da economia popular, reafirmando, contudo, que a população continuava confiante no governo que estava “[...] sempre atento e vigilante para identificar e punir severamente os que atentam contra a economia do povo”. Conforme a ótica punitiva de *A Noite*, no Estado Novo não havia lugar “[...] para aproveitadores sem escrúpulo senão nas grades da cadeia” (*A Noite*, 15 set. 1942, p. 2, 1. ed.). Para se ter uma ideia desse clima de vigilância e punição, até maio de 1942, quinhentos e setenta e três empresários do Rio de Janeiro foram autuados pela polícia e pela CDEN sob a acusação de praticarem preços exorbitantes para gêneros de primeira necessidade (*A Noite*, 13 maio 1942, p. 2, 1. ed.).

A construção discursiva de um regime que zelava pelos interesses da população, leia-se consumidores, foi uma ferramenta comunicacional largamente utilizada pelo jornal, objetivando legitimar a repressão aos comerciantes que não cumpriam o tabelamento: em São Paulo, por exemplo, cerca de quarenta lojistas foram presos em flagrante sob a acusação de praticarem preços acima do permitido pela CDEN. Conforme o vespertino, as ações policiais contra os “exploradores da bolsa do povo” estavam repercutindo positivamente no seio da sociedade paulista, que apoiava indubitavelmente a “[...] campanha de fiscalização dos preços de gêneros

alimentícios" e a punição desses indivíduos (*A Noite*, 6 ago. 1942, p. 2, 1. ed.)[288].

A CDEN também passou a controlar o mercado de aluguéis de imóveis, determinando regras que deveriam ser seguidas pelos locadores. O decreto-lei nº 4.598, de 20 de agosto de 1942, cumpria uma dupla função: regular os preços dos aluguéis e criminalizar a majoração dos preços, enquadrando-a nos crimes contra a economia popular, ou seja, esses processos eram apreciados pelo TSN que, via de regra, julgava em favor dos inquilinos. Segundo entrevista com o procurador Gilberto de Andrade, os proprietários de imóveis no Rio de Janeiro estariam empregando artimanhas para burlar o decreto-lei ao adicionar, por exemplo, mobílias nos imóveis com o intuito de justificar o aumento do valor das locações (*A Noite*, 29 set. 1942, p. 1-6, 1. ed.). O "carioca-repórter" denunciou um esquema onde proprietários de imóveis e imobiliárias mandavam publicar nos jornais classificados anunciando locações de residências mobiliadas que, na realidade, não possuíam sequer uma cadeira (*A Noite*, 25 ago. 1943, p. 1-7, 2. ed.). Outro estratagema era exigir o pagamento adiantado de "luvas", taxa adicional ilegal cobrada pelos locadores que, tempos após, foi transformada no ainda praticado "cheque-calção" (*A Noite*, 19 jan. 1945, p. 4, 1. ed.). O pagamento da taxa adicional de "entrega das chaves", permanentemente combatida pela polícia, também consistia em uma tática ilegal praticada, até hoje, pelas empreiteiras e incorporadoras (*A Noite*, 2 set. 1943, p. 1-3, 2. ed.). Em meados de 1945, momento em que o Estado Novo estava em vias de se desintegrar, a Delegacia de Defraudações e Falsificações do Rio de Janeiro determinou que todos os imóveis desocupados do Distrito Federal deveriam ser imediatamente disponibilizados para locação (ver edições *A Noite*, 7 jun. 1945, p. 1-2, 2. ed.; 8 jun. 1945, p. 1, 2. ed.)[289].

O proprietário de imóveis de aluguel que aumentasse os preços da locação acima de dez por cento estava sujeito a um processo criminal no TSN, configurando um crime contra a economia popular. A medida também responsabilizava as

---

[288] Poucos meses após o início do tabelamento no Rio de Janeiro, a polícia e a CME anunciaram no jornal que mais de setecentos estabelecimentos comerciais haviam sido inspecionados. Segundo o balanço oficial, ocorreu uma queda no número de denúncias contra os comerciantes cariocas, passando de duzentos casos, em meados de 1942, para apenas vinte ocorrências no início de 1943), procurando o vespertino, deste modo, evidenciar que o sistema estava alcançando o êxito esperado (*A Noite*, 14 fev. 1943, p. 1-2, 1. ed.).

[289] O procurador do TSN, Gilberto de Andrade, concedeu entrevista exclusiva ao jornal onde condenava tais práticas comerciais, reiterando ainda, sua dedicação para combater tais abusos (*A Noite*, 18 out. 1943, p. 1-6, 2. ed.). Em outubro de 1943, cerca de trezentos processos judiciais contra locatários transitavam no TSN (*A Noite*, 21 out. 1943, p. 1-2, 2. ed.). A polícia do Rio de Janeiro criou um cadastro de "maus senhorios" após a campanha dos aluguéis promovida por *A Noite* (*A Noite*, 28 out. 1943, p. 1-2, 1. ed.).

imobiliárias cariocas, tal como ocorreu na instauração de inquérito policial em que os diretores da Locadora Nacional Ltda e a proprietária Delinda Samaville foram acusados de terem ajustado o valor da locação da residência do operário José Fonseca de Duzentos de trinta cruzeiros para trezentos e cinquenta cruzeiros, um aumento de mais de sessenta e cinco por cento (*A Noite*, 6 dez. 1942, p. 2). Em outra denúncia, Thomé Ester Oakin, proprietário de imóvel, foi acusado por Mitri Harhal Wakin de ter se recusado a receber o aluguel vencido "[...] com a intenção de forçar o atraso e assim conseguir o despejo do inquilino" (*A Noite*, 11 jan. 1943, p. 1-8, 2. ed.). Alcides Etchegoyen, chefe de polícia do Rio de Janeiro, chegou a emitir uma portaria que determinava a prisão imediata, mesmo sem a caracterização de flagrante delito, de todos os infratores dos decretos-lei números 4.598 ("Lei dos Aluguéis") e 869 (crimes contra a economia popular), ou seja, a ditadura estadonovista ampliou seu espectro punitivo aos indivíduos considerados inimigos da economia popular (*A Noite*, 1 dez. 1942, p. 1, 2. ed.). De acordo com o jornal, o locatário que praticava preços exorbitantes ou dificultava o acesso à moradia era visto como um "sabotador", tal como eram classificados os elementos quinta-colunistas (*A Noite*, 15 set. 1943, p. 1-8, 2. ed.)[290].

A perseguição do Estado Novo a esses comerciantes levou o regime a criar nas delegacias policiais uma "Seção de Economia Popular", setor responsável pela fiscalização e encaminhamento de inquéritos policiais relacionados aos crimes praticados contra a economia popular. O terceiro delegado auxiliar Demócrito de Almeida baixou uma portaria que designava investigadores para verificarem se o tabelamento estava sendo aplicado pelos comerciantes (*A Noite*, 9 jan. 1943, p. 1, 1. ed.). Em um comentário da coluna *Ecos e Novidades*, o jornal denunciou que "[...] apesar do rigorismo da ação fiscalizadora e repressiva das autoridades", havia "[...] vendeiros, padeiros e açougueiro que empregam com o maior desembaraço, viciando pesos e balanças". O texto exortava ainda a população a denunciar "[...] sempre o fornecedor que procura lesar o comprador. Só assim se conseguirá acabar inteiramente com os abusos dos gananciosos" (*A Noite*, 29 dez. 1942, p. 2, 1. ed.). Posteriormente, o ministro João Alberto disponibilizou uma linha telefônica para que populares delatassem comerciantes que não estivessem cumprindo os preços do

---

[290] O procurador do TSN Gilberto de Andrade, figura muito disponível ao jornal, declarou que, embora a "Lei dos Aluguéis" parecesse muito rígida, ela assegurava o direito à moradia. Sobre os processos encaminhados ao TSN, Andrade afirmou que a corte "[...] não é um Tribunal de exceção" e que somente julgava tais crimes já que eles prejudicavam o esforço de guerra (*A Noite*, 13 out. 1942, p. 1-3, 1. ed.).

tabelamento (*A Noite*, 28 set. 1943, p. 2, 1. ed.). O jornal chegou a disponibilizar uma seção especial onde eram publicadas cartas de leitores que denunciavam proprietários de armazéns em São Cristovam de não estarem praticando os preços determinados pelo sistema de tabelamento, solicitando estes a mediação do periódico junto à CME para que o órgão tomasse as devidas providências (*A Noite*, 11 out. 1943, p. 8, 1. ed.).

Em outubro de 1942, a ditadura cria a Coordenação de Mobilização Econômica (CME), órgão que assume parte das atribuições da CDEN e mantém esta última sob sua subordinação. Para presidir a CME, foi escolhido o ministro João Alberto, antigo líder tenentista que enxergava o racionamento e o tabelamento não apenas como medidas restritivas, mas, sobretudo, como uma possibilidade para colaboração com o esforço de guerra. Nesse momento, nota-se que o regime coloca a cargo da CME a tarefa de organizar a economia e a sociedade de modo que elas estivessem voltadas efetivamente para o esforço de guerra. Sua intervenção na vida econômica brasileira será fundamental na efetivação desse projeto econômico, o qual passou a ver a aplicação do racionamento e tabelamento em nível nacional como solução para a crise de abastecimento que estava se alastrando pelo país. Em um pronunciamento radiofônico, via DIP, o coordenador da CME, João Alberto, solicitou aos interventores federais nos Estados e aos prefeitos municipais que colaborassem com o regime ao garantirem o "[...] êxito das medidas colocadas em prática pela Coordenação de Mobilização Econômica" (*A Noite*, 17 jan. 1943, p. 1-9.).

Diversas comissões especiais foram criadas com o intuito de se resolver os problemas gerados pela crise de abastecimento; dentre elas, duas se destacavam pela constante intervenção econômica: a Comissão Federal de Preços (CFP), responsável pela criação das listas de tabelamento, e a Comissão de Defesa Econômica (CDE), colegiado que se dedicava à construção de uma economia de guerra e ao controle de empresas relevantes para a Segurança Nacional. A CDE foi responsável, como dito anteriormente, pela intervenção estatal nas empresas ligadas aos "súditos do Eixo" (*A Noite*, 15 jan. 1943, p. 1-3, 2. ed.).

A CFP atuou como órgão regulador dos preços de produtos, especialmente de gêneros alimentícios, que compunham o tabelamento e era presidida por Jorge Felippe Kafuri. Como meio de legitimar a popularidade da campanha do tabelamento, o regime criou a "Subcomissão de Donas de Casa", grupo de senhoras que respondia à CFP. Lia do Amaral, secretária da Legião Brasileira de Assistência (LBA) – órgão criado pela primeira dama Darcy Vargas -, foi designada para presidir a Subcomissão,

acompanhada de outras senhoras que faziam parte da LBA (*A Noite*, 19 jan. 1943, p. 2, 2. ed.). Em entrevista ao jornal, Kafuri afirmou que a participação feminina na Comissão vinha dar às mulheres a "[...] consciência de que devem, e podem, empenhar-se na defesa da economia doméstica". Na visão de Kafuri, o papel da mulher deveria estar atrelado essencialmente ao lar, enxergando a tarefa da Subcomissão enquanto um "prolongamento do lar" (*A Noite*, 22 jan. 1943, p. 1-7, 2. ed.). Após mais de um ano de funcionamento, a Subcomissão das Donas de Casa é elogiada pelo jornal, que parte do princípio de que todas as mulheres tinham como missão fiscalizar os preços dos produtos inclusos no tabelamento: nas palavras do jornal, cabia às donas de casa "[...] esse trabalho de observação, para verificarem se são vítimas de majorações criminosas ou de outros processos extorsivos" (*A Noite*, 3 jun. 1944, p. 2, 1. ed.)[291].

O tabelamento oficial de preços era publicado no jornal com regularidade, com validade de dez a quinze dias, e era estampado, geralmente, na capa do periódico. A publicação das tabelas em *A Noite* denota um papel de mediador das questões populares, postura largamente adotada pelo vespertino[292]. Embora a lista de produtos tabelados fosse extensa e continuasse a crescer, *A Noite* considerava que outros itens deveriam ser alvo da CFP: em sua visão, era necessária a intervenção da CME na questão dos preços das refeições vendidas em restaurantes e hotéis pois o aumento de cerca de vinte por cento nas refeições em geral ocasionava um ônus ao bolso do trabalhador. Conforme a reportagem, se o governo estava atacando as práticas ilegais dos comerciantes de atacado e varejo, "[...] por que razão não se há de fazer o mesmo, como é de justiça, e em defesa de uma imensa massa de consumidores, com os proprietários dos restaurantes!" (*A Noite*, 20 jan. 1943, p. 3, 2. ed.)[293].

A Comissão de Defesa Econômica (CDE), por sua vez, também interferia em questões relacionadas ao racionamento: uma portaria da CDE determinava, por

---

[291] A Subcomissão de Donas de Casa propôs, inclusive, que a CFP criasse uma "lista de honra de comércios" que cumprissem rigorosamente o tabelamento (*A Noite*, 23 jan. 1943, p. 1-3, 1. ed.). Outras subcomissões foram criadas, tais como a Subcomissão Técnica do Pão e da Farinha, responsável em resolver o problema de abastecimento de trigo para as padarias e comércio em geral (*A Noite*, 9 fev. 1943, p. 1, 2. ed.).

[292] Para mais informações sobre a publicação das tabelas no jornal, ver edições *A Noite*, 24 jan. 1943, p. 1-3, 2. ed.; 25 jan. 1943, p. 1-3, 1. ed.

[293] Até utensílios domésticos foram inclusos no tabelamento, mostrando, desta maneira, a extensão dessa política de racionamento (*A Noite*, 21 jan. 1943, p. 1, 1. ed.). As feiras livres cariocas, por exemplo, também tiveram seus produtos inseridos no tabelamento pela CFP (*A Noite*, 3 fev. 1943, p. 2, 1. ed.). Remédios e produtos de beleza também passaram a ter seus preços tabelados pela CFP (*A Noite*, 30 mar. 1943, p. 1, 2. ed.).

exemplo, que o comerciante que praticasse preços acima do tabelamento deveria ser prontamente detido, bem como, seu estabelecimento comercial interditado pela polícia (*A Noite*, 21 jan. 1943, p. 8, 2. ed.). Deve-se ressaltar que a CDE estava voltada para soluções relacionadas à produção de guerra e João Alberto, “o coordenador”, a instrumentalizava para reforçar sua ideia de mobilização total da sociedade.

A CME interferia em muitos aspectos da vida econômica e era vista como necessária para o esforço de guerra: Moacyr Briggs, presidente do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), deu uma entrevista ao periódico afirmando que a “[...] intervenção do Estado na vida econômica, é um impositivo político, que não comporta restrições à margem de sutis exegeses jurídicas, filiadas a um conceito obsoleto de liberalismo clássico” (*A Noite*, 5 jan. 1943, p. 8, 2. ed.). O Estado Novo, conforme sua matriz ideológica, via com naturalidade essa ingerência na vida econômica e social da população. Em sua visão autoritária, não interferir seria uma tremenda irresponsabilidade para com a segurança econômica da pátria.

Uma forma encontrada pela CME para solucionar questões pontuais de abastecimento de alimentos foi criar a Seção de Subsistência (SS) do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). Inicialmente, os Postos do SAPS ofertavam gêneros alimentícios a preço de custo (com adicional de dez a quinze por cento para cobrir gastos com transporte e armazenamento) aos trabalhadores com registro em carteira de trabalho e funcionários públicos; contudo, com o agravamento da crise de abastecimento, os Postos foram sendo ampliados por toda a Capital Federal, sendo implantados nas demais capitais dos estados, funcionando também em sedes de sindicatos trabalhistas, nos restaurantes do SAPS e em pontos comerciais de grande fluxo popular. Contudo, o regime burocratizou esse serviço ao exigir a realização de um cadastro prévio no SAPS que dava direito a esses trabalhadores comprarem os alimentos tabelados (*A Noite*, 22 out. 1942, p. 1-3, 1. ed.). Para *A Noite*, em artigo de capa, a criação da Seção de Subsistência vinha da necessidade de se conter o aumento descontrolado dos preços praticados no varejo. Criticando duramente os “aproveitadores”, o vespertino considerava que esses comerciantes estariam “[...] agravando e explorando as angústias da população”, transformando-se em completos vigaristas que buscavam apenas o lucro abusivo sem perceberem que “[...] a autoridade está disposta a lançar mão de todos os meios possíveis para assegurar o abastecimento e coibir a extorsão” (*A Noite*, 22 out. 1942, p. 1, 2. ed.). Em dezembro de 1942, pouco mais de um mês após a criação da Seção de Subsistência, era inaugurado o primeiro posto de venda direta de gêneros

alimentícios, na Praça da Bandeira, centro do Rio de Janeiro, contando com a presença de Marcondes Filho, ministro do Trabalho, que teve a primazia de ser o "primeiro freguês" do estabelecimento estatal (*A Noite*, 1 dez. 1942, p. 1-3, 2. ed.)[294].

Em janeiro de 1943 o regime anunciou a criação de oito novos Postos da SS do SAPS na Capital Federal onde seriam ofertados não somente os produtos do tabelamento, mas também, restaurantes populares que serviam refeições a preços módicos (*A Noite*, 27 jan. 1943, p. 1, 2. ed.). Em poucas semanas, outros quatorze postos de atendimento foram inaugurados, procurando a CME ampliar a oferta dos produtos tabelados (*A Noite*, 30 jan. 1943, p. 2, 1. ed.). Em meados de fevereiro de 1943, outros sete locais de distribuição de gêneros alimentícios foram inaugurados pela CME: a cada Posto do SAPS aberto, o jornal dedicava parte de sua capa para propagandear a expansão projetada por João Alberto, ressaltando essas reportagens que a população "tem comparecido em massa", apesar das longas filas, para realizarem o cadastramento e aquisição de alimentos (*A Noite*, 18 fev. 1943, p. 1, 2. ed.).

A CME também intervinha no comércio de padarias e confeitarias. Embora o Brasil fosse um grande produtor e exportador de açúcar, esse setor também sofria com problemas de abastecimento de farinha de trigo, matéria prima importada. Procurando contornar a questão do abastecimento de pães, João Alberto baixou uma portaria da CME nº 36, de 8 de janeiro de 1943, que determinava que a entrega de pães em domicílio entraria no tabelamento, causando, desta maneira, grande desconforto para os proprietários de padarias. Em protesto, os comerciantes começaram a dispensar os entregadores sob a alegação de que não tinham condições financeiras para manterem esses trabalhadores em razão do baixo preço do pão entregue em domicílio. Ameaçando tomar "providências imediatas e enérgicas", João Alberto anunciou que impetraria uma "ação pública de não cooperação" contra esses negociantes (*A Noite*, 2 fev. 1943, p. 1-2, 2. ed.)[295].

Em dezembro de 1943, a questão do pão em domicílio foi grandemente comentada pelo jornal que, timidamente, criticou a imposição da CME que modificou

---

[294] O projeto de João Alberto era criar em cada bairro da Capital Federal um Posto da Seção de Subsistência do SAPS. Segundo o coordenador, esse seria um modo eficaz de eliminar intermediários (leia-se comerciantes) no processo de venda de gêneros alimentícios, barateando, desta maneira, o preço desses produtos (*A Noite*, 13 nov. 1942, p. 1, 2. ed.).

[295] A crise de abastecimento de farinha de trigo obrigou a empresa *Biscoitos Aymoré* a publicar no jornal um comunicado solicitando aos clientes que, tivessem paciência quanto aos possíveis atrasos na entrega de seus produtos, em razão da escassez de matéria prima no mercado brasileiro (*A Noite*, 27 ago. 1943, p. 4, 1. ed.).

o horário de entrega do produto nas residências, das cinco horas da manhã para nove horas. Essa mudança era vista pelo jornal como uma medida que não resolveria o problema de abastecimento e que só acarretaria prejuízos no cotidiano do carioca (ver edições *A Noite*, 1 dez. 1943, p. 1-6, 2. ed.; 3 dez. 1943, p. 1, 2. ed.; 3 dez. 1943, p. 3, 2. ed.). A questão do pão denota que as ações da ditadura nem sempre eram aceitas pelos comerciantes que, em protesto, não cumpriram a determinação da CME para realizarem as entregas depois das nove horas da manhã, atitude que foi extensivamente louvada pelo jornal (ver edições *A Noite*, 1 mar. 1944, p. 1-2, 1. ed.; 3 mar. 1944, p. 1-2, 2. ed.; 4 mar. 1944, p. 1, 2. ed.; 5 mar. 1944, p. 4, 1. ed.; 6 mar. 1944, p. 9, 2. ed.)[296].

Não demora para que o açúcar seja incluso no tabelamento e, especialmente, tendo sua comercialização controlada pelo regime. Esse foi o segundo item a entrar no sistema de racionamento, exigindo a CME, sobretudo, que a população se cadastrasse nos Postos do SAPS para, só então, obterem um cartão de racionamento, documento que dava o direito à compra racionada do produto, inicialmente, limitada a cinco quilos por pessoa[297]. A CME também proibiu o fornecimento de açúcar às fábricas de doces e balas, impondo também, a venda do cafezinho já adoçado nos bares, lanchonetes e restaurantes do Distrito Federal (*A Noite*, 20 abr. 1943, p. 1-3, 2. ed.)[298].

O racionamento do açúcar não foi bem aceito pelos empresários do setor de doces e panificação: uma reportagem especial visitou padarias, fábricas de doces e confeitarias, registrando o descontentamento dos comerciantes diante da redução para sessenta por cento do consumo médio da matéria prima. Produtos como sorvetes, bolos e pães doces tiveram sua produção suspensa, apontando ainda a reportagem uma redução no consumo de café nos estabelecimentos do centro da cidade (*A Noite*, 22 abr. 1943, p. 1-3, 1. ed.). Buscando legitimar o racionamento de açúcar, o jornal enviou uma equipe jornalística ao Armazém Estrada de Ferro, que

---

[296] Até os serviços funerários particulares no Rio de Janeiro foram tabelados pela CME, pois, segundo João Alberto, existia um esquema de “papa-defuntos” praticado pelas funerárias cariocas nas portas dos hospitais que prometiam, mediante pagamento de propina, agilizar a liberação de corpos (*A Noite*, 19 jul. 1943, p. 3, 2. ed.).

[297] O “pão de sal” ou “pão francês” foi o segundo gênero alimentício a ser racionalizado pelo regime por causa da crise de abastecimento de farinha de trigo que enfrentava o país (*A Noite*, 14 jul. 1943, p. 1-3, 2. ed.).

[298] Essa medida colaborou com uma mudança de hábito de consumo de café servido pelos estabelecimentos comerciais, dando origem ao costume brasileiro de se vender o cafezinho já adoçado: permanências do Estado Novo. Posteriormente, doces e conservas foram incluídos ao tabelamento (*A Noite*, 31 jul. 1943, p. 2, 1. ed.).

confirmou a formação de uma “bicha colossal” (fila) para a compra de açúcar. Segundo declaração do proprietário do estabelecimento, “[...] devemos todos ter confiança na Coordenação, assim como em nosso grande presidente Getúlio Vargas, porque o Brasil é um grande país, e será muito maior para o futuro” (*A Noite*, 24 abr. 1943, p. 1-3, 1. ed.).

A escassez de açúcar no mercado consumidor obrigou João Alberto a publicar uma portaria que instruía a população a não dar ouvidos aos boatos circulantes de que o produto estaria em falta nos estoques (*A Noite*, 26 abr. 1943, p. 1, 2. ed.). No dia seguinte, o coordenador da CME convocou uma coletiva de imprensa para anunciar como se daria a distribuição dos cartões de racionamento do açúcar (*A Noite*, 27 abr. 1943, p. 1-2, 2. ed.). Procurando contornar a crise de abastecimento, *A Noite* publicou ampla matéria de capa, sob o título “Açúcar para todos!”, que informava a venda de cerca de cinco mil quilos de açúcar realizada pelos Postos do SAPS (*A Noite*, 30 abr. 1943, p. 1-7, 2. ed.). Reforçando a mensagem, o jornal produziu uma reportagem especial defendendo a atuação do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) afirmando, especialmente, que o órgão não havia deixado de tomar nenhuma providência para atenuar os problemas de abastecimento, apontando a crise de combustíveis como responsável pela distribuição irregular do produto (*A Noite*, 3 maio 1943, p. 3, 1. ed.).

O jornal *A Noite* se comprometeu com a campanha do racionamento, sobretudo, atualizando a população sobre o funcionamento do sistema. Era recorrente o periódico alertar a população sobre a necessidade de se cadastrarem nos postos de atendimento do SAPS, explicando, como se daria a distribuição dos cartões de racionamento (*A Noite*, 3 maio 1943, p. 1-3, 2. ed.)[299]. Para o jornal, a introdução dos cartões e a venda controlada do açúcar era considerada uma solução que traria equidade no mercado consumidor (*A Noite*, 5 maio 1943, p. 2, 1. ed.). Entretanto, o sistema de cadastramento para obtenção dos cartões acarretou longas filas que começavam a se formar às quatro horas da manhã em frente aos postos do SAPS (*A Noite*, 6 maio 1943, p. 1, 1. ed.), levando o vespertino a enviar uma equipe de reportagem que percorreu diversos locais de cadastramento para cobrir o primeiro dia oficial de racionamento (*A Noite*, 6 maio 1943, p. 1-3, 1. ed.).

---

[299] *A Noite* tinha um sistema de lembretes aos leitores sobre as datas limites de cadastramento junto ao SAPS publicando pequenas chamadas no rodapé da primeira página: no primeiro dia de venda controlada de açúcar, o vespertino publicou no rodapé da capa o lembrete “Começa hoje o racionamento do açúcar” (*A Noite*, 17 maio 1943, p. 1, 1. ed.).

Os estabelecimentos comerciais, sobretudo os armazéns, também tinham que se cadastrar na CME para obterem a autorização para comercializarem os produtos racionalizados (*A Noite*, 9 maio 1943, p. 2, 1. ed.). Nesse sentido, o regime burocratizou o sistema de racionamento quando delegou ao consumidor a tarefa de ter que realizar seu registro também nos estabelecimentos comerciais. A complexidade do racionamento dava margem para falcatruas, tal como alertou o Serviço de Racionamento (SR) sobre a existência de estelionatários que estariam se passando por fiscais da CME com o objetivo de apreenderem cartões de racionamento que seriam vendidos para terceiros (*A Noite*, 18 maio 1943, p. 3, 2. ed.).

A CME, seguindo a cartilha estadonovista de burocratização da sociabilidade, compreendeu que seria necessária a realização de um “recenseamento” dos consumidores através de uma ampla pesquisa organizada pelo Serviço de Racionamento da Coordenação: em poucas semanas, cerca de um milhão e meio de indivíduos já haviam sido inquiridos pelos pesquisadores sobre seus hábitos de consumo (*A Noite*, 10 maio 1943, p. 1, 1. ed.). Em declaração ao jornal, João Alberto reiterou o sucesso do cadastramento, afirmando que a atitude dos cariocas foi uma “[...] demonstração de disciplina, de compreensão de seus deveres e de espírito patriótico”. Após percorrer diversos postos de atendimento na Capital Federal, o coordenador da CME emocionou-se com o fato de que “[...] o povo não se queixava” dos transtornos causados pela medida, mas sim, aceitava “[...] o sacrifício de se manter nas ‘filas’ como uma parcela de seu esforço de guerra”: trocando em miúdos, acolher o racionamento era visto como um ato de louvável patriotismo que evidenciava, sobretudo, a formação de um movimento popular de mobilização civil para a guerra que era controlado de perto pelo regime (*A Noite*, 10 maio 1943, p. 1-7, 2. ed.). Mobilização, no caso, é entendida como submissão à burocracia ditatorial.

No segundo semestre de 1943, a campanha do racionamento estava em pleno funcionamento, momento em que a CFP é extinta pela CME, acarretando, desta maneira, uma descentralização do sistema de racionamento e controle do mercado consumidor. As atribuições da CFP passaram a ser desempenhadas por organismos especializados subordinados à CME, tais como o Setor de Abastecimento, o Setor de Construções Civis etc. Conforme declarou o ministro João Alberto, a medida visava a aprimorar as ações governamentais de combate à carestia (ver edições *A Noite*, 22 jul. 1943, p. 1-2, 2. ed. 2 ago. 1943, p. 1-3, 2. ed.).

Vale lembrar que a campanha do racionamento contou com o apoio de parte considerável dos comerciantes, como fez questão de anunciar o Sindicato do

Comércio Atacadista de Gêneros Alimentícios e o Sindicato dos Comissários e Consignatários, que estabeleceriam uma parceria com a CME para aprimorar o sistema de distribuição de alimentos no Rio de Janeiro (*A Noite*, 22 jul. 1943, p. 4, 2. ed.).

Em novembro de 1943, ocorreu a primeira descentralização das atribuições da CME quando o Interventor Federal no Rio de Janeiro, Ernani do Amaral Peixoto – genro de Vargas – assume a Coordenação de Distribuição de Gêneros Alimentícios no Rio de Janeiro, órgão responsável pela distribuição de alimentos aos mercados e postos do SAPS, especialmente de produtos como carne, leite e derivados, manteiga, sal e farinha de trigo (*A Noite*, 5 nov. 1943, p. 1, 1. ed.). Em sua primeira semana na função, Amaral Peixoto informou em uma coletiva de imprensa que os produtores de carne no Estado do Rio de Janeiro deveriam suprir o mercado interno para, só então, serem autorizados a exportar o excedente (*A Noite*, 8 nov. 1943, p. 1-10, 2. ed.). A questão da carne, sobretudo a bovina, voltou a ser motivo de grande apreensão na Capital Federal: temendo uma nova crise de abastecimento, Amaral Peixoto suspendeu a venda de carne às segundas e quintas-feiras para os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo (*A Noite*, 9 out. 1943, p. 2, 1. ed.). Posteriormente, essa proibição foi estendida ao Espírito Santo (*A Noite*, 30 nov. 1943, p. 2, 1. ed.). Os restaurantes, hotéis e pensões cariocas foram proibidos de servirem pratos que continham picadinho ou bife (*A Noite*, 13 nov. 1943, p. 1-3, 2. ed.), além de terem que declarar mensalmente ao Serviço de Abastecimento seus estoques de carne bovina (*A Noite*, 21 nov. 1943, p. 4, 1. ed.).

O jornal publicava diariamente um quadro informando a quantidade de carne bovina, suína e ovina disponível no mercado consumidor carioca, denotando, assim, a contribuição de *A Noite* na campanha de racionamento do produto (*A Noite*, 16 dez. 1943, p. 3, 2. ed.). Poucos meses após assumir o cargo, o jornal considerou que o desempenho de Amaral Peixoto foi excepcional, chegando a comparar sua administração de “mão de ferro” com a do Coordenador da Mobilização Econômica, João Alberto (*A Noite*, 3 dez. 1943, p. 2, 1. Ed.). Logo após os primeiros meses de administração de Amaral Peixoto no Serviço de Abastecimento, o interventor criou um novo sistema de tabelamento baseado na divisão social do consumo, onde eram contemplados tanto os produtos “populares” quanto os itens de “luxo”; o Estado Novo garantiu às classes mais abastadas o consumo de produtos que eram, numa perspectiva de mobilização para a guerra, supérfluos (*A Noite*, 14 fev. 1944, p. 1-3, 2. ed.). Essa medida foi grandemente elogiada pelo diretor do jornal, André Carrazzoni,

que, ironicamente, considerava as ações do interventor no Serviço de Abastecimento como manobras bélicas contra a carestia (*A Noite*, 15 fev. 1944, p. 3,2. ed.).

Outra forma encontrada pela CME para intervir no mercado consumidor era a o desenvolvimento de produtos voltados para as populações de baixa renda. A CME criou uma linha de "tecidos populares", com preços tabelados e que passaram a ser garantidos por mais de trezentas fábricas espalhadas pelo Brasil (*A Noite*, 16 nov. 1943, p. 1-3, 2. ed.). O colunista Maciel Filho, por exemplo, elogia a imposição da CME às indústrias têxteis: as tecelagens que não atingiam as metas de produção eram suspensas pelo regime, forçando-as, desta maneira, a fornecerem o "tecido popular" ao mercado interno em detrimento de suas habituais carteiras de clientes internacionais (*A Noite*, 1 dez. 1943, p. 3, 2. ed.). Durante a participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra Mundial, a loja de tecidos *O Toalheiro* uniu a expressão difundida entre os "pracinhas" brasileiros com a campanha de produção do tecido popular preconizada pela CME: com a chamada "A cobra tá fumando no 'Toalheiro'", localizada no rodapé da última página, o estabelecimento de tecidos anunciou a grande "[...] redução de preços em favor da economia popular" (*A Noite*, 18 jan. 1945, p. 8, 1. ed.). No início da campanha dos tecidos populares, a *Rádio Nacional* – do grupo *Empresa A Noite* - fechou uma parceria com empresários do ramo que bancaram a produção de esquetes comerciais, irradiadas em ondas curtas, sobre a alta qualidade dos tecidos brasileiros (*A Noite*, 25 mar. 1943, p. 2, 1. ed.). A CME chegou até a criar uma Comissão Executiva do Convênio Têxtil, órgão responsável pela coordenação da produção do tecido popular (*A Noite*, 10 nov. 1943, p. 1-2, 1. ed.). João Alberto organiza, inclusive, uma exposição de tecidos populares, evento que contou com a visita de Getúlio Vargas, que ficou grandemente impressionado com o trabalho desenvolvido por seu ministro (*A Noite*, 12 nov. 1943, p. 1-8, 1. ed.).

O sucesso da "Campanha do Tecido Popular" incentivou João Alberto a entrar em uma nova empreitada: a "Campanha Nacional das Vitaminas", projeto que foi prontamente apoiado por *A Noite*. De acordo com *A Noite*, a nova campanha consistia na criação de um suplemento vitamínico que visava a melhorar as condições alimentares da população brasileira. Sem que se realizassem grandes pesquisas científicas – apenas testada em soldados do Exército Brasileiro -, a CME passou a organizar a produção das pílulas em parceria com a indústria farmacêutica, enquanto o periódico anunciava a criação das "refeições em pílulas para todo o Brasil!". Na visão de João Alberto, esses suplementos poderiam ser ingeridos "[...] junto com qualquer

outro alimento que faça peso". As vitaminas não resolviam o problema da desnutrição e a desigualdade na distribuição de alimentos, mas eram propagandeadas como se fossem equivalentes a uma refeição balanceada: os comprimidos valiam "[...] por uma verdadeira refeição concentrada, contendo todos os valores nutritivos reclamados pelo organismo humano" (*A Noite*, 11 jan. 1944, p. 1-2, 2. ed.)[300].

O jornal e seus dirigentes apoiavam todas as ações da CME de João Alberto, providenciando, por exemplo, artigos assinados por nomes de peso de *A Noite* como forma de reforçar as campanhas de racionamento do órgão: André Carrazzoni, diretor do jornal, em sua coluna semanal, traça uma perspectiva sobre o uso dos comprimidos um tanto exagerada, ao afirmar que as vitaminas "[...] fortificam o organismo, restauram as forças perdidas e transformam criaturas fracas em seres cheios de animação física e moral". Carrazzoni compara, inclusive, o projeto farmacêutico de João Alberto com o personagem estadunidense de histórias em quadrinhos "Popeye" e proclama: "Que venham sem demora as prodigiosas pastilhas, ricas das substâncias que aligeiram os músculos e enrijecem a vontade!" (*A Noite*, 13 jan. 1944, p. 3, 2. ed.)[301].

Essas soluções da CME iam de encontro à crise de abastecimento provocada pelo conflito bélico mundial. A criação de um novo projeto de alimentação de João Alberto, que seria seu derradeiro gesto enquanto Coordenador, foi o "prato de guerra"[302]: imposição a todos os restaurantes da Capital Federal a criarem um cardápio contendo seis pratos que seriam vendidos a preços módicos (*A Noite*, 3 jul. 1944, p. 1-4, 2. ed.). Elogiando a ideia de João Alberto, a coluna *Ecos e Novidades* critica comerciantes que estariam servindo "pratos de guerra" em condições indignas ou maltratando os clientes que consumiam o item, pedindo, sobretudo, que a CME

---

[300] Esse projeto da CME era importante para o regime, ao ponto de João Alberto organizar uma solenidade de abertura da "Campanha Nacional das Vitaminas" contando com a presença de figuras do meio técnico e científico na sede da Coordenação (*A Noite*, 14 jan. 1944, p. 2, 1. ed.). Como forma de autenticar a relevância científica da campanha, o jornal entrevistou profissionais da medicina que, invariavelmente, apoiavam sem reservas o projeto de João Alberto (*A Noite*, 18 jan. 1944, p. 1-4, 2. ed.).

[301] A CME criou também a campanha do "Sapato Popular", um calçado de baixou custo de produção que tinha o preço único de quarenta cruzeiros (*A Noite*, 18 jun. 1944, p. 1, 1. ed.).

[302] João Alberto e sua equipe também foram responsáveis pela criação do "pão de guerra": receita contendo oitenta e cinco porcento de farinha e quinze porcento de celulose (*A Noite*, 25 nov. 1942, p. 1-7, 2. ed.). Com a "boa receptividade" da população, a CME adiciona mais cinco porcento de celulose à mistura (ver edições *A Noite*, 16 ago. 1943, p. 1-9, 2. ed.; 17 ago. 1943, p. 2, 1. ed.).

intervenha fiscalizando o cumprimento de sua determinação em prol do esforço de guerra (*A Noite*, 2 ago. 1944, p. 2, 1. ed.)[303].

É importante destacar que embora o sistema de racionamento/tabelamento fosse uma política pública de interferência no mercado consumidor, portanto constituindo ações oficiais de cunho restritivo, o regime, com largo apoio do jornal, procurou passar a ideia de que as medidas eram autenticadas pela população por meio da realização de consultas públicas. O Serviço de Abastecimento a cargo de Amaral Peixoto, por exemplo, realizou o procedimento de consulta à população sobre os preços praticados no mercado varejista e a propagandeou como um exemplo de prática democrática do Estado Novo (*A Noite*, 6 abr. 1944, p. 1-2, 1. ed.). Outro artifício que procurava criar essa falsa imagem de democracia foi a criação pela CME das Comissões Populares de Controle de Preços, colegiado de caráter consultivo que tinha a função de informar a CME sobre variações criminosas de preços de produtos tabelados (*A Noite*, 10 maio 1944, p. 1-2, 2. ed.).

O Estado Novo interferiu significativamente nas relações econômicas cotidianas dos indivíduos, tal como ocorreu com o julgamento pelo Tribunal de Segurança Nacional dos “crimes contra a economia nacional”, geralmente condenando pequenos produtores e comerciantes que “infringiam” a lei do tabelamento de preços. O papel de um Estado “interventor”, que, segundo Fonseca (1999), sempre esteve presente nas políticas econômicas anteriores ao Estado Novo, a partir de 1937 se intensificou quando “[...] o governo trouxe a si a responsabilidade de coordenar, disciplinar e fomentar as atividades produtivas em profundidade sem precedências”, abarcando, desse modo, variadas esferas sociais (FONSECA, 1999, p. 259). Segundo o autor, a política econômica e administrativa de Vargas, antes de tudo, era permeada por um intervencionismo enquanto concepção de administrar a sociedade não apenas no campo econômico, mas se estendendo para todas suas esferas (FONSECA, 1999, p. 263).

No segundo semestre de 1944, ocorreram mudanças nos cargos chave relacionados ao racionamento/tabelamento: em julho: alegando que o Serviço de Abastecimento lhe tomava muito tempo e que precisava se dedicar integralmente à interventoria fluminense, Amaral Peixoto cede seu lugar ao coronel Jesuíno de

---

[303] O “prato de guerra” também objetivava o racionamento de carne bovina, visto que, a falta do produto perdurou até o fim da guerra. O Serviço de Abastecimento, por exemplo, sugeriu a criação dos pratos populares “A” e “B” que continham dois tipos de carne (*A Noite*, 20 jun. 1944, p. 1-8, 2. ed.).

Albuquerque (*A Noite*, 31 jul. 1944, p. 1-3, 2. ed.). Quatro dias depois, João Alberto pede exoneração de suas funções como Coordenador da Mobilização Econômica, justificando, com argumentos semelhantes aos usados por Amaral Peixoto, que o acúmulo de trabalho entre a CME e a Fundação Brasil Central – da qual era presidente – acabaram comprometendo seu desempenho (*A Noite*, 4 ago. 1944, p. 1-2, 1. ed.). João Alberto decide então se mudar para Xavantina, Mato Grosso, sede da Fundação Brasil Central – entidade estatal de desenvolvimento da região Oeste do país (*A Noite*, 17 ago. 1944, p. 1-3, 2. ed.). Contudo, sua permanência na região não durará muito tempo, já que em março de 1945 o militar retorna à Capital Federal para assumir o cargo de Chefe de Polícia do Rio de Janeiro no lugar de Coriolano de Gois (*A Noite*, 13 mar. 1945, p. 1-2, 2. ed.)[304].

Uma das primeiras ações de Anápio Gomes foi solicitar ao então Chefe de Polícia do Rio de Janeiro, Alcides Etchegoyen, a disponibilização de todo o efetivo policial para a realização de uma grande operação contra os "exploradores do povo". Não diferindo de seu antecessor, Gomes compartilhava com Alberto de uma perspectiva policialesca de combate à carestia, reservando *A Noite* longas reportagens elogiando o novo Coordenador da CME (*A Noite*, 4 ago. 1944, p. 1-2, 2. ed.). Entre essas ações policiais, o jornal congratulou Gomes por ter desencadeado uma "[...] ofensiva contra os fraudadores do tabelamento", noticiando a prisão de comerciantes que não praticavam os preços impostos no tabelamento (*A Noite*, 10 ago. 1944, p. 1-3, 2. ed.), como também, casos envolvendo comerciantes que escondiam gêneros alimentícios para forçar o aumento dos preços (*A Noite*, 10 ago. 1944, p. 1-2, 2. ed.). Embora alguns comerciantes preferissem correr o risco de serem presos, a prática de retenção de mercadorias no estoque era largamente praticada, tal como ocorreu em denúncia realizada ao CME por vendedores de peixe que acusavam a Cooperativa de Pescadores do Rio de Janeiro de estar segurando o pescado no estoque com o objetivo de obter maior lucro na venda (*A Noite*, 7 ago. 1944, p. 3, 2. ed.). Em declaração exclusiva ao jornal, Anápio Gomes declarou "guerra aos aproveitadores do povo", afirmando que faltava à população e aos comerciantes "[...] se convencerem de que estamos em guerra" (*A Noite*, 9 ago. 1944, p. 1-3, 2. ed.). O uso ditatorial do argumento "povo" reforçava uma visão de que o povo não precisava agir pois o governo o fazia em seu lugar.

---

[304] Alcides Etchegoyen foi substituído por Coriolano de Gois em julho de 1944 (*A Noite*, 2 jul. 1944, p. 1-12, 1. ed.).

Se na administração de João Alberto havia uma preocupação em criar soluções para a crise de abastecimento, tais como o “pão de guerra”, associada à repressão policial e comercial, a atuação de Anápio Gomes estava concentrada na punição dos comerciantes e numa tentativa de centralização e fortalecimento da CME: se em Alberto ocorreu uma tímida descentralização da atuação da CME, repassando atribuições a outros órgãos, Gomes ampliou os poderes da Coordenação, que passou a interferir nos preços dos produtos por meio do Serviço de Fiscalização Geral de Preços (*A Noite*, 10 set. 1944, p. 3, 1. ed.). Essa mudança denota uma outra forma de abordar o racionamento, vendo-o mais como um problema policial do que mesmo econômico, embora os projetos idealizados por João Alberto tenham sido mantidos pelo novo Coordenador, tais como a ampliação dos Mercados Regionais ligados ao Serviço de Abastecimento (*A Noite*, 16 set. 1944, p. 1-2, 2. ed.) e a criação do “Sapato para colegiais, tipo Coordenação”, calçado popular, vendido a vinte e um cruzeiros e que era voltado ao público estudantil (*A Noite*, 3 fev. 1945, p. 1-2, 2. ed.)[305].

Com a derrota da Alemanha na Segunda Guerra Mundial, fim de abril de 1945, caberá ao próprio Anápio Gomes a tarefa de encerrar as atividades da CME pois, frente ao fim da guerra próximo, o Coordenador não via mais necessidade de existir um órgão exclusivamente responsável pelo racionamento, sugerindo que as atribuições da CME deveriam ser repassadas à Prefeitura do Rio de Janeiro (*A Noite*, 19 maio 1945, p. 1-8, 2. ed.). Contudo, somente com a queda do Estado Novo a CME será efetivamente extinta, quando o próprio Anápio Gomes informa que, em razão da mudança de governo e a “volta do país à normalidade”, o órgão findaria suas atividades (*A Noite*, 10 set. 1945, p. 1-13, 2. ed.).

Logo após a extinção da CME, o regime deu continuidade ao sistema de racionamento/tabelamento, criando a Delegacia de Economia Popular (DEP), seção da Polícia Civil carioca que teve como um de seus idealizadores o então Chefe de Polícia do Rio de Janeiro e ex-Coordenador da CME, João Alberto (*A Noite*, 14 set. 1945, p. 1-8, 2. ed.). Deste modo, embora o regime estivesse em vias de se desintegrar, ainda continuou apostando em políticas restritivas e punitivas para tentar conter a crise de abastecimento que assolava o país. Essas práticas de controle do mercado consumidor e a interferência na economia foram continuadas tanto no

---

[305] A coluna *Ecos e Novidades* elogiou extensivamente Anápio Gomes por sua abordagem de “[...] repressão e punição dos aproveitadores do povo” que, segundo o jornal, aproveitavam-se da crise econômica advinda do conflito bélico mundial para obterem maiores lucros às custas do esforço de guerra nacional (*A Noite*, 26 jan. 1945, p. 7, 2. ed.).

Governo Provisório de José Linhares quanto no governo eleito de Dutra em 1946, heranças da ditadura.

O racionamento/tabelamento foi visto, durante o Estado Novo, por governo e apoiadores, como uma política efetiva de contenção da crise de abastecimento de gêneros básicos de consumo. Sua interferência no mercado consumidor, sobretudo o varejista, e sua atuação sob uma perspectiva policialesca levaram o regime a criar um ambiente de desconfiança permanente, onde a delação dos “exploradores do povo” foi explorada pelo jornal em forma de campanha contra a carestia.

Sendo assim, o sistema de racionamento imposto pela ditadura deve ser compreendido enquanto resultante de um movimento de mobilização civil para o esforço de guerra. O ato de poupar passou a ser valorizado pelo Estado Novo que, contando com o habitual apoio comunicacional de *A Noite*, produziu uma campanha de mobilização civil-militar para o esforço de guerra Aliado baseada na noção de união social e apoio irrestrito a Getúlio Vargas. Para que essa “nova cruzada” pudesse alcançar os resultados pretendidos, a ditadura e o periódico dispunham de uma “arma” já muito conhecida dos brasileiros: o carisma maternal da primeira dama Darcy Vargas.

CAPÍTULO IV – A NOVA BANDEIRA COMUNICACIONAL D´*A NOITE*: entre as campanhas de mobilização civil-militar e a "expansão Costa Neto"

> *[...] a nossa contribuição pode ser resumida num tríptico: produção, mobilização e bônus de guerra. Devemos trabalhar mais [...]. Produzir, mobilizar e contribuir com dinheiro para a guerra [...]. Precisamos compreender que temos um quinhão de sacrifício. Precisamos estar prontos para suportá-lo. E lembrar que esse sacrifício é o mínimo do que nos poderia ser imposto pelas circunstâncias. Este sacrifício nós o faremos para nós. Se não o fizermos nos sacrificaremos para os outros e por todo o sempre* (*A Noite*, 4 fev. 1943, p. 3, 2. ed.).

> *Alguns homens têm um abrigo noturno*
> *Por uma noite o vento é mantido longe deles*
> *A neve que cairia sobre eles cai na calçada*
> *Mas o mundo não vai mudar com isso*
> *As relações entre os homens não vão melhorar*
> *A era da exploração não vai durar menos.*
> (Bertolt Brecht, "O abrigo noturno")

4.1 Darcy Vargas: "mãe dos pobres" e parceira dos ricos

Se Getúlio era considerado o "pai dos pobres", a primeira dama Darcy, sem dúvida, era a "mãe"[306]. Como esposa do presidente, a gaúcha de São Borja, Rio

[306] Darcy Sarmanho Vargas nasceu em São Borja, Rio Grande do Sul, em dezembro de 1895. Foi esposa de Getúlio Vargas e primeira dama brasileira por dois períodos (1930-1945 e 1950-1954). Foi fundadora da Casa do Pequeno Jornaleiro (1940), do Abrigo Cristo Redentor (1941) e da Cidade das Meninas (1941), instituições coordenadas pela Fundação Darcy Vargas (1938). Em agosto de 1942, durante a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), fundou a Legião Brasileira de Assistência (LBA), entidade responsável pela formação de voluntárias civis para o esforço de guerra.

Grande do Sul, desempenhou relevante papel durante o processo de mobilização feminina civil para a Segunda Guerra Mundial entre 1942 e 1945, sobretudo, após a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1942. Mas sua atuação no campo do assistencialismo vinha de bem antes: conforme apontou Ivana Simili (2008), ela se tornou referência ideológica para as mulheres na militância filantrópica ainda em 1930, com a formação da Legião da Caridade, em Porto Alegre, trajeto esse consolidado em 1938, com o surgimento da Fundação Darcy Vargas, instituição que congregava seus projetos sociais. De acordo com Simili, a primeira dama foi suporte para criar uma nova imagem da mulher, enquanto esposa/companheira do homem público, posicionar-se politicamente diante da sociedade através da promoção de trabalhos de cunho assistencial (SIMILI, Ivana, 2008).

Desta maneira, Darcy inaugurou novas práticas de exercício da figura da primeira dama que permaneceram na cultura política brasileira até à atualidade. Essa atuação política do papel da primeira dama - claro, subordinada ao universo machista de nossa cultura política -, transformou-se em modelo para demais companheiras de chefes do Poder Executivo e inspirou lideranças femininas no campo do assistencialismo em um contexto de crise político-econômica marcado pelo período entre guerras (1918-1939). Entretanto, o papel das primeiras damas ligadas ao filantropismo não era uma exclusividade brasileira, mas foi explorado também por figuras como Eleanor Roosevelt nos EUA e Clementine Churchill no Reino Unido. Do mesmo modo, na Itália de Mussolini, a esposa do *Dulce* promovia ações parecidas, enquanto que na Alemanha, ocorreu o oposto: Eva Braun, namorada do *Führer*, era mantida distante das vistas da sociedade nazista com o objetivo de se criar uma imagem do líder comprometido e casado com a pátria alemã.

A atuação de Darcy Vargas no assistencialismo foi apropriada pelo Estado Novo e transformada em modelo de comportamento feminino socialmente aceitável e esperado. Essa apropriação da atuação pública feminina foi tão logo utilizada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que passou a explorar sua imagem pública-privada para potencializar as narrativas em torno da figura do ditador. Através do noticiário de *A Noite*, pode-se afirmar que a construção de seu papel enquanto “mãe dos pobres” foi sendo delineada por meio da imprensa entre os anos de 1940 e 1942, sobretudo, com a ampliação do Natal dos Pobres no Catete e as campanhas

---

Morreu no Rio de Janeiro em 1968, aos setenta e dois anos. Para maiores informações sobre a vida da primeira dama, ver SIMILI, Ivana, 2008.

de arrecadação de fundos para construção da Cidade das Meninas. Durante esse período, Darcy foi apresentada pelos veículos de comunicação alinhados ao regime na condição de uma figura maternal e companheira essencial para o desempenho político de Vargas como chefe de Estado. Contudo, a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados (1942) acarretou, paulatinamente, um redirecionamento de seu papel político: com auxílio do jornal, sua representatividade passou a ser associada à mulher como força produtiva, mobilizadora e assistencial no contexto de mobilização civil no esforço de guerra. Para o Estado Novo, as mulheres tinham o dever cívico para com a pátria, seja no lar, na fábrica ou na assistência dispensada aos pobres. E essa figura provedora remetia para a mulher de posses, que gerenciava a pobreza alheia, angariava recursos para sua mitigação.

Nesse sentido, a construção da imagem pública de Darcy como “mãe dos pobres” ganhou força por meio de *A Noite* que, constantemente, divulgava notícias de cunho privado objetivando criar uma representação positiva da primeira dama. Essas primeiras notícias evidenciam um deslocamento de temas privados para a esfera pública, onde as comemorações natalícias da primeira dama, por exemplo, foram valorizadas e publicizadas pelo jornal: quando se aproximava a data de seu aniversário, o jornal publicava extensas reportagens que destacavam seu senso de “humanidade” e dedicação aos pobres, mas também ressaltava, seu providencial “companheirismo” para com o esposo (*A Noite*, 12 dez. 1941, p. 3, 2. ed.).

O realce dado por *A Noite* na data, 12 de dezembro, era, via de regra, permeado por extensos elogios ao caráter maternal da primeira dama que, sem medir esforços, dedicava-se integralmente para melhorar a qualidade de vida de grupos socialmente excluídos: os inválidos, os enfermos, os miseráveis, as crianças e as mulheres sabiam a quem poderiam recorrer (*A Noite*, 12 dez. 1942, p. 3, 1. ed.). De acordo com André Carrazzoni, num discurso irradiado pela *Rádio Cruzeiro do Sul* que homenageou Darcy em razão de seu aniversário, o trabalho desenvolvido pela primeira dama era tão somente o resultado do cumprimento de sua vocação: uma missão de vida que chegada a ser quase divina (*A Noite*, 13 dez. 1942, p. 3, 1. ed.).

Com a encampação de *A Noite* em 1940, jornalistas e dirigentes do vespertino passaram a nutrir uma relação de proximidade com Darcy: seus projetos filantrópicos passaram a ser divulgados como práticas revolucionárias no campo da assistência social, não se limitando o jornal em tecer elogios à sua personalidade, mas, especialmente, empenhando-se em participar ativamente das campanhas beneficentes promovidas por ela, tais como as campanhas de arrecadação de

donativos para a construção da Casa das Meninas, futura Cidade das Meninas, instituição que tinha como objetivo amparar crianças socialmente vulneráveis ou em situação de rua[307].

As primeiras notícias pós-encampação do jornal se limitaram em registrar o trânsito de Darcy pelos aeroportos do país. Como sua agenda nem sempre correspondia à de seu esposo, a primeira dama era tema do noticiário quando desembarcava desacompanhada de Vargas (quando Getúlio estava presente, o foco do jornal se voltava exclusivamente para o ditador), como por exemplo, uma manchete de sua chegada ao Rio de Janeiro pelo Aeroporto Santos Dumont, ocasião em que foi recepcionada pelo prefeito da Capital Federal, Henrique Dodsworth e seu genro e interventor federal no Rio de Janeiro, Amaral Peixoto (*A Noite*, 8 maio 1940, p. 1, 2. ed.). Quando ela viajava sem a companhia de Vargas, sua imagem era associada a uma figura masculina do Estado Novo, evidenciando mecanismos de silenciamento do feminino na informação: mesmo que ela assumisse o protagonismo da notícia, a presença de um homem do regime lhe conferia uma espécie de chancela pública. A mulher, até nesse nível de elite política, não podia viajar desacompanhada de uma personalidade masculina...

Nesse sentido, Darcy ainda era apresentada como figura coadjuvante no mundo político estadonovista dominado por homens: durante o lançamento das primeiras embarcações da Escola de Pesca Darcy Vargas, instituição que levava seu nome, foi Getúlio que bateu a quilha dos dois navios-escola lançados ao mar. Embora se trata-se somente de uma homenagem, a notícia apenas citou a presença da primeira dama no evento, voltando suas atenções para Getúlio, comandante da solenidade (*A Noite*, 29 set. 1940, p. 1-3).

Posteriormente, o jornal passou a associar diretamente a imagem da primeira dama com a Escola de Pesca Darcy Vargas, embora a instituição não tivesse ligação com direta com ela ou com sua Fundação: em reportagem especial no suplemento dominical, o periódico destacou a importância da escola para a Colônia de Pescadores de Marambaia, Rio de Janeiro. Tal fato evidencia que a influência de Darcy no campo da assistência social, bem como na política estadonovista, era uma realidade que foi

---

[307] A Casa do Pequeno Jornaleiro, existente até hoje, era uma entidade ligada à Fundação Darcy Vargas e que obtinha largo apoio de empresas de comunicação, da Associação Brasileira de Imprensa e da classe jornalística. O papel da Casa e de sua importância para a primeira dama foi tratado anteriormente. Darcy cogitou arrecadar fundos para a criação de uma Cidade dos Meninos, contudo, o projeto não foi adiante.

explorada pelo regime (*A Noite*, 4 jan. 1942, p. 3). Em 1945, o estabelecimento de ensino foi transformado em Escola Técnica Darcy Vargas, um claro sinal da especialização do ensino básico direcionado aos pobres para inseri-los no mercado de trabalho (*A Noite*, 14 jan. 1945, p. 1-9, 1. ed.).

Mas era durante as festividades de fim de ano que a primeira dama ganhava maior protagonismo no noticiário de *A Noite*: a realização do Natal dos Pobres no Catete nas vésperas do dia 25 de dezembro, evento muito concorrido pela população pobre carioca. Em Poços de Caldas, Minas Gerais, Darcy recebeu um correspondente especial do jornal que colheria maiores detalhes sobre a realização do Natal dos Pobres no Catete de 1940. Durante a entrevista, numa possível estratégia retórica de inserir tema com aspecto de demanda da sociedade, o jornalista propôs à primeira dama que os "Natais" promovidos por diversas instituições filantrópicas da Capital Federal fossem direcionados para o Natal dos Pobres realizado na sede oficial do governo. Após ouvir a sugestão de *A Noite*, Darcy prontamente apoiou a iniciativa, afirmando que iria sugerir às demais entidades assistenciais que centralizassem a arrecadação, triagem e distribuição de donativos em um único dia e lugar. Nascia aí um movimento de centralização e racionalização da assistência social liderado por Darcy através de sua Fundação (*A Noite*, 7 dez. 1940, p. 1-4, 2. ed.).

Logo após *A Noite* receber o "aval" da primeira dama, o jornal capitalizou o evento em seu favor: a realização do Natal dos Pobres unificado no Catete era recorrentemente lembrada pelo jornal como "uma sugestão de *A Noite*", procurando o vespertino tornar evidente sua colaboração com as ações sociais ligadas ao regime. Apoiando esse movimento de centralização dos Natais dos Pobres cariocas, Herbert Moses - presidente da Associação Brasileira de Imprensa e dileto apoiador de Darcy -, Mario Pólio e Gustavo de Carvalho, respectivamente presidentes dos clubes de futebol Fluminense e Flamengo, deram declarações ao jornal anunciando irrestrito apoio à ideia do periódico implementada pela primeira dama (*A Noite*, 9 dez. 1940, p. 1-2, 3. ed.)[308].

O jornal não participava apenas com sugestões, mas também se encarregava do recebimento de valores destinados aos projetos sociais da primeira dama: nas vésperas da realização do Natal dos Pobres, que aconteceria em 23 de dezembro, *A*

---

[308] A centralização dos "Natais" cariocas no Palácio do Catete foi seguida pela filha de Darcy, Alzira Vargas, primeira dama fluminense. A esposa de Amaral Peixoto, e futura secretária pessoal de Getúlio, promoveu no Natal de 1940 a primeira edição do Natal dos Pobres no Palácio do Ingá (*A Noite*, 20 dez. 1940, p. 1-8, 2. ed.).

Noite anunciou que havia recebido, de “doador anônimo”, vinte mil réis em prol do evento natalino (*A Noite*, 20 dez. 1940, p. 3, 1. ed.). Nos dias que antecediam à distribuição de presentes (roupas e alimentos para adultos e brinquedos para crianças), o periódico publicava fotografias de Darcy, acompanhada de “altas damas da sociedade carioca”, embrulhando brinquedos para as crianças pobres dos morros e cortiços cariocas (Figura 35) (*A Noite*, 20 dez. 1940, p. 1, 1. ed.).

A realização do evento era realçada pelo vespertino que, via de regra, fazia uso de amplas fotografias de crianças aguardando ansiosamente a distribuição dos donativos (Figura 36) (*A Noite*, 23 dez. 1940, p. 1, 3. ed.). Nessas fotografias, publicadas nas capas das edições, o periódico fazia questão de ressaltar que tanto Darcy quanto Alzira participavam “pessoalmente” da distribuição de presentes para dez mil crianças que lotavam os jardins do Palácio do Catete. A idealização do feminino pelo regime, representada pelas figuras da mãe e da filha, duas gerações dedicadas aos mais necessitados, reforçava essa mensagem pretendida com a notícia (*A Noite*, 24 dez. 1940, p. 1, 1. ed.). Projetava, ainda, a imagem de governo como ação em família, no contexto ideológico mais amplo do Estado Novo (LENHARO, 1986).

No ano de 1941, o Natal dos Pobres no Catete já estava consolidado: o jornal, por sua vez, não podia deixar de apoiar novamente a ação social natalina da primeira dama. Em manchete, *A Noite* anunciou a realização de mais uma edição do evento, apelando, sobretudo, às “instituições filantrópicas e pessoas caridosas” que colaborassem com a iniciativa enviando donativos para a sede do Governo Federal (*A Noite*, 3 dez. 1941, p. 1, 1. ed.).

Novamente, defendendo sua “sugestão”, o periódico se antecipou para garantir que a realização da festividade ocorresse da mesma forma como no ano anterior: centralizado tal como o próprio regime, com toques de sacralização e evento familiar no plano ideológico. Entretanto, essa proposta de centralização dos “Natais” no Catete não era seguida por todas as entidades cariocas, especialmente as mais pobres: Centros Espíritas, Terreiros de Umbanda, de Candomblé e pequenos clubes de associações de bairro, por exemplo, promoviam seus próprios “Natais”, denotando relativa autonomia de ação dessas instituições que atuavam no campo da filantropia. Outra questão que a notícia suscita é a de que, no decorrer do ano, o jornal divulgava exaustivamente reportagens preconceituosas sobre esses mesmos grupos religiosos, classificados genericamente como “baixo espiritismo” – ou seja, não católicos-protestantes nem “alto espiritismo” de elite... -, inclusive, incentivava a perseguição

policial contra religiões de matriz africana. Contudo, na época das festas natalinas, o periódico não via problema algum em divulgar as ações assistencialistas dessas instituições, afinal de contas, era Natal! (*A Noite*, 19 dez. 1941, p. 2, 2. ed.).

Instituições públicas também realizavam seus próprios “Natais”, tal como o primeiro Natal dos Pobres promovido pela Delegacia de Repressão a Mendicância e Menores do Rio de Janeiro: coordenados por Filinto Muller, então Chefe de Polícia do Rio de Janeiro, investigadores tentavam distribuir brinquedos e mantimentos a quem se atrevesse se aproximar de uma das instituições mais temidas pelas populações socialmente vulneráveis. De acordo com o jornal, houve pouca procura pelos presentes oferecidos por aquela unidade policial em razão, justamente, da centralização do Natal dos Pobres no Catete (*A Noite*, 24 dez. 1941, p. 8, 1. ed.)[309]. Desta forma, a baixa audiência no evento promovido por aquela delegacia também pode ter sido um fator que afastou crianças, adolescentes e mendigos que, temendo o departamento de polícia em razão de suas ações repressivas, preferiu a virtual segurança das ruas aos presentes entregues pelas mãos do braço armado do Estado.

Durante a realização do Natal dos Pobres de 1941, *A Noite* designou novamente uma equipe jornalística para cobrir o evento no Catete. Naquele ano, o vespertino se preocupou em noticiar também a realização do Natal dos Pobres promovido pelo Palácio do Ingá, sob coordenação de Alzira Vargas. De acordo com a reportagem, a filha de Darcy, tal como a mãe, possuía “mãos de fada” pois sua dedicação no preparo das roupas e brinquedos trazia alegria para os pequenos corações desolados pela fortuna (*A Noite*, 20 dez. 1941, p. 1-3, 2. ed.). Já em relação a Darcy, o jornal procurou elogiar suas “[...] incansáveis mãos que distribuem bondade” (*A Noite*, 23 dez. 1941, p. 1-3, 1. ed.) e não apenas presentes. Importante salientar a utilização desses protocolos narrativos pelo jornal: se a filha possuía “mãos de fada”, portanto um poder sobrenatural, ela havia herdado isso de sua mãe, que igualmente detinha a bondade e a distribuía através do ato de presentear. O jornal criou uma cadeia hereditária de bondade atribuída às mulheres da família Vargas, característica feminina esperada das brasileiras de elite e que era valorizada pelo Estado Novo como símbolo de mulher ideal.

Segundo o jornal, quando o ano se findava, Darcy era até mesmo mais

---

[309] No Natal dos Pobres de 1942 na Delegacia de Menores, o colunista Maciel Filho, procurando inflar a importância do evento, chegou a afirmar que ele estava se tornando uma “tradição” para a população carioca (*A Noite*, 21 dez. 1942, p. 3, 2. ed.).

aguardada pelas crianças do que o próprio Papai Noel pois ela simbolizava “[...] perante a gratidão dos pequeninos contemplados essa tradicional figura que lhe povoa os sonhos de dezembro”. Sua força ganhava contornos sobre-humanos: “[...] não abandona um instante o seu posto”, embora, após horas distribuindo presentes, “[...] já se notava o cansaço na fisionomia paciente de D. Darcy, mas nem a mais leve demonstração de esmorecimento”. O cansaço da primeira dama não era para menos: o vespertino afirmou que cerca de cinquenta mil pacotes foram distribuídos em um único dia (*A Noite*, 24 dez. 1941, p. 1-10), como se a distribuição significasse esforço físico pessoal daquela personagem.

Logo após a realização do Natal dos Pobres, o jornal publicou extenso telegrama de Darcy Vargas, endereçado a Herbert Moses, presidente da ABI, agradecendo-o por seu auxílio na organização do evento natalino. Contudo, a notícia também chama atenção pelo fato da primeira dama enviar, anexado ao telegrama, uma lista de empresários, e os respectivos valores doados, que colaboraram financeiramente com o Natal dos Pobres no Catete. Esse registro, publicado por *A Noite*, evidencia o papel do vespertino como mediador do relacionamento estabelecido entre Darcy e o mundo empresarial brasileiro (*A Noite*, 14 jan. 1942, p. 3, 1. ed.).

No Natal dos Pobres de 1942, por outro lado, nota-se uma diminuição da cobertura jornalística de *A Noite*, sobretudo, devido à criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e ao ambiente de mobilização civil e militar, fatores que colaboraram para certo enfraquecimento do evento natalino de Darcy. Tanto que a primeira dama solicitou novamente, via jornal, que as entidades filantrópicas centralizassem as doações no Catete. Esse esmorecimento do evento é evidente no próprio periódico: são publicadas três mensagens da primeira dama requerendo a colaboração das instituições com a Fundação Darcy Vargas (ver edições *A Noite*, 3 dez. 1942, p. 1-3, 1. ed.; 5 dez. 1942, p. 1, 1. ed.; 9 dez. 1942, p. 1-2, 2. ed.). Bem diferente do público anterior, naquele Natal foram distribuídos previamente quinze mil e quinhentos vale-presentes em favelas e cortiços próximos ao Catete, limitando-se assim, o acesso de um público maior à sede do governo (*A Noite*, 19 dez. 1942, p. 8, 2. ed.)[310].

A Noite considerou que somente a habitual cobertura jornalística não era

---

[310] Se compararmos o Natal dos Pobres no Catete com o do Ingá, de acordo com números divulgados pelo jornal, o evento da primeira dama fluminense tinha um alcance tão grande quanto o da Capital Federal: no Natal de 1942, o vespertino anunciou que haviam sido distribuídos em Niterói oito mil cartões para a população pobre da baixada fluminense (*A Noite*, 17 dez. 1942, p. 1, 1. ed.).

suficiente, decidindo enviar “reforços” para o Natal dos Pobres no Catete: o Papai Noel de *A Noite*. Em dezembro de 1942, o “bom velhinho da imprensa carioca” foi designado para animar a distribuição dos donativos, sinal de que os tempos de racionamento, escassez de alimentos e medo poderiam estar minando o espírito natalino tão caro para Darcy (*A Noite*, 21 dez. 1942, p. 1-10, 1. ed.).

No ano de 1943, por outro lado, houve um reavivamento do evento natalino: organizado por um batalhão de voluntárias da LBA – que crescia a cada dia -, a distribuição de presentes acabou sendo descentralizada para diversos Postos de Atendimento da LBA[311]. Valendo-se de uma estrutura do tipo militar, cerca de vinte pontos de distribuição prévia de cartões e de retirada de donativos foram colocados à disposição do Natal dos Pobres no Catete. Em tempos de guerra, as ações filantrópicas, mesmo o Natal, passaram a serem vistas pela LBA como operações de guerra (ver edições *A Noite*, 19 dez. 1943, p. 1-11, 1. ed.; 21 dez. 1943, p. 1-2, 1. ed.).

Naquele Natal de 1943, *A Noite* anunciou que haviam sido distribuídos cerca de cinquenta mil sacos com presentes para as crianças, número expressivamente maior se compararmos com os quinze mil do ano anterior (*A Noite*, 22 dez. 1943, p. 1-2, 2. ed.). Embora houvesse uma tentativa de descentralização, boa parte das crianças, como de costume, dirigiram-se para o Palácio do Catete, obrigando a organização do evento a se adaptar e transferir parte dos donativos para a sede do Governo Federal (*A Noite*, 23 dez. 1943, p. 1, 1. ed.). Não podemos deixar de citar que as práticas assistencialistas de Darcy no Natal fizeram escola: naquele ano, a “Tia Lúcia”, pseudônimo assumido pela escritora e jornalista Ilka Labasthe, surgiu como alternativa natalina para as crianças pobres. Obtendo, inclusive, apoio do DIP e da Rádio Nacional, o Natal da Tia Lúcia, que se assemelhava ao promovido por Darcy, alcançou relativo sucesso (ver edições *A Noite*, 12 dez. 1943, p. 8, 1. ed.; 23 dez. 1943, p. 11, 2. ed.). No Natal de 1944, a festa comandada pela escritora havia dado tão certo que o evento passou a ser apoiado por *A Noite* e pela *Rádio Nacional* (*A Noite*, 29 set. 1944, p. 2, 2. ed.)[312].

Por fim, o último Natal dos Pobres no Catete foi realizado em 1944, mas sem o

---

[311] Essa descentralização do Natal dos Pobres era apenas organizacional, pois a direção da LBA e Darcy Vargas continuaram a tentar controlar a arrecadação, triagem e distribuição de donativos das entidades filantrópicas cariocas. Naquele ano, a primeira dama realizou seu habitual apelo às instituições assistencialistas da cidade (ver edições *A Noite*, 19 nov. 1943, p. 1-3, 1. ed.; 8 dez. 1943, p. 1, 1. ed.).

[312] Seguindo também o modelo inaugurado por Darcy, a “Sra. Oswaldo Aranha”, a “Vindinha Aranha”, promoveu em 1943 o Natal dos Pobres no Itamarati, evidencia da expansão dessas práticas assistencialistas inauguradas por Darcy Vargas (*A Noite*, 24 dez. 1943, p. 1, 1. ed.).

brilho e público que costumava ter. Com uma cobertura jornalística de *A Noite* restrita a apenas duas publicações, a festa natalina mostrava sinais de enfraquecimento, tal como o próprio regime governado pelo esposo de Darcy (ver edições *A Noite*, 21 dez. 1944, p. 1, 2. ed.; 23 dez. 1944, p. 3, 2. ed.). As "mãos benfeitoras" da primeira dama se encontravam ocupadas demais tentando dar conta do apoio aos familiares dos soldados da Força Expedicionária Brasileira (FEB) mortos e feridos. Aos poucos, a "mãe dos pobres" foi dando lugar à uma liderança com grande apelo de mobilização feminina para o esforço de guerra: tanto que o Natal dos Pobres no Catete acabou sendo suplantado pelo Natal da Legião Brasileira de Assistência que tinha, inclusive, estrutura descentralizada em postos e contava com maior número de voluntários: naquele ano, o Natal já havia sido militarizado (ver edições *A Noite*, 19 dez. 1944, p. 1, 1. ed.; 22 dez. 1944, p. 1-12, 2. ed.).

Embora o Natal dos Pobres tenha alcançado relativo sucesso de público, foi somente com a campanha para a construção da Cidade das Meninas que a primeira dama passou a ter maior visibilidade política no jornal: em manchete no rodapé da capa, *A Noite* publicou fotografia de Darcy no Hipódromo da Gávea, em companhia de Salgado Filho, ministro da Aeronáutica e presidente do Jóquei Clube, acompanhando sorridentemente um páreo de treino para uma grande corrida noturna que se realizaria em prol do novo projeto social da Fundação Darcy Vargas (Figura 37). Conforme o jornal, o evento era "[...] assunto obrigatório de todo o mundo elegante da cidade" e prometia que o baile após a realização da corrida seria uma "[...] noite deslumbrante, a mais bonita das mil e uma noites..." (*A Noite*, 1 jul. 1940, p. 1-2, 2. ed.)[313].

Mesmo quando o jornal noticiava informações sobre os eventos beneficentes da primeira dama, como uma partida de golfe promovida por ela em prol da Cidade das Meninas, caso Vargas estivesse presente, a notícia acaba se voltando para a figura do ditador: o nome do torneio, longe de homenagear Darcy, foi "Pista Presidente Vargas" (*A Noite*, 9 dez. 1940, p. 1, 1. ed.). Durante as campanhas de arrecadação, a presença de Getúlio também servia como incentivo político e econômico para que as elites cariocas contribuíssem generosamente com os programas assistencialistas da esposa.

Personagens do mundo político-cultural carioca que transitavam pelo regime

---

[313] A Casa das Meninas foi rebatizada de Cidade das Meninas, denotando, assim, uma expansão do projeto inicial em razão do sucesso das campanhas de arrecadação de fundos.

procuravam se aproximar da primeira dama publicizando seu apoio a suas iniciativas: Herbert Moses, presidente da ABI, por exemplo, posou ao lado de Darcy durante a realização de baile de gala que beneficiaria a construção da entidade da primeira dama (*A Noite*, 10 dez. 1940, p. 1-3, 1. ed.). Lourival Fontes, diretor geral do DIP, participou da entrega realizada pela Loteria Federal, sorteio de Natal, de um cheque em favor da Cidade das Meninas correspondente a meio bilhete sem ganhador naquela extração lotérica (*A Noite*, 2 jan. 1941, p. 1-8, 1. ed.)[314].

O prêmio da Loteria Federal encorajou a primeira dama a convocar alguns jornalistas ao Palácio Guanabara para anunciar que, no mês de janeiro de 1941, seria lançada a pedra fundamental da entidade em terreno recém adquirido. De acordo com Darcy, o objetivo da instituição era o de "[...] acolher crianças desprotegidas para educa-las e torna-las donas de casa, com aptidões várias, de que se utilizarão na vida pratica". Seguindo a lógica estadonovista que colocava a mulher num lugar de subserviência (seu destino é ser dona de casa), a primeira dama ressaltou ainda que outro pilar da organização consistia em proporcionar às meninas uma noção de que elas "[...] representam um valor na coletividade e de que há lugar ao sol para quem adquire, na infância, a capacidade de lutar" (*A Noite*, 3 jan. 1941, p. 1-7, 2. ed.).

A atuação de Darcy no filantropismo também era bem vista pela Igreja Católica: durante o início da construção da Cidade das Meninas, o arcebispo do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme, realizou ao lado da primeira dama cerimônia religiosa para abençoar as obras e fincar cruzes pelo terreno. Em sua fala, D. Sebastião destacou o profundo "sentimento cristão" que as obras assistencialistas da esposa de Vargas representavam para a sociedade carioca (*A Noite*, 7 dez. 1941, p. 1-2, 1. ed.).

Darcy alcançou também reconhecimento internacional por seu trabalho filantrópico e incansável dedicação para erguer a Cidade das Meninas: *A Noite* republicou com grande entusiasmo trechos de reportagem da revista estadunidense *Times* sobre a primeira dama no campo assistencial. A cruzada de combate à pobreza e miséria estava chancelada internacionalmente, o reconhecimento por sua dedicação extrapolava as fronteiras nacionais (*A Noite*, 15 maio 1941, p. 8-10, 2. ed.). Lembrando

---

[314] Darcy Vargas também promovia eventos beneficentes em favor de vítimas de desastres naturais, tal como ocorreu com a promoção de concerto de música clássica no Teatro Municipal do Rio de Janeiro em prol das vítimas das enchentes, em meados de 1941, no Rio Grande do Sul (*A Noite*, 20 maio 1941, p. 3, 1. ed.). Devido ao sucesso do evento, a primeira dama organizou série de concertos e desfiles de moda no Municipal (ver edições *A Noite*, 27 maio 1941, p. 2, 1. ed.; 8 jun. 1941, p. 2, 1. ed.). Lamartine Babo, por exemplo, criou uma marcha exclusiva para uma apresentação especial de balé naquela ocasião (*A Noite*, 11 jul. 1941, p. 1-3, 1. ed.).

que a republicação de reportagens da *Times* em *A Noite* sobre personalidades do Estado Novo, sobretudo de Vargas, foi um recurso largamente utilizado pelo periódico para corroborar a legitimidade internacional do regime.

Além dos bailes para as elites cariocas, a primeira dama também estabelecia parcerias com empresários locais, como ocorreu na exibição do filme "Eduardo VII" no Cine Copacabana, quando a bilheteria da sessão foi revertida para a instituição (*A Noite*, 29 jan. 1941, p. 1, 1. ed.). Os diretores do Teatro João Caetano, grande parceiro da primeira dama, promoveram baile de carnaval em favor da Cidade das Meninas (*A Noite*, 3 fev. 1941, p. 3, 1. ed.)[315]. A Construtora Universal, por sua vez, anunciou em matéria paga no jornal a entrega de dez apólices de cem contos de réis cada para a construção da futura sede da entidade (*A Noite*, 1 dez. 1941, p. 7, 1. ed.). Já o Palace Hotel do Rio de Janeiro, após realizar troca de móveis, informou que o dinheiro arrecadado com a venda do antigo mobiliário seria revertido em prol da Cidade (*A Noite*, 18 nov. 1941, p. 1, 2. ed.). Locutoras das Rádios Nacional, Tupã, Guanabara e Transmissora, juntaram forças à primeira dama e abriram seus programas radiofônicos para arrecadarem donativos (*A Noite*, 17 dez. 1941, p. 9, 2. ed.)[316].

Não apenas empresários buscavam participar da campanha da primeira dama: o escritor e jornalista Olegário Mariano, da Academia Brasileira de Letras, por exemplo, concedeu entrevista ao jornal e exortou que era dever dos intelectuais e poetas brasileiros contribuírem, através da realização de saraus, bailes e chás, para as obras filantrópicas de Darcy. Mariano convocou ainda todos os "homens de letras" a promoverem um "[...] movimento de apoio material e intelectual à magnífica iniciativa que tem na Sra. Darcy Vargas a sua mais alta inspiradora e benfeitora" (*A Noite*, 14 jan. 1941, p. 2, 1. ed.).

Essa "inspiração" de Darcy à classe artística e intelectual, citada acima pelo escritor, rendeu-lhe uma homenagem da Sociedade Brasileira de Artes, que lhe entregou um medalhão em reconhecimento por sua obra assistencialista. A reportagem chegou a afirmar, inclusive, que Darcy recebia a honraria pelo simples fato dela ser uma verdadeira "intelectual", justificativa um tanto exagerada ao

---

[315] A presença de Darcy nos espetáculos do Teatro João Caetano virava pauta jornalística em *A Noite*: o comparecimento da primeira dama na apresentação da comédia "A verdade de cada um", por exemplo, rendeu elogiosa reportagem no jornal. Esse tipo de notícia cumpria uma dupla função: criar uma imagem de Darcy como apreciadora das artes (cênicas e demais), do mesmo modo que validava a qualidade artística do evento cultural (*A Noite*, 11 dez. 1941, p. 2, 1. ed.).

[316] O jornal anunciou que os "programas femininos", além de auxiliarem na arrecadação de dinheiro para a Fundação Darcy Vargas, homenageariam sua fundadora com quadros especiais sobre a vida e atuação filantrópica da primeira dama (*A Noite*, 5 dez. 1941, p. 3, 2. ed.).

considerarmos a história de vida da primeira dama (*A Noite*, 6 ago. 1941, p. 1, 1. ed.).

A proximidade de Darcy com o mundo intelectual e cultural carioca se dava, especialmente, devido à sua dedicação aos projetos sociais dirigidos por sua Fundação. Essas parcerias estabelecidas rendiam generosos donativos que eram revertidos para suas atividades filantrópicas, não se limitando apenas ao campo artístico nacional, mas, também, internacional: Grace Moore, por exemplo, durante sua temporada de shows no Cassino da Urca, cantou no Teatro Cassino Copacabana em prol da Cidade das Meninas (*A Noite*, 16 ago. 1941, p. 8, 2. ed.). Em razão do sucesso da apresentação de Moore no Copacabana, um novo espetáculo da cantora estadunidense foi realizado no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, seguido por concorrida apresentação da animação “Fantasia”, de Walt Disney (*A Noite*, 22 ago. 1941, p. 1-3, 2. ed.). Outra animação de Disney, “Dumbo”, também foi exibida em sessão “avant-première” e teve sua renda revertida para a instituição (*A Noite*, 8 jul. 1942, p. 1, 1. ed.).

No dia seguinte à apresentação, Walt Disney, Grace Moore e outros artistas estadunidenses foram recebidos por Darcy e Getúlio no Palácio Guanabara como forma de agradecimento por suas contribuições às obras assistencialistas da primeira dama (*A Noite*, 23 ago. 1941, p. 1-3, 1. ed.). A cantora e o cineasta foram, inclusive, condecorados pelo Estado Novo com a Ordem Cruzeiro do Sul, evento grandemente noticiado pelo jornal, rendendo, até, fotografia de Darcy colocando a medalha no pescoço de Moore (*A Noite*, 1 set. 1941, p. 1-2, 1. ed.). Não podemos deixar de lembrar também que Carmem Miranda se apresentou em prol do estabelecimento de Darcy Vargas, tal como o fez o cantor mexicano Tito Guizar, que entregou a bilheteria de seu show no Cassino da Urca em favor da Fundação Darcy Vargas (*A Noite*, 17 jun. 1942, p. 2, 1. ed.).

A campanha de arrecadação de fundos para as obras da Cidade das Meninas acabou se estendendo por anos: em fins de 1941, Darcy recebeu das mãos da “Sra. Mendonça Lima” (Rosa Russomano) cheques oriundos da Campanha do Selo da Juventude, promovida pelo Ministério da Viação, como também de arrecadações realizadas em chás organizados pelas esposas dos ministros de Estado. É importante ressaltar a forma de tratamento utilizada pelo jornal em relação às esposas de ministros e demais homens do regime: *A Noite* nunca informava o primeiro nome dessas mulheres, sempre se referindo a elas como a “Sra. Waldemar Falcão” (Adamir Ribeiro Falcão), a “Sra. Salgado Filho” (Berthe Grandmasson) ou a “Sra. Dutra” (Carmela Leite). Tal protocolo narrativo evidencia, consequentemente, a

predominância masculina na ditadura e no universo da informação, mas também, corrobora com a visão estadonovista que, além de colocar a mulher em um lugar coadjuvante, caracterizava-a enquanto uma força meramente auxiliar do sucesso político dos homens públicos (*A Noite*, 17 dez. 1941, p. 2, 1. ed.).

Apesar disso, as esposas dos ministros estadonovistas efetivavam iniciativas aparentemente independentes de seus companheiros, organizando, por exemplo, eventos para arrecadação de fundos para elaboração um busto de Darcy, escultura criada por Augusto Giorgio Girardet, um reconhecido gravurista que foi responsável pela confecção de efigies para a Casa da Moeda. De acordo com o grupo, o monumento tinha como propósito "[...] patentear no bronze a gratidão e a simpatia da mulher brasileira pela gigantesca obra de assistência social realizada pela Sra. Darcy Vargas". Apoiadas por parte da intelectualidade carioca, especialmente jornalistas, a comissão chefiada pela "Sra. Fernando Costa" (Anita da Silveira Costa), então interventor em São Paulo, anunciou que a peça seria instalada na Cidade das Meninas (*A Noite*, 1 out. 1941, p. 1, 2. ed.)[317].

Ainda em 1942, Darcy continuava promovendo os "Bailes no Municipal" para arrecadação de verba para seu projeto social. No carnaval carioca de 1942, a esposa de Vargas organizou um grande baile a fantasia no Teatro Municipal. Naquele ano, a cobertura de *A Noite* do evento foi massiva, preocupando-se o jornal em realizar grandes reportagens antecedentes à data de realização com o objetivo de aumentar a venda de ingressos (ver edições *A Noite*, 3 fev. 1942, p. 1, 1. ed.; 5 fev. 1942, p. 1, 1. ed.; 15 fev. 1942, p. 1, 2. ed.). Darcy, inclusive, participou do júri que escolheu as melhores fantasias da competição que foram publicadas na capa do periódico. Classificando o baile como uma noite marcada pelo "brilhantismo" organizacional da primeira dama, o vespertino não poupou galanteios à cicerone da festividade (*A Noite*, 18 fev. 1942, p. 1-3, 1. ed.).

Embora o projeto da Cidade das Meninas estivesse em andamento e continuasse recebendo doações - a instituição já havia sido inaugurada em meados de 1941, sua capacidade de atendimento foi bem menor do que a divulgada pelo jornal. Com a declaração de guerra brasileira a Alemanha e a Itália – lembrando que o Brasil, só declarou guerra ao Japão em 1944 -, em agosto de 1942, Darcy e *A Noite*

---

[317] A primeira dama foi também nomeada "sócia honorária número 1" da Fraternidade do Fole, organização não governamental atuante no Brasil que tinha como objetivo arrecadar fundos para o esforço de guerra britânico, especificamente, destinados à *Real Air Force* (RAF) (*A Noite*, 5 dez. 1942, p. 1, 1. ed.).

voltaram suas atenções para uma nova organização filantrópica que estava se formando: a Legião Brasileira de Assistência (LBA), estabelecimento coordenado pela Fundação Darcy Vargas que protagonizou as campanhas de mobilização civil feminina em favor do esforço de guerra.

A Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi criada em 25 de agosto de 1942 - três dias depois do Brasil declarar guerra contra a Alemanha e Itália – em uma reunião no Palácio Guanabara e obteve irrestrito apoio da ditadura. De acordo com *A Noite*, a iniciativa de Darcy Vargas e Manoel Ferreira Guimarães, então presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, consistia em criar uma instituição, de abrangência nacional, que proporcionasse assistência, material e humana, aos soldados convocados para a guerra e a suas famílias. Outra atribuição da LBA seria a de amparar vítimas e familiares de brasileiros mortos nos ataques às embarcações nacionais pela Marinha de Guerra do Eixo. Nesse sentido, a LBA nasceu como um braço civil do Estado, complementando a atuação do poder público no campo da assistência social. Segundo declarações de Darcy ao jornal, o modelo da Legião se assemelhava à antiga Legião da Caridade de Porto Alegre, criada por ela durante a *Revolução de outubro*, em 1930. Durante a coletiva de imprensa que lançou o projeto social, a primeira dama demonstrou grande domínio discursivo, postura bem diferente da costumeira caracterização dada a ela durante as festas natalinas. De acordo com a primeira dama, o público tinha a obrigação de compreender que o momento exigia de "[...] todos um mesmo dever, o de servir à Pátria, sem poupar esforços, sem medir sacrifícios" (*A Noite*, 26 ago. 1942, p. 1-3, 1. ed.).

A LBA mudou a forma como Darcy se relacionava com a imprensa, notando-se um considerável aumento no número de entrevistas dadas por ela aos jornais. Para angariar fundos, sua aparição nos meios de comunicação se tornou necessária como forma de ampliar a campanha de arrecadação: dois dias depois, ela concedeu nova coletiva de imprensa e aproveitou para fazer um apelo à "generosidade dos brasileiros" para que o projeto pudesse ser efetivado. Até a fotografia utilizada pelo jornal na manchete denotava essa transformação no modo como ela era apresentada: no centro da cena, Darcy é a protagonista que coordena as primeiras reuniões da entidade sob o olhar atento de seus subordinados (Figura 38). De acordo com essa nova ótica estadonovista sobre o papel da mulher na sociedade, as mulheres passaram a exercer no campo da assistência social um protagonismo até então socialmente pouco valorizado. A mulher, representada por Darcy Vargas, passou a ser vista como uma importante força de mobilização civil para o esforço de guerra,

noção de que o Estado Novo e seus mecanismos de propaganda se aproveitaram muito bem durante esse período (*A Noite*, 28 ago. 1942, p. 1-3, 1. ed.).

Desta maneira, a LBA exemplifica o processo de militarização da sociedade que dominava o clima de mobilização civil para o esforço de guerra: as voluntárias da LBA, por exemplo, trajavam uniformes perfeitamente alinhados, respondiam à uma hierarquia de mando rigidamente estratificada, inclusive, sendo designados às mulheres cargos semelhantes às patentes militares. Numa estrutura verticalizada, vinham de baixo as voluntárias, orientadoras de setor, diretoras, coordenadoras regionais e as diretoras das subcomissões (cargo ocupado pelas esposas dos interventores federais), sendo que todas respondiam à presidenta nacional da instituição, Darcy Vargas. A nova empreitada social da primeira dama nasceu, desta maneira, com uma estrutura organizacional semelhante à do Estado Novo: uma versão feminina e civil do regime. Entretanto, o Conselho Consultivo da LBA era composto exclusivamente por homens, sobretudo, por membros da Associação Comercial do Rio de Janeiro (*A Noite*, 27 ago. 1942, p. 2, 1. ed.)[318].

A Noite, por sua vez, não podia deixar de publicizar seu apoio comunicacional à LBA: na segunda edição do mesmo dia de criação da entidade, o vespertino publicou entrevista de Manoel Ferreira Guimarães sobre a nova entidade filantrópica idealizada por ele e pela primeira dama. Para Guimarães, a expansão da LBA consistia em abrir postos em todos os municípios que possuíssem uma Associação Comercial local, permitindo, desta maneira, uma rápida expansão operacional da entidade. Aproveitando o espaço dado pelo jornal, o presidente da Associação Comercial convocou "[...] comerciantes, industriais, lavradores, todos, enfim, no intuito de minorar a sorte das famílias, principalmente dos filhos daqueles que as contingências atuais afastaram dos seus lares" (*A Noite*, 26 ago. 1942, p. 1-3, 2. ed.).

O plano de expansão da entidade era ambicioso: estar presente em todos os municípios brasileiros. Auxiliando o projeto social, o vespertino publicou instruções aos Estados e Municípios sobre como poderiam realizar o cadastramento de unidades locais junto à sede nacional no Rio de Janeiro (*A Noite*, 13 set. 1942, p. 1-3, 1. ed.). *A Noite* destinou, até mesmo, espaço exclusivo em suas páginas para a publicação da coluna intitulada "LBA", seção onde reunia o noticiário sobre as atividades da

---

[318] Darcy Vargas se ausentou da presidência da LBA por curto período (agosto a setembro de 1943), meses após a morte de "Getulinho", ocorrida em janeiro do mesmo ano. A filha Alzira, presidenta da LBA RJ, assumiu interinamente o cargo da mãe (ver edições *A Noite*, 3 ago. 1943, p. 2, 1. ed.; 29 set. 1943, p. 1, 2. ed.).

organização em todo o país (*A Noite*, 7 nov. 1942, p. 3, 2. ed.). Darcy declarou, aliás, que se caso fosse necessário, viajaria a todos os estados da Federação para auxiliar na difusão da entidade (*A Noite*, 22 set. 1942, p. 1, 1. ed.).

Darcy não chegou a cumprir sua promessa de visitar todas as regiões brasileiras como fazia seu esposo, mas, durante a Conferência dos Interventores Federais no Rio de Janeiro, usou o microfone do evento para solicitar auxílio dos estados para ampliar a atuação da LBA (*A Noite*, 13 nov. 1942, p. 1, 1. ed.). Mesmo com o apelo da primeira dama, a instalação das unidades estaduais da LBA levou alguns meses: após a criação da LBA nacional, Alzira Vargas instalou a LBA RJ, no início de setembro de 1942 (*A Noite*, 4 set. 1942, p. 3, 1. ed.); em novembro de 1942, foi a vez da filial baiana iniciar suas atividades (*A Noite*, 14 nov. 1942, p. 6, 1. ed.); a LBA Santa Catarina só foi estruturada em abril de 1943 (*A Noite*, 25 abr. 1943, p. 3, 1. ed.) e, em contrapartida, na mesma época, a LBA RS já estava consolidada, apresentando, inclusive, um volume considerável de atendimentos (*A Noite*, 2 jul. 1943, p. 1-3, 1. ed.); na mesma época, foi fundada em Fortaleza a LBA Ceará (*A Noite*, 24 jul. 1943, p. 4, 1. ed.). Essa disparidade temporal de implantação das unidades estaduais da LBA denota a rápida expansão da organização, não se dando de maneira uniforme, seja por falta de vontade política dos interventores e/ou de suas companheiras, ou mesmo pela dificuldade de integração nacional inerente ao Brasil da época.

Com sede provisória na Associação Comercial do Rio de Janeiro, a LBA contava com o apoio direto do comércio carioca e de órgãos representativos do patronato e da imprensa: os primeiros postos de cadastramento de voluntárias foram instalados no Palace Hotel, na Associação Comercial, na Casa do Jornalista e na redação do *Jornal do Comércio*. A ditadura, por sua vez, era representada nas reuniões da LBA pelo então diretor geral do DIP, o capitão Amílcar de Menezes (*A Noite*, 1 set. 1942, p. -1-3, 1. ed.)[319]. Em uma dessas reuniões, Rodrigo Octávio Filho, secretário geral da instituição, resumiu o objetivo geral da LBA: a "mobilização geral da família brasileira" e a sensibilização da população para valores como "[...] a solidariedade, o sacrifício, a colocação dos interesses gerais acima dos particulares, a intensificação do espírito público, etc.", apontando como "[...] indispensável o

---

[319] A Associação Brasileira de Imprensa promovia homenagens à "mulher que trabalha pela vitória" na Casa do Jornalista. As cerimônias sempre contavam com a presença de Darcy ou de representante da LBA. O mesmo fazia Herbert Moses nos eventos de Darcy, denotando um profícuo relacionamento entre esses dois personagens (*A Noite*, 3 dez. 1942, p. 7, 1. ed.).

concurso amplo e irrestrito da mulher brasileira" para o sucesso do projeto social (*A Noite*, 1 set. 1942, p. 1-3, 1. ed.).

A participação da mulher no voluntariado era a chave para o esforço de guerra e o envolvimento da população feminina na mobilização civil foi capitalizado pelo jornal e explorado para fins de propaganda. A aparição constante da primeira dama em entrevistas, além da obtenção de recursos financeiros, também servia como mecanismo de popularização da organização. Por outro lado, existia uma vontade do Estado Novo de empregar, caso fosse necessário, as mulheres como força de trabalho nas fábricas, no campo e no serviço público em caso de convocação militar dos homens. Em uma reunião de Darcy com Marcondes Filho, ministro do Trabalho, ficou acertado que a LBA coordenaria os recursos humanos necessários para a substituição da mão de obra masculina pela feminina em momento oportuno (*A Noite*, 21 set. 1942, p. 1-2, 2. ed.). Reforçando esse projeto, o periódico produziu reportagem especial para o Suplemento Dominical sobre a preparação de mulheres na Estrada de Ferro Central do Brasil para suprir a falta de braços masculinos na ferrovia em caso de convocação militar (*A Noite*, 27 set. 1942, p. 3). Em entrevista ao jornal, a Sra. Plínio Uchoa, diretora regional da LBA, declarou que os sentimentos despertados pela LBA nas mulheres foram responsáveis pelo rápido crescimento e comprometimento da entidade com a coisa pública, prometendo retoricamente que "[...] iremos para as oficinas, para o trabalho mais árduo, se assim reclamar a defesa do Brasil" (*A Noite*, 12 set. 1942, p. 1-2, 1. ed.). Um artigo sem autoria também exaltou a "fibra da mulher brasileira" que, em defesa da "soberania" e da "honra" nacional, era representada pelo "[...] impulso maravilhoso das nossas mães, das nossas irmãs, das nossas esposas e das nossas filhas, estimulando o espetáculo que oferecem, de voluntárias do sacrifício, as vigorosas resistências da nacionalidade para os embates de qualquer natureza" (*A Noite*, 31 ago. 1942, p. 2, 2. ed.)[320].

A presença da mulher no mercado de trabalho durante e após a guerra suscitou debates até então não levantados na época, proporcionando, sobretudo, a organização civil de mulheres sob orientação do Itamarati. A pasta das Relações Exteriores chegou a organizar a Convenção da Mulher Brasileira, evento que discutiu o papel da mulher trabalhadora no pós-guerra (*A Noite*, 24 out. 1942, p. 1-3, 2. ed.).

---

[320] Entretanto, os militares resistiam à ideia da entrada de mulheres na carreira militar: durante a construção da Escola de Aeronáutica em Pirassununga, São Paulo, o jornal informava às moças que "mulheres, por enquanto não" poderiam se inscreverem na formação da futura instituição (*A Noite*, 20 nov. 1943, p. 1-3, 1. ed.).

As conclusões surgidas no encontro foram levadas, posteriormente, à Convenção Internacional de Mulheres realizada em Washington D. C., EUA. Deve-se ressaltar que o simples fato de se organizar um evento oficial voltado para questões de gênero/trabalho na época demonstra que a questão levantada inicialmente pela LBA foi ganhando contornos mais sólidos (*A Noite*, 29 out. 1942, p. 1-3, 1. ed.).

O Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) chegou a promover cursos rápidos para mulheres que seriam alocadas em cargos públicos no caso da convocação militar de servidores, denotando, assim, que a questão do trabalho feminino passou a ser uma preocupação do regime (*A Noite*, 7 abr. 1943, p. 1-7, 2. ed.). A ditadura promulgou um esboço do que seriam as novas regras de equiparação salarial entre homens e mulheres, abordagem consideravelmente inovadora para a época (*A Noite*, 12 maio 1943, p.1-8, 2. ed.).

Faltava apenas formalizar a criação da LBA e o local escolhido por Darcy foi justamente o Teatro Municipal do Rio de Janeiro. A escolha do Municipal para sediar a solenidade de instalação não vinha apenas da mera disponibilidade de espaço: palco dos bailes beneficentes promovidos pela primeira dama, o lugar também era reduto das elites cariocas, colaboradoras costumeiras das campanhas filantrópicas de Darcy (*A Noite*, 1 out. 1942, p. 1-3, 1. ed.).

Logo após a cerimônia, a ditadura publicou o Decreto-Lei nº 4.830, de 15 de outubro de 1942, regulamentando a Legião Brasileira de Assistência e, entre outras providências, assegurando à organização uma contribuição especial, constituída de uma cota mensal correspondente a meio por cento sobre os assegurados dos Institutos e Caixas de Pensões, ou seja, o regime garantia financeiramente a instituição por meio de contribuição compulsória de trabalhadores e empregadores (*A Noite*, 15 out. 1942, p. 1, 2. ed.)[321].

O reconhecimento oficial do regime foi acompanhado de comentário do jornal *New York Times*, republicado por *A Noite*, onde o periódico estadunidense afirmou que desde a “[...] primeira dama do Brasil, senhora Darcy Vargas, à mais humilde brasileira, as mulheres do Brasil responderam ao chamado de guerra da sua nação e estão-se organizando em grupos para a defesa interna do país”. De acordo com a descrição do jornal nova-iorquino, a representação literária da mulher brasileira não

---

[321] O Estatuto da LBA, organização e o projeto de expansão da entidade foram publicados pelo jornal com destaque. Nota-se que, como a instituição possuía forte ligação com as políticas públicas do Estado Novo, *A Noite* se empenhou grandemente na divulgação e popularização da LBA (*A Noite*, 8 out. 1942, p. 1-3, 1. ed.).

refletia a realidade que se via no Brasil: "[...] Lindas moças envergando uniformes cinza e kepi azul-marinho andam pelas ruas do Rio em companhia das enfermeiras em uniforme da Cruz Vermelha". Embora a reportagem se esforçasse para evidenciar a força feminina, acabou destacando mais os atributos físicos das voluntárias da LBA do que qualquer outra característica (*A Noite*, 14 nov. 1942, p. 1-2, 2. ed.). Por outro lado, havia também o reconhecimento da LBA pela Igreja Católica que não apenas chancelou a atuação da entidade, como participou igualmente de ações mobilizadoras promovidas pela organização (*A Noite*, 27 set. 1942, p. 1-9, 2. ed.). A coluna *Ecos e Novidades*, por exemplo, comentou e elogiou a "unidade religiosa" estabelecida entre as duas instituições (*A Noite*, 30 set. 1942, p. 2, 1. ed.)[322].

Outra mudança notada em Darcy com a LBA foi na abordagem a seus costumeiros colaboradores: ao invés de bailes e festas beneficentes, Darcy inovou ao delegar a entidades de classe, clubes de futebol, empresários e demais representantes das elites cariocas a tarefa de promoverem eventos visando à arrecadação de fundos para a LBA. O Clube de Futebol Botafogo, por exemplo, realizava semanalmente partidas de *Bridge* para angariar verbas para a instituição (*A Noite*, 14 nov. 1942, p. 2, 2. ed.). Jornalistas, por seu turno, criaram em 1943 o "Carnaval da Vitória": uma programação de bailes carnavalescos realizados no Clube Caiçaras, Rio de Janeiro, que revertia toda sua renda para o caixa da LBA (*A Noite*, 2 mar. 1943, p. 3, 1. ed.). Essa mudança de postura de Darcy demonstra amadurecimento público, como também, o aumento de sua influência política na sociedade carioca e brasileira.

Em julho de 1943, a LBA já possuía uma estrutura consolidada, contando com um extenso programa de ação no campo da assistência social por meio de diversos setores: da assistência social; a entidade passou a atuar nas áreas da Saúde Pública, Defesa Passiva Civil, Educação e Produção de Alimentos. De acordo com o jornal, a quantidade crescente de voluntárias demonstrava o prestígio da organização que, na visão do periódico, transformou-se em um "[...] autêntico Ministério: o Ministério da Bondade e do Civismo Nacional" (*A Noite*, 29 jul. 1943, p. 2, 2. ed.). Bondade e Civismo idealizam relações e poder.

As atribuições da LBA foram ampliadas com o passar dos anos: se no início, a

---

[322] Nelson Rockefeller, durante missão oficial do governo estadunidense no Brasil, classificou o trabalho desenvolvido por Darcy Vargas como uma "estupenda obra" de assistência social e humanitária (*A Noite*, 13 set. 1942, p. 1-3).

instituição tinha como foco os soldados e vítimas, paulatinamente, a entidade foi assumindo novas responsabilidades e projetos. No campo da assistência social, área de maior conhecimento da primeira dama, a LBA criou os Restaurantes de Emergência, instalações que seriam utilizadas em caso de ataques à Capital Federal (*A Noite*, 25 set. 1942, p. 1-2, 2. ed.).

O periódico produziu, inclusive, reportagem especial sobre o setor de alimentação do estabelecimento, publicada na capa do suplemento dominical. Nesse setor, a LBA promovia o curso "Monitoras de Alimentação", realizado nos restaurantes do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). O curso consistia em aulas práticas e teóricas sobre economia doméstica, nutrição, aproveitamento de alimentos e confecção de pratos econômicos, objetivando, sobretudo, criar uma rede de multiplicadoras que passariam esses conhecimentos para as mulheres de suas comunidades. De acordo com o jornal, no espaço "[...] pobres e ricos se entrelaçam, harmonizados pelos mesmos propósitos de fazer algo pelo bem estar coletivo" (*A Noite*, 4 out. 1942, p. 1-6). Quando a primeira turma de voluntárias se formou – com direito à cerimônia de entrega de diplomas realizado por Darcy -, suas integrantes foram aclamadas pelo jornal como as "legionárias de copa e cozinha" (ver edições *A Noite*, 16 out. 1942, p. 1-3, 2. ed.; 29 out. 1942, p. 1-2, 1. ed.). Deve-se ressaltar que o uso de um serviço público - os restaurantes do SAPS - por uma organização civil denota não apenas proximidade entre Estado e instituições civis, mas também, a compreensão de que a LBA era parte do próprio Estado Novo.

O curso de costura, oferecido pela instituição com o patrocínio da fabricante de máquinas de costura Singer (empresa estadunidense, criada em 1851), também foi um grande sucesso de público segundo o jornal. A empresa disponibilizou em todas suas lojas do Brasil cursos gratuitos de corte e costura para a população de baixa renda, evidenciando uma ampliação das parcerias da primeira dama com amplos setores do empresariado brasileiro (*A Noite*, 3 out. 1942, p. 8, 2. ed.), criando um mercado para seus produtos. Outra parceria firmada pela LBA foi com o Instituto de Educação do Rio de Janeiro: sob coordenação de Darcy, o IE passou a ofertar cursos na área de puericultura com o intuito de formar "monitoras da saúde", um grupo de voluntárias que percorreriam morros e outras áreas pobres do Rio de Janeiro para repassar informações sobre cuidados básicos com bebês e crianças (*A Noite*, 13 out. 1942, p. 1-3, 1. ed.). Como a procura foi grande, a LBA o ampliou criando os Postos de Puericultura pelos bairros cariocas, locais onde se organizavam, entre outras atividades, concursos de robustez de bebês (*A Noite*, 12 out. 1943, p. 1-2, 2. ed.).

Além dos concursos, a LBA também era responsável por coordenar a Semana da Criança no mês de outubro, oferecendo atividades recreativas, educacionais e sociais em bairros pobres da Capital Federal (*A Noite*, 5 out. 1943, p. 7, 2. ed.)[323].

A organização idealizada pela primeira dama também criou um setor de "visitadoras da LBA": mulheres que iam de porta em porta nas periferias do Rio de Janeiro para convidar os homens a se alistarem no serviço militar, como também incentivando a adesão de mulheres ao corpo de voluntários da instituição (*A Noite*, 11 abr. 1943, p. 3, 1. ed.). Posteriormente, ocorreu uma ampliação da atuação dessas voluntárias, passando elas a serem chamadas de "visitadoras sociais", setor da LBA responsável por realizar visitas domiciliares para registro de demandas das populações socioeconomicamente vulneráveis (*A Noite*, 24 out. 1943, p. 7, 1. ed.). Na área da saúde, a organização criou os grupos de "visitadoras hospitalares", grupo de voluntárias que realizavam visitas a pessoas internadas em instituições de saúde no Rio de Janeiro e que haviam perdido o contato familiar (*A Noite*, 28 maio 1944, p. 1-

Como o foco da LBA era o de, caso fosse necessário, introduzir a mulher no mercado de trabalho, se ocorresse "convocação massiva" dos homens para o serviço militar, ou no voluntariado, a entidade criou e manteve creches para as mulheres deixarem seus filhos durante o horário comercial. O Centro de Recreação e Alimentação do Rio de Janeiro, por exemplo, consistiu em uma inovação educacional se compararmos com as tradicionais creches mantidas pela Igreja Católica ou até mesmo pela Prefeitura da Capital Federal pois, segundo seu projeto pedagógico, o espaço que tinha como preocupação proporcionar às crianças uma formação baseada em pressupostos como assepsia, boas maneiras e aprendizagem por meio da ludicidade para os filhos das trabalhadoras/voluntárias (*A Noite*, 21 dez. 1942, p. 1-3, 2. ed.). Para os adolescentes, seguindo a lógica do trabalhismo, a LBA oferecia cursos de confecção de redes de pesca para as populações ribeirinhas do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense (*A Noite*, 16 abr. 1943, p. 1, 2. ed.).

Em fins de 1943, a organização fundada por Darcy já desenvolvia uma multiplicidade de atividades, sendo, inclusive, congratulada numa reunião da Federação Internacional de Mulheres, realizada em Londres, pelo "incansável" trabalho de assistência social desenvolvido no Brasil (ver edições *A Noite*, 14 out.

---

[323] Em 1944, a Semana da Criança foi ampliada com o auxílio do Ministério da Educação e do Departamento de Imprensa e Propaganda, evento composto por palestras, cursos e extensa programação cinematográfica infantil realizada no Palácio Tiradentes (ver edições *A Noite*, 10 out. 1944, p. 1-3, 2. ed.; 11 out. 1944, p. 1,7 e 8, 2. ed.; 12 out. 1944, p. 2, 1. ed.).

1943, p. 1-3, 1. ed.; 28 out. 1943, p. 9, 2. ed.). Tal reconhecimento também era manifestado pelos EUA que, procurando aumentar o intercâmbio cultural e econômico Brasil-EUA, firmado após o rompimento das relações diplomáticas das nações americanas com o Eixo, recebeu estudantes de áreas diversas, em sua maioria ligados à LBA, para cursarem parte do ensino superior em universidades estadunidenses. Uma dessas alunas, Balbina Ottoni, declarou para a revista *Womens National Exposition* que no Brasil "[...] um grande impulso ao serviço social foi dado durante os dois últimos anos, pela Sra. Darcy Vargas" através da atuação da LBA (*A Noite*, 27 nov. 1943, p. 3, 1. ed.). Já a professora da Fundação Darcy Vargas Maria Junqueira Schmidt obteve financiamento estudantil do governo estadunidense para desenvolver pesquisa acadêmica sobre as políticas públicas de assistência social e educacional daquele país, objetivando, por conseguinte, adaptá-las aos programas sociais chefiados pela primeira dama (*A Noite*, 28 jan. 1944, p. 2, 2. ed.).

Em 1944, quando a LBA completou dois anos de atividades, a instituição divulgou balanço de sua arrecadação financeira, contabilizando cerca de sete milhões de cruzeiros angariados por meio de doações desde sua fundação (*A Noite*, 16 dez. 1944, p. 1-2, 2. ed.). Vargas, por sua vez, continuou dando apoio político-econômico à entidade dirigida por sua esposa: quando o Estado Novo emitiu as primeiras cédulas da nova unidade monetária, o Cruzeiro, o ditador fez questão de autografar diversas notas de cinco cruzeiros que seriam leiloadas em favor da LBA. Para *A Noite*, o gesto presidencial demonstrava tanto o habitual apoio aos projetos de sua companheira, quanto a importância alcançada pelos projetos coordenados pela Fundação Darcy Vargas (*A Noite*, 23 nov. 1944, p. 2, 1. ed.).

A expansão da LBA, recorrentemente propalada pelo jornal, foi resumida por sua fundadora em reportagem especial produzida por *A Noite*, onde a primeira dama, em entrevista exclusiva ao periódico, declarou sentir orgulho do sucesso alcançado pela organização que, mesmo contando com um orçamento apertado, conseguiu até aquele momento efetivar seus projetos sociais graças ao auxílio misto (estatal e privado) direcionado à entidade. De acordo com Darcy, o trabalho realizado pela LBA corroborava com o valor de desprendimento típico do brasileiro que, por meio do voluntariado, potencializou a oferta de auxílios aos mais necessitados (*A Noite*, 2 dez.

1944, p. 1-3, 2. ed.)[324]. Nessa perspectiva, o horizonte de Justiça Social derivava de generosidade, não de Direitos efetivos e garantidos dos pobres.

Verificaremos adiante que as contribuições da LBA para o esforço de guerra foram bem maiores que o planejado por Darcy: sua atuação como instituição mediadora da promoção em assistência social foi fundamental nesse contexto, sobretudo coordenando uma massa de voluntárias que buscavam, diretamente auxiliar os projetos de Brasil do Estado Novo no ambiente belicoso da Segunda Guerra Mundial. Após a derrocada da ditatura, Darcy transferiu a presidência da organização ao então presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, João Daudt de Oliveira, que, embora assumisse a direção da LBA no pós-guerra, novembro de 1945, procurou dar continuidade ao legado de sua fundadora (*A Noite*, 6 nov. 1945, p. 3, 1. ed.).

André Carrazzoni, diretor de *A Noite*, em sua coluna semanal, teceu uma imagem romantizada da voluntária da LBA, identificada diretamente como modelo da mulher brasileira. De acordo com o jornalista, a brasileira tinha em sua índole as "inexoráveis reservas de dedicação" ao outro, pois ela nunca "[...] dispensaria sua presença animadora e inspiradora, ela esconde as próprias lágrimas para incitar o filho, o esposo, o irmão e o noivo ao pagamento do imposto de sangue reclamado pela defesa da pátria". Solitária em sua pátria, cabia às mulheres sua colaboração com a obra benéfica da primeira dama, pois somente "[...] o coração feminino é capaz de pressentir, identificar e acolher" os desamparados da sorte. A assistência feminina, de acordo com o diretor do vespertino, era fundamental para o desenvolvimento de um ambiente acolhedor (*A Noite*, 10 abr. 1944, p. 3, 2. ed.).

Nesse sentido, a importância que tiveram os projetos sociais de Darcy Vargas deve ser ressaltada, sobretudo, o protagonismo da primeira dama não apenas na área assistencialista, mas também, em diversos setores de atendimento público que, até então, eram função exclusiva do Estado. Como extensão do Estado Novo, a LBA implantou e consolidou práticas que foram essenciais ao esforço de guerra, sobretudo, participando ativamente da mobilização civil naquele contexto. O jornal *A Noite*, além de grande parceiro nos projetos coordenados por Darcy Vargas, foi também um dileto colaborador do movimento de mobilização da sociedade em prol da vitória Aliada,

---

[324] Contudo, a LBA não contava apenas com o trabalho de voluntários, ideia que o jornal constantemente divulgava, mas também com técnicos pagos pela organização, informação fornecida pela primeira dama durante a entrevista (*A Noite*, 2 dez. 1944, p. 1-3, 2. ed.).

contribuindo extensivamente com o projeto de comunicação social que a ditadura procurou implantar.

4.2 Um jornal a serviço da guerra: a campanha de mobilização civil em *A Noite*

As campanhas de mobilização civil formatadas pelo Estado Novo procuravam envolver a população brasileira no esforço de guerra Aliado. A colaboração jornalística de *A Noite* nessas campanhas foi fundamental para o desenvolvimento de uma mentalidade de guerra que estava se iniciando no Brasil. Defendendo uma política de neutralidade aparente até a realização da III Conferência dos Chanceleres Americanos, ocorrida em janeiro de 1942 e comentada em capítulo anterior, a ditadura criou condições materiais e psicológicas que canalizaram o sentimento de revanchismo que permeou o período. Explorando o afundamento de embarcações nacionais atacadas por submarinos, aviões e navios dos países pertencentes ao Eixo, o Estado Novo soube utilizar esses fatos em favor de suas aspirações de participação na guerra Aliada.

Além do habitual apoio comunicacional de *A Noite*, a ditadura também contou com a adesão de entidades civis que colaboraram com a execução dos projetos oficiais mobilizadores. Dentre elas, destacamos: a Legião Brasileira de Assistência (LBA), a Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN), a Escola Técnica de Serviço Social do Rio de Janeiro (ETSSRJ), a Cruz Vermelha Brasileira (CVB) e a União Nacional dos Estudantes (UNE). Essas organizações procuraram, cada qual em sua área de atuação, contribuir para a efetivação do esforço de guerra que o regime organizou.

Desta maneira, compreendemos que a mobilização foi construída sob as seguintes bases: criação das campanhas de arrecadação de materiais (metais e borracha) e de donativos financeiros de empresas e populares; realização de exercícios de defesa passiva, especialmente, os promovidos pela LBA em parceria com o Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea (SDPAA), como também, a implantação de equipamentos públicos de proteção civil coletiva; introdução de serviços especializados no atendimento às vítimas da guerra, sejam elas civis ou militares, promovidos pela LBA; formação de campanhas e argumentos que legitimavam as “Batalhas da Produção”, especialmente, formando um pensamento que valorizava a economia de guerra; e por fim, a criação de contribuições compulsórias, verificando-

se as propostas comunicacionais das campanhas de venda das “obrigações de guerra” – chamadas também, ironicamente, de “bônus de guerra”.

A mobilização civil, publicizada por *A Noite*, demonstra um rápido amadurecimento do pensamento participativo civil na guerra: iniciada timidamente por algumas ações isoladas durante o ano de 1941, tais campanhas e projetos executados pelo regime e seus apoiadores civis ganharam força, num primeiro momento, com o rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e países do Eixo, em janeiro de 1942, e, poucos meses após, com a decretação do Estado de Guerra contra essas nações, ocorrido em agosto do mesmo ano. Em 1941, por exemplo, as atividades mobilizadoras civis e governamentais se limitaram às campanhas de coleta de metais.

De acordo com o jornal, a mobilização civil, apresentada como essencialmente “espontânea”, estava baseada em três noções inerentes à subjetividade do brasileiro: “Deus, Pátria e Família”. O lema, utilizado também por integralistas na época, por setores conservadores em 1964 e, não se esquecendo, pelos atuais defensores da “intervenção militar” (de 2016 em diante), também foi tratado por *A Noite* em setembro de 1942, que atribuiu à grande participação civil no esforço de guerra a disponibilidade da população em defender os “princípios morais e políticos” da ditadura que eram, na visão do vespertino, compartilhados pelas Nações Unidas. Para *A Noite*, os brasileiros compreendiam e apoiavam as campanhas de mobilização justamente porque eles “[...] veneram o seu Deus, adoram a sua Pátria e honram a sua família” (*A Noite*, 4 set. 1942, p. 2, 1. ed.).

Durante o ano de 1941, a coleta de materiais, especialmente metais, foi iniciada pelo interventor federal no Rio de Janeiro, Ernani do Amaral Peixoto. O genro de Getúlio lançou a “campanha para defesa do Brasil” em setembro de 1941, movimento que se resumia a coleta e armazenamento de sucatas de metais ferrosos (alumínio, ferro e aço) objetivando a “defesa do Brasil” – e não o esforço de guerra, como se configurou posteriormente. A iniciativa de Amaral Peixoto no Rio de Janeiro foi implantada em Niterói, sede administrativa da interventoria fluminense, e expandida para demais municípios do estado. A bordo do “Carro da Pátria” - um caminhão do Serviço de Transportes do Estado do Rio de Janeiro -, escoteiros de diversas entidades iam de porta em porta coletando metais que seriam reciclados pelo governo fluminense (*A Noite*, 26 set. 1941, p. 8, 2. ed.). O jornal se orgulhou da população por ter contribuído com “muitas dezenas de toneladas” de materiais em pouco mais de quinze dias de campanha, que ganhou mais força com a transmissão de chamadas

publicitárias propagandeadas por emissoras de rádio fluminenses. De acordo com o jornal, só o montante de alumínio coletado, cerca de trezentos quilos, daria para construir três aviões militares “para defesa da pátria” (*A Noite*, 15 nov. 1941, p. 1-8, 2. ed.).

Embora o “Carro da Pátria” fizesse sucesso por onde passava, a interventoria no Rio de Janeiro criou um posto permanente de coleta de metais na agência dos Correios da Rua Senador Dantas, Rio de Janeiro. O foco da ação era a “Campanha da Aviação Nacional”: no posto foi colocada uma placa - criada “[...] por um modesto funcionário daquela agência postal”, o mensageiro Carlos Gomes Cardoso -, que continha uma frase de incentivo à população a dar “[...] ao Brasil, um pedaço de alumínio, por pequeno que seja, ele te devolverá transformado em avião”. A maior questão era o que fazer com aquele alumínio, visto que o Brasil sequer possuía uma indústria da aviação consolidada pois a Fábrica de Aviões de Lagoa Santa, Minas Gerais, só foi inaugurada em 1946 após o fim do regime (29 out. 1941, p. 8, 2. ed.)[325].

Deste modo, os primeiros ensaios de se criar uma indústria aérea ocorreram em fins de 1943, quando o país passou a contar com duas fábricas de aeronaves: uma instituição privada em São Paulo, com capacidade para construir um único aparelho por dia; e outra no Aeroporto do Galeão, esta subsidiada pelo governo e contando com a produção de dois aviões por dia. No entanto, essas aeronaves não eram de uso militar e sim civil (ver, respectivamente, edições *A Noite*, 2 dez. 1943, p. 1-3, 1. ed.; 8 jan. 1944, p. 1-2, 2. ed.). Fazer a adaptação na linha de produção, levou tempo: o primeiro avião de treinamento construído na Fábrica do Galeão para uso da Aeronáutica, por exemplo, só ficou pronto em janeiro de 1945, último ano da guerra (*A Noite*, 21 jan. 1945, p. 1-9, 1. ed.).

A *Rádio Nacional*, por seu turno, também se engajou na construção de aviões para a Aeronáutica: a “Campanha do Alumínio”, promovida por aquela emissora em parceria com o Ministério da Educação, conseguiu arrecadar cerca de mil e setecentos quilos que foram enviados de “todas as vilas e cidades do Brasil” por crianças da rede pública de ensino, e entregues por Gilberto de Andrade, diretor da emissora, ao ministro Salgado Filho (*A Noite*, 10 mar. 1942, p. 1-7, 2. ed.). A União Nacional dos Estudantes (UNE), logo após a decretação do Estado de Guerra contra o Eixo, lançou

---

[325] Para maiores informações sobre a construção da Fábrica de Aviões de Lagoa Santa, ver edições *A Noite*, 7 abr. 1940, p. 1, 2. ed.; 3 jun. 1941, p. 1-7, 3. ed.; 16 maio 1943, p. 1-2, 1. ed.; 21 maio 1943, p. 1-2, 1. ed.

a campanha “Esforço de Guerra” visando à arrecadação de metal, borracha e vidro que seriam aproveitados na economia de guerra e comporiam um fundo de defesa nacional a ser criado pelo governo. Virgílio Pires de Sá, presidente da Federação Atlética de Estudantes, visitou a redação do periódico para anunciar a campanha e a disponibilização de um posto de coleta de materiais na Escola Nacional de Engenharia (*A Noite*, 27 ago. 1942, p. 1-3, 2. ed.)[326].

Durante o ano de 1942, ocorreu no Rio de Janeiro uma expansão no número de “pirâmides de metal” - pontos de coleta de recicláveis presentes em diversos bairros cariocas -, e algumas histórias pessoais eram exploradas pelo jornal com a intenção de sensibilizar os leitores sobre a importância da empreitada: a senhora Mathilde Gammão, moradora de Copacabana, acorrentou a um poste de iluminação uma estatueta em bronze do artista plástico A. J. Scolte e promoveu leilão de rua da obra de arte. Em um dos postos, a reportagem de *A Noite* presenciou um garotinho depositando seu único brinquedo, um aviãozinho de metal, na pilha de recicláveis que crescia a cada dia na via pública (*A Noite*, 3 set. 1942, p. 1-7, 2. ed.). A coluna *Ecos e Novidades* comentou com grande satisfação o caso de meninos que coletaram metais para o esforço de guerra, conseguindo o grupo arrecadar sessenta e cinco cruzeiros com a venda do material. Orgulhoso da atitude, o periódico informou que, ao receber o dinheiro das crianças, encaminhou-o imediatamente para a Comissão de Defesa Econômica (CDE) que o destinou ao Banco do Brasil (*A Noite*, 27 nov. 1942, p. 2, 1. ed.).

As “pirâmides” passaram a ser designadas pelo jornal e por seus organizadores com os nomes das embarcações afundadas pelo Eixo ou com os de personalidades militares envolvidas com a guerra: *A Noite*, por exemplo, criou na Praça Mauá, em frente ao *Edifício A Noite*, as pirâmides “Taubaté” e “Capitão Pamplona”. A primeira ganhou esse nome em tributo às vítimas do navio brasileiro “Taubaté”, afundado em 1941; já a segunda, homenageava Oswaldo Pamplona Pinto, Capitão-aviador da Força Aérea Brasileira (FAB), por ter sido ele o primeiro militar brasileiro a afundar um submarino eixista (*A Noite*, 4 set. 1942, p. 3, 2. ed.). O jornal cumpria a função de divulgar essas campanhas e mediar o processo de coleta de metais entre a população e o Estado. Quando as pirâmides de metal alcançavam sua capacidade máxima, o

---

[326] Outra campanha promovida pela entidade estudantil foi de doação de sangue. Uma comitiva da UNE se dirigiu até a redação do periódico para promover a doação de sangue por estudantes brasileiros para o Banco de Sangue do Rio de Janeiro (*A Noite*, 12 fev. 1943, p. 1-4, 2. ed.).

vespertino divulgava em suas páginas a destinação do material arrecadado por ele: um amontoado de sucatas metálicas foi encaminhado ao Ministro da Marinha, Aristides Guilhem, para a "defesa do Brasil" (*A Noite*, 9 fev. 1943, p. 3, 1. ed.).

Com uma Aeronáutica carente de aviões, a pasta contava com a boa vontade de empresas e populares para formar esquadras: a empresa Laboratórios Raul Leite, uma organização "[...] genuinamente brasileira, cujos intuitos nacionalistas e humanitários foram por mais de uma vez demonstrados", criou fundo próprio para o esforço de guerra brasileiro. Segundo a notícia, a instituição doaria, com auxílio conjunto de trabalhadores e sócios, um avião de treino para a Campanha de Aviação Civil, além de promover outras práticas do gênero[327]. Para o jornal, a iniciativa daquela indústria demonstrava que ela havia compreendido os sentimentos de união defendidos pelo Estado Novo, pois "[...] empregados e empregadores da conhecida organização farmacêutica, unidos e coesos, nesta hora em que a congregação de esforços é um imperativo patriótico, concorrem com o seu 'Esforço de Guerra'". A guerra, de acordo com a ideologia trabalhista estadonovista, era momento oportuno para que o conflito capital x trabalho cedesse lugar à cooperação das classes sociais (*A Noite*, 5 set. 1942, p. 3, 1. ed.)[328]. Nesses termos, ela fazia parte do universo ideológico da ditadura.

Como o clima divulgado pelo jornal era tão somente de harmonia social e esforço conjunto em prol da aviação brasileira, *A Noite* não poderia deixar de doar seu próprio avião e a Campanha pró-Bombardeiro 7 de setembro serviu a esse propósito. A ideia do vespertino era receber doações para compra de um avião militar para a FAB que realizasse o patrulhamento da costa brasileira. Dispondo do apoio de industriais e comerciantes, especialmente, *A Noite* publicava notícias que informavam a visita à redação dos doadores: uma comitiva de capitalistas da zona sul, por

---

[327] A lista de ações idealizadas pela diretoria é extensa: oferecimento de cursos de Voluntárias Socorristas e de Defesa Passiva Anti-Aérea; contribuição mensal de cinco contos de réis em produtos para a LBA; doação de dez contos de réis - via Senhora Delminda Benvinda Pereira Gudolle (Vindinha), ou, como chamava o jornal, a "Sra. Oswaldo Aranha" – em benefício das vítimas dos afundamentos; imposição aos trabalhadores a doarem, a cada mês, uma hora de trabalho ao "Fundo de Reserva de Guerra", bem como de outra hora de trabalho mensal para a LBA (*A Noite*, 5 set. 1942, p. 3, 1. ed.).

[328] A doação de "aeronaves de treinamento" por trabalhadores era prática comum durante o esforço de guerra, ocasiões que *A Noite* aproveitava para divulgar as campanhas em prol da aviação civil e militar. Os operários da Fábrica de Tecidos Corcovado, por exemplo, dirigiram-se até a redação do vespertino para informar o público que iriam doar um avião à Aeronáutica. Os "papeleiros" – operários de fábricas de papel -, seguiram o gesto e anunciaram o início de campanha para compra de um bombardeiro para a FAB (*A Noite*, 11 set. 1942, p. 2, 1. ed.).

exemplo, compareceu ao jornal para anunciar sua adesão à campanha (*A Noite*, 20 set. 1942, p. 1-9).

A campanha do bombardeiro estava ganhando novos adeptos a cada dia, especialmente, com o auxílio da *Rádio Nacional* e de compositores/cantores populares que aderiram ao movimento: o compositor Assis Valente cedeu os direitos autorais da canção “Té logo Sinhá” para a compra do avião (*A Noite*, 20 out. 1942, p. 3, 1. ed.); o cantor Francisco Alves, cantou na *Nacional* para divulgar concurso de “marchinhas patrióticas”, objetivando arrecadar mais fundos (*A Noit*e, 21 out. 1942, p. 2, 1. ed.); “De pé, Brasil”, de Carlos Rego Barros foi escolhida vencedora por um júri em que estava presente André Carrazzoni, diretor de *A Noite* (*A Noite*, 27 nov. 1942, p. 2, 1. ed.)[329].

Na seção *Página de Sports*, o jornal divulgou que a bilheteria da partida de futebol entre o Sampaio Futebol Clube e o Vasco da Gama seria integralmente revertida para compra do bombardeiro de *A Noite* (ver edições *A Noite*, 4 nov. 1942, p. 7, 1. ed.; 17 nov. 1942, p. 7, 1. ed.)[330]. O Fluminense Futebol Clube resolveu fazer diferente: realizou apresentação de manobras “radicais” com motocicletas, concorrendo grande público, para contribuir com o Fundo de Guerra do Estado Novo (*A Noite*, 16 jan. 1943, p. 7, 1. ed.).

Por fim, a campanha encabeçada por *A Noite* para a compra do avião “7 de setembro” conseguiu arrecadar, em pouco mais de oito meses, mais de um milhão de cruzeiros, quantia suficiente para encomendar a aeronave para a FAB (*A Noite*, 26 maio 1943, p. 2, 2. ed.). Em novembro de 1943, finalmente, o “Bombardeiro 7 de setembro” estava pronto para ser entregue pelo jornal à FAB (*A Noite*, 23 nov. 1943, p. 1-6, 1. ed.). Em dezembro de 1943, o periódico fez questão de organizar suntuosa cerimônia de entrega da aeronave, batizada pelo ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra (*A Noite*, 29 dez. 1943, p. 1-3, 1. ed.)[331].

A questão da “doação de vencimentos”, eufemismo para contribuição compulsória ao esforço de guerra, era elogiada pelo vespertino e praticada pelo grupo *Empresa A Noite*. A *Rádio Nacional*, por exemplo, informou que “num movimento

---

[329] A emissora radiofônica do grupo *Empresa A Noite* organizou também leilão de objetos diversos, doados por ouvintes, em prol da campanha (*A Noite*, 21 out. 1942, p. 3, 2. ed.).
[330] A Campanha Pró Bombardeiro 7 de setembro foi extensa e rendeu diversas notícias que divulgavam novos colaboradores. Para maiores informações sobre as doações, ver edições *A Noite*, 29 out. 1942, p. 8, 2. ed.; 6 dez. 1942, p. 2, 1. ed.; 16 mar. 1943, p. 2, 1. ed.
[331] Para maiores informações sobre o batismo do “7 de setembro”, ver edições *A Noite*, 28 dez. 1943, p. 1-3, 1. ed.; 30 dez. 1943, p. 1-3, 1. ed.

espontâneo de solidariedade”, funcionários e artistas da emissora ofereceram um dia de seus vencimentos em favor das vítimas dos ataques aos navios brasileiros pelo Eixo (*A Noite*, 11 set. 1942, p. 2, 1. ed.). A escolha do periódico de tratar os movimentos de arrecadação de valores como “doações espontâneas” foi uma forma encontrada pelo periódico para canalizar e potencializar as demais campanhas que se iniciaram em 1942. *A Noite*, além de colaborar com o a aviação brasileira, foi “[...] escolhida para patrocinar a grande e patriótica campanha da mocidade brasileira Mil Réis para a Vitória”. Segundo a reportagem, um grupo de estudantes secundaristas visitou o jornal e solicitou à direção que ela os auxiliasse na divulgação da campanha, que tinha o objetivo de arrecadar mil réis em prol do esforço de guerra: prontamente o vespertino aceitou o “convite” e o utilizou em favor do regime ao associar a atitude dos escolares como sinônimo de comprometimento com a ditadura, e não somente com a vitória Aliada (*A Noite*, 13 set. 1942, p. 2).

Aproveitando-se do clima de mobilização, publicitários utilizavam a temática para alavancar a venda de produtos. O suplemento vitamínico Biotônico Fontoura, por exemplo, associou a ideia de “energia” física com a noção de “esforço” de guerra. O anúncio trazia dicas “para defender a Pátria”: exercícios físicos, repouso, alimentação balanceada e, “se faltar apetite, Biotônico” (*A Noite*, 30 set. 1942, p. 5, 1. ed.). A Standard Oil Company of Brazil, ou Esso, anunciou que seus navios petroleiros estavam disponíveis para levar combustível para aviões e porta-aviões das Nações Unidas (Figura 39). Justificando indiretamente a escassez de combustíveis para a população civil, garantiu que no “[...] tremendo esforço que a guerra hoje nos impõe, aperfeiçoamos a qualidade e o serviço de amanhã”: a guerra era necessária ao desenvolvimento econômico (*A Noite*, 19 nov. 1942, p. 5, 1. ed.).

A dedicação ao esforço de guerra propalado por essas empresas consistia em uma eficiente ação de marketing, visto que o ambiente, pelo menos na imprensa, era o de mobilização da vida em torno da vitória na guerra. A Companhia de Cimentos Portland, assídua anunciante no jornal, publicou uma propaganda que era ilustrada com a imagem de um soldado em posição de sentido seguida da frase “Servindo à Pátria”. O texto lembrava que desde 1933, quando a empresa se instalou no Brasil, o “Cimento Mauá”, seu principal produto, vinha “[...] prestando o seu valioso concurso ao progresso do paiz” (Figura 40) (*A Noite*, 18 dez. 1942, p. 6, 1. ed.). Em 1943, comemorando aos dez anos de atividade da empresa no Brasil, a instituição fabril anunciou a abertura de subscrições de ações para criação do “Cimento Vitória” que, segundo o anúncio, iria concorrer “[...] para o desenvolvimento da economia popular,

prestando ao mesmo tempo uma homenagem ao esforço de guerra das Nações Unidas" (*A Noite*, 1 out. 1943, p. 7, 1. ed.). A concorrente direta do Cimento Mauá, a Indústrias Votorantim, produziu uma peça publicitária semelhante: intitulada "Para a vitória das Nações Unidas", a propaganda trazia uma fotografia das obras de construção do Hospital das Clínicas de São Paulo associando o uso do cimento como sinônimo de progresso e conquista (Figura 41) (*A Noite*, 28 jul. 1943, p. 8, 1. ed.).

Outro anunciante costumeiro no periódico, a Kosmos Capitalização, relacionou a ideia de mobilização com as noções de poupança, economia e investimento, incentivando os leitores a comprarem títulos de capitalização como forma de se resguardarem financeiramente durante o período de guerra (*A Noite*, 11 dez. 1942, p. 4, 1. ed.). O próprio jornal passou a divulgar essa ideia: em artigo sem autoria, o periódico relacionou conceitos como "economia" e "poupança" à noção de "vencer", financeiramente: as temáticas se sobrepunham, pois, segundo a abordagem publicitária, "vencer na vida" era o mesmo que vencer a guerra (*A Noite*, 24 jul. 1942, p. 5, 1. ed.)[332].

Uma foto propaganda, publicada no centro da seção *Página Feminina* (Figura 42), edição dominical, trazia mulheres fardadas palestrando alegremente entre si. Acima da imagem, uma legenda sugeria às mulheres: "Quando você encontrar uma amiga, pergunte-lhe: o que é que você tem feito pela Vitória?". Direcionada às leitoras do jornal, a propaganda, possivelmente produzida pelo próprio órgão, também promovia um autoquestionamento sobre o comprometimento cívico da mulher no processo mobilizador, tinha clara intenção de incentivar o impulso do(a) leitor(a) em tomar a decisão de se mobilizar (*A Noite*, 1 out. 1942, p. 7).

Nesse sentido, a participação feminina na mobilização civil era diversificada e envolvia um espectro grande de entidades participantes: nos exercícios de defesa passiva antiaérea, por exemplo, as mulheres atuavam como enfermeiras "Samaritanas" ou como "Voluntárias Socorristas"; nos postos da Cruz Vermelha Brasileira, desempenhavam funções técnicas na área da saúde; na Escola Anna Nery, instituição de ensino de enfermagem, as mulheres consistiam a maioria dos candidatos aos cursos de primeiros-socorros e congêneres; as voluntárias da LBA,

---

[332] O regime também compartilhava a ideia de que uma educação financeira em tempos de guerra era urgente no cotidiano da população, visto que os impactos nos hábitos de consumo do brasileiro o haviam desprovido de uma oferta de produtos, bens e serviços: o então Chefe de Polícia do Rio de Janeiro, Alcides Etchegoyen, por exemplo, chegou a publicar uma portaria instruindo a população a fazer "as maiores economias possíveis" em razão da situação de guerra (*A Noite*, 15 fev. 1943, p. 1, 2. ed.).

por sua vez, promoviam a campanha Hortas da Vitória, trabalhavam na Cantina do Combatente e, não menos importante, realizavam ações sociais e humanitárias em favor das vítimas e familiares dos afundamentos de navios brasileiros e dos soldados convocados. A ampla atuação da mulher no esforço de guerra a colocava em lugar de destaque no movimento mobilizador civil; contudo, ainda lhe era atribuído um papel secundário em relação ao homem, protagonista das decisões coletivas: até hoje, o mundo da política brasileira ainda é território predominantemente masculino[333].

Após o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com o Eixo, em janeiro de 1942, o regime baixou o Decreto-Lei nº 4.098, de 6 de fevereiro de 1942, que instituiu o Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea (SDPAA) em todo o território nacional. O texto da lei também determinou que todos os cidadãos acima de dezesseis anos, tanto homens quanto mulheres, eram obrigados a participar dos exercícios promovidos pela instituição, definindo também regras e procedimentos para civis e militares em exercícios e em situações reais de ataque (*A Noite*, 7 fev. 1942, p. 1-3, 1. ed.). Considerando que as práticas de defesa passiva eram novas para a população, o vespertino produziu extensa reportagem no suplemento dominical, explicando não apenas o decreto-lei, mas também fornecendo informações sobre como os civis deveriam se portar nessas situações (*A Noite*, 22 fev. 1942, p. 1, 1. ed.). Contudo, somente em agosto de 1942, após a decretação de guerra contra o Eixo, o regime criaria a Diretoria Nacional do Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea (DNSDPAA), órgão governamental que congregaria todos os serviços de defesa passiva existentes, públicos e particulares, e ficaria subordinado ao Ministério da Justiça. A coordenação da defesa ativa (militares) com a passiva (civis) ficaria a cargo das autoridades militares de cada região (ver edições *A Noite*, 26 ago. 1942, p. 1-2, 2. ed.; 20 set. 1942, p. 2, 1. ed.).

A realização dos exercícios de defesa passiva com participação civil ocorreu primeiramente nas capitais costeiras do Nordeste. Natal, Rio Grande do Norte, foi a primeira cidade a promover o "adestramento da população": simulando um ataque inimigo, com uso de aviões, o exercício contou com o desligamento total das luzes da

---

[333] Sobre o papel desempenhado pelas mulheres e enfermeiras durante o período, ver SANTOS, T. C. F., BARREIRA, I. A. A mulher e a enfermeira na nova ordem social do Estado Novo. *Texto Contexto Enfermagem*. 2008 Jul-Set; 17(3):587-93.

cidade e a realização de procedimentos de busca e resgate de sobreviventes (*A Noite*, 2 mar. 1942, p. 1, 1. ed.).

Popularmente conhecido por “black-out”, essas dinâmicas públicas mobilizavam uma parte considerável da população que, curiosa, corria às ruas para observar o trabalho das equipes (*A Noite*, 4 mar. 1942, p. 2, 1. ed.).

Recife, Pernambuco, era outra capital que estava em situação semelhante à vizinha Natal: devido à sua localização setentrional, a cidade poderia ser alvo de investidas do Eixo, razão que levou a Agência Nacional (AN) a mandar publicar em todos os jornais instruções do comandante da região (não cita o nome) orientando a população de como deveria se portar em caso de ataque aéreo (*A Noite*, 26 fev. 1942, p. 1, 1. ed.). Um comunicado do SDPAA, por exemplo, orientou todos que não estivessem participando das dinâmicas para que não saíssem às ruas para “ver o black-out” pois essa atitude prejudicaria o treinamento, que deveria ser realizado em “condições de realismo” (*A Noite*, 26 out. 1942, p. 1-3, 2. ed.).

O primeiro exercício de defesa passiva realizado em Recife contou com a colaboração da Igreja Católica, ocasião em que a instituição religiosa determinou que todos os padres da cidade participassem dos procedimentos (*A Noite*, 16 mar. 1942, p. 1-9, 2. ed.). No segundo “black-out” promovido pelo SDPAA na capital pernambucana, ocorreu o desligamento total das luzes em Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes e Paulista (*A Noite*, 24 maio 1942, p. 1, 1. ed.). O periódico, procurando publicizar a ideia de coletividade, afirmou que antes dos exercícios, “[...] o próprio povo apagou as luzes da cidade”, sobrando pouco trabalho para ser feito pelos funcionários da companhia de iluminação pública (*A Noite*, 30 maio 1942, p. 1-2, 2. ed.). Em São Paulo, o “black-out” foi mais tímido: durou apenas cinco minutos, em razão da necessidade de se manter o fornecimento de energia para as fábricas engajadas na produção para a guerra (*A Noite*, 27 set. 1942, p. 1-3, 2. ed.).

Na Capital Federal, os trabalhos do SDPAA tiveram amplo e irrestrito apoio de *A Noite*: o periódico não escondeu seu contentamento ao noticiar que no *Edifício A Noite* funcionaria o primeiro posto de distribuição de instruções da SDPAA à população (*A Noite*, 4 maio 1942, p. 1-2, 2. ed.). A solenidade de inauguração do posto no prédio do jornal foi amplamente noticiada com antecedência e contou com a presença do ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, que, acompanhado por Costa Neto e André Carrazzoni, respectivamente superintendente da *Empresa A Noite* e diretor do periódico, ficariam responsáveis pelos discursos. Segundo o vespertino, a função dos postos de informações (localizados no Palácio Tiradentes, sede do DIP;

na Estação Ferroviária Central do Brasil e no *Edifício A Noite*) consistia em promover a "[...] educação da massa popular acerca dos meios de defesa passiva anti-aérea" (*A Noite*, 26 maio 1942, p. 1, 1. ed.).

A cerimônia de abertura do posto *A Noite* foi detalhadamente noticiada pelo periódico: o cabeçalho da capa da edição incluiu fotografias de Dutra, Costa Neto e Carrazzoni discursando para a plateia sob a manchete "Vigilantes na defesa do Brasil!" (Figura 43). A opção dos redatores por essa apresentação gráfica denota intenção do periódico em se associar como colaborador direto da segurança nacional, mas também, enquanto braço auxiliar da ditadura estadonovista. O pronunciamento da tríade, por exemplo, foi publicado em sua íntegra pelo jornal e irradiado por autofalantes instalados nas janelas do edifício, procurando a organização *A Noite* amplificar o alcance de seu "ato patriótico" (*A Noite*, 27 maio 1942, p. 1-3, 1. ed.).

Em seu discurso de agradecimento, Dutra considerou que a imprensa brasileira, representada por *A Noite*, "[...] recebe ela o nobre papel de orientar o povo e esclarecê-lo acerca dos múltiplos e complexos problemas da hora grave e difícil que o mundo atravessa". Já Carrazzoni, em autopromoção, classificou o periódico que dirigia como um "[...] bastião da linha de defesa passiva da cidade", afirmando, sobretudo, que "[...] entre a espada e a pena, na crônica política brasileira, existem páginas de comovente solidariedade" (*A Noite*, 27 maio 1942, p. 1-3, 1. ed.).

A colaboração da população era esperada pelo regime pois, sem sua concorrência, a realização dos exercícios estaria fadada ao fracasso. Desta forma, a inserção de comunicados do SDPAA no vespertino servia como lembrete aos leitores de sua responsabilidade civil para com a pátria. Em um desses avisos, o SDPAA classificou que todos os brasileiros eram "soldados da terra e do ar", portanto, um membro nato da organização. O texto ainda exortou a população a denunciar às autoridades policiais e militares qualquer ato de sabotagem, "inconsciente e consciente", dos exercícios de defesa passiva (*A Noite*, 9 jun. 1942, p. 1, 2. ed.)[334]. O desligamento da iluminação pública acarretava problemas de segurança pública, levando, consequentemente, o regime a criar uma "polícia da defesa passiva", voluntária e civil, para assegurar que, durante a realização dos apagões, fossem

---

[334] Esse comunicado foi publicado em *A Noite* em diversas edições, denotando a utilização da repetição como recurso de convencimento (ver edições *A Noite*, 13 jun. 1942, p. 1, 1. ed.; 17 jun. 1942, p. 1, 1. ed.; 18 jun. 1942, p. 1, 1. ed.).

evitados casos de roubos e furtos, crimes que cresciam nessas ocasiões (*A Noite*, 22 jan. 1943, p. 1, 1. ed.).

Diferentemente de Natal e Recife, o SDPAA no Rio de Janeiro realizou o primeiro exercício com um "black-out parcial" em Copacabana (*A Noite*, 4 set. 1942, p. 1, 1. ed.). O lugar para instalação do posto central de comando foi o Cassino Atlântico, contando, inclusive, com a presença de Alexandre Marcondes Filho e Alcides Etchegoyen, respectivamente ministro da Justiça e Chefe de Polícia do Rio de Janeiro (*A Noite*, 7 set. 1942, p. 3, 2. ed.). A realização do exercício foi amplamente noticiada em *A Noite*, que destacou o "sucesso" do treinamento. Segundo o jornal, a existência de "um só pensamento, uma só vontade" no evento foi fundamental para que ele ocorresse conforme o planejado pelo SDPAA (*A Noite*, 8 set. 1942, p. 3, 1. ed.), evidenciando o apelo aos argumentos ideológicos estadonovistas de suposta homogeneidade social e de pensamento. Apesar dos transtornos causados pelo desligamento parcial da iluminação, e o consequente fechamento do comércio noturno da região, o periódico comentou em artigo sem autoria que a atividade havia sido um "exemplo de compreensão patriótica" dos moradores do bairro nobre carioca (*A Noite*, 8 set. 1942, p. 3, 2. ed.).

A Capital Federal estava se preparando para um novo "Black-out" e *A Noite* procurava manter seus leitores informados sobre local, data e horário de realização do procedimento (*A Noite*, 11 set. 1942, p. 1, 2. ed.). Esses avisos e comunicados, em forma de notícia e manchete, eram uma maneira do vespertino demonstrar sua colaboração ativa nessas atividades. O Departamento de Imprensa e Propaganda, inclusive, mandou publicar no jornal comunicado com instruções à população sobre como reconhecer avisos e sinais, luminosos e sonoros, de ataques aéreos simulados/reais (*A Noite*, 10 set. 1942, p. 1-2, 2. ed.). Outro método encontrado pelo SNDPAA foi a criação de uma série de comunicados com instruções dos procedimentos de defesa passiva para a população, sugerindo que ela "recorte, estude e colecione" os quadros publicados em *A Noite* (*A Noite*, 18 set. 1942, p. 2, 1. ed.)[335].

O "black-out" também era visto pelo jornal como uma ocasião de sociabilidade: uma reportagem especial na *Página Feminina* sobre a realização de desfile no

---

[335] A escuridão era um problema durante a realização dos treinamentos, pois dificultava a atuação dos voluntários envolvidos. Uma solução encontrada pelo SDPAA foi a aplicação de um "pó luminoso", material reflexivo, em pessoas e placas para melhorar a visibilidade (*A Noite*, 13 set. 1942, p. 1-3, 1. ed.).

Automóvel Clube do Rio de Janeiro onde foi apresentado “looks” da loja A Imperial para serem usados durante os apagões. Segundo o texto, os modelos apresentados demonstravam que “[...] as necessidades da guerra não são inconciliáveis com as exigências da moda”, criando-se peças que facilitavam a movimentação do corpo feminino na “[...] magna tarefa da defesa nacional” (*A Noite*, 13 set. 1942, p. 4).

A realização dos “black-out” no Rio de Janeiro durava cerca de trinta minutos apenas. Ao longo desse intervalo de tempo, militares e voluntárias evacuavam as ruas, acionavam sirenes e paralisavam o tráfego de veículos na cidade (*A Noite*, 22 out. 1942, p. 1-7, 2. ed.). Durante a promoção do terceiro treinamento civil na cidade, o *Edifício A Noite* foi utilizado na simulação como abrigo antiaéreo, fato que rendeu extensas reportagens sobre a perfeita execução do procedimento (ver edições *A Noite*, 25 nov. 1942, p. 1-3, 1. ed.; 26 nov. 1942, p. 1-3, 2. ed.; 27 nov. 1942, p. 1-3, 1. ed.). Diferentemente do que ocorria em outras cidades, na Capital Federal, os apagões eram parciais, concentrando-se a realização das simulações de guerra em determinadas regiões da cidade: no centro, por exemplo, o SDPAA chegou a usar “bombas incendiárias” para dar maior realismo ao treinamento (*A Noite*, 4 dez. 1942, p. 1-8, 1. ed.). Já nos bairros Catete, Cinelândia, Lapa e Flamengo, a participação da FAB, que utilizou aviões como em Natal, chegou a causar pânico na população desprevenida, que acreditou estar sendo a capital do país realmente atacada pelo Eixo (*A Noite*, 30 dez. 1942, p. 1-2, 1. ed.)[336].

De acordo com o coordenador do SDPAA no Rio de Janeiro, Orozimbo Pereira, a realização dos simulados na Capital Federal estava obtendo grande sucesso e eram compreendidos pela população carioca, que revelou ser possuidora de um “alto senso patriótico” (*A Noite*, 10 jan. 1943, p. 1-3). Já o diretor regional da organização, Lourenço Mega, considerou que, embora houvessem sido realizadas diversas simulações, era fundamental manter a periodicidade dos exercícios até que o carioca estivesse “adestrado” para eventuais ataques do inimigo (*A Noite*, 16 jan. 1943, p. 1-2, 2. ed.).

A frequência dos apagões parecia, segundo o jornal, não afetar a vida social carioca: os “black-out” pareciam não influir muito na dinâmica vida noturna da cidade pois, mesmo com o desligamento diário da iluminação pública, medida implantada em

---

[336] Em Niterói, a simulação da queda de avião inimigo e a atuação de bombeiros e enfermeiras despertou grande curiosidade da população, atraindo um grande número de curiosos (*A Noite*, 19 jan. 1943, p. 1-3, 1. ed.).

1943, bares, cassinos, restaurantes e boates mantinham seus fiéis frequentadores, apontando-se, inclusive, até um aumento no setor[337]. *A Noite* chegou a comparar a manutenção desse hábito noturno do carioca com o dos londrinos que, apesar dos bombardeios constantes, não deixavam de consumir sua cerveja de cada dia (*A Noite*, 24 ago. 1943, p. 3, 1. ed.). O “black-out” além de não influir, e até incentivar a vida boêmia, também era material para o riso: o quadrinho do personagem “Pacífico”, publicado pela Press Alliance Inc., sob o título “Pacífico emerge do ‘black-out’...”, mostrava os dois primeiros quadros da tirinha sob total escuridão para, no terceiro e último, vermos ele atirando com raiva um cachimbo acesso janela a fora, a causa de seu “black-out” (Figura 44) (*A Noite*, 23 nov. 1943, p. 1, 2. ed.).

O início dos trabalhos desenvolvidos pelo SDPAA levou o regime a investir em equipamentos públicos de proteção civil: os abrigos antiaéreos. Em fevereiro de 1942, deu-se início à construção de abrigos antiaéreos públicos, visto que esse tipo de edificação ainda não existia no país (*A Noite*, 25 fev. 1942, p. 2, 1. ed.). O Governo Federal anunciou a construção do primeiro abrigo do gênero no Brasil, localizado no subsolo da Estrada de Ferro Central do Brasil (*A Noite*, 23 fev. 1942, p. 1-3, 1. ed.).

Embora o regime propagandeasse que construiria novos abrigos pela cidade, afirmando que criaria um sistema de defesa passiva semelhante ao dos EUA (*A Noite*, 8 set. 1942, p. 1-3, 2. ed.), o que que se verificou na realidade foi o aproveitamento da já iniciada construção do Túnel do Leme, que serviu como abrigo improvisado (*A Noite*, 19 set. 1942, p. 1-2, 2. ed.). Dispondo apenas de dois locais considerados seguros em caso de ataque aéreo, a Central do Brasil e o Túnel, a ditadura via como distante a possibilidade de haver bombardeiros sobrevoando a Capital Federal. Vargas, procurando dar credibilidade ao SDPAA, chegou a visitar as obras do túnel-abrigo, afirmando que ele representava os esforços do governo para defender a população (*A Noite*, 4 out. 1942, p. 1-2, 1. ed.)[338].

Por outro lado, o SDPAA, com apoio de entidades como a Escola Anna Nery, a LBA e a Cruz Vermelha, conseguiu obter sucesso em mobilizar as mulheres para participarem não apenas dos exercícios de defesa passiva, mas também,

---

[337] No início de agosto de 1943, o SDPAA determinou que as luzes de residências e comércios, externas e internas, da Avenida Niemeyer até o Calabouço deveriam permanecerem desligadas durante a noite. Caso o morador ou comerciante dessa região não atendesse, corria o risco de ser preso pela polícia sob acusação de sabotagem (*A Noite*, 11 ago. 1943, p. 1-3, 1. ed.).

[338] Outra medida da ditadura estadonovista foi determinar que hospitais e clínicas, públicas e privadas, estivessem mobilizados juntos ao SDPAA. A carência de hospitais públicos era evidente, levando o regime a criar “hospitais de emergência” em clubes esportivos e prédios escolares (*A Noite*, 29 ago. 1942, p. 1-3, 2. ed.).

influenciando-as a aderirem ao voluntariado nessas organizações. O espaço dedicado pelo jornal ao voluntariado se configurou em mais uma das características de sua participação na mobilização civil da época. Desta maneira, existiam três formas de a mulher atuar como voluntária direta nos serviços de defesa passiva: tornando-se uma "Voluntária Socorrista", uma "Enfermeira Samaritana" ou uma "Voluntária da Defesa Passiva".

As Socorristas eram um grupo de mulheres que haviam realizado cursos rápidos de primeiros socorros oferecidos por instituições diversas, tais como a Escola Anna Nery, a LBA e a Prefeitura do Rio de Janeiro. Já as Samaritanas, técnicas de enfermagem de formação, eram voluntárias que realizaram cursos de enfermagem de guerra oferecidos inicialmente pela Cruz Vermelha e, posteriormente, por mais instituições e estavam habilitadas a prestarem o atendimento emergencial a possíveis feridos. As Voluntárias da Defesa Passiva, por sua vez, eram um agrupamento feminino responsável pela orientação de civis para locais seguros e davam auxílio geral em caso de ataque aéreo. Ambas possuíam uniformes próprios que as distinguiam entre si, tática utilizada pelo SDPAA para facilitar a identificação das profissionais pela população em caso de ataque. Esses uniformes podem ser visualizados em uma propaganda da loja de departamentos *À Colegial*, anunciante diário no jornal, divulgando a venda das fardas: para as Voluntárias Socorristas, saia, blusa e um boné preto; para as Samaritanas, o tradicional vestido inteiramente branco; e para as Voluntárias da Defesa Passiva, saia e blusa verde escuro, adornados por um quepe de igual tonalidade (Figura 45) (*A Noite*, 26 set. 1942, p. 4, 1. ed.)[339].

A primeira medida de mobilização de enfermeiras, por exemplo, não foi tomada pelo regime, mas sim pela diretora da Escola Anna Nery, Nair Neto dos Reis, que convocou antigas alunas para se voluntariarem na formação de novas profissionais e no atendimento ao público (*A Noite*, 11 fev. 1942, p. 1-3, 2. ed.)[340]. A entidade oferecia cursos rápidos para mulheres na área de primeiros socorros e a primeira turma formada pela instituição foi a de "Socorristas de Guerra", cerimônia que contou com a

---

[339] As informações sobre cores dos uniformes dessas voluntárias foram obtidas através de descrição feita pelo jornal (*A Noite*, 9 out. 1943, p. 1, 2. ed.).
[340] Depois da iniciativa da instituição de ensino, o DIP promoveu grande festividade em homenagem ao "Dia da Enfermeira", onde as alunas de cursos de enfermagem de instituições diversas foram reunidas na avenida e desfilaram para a população. Na cerimônia pública de colação de grau, o órgão anunciou o lançamento do curso "Enfermeiras do Ar", formação voltada para as profissionais que desejassem ingressar na Aeronáutica (*A Noite*, 21 maio 1942, p. 1-2, 1. ed.). Em 1943, "três enfermeiras de guerra", formadas pela LBA, foram as primeiras mulheres a participarem de manobras militares em estágio realizado no Exército (*A Noite*, 4 abr. 1943, p. 1-7, 1. ed.).

presença ministerial de Gustavo Capanema, Educação, Salgado Filho, Aeronáutica, e Dutra, Guerra. Em seu pronunciamento, a diretora da entidade cobrou das autoridades a necessidade do Brasil aumentar o número de profissionais na área, seja em tempos de guerra ou de paz (*A Noite*, 30 ago. 1942, p. 2, 1. ed.)[341].

Outra instituição que ofertava cursos de especialização para a formação das Samaritanas era a Cruz Vermelha Brasileira[342]. Para lançar o curso, o jornal entrevistou a diretora da instituição, Maria Isolina Pinheiro, que detalhou a grade que seria ministrada às voluntárias e afirmou que aguardaria a participação massiva da mulher carioca (*A Noite*, 30 abr.1942, p. 1-2, 2. ed.). Auxiliando na mobilização feminina, o jornal publicou cartaz da Cruz Vermelha que anunciava a abertura de inscrições para voluntárias na instituição, evidenciando estreita ligação do periódico com entidades ligadas à defesa passiva (*A Noite*, 3 set. 1942 p. 1, 2. ed.). Segundo a reportagem de *A Noite*, no primeiro dia de inscrição, os postos de cadastramento foram tomados por uma multidão de interessadas (*A Noite*, 14 set. 1942, p. 1-3, 1. ed.)[343].

A Cruz Vermelha Brasileira gozava de grande simpatia não apenas do jornal, mas também de setores diversos da sociedade carioca: o cantor Pedro Vargas – que tinha, inclusive, seus shows amplamente anunciados no jornal -, além de compor uma canção em homenagem ao Exército Brasileiro, realizava apresentações em prol da instituição humanitária (*A Noite*, 12 dez. 1942, p. 1-5, 2. ed.). O Automóvel Clube do Rio de Janeiro, por sua vez, promoveu uma competição de veículos de passeio movidos a gasogênio que teve sua renda revertida na compra de uma ambulância para a entidade (*A Noite*, 11 jan. 1943, p. 1-2, 2. ed.). Lojistas da Avenida Rio Branco promoveram o concurso “Vitrines da Vitória”, competição que consistia na escolha da loja melhor adornada por temáticas relacionadas à vitória Aliada. O dinheiro arrecadado com os comerciantes foi igualmente encaminhado à Cruz Vermelha (*A*

---

[341] Uma importante pesquisa sobre o papel desempenhado pelas enfermeiras brasileiras durante a Segunda Guerra Mundial foi desenvolvida por Oliveira (2007). Ver também da mesma autora sobre o processo de desmobilização das enfermeiras da instituição OLIVEIRA, A. B.; SANTOS, T. C. F. Entre ganhos e perdas simbólicas: A (des)mobilização das enfermeiras que atuaram na Segunda Guerra Mundial. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*. 2007 Set; 11(3):423-8.

[342] A Cruz Vermelha também realizava cursos de “padioleiros” voltados exclusivamente para homens voluntários. Existia uma clara distinção de gênero quando o assunto era atendimento em saúde: as mulheres cuidavam enquanto os homens carregavam os feridos (*A Noite*, 14 out. 1942, p. 4, 2. ed.).

[343] Em uma Parada da Juventude, as Samaritanas da Cruz Vermelha realizaram um “curso especial” de direção para poderem dirigirem ambulâncias no desfile: no Estado Novo, a imagem contava (*A Noite*, 4 set. 1942, p. 1, 2. ed.). Era comum também o jornal produzir reportagens especiais sobre a Cruz Vermelha, ressaltando sua importância no contexto bélico da época, sobretudo, seu poder mobilizador da mulher brasileira (*A Noite*, 26 ago. 1942, p. 1-2, 2. ed.).

Noite, 29 nov. 1943, p. 1-3, 2. ed.). O apoio da sociedade civil, complementado pelo do Estado Novo, proporcionou, inclusive, a expansão das atividades da organização que, em pouco tempo, aumentou o número de postos de atendimento emergencial pela cidade (ver edições *A Noite*, 24 nov. 1942, p. 1-7, 2. ed.; 29 nov. 1942, p. 1, 1. ed.).

Em 1943, os cursos de Samaritanas e Voluntárias Socorristas estavam se expandindo pela Capital Federal, não sendo mais monopólio da Cruz Vermelha a formação dessas profissionais. A esposa do prefeito do Rio de Janeiro, Cecy Dodsworth, por exemplo, criou sua própria escola – com largo apoio da Prefeitura -, motivo de manchete para *A Noite* (*A Noite*, 30 mar. 1943, p. 1-7, 2. ed.). Naquele ano, a vinda ao Brasil da fundadora da Escola Anna Nery, Miss. L. C. Kieninger, acarretou a ampliação da rede de escolas da instituição no Brasil que deu continuidade na oferta de cursos rápidos de primeiros-socorros (*A Noite*, 30 maio 1943, p. 1-7, 1. ed.).

Por fim, era necessário também providenciar a formação das Voluntárias da Defesa Passiva, grupo ligado diretamente ao SDPAA. A primeira turma habilitada a atuar tanto nos exercícios de defesa passiva quanto na divulgação das ações coletivas de proteção foi formada pela Escola Técnica de Serviço Social do Rio de Janeiro (*A Noite*, 15 maio 1942, p. 1-2, 2. ed.). Como o curso não exigia tantas horas de preparação, tal como o das Socorristas e Samaritanas, diversas instituições atuavam na formação dessas voluntárias. A Prefeitura do Rio de Janeiro, por exemplo, promoveu o curso que teve grande procura de interessadas (*A Noite*, 29 ago. 1942, p. 8, 2. ed.). Até o DIP, que atuava mais como coordenador das ações de propaganda do SDPAA, criou seu próprio curso (*A Noite*, 2 set. 1942, p. 1-2, 1. ed.), promovendo a mesma formação realizada pela LBA (*A Noite*, 3 set. 1942, p. 2, 1. ed.).

A sociedade civil também atuava na mobilização para a guerra através do atendimento social e material às vítimas, familiares e soldados convocados. Diversas instituições sociais e empresas promoveram eventos visando a arrecadar fundos para esse fim: o Clube das Vitórias Régias, por exemplo, organizou uma exposição de arte que teve sua renda revertida para as vítimas dos navios afundados pelo Eixo (*A Noite*, 20 maio 1942, p. 6, 1. ed.). A cantora Rosina da Rimini se apresentou no Cassino da Urca com o mesmo objetivo (*A Noite*, 27 ago. 1942, p. 3, 1. ed.). No Automóvel Clube do Rio de Janeiro, as "senhoras dos generais" das três armas realizaram um "chá" para angariar dinheiro para as vítimas brasileiras (*A Noite*, 29 ago. 1942, p. 2, 1. ed.). O jornal, servindo novamente de mediador, recebeu a bilheteria do recital de Pina Moncaco em benefício aos familiares enlutados (*A Noite*, 17 out. 1942, p. 3, 2. ed.).

Por outro lado, alguns setores da sociedade carioca preferiram homenagear os mortos, tal como o fizeram alunos do Colégio Pedro II que mandaram realizar missa para as almas perdidas nos ataques (*A Noite*, 15 set. 1942, p. 1, 2. ed.).

Quanto à LBA, a organização da primeira dama também assistia a esse grupo de brasileiros desafortunados pela guerra: a instituição anunciou que até maio de 1943 já havia disponibilizado mais de trezentos mil cruzeiros, destinados a saldar dívidas de familiares de vítimas dos torpedeamentos nazistas. Cumprindo uma função estabilizadora da esfera privada, a organização pagava contas de luz, água, gás, farmácia e mercado para essas famílias (*A Noite*, 19 maio 1943, p. 8, 2. ed.). Algumas histórias eram especialmente resgatadas pelo periódico para sensibilizar o leitor, como o caso de "uma senhora" (não cita seu nome) que perdeu o esposo em ataque nazista, ficando ela com sete filhos pequenos para serem criados, teria sido prontamente atendida pela instituição de Darcy Vargas (*A Noite*, 6 jul. 1943, p. 8, 2. ed.).

Como a atuação da LBA era diversificada, a organização também criou uma campanha que alcançou grande repercussão em *A Noite*: as Hortas da Vitória. O projeto desenvolvido pela primeira dama foi apoiado entusiasticamente pelo vespertino que, tal como nas demais ações de Darcy, dedicava-lhe espaço privilegiado. A iniciativa consistia em incentivar e dar suporte material para a criação de hortas em residências, prédios públicos e privados e em terrenos subaproveitados. Em parceira com o SAPS (Serviço de Alimentação da Previdência Social), as Hortas da Vitória eram vistas pela LBA e por *A Noite* como parte da "Batalha da Produção", visando a melhorar a oferta de legumes, verduras e hortaliças para a população. De acordo com o jornal, a criação de hortas nos quintais dos brasileiros era uma forma de estar "[...] ajudando a derrotar os inimigos do Brasil" (*A Noite*, 28 jan. 1943, p. 8, 2. ed.). Um cartaz da campanha, publicado na capa do vespertino, trazia uma mulher empurrando um carrinho de mão repleto de legumes sob a chamada "O seu front de guerra... Principia no quintal". Ao fundo da personagem, uma placa de rua com propaganda de um soldado em ação. Reforçando a mensagem, o periódico inseriu uma reportagem sobre o cartaz com o título "Faça, também, a sua 'Horta da Vitória'" (Figura 46) (*A Noite*, 21 jul. 1944, p. 1-9, 2. ed.).

A ideia de se criar roçados coletivizados surgiu em setembro de 1942, momento em que a crise de abastecimento ainda não parecia dar sinais de trégua. Baseado nas *Victory Garden*´s nos Estados Unidos e Inglaterra, o projeto foi inicialmente intitulado "Plantai para a Vitória" - parceria da LBA com o Ministério da Agricultura - e

incentivava a população a ceder terrenos para que os “Monitores Agrícolas” (outra formação oferecida pela instituição) criassem hortas comunitárias pelo Brasil (*A Noite*, 22 set. 1942, p. 1-3, 2. ed.)[344].

As Hortas da Vitória tiveram rápida expansão pelo Brasil, com o envio de técnicos agrícolas para diversos estados (*A Noite*, 15 mar. 1943, p. 8, 2. ed.). Em pouco menos de um ano de projeto, o jornal informou em reportagem especial que a LBA estava “empenhada na Batalha da Produção” e que já havia colhido “toneladas” (sem especificar a quantidade) de alimentos produzidos coletivamente (*A Noite*, 19 set. 1943, p. 2, 1. ed.). Algumas plantações chegavam a ser conhecidas por homenagearem personalidades do Estado Novo, tal como a “Horta da Vitória Marcondes Filho”, canteiro verde localizado no Instituto Jacarepaguá (*A Noite*, 29 out. 1943, p. 2, 1. ed.).

Em meados de 1944, as Hortas da Vitória passaram a agregar a criação de aves, sobretudo galinhas. De acordo com o jornal, o projeto da primeira dama era tão bem-sucedido que acarretou no acúmulo de produtos de hortifrúti nas feiras e mercados da cidade (*A Noite*, 18 nov. 1943, p. 1-9, 2. ed.). Com a proliferação das plantações, a LBA sugeriu aos brasileiros que vendessem o excedente produzido como forma de melhorar a renda familiar (*A Noite*, 1 jun. 1944, p. 1-9, 2. ed.). A inovação foi louvada por *A Noite*, que considerou a medida uma saída para a crise de abastecimento, visto que “[...] sem impostos e sem intermediários, é de esperar que as hortaliças e os galináceos se tornem mais abundantes e sejam vendidos aos consumidores por preços mais acessíveis” (*A Noite*, 5 jun. 1944, p. 2, 1. ed.). O periódico incentivava os leitores a aderirem ao movimento da LBA, exortando-os: “Vamos criar galinhas!” (*A Noite*, 17 abr. 1944, p. 1, 2. ed.). As Hortas e Granjas da Vitória continuaram sua expansão até o fim da guerra, para serem extintas em janeiro de 1946, junto com o Serviço dos Clubes Agrícolas, setor da LBA responsável pela operação de introdução dessas plantações nos locais disponibilizados pela população (*A Noite*, 14 jan. 1946, p. 1, 2. ed.).

Por fim, as campanhas de mobilização civil foram marcadas por dois últimos elementos que assumiram grande importância para o jornal e para a economia de guerra: a mobilização econômica, caracterizada pelas “Batalhas” de produção

---

[344] A primeira Horta da Vitória foi instalada na Quinta da Boa Vista, Rio de Janeiro e contou com os primeiros Monitores Agrícolas formados pela LBA (*A Noite*, 23 fev. 1943, p. 1-3, 2. ed.). Para maiores informações sobre o projeto inicial, ver edições *A Noite*, 24 set. 1942, p. 1-3, 2. ed.; 1 out. 1942, p. 1-7, 2. ed. Sobre a influência estadunidense, ver *A Noite*, 11 fev. 1943, p. 1-3, 1. ed.

industrial, extrativa e agrícola; as campanhas de aquisição dos "Bônus de Guerra", marcadas pelo grande envolvimento do vespertino. A primeira "chamada" para a adaptação das forças econômicas para a guerra partiu, ao menos via *A Noite*, do então vice-presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, João Daudt de Oliveira, que em uma reunião da entidade, tomou a frente do governo, com muito cuidado, é claro, afirmando aos jornalistas que "[...] não devemos esperar, para agir, a palavra autorizada e patriótica do eminente chefe da Nação". A julgar pela fala de Daudt de Oliveira, o Estado Novo estaria demorando demasiadamente para começar a organizar a produção brasileira para a guerra. Sugerindo que indústria e comércio passassem a ter uma mentalidade de guerra - racionamento, racionalização da produção, controle de preços, investimentos e produção voltada para o esforço de guerra -, o capitalista considerou que o melhor modelo a ser seguido seria o dos EUA, país onde as forças produtivas haviam sido devidamente direcionadas pelo governo de Roosevelt (*A Noite*, 14 jan. 1942, p. 1-3, 2. ed.)[345].

Em contrapartida, o periódico comentou na coluna *Ecos e Novidades* que, na verdade, a mobilização sugerida por Daudt já havia sido prevista por Vargas em 1940: durante banquete em homenagem ao ditador na FIESP, em seu discurso, ele levantou a questão da mobilização econômica e civil, apontando caminhos para adaptar o país ao novo contexto bélico que se formava na época (*A Noite*, 28 mar. 1942, p. 2, 1. ed.). Aos olhos de *A Noite*, Getúlio era infalível em suas previsões; contudo, o Estado Novo ainda não havia tomado, pelo menos oficialmente, nenhuma atitude para liderar a mobilização da produção para a guerra.

O primeiro gesto do regime foi determinar que, nas empresas estatais e setores públicos ligados à defesa e produção, o período de trabalho dos servidores deveria ser estendido em duas horas (*A Noite*, 31 ago. 1942, p. 2, 2. ed.). Em 1944, por exemplo, o ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho, chegou a autorizar que o turno dos operários da Companhia Vale do Rio Doce passasse de oito para dez horas, sob a justificativa de ser um setor de "interesse da segurança nacional" (*A Noite*, 3 jan. 1944, p. 2, 2. ed.).

---

[345] Nelson Rockfeller declarou para a imprensa que o Brasil tinha que modificar sua produção e coloca-la a serviço da guerra. Ele via na parceria EUA-Brasil, que se formava, uma oportunidade para essa transformação, sendo possível a partir da construção de uma relação onde os EUA liderassem como detentor de capacidade técnica, e o Brasil, assumisse o papel de fornecedor de mão de obra e matérias primas para o esforço de guerra (*A Noite*, 4 set. 1942, p. 1-7, 2. ed.).

Anteriormente, o ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, havia sinalizado, através de uma ordem do dia nas comemorações do Dia do Soldado de 1942, que era urgente que todos brasileiros passassem a "trabalhar e produzir" mais (*A Noite*, 25 ago. 1942, p. 1, 1. ed.). O pronunciamento militar de Dutra não ficou restrito aos muros dos quartéis, mas foi amplamente comentado pelo vespertino que, inclusive, passou a publicar nas capas "ordens do dia" dos ministros militares (ver edições *A Noite*, 16 ago. 1942, p. 1, 1. ed.; 26 ago. 1942, p. 1, 2. ed.)[346].

Somente em setembro de 1942 - oito meses após o rompimento com o Eixo e um mês depois de o Brasil ter declarado guerra àqueles países -, a ditadura baixou o Decreto-Lei nº 4.750, de 28 de setembro de 1942, impondo a mobilização de todos os recursos econômicos do país, incluindo a "mobilização do trabalho humano". O decreto também extinguiu a Comissão de Defesa da Economia Nacional (CDEN) e suas atribuições passaram para a recém-criada Coordenação de Mobilização Econômica (CME), comandada por João Alberto (*A Noite*, 28 set. 1942, p. 1-3, 2. ed.). Esse personagem, inclusive, usou o espaço disponibilizado pelo jornal para publicar uma portaria que instruía as fábricas e comércios a aderirem à mobilização da produção para a guerra (*A Noite*, 21 nov. 1942, p. 1-7, 2. ed.).

Comentando o decreto-lei, *A Noite* considerou que ele vinha lembrar à população que o interesse da pátria deveria vir "acima de tudo" (*A Noite*, 25 nov. 1942, p. 3, 2. ed.). Seguindo a corrente, o jornalista Maciel Filho chegou a enumerar quais seriam os desafios de produção que o Brasil deveria enfrentar, chamando-os de "As 8 batalhas", representadas pelos produtos que, diga-se de passagem, eram de interesse da indústria bélica estadunidense: borracha, ferro, combustíveis, aço, óleos vegetais, cristais, mica e diamantes (*A Noite*, 29 dez. 1942, p. 3, 2. ed.). Anteriormente, o jornalista havia afirmado em sua coluna que "[...] só devemos pedir aos Estados Unidos o indispensável", sendo que, o restante, deveria ser obtido com o esforço de guerra promovido pelo própria população brasileira, seja nos campos, nas fábricas ou nas residências (*A Noite*, 14 out. 1942, p. 3, 2. ed.).

O periódico considerava que trabalhador não mobilizado (submisso às normas governamentais, em nome da guerra) era o mesmo que "desertor". Apertando o cerco

---

[346] Após o gesto dos militares, o regime autorizou a convocação de reservistas para as Forças Armadas, um primeiro sinal de mobilização militar (*A Noite*, 16 set. 1942, p. 1, 2. ed.). O vespertino chegou a associar as falas de Dutra e Daudt em dois artigos, classificando os discursos como um "alto momento de eloquência, sinceridade e patriotismo" (ver edições *A Noite*, 1 abr. 1943, p. 3, 2. ed.; 2 abr. 1943, p. 3, 2. ed.).

contra funcionários faltosos, o Governo Federal definiu que processos judiciais envolvendo "faltas injustificadas", sobretudo em setores da econômica considerados essenciais ao esforço de guerra, deveriam ser julgados pela Justiça Militar, um claro sinal de militarização da sociedade e do trabalho. Em entrevista ao jornal, o promotor Octávio Murgel de Rezende comentou a aplicação da "lei de deserção", o Decreto-Lei nº 4.937, de 9 de novembro de 1942, citando, inclusive, caso de um funcionário da Fundição Nacional que havia sido detido, e estava sendo processado pelo crime de deserção, por ter se ausentado do emprego por oito dias consecutivos (*A Noite*, 2 jun. 1943, p. 1-8, 2. ed.). Na entrevista de Washington Vaz de Mello, ministro da Justiça Militar, o jurista explicou ao repórter que, nas "indústrias de guerra", se o trabalhador fosse estrangeiro e faltasse por mais de oito dias sem justificativa, seria julgado pelo crime de sabotagem (*A Noite*, 3 jun. 1943, p. 1-8, 2. ed.).

Casos envolvendo o "crime de deserção" no ambiente fabril eram explorados pelo jornal como exemplos a serem evitados, procurando, acima de tudo, passar a ideia de que, em tempos de mobilização, não havia espaço para concessões: Geralda Silva, operária da Fábrica do Exército de Juiz de Fora, havia faltado por exatos oito dias sem justificar sua ausência, atitude que lhe rendeu um processo criminal militar (*A Noite*, 29 jun. 1943, p. 1-3, 1. ed.). Condenada, Geralda foi sentenciada a um ano de reclusão em regime fechado, transformando-se, segundo o jornal, na "primeira mulher a ser condenada por deserção" (*A Noite*, 8 set. 1943, p. 2, 1. ed.).

Nesse clima de mobilização total, a indústria paulista era considerada peça fundamental no esforço de guerra, vista como o "impulso máximo à produção brasileira" que se divulgava na época (*A Noite*, 18 set. 1942, p. 1-9, 2. ed.). *A Noite* chegou a chamar o estado de "gigantesca oficina ao serviço da guerra" (*A Noite*, 20 set. 1942, p. 1, 1. ed.) e, de acordo com o diretor do jornal, André Carrazzoni, São Paulo havia passado por uma "conversão": de indústria da paz para a indústria da guerra (*A Noite*, 27 jan. 1943, p. 3, 2. ed.).

Entretanto, nem tudo eram rosas no Estado Novo: em sua coluna, Maciel Filho ironizou os pedidos e reclamações de industriais ligados à FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) relacionados a escassez de matérias primas para a indústria bandeirante. O autor rebateu as queixas dos empresários afirmando que eles "deviam dar graças a deus" de terem liberdade de produção e que, afinal de contas, no Brasil não havia guerra, diferentemente do que ocorria na Europa (*A Noite*, 19 fev. 1943, p. 3, 2. ed.). O comentário do jornalista denota uma insatisfação das elites industriais com entraves econômicos da própria política de mobilização que,

concentrada na produção de itens importantes para a guerra, deixava de contemplar setores considerados relevantes para os capitalistas. Na prática, essa política, sob influência estadunidense, privilegiava a exportação de matérias primas para os EUA, ou de industrializados com pouco valor agregado, em detrimento dos investimentos na indústria nacional que, sob a ótica da FIESP, queria dizer paulista[347].

O próprio Coordenador da CME, João Alberto, após voltar de viagem oficial aos EUA, declarou aos jornalistas que o potencial industrial brasileiro estaria sendo subaproveitado pelo governo estadunidense. Segundo o ministro, o interesse dos Estados Unidos voltado exclusivamente às matérias primas brasileiras era um erro tático, pois colocava em risco a segurança de toda cadeia produtiva de guerra formada naquele país. A sugestão do Coordenador era a de que o parceiro comercial do Brasil repassasse parte do processo produtivo, atitude pouco provável, pois "[...] os americanos confiam demais em sua própria produção" (*A Noite*, 27 jan. 1943, p. 1, 1. ed.).

Dentre as "Batalhas" citadas por *A Noite*, a "Batalha da Borracha" foi a mais comentada pelo periódico. Com pesado investimento humano e material, o regime deslocou milhares de trabalhadores para os seringais na região Norte do país, os chamados "soldados da borracha", enfrentando condições de vida muito ruins. O Estado Novo instituiu, inclusive, o "Mês da Borracha", período que incentivava o aumento da produção nos seringais e que deu início às campanhas de arrecadação de borracha usada junto à população, formando, desta maneira, as primeiras "pirâmides de borracha"[348].

Outra maneira encontrada pelo Estado Novo para incentivar a população a "colaborar" com o esforço de guerra foi a criação de títulos do tesouro, as "obrigações de guerra", e de títulos de capitalização, os "bônus de guerra". Os primeiros eram letras públicas que tinham rendimento de apenas seis porcento ao ano, e só poderiam ser resgatadas com o término do conflito mundial ou quando a ditadura as

---

[347] Apresentando uma visão simplista do problema do racionamento, o jornalista Maciel Filho considerou que a alta de preços de gêneros alimentícios poderia ser vencida facilmente com o aumento da produção. Para o colunista de *A Noite*, enquanto o regime coordenava as forças produtivas, a população deveria "produzir, produzir e produzir" (*A Noite*, 27 fev. 1943, p. 3, 2. ed.).

[348] Para maiores informações acerca da produção jornalística sobre a Batalha da Borracha, ver edições *A Noite*, 14 dez. 1942, p. 1-2, 2. ed.; 29 dez. 1942, p. 1-2, 2. ed.; 7 jan. 1943, p. 1, 1. ed.; 8 jan. 1943, p. 3, 2. ed.; 24 jan. 1943, p. 3, 1. ed.; 19 mar. 1943, p. 2, 2. ed.; 3 abr. 1943, p. 1, 2. ed.; 13 maio 1943, p. 1-3, 2. ed.; 1 jun. 1943, p. 1-3, 1. ed.; 17 jun. 1943, p. 1, 2. ed.; 22 jun. 1943, p. 1-3, 1. ed.; 1 jul. 1943, p. 4, 2. ed.; 1 jul. 1943, p. 1, 2. ed.; 3 jul. 1943, p. 7, 2. ed.; 5 jul. 1943, p. 5, 1. ed.; 6 jul. 1943, p. 1-2, 2. ed.; 11 jul. 1943, p. 2, 1. ed.; 14 jul. 1943, p. 1-7, 2. ed.; 15 jul. 1943, p. 1-2, 2. ed.; 17 jul. 1943, p. 2, 1. ed.; 20 jul. 1943, p. 1-3, 1. ed.; 10 out. 1943, p. 4, 1. ed.;

disponibilizasse para saque. Levavam esse título porque sua aquisição era obrigatória para Pessoas Físicas (PF) que recolhiam Imposto de Renda (IR), sendo descontadas diretamente da folha de pagamento; já os segundos tinham o mesmo objetivo, contudo eram classificados como títulos de capitalização pois eram adquiridos espontaneamente pelos interessados. Não tardou para o Estado Novo passar a chamar as duas modalidades de apenas “bônus”, retirando, desta maneira, o sentido de obrigatoriedade que as primeiras possuíam. Em declaração ao jornal, Arthur da Souza Costa, ministro da pasta da Fazenda, afirmou que a medida visava a financiar o esforço de guerra sem que o Estado tivesse que criar novos impostos, o que oneraria ainda mais a carga tributária brasileira (*A Noite*, 7 out. 1942, p. 1-3, 1. ed.)[349].

No entanto, a introdução desses tributos disfarçados não foi bem aceita pela população, obrigando o governo a organizar uma reunião na Agência Nacional (AN) para explicar a um batalhão de jornalistas as regras das “obrigações”, ou melhor, dos “bônus de guerra”. Durante os debates, os representantes dos jornais foram cobrados pela AN de terem uma “unidade na abordagem” jornalística sobre o tema – claro eufemismo para censura -, uma vez que a confusão causada pelo novo “tributo” exigia da imprensa maior “colaboração” (*A Noite*, 12 out. 1942, p. 1, 2. ed.). Rapidamente, *A Noite* saiu em defesa da nova medida e acalmou os leitores, reforçando a importância de se colaborar com o governo pois a “contribuição” era um duplo investimento: pessoal e cívico (*A Noite*, 14 out. 1942, p. 2, 1. ed.).

Os contribuintes não tiveram que esperar o fim da guerra para poderem sacar seus “investimentos”: o primeiro lote foi disponibilizado em janeiro de 1943, para apenas três mil e seiscentos “convocados” (*A Noite*, 5 jan. 1943, p. 1-3, 1. ed.). A liberação dos créditos era morosa e o pagamento dos juros nem sempre realizados na mesma data de resgate: o segundo lote, por exemplo, foi liberado em maio de 1943, entretanto, o pagamento dos rendimentos ficou somente para agosto (*A Noite*, 3 maio 1943, p. 1-8, 2. ed.).

Era necessária uma campanha de esclarecimento e incentivo para alavancar as vendas dos bônus de guerra e *A Noite* assumiu como sua a tarefa de encabeçar a iniciativa: em manchetes, reportagens, notícias e propagandas, o periódico procurou divulgar a venda desses títulos cotidianamente, associando o ato de comprar bônus a

---

[349] O jornal escalou figuras de peso para defenderem o “bônus”: entrevistou Roberto Simonsen, presidente da FIESP, que elogiou grandemente a medida, e convocou o colunista Maciel Filho para explicar detalhadamente o funcionamento do título público (ver, respectivamente, edições *A Noite*, 14 out. 1942, p. 1, 2. ed.; 29 out. 1942, p. 3, 2. ed.).

um gesto de patriotismo. Assim que o regime liberou a venda desses papéis, o jornal enviou uma equipe de reportagem para a porta da agência central da Caixa Econômica Federal, centro do Rio de Janeiro, para colher impressões dos primeiros compradores: engajados na mobilização econômica, todos apresentaram ao repórter os seus melhores elogios à medida (*A Noite*, 11 nov. 1942, p. 1-3, 2. ed.).

Nos primeiros meses de campanha, além do apoio midiático da *Empresa A Noite* – a *Rádio Nacional* e demais órgãos de comunicação do grupo também propagandeavam a venda de bônus -, o regime pode contar com o auxílio da União Nacional dos Estudantes (UNE): convidado para visitar a Casa do Estudante, Souza Costa, ministro da Fazenda, fechou um acordo para que a entidade realizasse a compra coletiva dos títulos (*A Noite*, 7 nov. 1942, p. 1-2, 2. ed.), lançando, inclusive, uma campanha interna incentivando os estudantes a colaborarem com o regime adquirindo os bônus de guerra (*A Noite*, 24 dez. 1942, p. 1-9, 1. ed.). O relacionamento entre a UNE e o Ministério da Fazenda era profícuo: a pasta atendeu a pedido da instituição estudantil que solicitava o fim do desconto aplicado em casos de resgate antecipado. Em contrapartida, a UNE se comprometeu a estimular que estudantes vendessem bônus de guerra para a população (*A Noite*, 3 jan. 1943, p. 8, 1. ed.). O primeiro ato da entidade foi promover uma "passeata pró-bônus de guerra", quando discursaram figuras como Gustavo Capanema, Oswaldo Aranha, Souza Costa e Henrique Dosdworth (*A Noite*, 28 jan. 1943, p. 1-3, 1. ed.)[350].

A campanha de venda de bônus de guerra estava iniciada: Carmen Miranda, por exemplo, prometeu ao correspondente de *A Noite* nos EUA que viria ao país para nova turnê e para vender bônus de guerra (*A Noite*, 11 nov. 1942, p. 1-7, 2. ed.). A LBA, por sua vez, informou ao jornal que havia adquirido títulos de guerra com o dinheiro arrecadado da festa beneficente "Natal da Vitória" (*A Noite*, 21 jan. 1943, p. 2, 1. ed.), evento que, inclusive, contou com uma "barraquinha" do Ministério da Fazenda que vendeu bônus aos convidados (*A Noite*, 26 dez. 1942, p. 1-2, 1. ed.). Periodicamente, o jornal informava as cifras obtidas com a venda dos bônus, uma maneira de afirmar que o aumento constante da arrecadação comprovava o sucesso

---

[350] Em entrevista ao jornal, Hélio de Almeida, presidente da UNE, informou que a entidade pretendia expandir a campanha pró-bônus de guerra para os estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná (*A Noite*, 20 mar. 1943, p. 1-2, 2. ed.).

da campanha, sobretudo, que a população estava engajada na mobilização econômica (*A Noite*, 9 jan. 1943, p. 1, 2. ed.)[351].

Também havia "patriotas" mais exibicionistas: empresas, pessoas e entidades faziam questão de informar ao jornal, que lhes cedia orgulhosamente espaço, sobre seus métodos de colaboração com o esforço de guerra; banqueiros da Capital Federal anunciaram que iniciariam campanhas internas em suas instituições (*A Noite*, 22 maio 1943, p. 1-3, 2. ed.); a Companhia Sulamérica Seguros – que era presidida, inclusive, pelo ex-diretor de *A Noite*, J. E. de Macedo Soares - anunciou a subscrição de mais de quatro milhões de cruzeiros em bônus (*A Noite*, 1 jul. 1943, p. 3, 1. ed.); já o Sindicato dos Lojistas do Rio de Janeiro foi mais modesto em seu patriotismo, reservando cinquenta mil cruzeiros para compra do título público de capitalização (*A Noite*, 21 jul. 1943, p. 1, 2. ed.).

Por outro lado, tratando-se de uma campanha, a inserção de propagandas no jornal procurava fomentar ainda mais a venda dos bônus de guerra. As agências de publicidade e as empresas, procurando mostrar seu lado "patriótico", criaram anúncios que relacionavam a aquisição dos bônus com seus produtos. Em uma única peça publicitária, acreditavam estar cumprindo seu "dever cívico" e, ainda por cima, aproveitavam para publicizarem suas marcas: a companhia de tabaco Souza Cruz, por exemplo, trazia em sua propaganda um "V", da vitória Aliada, formado por dois cigarros da marca Continental sob a inscrição "Auxilie a Pátria comprando bônus de guerra" (Figura 47) (*A Noite*, 19 maio 1943, p. 4, 1. ed.). A propaganda do Banco Borges, numa clara confusão sobre a diferença entre "obrigações" e "bônus de guerra", afirmou que "Comprar 'obrigações de guerra' é ferir o inimigo e consolidar o patrimônio familiar" (*A Noite*, 6 jun. 1943, p. 9, 2. ed.). Parafraseando conhecida passagem bíblica, o anúncio do Banco de Crédito Pessoal preferiu colocar em xeque o patriotismo do leitor: "Dize quantos bônus de guerra tens e direi quantos vales como brasileiro" (*A Noite*, 11 out. 1943, p. 5, 1. ed.).

Para incrementar o movimento pró-bônus de guerra, o Ministério da Fazenda publicou um edital para escolher o cartaz oficial da campanha; no entanto, o processo de seleção foi marcado por um ligeiro escândalo de plágio (*A Noite*, 8 jun. 1943, p. 5,

---

[351] Por exemplo, em menos de cinco dias, o jornal afirmou que a arrecadação do bônus havia passado de vinte e sete para mais de centro e oitenta milhões de cruzeiros, um salto, no mínimo, considerável. No início de fevereiro, o periódico já falava em "mais de duzentos milhões de cruzeiros" oriundos da venda dos títulos (ver edições *A Noite*, 9 jan. 1943, p. 1, 2. ed.; 15 jan. 1943, p. 1, 2. ed.; 5 fev. 1943, p. 1-2, 2. ed.).

2. ed.). Selecionados os três finalistas, as obras tinham algo em comum: apelavam para a compra de bônus se valendo de temáticas macabras - um soldado morto, um indivíduo se afogando e um ferido de guerra, respectivamente, primeiro, segundo e terceiro lugares (Figura 48) (*A Noite*, 30 jun. 1943, p. 1-3, 1. ed.). O ganhador do concurso foi desmascarado no mesmo dia em que o jornal publicou o resultado, sendo obrigado a admitir que havia plagiado o desenho de uma propaganda de guerra estadunidense. Como se a situação não fosse das piores, após deliberação da comissão julgadora, chegou-se à conclusão que o segundo e terceiro cartazes também haviam sido plagiados (*A Noite*, 30 jun. 1943, p. 1, 2. ed.).

Um mês depois do episódio, um novo concurso foi aberto (*A Noite*, 3 jul. 1943, p. 1-2, 2. ed.), desta vez, a comissão julgadora foi chefiada por Dutra de Menezes, então diretor geral do DIP, numa clara deliberação do regime em controlar melhor o processo (*A Noite*, 26 jul. 1943, p. 7, 1. ed.). Dois dias depois de reunida, a banca escolheu o cartaz intitulado "Isso não se esquece!" - ilustrado por navio brasileiro afundando enquanto tubarões circundavam a embarcação -, abaixo da gravura, o incentivo: "Para a vitória, compre bônus de guerra" (Figura 49) (*A Noite*, 28 jul. 1943, p. 1-2, 1. ed.).

O grupo *Empresa A Noite* também colaborou com a campanha do bônus de guerra: a *Editora A Noite* publicou o livro de J. L. de Campos, *Das obrigações de guerra*, sobre a relevância cívica das contribuições para o esforço de guerra (*A Noite*, 22 jul. 1943, p. 6, 2. ed.). O periódico, por sua vez, produzia reportagens especiais sobre como eram confeccionados os títulos de capitalização na Casa da Moeda (*A Noite*, 4 jul. 1943, p. 1, 1. ed.) ou sobre a realização de festividades promovidas pela Caixa de Amortização para a venda "massiva de bônus" (*A Noite*, 16 ago. 1943, p. 1-4, 2. ed.).

Nesse sentido, verificamos que havia um deliberado esforço comunicacional de *A Noite* no sentido de propagandear essas campanhas em prol do esforço de guerra. É de se supor que a sociedade civil se mobilizou para resolução de problemas de seu cotidiano que eram, em grande parte, ocasionados pelo conflito mundial, mas também, é válido ressaltar que o regime contou com *A Noite* como um aliado de peso no campo comunicacional. O periódico além de ceder amplo espaço em suas páginas para veicular as campanhas de mobilização civil - que constituíam parte do projeto de comunicação social do Estado Novo -, também se preocupou em promover ações que colaborassem tanto com esses movimentos tidos por "espontâneos" quanto com a ditadura. Dentro desse projeto, um outro elemento se mostrou necessário para ser

abordado pelo vespertino em sua cruzada comunicacional: a mobilização militar e a participação da Força Aérea Brasileira (FAB) e da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Frente Ocidental Europeia.

4.3 *A Noite*, uma "Madrinha do Soldado Combatente": a campanha pró-FEB e a atuação do Brasil na Segunda Guerra Mundial

A participação brasileira na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) envolveu de modo significativo o jornal *A Noite* nos processos de mobilização militar colocados em prática pela ditadura estadonovista. Nesse sentido, a saída de um ambiente de aparente neutralidade brasileira para um contexto de preparação militar - e civil, conforme tratamos no item anterior -, bem como a efetiva colaboração brasileira com os exércitos Aliados e o envio de tropas para o "teatro de operações", podem ser divididas em duas fases distintas, mas igualmente importantes, que definiram o período de 1942 a 1945.

A primeira fase, a qual chamaremos de "fase de mobilização militar", estende-se de agosto de 1942 a julho de 1943 e foi assinalada pela preparação bélica, técnica, psicológica e de recursos humanos que antecedeu o efetivo trabalho de cooperação militar nos campos de batalha da Europa. Durante esse período, foi decretado o Estado de Guerra contra a Alemanha e Itália – o Brasil só declarou guerra ao Japão quando o conflito já estava em vias de acabar, em junho de 1945 -, que determinou, sobretudo, a aplicação de legislação específica, prevista na Constituição de 1937, que regeu esse processo de preparação militar e simbólica para a guerra.

É durante essa fase que a ditadura iniciou o processo de modernização das Forças Armadas, especialmente do Exército Brasileiro, que contou com largo auxílio estadunidense, promovendo os preparativos bélicos materiais necessários para a concorrência dos militares brasileiros na nova realidade geopolítica que se abria ao país. Do mesmo modo, o regime buscou iniciar campanhas, veiculadas por *A Noite*, que incentivavam não apenas a colaboração civil no esforço de guerra, mas igualmente, que influenciassem a atuação direta, sobretudo dos homens, no movimento de mobilização de recursos humanos para as fileiras das Forças Armadas, convocando para isso reservistas, oficiais da reserva e voluntários que atuariam na defesa do território nacional e, posteriormente, nas tropas da FAB e FEB na Frente Ocidental Aliada.

Durante esse período preparatório, verificamos que o jornal *A Noite* se engajou em uma batalha comunicacional que valorizava as ações do Governo Federal na modernização das Forças Armadas, na preparação técnico-militar das tropas e no incentivo ao recrutamento de reservistas, veiculando extenso material jornalístico que objetivava formar um ambiente propício para a formação de um comprometimento subjetivo da população na defesa nacional. Valendo-se de elementos simbólicos de caráter nacionalista, o Estado Novo estendeu a toda a sociedade o compromisso cívico de participação no esforço de guerra, consolidando, desta maneira, amplo projeto de militarização da sociedade que, a grosso modo, enxergava em cada cidadão um potencial soldado.

Também é nesse momento que ocorreram os primeiros embates da Marinha do Brasil e da Força Aérea Brasileira (FAB) contra embarcações pertencentes aos países beligerantes que atuavam no Oceano Atlântico Sul. A chamada “Defesa do Atlântico”, projeto de patrulhamento ostensivo do litoral brasileiro realizado pelas duas armas, pode ser considerada a antessala da Força Expedicionária Brasileira (FEB): antes do envio de tropas regulares à Europa, o regime teve primeiro que lidar com a investida dos submarinos, sobretudo nazistas, contra embarcações mercantes, brasileiras e aliadas, que chegavam aos e zarpavam dos portos nacionais, procurando assegurar a segurança das matérias primas e produtos industrializados destinados ao esforço de guerra dos Aliados. Nesse sentido, a intensificação dessa campanha de defesa interna deu vazão para a formatação de um sentimento de necessidade de participação direta brasileira no front europeu, levando ao início da segunda fase da participação direta do país no conflito bélico mundial.

Essa segunda fase, que se estende de julho de 1943 a outubro de 1945, é delimitada pela preparação militar da FEB, seu envio e participação na guerra, tendo o seu fechamento com o fim do Estado Novo e o repatriamento das tropas brasileiras com o fim do conflito em solo europeu. Durante esse período, verificamos que a aproximação Brasil-EUA não se deu apenas no campo militar, mas, sobretudo, no campo econômico e cultural, momento este em que o regime se aproveitou da nova aliança, e vice-versa, para equipar suas Forças Armadas e, ao mesmo tempo, assegurar a concorrência brasileira com tropas regulares da FEB ao lado dos exércitos Aliados.

Por outro lado, o periódico *A Noite* criou uma narrativa de guerra que legitimava não apenas a relevância da colaboração nacional no front, mas, especialmente, a necessidade de união em torno da ditadura para que a vitória dos Aliados fosse

possível. Procurou-se propagar a noção de que o sucesso da FEB nos campos de batalha dependia diretamente do apoio irrestrito da população ao regime: em uma nação que se pretendia mobilizada, ir contra o Estado Novo era considerado ato de traição ou, no mínimo, de sabotagem, justificando-se, assim, ações repressivas contra a própria população sob a alegação da vigência do Estado de Guerra. É nesse contexto que o jornal desempenhou papel relevante na defesa do regime através da cotidianidade da notícia, buscando, acima de tudo, legitimá-lo interna e externamente por meio de uma campanha que associava a participação militar brasileira no conflito mundial como sinônimo de força política, e bélica, do Estado Novo.

Nesse sentido, por meio do Decreto-Lei nº 10.358, de 31 de agosto de 1942, determinou que, a partir daquela data, a nação se encontrava em Estado de Guerra, ou seja, além de efetivar o rompimento político-diplomático com a Alemanha e Itália, o regime impunha legislação especial no território a fim de salvaguardar "[...] a estrutura das instituições, a segurança do Estado e dos cidadãos", atribuindo à Justiça Militar a competência de julgar crimes que colocassem em risco a segurança nacional (*A Noite*, 31 ago. 1942, p. 1-2, 2. ed.). No plano interno, procurou-se assegurar à ditadura um ambiente favorável para sua atuação no conflito mundial, aproveitando, consequentemente, para expurgar elementos considerados contrários à mobilização civil e militar que se iniciava. Já no plano externo, o Estado de Guerra foi precedido pela promulgação do Estado de Beligerância com Alemanha e Itália através do Decreto-Lei nº 3.361, de 22 de agosto de 1942, acordado após reunião ministerial convocada por Vargas e que consolidou o rompimento das relações diplomáticas brasileiras com os países que compunham o Eixo, realizado em janeiro daquele mesmo ano (*A Noite*, 22 ago. 1942, p. 1, edição extra)[352].

O primeiro passo dado pela ditadura após decretar Estado de Guerra foi iniciar o processo de mobilização militar, tarefa que exigia do governo a coordenação nacional de recursos materiais e humanos[353]. Por outro lado, tornou-se fundamental

---

[352] Ao retornar da Inglaterra após atuar como correspondente internacional da *Empresa A Noite*, Jorge Maia, também colunista de *A Noite* e diretor da Agência Nacional, declarou aos colegas de imprensa que "Churchill pulou de alegria ao saber da entrada do Brasil na Guerra" (*A Noite*, 15 nov. 1942, p. 1-2, 1. ed.). O Estado de Guerra durou até novembro de 1945, finalizado através de Decreto-Lei assinado pelo presidente da República interino José Linhares (*A Noite*, 15 nov. 1945, p. 1, 1. ed.).

[353] Para garantir relativa estabilidade financeira durante a prestação de serviço militar, o regime impôs a obrigatoriedade do pagamento de cinquenta porcento do salário de trabalhadores, com registro em CLT, que foram convocados para a guerra (*A Noite*, 3 nov. 1942, p. 1-2, 2. ed.). Essa medida, impopular no meio capitalista, também denota a existência de um acordo firmado entre Estado e empresários para dividirem os gastos com os convocados, visto que, o soldo brasileiro era extremamente baixo na época.

criar um sistema de comunicabilidade eficaz que pudesse auxiliar o regime em sua missão mobilizadora, atribuição repassada à imprensa e que *A Noite* soube desempenhar com desenvoltura. De acordo com o colunista do periódico Heitor Moniz, os brasileiros tinham o "dever pátrio" de olhar "com destemor o futuro" pois, no fim das contas, o presidente havia se comprometido em ganhar a guerra e Getúlio, como de costume, não faltava com sua palavra (*A Noite*, 7 jan. 1943, p. 7, 2. ed.).

Na época, as Forças Armadas não dispunham de grande efetivo operacional, sobretudo humano, obrigando a ditadura a iniciar o alistamento de reservistas, ação precedida pelas campanhas de incentivo ao recrutamento voluntário. Sete dias antes do Governo Federal decretar o Estado de Guerra, o vespertino noticiou a presença massiva de jovens nos guichês do Ministério da Guerra durante a abertura das inscrições para reservistas voluntários (*A Noite*, 24 ago. 1942, p. 1, 2. ed.).

Outra informação que evidencia o início da mobilização antes mesmo da formalização do Estado de Guerra consistiu na publicação da "ordem do dia" lida por Durval de Oliveira Teixeira, Comandante Chefe da Armada: o rito militar apresentou a marinheiros, oficiais e jornalistas a esquadra que iria compor o sistema de defesa da costa brasileira (*A Noite*, 30 ago. 1942, p. 1, 1. ed.). Durante manifestação de marítimos em frente ao Palácio Guanabara, Vargas garantiu, inclusive, que a segurança da frota dos navios mercantes brasileiros seria, em muito breve, garantida por Marinha e Aeronáutica brasileiras sob auxílio da *US Air Force*, assegurando também que os ataques promovidos pelo Eixo às embarcações no Atlântico Sul cessariam depois dessas ações (*A Noite*, 21 ago. 1942, p. 1-3, 1. ed.). Mas antes da aplicação de qualquer plano de contra-ataque, era preciso primeiro reorganizar as Forças Armadas, providência que se deu de duas maneiras: através da convocação militar, obrigatória e voluntária, e pelo melhoramento técnico-bélico da Marinha, do Exército e da recém-criada Aeronáutica.

O artigo 164 da Constituição Federal de 1937 definia como obrigatória a prestação do Serviço Militar para os homens, portanto, era de se esperar que o Estado Novo se valesse dessa prerrogativa para dar início à reorganização de seus recursos humanos militares (BRASIL, 1937). Na primeira cerimônia de juramento à bandeira realizada na Capital Federal, o jornal anunciou que mais de oito mil jovens foram incorporados ao Exército Brasileiro, evento presidido por Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, e que contou com discurso de Francisco Campos, na época, ministro da Justiça (*A Noite*, 12 out. 1942, p. 1-3, 1. ed.). É nesse ambiente que o regime passou a reestruturar o modo como as comemorações do Dia do Reservista,

16 de dezembro, era sugerido até aquele momento pois a data também significava uma oportunidade para fortalecer os discursos pró-alistamento militar (*A Noite*, 16 dez. 1942, p. 1, 1. ed.).

As notícias, via de regra, procuravam passar uma distorcida noção ao leitor de que, embora fosse obrigatório, o Serviço Militar assumia ares de voluntariado: na coluna *Ecos e Novidades*, por exemplo, o jornal defendeu que a obrigatoriedade do alistamento era uma "força de integração" da própria nação (*A Noite*, 16 dez. 1942, p. 2, 1. ed.). André Carrazzoni comentou que os reservistas "[...] ficam em atitude de mobilização psicológica, como se estivessem em marcha para as linhas de batalhas, oferecendo o anteparo dos peitos varonis às armas da agressão estrangeira". Abaixo da coluna de Carrazzoni, J. S. Maciel Filho também teceu largos elogios à organização do evento, afirmando que era "[...] uma grande satisfação para todos os brasileiros que podem, assim, verificar como em poucas horas os organismos da defesa nacional são capazes de reunir elemento para qualquer emergência. Evoluímos muito" (*A Noite*, 16 dez. 1942, p. 3, 2. ed.).

Mas não bastava tão somente o alistamento em massa, era preciso, acima de tudo, que se passasse a ideia de que esses jovens possuíam naturalmente a destreza e a dedicação como pré-requisitos para o Serviço Militar: uma reportagem sobre o Batalhão Escola do Rio de Janeiro, por exemplo, ressaltou o "arrojo" - verificado pelos oficiais - dos recrutas recém-convocados (*A Noite*, 27 mar. 1943, p. 1-3, 2. ed.). Do mesmo modo, *A Noite* enfatizou o desprendimento dos recrutas voluntários: na Bahia, o periódico noticiou a formação dos "Legionários da Morte", um grupo de candidatos voluntários que reiteraram para a Junta de Alistamento Militar sua vontade de serem mandados prontamente para lutarem na linha de frente (*A Noite*, 10 out. 1942, p. 1-7, 2. ed.).

Oficialmente, as inscrições para os reservistas voluntários só foram abertas em junho de 1943. Nessa mesma ocasião, o Estado Novo inventou o "mês do voluntário", período de chamamento de homens que estivessem na faixa etária dos 21 aos 26 anos, perfil procurado pelos recrutadores das Forças Armadas (*A Noite*, 25 jun. 1943, p. 1, 2. ed.). Quando os primeiros jovens se alistaram, o vespertino expôs na capa uma fotografia de moços, defronte ao Ministério da Guerra, acenando para a câmera e gesticulando o "V" da vitória Aliada (Figura 50). Através desta imagem, buscava-se passar a ideia de que, naquele momento, o desprendimento individual, atitude louvada e incentivada pela ditadura, dominava o clima nos dias de alistamento militar. A notícia ainda destacou o comparecimento de rapazes vindos "de todos os estados" do país –

protocolo narrativo usado com a pretensão de se veicular a noção de "união nacional". Todos, sem exceções, não escondiam em seus rostos o "entusiasmo de seguirem para o front" o quanto antes. A imagem trazia inéditos sentidos sobre a própria guerra, justamente, por servir a um novo propósito: alistar-se nas Forças Armadas era motivo de comemoração, e a guerra, por hora distante da realidade juvenil, havia sido transformada em festa (*A Noite*, 1 jul. 1943, p. 1-8, 2. ed.).

Os reservistas, voluntários e militares de carreira eram apresentados como indivíduos que colocavam os interesses coletivos acima dos particulares. Segundo a ótica do vespertino, esses homens demonstravam seu compromisso cívico de modo contundente: eram os "brasileiros que não aguentaram esperar" a convocação das Forças Armadas e, por possuírem dupla cidadania - geralmente brasileira-europeia -, voluntariavam-se para servirem em tropas estrangeiras que estavam atuando no conflito – em ambos os polos beligerantes, importante acentuar.

As narrativas construídas sobre o engajamento desses jovens nos exércitos Aliados buscavam inspirar os recrutas aqui no Brasil, ou melhor, os intitulados "bons brasileiros": o gaúcho Alberto Miller, por exemplo, deixou a capital gaúcha para se juntar ao Exército Inglês no Egito. Seu nível de comprometimento com a causa Aliada era tamanho a ponto de declarar ao repórter que a guerra não o afetava subjetivamente, mas "[...] a única coisa que incomoda são os mosquitos", um problema facilmente contornável se comparado aos ganhos advindos com as conquistas no campo de batalha (*A Noite*, 21 out. 1942, p. 1-2, 2. ed.). No entanto, esse comprometimento não era unânime nem dentro das próprias Forças Armadas, tal como pode ser demonstrado no "gesto espartano" de D. Regina Carolina Rosita Nogueira, que denunciou o próprio filho, o cabo do Exército Ivan Nogueira, por ele ter tentado desertar (*A Noite*, 10 jul. 1944, p. 1-2, 2. ed.).

A ditadura também esperava se autolegitimar internacionalmente através da participação das Forças Armadas no conflito mundial e, para que isso ocorresse, era essencial que as "três armas" passassem por um processo de modernização. No entanto, o Governo Federal não tinha condições técnicas e financeiras para equipar os militares, recorrendo a negociações de cooperação econômica e bélica firmada com os EUA através dos "Acordos de Washington". A transação entre os dois países consistia no fornecimento de equipamentos militares ao Brasil e na concessão de empréstimos – boa parte empregado na construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Em troca, o governo estadunidense se comprometia com a compra de produtos primários e de alguns itens manufaturados para sua indústria de guerra.

Os acordos foram acompanhados por *A Noite*, vendo-os como uma possibilidade de estabelecimento de duradouras negociações econômicas com os parceiros estadunidenses: uma manchete, por exemplo, anunciou que os EUA “compram tudo e pagam logo”, sobretudo, assumindo a aquisição de “toda a safra” de castanha, cacau e couro, sem contar, as dez milhões de sacas de café (*A Noite*, 12 set. 1942, p. 1-3, 2. ed.). Com a consolidação dos “Acordos de Washington”, durante viagem de Valentim Bouças – ex-diretor da emissora de ondas curtas da *Rádio Nacional* - aos EUA em 1944, outro lado dessas negociações bilaterais estava começando a se delinear: o grupo Monsanto, por exemplo, se acomodou na Bahia com direito a empréstimo do Banco Brasileiro no valor de oito milhões de cruzeiros (*A Noite*, 6 mar. 1944, p. 1, 1. ed.); a construção da fábrica da Gilette no Rio de Janeiro foi motivo de orgulho para o periódico, pois ela iria contribuir “[...] para o desenvolvimento do nosso parque industrial” (*A Noite*, 26 nov. 1943, p. 1-3, 1. ed.).

Desta maneira, o Estado Novo, facilitou e incentivou a vinda de empresas multinacionais, sobretudo, estadunidenses. Entretanto, o discurso oficial, veiculado também no jornal, procurava afirmar que o processo de intensificar a industrialização brasileira era obra exclusiva do regime e não decorrência da guerra e da injeção de capitais estadunidenses: Waldemar Sarmanho, Conselheiro da Embaixada do Brasil em Nova York, declarou que a indústria de base nacional “já estava planejada” antes mesmo da guerra começar, uma estratégia comunicacional do regime em se transformar em protagonista da reestruturação econômica que estava ocorrendo (*A Noite*, 4 mar. 1944, p. 1-2, 1. ed.).

Os primeiros equipamentos bélicos fornecidos pelos EUA foram destinados à Marinha do Brasil: dois “caça submarinos”, embarcações que seriam empregadas no sistema de patrulhamento do Oceano Atlântico Sul e, diferentemente do que pudesse se supor, os estadunidenses disponibilizaram navios de segunda mão, realizando, tão somente, a troca de suas bandeiras (*A Noite*, 3 out. 1942, p. 1-2, 2. ed.)[354]. Por outro lado, o regime providenciou sua própria modernização militar, iniciada com o lançamento ao mar da converta caça-submarinos “Fernandes Vieira”, um dos primeiros armamentos do gênero produzidos no país. Aristides Guilhem, ministro da Marinha, ressaltou em seu discurso que a defesa dos mares do Atlântico Sul colocava

---

[354] Em 1943, o sistema de patrulhamento do Atlântico chegou a contar com o auxílio do dirigível dos EUA “Blinde”. *A Noite* obteve uma entrevista exclusiva com o comandante da aeronave (*A Noite*, 16 nov. 1943, p. 1-3, 1. ed.).

o Brasil como protagonista no conflito bélico na região, medida que asseguraria a movimentação de navios mercantes entre as Américas (*A Noite*, 11 out. 1942, p. 1-3, 1. ed.).

Além da Marinha de Guerra, o Estado Novo focou no reequipamento do Exército, visto pelos comandantes militares como um setor que carecia de atenção governamental. O primeiro passo dado nessa direção foi criar um discurso jornalístico que mostrasse para o público o comprometimento do Estado na questão: na capa da edição que noticiou a abertura da segunda frente de batalha na África Ocidental Francesa, sob o comando do general Eisenhower, também informou a visita de Vargas aos Estabelecimentos Marechal Mallet, instituição incorporada às Forças Armadas e que objetivava a produção, o reparo e o armazenamento de materiais bélicos (*A Noite*, 8 nov. 1942, p. 1-3, 1. ed.).

A Noite, por sua vez, produziu reportagem especial, publicada na capa do Suplemento Dominical, sobre a inauguração dessas instalações por Vargas, realizada justamente no feriado do *10 de novembro*. Em seu pronunciamento, o ditador reafirmou seu compromisso com a modernização das Forças Armadas, apontando, além do mais, o engajamento brasileiro com a causa Aliada (*A Noite*, 22 nov. 1942, p. 1). Uma segunda reportagem do Suplemento focou no setor de blindados leves do 2º Batalhão Auxiliar de Carros de Combates, recém-inaugurado em São Paulo, e foi ilustrada por ampla fotografia de tanques de guerra perfilados aguardando revista oficial de Dutra, ministro da Guerra (*A Noite*, 24 jan. 1943, p. 1). Outros registros jornalísticos foram criados a fim de publicizar a expansão das Forças Armadas: uma reportagem especial do Suplemento Dominical estampou a capa da edição com fotografias de navios, tanques e aviões sob o título “O Brasil ataca!” – apresentando os novos equipamentos bélicos como símbolos de modernização das três armas (*A Noite*, 18 abr. 1943, p. 1).

Como parte do acordo de cooperação Brasil-EUA, ficou acertado que aviadores da FAB realizariam cursos nos Estados Unidos para saberem lidar com novos aviões adquiridos pelo Brasil naquele país (*A Noite*, 4 maio 1943, p. 8, 2. ed.). Inclusive, um “afilhado do presidente”, o cadete Leonidas Frota de Mattos, concluiu o programa de treinamento, sendo grandemente elogiado pelo jornal (*A Noite*, 4 ago. 1944, p. 8, 2. ed.). Outro acerto realizado pelos países foi sobre a permissão dada a pessoas com dupla cidadania desses estados nacionais para poderem escolher sob qual bandeira serviriam (*A Noite*, 8 jun. 1943, p. 1-3, 2. ed.).

Por outro lado, o envio dos caça-submarinos pelos EUA e a lenta produção nacional de navios de guerra não eram suficientes para dar conta da proteção do extenso Oceano Atlântico Sul. A *US Navy* e a Marinha do Brasil já realizavam o patrulhamento do litoral; contudo, havia a necessidade dos Estados Unidos de deslocar seus navios para atuarem em outras regiões, fator que influenciou a vinda de Roosevelt ao Brasil para acertar com Vargas novos investimentos ianques nas Forças Armadas Brasileiras e o papel que o país desempenharia na guerra[355].

Cercado de sigilo, o encontro Vargas-Roosevelt em Natal, Rio Grande do Norte, resultou na "declaração conjunta" dos presidentes que, de acordo com a leitura do periódico, deixou claro "[...] até onde irá o esforço de guerra solidário das duas democracias". A nota dos dois líderes foi antecedida por pequeno comentário de Maciel Filho, que destacou a relevância do Brasil na defesa do Atlântico Sul, sobretudo, como forma de fortalecer a Frente Ocidental Norte Africana (*A Noite*, 30 jan. 1943, p. 1-2, 1. ed.). O fato das declarações de Vargas-Roosevelt serem introduzidas por texto do colunista denota direcionamento do jornal, produzindo uma narrativa que definia a ditadura como uma democracia, tal como era nos Estados Unidos[356].

Três dias após a reunião, por meio de nota publicada pela *Reuters*, o jornal informou sobre o que se discutiu no encontro: fornecimento de mais navios e equipamentos para que a Marinha Brasileira e a FAB pudessem garantir a segurança marítima no Atlântico Sul (*A Noite*, 3 fev. 1943, p. 1-3). Deste modo, foram providenciados mais dois caça-submarinos, entregues ao Brasil em cerimônia realizada em Miami, Flórida (*A Noite*, 16 fev. 1943, p. 1-8, 1. ed.). O comandante da região fronteiriça do Golfo do México, H. H. Benson, ao passar os navios ao adido militar brasileiro nos EUA, desejou "uma boa caça" às embarcações, expressão utilizada pelo jornal em extensa manchete localizada no cabeçalho da página (*A Noite*¸17 fev. 1943, p. 1, 1. ed.).

As notícias sobre os novos armamentos da Marinha do Brasil cedidos pelos EUA foram procedidas pela republicação de comentários de órgãos da imprensa estadunidense, corroborando, assim, as falas oficiais do jornal sobre o protagonismo

---

[355] O controle brasileiro do Oceano Atlântico Sul só foi "entregue" pelos EUA, e de modo progressivo, em maio de 1944, quando as embarcações estadunidenses foram sendo substituídas por navios da Marinha do Brasil (*A Noite*, 8 maio 1944, p. 1-3, 1. ed.).

[356] O encontro Vargas-Roosevelt resultou em reportagens publicadas dias após a reunião, titulada pelo embaixador dos EUA no Brasil, Jefferson Caffery, como "Conferência de Natal". Ver edições *A Noite*, 7 fev. 1943, p. 1-3, 1. ed.; 8 fev. 1943, p. 1-3, 2. ed.

bélico brasileiro na região: o periódico publicou comentários do *New York Times* que destacavam a importância do país no patrulhamento do Atlântico Sul (*A Noite*, 17 fev. 1943, p. 1-8, 2. ed.); uma reportagem da *United Press* anunciou o início das operações navais brasileiras de "caça" aos *U-Boats* com a manchete "Varrendo os submarinos das costas brasileiras" (*A Noite*, 20 fev. 1943, p. 1-4, 2. ed.). Seguindo os mesmos protocolos narrativos da imprensa estrangeira, *A Noite* produziu conteúdos exclusivos sobre a preparação militar de pilotos da FAB para iniciarem a escolta de navios dos EUA em passagem pelo oceano (*A Noite*, 23 fev. 1943, p. 1-8, 2. ed.); do mesmo modo, obteve autorização do regime para que uma equipe de reportagem acompanhasse o lançamento de cargas de profundidade, reforçando-se assim, a ideia de que as Forças Armadas Brasileiras estavam "guardando dia e noite" o litoral e as rotas comerciais Aliadas (*A Noite*, 27 fev. 1943, p. 1-6, 2. ed.).

Os "Feitos da FAB e da Marinha" influenciaram a produção jornalística em *A Noite*, inaugurando uma narrativa de guerra que noticiou o afundamento de submarinos do Eixo que atuavam no Atlântico Sul. Em outubro de 1942, por exemplo, o contra-ataque efetuado por aviões da FAB em defesa de navio do Lloyd Brasileiro nas proximidades de Nova Orleans, Louisiana, foi comemorado pelo periódico pelo fato de ter sido a primeira ação militar da Força Aérea desde que o sistema de patrulhamento havia sido criado (*A Noite*, 28 out. 1942, p. 1-2, 2. ed.). Posteriormente, em janeiro de 1943, o ministro da FAB, Salgado Filho, declarou ao jornal que na costa de Recife, Pernambuco, cinco submarinos do Eixo haviam sido afundados ou avariados pelos aviadores da instituição (*A Noite*, 19 jan. 1943, p. 1-7, 2. ed.), sendo publicada também manchete ilustrada por fotografia de Aristides Guilhem acompanhado de Jonas H. Ingram, respectivamente, comandantes das marinhas do Brasil e Estados Unidos, anunciando o afundamento de mais cinco submersíveis eixistas (*A Noite*, 21 jan. 1943, p. 1-2, 2. ed.). O sucesso alcançado pela FAB no Atlântico Sul incentivou a produção do filme nacional *Caminho do Céu*, película com forte apelo propagandístico sobre a participação dos aviadores brasileiros na defesa do país (*A Noite*, 19 ago. 1943, p. 5, 1. ed.).

Salgado Filho, em nova entrevista ao jornal, comentou que os aviadores da FAB voltavam das missões querendo retomá-las imediatamente, procurando o militar realçar valores como entusiasmo e lealdade (*A Noite*, 16 fev. 1943, p. 1-2, 2. ed.). Até uma gravura do ministro, criada por Epstein, foi publicada acompanhada de pequeno texto elogioso ao militar e a sua dedicação à segurança marítima da região (Figura 51) (*A Noite*, 17 fev. 1943, p. 1, 2. ed.). Já o ministro da Marinha, Guilhem, teve seu

desempenho militar lembrado em artigo de Heitor Moniz (*A Noite*, 16 abr. 1943, p. 2, 1. ed.)[357]

Uma manchete da *Associated Press* publicada pelo periódico anunciou que treze embarcações do Eixo haviam sido afundadas em junho de 1943, sendo oito pela FAB e cinco pela Marinha. Alfredo Pessoa, responsável pelo DIP nos EUA, concedeu entrevista a jornais estadunidense afirmando que a Alemanha pretendia conquistar Natal, para se servir dessa cidade brasileira como trampolim de assalto, contudo, haviam sido impedidos após a atuação das Forças Armadas Brasileiras na região (*A Noite*, 3 jun. 1943, p. 1-8, 1. ed.). Essa narrativa jornalística era primeiramente anunciada nos EUA para, só então, ser publicada no Brasil através das agências de notícias internacionais. O Estado Novo evitava ou dava declarações muito breves sobre os acontecimentos relacionados à defesa do Atlântico Sul, evidenciando operações da censura militar na imprensa, contudo, para os jornais estadunidenses, representantes de órgãos da ditadura tinham autorização para falarem com jornalistas estrangeiros. Nesse sentido, é importante ressaltar os caminhos percorridos pela informação em tempos de guerra[358].

Os trajetos que essas notícias faziam também podem ser visualizados em uma autorização dada ao correspondente internacional da *Associated Press*, E. M. de Castro, de adentrar no primeiro campo de concentração brasileiro, até então desconhecido pela imprensa nacional, indicado, vagamente, como localizado no "nordeste": no local, o jornalista se deparou com sessenta e oito prisioneiros de guerra alemães que haviam sido resgatados pela Marinha do Brasil após afundamento de seu submarino (*A Noite*, 12 maio 1943, p. 1, 2. ed.). Esse mesmo campo de concentração, que posteriormente, foi noticiado ser no Recife, foi utilizado pela *US Navy* para alocar a tripulação de um submersível nazista encontrado à deriva por falta de combustível (*A Noite*, 25 maio 1943, p. 1-10, 2. ed.).

---

[357] O periódico publicou diversos conteúdos sobre a atuação da Marinha e da FAB no patrulhamento do Atlântico Sul, ver edições *A Noite*, 23 ago. 1943, p. 17, 2. ed.; 6 nov. 1943, p. 3, 1. ed.; 19 jan. 1943, p. 1, 2. ed.; 23 jan. 1943, p. 2, 2. ed.; 7 fev. 1943, p. 3, 2. ed.; 13 fev. 1943, p. 1-3, 1. ed.; 14 mar. 1943, p. 1-7; 2 abr.1943, p. 1, 2. ed.; 6 abr. 1943, p. 1-2, 2. ed.; 7 abr. 1943, p. 1-2, 1. ed.; 7 abr. 1943, p. 1-2, 1. ed.; 8 abr. 1943, p. 1-3, 1. ed.; 8 abr. 1943, p. 1-2, 2. ed.; 9 abr. 1943, p. 3, 2. ed. 17 abr. 1943, p. -3, 1. ed.; 17 maio 1943, p. 1, 2. ed.

[358] Natal como "trampolim da Vitória" foi uma ideia explorada pelo jornal desde o início da transformação da cidade em base de operações dos EUA-Brasil. A primeira notícia que usou a expressão, por exemplo, foi produzida pela *United Press* e encaminhada pela Agência Nacional aos periódicos brasileiros – denotando que no Brasil, a imprensa nacional se deparou com entraves impostos pela censura (*A Noite*, 17 fev. 1943, p. 1-3, 1. ed.).

Nesse sentido, a participação efetiva dos militares brasileiros na Frente Aliada ocorreu com o envio de aviadores da FAB para lutarem ao lado da RAF (*Real Air Force*) (*A Noite*, 23 out. 1943, p, 8, 2. ed.). Legitimando a operação militar conjunta, *A Noite* noticiou declarações do Visconde Davidson, ex-ministro da Inglaterra, que comentou que a participação brasileira vinha em boa hora para a "defesa da honra, da liberdade e da justiça". O desejo da ditadura estava começando a ser atendido pelos Aliados: através da participação das Forças Armadas Brasileiras, o Estado Novo obteria reconhecimento internacional de seu poder bélico (*A Noite*, 25 nov. 1943, p. 1-3, 1. ed.). Desta maneira, em dezembro de 1943, foi criado o 1º Grupo de Aviação de Caça da FAB, unidade de combate que atuou em batalhas consideradas relevantes ao avanço Aliado na Frente Ocidental Europeia (*A Noite*, 19 dez. 1943, p. 1, 1. ed.).

A participação do agrupamento de aviação militar em operações na Europa foi acompanhada com grande interesse por *A Noite*[359]. Seu comandante, Nero Moura, foi transformado em garoto propaganda do regime que, em diversas notícias, era associado aos aviadores de destaque da *US Air Force* (*A Noite*, 12 jan. 1944, p. 1-2, 1. ed.). Em março de 1944, por exemplo, os militares da FAB já estavam participando dos bombardeios em Berlim (*A Noite*, 29 mar. 1944, p. 1, 2. ed.) e, posteriormente, em Munique e Salzburg (*A Noite*, 24 nov. 1944, p. 1-3, 1. ed.). No entanto, o envio do 1º Grupo de Caça para a Frente Italiana só foi ocorrer em maio de 1944, realizando a primeira missão em território italiano somente em outubro de 1944, meses após a chegada dos militares naquele país (*A Noite*, 24 out. 1944, p. 1-2, 2. ed.).

De outubro a dezembro de 1944, os aviadores brasileiros completaram um total de trezentos e quarenta e cinco voos, despejaram setenta e cinco toneladas de bombas e perderam apenas dois aviões (*A Noite*, 7 dez. 1944, p. 1, 1. ed.). De acordo com dados publicados no periódico, em janeiro de 1945, o número de voos realizados pela FAB havia subido para mais de novecentos (*A Noite*, 11 jan. 1944, p. 1-3, 1. ed.); em fevereiro, o capitão da FEB na Itália, Nero Moura, declarou que a esquadrilha já havia completado mil cento e oitenta missões (*A Noite*, 5 fev. 1945, p. 1-2, 2. ed.); no mês seguinte, esse número pulou para mil e quinhentos e vinte voos: um feito considerável para uma força aérea que não tinha completado ainda três anos de criação (*A Noite*, 5 mar. 1945, p. 1-3, 2. ed.). A propaganda veiculada por *A Noite*

---

[359] Sobre a atuação dos militares da FAB na Frente Ocidental Europeia, ver edições *A Noite*, 31 dez. 1943, p. 1, 1. ed.; 2 jan. 1944, p. 1-3, 1. ed.; 3 jan. 1944, p. 1, 3 e 10, 2. ed.; 6 jan. 1944, p. 1-3, 1. ed.; 14 mar. 1944, p. 1-3, 1. ed.; 16 mar. 1944, p. 3, 2. ed.; 18 mar. 1944, p. 1, 1. ed.; 5 abr. 1944, p. 1-2, 2. ed.; 3 jul. 1944, p. 1-11, 2. ed. 7 nov. 1944, p. 1-3, 1. ed.; 12 nov. 1944, p. 1-9, 1. ed.

sobre os “Feitos da FAB” chegava a coloca-los em uma posição de detentores de poderes sobre-humanos: ao fim da guerra, recepcionados como heróis, foram alvos de homenagens através de anúncios publicitários, tal como o fez as Linhas Aéreas Brasileiras S.A. (Figura 52) (*A Noite*, 13 ago. 1945, p. 6, 1. ed.).

A participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na guerra também foi marcada por delongas. Os discursos que defendiam a colaboração mais direta do Brasil no conflito (ou seja, o envio de tropas terrestres às frentes de batalha) foram introduzidos, paulatinamente, pelo jornal *A Noite* a partir de março de 1943, quando Eduardo Gomes, brigadeiro da FAB, promoveu o assunto durante viagem a Argel, declarando para a imprensa internacional a necessidade do Brasil de atuar na guerra (*A Noite*, 28 mar. 1943, p. 1-3, 1. ed.).

Do mesmo modo o fez o interventor federal no Rio Grande do Norte, Rafael Fernandes, que, em entrevista a jornalistas dos EUA, afirmou que “[...] os brasileiros aceitam com satisfação a idéia de lutar no estrangeiro” (*A Noite*, 20 abr. 1943, p. 1-3, 1. ed.), sendo seguido por Cordeiro de Farias, interventor no Rio Grande do Sul, que declarou que a participação do Brasil com tropas era justificada em razão dos ataques às embarcações mercantis nacionais e do aumento das atividades da quinta-coluna (*A Noite*, 10 maio 1945, p. 1-2, 2. ed.). Em junho de 1943, Lourival Fontes, ex-diretor do DIP, declarou para a imprensa durante reunião do Bureau Internacional do Trabalho, no qual era representante, que “o Brasil quer atuar diretamente na guerra” (*A Noite*, 19 jun. 1943, p. 1-3, 1. ed.); Manuel Rabelo, interventor na Bahia, foi proativo: afirmou com todas as letras que “o Exército Brasileiro irá para os campos de batalha” (*A Noite*, 22 jun. 1943, p. 1, 1. ed.).

Através de *A Noite*, verificamos a existência de uma pluralidade de abordagens do tema. Contudo, também havia um movimento promovido pela imprensa brasileira, através das vozes autorizadas dessas personalidades estadonovistas, em pressionar, indiretamente, o governo estadunidense. Vargas também fez sua parte: falando a estudantes universitários, o ditador sinalizou a participação ativa brasileira no conflito ao afirmar que a formação de um “corpo expedicionário” se mostrava urgente (*A Noite*, 30 jul. 1943, p. 1-2, 2. ed.). Internamente, o Estado Novo fazia sua própria campanha: produzido pelo DIP e irradiado por quinze emissoras – inclusive, a estação de ondas curtas da *Nacional* -, o programa “O Brasil e a guerra” convocou ministros, interventores e militares para realizarem pronunciamentos que corroboravam com o

desejo de participação direta no conflito (*A Noite*, 18 ago. 1943, p. 2, 1. ed.), André Carrazzoni, inclusive, foi um dos palestrantes (*A Noite*, 19 ago. 1943, p. 3, 2. ed.)[360].

A ida de Eurico Gaspar Dutra para os EUA acelerou as negociações para o envio de soldados brasileiros ao front, o que significou que o ministro foi prontamente atendido pelo governo estadunidense: Dutra partiu do Brasil no dia 12 de agosto de 1943 e teve sua entrevista com Roosevelt remarcada para o início de setembro (*A Noite*, 24 ago. 1943, p. 1, 1. ed.). A viagem de Dutra para os Estados Unidos incentivou o jornal a promover uma grande campanha pró-FEB para auxiliar o regime. Dutra permaneceu mais de quatro semanas no país aliado e, durante esse período, o ministro da Guerra concedeu entrevistas para a imprensa local, sempre reforçando sua mensagem de criação e envio da FEB para o "teatro de operações". No entanto, Cordell Hull, Secretário de Estado dos EUA, havia declarado para a imprensa que "[...] o Brasil coopera em forma total e satisfatória com os Estados Unidos" (*A Noite*, 19 ago. 1943, p. 1-3, 1. ed.).

A fala de Hull era muito vaga para uma pessoa com a personalidade de Dutra: perguntado por repórter estadunidense sobre a participação da FEB, o general respondeu que "estamos ansiosos para atravessar o Atlântico". Não era de se estranhar que Dutra estava ficando impaciente, afinal de contas, ele já estava há mais de uma semana aguardando um posicionamento mais contundente de Roosevelt (*A Noite*, 25 ago. 1943, p. 1-3, 1. ed.). O ministro chegou a declarar que, se fosse necessário, o Exército Brasileiro passaria por uma "reorganização" para adaptá-lo aos "moldes do *US Army*" (*A Noite*, 26 ago. 1943, p. 1-6)[361].

O vespertino *A Noite*, tentando dar subsídios à fala de Dutra, afirmou que o Ministério da Guerra possuía mais de um milhão de reservistas disponíveis para a guerra (*A Noite*, 20 ago. 1943, p. 1-2, 1. ed.). O ministro da Guerra, mais ponderado,

---

[360] Os conteúdos da série de palestras foram publicados nas edições *A Noite*, 19 ago. 1943, p. 2, 1. ed.; 20 ago. 1943, p. 2, 1. ed.; 21 ago. 1943, p. 2, 1. ed.; 24 ago. 1943, p. 2, 1. ed.; 25 ago. 1943, p. 2, 1. ed.; 26 ago. 1943, p. 2, 1. ed.; 27 ago. 1943, p. 2, 1. ed.; 28 ago. 1943, p. 2, 1. ed. Não podemos deixar de pontuar que os pronunciamentos eram publicados em *A Noite* um dia após sua irradiação e, não menos importante, eram colocados na mesma página e edição – com exceção da fala de Carrazzoni, publicada exclusivamente em sua coluna. Tal prática denota um esforço do jornal em incentivar o leitor a tomar conhecimento dos conteúdos oficiais pronunciados.

[361] Até se encontrar com Roosevelt, Dutra manteve sua campanha na imprensa nos Estados Unidos e *A Noite* aqui no Brasil. Sobre esse movimento conjunto, ver edições *A Noite*, 3 ago. 1943, p. 1, 1. ed.; 5 ago. 1943, p. 1-2, 2. ed.; 7 ago. 1943, p. 2, 2. ed.; 10 ago. 1943, p. 1-7, 2. ed.; 11 ago. 1943, p. 3, 1. ed.; 12 ago. 1943, p. 1-8, 2. ed.; 17 ago. 1943, p. 1-3, 1. ed.; 20 ago. 1943, p. 1-3, 1. ed.; 20 ago. 1943, p. 1-3, 2. ed.; 21 ago. 1943, p. 1-3, 1. ed.; 23 ago. 1943, p. 1-2, 1. ed.; 28 ago. 1943, p. 1-2, 2. ed.; 30 ago. 1943, p. 1-2, 2. ed.; 11 set. 1943, p. 3, 2. ed.; 13 set. 1943, p. 1-3, 1. ed.; 14 set. 1943, p. 1-3, 1. ed.; 23 set. 1943, p. 1-3, 1. ed.

apontou um número bem mais modesto de soldados: cerca de cem mil (*A Noite*, 23 set. 1943, p. 1-8, 2. ed.).

Ao fechar o acordo com Roosevelt e retornando ao Rio de Janeiro com seus objetivos alcançados, Dutra, passando por Belém, concedeu entrevista exclusiva para *A Noite*, afirmando ter ficado impressionado com o esforço de guerra estadunidense (*A Noite*, 25 set. 1943, p. 1-3, 1. ed.). Após atualizar Vargas sobre os resultados de sua viagem, o ministro da Guerra declarou para a imprensa que "[...] todos os brasileiros devem estar certos de que serão chamados a colaborar", informando ainda que estava aguardando a chegada de material para equipar a FEB: dava-se a largada para a preparação militar do Exército para ele entrar, finalmente, em "ação" (*A Noite*, 28 set. 1943, p. 1-2, 2. ed.).

Como o Brasil contava com número suficiente de reservistas – mesmo se considerarmos a generosa estimativa de mais de um milhão de candidatos citada por *A Noite* -, incluídos os voluntários, o segundo passo foi iniciar o processo de selecionar quem ia para o front. Para isso, o Ministério da Guerra convidou médicos a se voluntariarem na FEB (*A Noite*, 13 out. 1943, p. 1-2, 2. ed.), formando-se em menos de uma semana a junta específica responsável pela seleção clínica (*A Noite*, 19 out. 1943, p. 2, 2. ed.).

Durante o processo de exames médicos, o jornal ressaltou que "[...] nenhum só militar brasileiro formará o Exército Expedicionário se não possuir todos os requisitos exigidos ao perfeito militar". Os critérios do Exército da época não eram dos mais rigorosos, sendo comum os médicos deixarem passar indivíduos que tinham mais disposição para a luta do que mesmo saúde (*A Noite*, 20 out. 1943, p. 1-2, 2. ed.). Contudo, a propagada pró-FEB em *A Noite* construiu uma imagem do soldado expedicionário com características físicas exageradas, valendo-se, sobretudo, de descrições genéricas como "magníficos" ou "índice animador de saúde e capacidade dos selecionados", o que não queria dizer muita coisa (*A Noite*, 22 out. 1943, p. 1-4, 2. ed.). Reportagens especiais no Suplemento Dominical, por exemplo, apelavam para fotografias, acompanhadas de textos positivamente adjetivados, que mostravam um corpo militar ideal (*A Noite*, 31 out. 1943, p. 1, 1. ed.).

Em 1942, os soldados de terra brasileiros somavam nos quartéis cerca de 90.000 indivíduos, evidenciando não só a insuficiência de homens para levar ao combate mas, sobretudo, a própria condição física dos soldados e, mais ainda, da população brasileira (FERRAZ, 2005, p. 44). Os critérios de convocação, por exemplo, se limitavam à submissão a exames físicos e psicológicos, ao preenchimento de

atributos físicos como altura maior ou igual a 1,60 metros, peso mínimo de 60 quilos e ter, pelo menos, os 26 dentes da boca. Segundo apontamentos de Ferraz, o projeto inicial do Estado Maior do Exército teve de ser adaptado, visto que os exames físicos e psicológicos mostravam uma situação desconfortável para as Forças Armadas: "Desnutrição, doenças crônicas, parasitárias, patologias circulatórias, pulmonares e dermatológicas caracterizavam a expressiva parcela da população examinada, inclusive praças e oficiais do Exército regular". Algumas doenças como "[...] daltonismo, pés chatos, doenças respiratórias e circulatórias e até icterícia, epilepsia e hanseníase, além de psicoses variadas" impediam que parte dos candidatos e militares de carreira pudessem seguir para a frente de batalha (FERRAZ, 2005, p. 46-47). Apesar de desejarem estar na guerra, muitos militares foram descartados pela junta médica: o vespertino entrevistou o soldado Alcides Rodrigues que, impedido de iniciar o treinamento, acompanhou seus companheiros até a estação de trem para se despedir, "muito emocionado", ressaltou o periódico (*A Noite*, 5 nov. 1943, p. 1-2, 2. ed.).

Resolvida a questão da seleção médica, um terceiro passo foi o de formar o grupo de apoio aos soldados composto por médicos, enfermeiras, sacerdotes e cozinheiros. Os profissionais da saúde, da fé e da alimentação acompanhariam os Expedicionários nas missões e também passaram por treinamento específico, o que lhes deu direito a obterem patentes militares.

A primeira medida do Ministério da Guerra foi providenciar um grupo de Enfermeiras e Médicos Expedicionários. Diferentemente do que o jornal havia noticiado anteriormente, as enfermeiras da FEB não acompanhariam as tropas nas missões, mas sim, permaneceriam em hospitais de campanha dos EUA para auxiliar no atendimento aos feridos (*A Noite*, 18 out. 1943, p. 1, 2. ed.). As candidatas ao posto, embora fossem profissionais atuantes na enfermagem civil e tivessem realizado cursos de enfermagem de guerra - geralmente promovidos pela Cruz Vermelha Brasileira (*A Noite*, 23 dez. 1943, p. 1, 2. ed.) -, precisaram completar sua formação militar com o Curso de Emergência na Escola de Educação Física do Exército, com duração de seis semanas (*A Noite*, 13 mar. 1944, p. 1-12, 2. ed.). Em entrevista ao jornal antes de seu embarque, a Enfermeira Expedicionária Virgínia Portocazzero não escondia seu entusiasmo durante a conversa com o repórter, afirmando não ver a hora de partir para a frente de batalha (*A Noite*, 25 abr. 1944, p. 1-2, 2. ed.).

Ao final do curso, as profissionais da saúde passaram a fazer parte da 1ª Turma de Enfermeiras Expedicionárias, sendo a formatura dessas mulheres amplamente

noticiada por *A Noite* (*A Noite*, 10 maio 1944, p. 1-3, 2. ed.). Quatro dias após a cerimônia, o periódico anunciou que elas estariam prontas para a guerra (*A Noite*, 14 maio 1944, p. 1), mas isso só foi ocorrer em julho de 1944, quando o grupamento iniciou sua jornada com pequena escala nos EUA. Esse era o trajeto de enfermeiras, médicos e de militares da FAB antes de seguirem para a Europa pois esses grupos embarcavam junto com tropas estadunidenses que partiam daquele país (*A Noite*, 12 jul. 1944, p. 1-3, 1. ed.)[362].

Quanto aos profissionais da Medicina, bem menos citados pelo jornal se comparados às enfermeiras, foram representados por uma figura conhecida de *A Noite*: Luthero Vargas, o filho médico de Getúlio. Alistando-se como Médico Expedicionário (*A Noite*, 1 jan. 1944, p. 1, 1. ed.), a notícia de seu embarque para treinamento nos EUA antes de seguir para o front foi, claramente, produzida com intuito propagandístico: Luthero posou para o fotógrafo de *A Noite* na poltrona do avião, lendo serenamente uma edição do *Telegraph* com a manchete, em inglês, de que o Brasil havia declarado guerra ao Eixo (Figura 53) (*A Noite*, 1 jan. 1944, p. 1, 2. ed.). Propagandas à parte, enfermeiras e médicos chegaram a Nápoles em julho de 1944, ocasião grandemente festejada pelo jornal (*A Noite*, 21 jul. 1944, p. 1, 2. ed.).

Outro pequeno grupo de Expedicionários abrangeu sacerdotes e cozinheiros. Os primeiros, trinta religiosos - a maioria padres da Igreja Católica, mas havia também sacerdotes protestantes - se alistaram voluntariamente para servirem como Capelães Expedicionários (*A Noite*, 19 jan. 1944, p. 1-3, 2. ed.). O padre João Batista de Carvalho, por exemplo, que exercia a função de redator-chefe do DEIPSP e era jornalista do periódico paulistano *A Gazeta*, deixou suas atribuições públicas e profissionais para se alistar como capelão. Em entrevista ao jornal, o religioso esclareceu a importância de seu trabalho no front, sobretudo, para que não faltasse a extrema unção em caso de necessidade, embora ele rezasse para que não tivesse que lançar mão do ritual (*A Noite*, 25 jan. 1944, p. 1, 1. ed.). Por fim, um grupo ainda menor era composto pelos Cozinheiros Expedicionários, voluntários civis que passaram por dez dias de treinamento no restaurante do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), aprendendo a preparar a comida que a FEB consumiria no front (*A Noite*, 19 jan. 1944, p. 1-3, 2. ed.).

---

[362] A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) prestou homenagem às enfermeiras com a realização de um “grande banquete” (*A Noite*, 18 maio 1944, p. 2, 1. ed.).

Enquanto o efetivo da FEB não partia, preparava-se e o jornal, seguindo o projeto de comunicação do Estado Novo, passou a noticiar, entre dezembro de 1943 a julho de 1944, o cotidiano do treinamento militar dos selecionados. O 3º Agrupamento da FEB, aquartelado no Nordeste, era a menina dos olhos de *A Noite*, figurando como sinônimo de grupamento de elite do Exército Brasileiro, um modelo de soldado expedicionário (*A Noite*, 17 dez. 1943, p. 1-8, 1. ed.)[363]. Alguns oficiais da FEB, por sua vez, participaram de missões na Frente Italiana junto ao 5º Exército estadunidense, chegando até a integrar ataques a posições nazistas (*A Noite*, 24 dez. 1943, p. 1-2, 1. ed.). Maciel Filho, em sua coluna, comentando o processo de preparação da FEB no Brasil, justificou o atraso alegando que a extensão territorial, as falhas no registro civil e demais detalhes que tiveram que ser resolvidos pelo Exército foram fatores que tomaram tempo, mas, confiante, assinalou que "se ultimam os preparativos" (*A Noite*, 4 fev. 1944, p. 3, 2. ed.). Os últimos procedimentos a que se referia o jornalista era o treinamento realizado na Ilha de Fernando de Noronha. Após a preparação, os militares partiriam de Recife diretamente para a Itália. O comandante da FEB, Mascarenhas de Morais, dirigiu-se até o campo de treino, sendo acompanhado de enviado especial do jornal que procurou dar detalhes da inspeção realizada pelo general (*A Noite*, 5 fev. 1944, p. 1-2, 1. ed.).

Os equipamentos bélicos que os Expedicionários utilizariam em campanha também eram objeto de atenção do jornal. *A Noite*, procurando preencher o espaço temporal entre a preparação e a partida, produziu conteúdos que procuravam mostrar uma tropa moderna e bem servida de tecnologias durante demonstração feita para a imprensa pelo setor de comunicação do Exército (*A Noite*, 25 mar. 1944, p. 1-2, 2. ed.); a capa do Suplemento Dominical, por exemplo, trazia uma montagem com imagens de soldados, “os soldados de Caxias”, em desfile no Rio de Janeiro com seus novos uniformes e apetrechos bélicos (Figura 54) (*A Noite*, 26 mar. 1944, p. 1). Em outra reportagem do Suplemento Dominical, o armamento individual da FEB foi apresentado ao leitor; didaticamente, o jornal procurava informa-lo sobre modelos e características de metralhadoras e fuzis de assalto (*A Noite*, 30 abr. 1944, p. 1).

O vespertino também buscava mostrar que a preparação que antecedeu o front era constituída por outros elementos além dos aspectos militares. A ideia era construir

---

[363] Outro grupo de militares muito elogiado e noticiado por *A Noite* eram os soldados do Regimento Sampaio, oriundo do Rio de Janeiro: o seu treinamento foi tema de reportagem especial publicada no Suplemento Dominical (*A Noite*, 19 mar. 1944, p. 1.).

uma imagem dos Expedicionários não apenas enquanto preparados militarmente - isso o jornal já deixava claro em demasia - mas também de evidenciar um lado "mais brasileiro" dessas pessoas. O jornal anunciou, por exemplo, a formação de grupo de chorinho da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, que tinha o intuito de divulgar sua música no front (*A Noite*, 10 fev. 1944, p. 1, 2. ed.).

O apreço dos civis pela FEB, outro elemento trabalhado pelo periódico, completava esse tipo de construção jornalística sobre o Expedicionário: *A Noite* passou a noticiar a confecção de bandeiras brasileiras e da FEB oferecidas por instituições civis, tais como a Legião Brasileira de Assistência de São Paulo (LBASP). A entidade, coordenada por Anita da Silva Costa, a "Sra. Fernando Costa", promoveu, inclusive, uma cerimônia para entregar o objeto para Dutra. O evento foi noticiado pelo jornal como símbolo do apoio das elites paulistas ao projeto de guerra do Estado Novo. O interventor federal em São Paulo, Fernando Costa, comentando a entrega das bandeiras brasileiras – feita por sua esposa -, declarou ao jornal: "[...] sei que os paulistas vibram de entusiasmo quando se trata de defender o Brasil" (*A Noite*, 14 mar. 1944, p. 1, 1. ed.)[364].

Aguardando o embarque para a guerra, a FEB aproveitou o tempo de espera para desfilar para a população: entre março e junho, os Expedicionários participaram de demonstrações cênicas públicas que buscavam mostra-los como uma unidade preparada, equipada e motivada para a viagem rumo à Frente Italiana. O periódico noticiou esses eventos como momentos de "apoteose", tanto para a população que assistia quanto para os que desfilavam, divulgando, assim, uma leitura de que civis e militares estavam "perfeitamente identificados" uns com os outros. Dutra, inclusive, agradeceu ao jornal por sua cobertura jornalística no primeiro desfile da FEB na Capital Federal (*A Noite*, 4 abr. 1944, p. 1, 2. ed.). André Carrazzoni, por seu lado, comentou que o desfile despertou no brasileiro um sentimento de "solidariedade nacional" (*A Noite*, 9 abr. 1944, p. 2, 1. ed.). Embalada no clima de despedida que vivia o Rio de Janeiro, a Ótica Cristal anunciou que os Expedicionários estacionados na cidade teriam desconto de dez por cento na compra de armações e lentes, promoção válida para militares que se apresentassem no estabelecimento devidamente fardados (*A Noite*, 18 jun. 1944, p. 8, 1. ed.)[365].

---

[364] Sobre a cobertura, ver edições *A Noite*, 15 fev. 1944, p. 1, 2. ed.; 7 mar. 1944, p. 1-2, 1. ed.; 7 mar. 1944, p. 1, 2. ed.; 8 mar. 1944, p. 3, 2. ed.

[365] Sobre a cobertura dos desfiles da FEB no Rio de Janeiro, ver edições *A Noite*, 31 mar. 1944, p. 1-3, 1. ed.; 31 mar. 1944, p. 1-2, 2. ed.; 8 maio 1944, p. 1, 2 e 8, 2. ed.; 24 maio 1944, p. 1-7, 1. ed.; 24

Sem aviso à imprensa no Brasil, por questões de sigilo militar, a FEB desembarcou em Nápoles em julho de 1944 e, por mais uma vez, teve que aguardar ordens para seguir para o campo de batalha. De acordo com *A Noite*, era um período de “aclimatação” necessário aos soldados motivados por Mascarenhas de Moraes, procurava demonstrar aos correspondentes de guerra da Agência Nacional que o “ânimo da tropa” não seria abalado por mais uma pequena pausa antes da “ação”, segundo o linguajar bélico (*A Noite*, 19 jul. 1944, p. 1, 3 e 10, 1. ed.). O vespertino ressaltou o “bom humor” da FEB no acampamento, reforçando, sobretudo, a convivência “harmônica” entre soldados brasileiros e estadunidenses. Segundo *A Noite*, as duas “democracias” nunca foram tão parecidas (*A Noite*, 25 jul. 1944, p. 1-2, 2. ed.).

A julgar pelos conteúdos jornalísticos publicados em *A Noite*, a FEB era um grupo militar feliz: até o soldo dos Expedicionários e aviadores da FAB foi citado pelo periódico como resultado dos investimentos do Estado Novo na campanha Aliada, sobretudo, reforçando-se que o militar brasileiro tinha bom desempenho em campo devido, em parte, ao seu “bom salário”. De acordo com *A Noite*, a FEB e FAB tinham os “soldados mais bem remunerados do mundo” (*A Noite*, 25 nov. 1944, p. 1-2, 2. ed.), afirmando ainda que eles ganhavam “duas vezes mais que os norte-americanos” (*A Noite*, 1 dez. 1944, p. 1-2, 2. ed.).

O início dos combates da FEB na Frente Italiana só ocorreu a partir de agosto de 1944, sinalizado pelo primeiro-ministro inglês, Winston Churchill, em declaração à imprensa, quando afirmou que a tropa brasileira “[...] já está começando a assumir o seu lugar no campo de batalha” (*A Noite*, 2 ago. 1944, p. 1-3, 2. ed.). Verificamos que até a FEB começar as missões, semanas se passaram, aproveitando os comandantes para realizarem exercícios de artilharia e de infantaria a fim de ocupar o tempo ocioso dos soldados (*A Noite*, 26 jul. 1944, p. 1-3, 1. ed.). Esses períodos de espera, comuns na guerra, pareciam ser maiores para a FEB, visto que, sua contribuição para o avanço Aliado era superestimada pelo regime. Somente com a incorporação dos brasileiros ao 5º Exército dos EUA, os soldados da FEB finalmente puderam conhecer o que era de fato uma guerra (*A Noite*, 21 ago. 1944, p. 1-3, 1. ed.)[366].

---

maio 1944, p. 1-2, 2. ed.; 25 maio 1944, p. 1-2, 1. ed.; 25 maio 1944, p. 1, 2 e 3, 2. ed.; 28 maio 1944, p. 2.; 30 maio 1944, p. 3, 2. ed.; 6 jun. 1944, p. 1-2, 3. ed.

[366] A incorporação de soldados brasileiros ao 5º Exército dos EUA foi realizada de modo processual e dividido através do envio de “contingentes” (1º, 2º, 3º e 4º). O periódico procurou acompanhar a chegada desses grupos, contudo, noticiou apenas a incorporação do 1º e do 2º Contingente, maiores em número de militares do que os dois últimos. Sobre a recepção ao 2º Contingente da FEB, ver

Aqui no Brasil, a população, virtualmente distante do conflito, tomava conhecimento da atuação da FEB na Itália por meio da imprensa escrita e falada. Considerando a produção jornalística de *A Noite*, baseada na fala oficial do regime, verificamos que o jornal desenvolveu uma narrativa de guerra que possuía características específicas, seguindo, consequentemente, um protocolo jornalístico fortemente controlado pela censura militar. Contudo, visando a criar uma imagem positivada dos Expedicionários, *A Noite* contribuiu com essa narrativa produzindo conteúdos que mostrassem o cotidiano do front sob o viés oficial.

O uso de cartas de soldados enviadas a familiares foi um recurso eficaz para construção dessa narrativa pois, devido à sua subjetividade, as mensagens eram utilizadas para deixar evidente aos leitores aspectos dessa cotidianidade do front e, claro, da lealdade dos Expedicionários em relação à causa Aliada. O tenente Francisco Felix Pereira da Silva, por exemplo, enviou carta para o tesoureiro de *A Noite*, Santos Araújo, onde descrevia parte de seu dia a dia nos campos de batalha: as tropas estavam satisfeitas com a alimentação e gozavam de "excelentes condições físicas e morais", sem contar que os equipamentos fornecidos pelos EUA, ressaltou o missivista, eram "modernos" e eficazes (*A Noite*, 9 ago. 1944, p. 1-2, 2. ed.). Algumas correspondências, de acordo com o jornal, eram entregues ao periódico por familiares para serem publicadas: a mãe do sargento radiotelegrafista Sizenando Gomes, a Sra. Antônia Gomes de Sá, procurou o vespertino para mostrar a carta do filho. Na mensagem, o militar relatou não apenas parte de seu cotidiano, mas expressou ideias sobre seu papel na guerra, confidenciando que "nem todas as mães brasileiras tiveram tal sorte" (de ter um filho na guerra), porque ele considerava ser "[...] uma grande honra, pois nunca esperei ter tamanha oportunidade de ser útil ao nosso amado Brasil" (*A Noite*, 27 set. 1944, p. 1-3, 2. ed.).

A questão da alimentação dos militares na guerra também surgiu no jornal que, reforçando a imagem dos Expedicionários, afirmou que a "[...] excelente comida contribui para o esplêndido moral em que se encontram os soldados da Força Expedicionária Brasileira". No menu, os soldados podiam contar com frango, arroz, feijão, salsichas, sopa, salada de frutas e limonada. É importante a forma como o periódico relembrou o papel dos Cozinheiros Expedicionários na campanha militar: quando só havia a "Ração C" – um composto rico em proteínas e minerais criado pelos

---

edições *A Noite*, 14 out. 1944, p. 1-8, 2. ed. 15 out. 1944, p. 1-13.; 16 out. 1944, p. 1-3, 1. ed.; 17 out. 1944, p. 2, 1. ed.

EUA -, eles adicionavam arroz e feijão para que a refeição ficasse mais atrativa ao paladar brasileiro (*A Noite*, 11 set. 1944, p. 8, 2. ed.). A FEB também tinha sua própria ração de guerra, a "Ração K", elaborada pela Dra. Helena Paes de Oliveira que, ao retornar de conferência na área de nutrição realizada em Chicago, EUA, concedeu entrevista ao jornal sobre o kit de alimentação em combate preparado exclusivamente para os soldados brasileiros. Muito elogiada pela iniciativa, as pastas da Guerra e da Agricultura prontamente adotaram e financiaram a pesquisa da estudiosa (*A Noite*, 7 dez. 1944, p. 1-10, 2. ed.).

Nesse sentido, os soldados da FEB também puderam contar com outros auxílios enviados do Brasil por entidades civis, sobretudo a LBA, que procuraram criar condições mais "brasileiras" para os militares em campanha. Como era comum o consumo de tabaco pelos homens na época – podendo ser verificado no grande número de anúncios de cigarros no próprio jornal, citando apenas um exemplo -, a LBA promoveu extensa campanha para arrecadação de cigarros a serem enviados ao front (*A Noite*, 15 set. 1944, p. 7, 2. ed.). Em janeiro de 1945, a Cruz Vermelha Brasileira encaminhou mais de vinte mil cigarros de uma só vez aos militares na Itália (*A Noite*, 22 jan. 1945, p. 10, 1. ed.). Já a Liga de Defesa Nacional (LDN) conseguiu despachar dez mil unidades do produto (*A Noite*, 26 jan. 1945, p. 7, 1. ed.).

Nem só de cigarros viviam os Expedicionários, mas também de presentes: a LBA lançou a campanha "Madrinha do Soldado Combatente"[367], consistindo no incentivo a mulheres ricas da sociedade carioca – mas poderia ser homem ou empresa - a "adotarem" um Expedicionário, assumindo o compromisso de enviar presentes, meias, cigarros, bebidas, roupas, livros e, sobretudo, correspondências (*A Noite*, 5 ago. 1944, p. 1-3, 2. ed.). No Natal de 1944, por exemplo, a LBA promoveu o "Natal dos Expedicionários", campanha para envio de "kits pessoais" (meias, barbeadores, sabonetes, toalhas etc.) para os soldados na Itália durante as comemorações festivas (*A Noite*, 21 dez. 1944, p. 1-12, 1. ed.). Darcy Vargas, inclusive, colocou em cada caixinha uma mensagem de Natal "[...] especialmente escrita por ela para cada um dos Expedicionários" (*A Noite*, 30 dez. 1944, p. 1-3, 1.

---

[367] A campanha foi criada em julho de 1944 e ganhou força com a partida do 1º Contingente da FEB para a Itália, chegando o periódico a publicar listas de pessoas que se tornaram "madrinhas" (*A Noite*, 18 fev. 1945, p. 4, 1. ed.). Ideia de Darcy Vargas, o projeto contou com largo apoio de *A Noite* que passou a noticiá-lo com frequência. Sobre a Campanha da Madrinha do Soldado Combatente, ver edições *A Noite*, 6 jul. 1944, p. 1-3, 1. ed.; 7 jul. 1944, p. 2, 1. ed.; 9 jul. 1944, p. 2, 1. ed.; 11 jul. 1944, p. 1-4, 2. ed.

ed.)[368]. A guerra aparecia, nesse passo, como processo dotado de pessoalidade e relações afetivas.

O jornal *A Noite*, por sinal, foi uma das "Madrinhas", assumindo, como de costume, o papel de veículo mediador da comunicação: o periódico, segundo ele próprio, havia sido "escolhido" por combatentes da FEB na Itália para amadrinhar um "pracinha" (*A Noite*, 24 nov. 1944, p. 1-9, 2. ed.). O envio do primeiro embrulho a um "afilhado de guerra" foi motivo para grande manchete: uma excelente oportunidade para se autopromover, ao mesmo tempo que divulgava, também, a iniciativa de Darcy Vargas (*A Noit*e, 28 nov. 1944, p. 1-8, 2. ed.).

Deste modo, o vespertino gozava de grande simpatia por parte dos militares, sobretudo devido às suas contribuições à causa da FEB: o jornal publicou uma lista, composta por retratos dos funcionários da *Empresa A Noite* que estavam servindo na FEB, afirmando ser esta "a contribuição de *A Noite* para a defesa do Brasil" (*A Noite*, 21 out. 1944, p. 1, 2. ed.). Devido à grande cobertura jornalística sobre a participação da FEB na guerra publicada por *A Noite*, Dutra, por meio de carta, agradeceu ao jornal por sua parceria e dedicação, pois o jornal realizava, nas palavras do ministro, a "exaltação da grandeza e dos feitos do Brasil" (*A Noite*, 31 out. 1944, p. 1, 1. ed.).

Outra forma encontrada para amenizar a distância da tropa em relação a seus familiares foi a criação de um sistema de correspondência eficiente que garantisse que as mensagens trocadas pelos combatentes com entes queridos chegassem a seus destinos. Nesse sentido, a LBA era a entidade responsável por reunir e encaminhar cartas para o front e vice-versa e, em janeiro de 1945, a instituição resolveu modernizar o sistema ao abrir sua sede para receber familiares e amigos de soldados para que pudessem gravar mensagens que seriam retransmitidas para eles no acampamento (*A Noite*, 27 jan. 1945, p. 3, 2. ed.). A LBA, inclusive, mantinha um boletim para os soldados, fornecendo informações sobre acontecimentos no Brasil (*A Noite*, 6 fev. 1945, p. 9, 2. ed.).

O cotidiano do front não era apenas feito de batalhas, mas foi construído jornalisticamente com a descrição de pequenos gestos dos combatentes: uma reportagem especial contou a história de um "cão policial alemão" (da raça "Pastor

---

[368] Quando os soldados receberam os "kits", o jornal passou a receber cartas de Expedicionários que solicitavam ao periódico que agradecesse a Darcy Vargas pelos presentes. Algumas cartas foram encaminhadas a Darcy e publicadas em *A Noite*, sendo que, na seleção realizada pelo jornal, todas procuram reforçar a ideia de "ânimo da tropa". Sobre o tema, ver edições *A Noite*, 12 jan. 1945, p. 1-7, 1. ed.; 16 jan. 1945, p. 2, 1. ed.; 17 jan. 1945, p. 1-2, 2. ed.; 29 jan. 1945, p. 9, 2. ed.; 2 fev. 1945, p. 2, 1. ed.

Alemão") encontrado ao lado do corpo de um sargento nazista. Adotado pelos Expedicionários, o animal foi transformado em mascote do grupo, passando a ser "treinado como mensageiro de guerra" (*A Noite*, 29 out. 1944, p. 1-12, 1. ed.). Em outra notícia, a realização de uma partida de futebol entre a FEB e o Exército Inglês procurava evidenciar outros matizes do conflito: de acordo com o jornal, cerca de dois mil oficiais e soldados assistiram ao jogo, que pode contar do lado brasileiro com o antigo centroavante do Madureira Atlético Clube Dido. Além de vencerem a partida por seis a dois, os Expedicionários eram considerados os favoritos para o campeonato de futebol promovido pelo 5º Exército (*A Noite*, 1 abr. 1945, p. 9).

Enquanto *A Noite* construía sua narrativa de guerra no Brasil, os Expedicionários criaram uma própria: o jornal do front *E a cobra fumou...*, publicação de quatro páginas que contava com a colaboração de oficiais e praças, onde predominavam "[...] as pilherias e as anedotas da vida militar de campanha" (*A Noite*, 29 out. 1944, p. 1-12, 1. ed.). O jargão, levado pelos brasileiros à Itália, acabou se popularizando não apenas entre os Expedicionários, mas também entre os soldados de outros países que compunham a Frente Italiana, sobretudo, estadunidenses (*A Noite*, 30 out. 1944, p. 1-4, 2. ed.). A expressão também acabou sendo adotada em campanhas publicitárias no jornal, tal como na propaganda das lojas O Toalheiro que, para alavancar as vendas de toalhas, parafraseou o termo: "Para a cobra fumar! 5 lojas liquidam todo o seu stok em 15 dias!" (*A Noite*, 30 nov. 1944, p. 7, 1. ed.). O cantor Freire Junior, por sua vez, valeu-se da frase para produzir show pré-carnaval no Teatro João Caetano, espetáculo que, além do mais, recebeu boas críticas de *A Noite* (*A Noite*, 11 jan. 1945, p. 6, 1. ed.).

Duas outras publicações foram produzidas pelos Expedicionários: o *Zé Carioca*, folheto que fazia alusão ao personagem de Walt Disney, acabou sendo substituído pelo *Cruzeiro do Sul*, este com maior tiragem e que passou a ser mais conhecido no front (*A Noite*, 7 jan. 1945, p. 1-11, 1. ed.). O *Cruzeiro do Sul*, inclusive, procurava ser mais elaborado do que os demais folhetins que circulavam, realizando, por exemplo, uma entrevista com o comandante da FEB na Itália, o general Zenóbio da Costa (*A Noite*, 18 jan. 1945, p. 1, 1. ed.). A criação de uma imprensa de guerra brasileira denota uma preocupação dos soldados em criarem canais de comunicação que não eram essencialmente oficiais, atitude, inclusive, incentivada pelos comandantes como forma de amenizar os impactos que um conflito como aquele causava sobre os indivíduos. E foi procurando diminuir a influência negativa da guerra e "levantar a moral da tropa" que o Ministério da Guerra organizou apresentações de

Grande Otelo, Emilinha Borba e outros artistas "para o divertimento da FEB" (*A Noite*, 20 nov. 1944, p. 1-3, 1. ed.).

Mas também existia uma narrativa de guerra voltada para os brasileiros: dispondo de informações fornecidas e censuradas pelo regime – igualmente censuradas pelos militares, Aliados e brasileiros -; o jornal construiu relatos de guerra em que a FEB era retratada como um exército não apenas destemido pelo inimigo, mas que não recuava. O uso da noção de "avanço da FEB", cotidianamente publicizado pelo periódico, era uma maneira de evidenciar ganhos dos militares brasileiros, e nunca as perdas. As batalhas de tomada da Linha Gótica, objetivo principal do 5º Exército, eram abordadas sob esse viés (*A Noite*, 18 set. 1944, p. 1-2, 1. ed.), onde a cada cidade conquistada, uma nova notícia era publicada: o jornal chegou a afirmar que, com avanço médio de dois quilômetros por dia, o ritmo das conquistas militares estava sendo acelerado após a participação da FEB no conflito (*A Noite*, 18 set. 1944, p. 1-2, 2. ed.).

Esses avanços eram constantemente noticiados pelo jornal, retratados como vitórias fundamentais para o próprio adiantamento dos Aliados como um todo. As conquistas de cidades criavam uma ideia de invencibilidade e mobilidade permanente da tropa: em Bolonha, foram os brasileiros que "avançaram sobre a cidade" (*A Noite*, 19 set. 1944, p. 1-3, 2. ed.); quando se aproximavam do Vale do Rio Pó, o jornal descreveu a vitória sobre os alemães encurralados na margem oposta do rio como resultante do esforço da FEB (*A Noite*, 21 set. 1944, p. 1-3, 1. ed.). Ao se aproximarem de seu objetivo, o periódico anunciou que os "brasileiros esmagaram a Linha Gótica", como se eles estivessem sozinhos naquela missão e não no papel de parte integrante do 5º Exército (ver edições *A Noite*, 23 set. 1944, p. 1-7, 2. ed.; 24 set. 1944, p. 1-12, 1. ed.).

Nesse contexto de tomada da Linha Gótica, os soldados brasileiros foram descritos como um grupo infalível e dotado de disposição para atuar em posições diversificadas, denotando a capacidade de resiliência da FEB: quando estavam "avançando" sobre a região Noroeste da cidade de Pisa, os Expedicionários ficaram responsáveis pela defesa do litoral em duas frentes, aumentando ainda mais suas "responsabilidades para manutenção das conquistas" (*A Noite*, 22 set. 1944, p. 1-9, 2. ed.). Exemplificando essa adaptabilidade do soldado da FEB em um ambiente desconhecido, *A Noite* noticiou que os Expedicionários passariam a ter aulas de esqui para poderem realizar patrulhas sob a neve (*A Noite*, 20 jan. 1945, p. 1-2, 2. ed.). Até um pelotão de esquiadores da FEB foi criado, tema de grande reportagem que elogiou

a destreza do tenente brasileiro responsável pelo destacamento (*A Noite*, 22 jan. 1945, p. 2. 2. ed.).

Sob uma curiosa perspectiva, os pés dos soldados da FAB foram elogiados pelo comandante do 5º Exército, general Mark Clark, declarando que, o tamanho desses membros dos brasileiros, menores que os demais soldados, bem como sua "adaptabilidade ao ambiente hostil do front" evitaram que a FEB tivesse um número grande de baixas devido ao "pé de trincheira" – doença causada devido à umidade (*A Noite*, 6 jun. 1945, p. 1-3, 1. ed.). Entretanto, o militar estava errado: de acordo com o Médico Expedicionário Ernestino de Oliveira, em entrevista ao jornal, o que evitou o desenvolvimento da condição clínica nos soldados brasileiros foi a artimanha deles utilizaram penas de galinha dentro dos sapatos para não permanecerem com os pés molhados (*A Noite*, 15 jun. 1945, p. 1-2, 2. ed.).

Por outro lado, nem só de avanços constantes poderia viver uma narrativa de guerra que procurava se mostrar desde o princípio como vitoriosa: era necessário também, descrever os percalços enfrentados pelos Expedicionários, sobretudo, quando haviam atravessado o Vale do Rio Pó, enfrentaram "fogo contínuo por dois dias" de artilharias alemãs estrategicamente posicionadas (*A Noite*, 25 set. 1944, p. 1-3, 2. ed.). Como um anticlímax de uma narrativa épica, *A Noite* procurou criar um ambiente de suspensão que acabou sendo quebrado com a tomada da Linha Gótica pelas tropas do 5º Exército e o "extraordinário número de prisioneiros" feitos pela FEB (*A Noite*, 29 set. 1944, p. 1-8, 1. ed.).

A conquista da Linha Gótica pela FEB deu ensejo para a visita de Dutra ao front: em cerimônia realizada no acampamento do 5º Exército, Mark Clark realizou a passagem, muito simbólica, por sinal, do comando para Dutra. Essa passagem de comando temporário era um protocolo militar de boas maneiras, geralmente realizado quando ocorria a visita de figura militar estrangeira de alta patente. Coordenando apenas uma missão, Dutra repassou o cargo ao comandante de fato, mas não antes do periódico se aproveitar do episódio para produzir extenso conteúdo sobre a atuação do ministro da Guerra nos campos de batalha (ver edições *A Noite*, 2 out. 1944, p. 1-3, 1. ed.; 2 out. 1944, p. 1-2, 2. ed.).

Nessa narrativa do avanço, enquanto os brasileiros são classificados como destemidos e incansáveis, os alemães eram mostrados como sorrateiros e covardes. Nesse sentido, perpetuou-se através das notícias a noção de "crescente e ininterrupta pressão" sob os alemães que, enfraquecidos militarmente em razão das derrotas nas duas frentes de batalha que enfrentavam, estavam começando a dar sinais de

rendição no território italiano (*A Noite*, 19 out. 1944, p. 1-3, 1. ed.). Poucas vezes os alemães eram retratados como obstinados ou resistentes, sendo mais corriqueiro o periódico descrever pequenas pausas no constante avanço da FEB mais como motivadas pelo mau tempo enfrentado – marcado por inverno rigoroso e chuvas – do que mesmo pelos méritos militares dos soldados nazistas (*A Noite*, 6 nov. 1944, p. 1-4, 2. ed.).

Contudo, quando ocorreu a aproximação da FEB em Monte Castelo, por exemplo, as narrativas de avanço começaram a dar lugar a descrições sobre os desafios enfrentados pela FEB para conquista da elevação geográfica (*A Noite*, 2 dez. 1944, p. 1-3, 1. ed.). Resultando em significativas baixas, nunca quantificadas pelo periódico, a resistência alemã passou a ser narrada como sinônimo da obstinação dos Expedicionários. Após o "violento choque entre brasileiros e alemães" ocorrido durante a campanha de Monte Castelo, os combatentes tiveram três dias de folga para repousarem na região de Toscana, designando o jornal, inclusive, seu correspondente ao hotel onde estavam hospedados para colher dos soldados depoimentos sobre a sangrenta batalha (*A Noite*, 2 dez. 1944, p. 1-3, 1. ed.)[369].

Completados seis meses de campanha da FEB em solo italiano, o vespertino produziu uma reportagem especial sobre o desembarque do 1º Contingente. De acordo com *A Noite*, os Expedicionários participarem de evento promovido pelo comando da FEB, que contou com discurso de Mascarenhas de Moraes, sendo ressaltado em sua fala os "seis meses de lutas e glórias em solo italiano" (*A Noite*, 17 jan. 1944, p. 1-3, 1. ed.). Mas ainda restava conquistar Monte Castelo, ponto estratégico e, simbolicamente, de interesse para a continuidade da narrativa de guerra de *A Noite*. Após semanas de combates, os Expedicionários dominaram finalmente a elevação, salientando o jornal que foram necessários apenas "trinta e oito homens" para conquistar o objetivo; a vitória, entretanto, também custou a vida do "sargento Peçanha", morto ao dar início ao avanço final e que, posteriormente, foi transformado em herói símbolo daquela batalha (*A Noite*, 22 jan. 1944, p. 1-3, 1. ed.). Procurando amplificar o clima da conquista bélica, *A Noite* classificou o evento como um "feroz combate", potencializando assim, os "Feitos da FEB" (*A Noite*, 14 fev. 1944, p. 1-3, 2. ed.).

---

[369] Sobre a campanha de Monte Castelo, ver edições *A Noite* 5 dez. 1944, 1-3, 1. ed.; 5 dez. 1944, p. 1-7, 2. ed.; 6 dez. 1944, p. 1-7, 1. ed.; 8 dez. 1944, p. 8, 2. ed.;

Conquistado Monte Castelo, a narrativa de guerra de *A Noite* se concentrou em realçar a importância da FEB na "consolidação de posições" na região. Cria-se, portanto, uma segunda forma de descrever os Expedicionários: não se contentando com o costumeiro avanço: a partir de então, os militares brasileiros são os responsáveis por assegurar que a conquista da "sangrenta batalha" seja efetivada, são eles que garantirão que o avanço do 5º Exército seja possível (*A Noite*, 25 fev. 1944, p. 1-9, 1. ed.). Mas toda vitória, para os efeitos dramáticos provocados por essas narrativas, tem que vir acompanhada de um hiato, dando-se margem para a definição de um terceiro aspecto atribuído à FEB: a "bravura". Buscando retomar suas antigas posições ao longo do Monte Castelo, os alemães investiram contra as "posições consolidadas" pelos Expedicionários. Devido ao destemor da FEB, os nazistas foram "forçados à retirada pelos brasileiros", sendo essa batalha somente finalizada com a tomada de aldeia em Seveglio (ver edições *A Noite*, 28 fev. 1945, p. 1-3, 1. ed.; 28 fev. 1945, p. 1, 2. ed.).

A descrição dessas batalhas, sobretudo as que contavam com grande resistência alemã, deram margem à produção de notícias que buscavam ressaltar características atribuídas genericamente aos soldados da FEB. Valendo-se de "histórias de guerra" de soldados condecorados por atos de bravura, o jornal aproveitou essas narrativas para consolidar uma imagem positivada dos Expedicionários, onde a "destreza" dos soldados brasileiros nos campos de batalha, sobretudo, seu poder de adaptação a um novo meio e contexto era uma das causas de seu sucesso. Levando sua "brasilidade" à guerra, o militar da FEB teve sua imagem associada à esperteza, à malícia e à inteligência em relação aos demais combatentes Aliados e dois casos citados pelo jornal, dentre muitos, definem esse tipo de narrativa.

O primeiro exemplo de "bravura" - por mais absurda que possa parecer hoje essa ideia - consistiu na perícia apresentada pelo soldado da FEB em ter dominado a técnica de retirada de minas terrestres alemãs com as mãos e sem auxílio de quaisquer equipamentos. Não é necessário afirmar o quanto esse método era perigoso e imprudente – se comparado com as técnicas modernas de esquadrões antibomba -, contudo, *A Noite* destacou que a habilidade brasileira era tamanha que, em poucos meses, cerca de noventa e cinco dispositivos haviam sido neutralizados (*A Noite*, 9 out. 1944, p. 1, 1. ed.).

Já o segundo exemplo de "coragem" e "tenacidade", elogiadíssimo por *A Noite*, foi o caso narrado por carta do major Aguinaldo Sena Campos enviada ao periódico: o oficial descreveu a história de "heroísmo" de um soldado de sua companhia, "um

pretinho da Bahia” – o soldado não tem nome, só é identificado pejorativamente pelo oficial por sua cor da pele e origem -, que havia sido aprisionado por dois soldados alemães. Ao ser desarmado, o Expedicionário sacou uma “peixeira”, matou um e ainda deteve o segundo. Ao ser perguntado pelo missivista o porquê dele não ter matado logo o soldado detido, o “Pracinha” explicou: “Este eu trouxe para que acreditassem na história que contei” (*A Noite*, 11 dez. 1944, p. 12, 1. ed.).

Entretanto, não existiam apenas “heróis” na FEB: o próprio jornal que exaltava a instituição militar também acabou publicizando graves problemas na tropa: os soldados Adão Damasceno Paz e Luiz Bernardo de Morais, por exemplo, foram condenados à revelia por Tribunal Militar com a pena máxima (fuzilamento), por terem estuprado uma jovem e assassinado sua família. A condenação dos criminosos acabou sendo comutada para trinta anos de prisão militar, a serem cumpridos quando retornassem para o Brasil (*A Noite*, 22 mar. 1945, p. 3, 1. ed.). Contudo, após cometerem o crime, os dois Expedicionários desertaram e foram tidos como desaparecidos, sendo procurados, mesmo com o fim da guerra, pela polícia italiana para serem julgados naquele país (*A Noite*, 9 nov. 1945, p. 2, 2. ed.). Os militares brasileiros detidos por crimes diversos - cento e vinte e dois, de acordo com dados fornecidos pelo jornal –, com o fim da guerra, foram postos em liberdade sem julgamento, denotando que os crimes praticados fora do território nacional não foram considerados pelo regime, que fez vistas grossas (ver edições *A Noite*, 11 dez. 1945, p. 2, 1. ed.; 13 dez. 1945, p. 2, 1. ed.).

Desta forma, não era tão simples manter uma narrativa de guerra constante que legitimasse a atuação da FEB, mas um episódio acabou realçando as características positivas atribuídas aos Expedicionários: a detenção em massa de soldados alemães. Durante a tomada das cidades de Marano e Vignola, os brasileiros fizeram mais de mil alemães prisioneiros, um feito considerável para um grupo pouco experiente (*A Noite*, 28 abr. 1945, p. 2, 1. ed.). Contudo, os Expedicionários se deparam com um Exército Alemão enfraquecido, sem munições e mantimentos, facilitando muito a operação. Mas foi na tomada de Tornona e Voguera que os militares da FEB realizaram seu maior e último ato na guerra: a prisão da 148ª Divisão de Infantaria Alemã.

Essa divisão nazista era composta por cerca de seis mil oficiais e mais de vinte mil homens, que ficaram acuados nas duas últimas cidades italianas sob domínio nazista. Narrada como conquista, em verdade, a maioria dos soldados alemães apresentou pouca ou nenhuma resistência, entregando-se após algumas horas de

combate. O episódio foi grandemente explorado pelo jornal, que acabou atribuindo à FEB a responsabilidade por ter finalizado os embates da Segunda Guerra Mundial em solo italiano. Fechava-se, desta maneira, a participação brasileira no conflito mundial, restando agora, o trabalho de desmobilização das tropas que ainda estava por se iniciar (*A Noite*, 30 abr. 1945, p. 1-2, 1. ed.)[370].

O fim da atuação da FEB na guerra não queria dizer o término das narrativas jornalísticas de *A Noite* sobre esses militares: a desmobilização na Itália, a chegada ao Brasil e a recepção aos “heróis brasileiros” passaram a ser as temáticas abordadas no noticiário após guerra. Na visão do jornal, era fundamental concluir essa narrativa e nada melhor do que o signo da festa para coroar com êxito os “Feitos da FEB”.

Por outro lado, a desmobilização das tropas não trouxe ao Brasil somente os militares que daqui partiram, mas, também, mulheres italianas: muitos Expedicionários acabaram se casando na Itália durante a curta campanha da FEB, motivo que levou o governo brasileiro a iniciar entendimento com o italiano para trazer junto com as tropas as companheiras dos “pracinhas” (*A Noite*, 23 ago. 1945, p. 1, 2. ed.). Após ligeiros entendimentos diplomáticos, o governo italiano liberou essas mulheres a embarcarem com o 2º Contingente da FEB a bordo do “Pedro II”, fato grandemente comemorado pelo vespertino (*A Noite*, 29 ago. 1945, p. 1-9, 1. ed.). De acordo com o periódico, cinquenta e oito jovens aportaram no Rio de Janeiro, rendendo ao jornal “histórias de amor de trincheira” (*A Noite*, 6 out. 1945, p. 1-8, 1. ed.)[371].

O primeiro grupo de Expedicionários que partiu da Itália foi o corpo médico da FEB: as enfermeiras, as primeiras a chegarem ao front, tiveram preferência na volta para o Brasil (*A Noite*, 10 maio 1945, p. 6, 2. ed.). Assim que aportaram no Rio de Janeiro, segundo o vespertino, realizaram uma visita a Vargas para agradecer ao líder por sua dedicação à tropa (*A Noite*, 23 maio 1945, p. 2, 1. ed.). Já os militares que atuaram na linha de frente tiveram que esperar mais tempo do que o grupo de apoio: o processo de desmobilização das tropas se deu do mesmo modo em que ela foi mobilizada, ou seja, através do retorno individual dos quatro contingentes que partiram. De acordo com dados publicados pelo periódico, cinquenta mil militares da

---

[370] Para o noticiário produzido sobre a detenção da 148ª Divisão de Infantaria Alemã, ver edições *A Noite*, 30 abr.1945, p. 1-3, 2. ed.; 2 maio 1945, p. 1-8, 2. ed.; 3 maio 1945, p. 1-2, 1. ed.; 4 maio 1945, p. 3, 1. ed.

[371] *A Noite* explorou as “histórias de amor de trincheira” publicando narrativas dos soldados e suas companheiras sobre como se conheceram durante a guerra. Sobre o assunto, ver edições *A Noite*, 28 ago. 1945, 1-8, 2. ed.; 27 out. 1945, p. 1-7, 1. ed.

FEB participaram da Frente Italiana, ou seja, o regresso para o Brasil seria demorado (*A Noite*, 18 maio 1945, p. 1-8, 2. ed.).

O retorno do 1º Contingente da FEB, por exemplo, teve sua partida anunciada para o dia 25 de junho de 1945, comunicado lido pelo comandante do 5º Exército, Mark Clark (*A Noite*, 8 jun. 1945, p. 1, 2. ed.). De acordo com o periódico, cinco mil trezentos e sessenta homens compunham o grupo que permaneceu por mais tempo no front (*A Noite*, 3 jul. 1945, p. 1-3, 2. ed.) e estavam trazendo consigo alguns “troféus de guerra” – em sua maioria, apetrechos com emblemas nazistas obtidos durante as incursões, armas e demais objetos relacionados aos locais onde estiveram (*A Noite*, 4 jul. 1945, p. 1-3, 1. ed.). Faz-se importante pontuar que o que o periódico classificou como “presa de guerra” também significava itens furtados ou roubados de soldados inimigos ou bens materiais encontrados na Itália. Materiais bélicos apreendidos do Exército Alemão entravam igualmente nessa classificação, sendo os equipamentos incorporados ao Exército Brasileiro (*A Noite*, 16 jul. 1945, p. 1, 2. ed.). O periódico destacou que muitos soldados considerados desaparecidos se apresentaram ao Quartel General da FEB na Itália, sendo readmitidos e incorporados para então serem despachados para o Brasil (*A Noite*, 4 jul. 1945, p. 1-3, 2. ed.).

Já o 2º Contingente, sob comando do general Cordeiro de Farias, ex-interventor federal no Rio Grande do Sul, retornou com cerca de vinte mil soldados. Vindos em navios diversos, o primeiro grupo, novecentos homens, partiria a bordo do “Pedro I” no dia 12 de julho de 1945 (*A Noite*, 9 jul. 1945, p. 1, 2. ed.). No vapor “Pedro II” embarcou mais uma parte desse grande contingente, cerca seis mil e quatrocentos militares, sendo a saída da embarcação marcada para zarpar de Nápoles no dia 9 de agosto de 1945 (*A Noite*, 27 jul. 1945, p. 1-3, 1. ed.). O periódico acabou não noticiando o processo de desmobilização dos 3º e 4º Contingentes na Itália, denotando que ele privilegiou determinados batalhões e grupos. Essa predileção tinha uma explicação: o comandante geral da FEB, Zenóbio da Costa, considerado pelo jornal um “herói de guerra”, veio acompanhando o primeiro grupo de soldados, enquanto que, Cordeiro de Farias, retornou junto com o segundo. Os demais grupos vieram acompanhados por comandantes que alcançaram menor expressão na imprensa; daí, *A Noite* não ter visto necessidade de cobrir suas despedidas das terras italianas.

Uma outra questão levantada pelo jornal foi a dos prisioneiros brasileiros libertados pelo Exército dos EUA em campos de concentração nazistas (*A Noite*, 5 jun. 1945, p. 2, 2. ed.). O periódico, inclusive, publicou uma lista de militares

encontrados nesses locais, anunciando que retornariam o quanto antes (*A Noite*, 10 de jun. 1945, p. 1-8, 1. ed.). Alguns desses soldados recém-libertados deram depoimentos para *A Noite* sobre suas experiências (*A Noite*, 21 jul. 1945, p. 1-10, 2. ed.).

Do mesmo modo, os oficiais do Exército tinham que lidar com os mortos decorrentes da guerra: mediando as informações oficiais, o periódico publicou, antecedido por texto de pesar, a listagem dos militares mortos durante a campanha italiana (*A Noite*, 22 jul. 1945, p. 7, 1. ed.). Muitos deles não tiveram seus restos mortais transladados para o Brasil, sendo enterrados em cemitérios improvisados pela FEB durante o conflito, o que levou o primeiro-ministro italiano Ferruccio Parri a se comprometer com Vargas a preservar os túmulos dos Expedicionários sepultados na Itália (*A Noite*, 26 jul. 1945, p. 1, 1. ed.). Segundo dados publicados pelo vespertino, até abril de 1945, cerca de seiscentos militares da FEB haviam sido mortos, índice considerado por *A Noite* “extremamente baixo” se comparado com os demais países Aliados (*A Noite*, 11 abr. 1945, p. 1-3, 1. ed.). No entanto, levando em conta a participação tardia da FEB, sua atuação limitada em batalha e a quantidade de soldados mobilizados (cinquenta mil), o número de baixas não pode ser entendido como limitado, conforme *A Noite* apontou. Procurando evidenciar a eficiência bélica da tropa, o vespertino preferiu amenizar a quantidade de mortos afirmando tão somente que havia sido “baixo”[372].

Com a chegada dos primeiros soldados, organizaram-se grandes celebrações, desfiles, banquetes, condecorações e homenagens: não havia limites para a festa da FEB. Embora a população estivesse ansiosa por confraternizar com os Expedicionários, um problema decorrente dos festejos de recepção da FEB surgiu e foi apontado pelo soldado Tertullando Pinto Ribeiro em entrevista ao jornal: o assédio da população carioca aos "pracinhas", atitude que acabava sendo demasiadamente estressante para os soldados recém-chegados, sobretudo, para aqueles que estavam lidando com problemas psicológicos oriundos da guerra. O entrevistado considerou

---

[372] De acordo com dados do sitio oficial da Associação Nacional dos Veteranos da FEB, morreram durante a campanha italiana 450 soldados, 13 oficiais e 8 pilotos, perfazendo um total de 471 militares, incluindo os da FAB. Em 1960, os restos mortais dos Expedicionários sepultados na Itália foram cremados e encaminhados ao Brasil. Disponível em: http://www.anvfeb.com.br. Acesso em: 6 junho de 2018.

que deveriam ser tomadas "providências" para assegurar a tranquilidade dos Expedicionários (*A Noite*, 4 jul. 1945, p. 1-2, 2. ed.)[373].

O frenesi causado pelo retorno da FEB também pode ser captado através das propagandas veiculadas no periódico. Seguindo o clima de festejo, empresas diversas utilizaram as páginas de *A Noite* para desejarem boas-vindas aos soldados brasileiros e, aproveitando o ensejo, consolidar sua imagem comercial: a empresa Casas Pernambucanas mandou publicar ampla gravura de uma “batalha” – sem identificação – para homenagear a FEB (*A Noite*, 18 jul. 1945, p. 7, 1. ed.); uma propaganda da Caixa Econômica Federal tomou toda a página para celebrar a vitória dos Expedicionários nos campos de batalha (Figura 55) (*A Noite*, 18 jul. 1945, p. 9, 1. ed.); “comerciantes do subúrbio carioca”, por sua vez, organizaram-se para anunciarem congratulações aos militares que estavam para chegar à Capital Federal (*A Noite*, 21 jul. 1945, p. 7, 1. ed.).

A medida que os contingentes de Expedicionários iam aportando no Rio de Janeiro, comemorações eram realizadas. Promovidas pela Comissão de Recepção, formada por LBA e Forças Armadas, as celebrações públicas passaram a ganhar contornos de carnaval, fugindo ao controle do restrito protocolo militar que preconizava organizados desfiles. Os desfiles militares promovidos pelo regime aconteceram, mas também ocorreram manifestações que não estavam no roteiro planejado pelos componentes da Comissão de Recepção: a guerra – ao menos para os “pracinhas” -, afinal de contas, havia acabado, o importante naquele momento era a celebração da paz. A recepção ao 1º Contingente da FEB, o mais aguardado pela população e que contou com a presença de Vargas ao lado de Mark Clark, o comandante do 5º Exército dos EUA, foi extensamente coberta por *A Noite* (*A Noite*, 18 jul. 1945, p. 1-3, 1. ed.)[374].

---

[373] O termo “pracinhas”, considerado pejorativo para parte dos militares e pelo regime, acabou se popularizando. O jornal só passou a utilizá-lo somente com o fim da guerra, quando o processo de desmobilização das tropas na Itália já havia sido iniciado (*A Noite*, 8 jul. 1945, p. 5, 1. ed.). Essa mudança de posição demonstra uma flexibilização do regime diante de determinados assuntos publicados pela imprensa escrita - o que incluía *A Noite*, braço direito do regime. Uma popular hipótese na época sobre o surgimento do termo, foi a de que Hitler, ao ser informado sobre a entrada da FEB na guerra, havia dito despreocupadamente que “[...] somente quando uma cobra fumasse cachimbo o Brasil conseguiria enviar seus homens para a guerra” (FERRAZ, 2005, p. 51).

[374] Sobre a cobertura jornalística da chegada e recepção aos Contingentes da FEB, ver edições *A Noite*, 18 jul. 1945, p. 1-2, 2. ed.; 19 jul. 1945, p. 3, 2. ed.; 3 ago. 1945, p. 1-3, 1. ed.; 3 ago. 1945, p. 1-8, 2. ed.; 5 ago. 1945, p. 1-3, 1. ed.; 6 ago. 1945, p. 1, 1. ed.; 11 ago. 1945, p. 1, 2. ed.; 12 ago. 1945, p. 1-2, 2. ed.; 25 ago. 1945, p. 1-3, 1. ed.; 30 ago. 1945, p. 1-2, 1. ed.; 05 set. 1945, p. 1-2, 1. ed.; 9 set. 1945, p. 1-13, 2. ed.; 22 set. 1945, p. 1-10, 1. ed.; 3 out. 1945, p. 1-3, 1. ed.; 3 out. 1945, p. 1-9, 2. ed.; 6 dez. 1945, p. 1, 1. ed.; 21 dez. 1945, p. 1, 1. ed.; 21 dez. 1945, p. 1-11, 2. ed.

A Força Expedicionária Brasileira foi extinta em fevereiro de 1946, meses após o fim do Estado Novo e já com Eurico Gaspar Dutra eleito presidente (*A Noite*, 5 fev. 1945, p. 2, 1. ed.). Em homenagem aos militares brasileiros, *A Noite* publicou conteúdos jornalísticos sobre sua atuação na Segunda Guerra Mundial e agradeceu pelos “serviços prestados à Pátria” (*A Noite*, 8 fev. 1945, p. 3, 2. ed.).

Voltando rapidamente em uma notícia referente à ânsia de Dutra durante sua campanha pró-FEB, publicada em 6 de setembro de 1944, verificamos que a construção do jornal de uma imagem positiva do ministro da Guerra de Vargas começou, a partir daquele momento, a ser delineada enquanto força política: *A Noite* republicou uma entrevista de Dutra ao *Correio do Povo*, Porto Alegre, onde o militar, entre os temas da guerra, é questionado pelo repórter sobre eleições livres. Em resposta, afirmou que, tal como havia apontado Getúlio, o pleito seria providenciado com o fim do conflito mundial (*A Noite*, 6 set. 1945, p. 1-2, 2. ed.)[375].

O futuro presidente eleito no pós-Estado Novo dava seus primeiros passos rumo à popularidade que, com auxílio de *A Noite*, foi crescendo à medida que a FEB “avançava” nos campos de batalha. O fruto do esforço, tanto de Dutra quanto do periódico, em se criar uma imagem favorável da FEB através de uma campanha de comunicação ampla e padronizada deu início a aproximação de *A Noite* com esse destacado personagem da ditadura estadonovista. Essa amizade, como veremos adiante, renderia bons frutos para ambos com o fim do Estado Novo.

4.4 A “expansão Costa Neto”: o projeto do conglomerado de comunicação da *Empresa A Noite*

A encampação do grupo de comunicação *Empresa A Noite*, em 8 de março de 1940, foi uma das estratégias utilizadas pelo Estado Novo para fortalecer seu projeto de comunicação social em massa que estava por se implantar. O cumprimento da cartilha comunicacional da ditadura por *A Noite*, levou o periódico a ser chamado de “diário oficial” do Estado Novo, em razão de seu projeto de comunicabilidade ser abertamente afinado com o do regime. Nesse sentido, verificamos a existência de um outro projeto: uma política expansionista comercial da marca *A Noite*, representada pelas empresas de comunicação que faziam parte do grupo *Empresa A Noite*,

---

[375] Dutra, inclusive, foi recepcionado pelo Papa Pio XII no Vaticano em outubro de 1944, ocasião que o pontífice elogiou grandemente a presença da FEB na Itália (*A Noite*, 5 out. 1945, p. 1-3, 2. ed.).

instituição atrelada às Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional (EIPN) que eram comandadas pelo superintendente Costa Neto[376].

A análise das edições de *A Noite* mostrou não apenas a existência de um projeto de expansão comercial do grupo, mas, especialmente, da execução de um plano de ampliação da estrutura administrativa e jornalística do vespertino, bem como a aquisição de novos empreendimentos pela *Empresa A Noite*. Não podemos deixar de lembrar que, entre tantas fusões comandadas por Costa Neto, o crescimento comercial da *Rádio Nacional*, a criação do matutino *A Manhã* e a compra de jornais, revistas, editoras e fábricas de papel constituíram ações que marcaram a administração do militar. Evidentemente, existia dentro desse projeto expansionista processos de autopromoção das marcas do grupo, cotidianamente anunciadas nas páginas de *A Noite*, como também um planejamento comercial estratégico que objetivou construir um conglomerado de empresas de comunicação que pudesse servir aos interesses do regime.

Denominamos o período que vai de março de 1940 a novembro de 1945 de "expansão Costa Neto", fase do jornal que corresponde tanto à atuação de Costa Neto como superintendente das EIPN, portanto responsável pelo grupo *Empresa A Noite*, quanto ao tempo em que Vargas esteve no poder. Durante esses anos, verificamos o crescimento empresarial do jornal e do grupo ao qual ele pertencia, sendo visível a existência de projetos ambiciosos de ampliação da atuação comercial, sobretudo, da consolidação comercial e cultura desses veículos de comunicação pertencentes ao conglomerado.

Desta maneira, constatamos a existência de três fases distintas dentro do período: a primeira, que vai de março de 1940 a julho de 1941, com a encampação da *Empresa A Noite* e a nomeação de J. E. de Macedo Soares para a direção geral do vespertino, auxiliado por Cypriano Lage e André Carrazzoni, indo até à saída de Macedo Soares; a segunda, de julho de 1941 a janeiro de 1943, período iniciado sob a chefia de Cypriano Lage e André Carrazzoni até ao pedido de demissão do primeiro; o terceiro, que se estende de janeiro de 1943 a novembro de 1945, fase em que o jornal foi dirigido exclusivamente por André Carrazzoni. A direção de Carrazzoni ao longo de todo o período deve ser ressaltada: o antigo diretor e colunista de *A Noite* se manteve fiel ao Estado Novo durante toda a vigência da ditadura, tendo, com o fim

[376] O cargo de superintendente das EIPN só foi criado formalmente em novembro de 1940, ocasião em que Costa Neto foi efetivado na função (*A Noite*, 18 nov. 1940, p. 2, 3. ed.).

desta, ampliado seu poder de influência no meio jornalístico e político carioca, assunto que trataremos mais para o final deste volume.

Essa divisão temporal procura corresponder às ações empreendidas por cada um dos três dirigentes do periódico nomeados por Costa Neto: em cada administração, verificamos a implantação de uma etapa do projeto expansionista do superintendente. As fases também correspondem a períodos em que a situação política foi se modificando, sobretudo após 1942 com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, obrigando as empresas de comunicação do grupo a se adaptarem a novas realidades. Porém, uma constante que pode caracterizar a vida do jornal, enquanto ator político e agente histórico, foi o seu comprometimento com o projeto de comunicação social do Estado Novo. Entre os anos de 1940 a 1945, *A Noite* e demais empresas do grupo se engajaram em dar suporte comunicacional à ditadura que, em retribuição, auxiliou Costa Neto em seu projeto de expansão.

Durante a administração geral do jornalista J. E. de Macedo Soares (março de 1940 a julho de 1941), verificamos um tímido desenvolvimento comercial tanto do jornal quanto do grupo *Empresa A Noite*. A preocupação da nova direção pós-encampação era a de passar a imagem de continuidade: o jornal, apesar da nova direção, permanecia o mesmo, alterando-se uma ou outra coisa. Essa noção, propalada pelos redatores do jornal nos primeiros dias de Macedo Soares, buscava manter fiel os leitores do periódico para, paulatinamente, as modificações começarem a ser implantadas: se analisarmos atentamente, conforme já comentamos em capítulo anterior, não ocorreram grandes mudanças no jornal no primeiro ano após a encampação. Portanto, podemos considerar que o projeto de ampliação comercial do grupo de comunicação ainda era incipiente durante a direção geral de J. E. de Macedo Soares, ganhando força somente na fase seguinte.

A administração de Macedo Soares contribuiu inicialmente com a expansão empresarial do grupo com ações voltadas ao próprio jornal: um mês após a encampação, abril de 1940, o periódico anunciou a abertura de “curso prático de jornalismo” realizado na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e ministrado pela jornalista Nair Mesquita, diretora de *Vanitas*, revista feminina editada pelo grupo *Empresa A Noite* (*A Noite*, 12 abr. 1940, p. 2, 1. ed.). Em entrevista ao jornal, a idealizadora do projeto apontou a necessidade de se formarem novos profissionais da imprensa, sobretudo mulheres, realidade observada por ela em viagem aos EUA (*A Noite*, 13 abr. 1940, p. 2, 1. ed.). André Carrazzoni - que, além de diretor também era colunista de *A Noite* - ressaltou a importância da iniciativa para a formação de “hábeis

jornalistas" que assumiriam os lugares ocupados por "embusteiros" (jornalistas não profissionais), um grave problema na profissão segundo a visão do futuro diretor de *A Noite* (*A Noite*, 17 abr. 1940, p. 2, 1. ed.).

A nova direção do jornal também procurou tentar melhorar as condições de trabalho dos empregados: sob a presidência de Costa Neto e demais diretores do jornal, inaugurou-se serviço médico próprio da instituição, o "gabinete médico de *A Noite*", setor de medicina do trabalho responsável pela prevenção de acidentes de trabalho e pelo atendimento ambulatorial de funcionários e dependentes. Discursando em agradecimento a Costa Neto, Leonidas Hermes da Fonseca, médico responsável, "[...] realçou a significação desse melhoramento pelo qual se aferia a generosidade do espírito administrativo do coronel Costa Netto, que imediatamente resolvera um problema de excepcional relevância humana e social" (*A Noite*, 3 maio 1940, p. 1, 1. ed.).

Dois pontos devem ser destacados na fala do profissional sobre o superintendente: a generosidade de Costa Neto, característica também presente em Vargas; e a forma de tratamento, tanto de funcionários quanto do jornal, onde sua patente militar precedia seu nome. Em todas as notícias analisadas, Costa Neto sempre é designado como "coronel", denotando alto grau de militarização de setores diversos da administração pública do Estado Novo, uma marca do regime. Depois do posto médico, foi a vez de Costa Neto abrir um restaurante para os funcionários do vespertino. Subsidiando parte dos custos de produção, o novo refeitório de *A Noite* servia refeições a preços módicos a jornalistas e operários do *Edifício A Noite* (*A Noite*, 11 maio 1940, p. 2, 2. ed.)[377].

Enquanto o jornal se preocupava em recepcionar personalidades do Estado Novo na redação do jornal, algumas poucas inovações foram introduzidas por Macedo Soares: em junho de 1940, inaugurou-se o serviço fotográfico de guerra de *A Noite*, auto classificado pelo periódico como "o mais completo" da imprensa carioca. Publicadas nas edições dominicais, essas reportagens eram compostas por muitas fotografias do "front" acompanhadas por pequenos textos (*A Noite*, 2 jun. 1940, p. 2). Embora a Segunda Guerra tivesse começado em setembro de 1939, a nova direção apostou nesse filão de mercado pois as imagens da guerra despertavam grande interesse auxiliando na venda de jornais. Outra inovação jornalística foi a republicação

---

[377] O jornal publicou um dos diversos telegramas de Herbert Moses enviados para *A Noite*: o presidente da ABI congratulou o jornal por ter aberto o posto médico (*A Noite*, 4 maio 1940, p. 1, 1. ed.).

de produções de agências internacionais de notícias sobre o "teatro de operações", visto que o jornal não tinha ainda correspondente de guerra. Em um anúncio na capa, o periódico informou que no "[...] intuito de corresponder, com zelo crescente, ao apoio e à preferência que lhe vêm dispensando os seus leitores" o jornal passaria a publicar crônicas da *United Press* sobre o cenário internacional (*A Noite*, 20 set. 1940, p. 1, 1. ed.)[378].

Quando Costa Neto assumiu a chefia do grupo *Empresa A Noite*, o periódico carioca tinha uma versão "paulista" publicada na capital bandeirante. Ligeiramente diferente da sua irmã carioca, a edição paulista diferia por concentrar apenas algumas páginas sobre temários relacionados ao estado. Entretanto, com a direção de Macedo Soares, a administração no Rio de Janeiro determinou que houvesse uma separação temática regional entre as duas versões: a edição publicada em São Paulo, concentraria sua produção jornalística no estado, enquanto que a da Capital Federal, com distribuição nacional, seria mais ampla e voltada para questões fluminenses (*A Noite*, 2 jul. 1940, p. 3, 1. ed.). Essa inovação foi importante pois além de racionalizar a produção jornalística e gráfica – a sucursal de São Paulo possuía gráfica própria -, haveria uma divisão regional mais clara entre as duas unidades.

Se 1940 foi um ano de ensaio e fidelização do público leitor - mas também de introdução de novas temáticas oriundas do universo estadonovista -, 1941 foi a etapa de investidas da expansão proposta por Costa Neto. Ainda em fins de 1940, por exemplo, anunciou-se que a *Rádio Nacional* estaria providenciando a construção de uma estação de ondas curtas no Rio de Janeiro e, de acordo com o jornal, o projeto já havia sido inclusive submetido à concorrência pública (26 set. 1940, p. 1, 1. ed.). Em janeiro de 1941, a emissora já estava comprando equipamentos para a nova estação, dando-se início a seu próprio projeto de expansão. Com a nova aparelhagem, a *Nacional*, como era conhecida na época, poderia atingir audiências mais distantes, aumentando, assim, seu poder de influência, comercial e ideológica.

---

[378] O periódico só passaria a contar com um correspondente de guerra em junho de 1943, o jornalista Nemo Canabarro, que permaneceu na Europa até outubro de 1945. Canabarro foi designado primeiro para Londres e, só então, para o front ocidental, resultando em série de reportagens publicada com exclusividade pelo vespertino. Sobre a atuação do jornalista na Segunda Guerra Mundial, ver edições *A Noite*, 29 jun. 1943, p. 1, 2. ed.; 27 dez. 1943, p. 1, 2. ed.; 28 dez. 1943, p. 1, 1. ed.; 18 jan. 1944, p. 3, 2. ed.; 24 abr. 1944, p. 1-15, 2. ed.; 25 abr. 1944, p. 1-9, 2. ed.; 13 jun. 1944, p. 1-3, 2. ed.; 11 jul. 1944, p. 8, 2. ed.; 17 set. p. 1-10, 1. ed.; 2 out. 1944, p. 3, 2. ed.; 4 jul. 1945, p. 1-2, 2. ed.; 16 out. 1945, p. 2, 2. ed.; 20 out. 1945, p. 3, 1. ed.; 23 out. 1945, p. 13, 2. ed. O correspondente de *A Noite* acabou ficando internacionalmente conhecido após realizar pronunciamento na rádio londrina BBC durante sua estada na Inglaterra (*A Noite*, 12 fev. 1944, p. 3, 2. ed.).

A contratação do cantor Francisco Alves pela rádio, por exemplo, foi motivo de reportagem especial no vespertino, com direito a pose do “rei da voz” assinando o contrato rodeado pelos “grandes astros da PRE-8” – prefixo da emissora: Orlando Silva, Almirante e Celso Guimarães (Figura 56) (*A Noite*, 17 mar. 1941, p. 2, 2. ed.).

Quanto ao jornal *A Noite*, no fim do da administração de Macedo Soares, parte do projeto de ampliação do periódico foi colocado em prática: em fevereiro de 1941, por exemplo, foi inaugurada a sucursal do jornal em Porto Alegre, ampliando-se assim, os serviços de informativos e comerciais naquela capital. A notícia informava que além desses habituais serviços, o escritório gaúcho congregaria também o setor comercial do grupo *Empresa A Noite* e uma estação de retransmissão da *Rádio Nacional* (*A Noite*, 11 fev. 1941, p. 1-3, 2. ed.). Ao final do mesmo mês, Salvador foi escolhida para abrigar um novo escritório do jornal. De acordo com a reportagem, a abertura da sucursal baiana correspondia ao “[...] objetivo, que estamos concretizando, de estreita e permanente vinculação entre a empresa A NOITE e os mais importantes núcleos da vida nacional, por intermédio de agências e sucursais”. A ideia de Costa Neto era a de integrar esses escritórios e formar uma rede de informações nacional: à medida que os escritórios regionais do jornal iam sendo abertos, introduziam-se serviços das outras empresas do grupo, uma estratégia rápida para expansão da marca (*A Noite*, 20 fev. 1941, p. 2. 2. ed.).

A ideia de “integração” dos serviços da empresa com a “vida nacional” era, evidentemente, baseada em noções de expansionismo das quais Costa Neto era profundo defensor: não podemos deixar de lembrar que o “coronel” era também presidente da Fundação Brasil Central, organização que tinha como um de seus projetos o desenvolvimento e a integração de regiões geograficamente distantes dos centros econômicos do país. Esse modelo, aplicado à *Empresa A Noite*, proporcionou considerável aumento da presença do grupo em localidades diversas, sobretudo nas capitais estaduais.

A ideia de “integração” dos serviços da empresa com a “vida nacional” era, evidentemente, baseada em noções de expansionismo das quais Costa Neto era profundo defensor: não podemos deixar de lembrar que o “coronel” era também presidente da Fundação Brasil Central, organização que tinha como um de seus projetos o desenvolvimento e a integração de regiões geograficamente distantes dos centros econômicos do país. Esse modelo, aplicado à *Empresa A Noite*, proporcionou considerável aumento da presença do grupo em localidades diversas, sobretudo nas capitais estaduais.

Havia uma integração também das propagandas entre as empresas de comunicação chefiadas por Costa Neto: anúncios da *Rádio Nacional*, por exemplo, eram publicados diariamente em *A Noite* e vice-versa, inclusive, havia no jornal uma seção especial dedicada à programação da emissora de rádio (*A Noite*, 1 fev. 1941, p. 8, 2. ed.). Da mesma forma, os livros da *Editora A Noite* possuíam espaço publicitário no periódico que, nas edições dominicais, reservava o canto inferior esquerdo para anunciar os novos lançamentos editados pelo grupo (*A Noite*, 19 jan. 1941, p. 1) e, a partir de maio de 1942, passou a publicar periodicamente o catálogo no periódico (*A Noite*, 13 maio 1942, p. 4, 1. ed.).

Após as comemorações do aniversário de um ano da posse de Costa Neto – celebrada pelo jornal todos os anos[379] -, a nova cartada do superintendente foi a de criar um novo periódico: *A Manhã*, dirigido por Cassiano Ricardo: poeta, jornalista, membro da Academia Brasileira de Letras e cotejado ideólogo do regime. A indicação de Ricardo para dirigir o novo empreendimento de comunicação de Costa Neto foi muito bem acolhida por *A Noite*: até aquele momento, ele estava chefiando o Departamento de Imprensa e Propaganda de São Paulo, o DEIP-SP, portanto, era considerado pessoa alinhada ao projeto da cadeia de jornais. Esse trânsito de figuras entre postos no governo e cargos no grupo *A Noite* era uma constante, evidenciando, consequentemente, o grau de imbricação entre a empresa e o regime (*A Noite*, 12 jun. 1941, p. 2, 1. ed.).

O novo periódico do grupo *Empresa A Noite* trazia uma proposta totalmente inversa de *A Noite*: se o vespertino era dinâmico, possuidor de linguagem direta e com forte apelo popular, seu irmão matutino era denso, com uma linguagem rebuscada e tinha o propósito de ser uma folha voltada para a intelectualidade da época. Com projetos comunicacionais tão distantes entre si, os dois jornais complementavam uma grande proposta de comunicação e expansão comercial-jornalística colocada em prática por Costa Neto. Cada qual com o seu público e seus métodos informativos, ambos tinham em comum não somente a empresa que os administrava mas, sobretudo, sua dedicação ao projeto de comunicação social do Estado Novo.

Valendo-se de técnicas de preparação oriundas da propaganda, inclusive, criação da época, *A Noite* publicou antecipadamente durante edições seguidas

---

[379] No dia 8 de março, funcionários das EIPN, sobretudo empregados de *A Noite*, prestavam homenagens a Costa Neto. Essas reuniões eram publicizadas pelo vespertino como forma de se criar uma autoimagem harmônica da *Empresa A Noite*, sobretudo, da "providencial" administração do superintendente (*A Noite*, 8 mar. 1941, p. 1-2, 2. ed.).

notícias, artigos e propagandas sobre o lançamento de *A Manhã*. O novo periódico da *Empresa A Noite* passou a ser anunciado como grande acontecimento no mundo jornalístico, sendo classificado pelo vespertino como uma publicação "[...] aparelhada com os mais modernos serviços gráficos e informativos, não será apenas um jornal grandemente noticioso, com amplas reportagens em torno dos assuntos mais palpitantes". O matutino do grupo teria, segundo seu irmão, "[...] uma feição marcadamente opinativa, abrindo suas colunas, dentro de um sadio espírito de brasilidade, ao estudo e debate de assuntos e problemas que se relacionam virtualmente com a grandeza e o futuro de nossa pátria" (*A Noite*, 27 mar. 1941, p. 2, 1. ed.).

O jornal era apresentado como um reflexo dos "[...] largos movimentos da vida brasileira, na presente fase de renovação social, política e intelectual". O uso por *A Noite* de adjetivos como "moderno", "dotado de amplos recursos", "dinâmico" e demais, servia ao propósito de associar o novo matutino criado por Costa Neto com o momento de expansão que vivia a *Empresa A Noite*. Na visão do vespertino, seu novo irmão representava o sucesso de Costa Neto, da *Empresa* e, claro, do Estado Novo (*A Noite*, 8 jun. 1941, p. 1, 1. ed.). Em sua coluna, André Carrazzoni classificou o lançamento do novo jornal como resultado do "[...] espírito de animação e determinação que lhe define o temperamento dinâmico" de Costa Neto, característica esta, inclusive, atribuída tanto a cria quanto ao criador (*A Noite*, 25 jun. 1941, p. 2, 1. ed.). Heitor Moniz, também colunista de *A Noite*, comentou que o objetivo principal do novo jornal era o de "[...] representar no meio da imprensa e no cenário da vida nacional, num instante por excelência histórico como este que vamos atravessando, um alto papel de natureza intelectual e de feição política" (*A Noite*, 4 jul. 1941, p. 2, 1. ed.)[380].

Entretanto, uma alteração de ordem administrativa paralisou, pelo menos temporariamente, os planos expansionistas de Costa Neto: em julho de 1941, a tríade de diretores (Carrazzoni, Lage e Macedo Soares) é desfeita com a saída do então diretor geral do jornal, ficando a supervisão do vespertino a cargo de Carrazzoni e Lage (*A Noite*, 2 jul. 1941, p. 1, 1. ed.). Por outro lado, essa primeira mudança não afeta a gerência do periódico, permanecendo Octávio Lima na função.

---

[380] Outra característica atribuía ao novo jornal era de que ele iria possuir uma "feição opinativa e colaboração escolhida", uma forma de dizer que ele seria composto exclusivamente por articulistas ligados ao regime (*A Noite*, 26 jul. 1941, p. 2, 2. ed.).

Esse clima de mudança que reinava em *A Noite* pôde ser verificado nas comemorações do primeiro aniversário do jornal após a encampação: era o 30º ano de vida do periódico e a recém-reorganizada dupla de diretores, Carrazzoni e Lage, procurara criar condições para que o projeto de comunicação do jornal fosse reafirmado: de acordo com o próprio periódico, as comemorações dos trinta anos da empresa demonstravam que “[...] A Noite jamais se afastou das diretrizes que lhe traçaram seus fundadores”. Negando qualquer alteração drástica em sua linha editorial - que ocorreu, como demonstrado -, o jornal procurava manter virtualmente sua identidade original, grandemente modificada ao longo do tempo (*A Noite*, 16 jul. 1941, p. 1, 1. ed.).

As festividades promovidas pela direção Carrazzoni-Lage para os trinta anos de *A Noite* duraram dias e foram noticiadas destacadamente. O vespertino criou, a partir de então, mecanismos comunicacionais de autopromoção – largamente utilizados hoje pelas mídias -, que visavam a amplificar a credibilidade do periódico em diversos meios sociais: cartas de leitores e personalidades do mundo político e cultural; telegramas de figuras do Estado Novo e de setores conservadores da sociedade civil; e mensagens enviadas por outros veículos de comunicação eram algumas estratégicas de convencimento e chancela de sua credibilidade jornalística. Vargas, por exemplo, não podendo comparecer às comemorações de *A Noite*, mandou seu secretário, Luiz Vergara, para representa-lo (*A Noite*, 19 jul. 1941, p. 1-3, 1. ed.). Por outro lado, os diretores puderam ser agraciados com a presença de Barros Barreto, ministro presidente do Tribunal de Segurança Nacional (TSN) (*A Noite*, 19 jul. 1941, p. 8, 2. ed.)[381].

Em julho de 1941, embora o aniversariante fosse o jornal *A Noite*, o grande homenageado na festa de confraternização dos trinta anos do periódico, realizada no Cassino da Urca – anunciante no vespertino -, foi o recém-indicado diretor de *A Manhã*, pois, afinal de contas, o investimento econômico e simbólico no novo empreendimento deveria render os frutos esperados por Costa Neto e pelo regime (*A Noite*, 26 jul. 1941, p. 8, 2. ed.).

Na véspera do lançamento de *A Manhã* – publicado pela primeira vez em 9 de agosto de 1941, mais de um mês após o início das propagandas veiculadas em *A*

---

[381] Para maiores informações sobre a extensa cobertura jornalística dos trinta anos do periódico, ver edições *A Noite*, 21 jul. 1941, p. 5, 1. ed.; 23 jul. 1941, p. 4, 1. ed.; 24 jul.1941, p. 7, 1. ed.; 24 jul. 1941, p.7, 1. ed.; 29 jul. 1941, p. 4, 1. ed.; 30 jul. 1941, p. 4, 1. ed.;

Noite -, Cassiano Ricardo concedeu entrevista ao jornal afirmando que o programa do novo matutino consistiria em proporcionar ao leitor uma visão “apurada” dos acontecimentos, especialmente, através de suplementos em rotogravura que se concentrariam na propaganda do regime e na crítica literária. Nas palavras do próprio Ricardo, *A Manhã* vinha para se tornar um “jornal de idéias” (*A Noite*, 7 ago. 1942, p. 1-3, 2. ed.). Os anúncios de *A Manhã* publicados em *A Noite* incentivavam os leitores do vespertino a lerem o novo veículo de comunicação do grupo: um “[...] jornal moderno, noticioso e feito para todo o Brasil” (*A Noite*, 30 out. 1941, p. 2, 1. ed.)[382].

Com a direção do vespertino estabilizada e o novo jornal do grupo lançado, Costa Neto, Carrazzoni e Lage voltaram seus esforços na continuidade do plano de expansão das sucursais de *A Noite*: procurando melhorar os serviços de informações na sede de inverno da ditadura, Petrópolis, a administração Costa Neto anunciou a abertura de uma nova sucursal na cidade serrana (*A Noite*, 21 out. 1941, p. 2, 2. ed.). Costa Neto, presidindo a cerimônia, reafirmou que as novas sucursais do vespertino faziam parte do projeto da *Empresa A Noite* de criar “[...] uma rede sensível de informações, ao serviço do fortalecimento da unidade nacional e da intensificação das correntes de intercâmbio entre os diversos núcleos das nossas populações urbanas” (*A Noite*, 23 out. 1941, p. 8, 2. ed.).

Nesse sentido, a visão expansionista do militar representava o esforço de “integração nacional” realizado pelo próprio regime, ou seja, o vespertino *A Noite* foi transformado em uma versão jornalística e comercial do Estado Novo. Além de expandir o jornal para fora dos limites da Capital Federal, a direção Carrazzoni-Lage procurou, do mesmo modo, aumentar o alcance do periódico para além das fronteiras nacionais: através de uma tabela de preços das edições de *A Noite*, foi possível verificar que o vespertino anunciou ser vendido em outros países de América e Europa, denotando, assim, que o projeto de crescimento comercial do grupo pretendeu não se limitar apenas à abertura de escritórios regionais pelo país, mas, sobretudo, argumentou levar a mensagem estadonovista de *A Noite* para outras audiências (*A Noite*, 5 dez. 1941, p. 9, 2. ed.).

Até o fim de 1941, o consórcio de empresas de comunicação era composto por cinco veículos: os jornais *A Noite* e *A Manhã*, as revistas *Vamos Ler!* e *Carioca* e, não

---

[382] *A Noite* chegou a anunciar que o lançamento da primeira edição de *A Manhã* ocorreria em 9 de junho, contudo, em razão da readequação do quadro de diretores de *A Noite* e problemas técnicos, o surgimento do novo matutino do grupo acabou sendo postergado em dois meses (*A Noite*, 8 jun. 1941, p. 1, 1. ed.).

menos importante, a *Editora A Noite*. A partir de dezembro de 1941, a *Empresa A Noite* passou a diversificar seu portfólio empresarial ao adquirir o *Grande Consórcio Suplementos Nacionais*, editora de livros infantis que tinha como carro chefe as publicações infanto-juvenis *Mirim*, *Lobinho* e *Suplemento Juvenil*, revistas de grande sucesso na época. De acordo com *A Noite*, a compra da editora representava "[...] o espírito de patriotismo que sempre norteou" o conglomerado de comunicação, evidenciado pelo desenvolvimento do próprio periódico que, sob administração Costa Neto, passou a ser um empreendimento financeiramente rentável (*A Noite*, 17 dez. 1941, p. 1, 2. ed.). Em 1944, a editora comprada por Costa Neto passou por grandes modificações e deu origem à *Biblioteca do Estudante Brasileiro*, empresa ligada ao grupo que publicava livros didáticos, paradidáticos voltados para todas as séries escolares e disciplinas, bem como, de publicações voltadas à formação profissional em pedagogia (*A Noite*, 8 abr. 1944, p. 3, 1. ed.). Vale lembrar que a aquisição da antiga casa de edição possibilitou à *Editora A Noite* a ampliação de sua atuação no mercado editorial brasileiro, expandindo, assim, seu catálogo de obras e sua influência na área.

As fusões empresariais comandadas por Costa Neto não objetivavam apenas a expansão comercial do conglomerado de comunicação, mas, sobretudo, buscaram modificar as publicações recém-adquiridas: quando concluiu a negociação de compra da editora infantil, a primeira atitude do superintendente foi mudar sua razão social para *Empresa de Publicações Infantis*, enquanto que a segunda, mais profunda ideologicamente, foi anunciar que os livros publicados pela instituição passariam por uma "nova orientação". De acordo com Costa Neto, o catálogo da editora necessitava de "um sentido educacional", pois, no contexto de guerra em que vivia o Brasil, era importante que se criasse "[...] o homem brasileiro novo, extreme de exotismos, tolerante, mas enérgico, consciente e patriota". Ou seja, um protótipo do homem ideal pensado pelo regime e que teria não apenas a instituição escolar como suporte pedagógico, mas, também, disponibilizaria ao público bens culturais baseados nos princípios morais, educacionais e ideológicos do Estado Novo que auxiliariam os pais na formação de seus filhos (*A Noite*, 18 jan. 1942, p. 2, 1. ed.).

Um ano depois, em janeiro de 1943, o periódico anunciou o lançamento da série de livros *Biblioteca do Estudante Brasileiro*, publicada pela *Editora A Noite* e que tinha como objetivo atingir todos os níveis escolares do ensino básico (*A Noite*, 18 jan. 1943, p. 1-3, 2. ed.). Em maio daquele ano, a coleção literária *Letras Brasileiras* entrou

para o catálogo da editora, robustecendo, assim, a oferta de publicações voltadas aos jovens (*A Noite*, 6 maio 1943, p. 2, 1. ed.).

A expansão de Costa Neto não parou por aí: ainda em janeiro de 1942, inaugurou uma sucursal na cidade fluminense de Campos[383] (*A Noite*, 21 jan. 1942, p. 3, 2. ed.), lançou a *Revista Síntese*, que, inclusive, era dirigida por Heitor Moniz, colunista de *A Noite* (*A Noite*, 13 jan. 1942, p. 6, 1. ed.) e, antes de findado o mês, efetivou a compra do *Diário da Bahia*, periódico que passou a integrar o grupo *Empresa A Noite* (*A Noite*, 31 jan. 1942, p. 2, 2. ed.). Em março, celebrando o aniversário de dois anos de Costa Neto à frente da superintendência, o periódico se congratulou com ele pela dedicação para o fortalecimento empresarial do grupo que, segundo o jornal, assentava-se em dois pilares: diversificação de investimentos e unidade administrativa-ideológica (*A Noite*, 9 mar. 1942, p. 3, 2. ed.). Em junho, foi a vez do jornal *O Estado*, de Niterói, ser adquirido (*A Noite* 20 jun. 1942, p. 1, 1. ed.). Em agosto, o jornal *A Gazeta*, de Florianópolis, considerado "um dos órgãos de maior circulação no Sul" do país, passou a fazer parte da "rede" de periódicos sob tutela do coronel (*A Noite*, 13 ago. 1942, p. 2, 1. ed.).

Em 1942, além dessas estratégias comerciais de crescimento, a administração de Costa Neto inaugurou o primeiro escritório internacional de *A Noite*, em Buenos Aires, Argentina (*A Noite*, 16 jul. 1942, p. 2, 2. ed.), além de lançar a revista *Vitrina* – publicação autointitulada "revista mensal de luxo", ou seja, voltada para um público abastado financeiramente ou fascinado pela riqueza (*A Noite*, 12 set. 1942, p. 2, 2. ed.). O grupo *A Noite* também arrematou, por preço não divulgado, os ativos da *Casa Editora Henrique Velho*, tradicional editora carioca que fechou suas portas depois da fusão e teve seu acervo incorporado à *Editora A Noite* (*A Noite*, 17 set. 1942, p. 3, 1. ed.). Em menos de um ano, Costa Neto havia adicionado quatro jornais à lista de veículos de comunicação da *Empresa A Noite*, sem contar as editoras e abertura de novas sucursais. O projeto de ampliação da organização estava de vento em popa (*A Noite*, 12 dez. 1942, p. 6, 1. ed.)[384].

---

[383] No escritório de Campos também foi inaugurada uma biblioteca com loja anexa da *A Noite Editora*, ação de marketing que fazia parte do projeto de expansão de Costa Neto (*A Noite*, 28 abr. 1942, p. 2, 1. ed.). Em maio foi a vez de Belo Horizonte ganhar mais uma sucursal do jornal, evento grandemente noticiado por *A Noite* (*A Noite*, 8 maio 1942, p. 1, 1. ed.; 8 maio 1942, p. 1-2, 2. ed.; 9 maio 1942, p. 1-3, 1. ed.; 10 maio 1942, p. 1, 2. ed.).

[384] Durante as celebrações dos 31 anos do periódico, Costa Neto promoveu uma homenagem a Irineu Marinho, fundador do jornal que havia sido "deposto" pelo sócio, Geraldo Rocha. Para discursar no evento, Costa Neto convidou o filho do homenageado, Roberto Marinho, que aceitou o convite. O

Por outro lado, a falta de matéria prima para as gráficas de editoras, jornais e revistas era tão grave durante os anos de 1942 a 1945 que as empresas de comunicação da época tiveram que reduzir tiragens, quantidade de páginas e, em alguns casos, deixar de publicar: nos anos de 1940 e 1941, por exemplo, *A Noite* chegava a sair em três edições diárias, contando cada uma com até quatorze páginas. O aumento do cerco aos navios mercantes Aliados, a dependência brasileira do papel de imprensa importado – sobretudo do Canadá – e a ausência de uma indústria de papel nacional acarretou a diminuição do tamanho de *A Noite*: reduzido a duas edições com até oito páginas cada, o periódico teve que se adaptar em tempos de guerra, atitude imposta a todos os demais veículos de comunicação do período.

Entretanto, a encampação da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande proporcionou a Costa Neto uma carta na manga: a Fábrica de Papel de Cachoeira, Paraná. Subsidiária do acervo da *Brasil Railway*, também controlada pelas EIPN, essa pequena indústria de papel passou a ser a nova aposta do superintendente para atender à demanda por papel das empresas de comunicação do conglomerado (*A Noite*, 4 abr. 1942, p. 1-3, 2. ed.). Após a realização dos primeiros testes de qualidade, o jornal anunciou que uma “nova era para a indústria do jornal” estava se iniciando: a inédita impressão de *A Noite* com papel exclusivamente nacional, o primeiro da história da imprensa brasileira. Apresentando a “patriótica inovação”, a reportagem informou que “[...] essa folha que você tem nas mãos, carioca, é que lhe oferece a emoção patriótica de ver como é um jornal feito com papel brasileiro (*A Noite*, 7 abr. 1942, p. 1-3, 2. ed.).

Outra empresa que era subsidiária da *Brasil Railway* era uma fábrica de tintas para impressão que foi, tão logo efetivada a encampação, incorporada ao acervo do grupo *A Noite*. Nas proximidades do aniversário de Vargas em 1942, por exemplo, os retratos de Costa Neto e Vargas foram impressos com as primeiras tintas produzidas no local e expostos pelos *Edifício A Noite* (*A Noite*, 16 abr. 1942, p. 3, 2. ed.). Desta forma, a reorganização da fábrica de tintas, junto com a de papel de imprensa, dava autonomia produtiva e econômica às empresas do grupo, garantindo-lhes viabilidade material e produtiva para que pudessem continuar sua obra de legitimação do Estado Novo.

---

episódio denota a intenção do proprietário de *O Globo* em ter sua figura associada à uma cadeia jornalística que estava em franco desenvolvimento (*A Noite*, 19 jul. 1942, p. 1-2, 2. ed.).

Por outro lado, Costa Neto, ao participar da inauguração de seu próprio retrato, impresso e posicionado ao lado do de Vargas, transformava-o em um reflexo local do líder. Sem contar que devemos levar em consideração que o ato de fixar os retratos de Vargas e Costa Neto a cada nova inauguração era uma prática adotada e incentivada pelo próprio superintendente: na retomada dos trabalhos de *O Estado* sob direção da *Empresa A Noite*, por exemplo, fotografias de Vargas, Amaral Peixoto e Costa Neto foram colocadas na redação do periódico, dando-se, consequentemente, um ar de "público" ao ambiente jornalístico que era, para efeito legal e fiscal, pertencente a uma empresa privada (*A Noite*, 12 nov. 1942, p. 2, 1. ed.). No dia de seu aniversário natalino, funcionários do recém-comprado *Diário da Bahia* homenagearam o chefe promovendo a inauguração de sua fotografia na sala da redação do periódico (*A Noite*, 13 jan. 1943, p. 2, 1. ed.).

Quanto à *Rádio Nacional*, os projetos de expansão de Costa Neto para a emissora eram igualmente ambiciosos: em abril de 1942, por exemplo, ela inaugurou novos estúdios, exatamente, no dia do aniversário de Vargas, *19*. A festividade contou com extensa programação, publicada com antecedência em *A Noite* (*A Noite*, 18 abr. 1942, p. 2, 1. ed.). Durante a abertura dos "modernos estúdios" – novamente o apelo à modernidade -, discursaram figuras estadonovistas como Gustavo Capanema, ministro da Educação, e Lourival Fontes, diretor do DIP, declarando ambos estarem "entusiasmados" com a dedicação de Costa Neto para com a *Empresa A Noite* (*A Noite*, 19 abr. 1942, p. 1-3, 1. ed.). Procurando dar um sentido de popularidade ao evento, o periódico informou que uma "verdadeira multidão" lotou o novo auditório para assistir aos programas especialmente preparados para a ocasião (*A Noite*, 21 abr. 1942, p. 2, 1. ed.).

Logo após a grande inauguração promovida na *Nacional*, Costa Neto viajou para São Paulo a fim de providenciar uma nova inauguração: a transformação da versão do periódico publicada em São Paulo em edição de *A Noite* exclusivamente paulistana (*A Noite*, 22 maio 1942, p. 3, 2. ed.). Dando relativa autonomia administrativa para Menotti del Picchia, o que não queria dizer liberdade de pauta e opinião, a nova edição "autônoma" de *A Noite* em São Paulo apareceu nas bancas somente em agosto de 1942, meses após a comunicação de sua remodelação. Contando com a presença de Costa Neto, a cerimônia foi grandemente noticiada pela edição carioca de *A Noite*, considerando ser esse mais um grande passo dado para se conquistar os leitores bandeirantes (*A Noite*, 23 ago. 1942, p. 2, 1. ed.).

Essa inovação, sinalizada anteriormente, foi amadurecida após a nomeação do escritor Menotti del Picchia para a direção do escritório paulista, ocorrida em janeiro de 1942, em substituição a Alexandre Marcondes Filho, na época recém-nomeado Ministro do Trabalho, fato que evidencia, novamente, a existência de um intercâmbio de recursos humanos entre o jornal e o regime (*A Noite*, 10 jan. 1942, p. 2, 2. ed.). Aliás, esse "intercâmbio" de pessoal entre *A Noite* e o Estado Novo acarretava algumas confusões, inclusive, para os próprios funcionários da *Empresa A Noite*: uma consulta realizada pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro ao Ministério do Trabalho solicitou explicações sobre o enquadramento na legislação social dos empregados da *Empresa A Noite*, visto que eles não sabiam se eram considerados, especialmente após a encampação, funcionários públicos ou privados. Alexandre Marcondes Filho respondeu argumentando que, embora o grupo de comunicação fosse administrado por um órgão governamental, a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, ele era caracterizado como uma instituição privada (*A Noite*, 20 jun. 1942, p. 3, 2. ed.). A explanação do ministro do Trabalho pareceu não ser suficiente para acabar com questionamentos oriundos da questão: um comunicado de Costa Neto sobre processo trabalhista transitando na Junta de Conciliação do Tribunal Regional do Trabalho, por exemplo, obrigou o superintendente a reafirmar que, como parte das EIPN, os empregados do conglomerado de comunicação estavam sujeitos às regras da Previdência Social e não, conforme considerou aquela corte, à legislação que regia o trabalho do funcionalismo público. Contrariado, o militar declarou ao vespertino que estava aguardando que o "erro" fosse sanado pela mesa de conciliação (*A Noite*, 8 jun. 1943, p. 2, 1. ed.).

Dirimidas as dúvidas, com o crescimento da *Empresa A Noite* – marcado pelo aumento no número de sucursais nos estados, aquisição de jornais, lançamento de revistas e compra de editoras -, tornou-se fundamental centralizar o envio de informações para as demais unidades da rede projetada por Costa Neto. A solução encontrada foi providenciar a compra de uma estação radiotelegráfica no Rio de Janeiro para melhorar o modo como as notas da administração central eram encaminhadas para as sucursais, muitas vezes, dependentes do noticiário da Capital Federal, projeto iniciado ainda em 1941 (ver edições *A Noite*, 12 abr. 1941, p. 1, 1. ed.; 27 jun. 1942, p. 2, 1. ed.).

A efetivação dessa ideia só ocorreu em dezembro de 1942, quando foi realizada a inauguração conjunta da nova Estação de Ondas Curtas da *Rádio*

Nacional e do Serviço Telegráfico de *A Noite*. Em um só evento, os dois maiores veículos de comunicação da *Empresa A Noite* davam um gigantesco passo rumo à expansão empresarial do conglomerado. A estação radiotelegráfica de *A Noite* foi pensada para ser utilizada de duas maneiras: a serviço do jornal, facilitando a comunicação entre a sede e as sucursais e, especialmente, conectada diretamente ao Palácio do Catete. Essa última função deve ser ressaltada: a administração Costa Neto teve a preocupação de criar um sistema dedicado ao regime que funcionou também como eficaz veículo de propaganda da ditadura (*A Noite*, 30 dez. 1942, p. 1-3, 2. ed.).

Devido ao apelo que o rádio tinha na época, o próprio jornal concentrou seu noticiário na inauguração da estação de ondas curtas da *Nacional*, evento agendado para o feriado de 1º de janeiro de 1943. Com extensa e diversificada programação – inclusive, publicada por *A Noite* em página inteira (Figura) -, a festividade contou com apresentações musicais do maestro Villa Lobos e discursos de personalidades estadonovistas, além, é claro, da presença de Vargas e ministros (*A Noite*, 2 jan. 1943, p. 1, 7 e 8, 2. ed.). Passado o frisson da inauguração, Coelho Neto, diretor do DIP, realizou uma visita às novas instalações da emissora de ondas curtas e teceu elogios ao projeto de Costa Neto (*A Noite*, 18 fev. 1943, p. 2, 2. ed.)[385].

O começo do ano de 1943 não foi marcado apenas por celebrações na *Empresa A Noite*: dois dias após a inauguração dos "modernos equipamentos" de *A Noite* e da *Nacional*, Cypriano Lage solicitou demissão do cargo em razão de sua saúde já debilitada. O cargo de Lage, "como de costume no jornal", não seria ocupado por ninguém, ficando André Carrazzoni a partir de então como diretor único do vespertino (*A Noite*, 4 jan. 1943, p. 1-3, 1. ed.). Carvalho Neto, que exercia a função de secretário geral, foi reconduzido ao cargo de redator chefe, fato que rendeu profunda satisfação no meio jornalístico carioca, chegando ao ponto de amigos do jornalista mandarem celebrar missa em comemoração por retorno à antiga função (*A Noite*, 18 jan. 1943, p. 2, 1. ed.). Lincoln de Massena, que assumiu a secretaria geral no lugar de Carvalho Neto, é igualmente cortejado pelos colegas de imprensa, sendo-lhe oferecido um jantar no Hotel Riviera em comemoração pela sua nomeação (*A Noite*, 14 jan. 1943, p. 3, 1. ed.).

---

[385] O jornal publicou, inclusive, uma reportagem especial do correspondente nos EUA, R. Magalhães Junior, sobre as repercussões das transmissões da *Nacional* que chegavam aquele país. De acordo com o jornalista, o *Times New York* havia feito grandes elogios à qualidade do sinal e aos programas produzidos (*A Noite*, 2 fev. 1943, p. 1-4, 1. ed.).

Desta forma, a saída de Lages e a consolidação de Carrazzoni na direção do periódico assinalam o início da terceira fase do jornal durante o período em que Vargas esteve no poder. Em janeiro de 1943, um oficio de Costa Neto endereçado a Coelho dos Reis, diretor do DIP, informou ao órgão de propaganda oficial a relação das empresas que constituíam o grupo até aquele momento: cinco jornais diários, onze revistas – destas, três voltadas ao público infanto-juvenil -, uma emissora de rádio e uma editora (as editoras recém-adquiridas foram incorporadas ao acervo da *Editora A Noite*). Um balanço das atividades mercadológicas da *Empresa A Noite* foi, inclusive, publicado no jornal, procurando o periódico deixar em evidência que o crescimento do grupo do qual fazia parte correspondia ao modo como Costa Neto tratava os "negócios do Estado" (*A Noite*, 15 jul. 1943, p. 2, 2. ed.).

Em menos de três anos sob direção estatal, a *Empresa A Noite* estava em vias de se consolidar como conglomerado de comunicação social, devotado, importante realçar, ao projeto de comunicação oficial do regime. Essa noção de comprometimento com a ideologia estadonovista era ressaltada por Costa Neto em suas declarações ao jornal: durante as comemorações do terceiro aniversário de sua administração, o homenageado comentou que "[...] o desenvolvimento das empresas sob sua direção se deve mais às diretrizes traçadas pelo presidente Getúlio Vargas do que a ele próprio, que nada faz senão seguir a orientação do chefe do governo". Costa Neto reconhecia em Vargas a fonte de inspiração de seu movimento de crescimento exponencial do grupo *A Noite*, visualizando nas empresas do grupo uma espécie de representação em menor escala do próprio Estado Novo (*A Noite*, 15 mar. 1943, p. 2, 2. ed.).

No decorrer de 1943, embora houvesse uma diminuição do número de aquisições, o superintendente efetivou a compra da *Livraria Jacynto*, estabelecimento que publicava a *Revista de Direito* (*A Noite*, 17 jun. 1943, p. 3, 1. ed.). Dando continuidade à publicação, a nova administração procurou divulgar nas páginas de *A Noite* anúncios dos novos números recém lançados, enfatizando ser ela "[...] a mais antiga publicação jurídica do Rio de Janeiro" (*A Noite*, 30 nov. 1943, p. 7, 1. ed.). Outra inovação naquele ano foi melhorar a recepção de anúncios e classificados, sendo criado para isso um posto de atendimento na *Livraria A Noite* que funcionava até às oito da noite, tornando evidente, portanto, a preocupação do jornal em ampliar suas receitas com a propaganda paga (*A Noite*, 20 out. 1943, p. 5, 1. ed.).

Nas comemorações dos trinta e dois anos do jornal, por exemplo, o tema abordado pela série de reportagens comemorativas se pautou no crescimento

empresarial do grupo, exaltando-se, especialmente, a popularidade ascendente do periódico por ele ser “[...] capaz de suscitar o interesse dos leitores de todos os graus de cultura e situados em qualquer posição” social (*A Noite*, 17 jul. 1943, p. 1, 1. ed.). Até uma propaganda dos Elevadores Atlas se valeu do sucesso empresarial da organização ao classifica-la como “uma boa organização nacional” que, inclusive, era servida pelos equipamentos da marca em funcionamento no *Edifício A Noite* (Figura 57) (*A Noite*, 20 jul. 1943, p. 4, 1. ed.)[386].

Heitor Moniz, em sua coluna, afirmou que “[...] fez-se no Brasil a primeira experiência do Estado Industrial”, ou seja, as EIPN. De acordo com o jornalista, a administração de empresas privadas pelo Estado, como era o caso das Empresas Incorporadas, mostrou-se eficaz devido à capacidade administrativa do regime que, visando ao bem-estar coletivo, diferia da administração “capitalista”, está de olho apenas no lucro. Dá como exemplo o aumento da participação estatal nos Estados Unidos no contexto de guerra, procurando demonstrar que no pós-guerra, seria uma tendência no mundo capitalista mundial. Nas palavras de Moniz: “[...] não acredito que a guerra termine com o revigoramento do sistema capitalista. E acredito muito mais no Estado, como amigo do povo, do que nos ‘trusts’, nas companhias, nos monopólios e nas organizações financeiras” (*A Noite*, 3 dez. 1943, p. 7, 2. ed.). Dias depois do artigo ser publicado, o jornalista deixou os cargos de chefe da Seção do Departamento de Imprensa das EIPN e de diretor da *Editora A Noite* para assumir a direção da Divisão de Divulgação do DIP: mais uma transação de pessoal entre a *Empresa A Noite* e a ditadura (*A Noite*, 17 dez. 1943, p. 2, 1. ed.).

Costa Neto defendia a ideia de que, com o fim da guerra, as empresas controladas pela EIPN fossem colocadas a leilão, objetivando, desta maneira, diminuir a participação do Estado nas instituições privadas, posição que ia contra o pensamento de Heitor Moniz. A perspectiva do superintendente deu margem a especulações de que o governo pretendia vender o jornal *A Noite*, levando a direção da *Empresa A Noite* a publicar no jornal uma nota desmentindo “boatos” sobre o assunto. Negando categoricamente, o comunicado afirma apenas que estava se cogitando a ideia de repassar as operações do setor industrial das EIPN para a

---

[386] As comemorações do primeiro ano da edição paulistana de *A Noite* também foram grandemente festejadas pela sua “irmã” carioca que, como nos demais jornais do grupo, procurou evidenciar o evento como resultado da expansão de Costa Neto (*A Noite*, 1 set. 1943, p. 3, 2. ed.).

iniciativa privada, mas, em nenhuma hipótese, os órgãos de imprensa e rádio (*A Noite*, 29 set. 1943, p. 1, 2. ed.).

Em novembro de 1943, Costa Neto volta a negar por meio de nota de seu gabinete, via *A Noite*, notícia publicada no *Diário Carioca* da venda de vinte mil ações da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, controlada pelas EIPN. De acordo com o superintendente, as informações do *Diário* eram no mínimo "insinuações malévolas e reticentes" (*A Noite*, 22 nov. 1943, p. 3, 2. ed.). É importante apontar que, embora *A Noite* consistisse em um periódico abertamente pró-Estado Novo, os "desmentidos" e retratações publicadas no próprio veículo denotam a existência de tensões, não-uniformidade comunicacional e brechas presentes no sistema de censura da ditadura. Lembremos que ditadura, não são infalíveis nem uniformes e, por muitas vezes, recorrem aos parceiros da imprensa para solucionar celeumas políticas.

Mesmo negando a venda de empresas de comunicação do grupo, Costa Neto mandou publicar no vespertino um edital de venda do edifício que abrigava o jornal *A Manhã* (*A Noite*, 8 fev. 1944, p. 6, 1. ed.). Iniciava-se, discretamente, a implantação de seu anteprojeto de repasse de algumas organizações e bens da *Empresa A Noite* para as mãos de capitalistas. Fazendo um movimento inverso, o vespertino justificava o plano afirmando que era para "estimular a iniciativa particular", chegando a entrevistar Costa Neto que afirma que nunca foi intenção do regime explorar a empresas "em definitivo", ou seja, concorrendo com empresas privadas, mas sim, "retirar das mãos estranhas" instituições de setores de interesse para a economia nacional. Valendo-se do mesmo argumento que legitimava a encampação, o superintendente declarou que vender as empresas para capitalistas era um "ato patriótico", pois permitiria a injeção de capitais em empresas "[...] operantes e prósperas, todas em perfeito ritmo de trabalho e funcionando com rendimento apreciável". Contudo, o militar voltou a afirmar que as empresas de comunicação ligadas às EIPN não estariam no "plano de venda" devido aos "seus fins educativos" (*A Noite*, 11 ago. 1944, p. 1-3, 2. ed.). O que não impediu, por exemplo, o jornal de anunciar, em junho de 1945, a venda de "grande impressora rotativa" pertencente a seu parque gráfico (*A Noite*, 15 jun. 1945, p. 3, 1. ed.)[387].

---

[387] As empresas de comunicação da *Empresa A Noite* tiveram, inclusive, pequena expansão durante os debates acerca a venda de parte do portfólio das EIPN: em março, foi organizada uma exposição no prédio de *A Manhã* sobre as realizações de Costa Neto à frente da Superintendência (*A Noite*, 18 mar. 1944, p. 3, 1. ed.); em junho, o jornal passou a fornecer noticiário para o periódico uruguaio *La Razon* (*A Noite*, 9 jun. 1944, p. 1, 2. ed.). Em janeiro de 1945, a segunda sucursal internacional do vespertino é aberta em Lisboa, Portugal (*A Noite*, 28 jan. 1945, p. 3, 1. ed.). No final do Estado, outubro

Mas havia um personagem na redação de *A Noite* que estava ampliando também sua própria "rede": André Carrazzoni, o mais antigo diretor em exercício de *A Noite*. Desde a sua permanência como único diretor após a saída de Cypriano Lage, em janeiro de 1943, o jornalista passou a projetar um futuro profissional-político fora das redações de *A Noite*. Sua gestão não foi marcada por grande crescimento empresarial do periódico ou mesmo da *Empresa A Noite* – comparado com a expansão de 1941-1942 -, mas se baseou na consolidação de sua imagem junto aos meios jornalísticos cariocas.

Cabe lembrar que Carrazzoni, mesmo atuando como diretor, foi correspondente por um breve período durante viagem que realizou aos Estados Unidos, afim de produzir reportagens sobre o esforço de guerra daquele país[388]. A ida de Carrazzoni aos EUA também proporcionou, posteriormente, um prêmio ao periódico, concedido pela Escola de Jornalismo da Universidade do Missouri, que condecorou o vespertino carioca com uma medalha "por seus assinalados serviços ao jornalismo", motivo para o assunto ser amplamente explorado em edições consecutivas (*A Noite*, 10 maio 1944, p. 1-3, 2. ed.)[389].

Nesse ambiente favorável, o jornalista aproveita para lançar, em dezembro de 1943, sua candidatura para presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro (SJPRJ) ao lado de Osório Borba (*A Noite*, 27 dez. 1943, p. 1-4, 2. ed.). Vencendo com relativa folga (256 votos contra 167), Carrazzoni passou a estreitar os laços entre o SJPRJ e o Estado Novo, aproveitando-se de sua influência dentro do regime para promover melhoramentos na instituição, como instalação de novos serviços para os associados, e procurando agilizar o processo de profissionalização do jornalista, paralisado há tempos pela antiga diretoria (*A Noite*, 28 dez. 1943, p. 1-3, 1. ed.)[390].

Entre 1944 e 1945, período em que o diretor de *A Noite* foi também presidente do SJPRJ, o periódico passou por poucas transformações. Contudo, a partir de

---

de 1945, as EIPN incorporam o Hospital Pedro Ernesto, um último gesto da expansão Costa Neto (*A Noite*, 4 out. 1945, p. 2, 1. ed.).

[388] Sobre a viagem de Carrazzoni à terra do Tio Sam, ver edições *A Noite* 27 maio 1943, p. 2, 1. ed.; 28 maio 1943, p. 1-3, 1. ed.; 23 jul. 1943, p. 1-3, 1. ed.; 24 jul. 1943, p. 1, 1. ed.

[389] Para mais informações acerca da condecoração dada ao periódico nos EUA, ver edições *A Noite*, 15 maio 1944, p. 1-3, 1. ed.; 17 maio 1944, p. 1, 1. ed.; 19 maio 1944, p. 1, 2. ed.; 24 maio 1944, p. 1, 2. ed.; 27 maio 1944, p. 1-3, 2. ed.; 2 jun. 1944, p. 1-3, 2. ed.;

[390] Para saber mais sobre a extensa cobertura de *A Noite* sobre a eleição de Carrazzoni no SJPRJ, ver edições *A Noite*, 28 dez. 1943, p. 1-3, 2. ed.; 29 dez. 1943, p. 1, 2. ed.; 3 abr. 1944, p. 1, 2. ed.; 4 abr. 1944, p. 1, 1. ed.; 4 abr. 1944, p. 1-2, 2. ed.; 5 abr. 1944, p. 1-2, 2. ed.; 12 ago. 1944, p. 3, 1. ed.;

meados de 1945, com a crise institucional que a ditadura estava enfrentando, em razão da campanha eleitoral, *A Noite* passou a sofrer dificuldades para manter sua impressão - mesmo contando com fábrica de papel exclusiva no Paraná -, problema acirrado com a irregularidade nos transportes marítimos no fim da Segunda Guerra Mundial. As edições dominicais dos dias 29 de julho e 5 de agosto de 1945, por exemplo, não foram publicadas por falta de papel (*A Noite*, 6 ago. 1945, p. 1, 1. ed.). Com a instituição do regime da "semana inglesa", a edição de sábado passou a ser publicada em tiragem única, uma maneira de redirecionar a crise de papel que perdurava na imprensa (*A Noite*, 22 set. 1945, p. 1, 1. ed.)[391].

Por outro lado, os jornais da *Empresa A Noite* estavam sofrendo baixas em seu quadro de dirigentes: Cassiano Ricardo, o poeta e diretor do recente *A Manhã*, solicitou demissão a Costa Neto, sendo substituído pelo então diretor da Divisão de Difusão do DIP, o jornalista Heitor Moniz. A volta de Moniz, refazendo o caminho *A Noite* - Estado Novo - *A Noite*, evidencia novamente o trânsito estabelecido entre a empresa e o regime, mas, naquele contexto de desagregação da ditadura, poderia ser uma maneira de o ex-colunista do periódico se assegurar profissionalmente, fugindo de um governo que estava em vias de desmoronar (*A Noite*, 3 jul. 1945, p. 3, 2. ed.). Enquanto isso, em São Paulo, outro escritor, Menotti del Picchia, diretor da edição paulistana de *A Noite*, faz seu pedido de demissão do cargo. Pretendendo se aposentar, devido à avançada idade, Picchia é alvo de grande homenagem de seus pares, gesto que o faz voltar atrás (*A Noite*, 8 jul. 1945, p. 4, 1. ed.).

O vespertino enfrentou outros problemas ao fim da gestão Carrazzoni: com relativa abertura política e de imprensa, a partir de janeiro de 1945, o jornal *A Noite* passa a ser alvo de ataques por parte de outros órgãos da imprensa carioca que, não temendo mais a censura e nem o DIP, começou a acusar o jornal de ser um "diário oficial" da ditadura estadonovista: o *Diário da Noite* de São Paulo, por exemplo, afirmou que o jornalista de *A Noite SP* Elias Chaves Neto, havia sido demitido por não se enquadrar na ideologia do regime. Saindo em defesa do grupo, *A Noite* do Rio de Janeiro ressaltou que todos os funcionários da *Empresa A Noite* gozavam de amplas liberdades de atuação profissional (*A Noite*, 7 mar. 1945, p. 1, 1. ed.). O jornal *O*

---

[391] Ao longo de 1945, o jornal acompanhou os trabalhos de André Carrazzoni no SJPRJ, sobretudo, noticiou gigantesco banquete oferecido pela classe a Vargas, auxiliou o Sindicato com campanha para arrecadação de fundos em prol da construção de sua sede própria e participou do movimento sindical de criação de piso salarial para jornalista. Sobre a cobertura de *A Noite* da atuação de Carrazzoni no SJPRJ, ver edições *A Noite*, 11 mar. 1945, p. 1-4, 1. ed.; 12 mar. 1945, p. 1-3, 1. ed.; 12 mar. 1945, p. 3, 2. ed.; 5 maio 1945, p. 7, 2. ed.; 9 ago. 1945, p. 1-2, 2. ed.

Globo, por seu turno, foi ironizado em artigo de Carrazzoni pois teria classificado *A Noite* como um "boletim governamental" (*A Noite*, 21 mar. 1945, p. 1, 2. ed.).

Até profissionais que haviam passado pela redação de *A Noite*, com o surgimento de indícios de enfraquecimento político do regime, começaram a direcionar suas críticas tanto ao Estado Novo quanto ao vespertino: o ex-diretor J. E. de Macedo Soares, por exemplo, passou a utilizar as páginas dos jornais do grupo *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand, para caracterizar o governo de Vargas como ilegítimo. André Carrazzoni, irônico, respondeu através de sua coluna no jornal ao ex-colega de pena, elencando, inclusive, os "benefícios", pessoais e políticos, obtidos por Macedo Soares durante sua extensa e cordial amizade com o que ele havia chamado de "ditadura" (*A Noite*, 12 mar. 1945, p. 3, 2. ed.). Os "carangos" do Estado Novo começavam a manifestar.

Após a renúncia de Vargas, em outubro de 1945, Carrazzoni solicitou exoneração do cargo, sendo substituído por Gil Pereira, na época diretor da revista *A Noite Ilustrada*. Sem explicar os motivos de sua saída, o jornalista e colunista de *A Noite* passou a se dedicar exclusivamente à presidência do SJPRJ, fechando-se, desta maneira, um ciclo administrativo e político para o periódico. A saída de Carrazzoni da direção não afetou os demais cargos de chefia, permanecendo Octávio Lima como gerente e Carvalho Neto continuando como redator chefe. Costa Neto, por sua vez, manteve-se na presidência da Superintendência das EIPN (*A Noite*, 1 nov. 1945, p. 1, 1. ed.).

Nesse sentido, verificaremos, adiante, que a saída de André Carrazzoni da direção deu início a uma quarta e última fase da vida jornalística, política e cultural de *A Noite*: um período de indefinição da situação fiscal, trabalhista e administrativa, devido ao fim da ditadura, e o esforço do vespertino e seus dirigentes, os que sobreviveram ao Estado Novo, no sentido de procurarem se assegurar junto às novas forças políticas que estavam se configurando no pós-estadonovismo. Adulando alguns, reprimindo outros e permanecendo neutro quando necessário, o periódico *A Noite* percebeu logo que os primeiros sinais de uma ditadura que começava a cair começaram a ficar evidentes.

Restou ao vespertino usar as armas que tinha em seu arsenal comunicacional: o apoio incondicional ao novo líder prometido pelas urnas... Mas isso, o jornal ainda tinha que esperar.

CAPÍTULO V – UMA DITADURA QUE CAI: os últimos atos d´*A Noite*, um jornal sem Getúlio

> *O presidente Getúlio Vargas decidiu, então, receber o povo [...]. O chefe do governo respondeu, em seguida, as manifestações "queremistas". Em rápidas palavras, agradeceu a homenagem, recordando que sempre procurara servir os interesses do povo. Já haviam passados 15 anos que governava o Brasil. Então, perguntou se os manifestantes não achavam que tinha o direito de descansar? A massa popular interrompeu, bradando:*
> *- Não! Não! V. Excia. não pode nos abandonar!*
> *O Sr. Getúlio prosseguindo disse que não pretendia abandoná-los, mas apenas descer as escadas do Palácio* (do Catete) *para viver no meio do povo* (*A Noite*, 21 ago. 1945, p. 1-3, 1. ed.).

> *Cai cai cai cai*
> *Eu não vou te levantar*
> *Cai cai cai cai*
> *Quem mandou escorregar?*
> ("Cai, cai", de Roberto Marins, 1940).

5.1 Os "carangos" do Estado Novo: os últimos atos de uma ditadura

Em setembro de 1943, enquanto a ditadura do Estado Novo se preparava para participar da Segunda Guerra Mundial, o jornalista Maciel Filho comentou que havia indivíduos que tinham o despropósito de falar em eleições enquanto o Brasil estava se mobilizando civil e militarmente: "[...] em verdadeira oposição à realidade, com ar ingênuo, querem saber sobre acontecimentos e programas políticos novos quando só podemos pensar na guerra e depois ainda teremos o problema da organização da paz". Para o comentarista político de *A Noite*,

o mundo, incluindo as nações "democráticas", estava voltado para a guerra, respirava a guerra e só queria a guerra. Questões "políticas" – como se a guerra não fizesse parte das relações políticas! – deveriam ser deixadas para depois: o Estado Novo ia bem, a economia de guerra estava funcionando e melhor, os soldados brasileiros estavam motivados. Sendo assim, o processo eleitoral era compreendido pelo periódico como uma questão secundária que poderia ser tratada após a estabilização econômica esperada com o fim do conflito mundial (*A Noite*, 1 set. 1943, p. 3, 2. ed.).

A ótica estadonovista compreendia os rituais eleitorais, extintos pela Constituição de 1937, como procedimentos dispendiosos e desnecessários naquele momento; no entanto, mais cedo ou mais tarde, o Estado Novo teria que optar por um novo golpe ou assumir a coordenação das eleições. Por fim, a ditadura acabou optando pela segunda alternativa. Um comentário de Maciel Filho evidencia a existência de vozes que destoavam do discurso oficial: um grupo, não sabemos se pequeno ou grande, passou a questionar a legitimidade da ditadura, obrigando o colunista a sair em defesa do Governo Federal. O periódico também usou cartas de leitores para corroborar sua tese sobre o pleito: uma mensagem do leitor J. P. de Souza se queixava do quadro político em formação, confidenciando ao jornal que enquanto os soldados brasileiros morriam no front, os "políticos tradicionais" – expressão utilizada pelo Estado Novo para designar seus opositores - se debatiam no "front eleitoral" (*A Noite*, 5 abr. 1945, p. 3, 2. ed.).

No decorrer do período em que *A Noite* permaneceu encampado ao longo do Estado Novo (1940-1945), o temário "democracia" não aparecia com frequência e, quando era abordado, o vespertino procurava legitimar o regime, atribuindo-lhe características consideradas como "democráticas": legitimidade popular e legislação social. Novamente, Maciel Filho procurou afastar quaisquer dúvidas que questionavam se o Estado Novo era ou não um sistema político democrático. Em resposta, o colunista explicou que "o regime de 10 de novembro de 1937" veio para superar a "crise" dos modelos liberais – movimento que havia sido iniciado ainda em 1930. O jornalista então comparou o Estado Novo com os modelos políticos de EUA, Rússia, Inglaterra e China, chegando à conclusão que tanto o Brasil quanto esses países possuíam sistemas democráticos; no entanto, o que os diferenciava entre si era o fato de que Vargas não usava o "poder com fins políticos ou particulares", mas sim, valia-se de sua legitimidade, cedida por meio de um pacto de "união nacional", para poder implantar o projeto político do Estado Novo (*A Noite*, 19 nov. 1943, p. 3, 2. ed.).

Ironicamente, o temário “eleições” questionava diretamente a própria legitimidade do Estado Novo, sendo que a guerra, sobretudo a participação brasileira na Frente Aliada Ocidental, acabou incentivando opositores da ditadura a problematizarem o papel desempenhado pelo regime, pressionando-o para que providenciasse urgentemente um pleito, ou seja, que o Estado Novo sinalizasse seu próprio fim. Amaral Peixoto, Interventor Federal no Rio de Janeiro, por exemplo, criticou a “pressa de alguns setores” em solicitarem a realização do pleito: seguindo a perspectiva oficial, o genro de Vargas preferiu colocar a questão como algo a ser debatido, pensado e planejado (*A Noite*, 25 out. 1944, p. 1-3, 1. ed.).

À medida que a FEB avançava nos campos de batalha, os questionamentos sobre o regime também progrediam; contudo, até o fim e 1944, a ditadura e seus auxiliares procuravam dar respostas evasivas ou, quando muito, recorriam à perspectiva apresentada anteriormente por Maciel Filho: não é hora para pensarmos em um novo sistema político. Alexandre Marcondes Filho, ministro das pastas do Trabalho e Justiça, quando inquerido por jornalistas sobre o pleito eleitoral, respondeu superficialmente que a questão estava “em estudo” pelo governo (*A Noite*, 11 dez. 1944, p. 1, 2. ed.).

Pressionado, Vargas se posicionou quando discursou para os militares durante o tradicional “almoço de ano novo das Forças Armadas”: pela primeira vez e de modo mais claro, o ditador confirmou que, tão logo a guerra acabasse, o próprio regime organizaria o pleito eleitoral por meio de uma “ampla e livre consulta à opinião pública” (*A Noite*, 2 jan. 1945, p. 1-3, 1. ed.). O gesto de Getúlio denota os sinais de desgaste dos longos quinze anos em que permaneceu à frente da “revolução de outubro”: a ditadura estava em contagem regressiva.

Um mês após o pronunciamento de Vargas, Heitor Moniz comentou a fala do ditador: para o colunista de *A Noite*, até o Estado Novo, nenhum outro governo brasileiro havia mantido “[...] tão íntimo contacto como povo quanto o governo do Sr. Getúlio Vargas. O povo sabe que, marcadas as eleições, elas se realizarão livremente com as mais amplas garantias e liberdades”. Ainda de acordo com o jornalista, o Estado novo se legitimava historicamente em razão de seu relacionamento, mediado por Vargas e que, através dessa relação, a “democracia” era exercida pelo povo (*A Noite*, 9 fev. 1945, p. 7, 2. ed.). Na visão do jornalista, a necessidade de realização do pleito, oriunda do anseio popular, foi interpretada por Vargas e seria atendida, fazendo do Estado Novo o protagonista de seu próprio fim. Entretanto, a necessidade de se reforçar a validade jurídica do regime enquanto o pleito não fosse concluído levou o

vespertino a ter que empregar grande esforço comunicacional para refutar críticas que colocavam em xeque a permanência do sistema político imposto em 1937 (*A Noite*, 5 jun. 1945, p. 3, 2. ed.).

Por outro lado, a ditadura ainda poderia e deveria ser louvada por suas conquistas: Marcondes Filho, em discurso no programa radiofônico Hora do Brasil, realizou extenso balanço das realizações sociais do Estado Novo, sobretudo, do trabalho desenvolvido pelo Ministério do Trabalho, citando, inclusive, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e a criação da Justiça do Trabalho como exemplos de permanência histórica. Para o ministro, "[...] o governo do presidente Vargas é uma criação incessante no tempo e no espaço" (*A Noite*, 16 fev. 1945, p. 2, 1. ed.). Tal como as leis da Física, o Estado Novo, independentemente de seu fenecimento, era uma categoria imutável e não estaria sujeito às regras temporais da política. Era uma instituição de outra ordem.

Nesse sentido, a ditadura tentou salvar da tormenta institucional que se avistava no horizonte algumas de suas criações e a Constituição de 1937 era uma delas. O primeiro movimento dado por Vargas foi o de tentar reformar partes da carta constitucional, retirando aspectos autoritários e adaptando-a conforme a leitura de "democracia" realizada pelo próprio governo. Antonio Carlos Machado, em sua coluna dominical, admitiu a necessidade de eleições – um "clamor popular"; contudo, saiu em defesa das "conquistas sociais" do Estado Novo, afirmando que "[...] democrático é todo governo que consegue o referendum da vontade e dispõe de meios para assegurar a todos um mínimo de possibilidades efetivas" – restava o silêncio como se conseguiu aquele referendum (repressão e propaganda). Portanto, era natural que as reformas viessem, mas que elas não afetassem o que havia sido "democraticamente" (de forma ditatorial...) criado pelo governo de Vargas (*A Noite*, 25 fev. 1945, p. 2).

O jornal, por sua vez, tinha esperanças de que a Constituição de 1937 sobrevivesse ao regime: uma reportagem especial sobre as mudanças no texto constitucional, promovida pela Lei Constitucional nº 9, de 28 de fevereiro de 1945, também conhecida na época como "Ato Adicional", buscava explicar ao leitor as modificações implementadas, visando estas a introduzir dispositivos de processo

eleitoral e de organização das assembleias representativas (*A Noite*, 1 mar. 1945, p. 1-3, 2. ed.)[392].

Mesmo sabendo que o fim estava próximo, *A Noite* se mantinha fiel à ditadura, procurando, consequentemente, promover as falas oficiais ao mesmo tempo em que tentava defende-las. A posse de Agamenon Magalhães, ex-Interventor Federal no Pernambuco, como ministro da Justiça foi o momento oportuno para anunciar o Ato Adicional que previa, entre outras medidas, a criação de zonas eleitorais autônomas, o voto secreto, alistamento simples e promessas de apuração rápida do pleito (*A Noite*, 3 mar. 1945, p. 1-2, 2. ed.)[393].

Sob o título "O povo é testemunha", um extenso artigo de capa sem autoria comentou as modificações constitucionais. De modo irônico, o texto afirmou que o Ato Adicional vinha para satisfazer os anseios incompreendidos por liberdade de imprensa e de expressão, bem como a realização do pleito e a formação de partidos políticos; contudo, ponderou que os detratores do regime "[...] não querem o debate amplo e honesto das idéias, não ligam importância alguma à democracia: o que pretendem é apenas o assalto ao poder de qualquer forma e a qualquer preço, mesmo à custa da mais grave convulsão". Segundo o comentário, não fazia mais sentido Vargas ser atacado pois ele estava cumprindo com o que havia prometido, mesmo tendo que arcar com o ônus de ser chamado de ditador (*A Noite*, 5 mar. 1945, p. 1-2, 2. ed.). Marcondes Filho, dirigindo somente a pasta do Trabalho, defendeu a "complementação constitucional" na Hora do Brasil, declarando que ela seria uma solução para a consolidação da ordem jurídica (*A Noite*, 9 mar. 1945, p. 2, 1. ed.).

Entretanto, a "complementação constitucional" defendida pelo ministro não foi bem recebida pelas forças opositoras da ditadura que viam a medida como uma tentativa de continuidade do Estado Novo, ou mesmo de um novo golpe: o envio de Análise de Inviabilidade da Constituição de 1937 ao Supremo Tribunal Federal (STF) pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Maurício Lacerda, acarretou severas críticas ao advogado, considerando o jornal o gesto como um desrespeito à constitucionalidade do Estado (*A Noite*, 7 abr. 1945, p. 3, 2. ed.).

---

[392] A Lei Constitucional nº 9 foi complementada pela Lei Constitucional nº 10, de 26 de maio de 1945, decreto presidencial que autorizou magistrados a exercerem funções de juízes eleitorais (*A Noite*, 27 maio 1945, p. 1, 1. ed.).

[393] O periódico procurou preservar a imagem de Vargas durante o processo de ataques ao seu governo e pessoa. Quando promulgado o Ato Adicional, Maciel Filho elogiou a "serenidade" de Getúlio diante as condições adversas (*A Noite*, 26 fev. 1945, p. 3, 2. ed.).

Do mesmo modo, “um cidadão” o fez – o jornal não informa quem – que, embalado pelo clima de derrubada do regime, encaminhou petição “denunciando” Vargas ao STF, que, igualmente, não explica que denúncia seria essa, desqualificando-a como tão somente mais uma das “fuleragens da oposição” (*A Noite*, 14 jun. 1945, p. 3, 2. ed.). Após a acusação ser arquivada, *A Noite* comentou jocosamente que ela “nem teve graça” (*A Noite*, 20 jul. 1945, p. 3, 2. ed.).

Através da coluna *Ecos e Novidades*, o vespertino classificou as críticas ao Ato Adicional como uma tentativa de imposição de uma “democracia de assalto”, acusando ainda a “oposição” de tentar “enterrar” a Constituição de 1937 (*A Noite*, 13 abr. 1945, p. 3, 2. ed.). Ironizando os críticos, o jornal afirmou “democracia e coerência” como virtudes a serem louvadas nos opositores do Estado Novo (*A Noite*, 13 abr. 1945, p. 7, 2. ed.). Heitor Moniz, por sua vez, sustentou que os ânimos exaltados em razão das eleições e do Ato Adicional denotavam que o “[...] o Brasil precisa de um banho de humanismo” pois o processo de abertura política, iniciado “voluntariamente pelo governo do presidente Getúlio Vargas”, estava transformando a própria índole do brasileiro que, durante todo o Estado Novo, se manteve pacífica - uma afirmação indireta de que o brasileiro, sem maturação política, não estaria preparado para lidar com uma realidade democrática que ele estava almejando (*A Noite*, 11 jun. 1945, p. 3, 2. ed.).

Em setembro de 1945, por exemplo, quando os ataques à ditadura passaram a ser mais duros que no início, *A Noite* zombou das declarações de Eduardo Gomes, na época candidato presidencial da União Democrática Nacional (UDN), que teria chamado a carta constitucional de 1937 de “polaca” (designação ambígua, que aludia a inspiração na constituição para-fascista da Polônia, de 1935, mas também remetia ao apelido genérico referente a prostitutas no Brasil). O periódico comunicou ao militar que a “polaca está bem viva” e que essa mesma mal afamada Constituição foi anteriormente apoiada por trabalhadores, classes conservadoras e, inclusive, Forças Armadas, instituição da qual o Brigadeiro fazia parte (*A Noite*, 11 set. 1945, p. 3, 2. ed.). Mesmo diante das críticas à “complementação constitucional” – como assim preferia chamar o jornal o Ato Adicional -, o “processo de democratização” do Brasil

estava caminhando, embora, as resistências ao regime também (*A Noite*, 2 maio 1945, p. 3, 2. ed.)[394].

Desta maneira, outras modificações no regime foram implantadas a fim de assegurar um pouco de governabilidade a Vargas, àquela altura abalada com o advento das eleições - o jornal, inclusive, teve que desmentir “boatos” de que hotéis no Maranhão estariam retirando de suas recepções os retratos oficiais de Getúlio (*A Noite*, 1 mar. 1945, p. 3, 1. ed.). A troca de chefia da Polícia do Rio de Janeiro, por exemplo, foi uma delas: o cargo, que já havia sido ocupado por Filinto Muller, Alcides Etchegoyen e Coriolano de Gois, passou para as mãos do antigo Coordenador de Mobilização Econômica (CME), o ministro João Alberto, numa clara tentativa de imprimir alterações na estrutura policial da Capital Federal, aparelho estatal de repressão por excelência (*A Noite*, 7 mar. 1945, p. 1-10, 1. Ed.).

Após a posse de João Alberto, a mesma polícia carioca que protagonizou o movimento de perseguição sistemática às religiões consideradas “baixo espiritismo” (Centros Espíritas, Terreiros de Umbanda e de Candomblé) revogou a portaria que proibia a prática dessas comunidades religiosas na Capital Federal. O jornal, antigo perseguidor desses grupos, divulgou a notícia com uma amnésia comunicacional extraordinária, louvando a medida do chefe de polícia afirmando, ainda, que a partir daquele momento, havia no Brasil “a mais ampla liberdade a todos os cultos” (*A Noite*, 5 abr. 1945, p. 1-8, 2. ed.)[395].

A alteração de mando na Chefatura de Polícia do Rio de Janeiro e a promulgação do Ato Adicional não pareceram surtir o efeito esperado pela ditadura: ela continuava a ser atacada e acusada de ser um governo autoritário (*A Noite*, 24 maio 1945, p. 3, 2. ed.). Afirmar que o regime era de fato uma “democracia” já não era suficiente pois as vozes contrárias a ele iam ganhando cada vez mais força. O jornal, por seu lado, tentava contornar essas críticas, colocando à disposição do governo todo seu aparato bélico comunicacional formado pelos colunistas de *A Noite*: nunca em sua história pós-encampação o periódico teve que dispor tanto espaço para rebater críticas ao Estado Novo, era uma nova situação para aquele jornal: procurando

---

[394] A coluna *Ecos e Novidades* criticou duramente opositores de Vargas que reclamavam por mais liberdade, reafirmando o jornal que ela já existia nos rádios, jornais e na movimentação politica que estava se formando (*A Noite*, 20 mar. 1945, p. 3, 2. ed.).

[395] Outra alteração realizada pela Chefatura de Polícia do Rio de Janeiro foi a de extinguir a obrigatoriedade de apresentação de salvo-conduto para brasileiros viajarem para fora do país. A medida foi implantada simultaneamente em São Paulo e Rio de Janeiro e, segundo declarações de Coriolano de Gois, o “momento” e o fim da guerra acarretaram na inviabilidade do documento (*A Noite*, 17 fev. 1945, p. 1-2, 2. ed.).

criar mecanismos mais eficazes para a empreitada, o periódico instituiu a coluna *Política e Políticos*, reunindo curtos comentários sobre a movimentação partidária em formação, eleições e, sobretudo, defendendo invariavelmente Vargas e o Estado Novo de seus detratores. Localizada na capa, com continuação no miolo do jornal, a nota de estreia da seção trazia a informação, passada por “um leitor de *A Noite*”, de que o ex-presidente Arthur Bernardes seria o precursor dos campos de concentração nazistas, evidenciando, assim, que outro objetivo da coluna era o de desqualificar opositores da ditadura, publicando informações sem checagem de veracidade ou mesmo boatos dos bastidores políticos (*A Noite*, 25 fev. 1945, p. 1-10. 1. ed.).

Não podemos deixar de lembrar que outra forma do Estado Novo se assegurar politicamente até a realização das eleições foi a Lei de Anistia. Promulgada através do Decreto-Lei nº 7.474, de 18 de abril de 1945, a legislação concedeu ampla e restrita anistia a presos políticos do regime que cometeram crimes entre os anos de 1934 a 1945 e foi, além do mais, classificada por *A Noite* como um ato de benevolência de Vargas, prova de seu espírito democrático (*A Noite*, 16 abr. 1945, p. 1, 2. ed.).

Por outro lado, a questão da anistia vinha acompanhada de uma outra: a soltura de Luiz Carlos Prestes. Considerado pelo jornal como o “cabeça do Tribunal Vermelho”, Prestes foi, como dito em capítulo anterior, demonizado por *A Noite*. No entanto, publicou mensagem que o líder do Partido Comunista enviou da prisão a Vargas, reiterando que se “[...] a democracia foi estabelecida durante a guerra, a união nacional em torno do governo permitirá uma transição dentro da lei e da ordem até a constitucionalização definitiva do país”. Em outras palavras, o líder do PC defendia que a realização das eleições deveria ser promovida pelo Estado Novo, com Getúlio à frente, para que a passagem de poder pudesse ser feita de modo que não levasse o país à convulsão social (*A Noite*, 15 mar. 1945, p. 1, 2. ed.).

Prestes concordava com esse momento do regime agonizante e, por esse fato e por tudo o que o “Cavaleiro da Esperança” representava para as elites da época, passou também a ser alvo dos opositores de Vargas: nada pior do que um ditador e um comunista juntos, argumentavam os grupos contrários ao Estado Novo. Contudo, os ganhos políticos com o uso da imagem popular de Prestes falaram mais alto do que a coerência comunicacional de *A Noite* e o líder do PC poderia, e deveria, ser utilizado como legitimador da derradeira causa defendida pela ditadura: manter-se de pé até às eleições.

Nesse sentido, Mergulhão procurou sair em defesa de Prestes, ironizando a “desconstrução” de sua imagem feita pelos “jornais opositores”, considerando ainda

"normal" a atitude do comunista pois, afinal de contas, o Brasil necessitava de falas "ponderadas" (*A Noite*, 10 abr. 1945, p. 3, 2. ed.). É importante acentuar a transformação da figura de Prestes no próprio jornal *A Noite*: se durante o "caso Elza" o líder do PC foi caracterizado como sanguinário, assassino e covarde, apoiando o Estado Novo, ele passou a ser classificado como integro, equilibrado e corajoso. Em tempos de crise, qualquer arma é uma arma.

Antes de ser decretada a Anistia – importante dizer, movimento apropriado pela ditadura, tal como pela oposição -, o Chefe de Polícia do Rio de Janeiro, João Alberto, realizou visita a Prestes na prisão e, quando saiu, anunciou em coletiva de imprensa que, a partir de então, a ampla liberdade de "credo político" seria garantida nas detenções brasileiras. Questionado pelos repórteres o porquê de visitar Prestes, o militar preferiu fugir pela tangente afirmando que se tratava apenas de uma averiguação das condições das celas, mas fez questão de declarar: "não sou comunista!" (*A Noite*, 14 abr. 1945, p. 1-2, 2. ed.).

A saída de Prestes da detenção foi amplamente coberta por *A Noite*, sendo publicada, inclusive, uma fotografia sua aguardando a soltura (Figura 58) (*A Noite*, 18 abr. 1945, p. 2, 2. ed.). No mesmo dia, os "anistiados de Ilha Grande" – leia-se: presos políticos – foram postos em liberdade no presídio que ficou conhecido por recolher em seus porões os desafetos políticos de Getúlio (*A Noite*, 19 abr. 1945, p. 1, 2. ed.). É importante pontuar as dimensões simbólicas sobre a data de libertação dos presos políticos: publicada no dia 16, a soltura foi feita no dia 18, véspera do aniversário de Vargas. Como parte de sua benevolência, o líder – ou soberano – vale-se de seu poder quase sobre-humano, concedendo o perdão aos errantes. Não é excessivo ressaltar que essa estratégia comunicacional já era utilizada pelo Estado Novo pois, no "Dia do Presidente", Vargas clemenciava condenados[396].

Voltando à libertação de Prestes, sua saída após nove anos preso foi comemorada por populares, comunistas e simpatizantes que o aguardavam na porta do Presídio de Ilha Grande (*A Noite*, 19 abr. 1945, p. 1-3, 1. ed.). Maciel Filho, em sua coluna, rebatendo afirmações da oposição de que existia um conluio Vargas-Prestes, realizou um apanhado de sua história política, comentando que Prestes havia evoluído muito politicamente: "do cavaleiro da esperança ao paladino" (*A Noite*, 25 abr. 1945,

---

[396] Outra figura política "agraciada" pela Anistia foi Plínio Salgado: em exílio em Portugal, o jornal informou que quando perguntado sobre seu retorno ao Brasil, o líder do Integralismo declarou que ainda não havia se decidido (*A Noite*, 22 abr. 1945, p. 1, 1. ed.).

p. 3, 2. ed.). Tão logo deixa o estabelecimento, Prestes anuncia que iria se pronunciar através de coletiva de imprensa (*A Noite*, 26 abr. 1945, p. 3, 1. ed.).

A entrevista coletiva de Prestes foi publicada com destaque em *A Noite* por meio de uma manchete central acompanhada de foto (Figura 59), destacando três pontos da coletiva que, por sinal, eram de seu interesse político: seu apoio à continuidade do governo de Vargas até à conclusão das eleições; suas simpatias pela candidatura de Eurico Gaspar Dutra, campanha iniciada em fevereiro daquele ano; e por fim, o fato dele ter classificado como "fascista qualquer tentativa de desordem" (*A Noite*, 26 abr. 1945, p. 1-7, 2. ed.). Na mesma edição, Mergulhão comparou a atitude "corajosa" do líder do PC em "enfrentar a imprensa" com o "medo" de Eduardo Gomes, candidato da UDN, de falar com jornalistas (*A Noite*, 26 abr. 1945, p. 3, 2. ed.). Outros colunistas de *A Noite* são escalados para elogiar Prestes: Maciel Filho, André Carrazzoni e Jarbas de Carvalho classificaram a entrevista como uma "lição de lógica e patriotismo" (ver, respectivamente, edições *A Noite*, 27 abr. 1945, p. 3, 2. ed.; 28 abr. 1945, p. 3, 2. ed.; 29 abr. 1945, p. 2, 1. ed.).

Posteriormente, Maciel Filho retomou o tema Getúlio-Prestes, sob a perspectiva da doação – tal qual a utilizada pelo regime em relação à legislação trabalhista: de acordo com o jornalista, a oposição acusava o regime de ser fascista por manter presos "alguns líderes comunistas"; apontava-o como ditatorial, já que não permitia a liberdade de expressão; e pediam anistia e democracia. Todos os anseios foram atendidos pelo Estado Novo, embora detratassem a figura de Getúlio: ele "[...] deu a anistia. E permitiu a manifestação de opinião sob todas as formas", contudo, o "[...] uso que se está fazendo da liberdade de opinião, todos são testemunhas. Nunca um chefe da nação foi tão injuriado e insultado como está sendo o Sr. Getúlio Vargas". Dotado de uma amnésia sem precedentes, Maciel Filho chegou a afirmar que Vargas estava sendo acusado de "[...] aliança com o comunismo unicamente porque não persegue os comunistas". E o colunista não para por aí: Getúlio não poderia ser comunista e, muito menos anticomunista, visto que, como chefe de uma nação "[...] em fase de organização da vida política nacional, ele se mantém acima dos partidos e das correntes políticas, até que atravessada esta fase se possa entregar o governo ao partido vitorioso nas urnas" (*A Noite*, 23 jul. 1945, p. 3, 2. ed.).

Com o aquecimento da campanha eleitoral, o regime se mostrava cada vez mais instável. Deste modo, foi escalado um time de jornalistas de *A Noite* para sair em sua defesa: os veteranos Heitor Moniz, Maciel Filho e Jarbas de Carvalho e, a partir de fevereiro de 1945, o jornal passou a contar com a colaboração quase diária

de um de seus redatores, Benedicto Mergulhão. Diferente dos demais, Mergulhão era irônico, empregava figuras de linguagem e trocadilhos, sem contar que não media palavras quando atacava os adversários da ditadura. Essa modificação no jornal foi importante, pois inaugurou nova fase na qual os debates políticos - ausentes durante os quatro primeiros anos de encampação - passaram a fazer parte do temário de *A Noite*. A nova realidade política em formação mostrava a necessidade do periódico dispor de armas que até então não eram necessárias em razão da censura oficial. Essa questão nos leva a outra: sem a censura oficial batendo à porta das redações dos jornais, *A Noite* precisou se adaptar.

Uma das primeiras rachaduras no projeto de comunicação social de *A Noite* foi lidar com antigos aliados que passaram a criticar o regime. Dois deles se destacam pelos cargos que ocuparam durante o Estado Novo: Oswaldo Aranha e Francisco Campos, respectivamente, ex-ministros das Relações Exteriores e da Justiça[397].

Oswaldo Aranha havia deixado o Itamarati em agosto de 1944 em razão de diferenças internas de perspectivas para a guerra e para a paz, sendo seu lugar ocupado por Leão Veloso (*A Noite*, 23 ago. 1944, p. 1-2). O jornal não comentou os motivos para o pedido de demissão de Aranha, ao invés disso, preferiu permanecer apenas nos elogios, classificando o período em que ficou no comando do Ministério das Relações Exteriores como uma “brilhante gestão” (*A Noite*, 24 ago. 1944, p. 3, 2. ed.). Contudo, quando os debates políticos vieram à tona em 1945, o ex-chanceler passou a criticar o texto constitucional de 1937, episódio que levou o jornal a produzir reportagem comparando os discursos de Aranha em 1942, a favor da Constituição, com os de 1945, contra a carta (*A Noite*, 26 fev. 1945, p. 3, 2. ed.).

A celeuma Osvaldo Aranha-Estado Novo estava longe de ter um fim. De acordo com o periódico, o ex-ministro estaria comentando na imprensa carioca que Vargas teria um “caráter ditatorial”, além de estar divulgando ser ele o responsável pela entrada do Brasil na guerra do lado Aliado (*A Noite*, 6 jun. 1945, p. 3, 2. ed.). O vespertino chega a apontar a “deselegância” de Aranha em querer assumir sozinho a paternidade da entrada do país na guerra (*A Noite*, 8 jun. 1945, p. 3, 2. ed.), já que o responsável pela política externa brasileira era de fato Vargas (*A Noite*, 9 jun. 1945, p. 3, 2. ed.). Mergulhão, após ironizar as declarações atribuídas a Aranha, chamando-

---

[397] O embaixador do Brasil no México, Carlos de Lima, foi criticado pelo periódico após ter declarado para a imprensa mexicana que o Estado Novo era um regime ditatorial: *A Noite* rebateu argumentando que o Lima não considerava o governo Vargas uma ditadura quando, em 1937, aceitou o cargo diplomático (*A Noite*, 13 mar. 1945, p. 3, 2. ed.).

as de “as revelações do Sr. Osvaldo Aranha”, baseado apenas em boatos e conversas de bastidores, não se importou em publicar que o ex-ministro de Vargas teria dito também que Aristides Guilhem, ministro da Marinha, teria tido pouco ou nenhuma influência no processo de participação do Brasil na guerra. O jornal até publicou carta de Aranha desmentindo a informação, na mesma edição (*A Noite*, 7 jun. 1945, p. 3, 2. ed.); contudo, isso não impediu que um artigo do coronel Lima Figueiredo fosse publicado criticando novamente o ex-ministro (*A Noite*, 9 jun. 1945, p. 3, 2. ed.)[398].

Uma personalidade do Estado Novo que resolveu mudar suas convicções políticas – drasticamente, é importante ressaltar - foi o ex-ministro da Justiça, Francisco Campos. Por mais irônico que possa parecer – Campos, responsável em confeccionar a própria Constituição de 1937! –, passou a declarar para a imprensa carioca que o Estado Novo era fascista. Em contrapartida, o periódico publicou na capa um quadro comparativo de seus discursos em 1937 e em 1945, afirmando que se a Constituição era “fascista”, Vargas teria “guardado na gaveta” do Catete os aspectos mais totalitários da carta (*A Noite*, 5 mar. 1945, p. 1-3, 2. ed.). Um subterfúgio também utilizado pelo jornal foi publicar uma fotografia de Francisco Campos com a farda da “Legião de Outubro”, classificada pelo jornal como uma entidade paramilitar fascista. Reforçando a mensagem, o periódico publicou ao lado entrevista com o ex-líder integralista Cesar Tinoco, “parceiro de Plínio Salgado”, onde este afirmou à reportagem que Vargas havia sido “traído” por seus assistentes no que dizia respeito às pretensões do *Sigma* dentro do governo (*A Noite*, 6 mar. 1945, p. 1-2, 2. ed.).

Outro desafeto com quem *A Noite* teve que lidar foi o seu ex-diretor geral, J. E. de Macedo Soares. O jornalista, como citado anteriormente, deixou *A Noite* em julho de 1941 e passou a atuar como presidente da Companhia Sulamérica de Seguros; desde então. Macedo Soares voltou à cena jornalística em 1945, colaborando no *Diário Carioc*a e em outros periódicos do conglomerado de comunicação de Assis Chateaubriand. De acordo com *A Noite*, devido à “[...] malignidade do caráter e na consequente inconstância dos juízos”, o “Senador” – pseudônimo adotado por Macedo Soares no *Diário* – havia sido “[...] acometido de uma espécie de megalomania perniciosa: meteu-se-lhe na cabeça que é um *Clemenceau* aborígene, e que há de derrubar o governo do Sr. Getúlio Vargas, com todo o seu Ministério”. Para o vespertino, Macedo Soares não reconhecia sequer os ganhos pessoais obtidos

---

[398] Aranha, procurando demonstrar gesto altivo, visitou Vargas após o episódio, reiterando aos jornalistas sua amizade com o ditador, embora a ruptura política (*A Noite*, 21 mar. 1945, p. 3, 2. ed.).

durante o período em que ele apoiava o governo - como o cargo de chefia na empresa de seguros. Apesar da escancarada traição, Vargas, por ser benevolente, não guardaria rancor, tão somente, iria ignorar o "[...] ingrato, que pode continuar a abiscoitar, com a sua reconhecida independência, os proventos do rendoso emprego, obtido por intercessão oficiosa após as mais comoventes solicitações do pantagruélico postulante" (*A Noite*, 15 mar. 1945, p. 1, 2. ed.).

O artigo do "Senador" no jornal de Chateaubriand – que era chamado por Mergulhão de "o matutino do Senador" (*A Noite*, 26 out. 1945, p. 3, 2. ed.) - deu início a um embate entre o *Diário Carioca* e *A Noite*: de um lado, Mergulhão, Moniz e Maciel Filho compunham a linha de frente do periódico estadonovista; do outro, Macedo Soares e José Américo atacavam através dos jornais dos *Diários Associados*. Macedo Soares, por exemplo, classificou o Estado Novo como uma "República de estudantes" – devido ao apoio que a UNE deu à ditadura durante a mobilização civil para a guerra - que, além de ser de fato uma ditadura, travestida de democracia, não tinha sustentação política ou muito menos legitimidade (*A Noite*, 17 mar. 1945, p. 1-3, 2. ed.). Fazendo troça do artigo do "Senador", Mergulhão chegou a pedir "um minuto de silêncio" em "homenagem" à inteligência de Macedo Soares que, segundo o colunista, estaria em estado avançado de putrefação (*A Noite*, 24 mar. 1945, p. 3, 2. ed.).

Entretanto, um episódio envolvendo Macedo Soares acabou nas páginas policiais de *A Noite*: Ernesto Feijó, um rapaz de 27 anos, agrediu o jornalista porque ele havia parado de lhe pagar uma "mesada" de mil cruzeiros. O periódico, sugestivamente, comentou que o ex-diretor tivesse um relacionamento amoroso com Feijó que, contrariado com o término da relação, espancou o jornalista em meio à rua (*A Noite*, 2 maio 1945, p. 3, 2. ed.). O jornal *A Noite* chegou a ser acusado pelo ex-diretor de "saber por antecipação" o depoimento do agressor logo após ele ser liberado pela polícia, acusando os dirigentes de *A Noite* de estarem envolvidos no crime (*A Noite*, 5 maio 1945, p. 3, 2. ed.). Vargas, por sua vez, comprometeu-se a apurar o caso que acabou culminando na prisão preventiva de Feijó (*A Noite*, 16 maio 1945, p. 7, 2. ed.). O episódio privado entre Macedo Soares e Feijó, que se tornou público através de *A Noite*, incentivou o "Senador" a empreender uma campanha ainda mais ferrenha contra o Estado Novo e *A Noite*: o jornalista, deixando de lado suas convicções "democráticas", chegou a ponto de pedir que os militares interviessem e derrubassem o regime, ideia que foi aproveitada pelo vespertino que

atribuiu ao manifesto do ex-diretor uma clara evidência de seu autoritarismo (*A Noite*, 28 jun. 1945, p. 3, 2. ed.)[399].

Benedicto Mergulhão, inclusive, cunhou um termo para designar jornalistas e políticos que haviam passado pelo governo e que, com o novo cenário, mudaram de lado: os "carangos". Carangos, segundo o jornalista, eram os traidores do Estado Novo, figuras que, devido a sua "baixa expressão política", estariam se valendo da liberdade de expressão para angariar capital político. Na visão do redator de *A Noite*, esses indivíduos eram dotados de memória curta, ou memória nenhuma, e seu cinismo era desmesuradamente visível. Uns "aproveitadores", como definiu Mergulhão, numa clara alusão a seus desafetos Macedo Soares e José Américo (*A Noite*, 11 ago. 1945, p. 3, 2. ed.). Para Maciel Filho, os novos opositores ao regime eram "[...] gatos que há pouco faziam suas sujeiras nos tapetes do Catete (*A Noite*, 23 mar. 1945, p. 3, 2. ed.)[400].

O conflito *A Noite*-*Diários Associados* estava longe de ter um fim: Benedicto Mergulhão, *A Noite*, e José Américo, *Diário Carioca*, utilizaram esses jornais num jogo de troca de acusações carregada de muita ironia, sem contar, os ataques pessoais proferidos por ambos. A cisma entre Américo e Mergulhão já era antiga devido os posicionamentos do primeiro em relação ao regime (*A Noite*, 5 mar. 1945, p. 1-10, 2. ed.), contudo, ela se acirrou após entrevista de José Américo para o *Diário Carioca*, que pediu o fim imediato do Estado Novo (*A Noite*, 16 mar. 1945, p. 1-2, 2. ed.). Diante da fala do escritor, *A Noite* afirmou que a abertura do processo político escancarou também "a cortina dos bastidores", revelando ao público a verdadeira face dos "políticos tradicionais" (*A Noite*, 16 mar. 1945, p. 3, 2. ed.).

Nesse contexto, Mergulhão entrou na briga, afirmando que o "plano de Messias" de Américo para salvar o Brasil era no mínimo uma megalomania. De acordo com o colunista de *A Noite*, Américo – possível candidato presidencial na época - "[...] se envolve com ares de salvador", lamentando ainda que era "[...] triste este espetáculo de ódio (contra Getúlio), esta sede de revanche, este impulso de vindita" de um autor "[...] cujos romances despertam, nas meninas casadouras, perigosos

---

[399] Para os artigos publicados contra Macedo Soares, ver edições *A Noite*, 29 mar. 1945, p. 3, 1. ed.; 2 abr. 1945, p. 3, 2. ed.; 21 maio 1945, p. 3, 2. ed.; 23 maio 1945, p. 3, 2. ed.; 19 jun. 1945, p. 3, 2. ed.; 14 jul. 1945, p. 3, 2. ed.; 21 jul. 1945, p. 3, 2. ed.; 2 ago. 1945, p. 3, 2. ed.

[400] Segundo *A Noite*, "alguns jornais cariocas" - periódicos oposicionistas - chegaram a afirmar que a população de Belém, Pará, estaria passando fome, levando-o a publicar nota desmentindo essas notícias as classificando como "informações tendenciosas" (*A Noite*, 30 maio 1945, p. 4, 1. ed.). Mergulhão, como era de costume, ironizou a qualidade jornalística desses veículos de comunicação (*A Noite*, 4 jun. 1945, p. 3, 2. ed.).

impulsos tropicais" (*A Noite*, 17 mar. 1945, p. 3, 2. ed.). Em outro artigo, Mergulhão comentou que o fato de José Américo não ter mais se pronunciado em entrevistas aos *Diários* de Chateaubriand era "um favor para o Brasil", e agradeceu a ele (*A Noite*, 20 abr. 1945, p3. 2. ed.). Entretanto, Américo retomou os ataques ao regime, desta vez, voltou sua mira a Mergulhão, considerado pelo escritor um péssimo profissional da imprensa, inclusive, "esconjurando-o" – daí o título de seu artigo ser "T esconjuro". Em resposta, Mergulhão escreveu em sua coluna "Chega!", texto que revidou os ataques de Américo, desqualificando-o não apenas enquanto profissional, mas como indivíduo inclusive, fórmula utilizada anteriormente pelo jornalista do vespertino (*A Noite*, 8 jun. 1945, p. 3, 2. ed.).

Apesar do esforço comunicacional empreendido por *A Noite* na defesa do que restava da ditadura, a "oposição reunida", liderada pela UDN, não deu trégua ao Estado Novo até derrubá-lo. Na visão dos oponentes do regime, por ser Vargas um ditador, suas promessas de realização de um pleito livre não deveriam ser levadas em consideração, visto que a memória do golpe de 1937 ainda era viva em suas mentes e, de alguns, em seus corpos. Maciel Filho, refutando veementemente quaisquer possibilidades de um golpe por parte de Vargas naquele momento, procurava defender o último desejo da ditadura de realizar a passagem de poder para o representante eleito (*A Noite*, 30 jul. 1945, p. 3, 2. ed.). Além do mais, o bordão da UDN, "Lembrai-vos de 1937" – em referência ao golpe que instituiu a ditadura –, foi reapropriado por Mergulhão, que se aproveitou da expressão para fazer um resumo das "grandes realizações do Estado Novo" (*A Noite*, 30 ago. 1945, p. 3, 2. ed.).

Desta maneira, o jornal procurou publicizar falas autorizadas, sobretudo de militares, que corroboravam com a perspectiva de que Vargas cumpriria sua promessa de assegurar as eleições sem um novo golpe: Góes Monteiro, por exemplo, nas comemorações do Dia do Soldado, agosto de 1945, reafirmou que as Forças Armadas iriam garantir a manutenção do regime e das eleições (*A Noite*, 25 ago. 1945, p. 1-10, 1. ed.). Do mesmo modo, Renato Plaquet, oficial do Exército, garantiu a permanência do Estado Novo até à finalização das eleições (*A Noite*, 14 set. 1945, p. 1-8, 2. ed.). Inclusive, o novo ministro da Guerra, Monteiro, chegou a ser acusado pela imprensa oposicionista de privilegiar em seu gabinete o recebimento de jornalistas partidários

de Dutra, alegação rechaçada pelo Ministério da Guerra em desmentido publicado em *A Noite* (*A Noite*, 24 set. 1945, p. 1, 2. ed.)[401].

A UDN, durante todo o período de campanha eleitoral, não perdia uma oportunidade de bater na ditadura. Os comícios do partido, por exemplo, constituíam-se na junção das vozes contrárias ao Estado Novo mas, para *A Noite*, os "comícios da oposição" significavam tumultos e desordem: a coluna *Ecos e Novidades*, comentou os atos políticos realizados pela UDN nos bairros de Madureira e Santa Isabel que, segundo o jornal, foram marcados por agitações e reação popular contra os discursos que criticavam o regime (*A Noite*, 7 ago. 1945, p. 3, 2. ed.). Se a honra de Vargas era defendida quando ele sequer estava presente, quando a ira dos opositores – classificados pelo periódico como a "classe conservadora" que somente "fingia apoiar o governo" (*A Noite*, 21 jul. 1945, p. 3, 2. 2. d.) – era endereçada pessoalmente ao ditador, *A Noite* procurava dar um jeito em demonstrar que o apoio "popular" a Vargas falava mais alto: Maciel Filho abordou em sua coluna o episódio em que Getúlio foi vaiado ao passar em frente da área reservada aos sócios do Jóquei Clube do Rio de Janeiro; no entanto, as manifestações contrárias das "classes conservadoras" foi prontamente "suplantada por uma salva de palmas da maioria" – populares –, calando, assim, o gesto de desagravo da "minoria". O jornalista ironizou o fato, elogiando as elites cariocas: se elas haviam "perdido o juízo", ao menos não tinham perdido a educação (*A Noite*, 7 ago. 1945, p. 3, 2. ed.).

Quando foi realizado o primeiro grande desfile da FEB, citado anteriormente, Mergulhão comparou em sua coluna o calor humano presente no evento promovido pelo regime aos comícios da UDN. O jornalista chegou à conclusão de que a popularidade do ditador estaria assegurada para além do Estado Novo. Vargas era muito maior do que as querelas políticas levantadas por seus detratores, ele era quase um sentimento. Portanto, concluiu, não importava o quanto bradassem os opositores: "a canzoada late e a caravana passa" (*A Noite*, 6 set. 1945, p. 3, 2. ed.). André Carrazzoni, por sua vez, comentou que mesmo com todos os ataques, Getúlio se mantinha "tranquilo, sereno e otimista", sinais de "nobreza" atribuídas ao soberano (*A Noite*, 10 set. 1945, p. 2, 2. ed.). Maciel Filho, por outro lado, não tinha uma perspectiva tão animadora: o jornalista questionou o "porquê" da oposição ter

---

[401] Góes Monteiro havia sido escolhido para substituir Dutra no Ministério da Guerra, em razão de sua candidatura presidencial (*A Noite*, 4 ago. 1945, p. 1, 2. ed.). Em seu discurso de posse, o ex-Chefe do Estado Maior do Exército reafirmou seu compromisso de garantir o processo eleitoral, atitude muito elogiada por *A Noite* que o considerou "livre, honesto e seguro" (*A Noite*, 9 ago. 1945, p. 2, 2. ed.).

identificado o ditador como alvo tentando, de todos os modos, derrubá-lo antes das eleições (*A Noite*, 10 set. 1945, p. 2, 2. ed.)[402].

Os grupos opositores ao Estado Novo estavam fazem mais do que latir, estavam avançando: em setembro, a Ordem dos Advogados do Brasil voltou a atacar a ditadura publicando manifesto contra o projeto de Legislação Eleitoral e a reforma da Constituição de 1937 propostos pelo regime. Para Maciel Filho, apelando para o virtual apoio das Forças Armadas a Vargas, defendeu que o Exército deveria ser acionado para solucionar a questão. Ao lado da coluna do jornalista, *Ecos e Novidades* comentou ser um "precedente perigoso", democraticamente – aqui, novamente a ditadura requerendo para si a democracia -, o posicionamento da OAB (*A Noite*, 19 set. 1945, p. 3, 2. ed.).

Um parecer do TSE foi expedido sugerindo que deputados e senadores eleitos no pleito optassem pela reforma da Constituição de 1937 ou a confecção de uma nova Carta (*A Noite*, 29 set. 1945, p. 1-10, 1. ed.), medida acatada pelo líder da oposição, Sampaio Doria, dando-se início ao fortalecimento da ideia da oposição de amplos poderes para a Constituinte, noção que também foi compartilhada por *A Noite* (*A Noite*, 2 out. 1945, p. 1-9, 2. ed.). Malgrado as manifestações contrárias ao projeto, o Decreto-Lei nº 8.063, de 10 de outubro de 1945, foi promulgado, restituindo o papel do Legislativo e antecipando as eleições estaduais para 2 de dezembro, juntamente com as federais (BRASIL, 1937), medida que incentivou a OAB a não se dar por vencida: organizou uma suntuosa cerimônia no Teatro Municipal do Rio de Janeiro para entregar, solenemente, seu manifesto nas mãos do líder da oposição e candidato da UDN, Eduardo Gomes (*A Noite*, 16 out. 1945, p. 3, 2. ed.), solenidade classificada por *A Noite* como um evento da "falsa elite contra o povo no Teatro Municipal" (*A Noite*, 18 out. 1945, p. 1-3, 2. ed.).

Por outro lado, além de *A Noite*, o capital político de Vargas era defendido pelo movimento queremista e o jornal, por sua vez, não desperdiçou a oportunidade de utilizá-lo – tal como fez com Prestes – em prol da preservação de Getúlio além do Estado Novo. Podemos afirmar, com base na documentação analisada, que *A Noite* tinha noção de que o Estado Novo estava com os dias contados mas, ao menos até

---

[402] Na véspera da queda de Vargas, o periódico noticiou uma "inusitada" recepção ao canditado da UDN, Eduardo Gomes, em Porto Alegre: quando "o brigadeiro" desembarcou no aeroporto, foi saudado por "populares" que deram vivas a Getúlio (*A Noite*, 29 out. 1945, p. 1-10, 2. ed.).

meados de junho, deu vazão e publicidade ao movimento que pedia Vargas candidato presidencial no pleito de 1945.

A primeira manifestação pedindo a candidatura de Vargas noticiada pelo periódico foi o comício realizado na Praça da Sé, São Paulo, no dia 3 de março de 1945. O evento foi anunciado pelo jornal através da manchete "'Nós queremos Getúlio Vargas', gritam os trabalhadores de São Paulo". A manifestação nesse estado - justamente, uma antiga pedra no sapato do Estado Novo - foi grandemente elogiada por *A Noite*, que a entendia como uma confirmação da popularidade incontroversa de Getúlio. A redação da edição *A Noite São Paulo* foi, inclusive, alvo de homenagens dos queremistas que se concentraram na porta para congratular o jornal pelo apoio ao movimento (*A Noite*, 3 mar. 1945, p. 3, 2. ed.).

Com o crescimento do Queremismo, o periódico passou a acreditar que Vargas, grande parceiro, teria chances de sobra para conquistar eleitoralmente a presidência. Uma seção foi criada por *A Noite* reunindo cartas, telegramas e até telefonemas encaminhados para a redação – intitulada sugestivamente de "A voz do homem da rua" –, onde o "povo" declarava sua ojeriza aos "políticos tradicionais" (excluindo Vargas dessa categoria) e fechavam com Getúlio (*A Noite*, 9 mar. 1945, p. 3, 2. ed.). Ainda de acordo com o jornal, o "queremos Getúlio" assustava a imprensa de oposição exatamente por seu caráter "espontâneo" e classificado pelo periódico como "popular" (*A Noite*, 16 maio 1945, p. 3, 2. ed.).

Mas o sonho queremista de *A Noite* não durou muito: em junho de 1945, Vargas solicitou que se encerrassem as atividades do Comitê Pró-Candidatura Getúlio Vargas. Para o periódico, a posição de Getúlio colocava por terra as alegações dos grupos oposicionistas de que o movimento seria manipulado pelo regime (*A Noite*, 13 jun. 1945, p. 3, 2. ed.). Apesar da "insistência" da imprensa contrária ao regime em divulgar que a atitude do ditador fosse mais um de seus estratagemas, *A Noite* considerou o episódio encerrado (*A Noite*, 14 jun. 1945, p. 3, 2. ed.). Mergulhão ainda voltou ao assunto, reafirmando que não fazia mais sentido a oposição se preocupar com o Queremismo já que Vargas, homem de palavra, não tinha pretensões de ser candidato e sim apoiava a campanha de Dutra (*A Noite*, 21 jun. 1945, p. 3, 2. ed.).

Mesmo após a solicitação expressa de Vargas para que as manifestações a favor de sua candidatura fossem encerradas, *A Noite* continuou disponibilizando espaço em suas páginas para divulgação dos anúncios dos comícios do Comitê Pró-Candidatura Getúlio Vargas: a propaganda convocava o leitor a participar dos comícios que seriam realizados no Rio de Janeiro e em São Paulo, "como em todas

as capitais", ressaltou o convite: era o "Dia V", parafraseando o nome da invasão Aliada na Normandia (Figura 60) (*A Noite*, 27 set. 1945, p. 4, 2. ed.). Anteriormente, o jornal havia publicado, em um sugestivo quadro negro na página do noticiário político, a expressão usada pelo movimento queremista: "Nós queremos..." (Figura 61) (*A Noite*, 14 ago. 1945, p. 3, 2. ed.)[403].

Se o movimento "Constituinte com Getúlio", uma das bandeiras do Queremismo, não apresentava riscos para a realização das eleições, a oposição, representada pelos periódicos dos *Diários Associados*, não entendeu desta maneira: o *Diário Carioca*, por exemplo, entrou com um processo judicial contra o Departamento Nacional de Informações (DNI) – órgão que substituiu o DIP –, afirmando que o departamento estaria negando ao jornal de Chateaubriand a importação de papel de imprensa subsidiado pela ditadura. *A Noite* publicou, inclusive, uma nota do DNI que refutou as alegações e explicou que o *Diário* havia consumido toda sua cota de papel, portanto, não tinha mais direito ao benefício (*A Noite*, 3 out. 1945, p. 1, 2. ed.). Após *A Noite* sair em defesa do DNI, noticiou brevemente que a Procuradoria da República havia acatado a denúncia do *Diário Carioca*, dando prosseguimento ao caso (*A Noite*, 21 out. 1945, p. 2, 1. ed.)[404].

A participação do *Diário Carioca*, bem como de outras instituições que se identificavam ou não com a UDN - mas que viam na "Oposição Reunida" uma possibilidade para derrubar Getúlio -, deve ser ressaltada. O "matutino do Senador", usando a expressão de Mergulhão, não deixou de bater no regime até vê-lo cair, culminando, de acordo com *A Noite*, na perseguição a Góes Monteiro, ministro da Guerra. Monteiro anunciava que asseguraria a Vargas o direito de realizar a passagem de poder com o término das eleições: o militar concedeu entrevista exclusiva para *A Noite*, reafirmando seu posicionamento. A entrevista, por sua vez, despertou uma reação negativa na oposição que, por meio do *Diário Carioca*, iniciou uma campanha para pressionar o General a atender suas reinvindicações, ou seja, derrube logo Getúlio Vargas (*A Noite*, 25 out. 1945, p. 1-13, 2. ed.).

---

[403] Um segundo comício promovido pelo Comitê foi anunciado no jornal, o do dia 26 de outubro (*A Noite*, 20 out 1945, p. 7, 1. ed.), remarcado para o dia 29 (*A Noite*, 24 out. 1945, p. 2, 1. ed.). Esse comício, realizado no Largo da Carioca foi coberto por reportagem, evento que culminou, para delírio do periódico, na concentração pública em frente ao Palácio Guanabara (*A Noite*, 31 ago. 1945, p. 1-3, 1. ed.).

[404] Após o fim do Estado Novo, o papel de imprensa retido pelo regime deposto foi liberado da alfândega para o *Diário Carioca*, motivo para publicação de nota da Associação Brasileira de Imprensa – a mesma ABI que apoiou decididamente a ditadura -, congratulando José Linhares, presidente interino, pela "manutenção da liberdade de imprensa" (*A Noite*, 8 nov. 1945, p. 7, 2. ed.).

Diferentemente do que propalava, Góes Monteiro estava articulando com a oposição, tal como Dutra. Com a suspeita dos militares de que a nomeação de Benjamin Vargas, o “Bejo”, para a Chefatura de Polícia em lugar de João Alberto poderia representar uma ameaça direta às Forças Armadas – corria o boato de que o irmão de Vargas prenderia todos os generais conspiradores – e, após anunciar sua renúncia em carta a Getúlio, apoiado pelo Judiciário e por setores críticos a ditadura, o ministro da Guerra enviou homens do Exército para cercarem o Palácio Guanabara[405]. Acuado física e simbolicamente, Vargas assinou sua Ata de Renúncia na noite do dia 29 de outubro de 1945. Findava, com tanques e uma canetada, uma das ditaduras – até então sustentada pelos mesmos militares e amplos setores da sociedade civil que agora lhe faziam oposição - que manteve um mesmo presidente brasileiro por mais tempo no poder (a ditadura de 1964, posteriormente, duraria 21 anos, regida por cinco diferentes presidentes)[406].

Para *A Noite*, a queda de Vargas foi uma surpresa: órfão de pai, o periódico destacou na edição de 30 de outubro de 1945 ampla fotografia de José Linhares, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), acompanhado de grande parte dos “homens de Estado” do regime recém caído (Figura 62) (*A Noite*, 30 out. 1945, p. 1, 1. ed.). Após sua posse no Palácio da Guerra, o novo presidente - que havia sido nomeado por Vargas para o STF em maio daquele ano (*A Noite*, 26 maio 1945, p. 1, 2. ed.) – fez questão de conceder entrevista exclusiva para *A Noite* em sua casa no bairro do Botafogo, declarando, sobretudo, seu compromisso em assegurar as eleições marcadas para o dia 2 de dezembro (*A Noite*, 30 out. 1945, p. 1, 1. ed.).

Um último ato de *A Noite*, ainda sob influência dos ares estadonovistas, foi noticiar a deposição de Vargas de modo que o ex-ditador fosse humanizado e que seus predicados pessoais e públicos pudessem permanecer na cultura política. Nesse sentido, o vespertino abordou os derradeiros momentos de Getúlio na Capital Federal: a notícia informando sua partida para São Borja - sem Darcy, que permaneceu no Rio

---

[405] Uma nota oficial do General Cordeiro de Farias “narrou os acontecimentos” que antecederam a queda de Vargas (*A Noite*, 30 out. 1945, p. 7, 2. ed.).

[406] O periódico publicou na capa da primeira edição pós-Estado Novo a “proclamação do General Góes Monteiro”, texto onde o ministro da Guerra anunciou sua participação na efetivação da derrubada do governo a qual fazia parte. O militar afirmou que sua decisão em participar “[...] com fundada tristeza, ser-me difícil esse patriótico e exclusivo desiderato pelos meios suasórios, que correspondem à tradição de nosso Exército”, mas, como bom militar, estava abria mão de sua “debilitada saúde” para cumprir sua missão (*A Noite*, 30 out. 1945, p. 1, 1. ed.).

de Janeiro por mais alguns dias para resolver questões da LBA[407] - foi acompanhada de sua proclamação "aos brasileiros", manifesto que explicava a renúncia (*A Noite*, 31 out. 1945, p. 1-2, 2. ed.). Mesmo em "retiro espiritual", como o jornal classificou sua estada na fazenda da família, o "Sr. Getúlio Vargas" – como passou a se referir ao antigo "Chefe da Nação" –, serenamente degustando chimarrão, deu ainda alguns pitacos sobre as eleições (*A Noite*, 1 nov. 1945, p. 1, 2. ed.).

O impacto na estrutura comunicacional montada pelos diretores de *A Noite* ao longo dos quase seis anos de encampação pela ditadura foi arrasador: na primeira edição após a renúncia de Vargas, foram eliminadas as colunas de Mergulhão, Maciel Filho e Heitor Moniz, a tríade de defesa do regime caído; na coluna *Ecos e Novidades*, o temário político cedeu lugar para questões relacionadas à cidade do Rio de Janeiro. Permanecendo no resguardo, *A Noite* procurou manter sua diretoria longe dos olhares do novo governo, o qual tinha em sua composição tanto elementos até então estadonovistas quanto oposicionistas: ser um alvo não era uma opção.

Em contrapartida, o fim do Estado Novo também acarretou a estreia de colunas no periódico: *A situação*, por exemplo, reunia pequenas notas informando a nomeação de novos atores políticos em cargos nos ministérios, secretarias, autarquias e demais organismos estatais. O debate político, tão valorizado por *A Noite* durante os meses de crise estadonovista, restringiu-se à coluna *Política e Políticos* e, mesmo assim, a seção foi adaptada ao ser dotada de uma abordagem mais informativa do que opinativa.

Tal qual um camaleão, o jornal *A Noite* procurou ser discreto, tentando manter sua estabilidade enquanto empresa de comunicação ao mesmo tempo que necessitava assegurar junto ao novo governo sua situação jurídica indefinida: sem Estado Novo nem Getúlio, a quem *A Noite* deveria devotar seus serviços de comunicação? Visando a sua independência administrativa, movimento que ganhou força com a iminente queda da ditadura, a aposta mais racional era colocar suas fichas, ao menos temporariamente, em José Linhares.

---

[407] Em novembro de 1945, assumiu a presidência da Legião Brasileira de Assistência (LBA) interinamente o então presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), João Daudt, que exercia na instituição beneficente o cargo de tesoureiro (*A Noite*, 6 nov. 1945, p. 3, 1. ed.). Após receber a visita da Comissão Central da LBA, Darcy deixou o cargo oficialmente se recusando terminantemente de permanecer na entidade, mantendo, somente, os demais projetos desenvolvidos pela Fundação Darcy Vargas, a qual continuou presidenta (*A Noite*, 6 nov. 1945, p. 2, 2. ed.).

5.2 Um jornal ao gosto do freguês/patrocinador: *A Noite* e o Governo Provisório José Linhares

Com a queda da ditadura do Estado Novo, José Linhares foi escolhido pelos conspiradores de Getúlio para assumir a presidência da República provisoriamente. Após sua posse noturna no Palácio da Guerra, o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) procurou tranquilizar os humores e dar garantias de continuidade das eleições. *A Noite*, por sua vez, estava tentando se abster dos embates políticos envolvendo a legitimidade de instituições criadas pelo Estado Novo ou o que restou dele, mas, também, não arredou pé em seu posicionamento pró-Dutra, que crescia politicamente no decorrer da campanha eleitoral – evidente continuidade do Estado Novo através desse tão eminente quadro da ditadura.

Procurando criar um ambiente favorável para si, enquanto empresa de comunicação ainda atrelada ao Governo Federal, o periódico buscou se aproximar de Linhares, noticiando a escolha de seu novo ministério de modo reservado e atentando a não emitir opiniões que pudessem desagradar os grupos que passaram a compor a nova administração federal. Desta forma, *A Noite* publicou um artigo biográfico sobre José Linhares, ressaltando sua "imparcialidade" – característica que seria empregada recorrentemente pelo jornal para definir o Governo Provisório –, bem como o seu senso de justiça (*A Noite*, 30 out. 1945, p. 2, 2. ed.).

No novo Ministério, anunciado no cabeçalho do jornal através de uma circular da pasta da Guerra, havia nomes tanto da oposição quanto de figuras ligadas a Dutra, ou seja, ex-integrantes do Estado Novo. Do lado da "Oposição Reunida", estavam Sampaio Dória (Justiça), Hildebrando de Góes (Viação) e Melo Morais (Agricultura); da outra parte, Pires do Rio (Fazenda), Leitão da Cunha (Educação), Carneiro Mendonça (Trabalho) e Pedro Leão Veloso (Relações Exteriores), sendo que este último exercia o cargo desde a saída de Osvaldo Aranha do Itamarati, em 1944. Nas Forças Armadas, Linhares optou por militares de carreira sem envolvimento direto com partidos ou com o regime deposto: Armando Trompowsky (Aeronáutica), Cesar Obino (Guerra) e José Maria Neiva (Marinha) (*A Noite*, 30 out. 1945, p. 1, 2. ed.).

Composto o Ministério, o novo presidente optou por uma posse coletiva, evento que ocorreu sem muita cerimônia: procurando se distanciar da herança estadonovista, Linhares queria passar uma ideia de eficiência e urgência, portanto, marcou a primeira reunião ministerial que seria realizada tão logo estivesse encerrada a formalidade da

posse. Seguindo esse pensamento, o novo presidente não mediu esforços para afastar sua imagem de figuras que ocuparam cargos em setores chave do Estado Novo: o de Chefe de Polícia do Rio de Janeiro, aliás, posto que justificou a derrubada da ditadura, foi uma de suas primeiras preocupações, escolhendo para a função Dulcídio Cardono no lugar de João Alberto; este último, havia permanecido na polícia carioca por mais dois dias após a deposição de Getúlio. Mantendo a discrição, *A Noite* também anunciou a indicação de Plínio Pitaluga para a direção geral do Departamento Nacional de Informações, o antigo DIP (*A Noite*, 31 out. 1945, p. 1, 2 e 3, 2. ed.). Contudo, a indicação de Cesar Obino para a pasta da Guerra não aconteceu, sendo mantido Góes Monteiro – outra evidente continuidade em relação aos quadros ditatoriais. Adaptando-se aos novos tempos, *A Noite*, publicou nota do General anunciando sua decisão de aceitar o convite de Linhares, inclusive, o periódico publicou artigo, sem autoria, onde tecia largos elogios ao militar por ter permanecido no Ministério (*A Noite*, 1 nov. 1945, p. 1-2, 2. ed.). Benedicto Valadares, Interventor Federal em Minas Gerais, acabou sendo mantido no cargo (*A Noite*, 1 nov. 1945, p. 1-3, 2. ed.); no entanto, conseguiu conservar seu posto por apenas quatro dias, sendo substituído por Nicio Batista de Oliveira (*A Noite*, 5 nov. 1945, p. 1-2, 1. ed.).

A questão dos interventores federais nos estados era um grande problema para Linhares: não sendo prudente manter os indicados por Vargas e ainda sem perspectivas de eleições estaduais, a solução encontrada pelo novo presidente foi nomear governantes provisórios para os estados. Nesse sentido, paulatinamente, Linhares passou a indicar figuras contrárias ao regime decaído: J. C. de Macedo Soares, o “Senador” e ex-diretor desafeto de *A Noite*, por exemplo, foi escolhido para a interventoria em São Paulo, nomeação noticiada de modo breve e objetivo pelo vespertino (*A Noite*, 6 nov. 1945, p. 1-3, 1. ed.).

Nos estados onde os interventores estadonovistas detinham a hegemonia política e possuíam intima ligação com Getúlio (Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e Rio de Janeiro), Linhares optou por desembargadores, procurando, desta maneira, diminuir o capital político regional varguista. Por outro lado, as nomeações de figuras não-partidárias, no sentido restrito, era uma forma de consolidar a autoimagem de seu Governo Provisório enquanto uma administração “isenta”, “imparcial” e “objetiva” (*A Noite*, 9 nov. 1945, p. 3, 2. ed.).

Os novos ministros do Governo Provisório de Linhares trataram de declarar para a imprensa, tão logo fosse possível, como se pautariam suas ações: Olegário Gouvea de Barros, Interventor Federal no Pernambuco, afirmou para reportagem do

periódico que o novo presidente não toleraria engajamentos partidários dos novos indicados aos governos estaduais: "serão demitidos se fizerem política partidária", ameaçou (*A Noite*, 10 nov. 1945, p. 1, 1. ed.). Carneiro Mendonça, o novo ministro do Trabalho, mesmo com o Estado Novo em seu currículo político, reiterou que sua administração seria "isenta" ou, como ele definiu, "rigorosamente fora e acima dos partidos políticos" (*A Noite*, 1 nov. 1945, p. 1-2, 2. ed.). Pires do Rio reforçou o coro, afirmando que Linhares só desejava garantir que as eleições ocorressem dentro da normalidade (*A Noite*, 1 nov. 1945, p. 1-3, 2. ed.)[408]. A anunciada redemocratização e a criação de novos partidos se davam sob o signo da desconfiança em relação ao mundo partidário, portanto.

Recorrendo novamente ao periódico, o presidente interino concedeu entrevista onde reafirmou seu compromisso em "manter a ordem" e realizar o pleito de 2 de dezembro (*A Noite*, 3 nov. 1945, p. 1-2, 1. ed.). No dia seguinte, a bordo do navio da Marinha "Minas Gerais", José Linhares fez seu primeiro pronunciamento oficial como presidente que foi, inclusive, publicado na íntegra pelo jornal (*A Noite*, 5 nov. 1945, p. 2, 2. ed.). A fala de Linhares foi grandemente elogiada por *A Noite*, que viu no magistrado uma garantia da ordem pública (*A Noite*, 4 nov. 1945, p. 3, 2. ed.).

Derrubar o Estado Novo era uma coisa. Nomear um Ministério outra, mas obter o reconhecimento da comunidade internacional, sobretudo dos países que compunham os Aliados, era fundamental para a sustentação interna do Governo Provisório de Linhares e essa legitimidade além das fronteiras dependia principalmente da forma como o novo governo seria anunciado e qual projeto político colocaria na pauta. Nesse sentido, a colaboração de *A Noite* e da quase totalidade da imprensa, exceto a Comunista – que encarou como uma ruptura desnecessária o fim do Estado Novo - foi fundamental. Essa postura do PCB se associa à prioridade que ele atribuiu à Constituinte e à legalização partidária.

Desta maneira, o Governo Provisório de José Linhares também encontrou resistência de setores ligados ao regime deposto: um ato político realizado pelos ex-ministros de Vargas, por exemplo, resultou em pedido de demissão coletiva através de manifesto entregue por Agamenon Magalhães a José Linhares (*A Noite*, 30 out. 1945, p. 8, 2. ed.). Salgado Filho, por sua vez, manteve-se irrevogável em continuar

---

[408] Para a Prefeitura do Distrito Federal, Linhares indicou Philadelpho de Azevedo, figura ligada às oposições ao Estado Novo e que rapidamente compôs seu secretariado municipal (*A Noite*, 3 nov. 1945, p. 1-3, 1. ed.).

como ministro ou em cargos de chefia no novo governo, preferindo permanecer apenas com sua carreira militar (*A Noite*, 7 nov. 1945, p. 1-2, 2. ed.). A diretoria do Jockey Clube do Rio de Janeiro renunciou coletivamente em protesto contra a derrubada de Getúlio (*A Noite*, 9 nov. 1945, p. 3, 1. ed.). Filinto Muller, revoltado, anunciou de Nova York que não iria permanecer nem mais um minuto como representante do Departamento Nacional do Trabalho na Corte Internacional do Trabalho, colocando seu cargo à disposição (*A Noite*, 12 nov. 1945, p. 1, 2. ed.).

No primeiro dia de Linhares como presidente, *A Noite* publicou as “repercussões” da queda de Vargas e a assunção do novo governo, limitando-se ao que anunciaram as agências de notícias e jornais mundo afora (*A Noite*, 30 out. 1945, p. 2, 2. ed.). Contudo, faltava ainda a autenticação de governos, sobretudo dos EUA e Inglaterra, legitimidade essa obtida parcialmente: por meio de nota oficial, o governo estadunidense reconheceu o Governo Provisório de José Linhares e publicizou sua ciência da deposição de Vargas (*A Noite*, 31 out. 1945, p. 1-3, 1. ed.). Mas o governo inglês negou-se a reconhecer Linhares como presidente provisório, fato que causou grande mal-estar nos bastidores do Governo Federal (*A Noite*, 3 nov. 1945, p. 1, 1. ed.).

Aguardando reconhecimento da Inglaterra, fato que nunca aconteceu – os ingleses deixaram para se pronunciar após as eleições -, Linhares se ocupou com providenciar o Lei Constitucional nº 15, de 26 de novembro de 1945, decreto-lei – agora chamado pelo Governo Provisório de “Lei” – que instituiu a liberdade do Congresso Nacional no que se referia a alterar ou criar uma nova Constituição para o Brasil (*A Noite*, 26 nov. 1945, p. 1-11, 2. ed.).

Tão logo encontrou espaço, Linhares concedeu entrevista a jornais dos EUA sobre como estava atuando em sua breve administração federal: retomou o temário “eleições”, reafirmando que seu único compromisso era o de garantir que o pleito ocorresse dentro dos princípios democráticos, chegando a afirmar ser “o povo que está no poder” pois seu papel foi somente o de interpretar as insatisfações populares contra uma ditadura – discurso, aliás, muito semelhante ao do Estado Novo, onde Vargas interpretava os anseios da “alma popular”. Também destacou os ganhos que o fim do antigo governo proporcionou: ampla liberdade de imprensa e transformação do Departamento Nacional de Informações (DNI) e da Agência Nacional (AN) em órgãos de repasse de notas, pronunciamentos e comunicados oficiais emitidos somente pela Secretaria de Comunicação do Gabinete da Presidência (*A Noite*, 29 nov. 1945, p. 1-2, 1. ed.). Devemos considerar essa transformação significativa, tendo

em vista que durante o período em que a ditadura tentou se reformar, o Departamento de Imprensa e Propaganda só havia mudado de nome, de DIP para DNI. Embora divulgasse que houvera alterações em sua estrutura, o novo DNI foi usado pelo Governo Provisório com os mesmos objetivos de seu antecessor, sobretudo quando Linhares o escolheu como departamento responsável em irradiar seu primeiro pronunciamento como presidente (*A Noite*, 30 nov. 1945, p. 1, 1. ed.).

As mudanças colocadas em prática pelo Governo Provisório de José Linhares no DNI estavam voltadas essencialmente para aspectos relacionados à liberdade de imprensa e sobre a questão envolvendo a importação subsidiada do papel de imprensa, sobretudo do controle da operação realizado pelo órgão. Era necessário exorcizar o fantasma do DIP, uma herança amarga da cultura jornalística durante o Estado Novo; assim, Linhares determinou que o poder de concessão de auxílios à importação de papel para a imprensa – não só, mas também de maquinários e demais equipamentos relacionados aos veículos de comunicação social da época, incluindo o Rádio – passaria do DNI para o Ministério da Fazenda. Além dessa medida, muito comemorada pela imprensa carioca, o presidente provisório desobrigou jornais e revistas de terem que realizar registro prévio junto ao órgão, criando-se, assim, condições para o lançamento de novas publicações, livres da tutela autoritária do Estado (*A Noite*, 26 nov. 1945, p. 11, 2. ed.).

A medida foi muito bem recebida por *A Noite* que, procurando elogiar uma manifestação lida durante reunião da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) que congratulava o Governo Provisório de Linhares pelas mudanças no sistema de compra de papel de imprensa, publicou um artigo reforçando a importância do gesto de Linhares e caracterizando Herbert Moses (mais uma continuidade em relação ao Estado Novo!), autor do manifesto, como um grande parceiro e representante da imprensa brasileira (*A Noite*, 14 jan. 1946, p. 1-3, 2. ed.) – esquecendo-se, propositadamente, que a nova regra acabaria com os privilégios desfrutados pela *Empresa A Noite* ao longo dos cinco anos em que permaneceu ao lado da ditadura. Embalado pelo movimento de esquecimento promovido pelos antigos colaboradores do regime caído, Moses ainda enviou telegrama a Pires do Rio, ministro da Fazenda, felicitando-o não somente pela nova atribuição dada a sua pasta mas, sobretudo, criticando duramente o controle que era exercido pelo Estado Novo sobre a imprensa brasileira (*A Noite*, 16 jan. 1946, p. 2, 2. ed.).

A liberalização da imprensa promovida pelo Governo Provisório, encarando-a não mais como instituição de caráter público mas sim como instituição privada e

capitalista, incentivou alguns ex-proprietários de periódicos que haviam sido fechados pela ditadura a tentarem reaver seus antigos domínios: José de Matos, fundador do *Diário da Manhã*, de Niterói, por exemplo, adentrou o prédio do seu extinto jornal de arma em punho – fechado pelo Conselho Nacional de Imprensa em dezembro de 1941 (*A Noite*, 20 dez. 1941, p. 2. 1. ed.). –, declarando aos estarrecidos repórteres que estava tomando de volta o que era seu por direito e que só sairia de lá morto. Como no edifício só havia resquícios do empastelamento ocorrido quatro anos atrás, ninguém considerou necessário chamar a polícia (*A Noite*, 3 dez. 1945, p. 3, 2. ed.). Fausto Matarazzo, ex-proprietário da *Rádio Ipanema* – expropriada pela ditadura e transformada na *Rádio Mauá* –, também reclamou a posse de sua antiga emissora: o advogado que, na época da expropriação, era sócio majoritário da *Ipanema*, mandou publicar em *A Noite* que estava entrando com mandato judicial para reaver a empresa que lhe foi tomada arbitrariamente pelo regime deposto (*A Noite*, 7 dez. 1945, p. 8, 1. ed.).

Se Linhares era a favor da devolução dos órgãos de imprensa a seus antigos proprietários, como ocorreu no caso do jornal *O Estado de S. Paulo* (SILVA, V. T., 2015) –, o mesmo não podemos afirmar sobre as práticas de censura aplicadas contra órgãos da imprensa que não corroboravam com as medidas do Governo Provisório: a *Rádio Cruzeiro do Sul*, que também havia sido expropriada pelo Estado Novo, foi fechada pela polícia carioca após ter irradiado uma crônica política que tecia severas críticas sobre a atuação de Linhares na presidência da República (*A Noite*, 5 jan. 1946, p. 1, 1. ed.). Valendo-se das mesmas táticas repressivas que foram utilizadas pela ditadura estadonovista contra os meios de comunicação, o presidente interino se mostrou não apenas contraditório em seu posicionamento acerca da liberdade de imprensa, mas, também, deixou evidente que as heranças estadonovistas eram bem maiores do que as transformações que ele mesmo procurou protagonizar.

Esse desmonte da ditadura promovido por Linhares atingiu ainda sua área profissional: a extinção do Tribunal de Segurança Nacional (TSN). Os casos envolvendo crimes contra a economia popular, por exemplo, foram encaminhados para a Justiça comum, já os praticados contra a Segurança Nacional permaneceram com a Justiça Militar (*A Noite*, 9 nov. 1945, p. 1, 1. ed.). Se o Governo Provisório queria enterrar o passado jurídico autoritário da ditadura, as mudanças das práticas policiais já não entravam em sua lista: o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) passou a ser chamado de Divisão de Polícia Política e Social, nomes diferentes para

instituições perversamente iguais (*A Noite*, 3 jan. 1946, p. 1, 2. ed.) – mais e mais continuidade.

Do mesmo modo que o Governo Provisório procurou sepultar, ao menos nominalmente, alguns aspectos da cultura estadonovista, outros permaneceram, sobretudo, algumas heranças populares daquela ditadura: com a recusa de Darcy Vargas para continuar na presidência da Legião Brasileira de Assistência (LBA), João Daudt, da Associação Comercial, assumiu interinamente a função. Com Linhares no poder, o cargo de liderança na instituição criada pela ex-primeira dama foi oferecido a Luiza Linhares. A esposa do presidente não apenas aceitou de pronto o convite mas fez questão de informar que ela já estava organizando um "Natal dos Pobres do Catete" (*A Noite*, 16 nov. 1945, p. 1, 2. ed.). Quando ela foi tomar posse da presidência da LBA, ocorreu algo mais confuso: Luiza se empossou mas não iria ser presidenta, só simbolicamente, pois quem de fato exerceria o cargo seria a atual secretária da instituição, Anita Carpenter, antiga parceira de Darcy (*A Noite*, 21 nov. 1945, p. 2, 1. ed.) – haja continuísmo! Não custa apontar que os novos personagens detentores do poder político, mesmo que transitórios, se apropriaram de criações do Estado Novo, tais como o Natal dos Pobres e a LBA, ambos projetos que tinham a marca Darcy Vargas. Por outro lado, nutrindo uma espécie de compromisso sentimental, o jornal *A Noite* noticiou a realização do evento natalino no Catete e, sem desmerecer a iniciativa de Luiza Linhares, ressaltou que a anual distribuição de presentes era uma criação de Darcy Vargas (*A Noite*, 21 dez. 1945, p. 1, 1. ed.).

As mudanças provocadas por Linhares chegaram até ao jornal e à *Empresa A Noite*: no início de novembro de 1945, André Carrazzoni, que até então havia resistido na direção do vespertino, saiu e, em seu lugar, Costa Neto nomeou Gil Pereira, diretor da revista *A Noite Ilustrada*. Embora tenha ocorrido a demissão do diretor e colunista de longa data, Octávio Lima, Gerente, e Carvalho Neto, Redator Chefe, permaneceram em seus postos (*A Noite*, 1 nov. 1945, p. 1, 1. ed.). Buscando discrição no cenário político, *A Noite* voltou a concentrar seu temário no universo da notícia policial, filão deixado de lado parcialmente durante o Estado Novo ou então redirecionado contra os inimigos anunciados do regime – comunistas, súditos do Eixo.

Costa Neto, o responsável pela "expansão" da *Empresa A Noite*, ainda estava de pé mesmo com o fim do Estado Novo mas essa realidade não iria se sustentar por muito tempo: dez dias após a queda de Vargas, ele foi substituído por Castro Júnior, outro militar, que acumulou, tal qual seu antecessor, a presidência do grupo *Empresa A Noite* e o cargo de Superintendente das EIPN (*A Noite*, 10 nov. 1945, p. 1, 1. ed.).

Na edição seguinte à demissão, seu nome, que figurava no centro do cabeçalho do jornal acompanhado ao da *Empresa A Noite*, foi retirado da capa do periódico, finalizando, assim, o ciclo expansionista e o projeto de comunicação social do Estado Novo colocado em prática por ele: sem Costa Neto nem Estado Novo, o antigo projeto de comunicação de *A Noite* não fazia mais sentido e a nova direção, tanto da *Empresa A Noite* quanto do periódico, souberam se adaptar rapidamente à nova realidade (*A Noite*, 11 nov. 1945, p. 1, 1. ed.)[409].

Como um último ato, antes de sair, Costa Neto demitiu o jornalista Magalhães Junior, correspondente de guerra de *A Noite* que, após o término do conflito mundial, havia recentemente retornado a seu trabalho na redação do jornal. Com a queda do Estado Novo, o jornalista passou a colaborar semanalmente com artigos atacando diretamente o regime caído, fator que motivou seu desligamento. Entretanto, com a posse de Castro Junior na Superintendência das EIPN, o desafeto de Costa Neto foi readmitido pelo novo Superintendente (*A Noite*, 15 nov. 1945, p. 1-7, 1. ed.).

Em sua posse, embora não tenha tocado no nome de Costa Neto, o novo presidente da *Empresa A Noite* assumiu o compromisso de "zelar" pelo patrimônio da instituição que havia sido construído por seu antecessor (*A Noite*, 14 nov. 1945, 1-3, 1. ed.). Nesse sentido, Castro Junior promoveu tanto mudanças quanto manteve no periódico figuras da gestão anterior: nomeou Luiz Pereira de Souza para a Tesouraria de *A Noite* – um ex-secretário da Casa da Moeda e do Tesouro Nacional sem ligação direta com a imprensa (*A Noite*, 21 nov. 1945, p. 2, 2. ed.) -, ao mesmo tempo que permitiu que o escritor Menotti del Picchia permanecesse na direção da edição *A Noite São Paulo* (*A Noite*, 22 nov. 1945, p. 3, 2. ed.) – continuidades em penca.

Ainda no final de novembro de 1945, a situação jurídica da *Empresa A Noite* e demais instituições de comunicação controladas pelo grupo era um hiato. Entretanto, o anúncio do Decreto-Lei nº 8.249, de 29 de novembro de 1945, trouxe mais instabilidade para os funcionários da empresa: o texto da lei determinou que os empregados admitidos antes da encampação seriam enquadrados no regime da CLT e os que foram admitidos durante aquele período, como pessoal extranumerário (*A Noite*, 29 nov. 1945, p. 1-2, 2. ed.). A publicação do Decreto causou desespero nos funcionários da *Empresa A Noite*, motivando-os a enviarem uma moção a Castro

---

[409] Costa Neto estabeleceu uma relação de intimidade com a *Empresa A Noite* e seu projeto de expansão, fato que o levou, além de pedir demissão, a não comparecer à cerimônia de transmissão do cargo de Superintendente das EIPN, tarefa delegada então ao interino, João Lobato Filho, que realizou a transferência para Castro Junior (*A Noite*, 13 nov. 1945, p. 1, 1. ed.).

Junior demonstrando preocupação com sua situação trabalhista (*A Noite*, 18 dez. 1945, p. 2, 2. ed.).

A moção gerou protestos no jornal que estava sob a administração de Gil Pereira: *A Noite* deixou espaços em branco nas páginas números sete e oito entre as edições dos dias 14 a 30 de novembro – manifestação essa silenciosa e iniciada tão logo Castro Junior havia tomado posse (*A Noite*, 30 nov. 1945, p. 8, 1. ed.). Na edição do dia 1 de dezembro, Gil Pereira permaneceu como diretor do jornal (Carvalho Neto e Octávio Lima mantiveram seus cargos), contudo cedeu lugar a Joaquim Thomaz – escritor e jornalista do *Jornal do Brasil* - que passou a ser Diretor-Presidente do vespertino, atribuição até então exercida pelo Superintendente (*A Noite*, 1 dez. 1945, p. 1-9, 1. ed.). Castro Junior também permitiu que alguns antigos colaboradores do Estado Novo voltassem a publicar em *A Noite*, caso do jornalista Heitor Moniz, demitido após a saída de Carrazoni da direção. Moniz, defensor inveterado do regime deposto, passou a adotar um tom mais genérico em seus comentários, procurando fugir de assuntos políticos que o comprometessem novamente (*A Noite*, 5 dez. 1945, p. 3, 2. ed.).

Do mesmo modo que a nova direção manteve jornalistas, algumas criações do periódico de tempos do Estado Novo permaneceram: no Natal de 1945, por exemplo, o vespertino promoveu a tradicional distribuição de vinhos "aos pobres de *A Noite*" – parceria de cinco anos com a empresa de telefonia Teixeira Barbosa & Cia. Ltda. -, sendo ofertados na ocasião mais de mil e quinhentas garrafas da bebida (*A Noite*, 12 dez. 1945, p. 3, 1. ed.). Outra ação criada durante a Superintendência Costa Neto e mantida foi a Prova de Natação A Noite: mesmo sob uma situação de pendência administrativa, os novos diretores do vespertino continuaram a patrocinar a competição aquática (*A Noite*, 22 jan. 1946, p. 8, 1. ed.).

A saída de Costa Neto da chefia das EIPN também proporcionou um redirecionamento do temário de *A Noite* sobre o Estado Novo: se durante os mais de cinco anos em que esteve encampado - e atrelado administrativa e ideologicamente à ditadura – o periódico louvou incansavelmente o regime que o havia fortalecido, com a nova direção, as críticas ao governo autoritário estadonovista passaram a fazer parte de seu fazer jornalístico. Os escolhidos para a empreitada foram os jornalistas Magalhães Junior, que inaugurou uma nova coluna, *Janela Aberta* – uma clara alusão ao momento de "abertura política" que se iniciava - e Wilson W. Rodrigues, que também assinou como colunista semanal no jornal. Os dois profissionais tinham algo em comum: ambos odiavam Vargas e tudo o que o Estado Novo representava mas

também apostavam em Dutra (dileto sustentáculo militar do Estado Novo) como grande salvador da institucionalidade política brasileira. Seus artigos representam a mudança de orientação que *A Noite* tomou com a saída de Costa Neto da Superintendência, promovendo esses colunistas uma série de "denúncias" contra possíveis casos de corrupção, favorecimento ilícito e tráfico de influência que teriam sido praticados pelo Estado Novo.

Magalhães Junior, após reassumir seu posto em *A Noite*, voltou sua ira ao comentar uma sessão solene promovida por autores teatrais – não cita quais – que protestaram pela falta de cumprimento da legislação assinada por Vargas antes de ser derrubado e criara o "Prêmio Machado de Assis", concurso de estímulo à criação literária e artística. De acordo com o jornalista, o ato dos dramaturgos era fruto do Movimento Queremista, classificando, ainda, o Estado Novo como uma ditadura que procurava se mostrar como um "mecenas generoso", mas que, tão somente, objetivava o controle de bens culturais em prol de sua ideologia autoritária (*A Noite*, 17 nov. 1945, p. 3, 1. ed.). Segundo o colunista de *Janela Aberta*, comparando a ditadura com o Governo Provisório, Vargas não passava de um "caudilho" enquanto Linhares representava a "boa educação política" (*A Noite*, 18 nov. 1945, p. 3, 2. ed.).

A sugestão para mudar o nome da Avenida Presidente Getúlio Vargas - projeto viário do prefeito do Rio de Janeiro Henrique Dodsworth e largamente noticiado por *A Noite* ao longo do Estado Novo – foi abordada por Magalhães Junior em sua coluna. Respondendo a uma "carta de um leitor" que questionava se o logradouro deveria ou não ser rebatizado, o jornalista considerou que a retirada da homenagem a Vargas se justificava pelo simples fato de ele ter sido um ditador (*A Noite*, 27 dez. 1945, p. 3, 2. ed.).

Desta forma, inaugurou-se com Magalhães Junior uma narrativa jornalística sobre o Estado Novo que além de caracterizá-lo como uma ditadura, também classificou o governo de Getúlio como corrupto: comentando a grande quantidade de Comissões Federais durante a ditadura, o colunista ressaltou que esses órgãos consultivos serviam tão somente para institucionalizar a corrupção no governo, tomando como exemplo os escândalos revelados na época que apontavam o envolvimento da Comissão de Marinha Mercante em golpes contra seguradoras de cargas (*A Noite*, 28 dez. 1945, p. 3, 2. ed.)[410].

---

[410] As Comissões Consultivas Executivas do Estado Novo foram extintas através da Lei Constitucional nº 15, citada anteriormente (*A Noite*, 26 nov. 1945, p. 1-11, 2. ed.).

As narrativas construídas pela nova direção de *A Noite* procuravam desvincular o Estado Novo do Governo Provisório, trazendo a público denúncias feitas pelos novos atores políticos que estavam no poder: Miguel Lupi Martins, então diretor do Serviço de Abastecimento da Previdência Social, o SAPS, revelou para a imprensa as “más condições” de armazenamento de mantimentos no restaurante símbolo do Ministério do Trabalho. Como se não bastasse, apontou o indignado diretor, havia evidências de que a carne comprada para ser ofertada no estabelecimento, além de ser de péssima qualidade, estava com os preços superfaturados (*A Noite*, 10 jan. 1946, p. 1-8, 2. ed.).

Mesmo com o Estado Novo já em ruínas - havia pendências afetivas, partidárias e burocráticas no decorrer do Governo Provisório -, não se tratava apenas de criticar a ditadura por ser uma ditadura mas sim por ser desonesta. Essas narrativas jornalísticas deram ensejo para a criação de boatos, tal como podemos ver no comunicado emitido pela Secretaria da Presidência da República desmentindo informações de que as obras de arte dos Palácios do Catete, Guanabara e Rio Negro haviam desaparecido com a deposição de Getúlio (*A Noite*, 24 jan. 1946, p. 1, 2. ed.). De acordo com a nova visão de *A Noite*, Vargas não era apenas corrupto, mas também, possivelmente, um sorrateiro ladrão.

O temário da ditadura corrupta foi igualmente abordado por Wilson W. Rodrigues, sobretudo acerca do caso envolvendo o Banco do Brasil. De acordo com o jornalista, a “devassa” que Linhares estava promovendo na instituição bancária revelou um esquema de “assalto aos cofres públicos” (*A Noite*, 16 jan. 1946, p. 2, 2. ed.). As investigações sugeriam que o empresário Hugo Borghi, grande produtor de algodão na época, obtinha empréstimos bancários fraudulentos para financiamento da safra, artimanha de que Vargas tinha conhecimento e que era chancelada pelo ministério da Fazenda (*A Noite*, 17 jan. 1946, p. 1, 1. ed.). Construindo uma imagem positiva de Linhares como o grande panteão da justiça, *A Noite* defendeu as ações do presidente como sinônimo de “um regime democrático”, enquanto que a ditadura deposta, valia-se de relações de favoritismo com o povo e empresários para alcançar seus objetivos escusos (*A Noite*, 17 jan. 1946, p. 2, 2. ed.). Ainda segundo Rodrigues, as “heranças” do estadonovismo deveriam ser enterradas e, apesar do louvável

esforço de Linhares, só seriam finalmente sepultadas com Dutra (*A Noite*, 23 jan. 1946, p. 2. 2. ed.)[411].

O jornalista também contrapôs o Estado Novo ao Governo Provisório e concluiu que o primeiro era simplesmente uma ditadura, não havendo muito o que discorrer sobre ele; já o último era um “governo de justiça”, não apenas pelo fato de seu presidente ser um magistrado, mas pela série de mudanças que estava realizando em tão pouco tempo. Linhares, na visão do jornalista, fazia no campo da política o que ele já realizava nos tribunais: estava “trazendo justiça” para o povo brasileiro (*A Noite*, 15 jan. 1946, p. 2, 2. ed.).

Entretanto, a imagem de “governo de justiça” que o periódico tentou construir sobre a atuação de Linhares na presidência nem sempre funcionava: um comunicado da Secretaria da Presidência, por exemplo, tentou justificar a nomeação de parentes e familiares do presidente para cargos de direção da administração federal. A nota rebateu as acusações de que havia “dezenas de comissionados”, afirmando que os Linhares que ocupavam cargos públicos, tinham sido nomeados pelo Estado Novo, e não pelo Governo Provisório (*A Noite*, 14 jan. 1946, p. 3, 1. ed.). Um artigo sem autoria saiu em defesa de Linhares após a publicação do comunicado, afirmando que o presidente estaria sendo vítima de uma “campanha ingrata” que tinha por finalidade, tão somente, manchar sua íntegra reputação, visto que, pelo fato de não ser “político”, suas intenções eram voltadas apenas ao bem público e não privado (*A Noite*, 22 jan. 1946, p. 2, 2. ed.).

Dando continuidade a seu projeto de desmontar a estrutura criada pelo Estado Novo, ao menos parte dela, José Linhares queria resolver a situação jurídica das EIPN antes da posse do novo governo: o Decreto-Lei nº 8.313, de 7 de dezembro de 1945, determinou que as instituições privadas ligadas juridicamente à *Empresa A Noite* seriam colocadas à venda no prazo de trinta dias através de uma Concorrência Pública. É importante lembrar que na justificativa do texto da Lei, Linhares entendeu que a função de informar oficialmente os atos do Governo Federal cabia ao Diário Oficial da União, enquanto que o fornecimento de noticiário oficial ficaria sob responsabilidade da Agência Nacional (*A Noite*, 7 dez. 1945, p. 2, 2. ed.). Deste modo,

---

[411] Sobre o Movimento Queremista, o jornalista afirmou, ironicamente, que os “queremistas eram os últimos foliões da ditadura” que, fanfarreando pelas ruas do Rio de Janeiro, representavam os brincantes da Quarta-Feira de Cinzas que não queriam parar de sambar (*A Noite*, 25 jan. 1946, p. 3, 2. ed.).

a imprensa encampada passou a se separar da esfera pública, não fazendo sentido a manutenção pelo Estado de aparelhos de comunicação social pública.

Colocada à disposição do mercado, foi designada uma Comissão Especial que seria responsável pela venda da *Empresa A Noite* e que, entre outras atribuições, publicaria edital do pregão público, anunciando, sobretudo, uma listagem das empresas pertencentes ao conglomerado de comunicação construído sob a direção de Costa Neto (*A Noite*, 18 dez. 1945, p. 4, 1. ed.). A Comissão decidiu, portanto, que o processo de privatização do grupo seria agilizado se dividissem a *Empresa A Noite* em lotes: separadamente, o edital anunciou a venda dos lotes "*A Noite*"; "*A Manhã*"; "*O Estado do Rio*", jornal de Niterói, antigo *O Estado*; "*A Noite SP*", consistindo na edição paulista do periódico e sua oficina de impressão; e, por fim, o lote "*Editora A Noite*". O valor esperado pelo Governo Provisório com a venda de todos os "lotes" chegava na casa dos dezenove milhões de cruzeiros (*A Noite*, 20 dez. 1945, p. 2, 1. ed.).

O edital de Concorrência Pública, anunciado no próprio jornal, incentivou o surgimento de uma campanha em *A Noite* que foi encabeçada pelos funcionários do jornal[412]. Em memorial dirigido a José Linhares, os empregados fizeram uma proposta ao presidente interino: que o Governo Federal vendesse os lotes colocados em leilão para uma sociedade anônima a ser formada por eles. Apelando para um passado recente construído, recordam o "progresso, por esforço próprio" da *Empresa A Noite*, bem como a dedicação dos funcionários para o fortalecimento e expansão do grupo – sem citar o desafeto de Linhares, Costa Neto. Eles admitiram que o processo de encampação promovido pela ditadura ocorreu sob justificativas pouco democráticas, mas também ressaltaram o fortalecimento da *Empresa A Noite* durante o Estado Novo, que resultou em uma instituição de comunicação moderna, reafirmando que, no cotidiano do trabalho, eles praticavam a independência editorial e profissional, sobretudo, os jornalistas. Propuseram ainda a compra do conglomerado por meio de um financiamento estatal, colocando todo o patrimônio do grupo de comunicação como garantia, visto que, as empresas adquiridas durante a "expansão Costa Neto" eram o resultado do suor do trabalho dos empregados que se dedicaram à

[412] Em 1945, Vargas teria recebido proposta de Samuel Ribeiro, empresário paulista, que manifestou interesse em comprar o jornal *A Noite*; no entanto, como a ditadura estava protelando a questão, o capitalista declinou da ideia.

consolidação da instituição como uma entidade de comunicação social séria (*A Noite*, 27 dez. 1945, p. 1-3, 1. ed.).

André Carrazzoni, que havia se ausentado do jornal para se dedicar exclusivamente ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro (SJPRJ), enviou um telegrama em nome da instituição de classe – e publicado por *A Noite* – solicitando a atenção de Linhares para a proposta feita pelos servidores de *A Noite* (*A Noite*, 29 dez. 1945, p. 9, 2. ed.). Procurando ajudar na campanha, um comunicado de Milton de Carvalho e de Linneu Silva – identificados como "leitores de A Noite" - convidou o público para participar da compra de ações da *Empresa A Noite*, bem como aderir ao projeto da nova sociedade anônima que seria composta por funcionários e terceiros. Os empregados de *A Noite* fizeram ainda um último apelo republicando o comunicado dos dois "leitores" na edição do dia 3 de janeiro (*A Noite*, 3 jan. 1946, p. 7, 1. ed.). Mas, para alívio dos potenciais compradores, o edital foi prorrogado pelo Governo Federal até o dia 21 de janeiro de 1946 (*A Noite*, 9 jan. 1946, p. 9, 2. ed.).

A extensão do prazo para envio das propostas de compra deu novo fôlego à campanha: o Sindicato dos Gráficos do Rio de Janeiro enviou telegrama a Linhares, reforçando o coro do movimento dos trabalhadores (*A Noite*, 4 jan. 1946, p. 2, 1. ed.); seguiu aquele gesto o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais (*A Noite*, 9 jan. 1946, p. 3, 2. ed.); Viriato Correa, em sessão da Academia Brasileira de Letras (ABL), discursou favoravelmente à causa (*A Noite*, 4 jan. 1946, p. 1-10, 2. ed.); o novo colunista e crítico ferino do Estado Novo, Magalhães Junior, elogiou a fala de Viriato Correa, lembrando a importância do movimento para a democracia (*A Noite*, 7 jan. 1946, p. 3, 2. ed.). Os redatores de *A Noite*, engajados em comprarem o grupo de comunicação, chegaram a publicar um telegrama de um anunciante assíduo do jornal, Aldo Rosso, dono do Hotel Riviera, que prestou solidariedade ao movimento dos empregados do periódico (*A Noite*, 5 jan. 1946, p. 3, 1. ed.). Geysa Boscoli, presidenta da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, concedeu entrevista ao jornal publicizando seu apoio (*A Noite*, 10 jan. 1946, p. 1-3, 2. ed.).

Amplos setores da sociedade estavam mobilizados em prol da campanha, mas um conhecido missivista de telegramas – não custa lembrar mais uma vez, apoiador dileto das causas estadonovistas – procurou fazer mais do que manifestar simpatia pelo movimento: Herbert Moses, o presidente da Associação Brasileira de Imprensa. Lançando mão de suas maiores armas, telegramas e influência política, o presidente da Casa do Jornalista enviou mensagem para José Linhares, solicitando que o Governo Provisório assegurasse a venda do grupo aos empregados (*A Noite*, 11 jan.

1946, p. 1, 2. ed.). Considerando ser insuficiente a investida, Moses enviou outro telegrama, desta vez ao ministro da Fazenda, Pires do Rio, reiterando sua posição e lembrando ao político que era fundamental que a pasta facilitasse a transação (*A Noite*, 15 jan. 1946, p. 1-8, 2. ed.).

A pressão exercida por *A Noite*, pela classe jornalística e por demais personalidades da cultura política da época surtiu o efeito desejado: com a apuração das eleições chegando ao fim e a vitória de Dutra se mostrando mais do que certa, Linhares decidiu deixar para o próximo presidente a resolução da situação jurídica da *Empresa A Noite*. Um aviso, publicado com grande destaque no vespertino, anunciou ao público que o processo de venda do conglomerado estaria suspenso "até segunda ordem" (*A Noite*, 19 jan. 1946, p. 2, 1. ed.)[413].

Nesse sentido, a aposta dos empregados do periódico em Dutra – que era a mesma dos ex-diretores estadonovistas – começou a ser definida a partir do momento em que a candidatura do general emplacou no pleito presidencial, resultando em investimento político-comunicacional feito por *A Noite* durante a campanha eleitoral do ex-ministro da Guerra. Verificaremos que a disputa eleitoral desenvolvida ao longo de 1945 acarretou posicionamentos do periódico a favor de Dutra e de seu projeto político, mas sua vitória na corrida presidencial representou para os empregados de *A Noite* não apenas os frutos de seu esforço jornalístico a favor do candidato do PSD mas, também, a possibilidade de retomarem as negociações para a compra da *Empresa A Noite*. A interrupção do edital foi a primeira vitória dos trabalhadores, que puderam voltar suas atenções para Dutra, eleito pela maioria da população e aguardando apenas ser empossado no cargo. Se com Linhares a campanha de compra do jornal pelos funcionários não havia vingado, com Dutra, o periódico tinha chances de se libertar da tutela do Estado: como o jogo ainda era incerto, restou para *A Noite* apenas apostar e bajular, é claro, seu novo padrinho político.

---

[413] O comunicado foi publicado pelo vespertino em três outras edições, denotando a preocupação desses trabalhadores em deixar claro ao público, e possíveis concorrentes, que o periódico ainda estava em suas mãos (ver edições *A Noite*, 20 jan. 1946, p. 2, 1. ed.; 21 jan. 1946, p. 2, 1. ed.; 21 jan. 1946, p. 2, 2. ed.).

5.3 Dutra, o novo padrinho político de *A Noite*

Depois de anos sem ver a luz de uma eleição, 1945 foi um ano marcado por transformações na cultura política da época. Foi dada a largada para a disputa presidencial, a partir de fevereiro, e a promulgação da legislação eleitoral que determinou, entre outras medidas, a liberdade para fundação ou retorno às atividades de partidos políticos, foi fator que influenciou a proliferação de críticas ao regime (*A Noite*, 16 fev. 1945, p. 1-3, 2. ed.). Por outro lado, as eleições representavam um recomeço para a história política de *A Noite*: com Vargas negando desde o início sua participação como presidenciável no processo eleitoral, restou ao periódico aguardar uma possível indicação do ditador para poder então redirecionar seus esforços comunicacionais em prol do possível escolhido de Getúlio.

Enquanto a indicação não acontecia, o vespertino, ainda sob administração geral de Costa Neto, procurou seguir a cartilha comunicacional do Estado Novo: *A Noite* ainda estava com o Vargas, veiculando, como foi tratado anteriormente, o discurso oficial do Estado Novo de que, com a finalização do pleito, o regime realizaria a passagem de poder para o presidente eleito. No entanto, isso não impediu que os dirigentes estadonovistas de *A Noite* estabelecessem uma linha de defesa da ditadura que, entre outras armas utilizadas, valeu-se do ataque a seus opositores, representados pelo grupo político encabeçado por Eduardo Gomes, Major-Brigadeiro da Força Aérea Brasileira (FAB) que - no decorrer da guerra – viu seu capital político crescer consideravelmente após se posicionar publicamente contra o Estado Novo.

Assim que Eduardo Gomes anunciou que tinha pretensões de concorrer ao pleito presidencial, logo após a Lei Eleitoral ser decretada, o periódico começou a articular sua estratégia de combate: criou a coluna *Política e Políticos*, visando a discutir a corrida presidencial e os arranjos partidários mas também, procurando construir um espaço para a promoção de ofensivas contra os adversários políticos de Vargas, antigos e recentes – os “carangos” -, mantendo, sobretudo, sua mira na oposição que estava se formando. No final de fevereiro de 1945, o jornal sinalizou que Eduardo Gomes estaria articulando para sair candidato da “oposição”, informando ainda que ele até teria comprado um jornal em Recife para auxiliá-lo na campanha eleitoral (*A Noite*, 26 fev. 1945, p. 1-3, 2. ed.). É a primeira vez que os polos hegemônicos da disputa política foram redefinidos desde a última campanha eleitoral, malograda pelo golpe de novembro de 1937.

O jornal *A Noite* tinha para quem direcionar sua mira: Eduardo Gomes, ou para o periódico, "o brigadeiro" – com "b" minúsculo mesmo, pois era uma forma do jornal fazer joça com sua patente militar ao relacioná-lo com o tradicional quitute brasileiro criado, inclusive, para homenageá-lo – e convocou para a tarefa Benedicto Mergulhão, Heitor Moniz e Maciel Filho, colunistas que seguiam uma divisão de tarefas na redação de *A Noite*: Mergulhão atacava os adversários de Vargas, Dutra e do Estado Novo, enquanto Heitor Moniz e Maciel Filho, concentravam-se em defender Getúlio e o que restava do regime. Desta forma, Mergulhão, logo no primeiro artigo que tratou de Eduardo Gomes, iniciou a investida: segundo o jornalista, "o brigadeiro" havia entrado na disputa política "de gaiato" pois não sabia o que estava fazendo, liderando uma "procissão dos mortos", os "políticos profissionais" que o apoiavam (*A Noite*, 27 fev. 1945, p. 3, 2. Ed.). Na categoria dos "políticos profissionais" - termo genérico utilizado por *A Noite* e pelo regime para designar opositores despojados de seus direitos políticos em 1937 -, enquadrava-se perfeitamente o ex-Senador Prado Kelly. Tão logo Eduardo Gomes anunciou suas intenções eleitoreiras, Prado Kelly concedeu entrevista para "jornais da oposição" declarando apoio ao Brigadeiro. Comentando a entrevista, a coluna *Política e Políticos* chegou a atribuir ao ex-presidente Arthur Bernardes a responsabilidade por "pressionar o brigadeiro" a entrar na corrida presidencial, procurando sugerir que Eduardo Gomes sequer estaria de fato interessado no mundo político ou, na melhor das hipóteses, de que estava alheio a tudo, sendo manipulado pelos grupos políticos que o circundavam. A antipatia do ex-Senador acabou se estendendo ao periódico, que teria afirmado ser *A Noite* um "Boletim Oficial" da ditadura, razão pela qual defendia seu silenciamento o quanto antes (*A Noite*, 28 fev. 1945, p. 1-2, 2. ed.).

É importante ressaltar que embora Vargas não tivesse anunciado possíveis nomes de candidatos que representassem seu projeto político, algumas personalidades estadonovistas tiveram a preocupação de se adiantarem: Benedicto Valadares, Interventor Federal em Minas Gerais, por exemplo, declarou para a imprensa que "seu estado" apoiaria o candidato que estivesse alinhado com a política de Getúlio (*A Noite*, 6 mar. 1945, p. 1-3, 2. ed.) – o então ministro da Justiça e interventor mineiro era tratado pelo jornal como o "coordenador das forças políticas da maioria da Nação" (*A Noite*, 20 mar. 1945, p. 1-2, 2. ed.). Fernando Costa, na época Interventor Federal em São Paulo, convocou uma reunião no Palácio dos Campos Elíseos da qual participaram "as elites paulistas de situação", que confirmou o apoio ao candidato que "tranquilize os espíritos e serene as paixões" (*A Noite*, 13 mar. 1945,

p. 3, 2. ed.). Em contrapartida, as vozes oriundas das interventorias federais nem sempre eram uníssonas como costumavam ser até então: Pedro Aleixo, interventor na Bahia, declarou para os jornais do estado que Vargas estava protelando a realização das eleições, posicionamento duramente rebatido por *A Noite* (*A Noite*, 8 mar. 1945, p. 10, 2. ed.)[414].

Após a reunião promovida por Fernando Costa em São Paulo, a "situação", primeira vez que o jornal empregou o termo, já estava formada: em edição extra, *A Noite* anunciou festivamente a indicação de Eurico Gaspar Dutra, então ministro da Guerra, como candidato representando "o programa básico do Estado Novo" (*A Noite*, 13 mar. 1945, p. 1, ed. extra), ou seja, uma continuidade do regime em crise, só que com uma roupagem democrática. A partir daquele momento, *A Noite* já tinha a quem colocar à disposição seus serviços de comunicação, iniciando-se, assim, uma longa campanha eleitoral na qual o periódico se engajou com todas suas forças.

A noção de continuidade, por sua vez, foi trabalhada pelos interlocutores de Dutra durante a campanha, sobretudo, por Valadares que, exaltando o trabalho desenvolvido por Vargas no Ministério do Trabalho, declarou que o candidato do governo daria prosseguimento ao projeto estadonovista (*A Noite*, 21 mar. 1945, p. 1-7, 2. ed.). Além do mais, a própria oposição usava o argumento da continuidade Vargas-Dutra como forma de desqualificar a candidatura do general. Saindo em defesa de Dutra, Maciel Filho chegou a comentar um artigo publicado no *Jornal do Comércio* onde sugeria que Dutra e Gomes deveriam se unir contra Vargas, ideia considerada pelo colunista como um ato de "insubordinação", considerando ainda que se o "Prestes da prisão" reconhecia a legitimidade do regime em concluir o processo eleitoral, vendo, ainda, com simpatia a campanha de Dutra, não fazia sentido a oposição considerar que o ministro da Guerra iria se voltar contra Getúlio (*A Noite*, 9 abr. 1945, p. 3, 2. ed.).

Em outro texto, desta vez elogiando sem reservas os comunistas, o jornalista considerou que os políticos de esquerda estavam se apresentando "homens de maior juízo", diferindo da atitude da oposição que, em seu frenesi, permanecia "hostil e agitada" (*A Noite*, 6 abr. 1945, p. 3, 2. ed.). Maciel Filho também apontou as

---

[414] Obviamente, o interventor federal passou a ter problemas com o Estado Novo após as declarações: em junho, ameaçado de demissão por ter manifestado apoio à Eduardo Gomes, Aleixo desafiou o regime anunciando para a imprensa que só deixaria o governo baiano quando o governador do estado fosse eleito (*A Noite*, 6 jul. 1945, p. 2, 2. ed.). No dia da deposição de Vargas, Pedro Aleixo foi substituído por Francisco Rocha, contudo, ao final do mesmo dia, Medeiros Neto, ligado ao PSD, é indicado para o cargo (*A Noite*, 29 out. 1945, p. 14, 2. ed.).

“contradições” na crítica do grupo político ligado a Gomes: se dele faziam parte indivíduos que atuaram no Estado Novo, tais figuras não passavam de “traidores e bajuladores” pois “dois anos atrás estavam apoiando Vargas e Dutra” (*A Noite*, 5 abr. 1945, p. 3, 2. ed.).

Não é desnecessário relembrar que, devido à herança personalista da cultura política estadonovista, ainda em voga durante a campanha eleitoral, a escolha dos candidatos que disputariam a cadeira de Vargas antecedeu a criação dos próprios partidos. Tanto Gomes quanto Dutra, representantes dos dois polos hegemônicos da cultura política da época - o primeiro liderando a “oposição” enquanto que ao segundo coube encabeçar a “situação” -, não tinham sequer ligação com legendas partidárias, ou melhor, os partidos ainda nem haviam sido criados. No entanto, a inexistência de agremiações político-partidárias não impediu o lançamento das candidaturas que, cada qual a seu modo, estavam começando a delinear os seus projetos de Brasil.

A candidatura Dutra foi muito celebrada em *A Noite* que, valendo-se dos recursos de legitimação utilizados ao longo do Estado Novo, procurou publicizar o apoio de figuras influentes do regime ao projeto político do ministro da Guerra. Amaral Peixoto, Interventor Federal no estado do Rio de Janeiro, em entrevista concedida ao periódico, confirmou ser Dutra sua escolha para presidente (*A Noite*, 14 mar. 1945, p. 1-8, 2. ed.), seguido por Magalhães Barata, interventor no Pará (*A Noite*, 15 mar. 1945, p. 3, 1. ed.). Em Pernambuco, um congresso reunindo prefeitos e políticos da região Nordeste fechou com Dutra (*A Noite*, 29 mar. 1945, p. 1-7, 1. ed.), fazendo o mesmo o prefeito do Rio de Janeiro, Henrique Dodsworth, quando promoveu reunião em apoio ao general (*A Noite*, 31 mar. 1945, p. 1, 1. ed.). Conforme apontou o periódico, só o fato de a “situação” possuir um “candidato único” e ele ser Dutra já colocava em risco a candidatura de Eduardo Gomes, considerada pelo jornal como uma figura bem menos popular que seu colega de armas do Exército (*A Noite*, 15 mar. 1945, p. 3, 2. ed.). Em São Paulo, berço político do antivarguismo, o periódico fez questão de reforçar que “os únicos valores políticos” no estado estavam devotados ao ministro da Guerra: criticando declarações de Manoel Rabelo – que teria afirmado que em São Paulo Gomes tinha a maior parte do eleitorado -, *A Noite* aconselhou aquele articulista a “arrumar os óculos” pois não estaria vendo o massivo apoio de Heitor Penteado, Sílvio Campos e Antônio Feliciano a Dutra (*A Noite*, 23 mar. 1945, p. 3, 2. ed.)[415].

---

[415] Em São Paulo ocorreu um racha dentro do Partido Republicano Paulista (PRP) – agremiação política que fez oposição a Vargas anteriormente – representados por dois grupos: do lado de Gomes, os

O periódico, valendo-se da ideia estadonovista de "união nacional", continuou a publicar as declarações de interventores federais nos estados que manifestavam apoio à candidatura Dutra, buscando passar a noção de que não importava a região, o candidato de Vargas obtinha ampla adesão (22 mar. 1945, p. 1, 1. ed.). No entanto, essa aquiescência não era unânime: a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), por exemplo, chegou a sediar na Casa do Jornalista atos da oposição, atitude muito criticada pelo periódico que, a partir de então, começou a ver Herbert Moses, o presidente da instituição, como um traidor (*A Noite*, 11 abr. 1945, p. 8, 2. ed.)[416].

Não é por menos que o lançamento das candidaturas Dutra e Gomes tenha levado o regime a ter que realizar mais uma abertura: a realização dos comícios. Proibidos desde 1937, os comícios políticos passaram a ser liberados quando João Alberto assumiu a Chefatura de Polícia do Rio de Janeiro, em março de 1945. Em sua primeira declaração para a imprensa como chefe de polícia, informou que, a partir daquele momento, quaisquer manifestações políticas seriam livres para serem realizadas; contudo, seu gabinete deveria ser comunicado com quarenta e oito horas de antecedência (*A Noite*, 13 mar. 1945, p. 1-2, 2. ed.).

Se por um lado a candidatura de Dutra assumiu um clima festivo e de união em torno de uma ideia – a de continuidade do projeto político do Estado Novo -, a campanha eleitoral da "Oposição Reunida" – como passou a se autodenominar o grupo de Gomes – era ridicularizada por *A Noite*: uma reportagem ironizou o "possível programa político" de Eduardo Gomes e especulou sobre alguns itens que deveriam conter o projeto político dos "próceres dissociados" – em alusão aos *Diários Associados*, grupo de comunicação de Assis Chateaubriand que, na época, voltou-se contra o regime e tudo o que ele representava, colocando a serviço da oposição sua poderosa rede de jornais e emissoras de rádio (*A Noite*, 13 mar. 1945, p. 1-8, 2. ed.)[417].

Além de considera-lo confuso – ou melhor, "dissociado" -, o manifesto da oposição, anunciado no evento de lançamento da candidatura Gomes, foi ironicamente abordado pelo jornal: a desorganização vista na cerimônia da oposição e a verborragia de José Américo acabaram cansando quem estava presente,

---

partidários de Cesar Vergueiro; apoiando Dutra, os correligionários de Heitor Penteado (*A Noite*, 16 mar. 1945, p. 3, 1. ed.).

[416] Sobre as declarações públicas de apoio a Dutra pelos interventores, ver edições *A Noite*, 27 mar. 1945, p. 1-8, 2. ed.; 2 abr. 1945, p. 1-9, 2. ed.; 6 abr. 1945, p. 1, 3 e 8, 2. ed.; 4 abr. 1945, p. 7, 2. ed.; 15 abr. 1945, p. 8, 1. ed.; 15 jun. 1945, p. 7, 1. ed.

[417] *A Noite*, buscando dar ares de legalidade ao pleito chefiado por Vargas, publicou na seção *A voz dos homens da rua*, uma série de cartas de leitores que se mostravam indignados com o clima de ódio presente na campanha eleitoral que mal havia iniciado (*A Noite*, 16 mar. 1945, p. 3, 2. ed.).

sobretudo, pelo fato de o orador oficial (Américo) monopolizar o microfone, chegando ao ponto do próprio candidato não conseguir se pronunciar – por não restar mais tempo ou por simplesmente não querer (*A Noite*, 14 mar. 1945, p. 1, 2 e 3, 2. ed.). Comparando as duas candidaturas, Heitor Moniz considerou que a do representante da oposição era, por si só, “ilógica” (*A Noite*, 20 mar. 1945, p. 3, 2. ed.).

O fato de Eduardo Gomes não ter discursado em nenhum evento promovido pela oposição até aquele momento serviu de artilharia para o periódico que, ironizando o anúncio do comício da oposição em Belo Horizonte, Minas Gerais, comentou que “já não era sem tempo” que ele finalmente fizesse uso da palavra para conquistar mais eleitores, que não eram muitos (*A Noite*, 15 mar. 1945, p. 3, 2. ed.). O periódico insistia na ideia de que Gomes não tinha vocação política e era manipulado por quem o apoiava, afirmando que “o assédio da oposição” para que ele assumisse a candidatura estava lhe causando “aborrecimentos” (*A Noite*, 19 mar. 1945, p. 3, 2. ed.).

Enquanto “o brigadeiro” se preparava para falar, *A Noite* proporcionava considerável espaço jornalístico a seu candidato: o vespertino realçou a entrevista exclusiva com o ministro da Justiça e interventor em Minas Gerais, Benedicto Valadares, anunciando que Dutra havia aceito a indicação após a reunião em São Paulo e que Vargas daria seu apoio (*A Noite*, 15 mar. 1945, p. 1-2, 2. ed.). Um boato nos meios jornalísticos de que Dutra tinha declinado da indicação até chegou a circular; contudo, Valadares voltou ao jornal em nova entrevista para reafirmar que o ministro da Guerra estava comprometido em ser “o candidato apoiado pelo governo” (*A Noite*, 17 mar. 1945, p. 1-3, 2. ed.).

Entre as edições dos dias 13 a 18 de março de 1945, *A Noite* publicou, em cada uma delas, extensa listagem de mensagens de apoio à candidatura Dutra, sendo que, cada publicação tomava de duas a quatro páginas do jornal. Considerando uma média de oito a dez páginas publicadas por edição, cerca de quarenta a cinquenta por cento do espaço jornalístico do periódico foi dedicado a divulgar as adesões ao projeto político do ministro da Guerra. Evidentemente, *A Noite* estava apostando em Dutra. Assim, algumas dessas “repercussões” eram realçadas pelo periódico, sobretudo, se o apoio viesse de líderes regionais: na Paraíba, o interventor Rui Carneiro concedeu entrevista ao jornal para anunciar que seu voto era de Dutra (*A Noite*, 19 mar. 1945, p. 1-10, 1. ed.); Sílvio de Campos, militar reformado e político, informou que também estava com o general (*A Noite*, 20 mar. 1945, p. 2, 2. ed.), inclusive, o vespertino chegou a declarar que a adesão de Campos teria “enfraquecido o já fraco eleitorado do brigadeiro” (*A Noite*, 22 mar. 1945, p. 3, 2. ed.).

Lançadas as duas primeiras grandes candidaturas, definiram-se os polos que colocariam à prova os potenciais de seus capitais políticos. Nesse sentido, os comícios, promovidos por ambos os lados, foram publicizados por *A Noite* de modos distintos. No primeiro comício da oposição, realizado em Belo Horizonte, o periódico destacou o pequeno número de pessoas assistindo a Gomes no palanque e que, por mais uma vez, o candidato preferiu não se pronunciar, deixando para os correligionários a comunicação com o público (*A Noite*, 19 mar. 1945, p. 1-2, 2. ed.).

De acordo com *A Noite*, o ato político da oposição na capital mineira foi um fiasco: quando os apoiadores de Gomes passaram a insultar Vargas e Dutra – vistos como figuras políticas que se complementavam, ou seja, votar em Dutra era votar em Vargas –, ocorreu então uma "reação popular" inesperada: respondendo às provocações dos oradores, o "povo" gritou os nomes de Getúlio e Eurico. Segundo o vespertino, o "povo mineiro" estava se posicionando "contra a demagogia oposicionista" (*A Noite*, 21 mar. 1945, p. 3, 1. ed.). A tomada de partido do "povo mineiro" – mais uma categoria genérica utilizada pelo periódico – em favor de Dutra levou Mergulhão a publicar artigo que comparou Gomes com "Barrabás" – o criminoso que havia sido escolhido pelos judeus para ser libertado no lugar de Jesus Cristo (*A Noite*, 31 mar. 1945, p. 3, 1. ed.). Comparou, portanto, Vargas e talvez Dutra a Jesus!

Nesse sentido, a formação dos partidos políticos aos quais os dois candidatos se filiariam foi noticiada por *A Noite* que, engajada na campanha Dutra, procurou mostrar as principais diferenças entre as convenções do Partido Social Democrata (PSD), de Dutra, e da União Democrática Nacional (UDN), legenda de Gomes. Sobre o lançamento da UDN, o periódico se limitou a comentar o evento na coluna *Política e Políticos* através de diminuta nota na qual questionou se o grupo político de Gomes poderia ser chamado de "União" (*A Noite*, 22 mar. 1945, p. 2, 1. ed.). A autodesignação criada pela UDN, "Oposição Reunida", foi ironizada por Maciel Filho e demais colunistas de *A Noite*, que passaram a se referir ao grupo adversário como "Oposições Desunidas", em razão dos conflitos internos recorrentes na campanha do "brigadeiro" (*A Noite*, 14 abr. 1945, p. 3, 2. ed.).

Benedicto Mergulhão, por sua vez, fez joça da participação de José Américo na elaboração do programa de governo de Eduardo Gomes, afirmando que "as tábuas da lei" – em alusão aos "dez mandamentos" bíblicos e pelo fato dele ser tratado pelo jornal como "o profeta" ou "o messias" – já haviam sido criadas, restando apenas que alguém as decodificasse para melhor compreensão (*A Noite*, 27 mar. 1945, p. 3, 2. ed.), sugerindo o jornalista, ainda, que talvez esse fosse o motivo da letargia dos

"brigadeiristas" em publicar seu projeto político, classificado como "chumbo miúdo" (*A Noite*, 12 abr. 1945, p. 3, 2. ed.). Em tempos de campanha eleitoral inflamada, usar os próprios defeitos como arma política poderia ser uma tática perigosa mas isso não impediu Mergulhão de, exercendo o poder do esquecimento proposital, chamar o escritório central de campanha da UDN de "DIP da oposição" pois as notícias referentes a seu programa de governo saíam todas "padronizadas" (*A Noite*, 5 abr. 1945, p. 3, 2. ed.).

Em compensação, se a campanha de Gomes era marcada por conflitos internos desde sua gênese, a de Dutra se mostrava "sólida desde as suas bases": durante a convenção, lançou o programa de governo de Dutra e do PSD em Belo Horizonte; o jornal apontou o "impressionante movimento nacional de solidariedade" que estava se formando (*A Noite*, 23 mar. 1945, p. 1-9, 2. ed.). O evento contou com a cobertura jornalística de *A Noite*, que publicou discursos de Dutra e Valadares, bem como uma lista de personalidades políticas presentes (*A Noite*, 9 abr. 1945, p. 1-9, 1. ed.). Mas o jornal não ficou só nas notícias: a ágape de lançamento do PSD e da candidatura Dutra foi classificada como um "comício consagrador" do partido que era uma "aspiração dos brasileiros"; Heitor Moniz, considerou que as primeiras declarações de Dutra como presidenciável representavam a consolidação de antigos ideais (*A Noite*, 9 abr. 1945, p. 1, 3 e 10, 1. ed.), seguindo o mote de Maciel Filho, que chamou o general de "candidato da Revolução" (*A Noite*, 9 abr. 1945, p. 3, 2. ed.). Em ambos, o apelo ao processo "revolucionário", iniciado em 1930 e efetivado em 1937, permeou os argumentos desses jornalistas, declarados adeptos da continuidade do Estado Novo através de Dutra.

O jornal, inclusive, publicou o "programa e os estatutos" do PSD, ressaltando pontos como a "igualdade de oportunidades, segurança e bem estar para todos" (*A Noite*, 9 maio 1945, p. 1-7, 2. ed.). Comentando o programa, a coluna *Ecos e Novidades* afirmou que ele representava "[...] a garantia da preservação e do desenvolvimento desses postulados" com o início do período "constitucional", fazendo do PSD um partido habilitado para "[...] despertar a confiança do eleitorado com um conjunto de princípios, idéias e compromissos digno da nossa cultura política" (*A Noite*, 10 maio 1945, p. 3, 2. ed.).

Eduardo Gomes, enfim, resolveu se pronunciar: em entrevista para "jornais oposicionistas" – leia-se, pertencentes aos *Diários Associados* e outros –, anunciou parte de seu programa de governo mas também aproveitou a oportunidade para atacar a ditadura, Vargas e Dutra. Comentando as declarações do candidato da UDN,

o periódico afirmou que na oposição, "falta-lhes qualquer pensamento construtivo – em vez de exame dos problemas nacionais, acenos à subversão" (*A Noite*, 17 abr. 1945, p. 1-2, 2. ed.)[418].

A Noite manteve sua artilharia contra as declarações do "brigadeiro" durante dias, escalando todo o arsenal disponível: Mergulhão, Maciel Filho e as colunas *Política e Políticos* e *Ecos e Novidades*, além dos artigos de capa sem autoria, espaços escolhidos no jornal onde se daria o embate político com a oposição. Outra estratégia foi criada em julho de 1945, a coluna *Coisas de minha gente*, seção exclusiva para pequenas notas, muitas vezes oriundas de boatos e conversas de bastidores, que eram utilizadas para desestabilizar os adversários de Dutra: num curto comentário, o vespertino ironizou a personalidade dos líderes da UDN ao classifica-los como "teimosos"; consequentemente, o grupo político adversário só poderia formar um "partido de turrões" (*A Noite*, 10 jul. 1945, p. 3, 2. ed.).

Por outro lado, "o brigadeiro" parecia dar motivos aos ataques de *A Noite*: sem ainda ter se dirigido diretamente ao público, prática corriqueira numa campanha eleitoral, Eduardo Gomes preferiu a imprensa – não uma coletiva de jornalistas diversos, mas uma entrevista exclusiva para periódicos simpáticos a sua candidatura – para anunciar parte de seu plano de governo que, diga-se de passagem, era breve e voltado para questões políticas envolvendo a sucessão do poder – de ditadura para "democracia". Outra questão que incomodou os jornalistas de *A Noite*, foi o fato de ele sugerir durante a entrevista que Vargas deveria ser deposto e que o processo eleitoral e a administração pública poderiam muito bem ser exercidos por José Linhares, na época o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF).

Em resposta, Maciel Filho usou um tom menos irônico e pediu que Eduardo Gomes fizesse uma declaração pública se retratando e explicando o que ele queria dizer sobre a transição de poder (*A Noite*, 23 abr. 1945, p. 3, 2. ed.). A fala do candidato da UDN foi interpretada como um sintoma de seu autoritarismo e, para "comprovar" a hipótese, apontou o apoio "democrata" de figuras como Francisco Campos, Miguel Reale e Pedro Calmon (*A Noite*, 24 abr. 1945, p. 1-7, 2. ed.). Usando contra Gomes alianças políticas que fizeram parte diretamente do próprio regime que o jornal defendia, *A Noite* tentou de todas as formas, umas sutis outras nem tanto,

---

[418] Sobre a produção jornalística atacando a entrevista de Eduardo Gomes, ver edições *A Noite*, 17 abr. 1945, p. 3, 2. ed.; 18 abr. 1945, p. 3, 2. ed.; 19 abr. 1945, p. 1-2, 2. ed.; 20 abr. 1945, p. 2, 2. ed.; 21 abr. 1945, p. 3, 1. ed.).

desqualificar qualquer gesto, pequeno ou grande, que viesse da direção do "brigadeiro".

Após a entrevista de Gomes, *A Noite* direcionou – como já vinha fazendo – sua mira para os jornais que representavam a oposição. Em *Política e Políticos*, o periódico comentou que a própria "imprensa brigadeirista" – termo também cunhado pelo vespertino – tinha dificuldades de estabelecer canais de comunicação com Eduardo Gomes e a UDN; em contrapartida, Dutra e o PSD estavam sempre disponíveis a "qualquer jornalista ou cidadão" (*A Noite*, 23 maio 1945, p. 8, 2. ed.). Para *A Noite* – e ela se incluía nessa categoria -, a imprensa que não era a "brigadeirista" era séria e prezava pela "verdade", postura não adotada pela "outra imprensa" que, valendo-se de "técnicas do confucionismo", difundia "mentiras" sobre o candidato do PSD e o governo de Vargas (*A Noite*, 11 jun. 1945, p. 3, 2. ed.).

Com a decretação da Lei de Anistia, o clima da campanha começou a esquentar, sobretudo com o anúncio da chegada ao Brasil de Octávio Mangabeira e Paulo Nogueira Filho, líderes da oposição que haviam sido exilados em 1937 com a instauração do Estado Novo. Nogueira Filho, por exemplo, além de ser fundador do extinto Partido Democrático (PD), foi jornalista de *O Estado de S. Paulo* – na época, ainda sob intervenção do regime - e antigo opositor de Vargas. A UDN estava aguardando o retorno deles para poder iniciar sua primeira convenção política, evento sobre o qual o jornal comentou ironicamente que, assim, ao menos as figuras políticas da oposição "se entreterão com pequenas escaramuças, dando quase que uma trégua" para a campanha eleitoral (*A Noite*, 3 maio 1945, p. 9, 2. ed.). Concentrando suas críticas e ironias em Mangabeira, o vespertino, que também cobriu a chegada dos líderes oposicionistas no Rio de Janeiro, afirmou que o político fez "um *rentree* teatral" ao chegar em Belém (*A Noite*, 12 maio 1945, p. 1-3, 2. ed.). Maciel Filho, por sua vez, anunciou que, "finalmente", "o esperado" havia retornado (*A Noite*, 14 maio 1945, p. 3, 2. ed.).

A partir de maio de 1945, um terceiro nome despontou como presidenciável: Luiz Carlos Prestes. Esse líder comunista, devido a Lei de Anistia, de abril, retornou à cena política com um singelo, mas importante, auxílio de *A Noite*. O jornal havia começado a nutrir simpatias pelas declarações do líder do Partido Comunista (PC) declarando apoio à permanência de Vargas até à finalização do pleito, fator que, direta ou indiretamente, levou o periódico a ceder espaço para a divulgação dos comícios promovidos pela esquerda. Um comunicado da "comissão organizadora" do primeiro ato público dele após anos de prisão foi publicado na capa de *A Noite* (*A Noite*, 4 maio

1945, p. 1-7, 2. ed.). O vespertino ainda comunicou, com antecedência, a programação do evento do dia 23 de maio daquele ano, a ser realizado no Estádio São Januário – tal qual fazia Vargas todos os anos no *1º de maio* (*A Noite*, 19 maio 1945, p. 1, 1. ed.).

No dia do comício, *A Noite* publicou uma caricatura de Prestes feita por Mendez (Figura 63), divulgando novamente o ato que despertava “grande interesse e curiosidade” do público. A coluna *Política e Políticos*, inclusive, comentou que o “[...] chefe esquerdista mostrar-se-á uma palavra de bom senso revelando conhecimento da atualidade política e mundial, ao invés do agitador que muita gente desejaria ver...” (Eduardo Gomes) (*A Noite*, 23 maio 1945, p. 1, 2 e 8, 2. ed.). Em artigo de capa, o jornal classificou que o pronunciamento de Prestes, voltado para a “união nacional” e pela solução pacífica da passagem de poder, era “um golpe no golpismo” (*A Noite*, 24 maio 1945, p. 1-7, 2. ed.). Importa salientar que, embora *A Noite* estivesse aparentemente apoiando a movimentação política de Prestes, isso não queria dizer que o vespertino simpatizava com o Comunismo. Os dirigentes do periódico, tal qual do Estado Novo, permaneceram anticomunistas como sempre foram. O que ocorreu foi uma guinada proposital dos articuladores da ditadura – e o jornal e todos os veículos de comunicação do grupo *Empresa A Noite* estavam inclusos – em capitalizarem alianças a favor de seu novo projeto: Vargas até à posse do candidato eleito e, se possível, que ele fosse Dutra. E o comunismo brasileiro desse imediato pós-guerra surgia conciliador, evitando confrontos diretos com o governo.

Voltando às convenções políticas, o PSD e a UDN estavam se preparando para lançar as candidaturas presidenciais. Os udenistas, antes da convenção do partido, preferiram promover um comício em São Paulo, marcado no Estádio do Pacaembu. Novamente usando da ironia para comentar o evento da UDN, Mergulhão afirmou que, entre os diversos preparativos, um carro “especial da Central” de polícia estaria sendo ricamente adornado para poder levar para a cadeia o “Estado Maior da UDN” (*A Noite*, 12 jun. 1945, 3, 2. ed.). Para o jornal, o ato político da oposição não passava de “outro 9 de julho” pois os protagonistas da festividade eram verdadeiros “traidores” por terem participado da “revolução paulista” de 1932 contra o Governo Federal (*A Noite*, 15 jun. 1945, p. 3, 2. ed.). O anúncio de que um caça da FAB seria utilizado para homenagear a FEB foi recebido pelo jornal com indignação: não passava de uma desculpa da oposição, apenas um chamariz “para atrair público” (*A Noite*, 16 jun. 1945, p. 3, 2. ed.).

O fato do comício ser da UDN não queria dizer que *A Noite* não realizaria a cobertura jornalística do ato político. O vespertino enviou repórteres e fotógrafos que destacaram em suas reportagens aspectos negativos do evento político: uma ampla fotografia, publicada na capa, procurou demonstrar a baixa adesão de espectadores no estádio (Figura 64). De acordo com o texto da manchete, Eduardo Gomes teria até retardado sua entrada na esperança de que chegasse mais público (*A Noite*, 18 jun. 1945, p. 1-2, 2. ed.). Após o comício, a UDN estimou que cinquenta mil pessoas haviam comparecido no Pacaembu mas para o jornal, somente vinte mil saíram de suas casas para “prestigiar o brigadeiro” (*A noite*, 19 jun. 1945, p. 3, 2. ed.). *A Noite* dedicou edições seguidas comentando as artimanhas políticas da oposição em “inflar” a estimativa de público no comício de São Paulo, chegando a comentar que o *Diário Carioca*, seu oponente político e mercadológico direto, usou fotografias de outros eventos ocorridos naquele estádio para maquiar os dados informados pela UDN (*A Noite*, 20 jun. 1945, p. 3, 2. ed.)[419].

Como se manipulação de dados não fosse suficiente, *A Noite* acusou os correligionários de Eduardo Gomes de vandalismo e desordem. De acordo com o periódico, na volta para o Rio de Janeiro, uma comitiva da UDN vinda do comício do Pacaembu depredou o vagão do trem onde estava viajando. Detidos pela polícia, os udenistas foram parar, para deleite do vespertino, na seção policial (*A Noite*, 19 jun. 1945, p. 1-3, 1. ed.). A construção da imagem do partidário da UDN como irracional, bruto, autoritário, desorganizado e contraditório ensejou no jornal uma narrativa desqualificadora do oponente. Além de “arruaceiro”, segundo o periódico, o “udenista” ou “brigadeirista” também poderia assumir outras personae: *A Noite*, chegou a “diagnosticar” que o problema da oposição era um clássico caso de “crise mental”, devendo todos seus membros, sem exceção, “procurarem um psiquiatra” com a máxima urgência (*A Noite*, 22 jun. 1945, p. 3, 2. ed.).

De modo oposto, a “grande convenção nacional” do PSD foi noticiada como um evento que alcançaria “o clímax da campanha presidencial” (*A Noite*, 12 jun. 1945, p. 1-2, 2. ed.). O ato político e sua programação foram noticiados e comentados pelo periódico (*A Noite*, 29 jun. 1945, p. 8, 2. ed.), sendo publicado, inclusive, o projeto do partido de Dutra, que era devotado, segundo o vespertino, “[...] ao respeito integral aos princípios democráticos e aos direitos fundamentais do homem, definidos pela

---

[419] Em julho de 1945, foi a vez de Prestes escolher o Pacaembu como local para realização do primeiro comício do Partido Comunista em São Paulo (*A Noite*, 16 jul. 1945, p. 3, 2. ed.).

Constituição" (*A Noite*, 17 jul. 1945, 1-2, 1. ed.). Efetivamente, parte desse programa era composto por pontos defendidos pelo Estado Novo após sua roupagem democrática e, até aquele momento, o general ainda estava com o regime e apostava na continuidade da Constituição de 1937.

A cobertura jornalística da Convenção Nacional do PSD foi extensa: composta por manchetes, artigos, comentários, notas e fotografias, a cerimônia de homologação seguida pelo ato político na sede do partido consistiu, segundo o jornal, no "grande acontecimento do dia". Um recurso utilizado foi o de, novamente, listar os políticos presentes por meio de uma extensa tabela que os dividia por estados, denotando, assim, filiações políticas nacionais (17 jul. 1945, p. 1, 2 e 12, 2. ed.). Alguns líderes regionais do PSD procuraram pegar carona da convenção nacional, como foi o caso do então Interventor Federal em Sergipe, Mayard Gomes, que mandou publicar extensa matéria paga sobre a convenção estadual do partido realizada naquele estado (*A Noite*, 17 jul. 1945, p. 11, 2. ed.). Com o término do encontro político, Vargas foi aclamado presidente do partido (*A Noite*, 19 jul. 1945, p. 9, 2. ed.).

Do mesmo modo que Vargas foi indicado para presidir o PSD, os trabalhistas do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) tinham Getúlio como líder da legenda. Mediando essas duas forças políticas, o ditador procurou fortalecer sua imagem em meio à crise política iniciada em fevereiro de 1945. Após a convenção de instalação do PTB, a legenda declarou apoio a Dutra e se prontificou em defender Vargas (*A Noite*, 28 jul. 1945, p. 11, 1. ed.). Com a incorporação da União Nacional do Trabalho (*A Noite*, 15 out. 1945, p. 3, 2. ed.), o novo partido chefiado por Getúlio passou a ter um expressivo crescimento no cenário político carioca e paulista. A convenção nacional do PTB foi entusiasticamente abordada por *A Noite* que, seguindo os protocolos oficiais, apoiava tudo que vinha de Getúlio (*A Noite*, 14 ago. 1945, p. 1-2, 2. ed.). Embora a aposta do jornal fosse Dutra, isso não o impediu de dedicar parte de seu espaço publicitário ao novo partido de Vargas: objetivando aumentar ainda mais suas fileiras, *A Noite* publicou anúncio do PTB exortando os trabalhadores a se alistarem no partido (Figura 65) (*A Noite*, 29 out 1945, p. 5, 1. ed.) – ironicamente, propaganda publicada no mesmo dia em que Getúlio foi deposto.

Embora a campanha eleitoral não tivesse sido iniciada oficialmente – o que não impediu os grupos políticos começarem os embates ainda em fevereiro -, a partir de agosto de 1945 -, os presidenciáveis puderam realizar o registro de suas campanhas no TSE. Dutra renunciou ao cargo de ministro da Guerra para disputar as eleições e,

em seu lugar, Vargas escolheu o General Góes Monteiro, então Chefe do Estado Maior do Exército (*A Noite*, 4 ago. 1945, p. 1, 2. ed.).

Também é no final de agosto que a realização do comício da UDN no Largo da Carioca, Rio de Janeiro, serviu para *A Noite* como elemento constitutivo para a sua narrativa sobre os opositores diretos de Dutra: divulgado pelos udenistas como o "Comício das Quatro Liberdades", o ato político da oposição contou com grande público e reuniu figuras importantes da política nacional da época, sobretudo, marcado pelo pronunciamento de ex-colaboradores do regime, como Osvaldo Aranha. De acordo com Mergulhão, o evento poderia bem ser chamado de "Comício dos Quatro Ventos" pois, exceto as falas de Aranha e Odilon Braga, os demais oradores só inflamaram ainda mais a multidão "semeando ventos" contra Dutra e Vargas (*A Noite*, 20 ago. 1945, p. 3, 2. ed.).

O clima nos comícios era tenso. De acordo com o periódico, foram noticiados Brasil a fora tumultos, brigas e até assassinatos em atos partidários de todas as legendas. No entanto, quando ocorreu um conflito no comício do PTB em Belo Horizonte, envolvendo militantes do partido e udenistas, o periódico de pronto atribuiu toda responsabilidade à oposição (*A Noite*, 24 ago. 1945, p. 3, 2. ed.) que, naquela altura, tinha feito sua primeira vítima: o trabalhador José Azevedo Filho, 27 anos, operário, falecido em decorrência do confronto de rua (*A Noite*, 26 ago. 1945, p. 12, 2. ed.). Foram também noticiadas pancadarias em comícios da UDN no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, episódios classificados pelo jornal como decorrentes da ação de "agressores renitentes" – leia-se, udenistas (*A Noite*, 6 set. 1945, p. 3, 2. ed.). Em Belo Horizonte, Dutra aproveitou os últimos acontecimentos para se apresentar como uma "solução pacífica e digna para os nossos problemas" (*A Noite*, 3 set. 1945, p. 1-11, 1. ed.)[420].

O Partido Comunista (PC) também escolheu o Largo da Carioca para realização de seu comício. Segundo o periódico, cerca de sessenta mil pessoas compareceram à praça pública do centro do Rio de Janeiro para ouvir Prestes exigir repetidamente "Constituinte! Constituinte! Constituinte!". O discurso de Prestes foi publicado pelo periódico, que destacou o compromisso do "líder esquerdista" com a segurança constitucional do país (*A Noite*, 26 set. 1945, p. 7, 1. ed.). Maciel Filho,

---

[420] Durante a campanha presidencial de 1945, nota-se que algumas lideranças locais do PSD já despontavam no cenário político da Capital Federal: o periódico produziu reportagem especial sobre a convenção do PSD em Diamantina, cidade mineira onde Juscelino Kubitschek era prefeito na época, publicando, inclusive, seu discurso (*A Noite*, 25 ago. 1945, p. 5, 2. ed.).

comedido, elogiou o pedido de Prestes, inclusive, chegando a classificar os "dois marxismos", o "marxismo de Prestes" considerado pelo jornalista como "democrático" – e aceito, até aquele momento, pelas forças políticas hegemônicas enquanto corroborasse os seus interesses – e o "marxismo trotskista", esse representado pelo soviético, portanto, totalmente alheio à realidade brasileira (*A Noite*, 27 set. 1945, p. 3, 2. ed.).

No entanto, o episódio da renúncia forçada de Getúlio Vargas, na noite de 29 de outubro, acabou resultando em grandes transformações na campanha política dentro e fora do jornal *A Noite*: com a ditadura caída, o jornal se voltou para o presidente interino, José Linhares, procurando auxiliá-lo na consolidação de sua promessa de manter as eleições para o dia 2 de dezembro. Sem Vargas, o vespertino e a nova direção da *Empresa A Noite*, como já foi tratado no subitem anterior, procuraram criar uma imagem positiva de Linhares como o responsável pelo ato de colocar o Brasil de volta aos "eixos democráticos" (*A Noite*, 5 nov. 1945 p. 2, 2. ed.). Entrevistas com o novo ministro da Justiça, Sampaio Dória, eram publicadas para assegurar para a população que, custe o que custasse, haveria eleições (*A Noite*, 9 nov. 1945, p. 1, 2. ed.).

Desta maneira, a mudança na Superintendência das EIPN e da direção de *A Noite* direcionaram a campanha eleitoral para outros caminhos: pegando carona no discurso de "imparcialidade" de José Linhares – afinal, a nova direção tinha interesse na emancipação jurídica e administrativa da *Empresa A Noite* -, os colunistas defensores da campanha Dutra foram substituídos por jornalistas que criticavam a ditadura deposta, e não os candidatos advindos dela. Assim, o novo jornal *A Noite* passou a se dedicar a conteúdos jornalísticos que tratavam essencialmente do pleito, e não das campanhas. Os artigos irônicos deram lugar a textos que se preocupavam tão somente em destruir a imagem de Getúlio e do que restou da ditadura.

A nova direção de *A Noite*, nas mãos de Joaquim Thomaz, procurou dar espaço para todos os grupos políticos envolvidos no pleito. Durante as três últimas semanas que antecederam a eleição: o jornal produziu reportagens sobre Eduardo Gomes, Dutra e Yedo Fiuza, este último concorrendo pelo PCB. Tão logo Costa Neto caiu, uma reportagem sobre o comício de Eduardo Gomes em Fortaleza objetivou denotar essa transformação editorial que a direção do jornalista Thomaz queria imprimir (*A Noite*, 12 nov. 1945, p. 3, 2. ed.). Como, discursivamente, a liberdade de imprensa era uma preocupação de Linhares, o diretor de *A Noite* entendeu que essa seria uma forma de colocar o periódico de volta às práticas da imprensa livre. Nesse sentido,

deve ter causado estranhamento ao leitor habitual de *A Noite* abrir o jornal e se deparar com extensa propagada política do candidato da UDN (Figura 66) (*A Noite*, 22 nov. 1945, p. 6, 1. ed.).

O jornal *A Noite* passou a veicular propagandas dos partidos políticos anunciando os comícios: Eduardo Gomes, por exemplo, anunciou no jornal seu último comício antes do pleito, marcado para ser realizado no Largo da Carioca (*A Noite*, 27 nov. 1945, p. 5, 2. ed.). O ato político de Dutra, favorito segundo as pesquisas, foi tema de reportagem do periódico, que procurou se concentrar nos pontos do programa do PSD apresentado no evento (*A Noite*, 28 nov. 1945, p. 3, 1. ed.). Yedo Fiuza, concedeu entrevista ao vespertino anunciando sua candidatura e seu plano de governo (*A Noite*, 28 nov. 1945, p. 1-9, 2. ed.), sobretudo, encontrou espaço no jornal para publicar extensa propaganda do "comício monstro" promovido pelo Partido Comunista (Figura 67) (*A Noite*, 29 nov. 1945, p. 8, 1. ed.). Até o Partido da Representação Popular (PRP), fundado por integralistas, anunciou em *A Noite* a realização de ato político no Teatro Municipal do Rio de Janeiro (*A Noite*, 29 nov. 1945, p. 5, 1. ed.).

O objetivo do Governo Provisório de José Linhares, que teve adesão irrestrita do jornal, era passar a mensagem de que todos os ânimos tinham sido apaziguados com a queda de Vargas, não havia o que temer. Deste modo, os conteúdos virulentos foram substituídos por comentários afirmando o "clima político tranquilo" que passou a reinar na campanha eleitoral (*A Noite*, 19 nov. 1945, p. 12, 2. ed.). O periódico que antes chamava os udenistas de "loucos", ponderou afirmando que tanto Dutra quanto Gomes tinham finalmente mudado suas atitudes (*A Noite*, 22 nov. 1945, p. 2, 2. ed.). O novo secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Mario de Carvalho Vale, em entrevista ao periódico assegurou que o Rio de Janeiro repousava em um ambiente de "tranquilidade política" (*A Noite*, 24 nov. 1945, p. 1-10, 1. ed.). Na última semana antes da eleição, a coluna *Ecos e Novidades* comentou o "clima sereno" que pairava no Brasil (*A Noite*, 27 nov. 1945, p. 3, 2. ed.). A julgar pelo jornal *A Noite*, parecia que a causa de tanto mal-estar político presente durante toda a campanha eleitoral tinha um nome: Getúlio Vargas. Quando ele caiu, de acordo com a nova ótica do periódico, o reino da concórdia milagrosamente se instalou na cultura política brasileira.

Encerrada a campanha eleitoral, *A Noite* se concentrou na cobertura jornalística da apuração dos votos. Sampaio Dória, ministro da Justiça, utilizou o jornal para anunciar, durante entrevista, que o Governo Provisório de José Linhares havia

preparado uma eleição "isenta" (*A Noite*, 30 nov. 1945, p. 1-2, 2. ed.). Na véspera da eleição, 1 de dezembro de 1945, o Presidente Provisório usou os microfones do DNI, antigo DIP, para realizar pronunciamento oficial sobre o pleito: orientou os eleitores a não votarem em branco e a escolherem o candidato livremente e de acordo com suas convicções políticas (*A Noite*, 1 dez. 1945, p. 1-3, 1. ed.).

No dia seguinte à eleição, Magalhães Junior iniciou sua coluna *Janela Aberta* comentando o clima tranquilo da votação e que, de acordo com o jornalista, "aquilo não foi eleição, foi batalha de flores" (*A Noite*, 3 dez. 1945, p. 3, 2. ed.). O vespertino também acompanhou Linhares, Dutra, Gomes e Fiuza nas cabines eleitorais, colhendo desses atores políticos suas impressões acerca das expectativas para aquele pleito (*A Noite*, 3 dez. 1945, p. 1-3, 1. ed.). A chancela internacional, por sua vez, veio rápida: o embaixador dos EUA no Brasil, Adolf Berle Junior, declarou à imprensa carioca que o país tinha realizado "eleições livres, tranquilas e honestas" (*A Noite*, 3 dez. 1945, p. 1-15, 2. ed.).

Restava apenas apurar o resultado: logo após a abertura das primeiras "urnas cariocas", Dutra saiu na frente de Gomes, Fiuza e Rolim Teles, este último, candidato pelo Partido Agrário Nacional (PAN) (*A Noite*, 4 dez. 1945, p. 1-3, 1. ed.)[421]. Até à finalização da apuração eleitoral, o periódico publicou na capa um quadro que atualizava o leitor sobre o andamento da contagem de votos, sendo que Dutra sempre se mantinha à frente nos resultados parciais (*A Noite*, 5 dez. 1945, p. 1-2, 1. ed.). O jornal comentou a existência de denúncias de fraude eleitoral em urnas eleitorais, mas garantiu aos leitores/eleitores que o Governo Provisório já havia impugnado "numerosas urnas do Distrito Federal" e aberto investigações para apurar os casos (*A Noite*, 10 dez. 1945, p. 1-3, 1. ed.).

No dia 19 de dezembro, com mais de um milhão de votos a mais que o seu concorrente, Dutra já era considerado presidente eleito pela maioria dos eleitores brasileiros. Reconhecendo a derrota, Eduardo Gomes emitiu uma carta – publicada na capa do jornal - agradecendo os votos e congratulando Dutra pela vitória (*A Noite*, 19 dez. 1945, p. 1-2, 1. ed.). A coluna *Ecos e Novidades* felicitou o candidato da UDN por sua atitude: um gesto "em benefício do Brasil" (*A Noite*, 19 dez. 1945, p. 3, 2. ed.)[422].

---

[421] Mário Rolim Teles era ligado a Sociedade Rural Brasileira e alcançou diminuta expressão política durante a campanha presidencial de 1945.

[422] Após as comemorações do Ano Novo de 1946, Eduardo Gomes partiu para os Estados Unidos para frequentar curso em escola de aviação (*A Noite*, 2 jan. 1946, p. 1, 1. ed.).

Antes de findar o ano de 1945, Magalhães Junior ainda teve tempo para tecer uma última crítica a Vargas e, por tabela, a Prestes: segundo o jornalista, era inadmissível que Getúlio tivesse conquistado duas cadeiras no Senado e uma na Câmera Federal. Do mesmo modo, considerou “absurdo” Prestes ter sido eleito para Deputado Federal em cinco estados diferentes, sem contar a vaga no Senado (*A Noite*, 26 dez. 1945, p. 3-8, 2. ed.). A revolta do jornalista é compreensível ao considerarmos que mesmo após o esforço empreendido pelo colunista de *A Noite* em desqualificar a figura política de Getúlio, ele acabou saindo da renúncia com seu capital político relativamente intacto; afinal de contas, parte do projeto de comunicação social do Estado Novo havia mostrado resultados.

Para *A Noite*, a vitória de Dutra significou que seus investimentos comunicacionais durante a campanha presidencial – sobretudo entre fevereiro e outubro de 1945 –, seja para desqualificar a candidatura de Gomes ou para exaltar a de Dutra, tiveram o efeito que o jornal esperava. Com a nova direção, o periódico passou por um breve período de afastamento da movimentação política – distanciamento tático – que visou a aferir vantagens para que a independência jurídica e administrativa do vespertino fosse possível.

Até aquele momento, a campanha dos empregados do jornal para adquirir o conglomerado de comunicação *Empresa A Noite* não havia atingido o “senso de justiça” e “imparcialidade” que o Governo Provisório de José Linhares procurou divulgar através do próprio jornal. Com Dutra eleito presidente, a campanha dos trabalhadores voltou seu foco para o militar e político do PSD, última esperança do coletivo para tentar comprar a empresa. Otimista, na última edição do tumultuado ano de 1945, *A Noite* desejou aos leitores, e também para si, “Ano Novo, Vida Nova” (*A Noite*, 31 dez. 1945, p. 3, 1; ed.).

5.4 O reencontro de velhos conhecidos: Governo Dutra e a autonomia administrativa d´*A Noite*

A cerimônia de posse de Eurico Gaspar Dutra como presidente da República foi marcada para o dia 31 de janeiro de 1946. Após anos sem a realização de uma eleição, existia um clima de expectativa sobre como o país iria se comportar com a nova realidade “democrática” (*A Noite*, 4 jan. 1946, p. 1, 2. ed.). No dia 23 de janeiro, cumprindo o protocolo institucional, o Presidente Provisório José Linhares decretou a

Lei Constitucional nº 21, proclamando Dutra presidente eleito (*A Noite*, 23 jan. 1946, p. 1, 2. ed.). Antes mesmo do general assumir o novo cargo, diversos grupos políticos procuraram agradá-lo: no Mosteiro da Glória, Rio de Janeiro, uma missa de ação de graças foi celebrada "para felicidade do governo do General Gaspar Dutra" (*A Noite*, 17 jan. 1946, p. 1, 1. ed.); a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), por meio de Herbert Moses, seu presidente, também organizou homenagens na Casa do Jornalista – mesmo após ter apoiado Eduardo Gomes nas eleições -, contudo, Dutra não pode ou não quis comparecer à festividade (*A Noite*, 19 jan. 1946, p. 8, 1. ed.).

Para o jornal, o clima também era de festa, preocupando-se em cobrir a movimentação da chegada das delegações estrangeiras para a cerimônia de posse (*A Noite*, 28 jan. 1946, p. 1-2, 1. ed.), como o enviado do Papa Pio XII. O presidente Truman, EUA, enviou congratulações ao colega, acompanhadas de votos de cooperação entre os dois países (*A Noite*, 28 jan. 1946, p. 1, 2. ed.). Depois de um golpe civil-militar seguido de eleições consideradas "livres", o Brasil era observado pelo mundo e a participação da FEB, embora modesta, contribuiu para o fortalecimento da imagem política do general no âmbito internacional.

O periódico, retomando seu relacionamento com o novo "Chefe da Nação" – alcunha que até o Estado Novo pertencia a Vargas, mas que passou a designar Dutra -, providenciou reportagem especial sobre a vida do militar: enviou uma equipe jornalística para o bairro carioca do Leme para entrevistar moradores, comerciantes e cabos eleitorais do PSD, orgulhosos com a vitória do conterrâneo (*A Noite*, 30 jan. 1946, p. 1-9, 2. ed.). A cerimônia de diplomação no TSE, antecedida da posse, foi descrita pelo jornal como "a vitória do Brasil" e ele publicou, ainda, discurso de Dutra onde o presidente eleito assumiu compromisso com uma nova Constituição e com os "ideais democráticos" (*A Noite*, 29 jan. 1946, p. 1-8, 2. ed.).

A posse de Dutra era o evento mais aguardado pelo jornal que, auxiliando na divulgação, divulgou a programação da ágape que seria realizada no Palácio Tiradentes – local que voltou a ser a sede do Legislativo após anos hospedando o DIP (*A Noite*, 31 jan. 1946, p. 1-3, 1. ed.). *A Noite*, buscando dar destaque para a formalidade, preparou uma edição extra, com conteúdos exclusivos sobre a investidura de Dutra no cargo, realçando, sobretudo, os discursos proferidos e a lista de personalidades presentes (*A Noite*, 31 jan. 1946, p. 1-7, ed. extra). O clima também era de esperança, tanto que o Sindicato dos Proprietários de Hotéis e Similares do Rio de Janeiro mandou publicar uma propaganda, ilustrada por gravura de perfil do

presidente eleito, elogiando o novo governo depois de "um período de incertezas" (*A Noite*, 31 jan. 1946, p. 5, 1. ed.).

Após Dutra ser empossado, foi a vez de seu Ministério. Composto tanto por figuras da ditadura caída quanto por novos atores políticos que despontaram com a campanha eleitoral de 1945, a lista de indicados foi anunciada antecipadamente pelo periódico, que publicou uma série fotos dos futuros auxiliares de Dutra no Palácio do Catete (*A Noite*, 22 jan. 1946, p. 1, 2. ed.). Embora nenhum dos escolhidos tivesse chefiado ministérios durante o Estado Novo, todos eles tinham alguma ligação com o regime destituído, evidenciando, assim, continuidades do projeto político estadonovista. De acordo com comentário de Magalhães Junior, Dutra se distanciou do Queremismo ao escolher aquele grupo, um grande exemplo "[...] do seu divórcio com a ditadura extinta" (*A Noite*, 23 jan. 1946, p. 3, 2. ed.)[423].

Divorciado ou não, os atores políticos que estavam assumindo o poder precisavam ser cortejados e *A Noite* - órgão dotado de larga experiência adquirida ao longo dos quase seis anos em que esteve com Vargas – soube empregar seus recursos para a tarefa: após a posse de Dutra e do Ministério, o periódico passou a publicar uma série de caricaturas de ministros e figuras de destaque do PSD nas capas das edições: estrelando, Carlos Luz, ministro da Justiça, representado por desenho feito por Alvarus (*A Noite*, 6 fev. 1946, p. 1, 1. ed.). Com os ministros empossados, *A Noite* tratou de entrevistar a maior parte deles que, estabelecendo relações de troca, usaram o jornal para divulgarem seus planos de ação. Negrão de Lima, Trabalho, declarou que iria se basear em poucos pontos: "seguro social, casa própria e justiça (trabalhista) rápida". Já Ernesto de Souza Campos, Educação, anunciou que seu ministério "atacará logo o problema da alfabetização". Por outro lado, o jornal congratulou Carlos Luz, ministro da Justiça, por ter escolhido o professor José Pereira de Lira para a Chefatura de Polícia do Rio de Janeiro, realçando que, após o cargo ser ocupado por militares durante anos, finalmente um civil havia sido escolhido para desempenhar a função (*A Noite*, 1 fev. 1946, p. 1-2, 2. ed.)[424].

---

[423] Os indicados foram: Góes Monteiro (Guerra), Hildebrando de Góis (Prefeitura do Distrito Federal), Jorge Dodsworth (Marinha), José Pereira de Lira (Segurança Pública do Distrito Federal), Carlos da Luz (Justiça), Gastão da Costa Vidigal (Fazenda), João Neves da Fontoura (Exterior), Edmundo Macedo Soares (Viação), Armando Trompowski (Aeronáutica) e Negrão de Lima (Trabalho).

[424] Assim que assumiu, Pereira Lira mandou reabrir a *Rádio Cruzeiro do Sul* e a *Rádio Club*, fechadas por José Linhares em razão de críticas ao seu Governo Provisório. Mergulhão, que havia retornado para *A Noite* com a posse de Dutra, elogiou o novo Chefe de Polícia, considerando a decisão de Linhares "um momento de irreflexão" (*A Noite*, 5 fev. 1946, p. 1-3, 2. ed.).

O novo governo também teve que lidar com a questão das interventorias: ainda sem eleição marcada para os cargos de governador, prefeito, deputado estadual e vereador, decidiu-se que o pleito para esses postos seria realizado após a finalização da Constituinte de 1946 (*A Noite*, 21 jan. 1946, p. 7, 2. ed.). Nesse sentido, Dutra nomeou interventores federais para os estados, tal como fez Getúlio, e mais recentemente, José Linhares.

Dutra procurou divulgar que desenvolveria um “governo de conciliação nacional”, noção que foi prontamente adotada pelo jornal (*A Noite*, 26 jan. 1946, p. 8, 1. ed.). Sendo assim, o vespertino publicou na capa artigo, sem autoria, congratulando o militar político do PSD por ele ter “assumido o compromisso de ser um governo de conciliação”. A coluna *Ecos e Novidades*, por sua vez, vislumbrou as possiblidades que um governo agregador poderia proporcionar ao país: a partir daquele momento, era só ter “fé no futuro do Brasil” (*A Noite*, 30 jan. 1946, p. 1, 3 e 8, 2. ed.). Heitor Moniz, recentemente recontratado por *A Noite*, enalteceu o projeto de “pacificação nacional” proposto pelo presidente (*A Noite*, 4 fev. 1946, p. 2, 2. ed.) – termo, inclusive, não muito diferente de “união nacional”, empregado em demasia durante o Estado Novo.

A primeira tarefa do Governo Dutra foi dar continuidade ao que José Linhares já tinha iniciado: a organização de uma Constituinte. Durante os trabalhos da Comissão de Ante-Projeto de Constituição, a nova direção do jornal, confiada a Joaquim Thomaz, já mostrava simpatias pelas ideias de Dutra, que colaborou com algumas sugestões para a Comissão, tal como a proposta de formação de comissões de partidos políticos para a indicação de membros da Constituinte, ideia apoiada pelo periódico por sua origem (*A Noite*, 21 jan. 1946, p. 1, 2. ed.).

No dia 1 de fevereiro de 1946, foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte, composta por Deputados Federais e Senadores que, conjuntamente, tinham a tarefa de desenvolverem uma nova carta magna. O jornal, atento à movimentação política, deu detalhes sobre as discussões ocorridas na primeira sessão, destacando, sempre que possível, a contribuição de políticos do PSD (*A Noite*, 1 fev. 1946, p. 3, 2. ed.). Mas essa simpatia pelos parlamentares ligados a Dutra tinha uma origem: Souza Costa, Agamenon Magalhães e Nereu Ramos, por exemplo, eleitos para aquela legislatura, tinham um passado estadonovista e desempenharam funções importantes na administração do Estado Novo, detalhe que não impediu o vespertino de aplaudi-los por suas atuações políticas (*A Noite*, 5 fev. 1946, p. 1, ed. extra). Os políticos do partido de Dutra que lideravam as discussões na Constituinte eram homenageados

por *A Noite* com caricaturas de Mendez, gravuras publicadas na capa das edições – mesma estratégia utilizada durante a Convenção dos Chanceleres Americanos, em 1942, na nomeação do Ministério de Dutra, em janeiro de 1946 e, naquele momento, ao longo dos trabalhos da Constituinte -, evidências de que o jornal objetivou fortalecer a imagem desses atores políticos (*A Noite*, 8 fev. 1946, p. 1, 2. ed.).

Havia uma discussão, que não era nova, sobre a legitimidade da Constituição de 1937: como um governo eleito através do voto livre seguiria uma carta política permeada por noções autoritárias? A solução encontrada por Dutra e pelo PSD foi basear os primeiros meses de governo na "Polaca", introduzindo, quando necessário, pequenas reformas extraordinárias que seriam debatidas e aprovadas pelos parlamentares. Essa perspectiva, que não agradou à oposição representada especialmente pela UDN, foi motivo de acalorados embates em *A Noite* que, apoiando Dutra, voltou a questionar novamente as propostas dos adversários do presidente (*A Noite*, 8 fev. 1946, p. 3, 2. ed.).

A UDN até lançou uma Proposta de Emenda Constitucional que se propunha limitar os "poderes ditatoriais" de Dutra, contudo, o PSD foi contrário à medida e defendeu a continuidade da Constituição de 1937 até que a Constituinte aprovasse uma nova legislação (*A Noite*, 13 fev. 1946, p. 2, 2. ed.). Para o jornal, os debates levantados pela oposição sobre a legitimidade da carta de 1937 só estavam atrasando o que realmente interessava, uma nova Constituição (*A Noite*, 15 fev. 1946, p. 3, 2. ed.). Por fim, a tese da oposição acabou sendo aprovada com o Ato Constitucional Provisório, resolução que limitou os poderes do presidente, medida severamente criticada pelos colunistas de *A Noite* (*A Noite*, 17 fev. 1946, p. 3, 2. ed.). Contudo, Dutra obteve uma vitória parcial, visto que uma parte considerável da antiga carta acabou sendo mantida: o vespertino comemorou a decisão afirmando que ainda estava "de pé a carta de 1937" (*A Noite*, 28 fev. 1946, p. 3, 2. ed.). Estendendo-se por longos sete meses de debates, embates e negociações, em setembro de 1946, os parlamentares aprovaram o conjunto de normas legais que iria reger o Brasil no pós-Estado Novo: alguns aspectos da ditadura estadonovista permaneceram, outros ganharam um novo figurino.

Durante a Constituinte, a oposição também tentou garantir que políticos eleitos que haviam exercido cargos no Estado Novo fossem barrados de assumirem os mandatos (*A Noite*, 18 maio 1946, p. 8, 1. ed.). Essa movimentação da oposição para enterrar não apenas símbolos, leis ou políticas públicas criadas pelo Estado Novo atingiu um dos maiores representantes da ditadura: Alexandre Marcondes Filho. O ex-

ministro do Trabalho de Getúlio só conseguiu tomar posse em maio de 1946 por causa de um processo judicial impetrado pela UDN no Supremo Tribunal Eleitoral (STE) (*A Noite*, 14 maio 1946, p. 3, 1. ed.). Filinto Muller, o ex-Chefe de Polícia do Rio de Janeiro, após pedir demissão em protesto contra a derrubada de Vargas, foi eleito para o Senado Federal pelo Mato Grosso; no entanto, não conseguiu exercer o mandato após perder uma contenda judicial com a UDN: a oposição, acusou Muller de fraude eleitoral e compra de votos, fatores que o levaram a perder a vaga como Senador (*A Noite*, 12 fev. 1946, p. 1, 2. ed.).

Em contrapartida, Dutra ainda conseguiu favorecer alguns correligionários dos tempos de ditadura: o ex-Prefeito do Rio de Janeiro Henrique Dodsworth foi nomeado embaixador em Lisboa; Cordeiro de Farias, ex-interventor no Rio Grande do Sul e militar que desempenhou papel importante na FEB, foi designado para ser Adido Militar em Buenos Aires; Zenóbio da Costa, general que liderou a FEB na Itália, assumiu o mesmo posto que o seu colega militar em Roma (ver edições *A Noite*, 14 fev. 1946, p. 3, 2. ed.; 21 fev. 1946, p. 1, 1. ed.).

Vargas, buscando se ausentar dos primeiros debates da Constituinte, retornou ao Rio de Janeiro somente em maio de 1946. Saudosista, o jornal não disfarçou o entusiasmo ao anunciar que “o Sr. Getúlio Vargas” – nova forma de tratamento em tempos “democráticos” – havia partido em direção à Capital Federal para assumir a vaga de Senador pelo Rio Grande do Sul (*A Noite*, 13 maio 1946, p. 2, 1. ed.). Um anúncio foi publicado na capa convidando os leitores a irem até o Aeroporto Santos Dumont para recepcionarem o “Senador Getúlio Vargas” (*A Noite*, 29 maio 1946, p. 3, 1. ed.). A coluna *Café Pequeno*, composta por pequenas notas sobre política, chegou a comentar que “o destino o havia colocado no poder por 15 anos” (*A Noite*, 2 jun. 1946, p. 3, 1. ed.).

O vespertino estava voltando, paulatinamente, às práticas jornalísticas formuladas no decorrer do Estado Novo. Iniciou-se, portanto, um novo projeto de comunicação social, não mais baseado no estadonovismo ou na figura carismática de Getúlio, mas sim, adaptado a um novo contexto permeado por procedimentos considerados democráticos, mas mesclados por heranças autoritárias herdadas da ditadura. Sem Vargas, o jornal tinha a sua disposição Dutra.

Muitos aspectos simbólicos e práticos do Estado Novo permaneceram na relação estabelecida entre Dutra e *A Noite*. Esse vínculo havia começado durante o movimento encabeçado pelo general para a entrada da FEB na guerra e foi fortalecido após o vespertino declarar apoio irrestrito à campanha presidencial do PSD. As

continuidades oriundas da ditadura são evidentes, sobretudo, quando analisamos a produção jornalística de *A Noite*: o aniversário natalino de Dutra passou a ser celebrado nos mesmos moldes comunicacionais criados durante o Estado Novo em relação a Vargas, com uma diminuição das narrativas construídas, baseadas na adjetivação excessiva do governante (*A Noite*, 18 maio 1946, p. 3, 1. ed.). Notícias que visavam a maximizar a popularidade do líder – tal como fazia com Vargas – voltaram a figurar nas páginas do periódico: quando o general estava se preparando para visitar obras da Estrada de Ferro Leopoldina, no trecho de Itaperuna, o jornal estimou que "trinta mil pessoas recepcionarão o presidente Dutra", dando ainda detalhes sobre os preparativos da festa de recepção naquela cidade (*A Noite*, 25 jun. 1946, p. 1, 1. ed.). Tal como no Estado Novo, o Governo Dutra também deveria ser celebrado.

Sendo assim, em nome da "defesa da ordem", o Governo Dutra se valeu das mesmas práticas repressivas policiais aplicadas pela ditadura para perseguir o movimento comunista. A Chefatura de Polícia do Rio de Janeiro, departamento louvado pelo periódico por ser a primeira vez que tinha um civil no comando, comunicou através do jornal que a realização de comícios em espaços públicos a céu aberto estava terminantemente proibida (*A Noite*, 25 maio 1946, p. 1-10, 1. ed.). Limitava-se, assim, os espaços de autônoma articulação política, sobretudo, para os grupos de esquerda.

A partir de então, deu-se início a uma nova campanha de perseguição aos comunistas que, mais uma vez, foi encabeçada pelo periódico: o anticomunismo de *A Noite* estava de volta com toda sua força, apoiando, sem reservas, as ações promovidas pelo Governo Dutra. Influenciado pelo movimento Macarthista nos EUA, Dutra, apoiado pelo judiciário, começou uma sistemática perseguição às esquerdas, especialmente, através de processos impetrados contra o Partido Comunista do Brasil (PC do B) no STE, que acusavam Prestes e partidários de pregarem na Assembleia Nacional a "revolução social" (*A Noite*, 2 maio 1946, p. 1-2, 2. ed.). Batidas policiais foram realizadas na sede do PC do B em Recife, ação apoiada pelo colunista Benedicto Mergulhão, que chegou a chamar Prestes de "mentiroso" por ele ter declarado que a esquerda havia ajudado, indiretamente, Dutra a ser eleito (*A Noite*, 4 maio 1946, p. 3, 2. ed.). O vespertino, com a pretensão de apagar os vestígios de seu breve flerte com Prestes na época da Anistia, ressuscitou sentimentos anticomunistas temporariamente guardados nos porões do *Edifício A Noite*.

A campanha de perseguição ao Comunismo em *A Noite* foi extensa e diversificada: diariamente, o periódico comentou, noticiou e exaltou as ações policiais e judiciárias contra as esquerdas. Jorge Amado, Deputado Federal eleito pelo PC do B, por exemplo, foi acusado por parlamentares da UDN de ter praticado “crime de imprensa” (*A Noite*, 9 maio 1946, p. 3, 2. ed.). Mergulhão, procurando desqualificar Prestes, chegou a afirmar que “o milionário Prestes” possuía um patrimônio bem maior do que o declarado durante a campanha eleitoral (*A Noite*, 20 maio 1946, p. 3, 2. ed.). A retirada da patente militar do líder do PC do B foi comemorada pelo jornal, que declarou que Prestes era “indesejável no Exército” (*A Noite*, 23 maio 1946, p. 1-9, 1. ed.), expressão que levou o líder comunista a processar o vespertino (*A Noite*, 13 jun. 1946, p. 1, 2. ed.).

Mesmo em campos políticos opostos, um artigo de *O Globo* condenando Prestes pelo processo contra *A Noite* levou o vespertino a elogiar o rival: em torno de um "inimigo comum", o Comunismo, esses atores políticos juntaram forças para robustecer o movimento anticomunista do Governo Dutra (*A Noite*, 15 jun. 1946, p. 1-9, 1. ed.). O “Cavaleiro da Esperança” havia se tornado “um problema sem solução” (*A Noite*, 18 jun. 1946, p. 1, 2. ed.).

Em coletiva de imprensa, Pereira Lira, o Chefe de Polícia do Rio de Janeiro, chegou a declarar que havia evidências de que a União Soviética estaria patrocinando a expansão das atividades comunistas no Brasil (*A Noite*, 23 maio 1946, p. 1-9, 1. ed.). Após o pronunciamento do “professor”, o jornal noticiou o “confronto” entre manifestantes de esquerda e a polícia durante comício do PC do B realizado no Largo da Carioca que, ressaltou, não havia sido autorizado pela Chefatura de Polícia (*A Noite*, 24 maio 1946, p. 1-3, 1. ed.). Um artigo de capa, sem autoria, condenou os que protestavam, afirmando ser uma “insolência” a promoção do ato político, declarando que houve “premeditação” por parte dos comunistas que, deliberadamente, haviam se organizado com o intuito de causar tumultos (*A Noite*, 24 maio 1946, p. 1-3, 2. ed.). Retomando o tema, o vespertino saiu em defesa dos policiais que promoveram o banho de sangue, responsabilizando exclusivamente os comunistas por todos os problemas causados no decorrer do evento (*A Noite*, 27 maio 1946, p. 3, 2. ed.).

Pereira Lira, além do mais, utilizava *A Noite* – tal como antes fizeram Filinto Muller e outros – para veicular portarias e comunicados da polícia do Distrito Federal que, via de regra, procuravam justificar as ações de repressão contra o movimento comunista: a negativa do pedido da União Metropolitana dos Estudantes (UME) para realização de comício no Castelo, por exemplo, foi justificada com base no argumento

de que era necessário preservar a “segurança e a tranquilidade pública” (*A Noite*, 3 jun. 1946, p. 3, 1. ed.). Saindo novamente em defesa do Chefe de Polícia, *A Noite* analisou que a medida era correta em razão de os comunistas serem os verdadeiros responsáveis pela “agitação estudantil” (*A Noite*, 3 jun. 1946, p. 3, 2. ed.).

A Noite, envolvida na campanha anticomunista de Dutra, classificou a convocação de greve geral como a “nova farsa comunista”, chegando a comparar o movimento grevista com o Fascismo de Mussolini (*A Noite*, 10 jun. 1946, p. 3, 2. ed.). Dutra, por sua vez, apertou o cerco contra as esquerdas ao criminalizar trabalhadores que colocassem em risco a "estrutura e segurança social e organização do trabalho" (*A Noite*, 13 jun. 1946, p. 1, 2. ed.).

Não podemos deixar de lembrar que a interventoria federal em São Paulo, chefiada pelo ex-diretor de *A Noite*, Macedo Soares, enviou à sede do PC do B, na Praça João Mendes, policiais do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) com a alegação de realizarem prisão de líder grevista (*A Noite*, 5 jun. 1946, p. 3, 1. ed.). Após a desastrosa ação policial, o interventor declarou para a imprensa que os comunistas seriam “esmagados se tentarem uma insurreição”, afirmando ainda que São Paulo estava vigilante (*A Noite*, 7 jun. 1946, p. 1-11, 2. ed.). Um artigo na capa comentou e enalteceu a atitude de Macedo Soares, criticando, sobretudo, a incoerência de políticos "apaixonados" (UDN) que, mesmo apoiando as medidas estatais de combate às esquerdas, solicitaram apuração da responsabilidade das autoridades policiais durante a repressão, gesto considerado pelo jornal como antipatriótico (*A Noite*, 8 jun. 1946, p. 1, 2. ed.). Macedo Soares, em novas declarações ao periódico, posicionou-se a favor do fechamento do PC do B, alegando que, além da legenda estar ligada a uma “ideologia estrangeira”, o partido estaria sendo financiado diretamente pela União Soviética (*A Noite*, 14 jun. 1946, p. 1, 2. ed.).

Vigilante também pareceu estar o escritor Érico Veríssimo que, em entrevista ao *Correio da Noite*, Porto Alegre, declarou que se o Brasil era católico e o catolicismo era contra o Comunismo, logo, o movimento não poderia e nem vingaria no país (*A Noite*, 8 jun. 1946, p. 10, 1. ed.). Deste modo, a Igreja Católica - antiga colaboradora do Estado Novo e atual parceira de Dutra na campanha anticomunista – lançou o Manifesto Episcopal Nacional, documento que lançou as bases de sua atuação no combate ao Comunismo (*A Noite*, 13 jun. 1946, p. 1-16, 2. ed.), posicionamento este muito exaltado pelo periódico, que enxergou nos religiosos uma aliança possível para a formação de uma grande frente de perseguição aos militantes comunistas pois

considerou que a “luta de classes” era uma noção “abominável aos olhos de Deus” (*A Noite*, 14 jun. 1946, p. 3, 2. ed.).

A campanha anticomunista de Dutra acabou seguindo o conselho dado anteriormente pelo jornal: Carlos Luz, ministro da Justiça, declarou para *A Noite* que o Comunismo só seria extinto se houvesse uma “junção de correntes democráticas” (PSD e UDN) (*A Noite*, 18 jun. 1946, p. 1-7, 2. ed.). Em prol do combate à “ideologia vermelha”, antigos adversários políticos resolveram se unir contra um inimigo em comum, ideia que foi colocada em prática com a composição de uma “frente democrática das correntes políticas contra o comunismo”. Dutra, interessado na consolidação do movimento anticomunista, concedeu entrevista ao vespertino para anunciar que Góes Monteiro, ministro da Guerra, havia sido designado para mediar a frente, composta por UDN, PSD e PTB (*A Noite*, 27 jun. 1946, p. 1, 2. ed.). O DNI, herdeiro do DIP, chegou a publicar uma cartilha da campanha anticomunista encabeçada pelo Governo Dutra, panfleto que orientava a população a “colaborar” com as autoridades caso presenciasse alguma atitude suspeita ligada aos grupos comunistas (*A Noite*, 24 jul. 1946, p. 3, 2. ed.).

O judiciário, mais uma vez, saiu em auxílio aos anseios das elites políticas e econômicas: Sá Filho, ministro do TSE, havia declarado ao jornal sua proposta de que os partidos com “orientações político-partidárias de procedência estrangeira” deveriam ser extintos (*A Noite*, 13 jun. 1946, p. 11, 2. ed.). O periódico, defendendo a tese do magistrado, criticou “setores da sociedade” que não apoiavam a sugestão de Sá Filho no sentido de cassar o registro do PC do B, chegando a acusar a legenda de possuir um “estatuto secreto” que diferia do que tinha sido apresentado ao Tribunal Superior Eleitoral (*A Noite*, 14 ago. 1946, p. 1, 2. ed.). Em abril de 1947, o registro do PC do B foi anulado pelo TSE e em janeiro de 1948, os mandatos dos parlamentares da legenda foram impugnados, colocando mais uma vez os comunistas na ilegalidade.

Nesse sentido, verificamos em *A Noite* um retorno do seu anticomunismo que, apoiado pelo movimento anticomunista liderado por Dutra – influenciado, é claro, pela delimitação dos polos hegemônicos da Guerra Fria -, veiculou e se engajou nessa campanha que visava, sobretudo, a silenciar os grupos políticos de esquerda que faziam oposição àquele governo. Por outro lado, além de voltar a suas raízes anticomunistas e autoritárias, desenvolvidas ao longo do Estado Novo, *A Noite* buscou também participar do novo governo, objetivando seu próprio projeto de comunicação social: a emancipação jurídica e administrativa da *Empresa A Noite*. Apoiando Dutra em sua cruzada contra os comunistas, o jornal procurou angariar a simpatia, já

declarada e antiga, do presidente em prol de sua independência estatutária e administrativa em relação ao Estado.

Com Dutra na presidência, a direção de *A Noite* passou por nova troca de diretoria: após o pedido de exoneração de Joaquim Thomaz, Gil Pereira voltou a dirigir o periódico. Cabe lembrar que Gil Pereira exerceu cargos de direção em *A Noite* desde o Estado Novo e seu retorno impactou grandemente no fazer jornalístico do vespertino, sobretudo, no resgate de temários e abordagens comunicacionais que eram praticadas no cotidiano da redação (*A Noite*, 31 jan. 1946, p. 3, 2. ed.). As Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional (EIPN) também foram afetadas pela administração Dutra: Castro Junior, superintendente das EIPN, pediu exoneração do cargo, sendo substituído por Leony Machado (*A Noite*, 21 fev. 1946, p. 1-3, 2. ed.).

No cabeçalho do vespertino, em substituição aos tradicionais nomes dos diretores, redator-chefe e gerente, apenas *Empresa A Noite*, clara manifestação de despersonalização do jornal, mas, também, da busca dos empregados no sentido de criarem uma identidade própria que não fosse atrelada a nenhum dirigente específico. Como parte do movimento de autonomização de *A Noite*, o nome da instituição, centralizado e solitário no cabeçalho, representou uma tentativa de uma nova autopercepção do periódico enquanto empresa de comunicação, o que não queria dizer que o jornal passaria a adotar uma postura menos partidária (*A Noite*, 2 maio 1946, p. 1, 1. ed.).

Sendo assim, o retorno de Gil Pereira à direção acarretou a introdução de novos elementos comunicacionais em *A Noite*, mas também significou o retorno de projetos e abordagens criados nos tempos da “expansão Costa Neto”. Era necessária uma melhora na arrecadação financeira para um jornal que tinha a pretensão de assumir uma dívida que seria paga por longos anos; assim, introduzindo novos elementos gráficos, que tinham forte apelo popular, a nova direção passou a publicar tiras de quadrinhos, visando a conquistar novos leitores e fidelizar os já existentes: “Jane Pouca Roupa”, por exemplo, era um quadrinho onde a protagonista se aventurava, sensualmente, sempre dotada com “pouca roupa” (*A Noite*, 11 maio 1946, p. 10, 1. ed.), evidenciando, desta maneira, um apelo a um público adulto que, possivelmente, era atraído pelas curvas da moçoila; procurando chamar a atenção do mesmo público leitor, o vespertino também lançou as histórias em quadrinhos de “Rex, o homem dos músculos de aço”, figura máscula que, usando de sua força sobre-humana, resolvia pendengas na base da violência física (*A Noite*, 15 maio 1946, p. 1, 2. ed.); por fim, com outra abordagem, mas voltada ao mesmo público, o malandro “Bolinha”

complementava as novidades trazidas pela nova diretoria: herói bonachão e atrapalhado que protagonizava cenas cômicas do cotidiano (*A Noite*, 3 jul. 1946, p. 1, 2. ed.).

Outras inovações foram inseridas em *A Noite*: a coluna de Frei Gaspar, *Café Pequeno*, estreou objetivando publicar breves comentários sobre a vida política carioca (*A Noite*, 17 maio 1946, p. 3, 2. ed.); algumas seções do jornal mudaram de nome, tal como foi o caso de *Mundana*, que passou a ser chamada de *Sociedade* (*A Noite*, 11 jun. 1946, p. 4, 1. ed.); visando a integrar ainda mais os serviços informativos do grupo *Empresa A Noite*, o vespertino passou a fazer parte do programa da *Rádio Nacional* "A Noite Informa", produção conjunta dos dois veículos, que noticiava reportagens de destaque do periódico (*A Noite*, 4 jul. 1946, p. 3, 1. ed.); do mesmo modo, a nova seção *Rádio* buscava trazer comentários especializados de Alziro Zarur, presidente da Associação Brasileira de Cronistas Radiofônicos, sobre a profissão de radialista (*A Noite*, 13 jul. 1946, p. 7, 1. ed.). O jornal, sob viés democrático, se reinventava.

A *Empresa A Noite* também teve que se adaptar aos novos tempos: a compra da *Livraria Jacynto*, realizada por Costa Neto em 1943, se mostrou um mau negócio para o grupo, levando-o a vender o prédio para a Prefeitura do Rio de Janeiro e colocar em liquidação o catálogo da loja. Para se livrar do estoque de livros de jurisprudência, *A Noite* publicou anúncios direcionados a estudantes de Direito, advogados e juristas, informando-lhes sobre a grande oportunidade (ver edições *A Noite*, 10 maio 1946, p. 6, 1. ed.; 18 maio 1946, p. 5, 1. ed.). Pegando carona na crise de abastecimento que ainda atingia a Capital Federal, sobretudo de pão, o jornal publicou propaganda relacionando a "crise do pão" com a promoção da livraria, anunciando que havia disponível "pão em abundância... Mas pão do espírito" (livros) (*A Noite*, 4 jun. 1946, p. 5, 2. ed.). Mesmo com uma situação jurídico-administrativa incerta, a direção da *Empresa A Noite* buscou dar continuidade ao projeto expansionista de Costa Neto ao realizar o lançamento do Suplemento Literário de *A Manhã*, objetivando, assim, maximizar as vendas de exemplares de jornais do conglomerado (*A Noite*, 7 jun. 1946, p. 3, 2. ed.). Durante essa fase de inovações, a direção de Gil Pereira aumentou, inclusive, o número de edições, passando o periódico a contar com três tiragens diárias.

Contudo, as transformações feitas em *A Noite* também ressuscitaram velhas práticas jornalísticas originadas durante a ditadura estadonovista: a coluna *O que falta em seu subúrbio?* – predecessora da estadonovista *Reclamam os subúrbios* – foi

reformada e introduzida novamente pelo jornal, reunindo cartas, telegramas e telefones dos leitores que denunciavam problemas enfrentados nas periferias da Capital Federal (*A Noite*, 11 jun. 1946, p. 1-2, 2. ed.). O serviço do Carioca-Repórter foi atualizado e colocado à disposição do público, retomando, sobretudo, a promoção do concurso que voltou a dar aos “cariocas repórteres” prêmios de até Dois Mil Cruzeiros caso eles colaborassem com dicas e informações que levassem à produção de reportagens (*A Noite*, 3 jul. 1946, p. 1-2, 2. ed.). Os trabalhos com os correspondentes internacionais também foram reativados: Jorge Maia, ex-diretor da Agência Nacional, voltou a atuar como correspondente de *A Noite* durante a Conferência de Paris, trabalho já realizado por ele durante a Segunda Guerra Mundial, quando cobriu as negociações dos “Acordos de Washington” (*A Noite*, 6 ago. 1946, p. 2, 1. ed.).

Durante as comemorações dos trinta e seis anos do periódico, a direção de Gil Pereira procurou retomar também o clima festivo que a data ensejava na redação de *A Noite*. Procurando autolegitimar seu papel enquanto veículo autônomo e reconhecido no meio jornalístico, o jornal voltou a publicar os telegramas de Herbert Moses, presidente da ABI, que por mais uma vez congratulou o vespertino por sua história (*A Noite*, 11 jul. 1946, p. 1-10, 2. ed.). Em um artigo de capa, o periódico ressaltou a importância que tinha para seus leitores, reforçando, assim, o movimento pela emancipação (*A Noite*, 17 jul. 1946, p. 1, 1. ed.). A *Rádio Nacional*, parceira na campanha dos funcionários, homenageou o jornal em programação especial (*A Noite*, 17 jul. 1946, p. 2, 2. ed.). A Assembleia Nacional Constituinte, reconhecendo os serviços dispensados por aquela empresa de comunicação ao país, prestou também votos de felicitações ao vespertino a (*A Noite*, 18 jul. 1946, p. 1-3, 2. ed.). Todos estavam com o jornal, restando apenas Dutra ser convencido de que a transição da propriedade da *Empresa A Noite* do Estado para os empregados era não apenas vontade de grandes estratos da sociedade carioca, mas também significaria um ato patriótico do presidente.

Nesse sentido, um artigo de *A Gazeta*, de São Paulo, foi republicado por *A Noite*, objetivando aquecer aquela campanha dos empregados: o periódico paulistano argumentou que da passagem da propriedade de empresas jornalísticas da união – não cita *A Noite* – para os funcionários, como o fez Cásper Líbero, advinham apenas vantagens para o Estado, para a empresa de comunicação e para seus empregados,

visto que, num contexto democrático, não cabia mais à administração pública estar em posse de empresa de comunicação (*A Noite*, 11 jul. 1946, p. 2, 2. ed.)[425].

Pressionado, o Governo Dutra iniciou o desmonte das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional (EIPN). A liquidação dos ativos das EIPN começou pela Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, que, sob determinação de Dutra, foi vendida para o governo francês por meio de acordo firmado em março de 1946 (*A Noite*, 7 ago. 1946, p. 2, 1. ed.). Contudo, a negociação não incluiu a *Empresa A Noite*, anunciando o governo que estaria recebendo sugestões para solução do processo de venda do conglomerado ao qual o jornal pertencia.

Em 19 de agosto de 1946, após muita pressão da campanha dos empregados e reconhecendo o apoio da instituição – tanto ao Estado Novo quanto ao Governo Dutra -, o presidente promulgou o Decreto-Lei nº 9.610 atendendo aos anseios dos funcionários de *A Noite*, o qual autorizou o Ministério da Fazenda a financiar para a *Sociedade Anônima A Noite* (a ser formada) pelo prazo de quinze anos aquela venda: as empresas de comunicação do grupo (*Rádio Nacional*, jornais, editoras, revistas e as fábricas (de papel e de tinta) foram finalmente adquiridas pelos funcionários[426]. Em artigo de capa, o vespertino comemorou a assinatura do decreto, afirmando, sobretudo, que o ato de Dutra refletia o sucesso da campanha empreendida pelos trabalhadores (*A Noite*, 20 ago. 1946, p. 1-3, 1. ed.).

A Noite estava em festa: objetivando dar legitimidade à vitória da campanha dos empregados, o vespertino publicou as “repercussões do decreto” através de declarações de atores políticos diversos, leitores, empresários e jornalistas (*A Noite*, 20 ago. 1946, p. 1-11, 2. ed.). A Assembleia Constituinte emitiu nota congratulando os funcionários pela conquista, moção essa subscrita por senadores e deputados federais de PSD, PTB e UDN. Herbert Moses, sem perder o costume, enviou telegrama a Dutra agradecendo-lhe por ter atendido ao desejo dos empregados; a *Rádio Nacional* organizou programação especial para celebrar sua nova fase; o jornal *A Noite*, por sua vez, realizou enquete nas ruas do Rio de Janeiro para saber a opinião do “homem das ruas” sobre a emancipação do conglomerado de comunicações (*A*

---

[425] O jornalista Cásper Libero morreu em um acidente aéreo, durante decolagem no Aeroporto Santos Dumont, em agosto de 1943, vitimando outras 17 pessoas que estavam a bordo (*A Noite*, 28 ago. 1943, p. 1-3, 1. ed.). Como o jornalista não possuía herdeiros, deixou o jornal e demais empresas de comunicação do grupo para os funcionários: nascia assim a Fundação Cásper Libero (*A Noite*, 2 set. 1943, p. 3, 2. 2. ed.).

[426] A Fábrica de Papel, criada por Costa Neto, acabou sendo excluída do acordo feito entre Estado e os empregados do grupo *A Noite* e foi disponibilizada para venda por meio de Concorrência Pública (*A Noite*, 10 out. 1946, p. 5, 1. ed.).

Noite, 21 ago. 1946, p. 1-3, 1. ed.). A *Rádio Guanabara* comentou em sua programação que *A Noite* era “propriedade coletiva do carioca” (*A Noite*, 23 ago. 1946, p. 6, 2. ed.). Sem exceções, todos apoiavam e festejavam com os funcionários o resultado de sua longa campanha. O vespertino até chegou a publicar declarações de Costa Machado, anunciante no jornal e proprietário da loja de departamentos Sylvania, que além de felicitar a empresa por sua independência administrativa, realçou “[...] a eficácia da publicidade que há quinze anos faz neste jornal” (*A Noite*, 30 ago. 1946, p. 1, 3. ed.)[427].

Restava agradecer aos atores políticos que reconheceram o esforço dos empregados, tanto na campanha de compra da organização quanto na anticomunista, por conquistarem o controle da *Empresa A Noite*: em fotomanchete (Figura 68), jornalistas, redatores, diretores e funcionários do vespertino visitaram Dutra no Palácio do Catete para agradecerem pessoalmente ao presidente pelo decreto assinado (*A Noite*, 27 ago. 1946, p. 3, 2. ed.). Após serem recepcionados na sede do Governo Federal, foi a vez da comitiva se encontrar com Carlos Luz, ministro da Justiça, personagem que facilitou o financiamento para a *Sociedade Anônima A Noite* recém instituída (*A Noite*, 28 ago. 1946, p. 2, 2. ed.). O grupo então finalizou sua procissão de agradecimentos no Palácio Tiradentes, ocasião em que foram aclamados pelos parlamentares durante intervalo de uma das sessões da Constituinte (*A Noite*, 30 ago. 1946, p. 3, 2. ed.).

Fechava-se um ciclo da história política de *A Noite*: emancipado, o periódico acabou enfrentando crises sucessivas para se adaptar à nova realidade autônoma, apresentando, sobretudo, dificuldades em honrar os compromissos assumidos com o Governo Dutra.

Após o retorno de Getúlio Vargas ao Catete (1951-1954), a *Sociedade Anônima A Noite* findou sendo diluída e atrelada novamente às Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União, na época, coordenada pelo ex-diretor André Carrazzoni. A crise política enfrentada por Vargas no governo também atingiu o vespertino, que continuou a sofrer acusações de ser um “Boletim Oficial” do Governo Federal nessa nova etapa histórica.

---

[427] As “repercussões” da venda do jornal aos trabalhadores foram publicadas em *A Noite* em edições seguidas. Sobre a produção jornalística referente ao assunto, ver edições *A Noite*, 22 ago. 1946, p. 1-6, 2. ed.; 23 ago. 1946, p. 1, 1. ed.; 24 ago. 1946, p. 9-10, 1. ed.; 27 ago. 1946, p. 2, 2. ed.; 28 ago. 1946, p. 6, 2. ed.; 29 ago. 1946, p. 3, 1. ed.; 30 ago. 1946, p. 2, 2. ed.

Após o suicídio do presidente, a administração de *A Noite* – e empresas anexas - passou por diversas mudanças. Em janeiro de 1956, durante o Governo Juscelino Kubitschek, o órgão encerrou suas atividades jornalísticas para, então, ser extinto definitivamente em dezembro de 1957. Depois de quarenta e seis anos de atuação política, o popular vespertino findava sua participação enquanto ator político e histórico, trajetória esta marcada, em boa parte, pelos serviços comunicacionais prestados ao poder: um triste amanhecer para história d´*A Noite*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Novas Parcerias Imprensa/Estado Novo

Por quase seis anos em que esteve encampado e sob administração direta do Estado Novo, o jornal *A Noite* publicou uma extensa produção jornalística que ia muito além do simples informar: procurou, antes de tudo, consolidar o projeto de comunicação social da ditadura ao mesmo passo que se fortalecia enquanto empresa de comunicação.

Afirmar que o Estado Novo não apenas censurou a imprensa, mas também, foi produtor e incentivador de produções jornalísticas, artísticas e políticas não significa, portanto, a negação do seu caráter autoritário e castrador de seu relacionamento com empresas e instituições promotoras de bens culturais, mas devemos levar em consideração que o regime estadonovista inovou ao utilizar-se da imprensa na tentativa de efetivação de seus projetos de Brasil.

Parte das produções historiográficas sobre a imprensa brasileira classifica o trato entre Estado Novo e imprensa como uma fase tão somente assinalada pela censura e pelo controle dos meios de comunicação, leitura essa iniciada por autores como Nobre (1950), Sodré (1999) e Bahia (1990); outros autores, passaram a relativizar essa onipresença estatal nas redações dos jornais: como apontou Maria Helena Rolim Capelato (1994), as estratégias estadonovistas de busca de consonância comunicacional eram aplicadas tanto por meio da repressão quanto através de favores cedidos aos periódicos. A noção de que os jornais faziam frente aos desmandos de regimes autoritários sob o signo da liberdade de expressão contou com a colaboração da própria imprensa que, construtora de sua história e da história política brasileira, buscou perpetuar essa ideia objetivando, tão somente, apagar de suas histórias empresariais traços da colaboração deliberada com regimes autoritários: como observou Barbosa (2007): existiam mais aproximações do que distanciamentos. Desta maneira, torna-se necessária a superação das abordagens que tratam a imprensa apenas como atores políticos que se tornaram reféns de governos autoritários pois, como indicou Melo (2006), "censura e produção simbólica" andam lado a lado, onde ambas abordagens de comunicação foram aplicadas pelo regime e se mostraram eficazes na divulgação dos pressupostos ideológicos

preconizados por governos ditatoriais. Compreender essa produção jornalística como parte de projetos de comunicação social que colaborou para a construção da história da imprensa e, como elementos constituintes da cultura política da época é fundamental para ampliação das análises sobre o relacionamento entre imprensa e Estado.

Nesse sentido, a própria caraterização feita pela Constituição de 1937, a "Polaca", evidencia quais regras o Estado impunha para os meios de comunicação: vistos como colaboradores do regime, não poderiam sequer se negar a publicar a produção noticiosa, publicitária ou oficial. Mas, por outro lado, as empresas de comunicação, enquanto instituições capitalistas, usufruíram desses protocolos, delegando ao Estado Novo o papel de incentivador da produção jornalística. Através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) – que inclusive foi criado meses antes da encampação da *Empresa A Noite* e da intervenção policial no jornal *O Estado de S. Paulo*, instituições de comunicação colocadas a serviço da ditadura -, começou a ser pensado um projeto de comunicação social oficial que valorizasse alguns temários que deveriam ser veiculados por esses órgãos de imprensa e o jornal *A Noite* soube muito bem desempenhar seu papel.

O processo de encampação da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande – proprietária de mineradoras, ferrovias e da *Empresa A Noite* – foi legitimado com a justificativa de que era fundamental que o regime nacionalizasse as atividades da organização privada em razão de possíveis desvios de conduta de seus acionistas majoritários (corrupção, enriquecimento ilícito e demais crimes de colarinho branco). Em contrapartida, além da ditadura ter ficado com a administração de um conjunto de empresas consideradas fundamentais para a "economia nacional" (transportes e minérios), arrematou também um grupo de veículos de comunicação – sobretudo a *Rádio Nacional* e o vespertino *A Noite* -, que poderiam muito bem servir ao projeto de comunicação social pensado com a criação do DIP em 1939.

A encampação da *Sociedade Anônima Empresa A Noite* acarretou de pronto mudanças em seu quadro de diretores que, consequentemente, aderiram ao projeto de comunicação social do Estado Novo. A escolha de J. E. de Macedo Soares, André Carrazzoni e Cypriano Lage para tocarem o jornal não foi por acaso: a produção jornalística desses profissionais da imprensa evidencia seu envolvimento com o regime, bem como sua dedicação às causas e campanhas idealizadas pela ditadura. Existia comprometimento e ele era recompensado de alguma forma. O crescimento econômico e a expansão do alcance do conglomerado de comunicação *Empresa A*

Noite era uma maneira do Estado Novo retribuir os serviços comunicacionais do jornal e das empresas irmãs. A nova administração do vespertino *A Noite* procurou, logo de início, negar que haveria mudanças, mas, sem alterar o projeto gráfico do jornal, passou a introduzir novos temários ao mesmo tempo que mantinha os já conhecidos pelos leitores. Desta maneira, a continuidade da temática policial, por exemplo, serviu como estratégia de fidelização do leitor, contudo, adicionando narrativas onde as forças policiais – braço armado da ditadura – figuravam como modelos de homem público, defensor da ordem e do povo.

Outras transformações foram operadas no periódico, como a ampliação de temários que o caracterizavam enquanto um jornal “popular”. Essa autoidentificação é importante pois demonstra o quanto o Estado Novo estava preocupado em dar continuidade ao jornalismo já então praticado por *A Noite* – que também era uma estratégia de fidelização de público leitor - mas também, o próprio periódico buscou isso, reforçando sua imagem de agente mediador da relação entre o Estado Novo e a população. O jornal se inseria como mais um participante desse relacionamento, como se passassem por ele as insatisfações populares – consideradas sempre pontuais e nunca direcionadas ao regime -, que, devido ao seu bom relacionamento com a ditadura, fazia com que as “autênticas aspirações populares” fossem atendidas pelos “homens de Estado”.

Nesse sentido, a nova administração de *A Noite* incentivou a expansão dos “serviços”, como o “carioca-repórter” e os concursos, buscando dois objetivos: manter a popularidade do jornal e conquistar novos leitores. Embora o “serviço do carioca-repórter” já existisse antes do periódico ser encampado, ele foi ampliado e passou a contar com premiações em dinheiro. A medida acabou alavancando a participação indireta dos leitores que acabaram compondo uma rede de informantes de *A Noite* e que, ávidos financeira e subjetivamente, telefonavam para a redação na Praça Mauá para delatarem fatos passíveis de serem publicados na edição seguinte.

Os concursos promovidos por *A Noite* além de serem estratégias de crescimento comercial, também funcionavam como legitimadores da popularidade do periódico. Os sorteios de casas, por exemplo, foram publicizados como comprovação da simpatia do público – leitor e não leitor – para com o vespertino. Tal como Getúlio, as ações de *A Noite* eram legitimadas através de uma suposta e divulgada popularidade.

Por outro lado, a administração de Macedo Soares e companhia soube também reconhecer a importância da manutenção do temário esportivo para a não

descaracterização total do vespertino. Era um risco grande a se correr e, considerando o projeto de comunicação de *A Noite*, não valia a pena. Desta maneira, a solução encontrada foi relacionar as atividades esportivas com o mundo estadonovista, onde dirigentes de clubes figuravam como parceiros do regime e de seus demais apoiadores. Nessa perspectiva, o jornal também utilizou as provas esportivas, sobretudo a “Corrida da Fogueira” e a “Prova de Natação A Noite” como chamarizes de público e outra modalidade de “concurso” – algumas com premiação em dinheiro –, onde foi possível verificar que a proximidade com o campo esportivo, além de caracterizá-lo como um jornal popular, facilitava sua interferência nos espaços desportivos, ao mesmo tempo que auxiliava o periódico com a realização desses eventos.

A Noite se alinhou ao projeto de comunicação social do Estado Novo, apoiando, sem reservas, diversas campanhas jornalísticas que iam de encontro à lógica da ditadura. Considerando que dentro desse projeto existissem temários a serem abordados pela imprensa - ou seja, assuntos que permanecem por tempo determinado na “pauta” de um jornal -, *A Noite* acompanhou, exaltou, noticiou e participou das campanhas e festividades promovidas pela ditadura.

Nesse sentido, o anticomunismo de *A Noite* pode ser expresso através de extensas reportagens, artigos, entrevistas e demais ferramentas comunicacionais que auxiliaram as forças policiais na promoção de sistemática perseguição aos militantes comunistas. Ocorreu durante essa campanha um processo de demonização do Comunismo, que tinha sua imagem associada a homicídios e a crimes bárbaros: os casos das mortes de Elza Fernandes e mais militantes comunistas foram explorados pelo periódico como exemplos da perversidade do movimento.

A figura de Luiz Carlos Prestes, detido no presídio de Ilha Grande, Rio de Janeiro – local para onde o regime mandava seus desafetos políticos - foi caracterizada pelo jornal como um líder sanguinário que, visando apenas aos interesses do “credo vermelho”, ordenava assassinatos através de correspondências. A prisão de militantes como Roberto Lyra, o “Cabeção”, rendeu ao vespertino reportagens que descreviam sua crueldade na participação do homicídio da jovem Elza Fernandes. Nesse sentido, o periódico desenvolveu uma narrativa sobre o Comunismo que visava a corroborar o plano de combate do regime contra esse grupo: à procura de um inimigo interno, o Estado Novo, com ajuda de *A Noite*, resgatou quando necessário seu sentimento anticomunista.

Por outro lado, a ditadura do Estado Novo era um regime que comemorava: seu calendário cívico era repleto de eventos que procuravam fundar datas e rememorar o passado político brasileiro. Nesse Estado festivo, a transformação do aniversário do presidente - "uma data íntima", como se referia o jornal - em uma "data nacional", portanto "pública", contribuiu com a permanência de Getúlio Vargas no imaginário político. As solenidades do *27 de novembro* – data da chamada "Intentona Comunista" –, por exemplo, se encaixam no tipo de cerimônia que procurava consolidar o pensamento anticomunista no país e que foi largamente noticiado, coberto, analisado e exaltado pelo jornal.

Outros eventos estadonovistas foram também celebrados em *A Noite*: o *1º de maio* foi apropriado pelo regime, transformando-o de um dia de luta e mobilização dos trabalhadores em data onde o capital e o trabalho se encontravam para congratularem o regime pela pretensa harmonia de classes propagada pela ditadura. Num país onde a concórdia classista era promovida no lugar da luta de classes e as comemorações realizadas no Estádio do Vasco da Gama resultaram, assim, em reportagens produzidas pelo periódico que procuravam dar visibilidade a essa dimensão.

Comemorou também *A Noite* as realizações governamentais da ditadura, sobretudo durante os aniversários da instauração do Estado Novo – o *10 de novembro*. A data era assinalada por festividades, inaugurações, discursos, desfiles e balanços sobre a atuação de Vargas e seus auxiliares no Governo Federal. Também era um momento de reafirmação das bases ideológicas do estadonovismo, quando palestras, artigos e comentários eram especialmente preparados pelo vespertino para comemorar a data – outra maneira eficaz de *A Noite* reafirmar sua fidelidade à ditadura.

A análise das edições diárias de *A Noite* contribuiu também para se compreender como se davam as relações amistosas entre os chamados "homens de pena" e os "homens de Estado". Verificou-se que as instituições representativas da classe jornalística e das empresas de comunicação não se acanharam em estabelecer uma relação de dependência com a ditadura, sobretudo a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro (SJPRJ) e o Sindicato dos Proprietários de Jornais e Revistas do Rio de Janeiro (SPJRRJ). Essas entidades atuaram deliberadamente apoiando as medidas governamentais e trocando gracejos com a ditadura, homenageando-a sempre que possível, objetivando conquistarem benefícios e facilidades para o campo profissional da comunicação. A Casa do Jornalista, sede da ABI, por exemplo, foi o palco de conferências e cerimônias

que exaltavam o Estado Novo, reafirmando, portanto, as bases de apoio daquela ditadura. Nesse sentido, a imprensa estava cumprindo o seu papel “público” - servir aos interesses do regime -, procurando o jornal publicizar também uma harmonização de uma imprensa que era previamente censurada.

O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), por sua vez, procurou arregimentar jornalistas, editores, redatores e demais profissionais da comunicação para que estes pudessem compor esse grande projeto de comunicação social. Desta maneira, entendemos que o Estado Novo não se limitou apenas à censura dos meios de comunicação mas, visando a expandir seus projetos de Brasil, foi um grande produtor de informações, contando, consequentemente, com o apoio dos veículos de comunicação, instituições que viam nessa parceria uma chance de permanecerem vivas enquanto empresas: os subsídios governamentais e seu rígido controle da importação do papel de imprensa mantinham os periódicos na linha.

O projeto de comunicação social do Estado Novo a que *A Noite* aderiu continha alguns itens básicos; nesse sentido, o temário Getúlio Vargas ganhava uma exposição diferenciada: a construção de uma imagem positiva do “Chefe da Nação” era necessária para se consolidar a legitimidade tanto de Vargas quanto do próprio regime. A figura de Getúlio foi apresentada ao leitor do vespertino não somente como o “pai dos pobres”, mas, também, como um líder carismático, dotado de grande traquejo político e que era um profundo conhecedor dos anseios do brasileiro.

Vargas era o modelo do homem ideal, incansável trabalhador – ou melhor, o “trabalhador número um”, como o jornal certa vez o nomeou -, sua família, seus passatempos e os traços de sua personalidade foram transformados em notícias que buscavam aproximar o leitor do cotidiano do ditador, público e privado.

No entanto, algumas intercorrências de ordem externa levaram o Estado Novo a realizar adaptações em seu projeto de comunicação social: a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), cada vez mais próxima do Continente Americano, modificou as perspectivas diplomáticas da ditadura que pregava a neutralidade continental como política externa, tal como os EUA, visando, assim, a seu distanciamento do conflito mundial. O ataque japonês à base estadunidense de *Pearl Harbor*, no Havaí, em dezembro de 1941, impactou grandemente o posicionamento dos países americanos diante da guerra; no entanto, o fato em si não foi responsável pela entrada do Brasil na contenda, mas sim a pressão exercida pelos Estados Unidos e a revolta popular contra os ataques empreendidos pela Alemanha nazista às embarcações brasileiras.

A realização da III Conferência dos Chanceleres Americanos no Rio de Janeiro incentivou no jornal, seguindo sempre a cartilha de comunicação da ditadura, a promover o evento como uma oportunidade para o Brasil despontar como líder regional no pós-guerra. Contudo, fechando com os pressupostos da política externa estadunidense, o Estado Novo, com ajuda de *A Noite*, passou a divulgar que, em sua ditadura "democrática", existiam mais semelhanças do que diferenças em relação aos sistemas de governo dos países Aliados. Através do jornal, é possível verificar esse esforço comunicacional, sobretudo, quando o periódico procurou afirmar que o Estado Novo era uma "democracia orgânica", "democracia forte" ou uma "ditadura democrática": nomes diferentes para a mesma e sempre autoritária ditadura.

Por outro lado, o estreitamento de laços com personalidades estadunidenses, especialmente pelo fato do Brasil ter se tornado destino turístico durante a guerra, era reforçado pelo jornal, entendendo que o reconhecimento internacional de políticos e personalidades do campo da cultura estadunidense poderia servir de base para a sustentação da legitimidade do Estado Novo no plano interno. Figuras como Walt Disney e Grace More colaboraram, inclusive, com os projetos assistenciais da primeira dama Darcy Vargas, evidenciando, desta maneira, que o intercâmbio EUA-Brasil foi muito além das reuniões diplomáticas e de negócios, mas também foi composto por trocas culturais que visaram uma aproximação estratégica entre esses dois países.

Colocando a serviço do regime sua artilharia comunicacional, *A Noite* buscou redefinir o que viria a ser o governo instituído no *10 de novembro*: sob uma nova roupagem, a ditadura "democrática" do Estado Novo, entre o rompimento das relações diplomáticas e a decretação de guerra contra a Alemanha e Itália – lembrando que o Estado Novo, embora rompido diplomaticamente contra alemães, italianos e japoneses, só declarou guerra ao Japão em 1944 -, demorou sete meses para tomar a decisão que a realocaria no cenário internacional. Entretanto, esse período foi marcado pela morte de brasileiros durante os constantes ataques promovidos por submarinos com bandeiras desses países, sobretudo da Alemanha, provocando, assim, a ira da população contra tudo o que representasse os agressores.

O rompimento das relações diplomáticas com o Eixo (janeiro de 1942) e a posterior decretação de Estado de Guerra (agosto de 1942) acarretaram a formatação de políticas públicas de exclusão social de pessoas consideradas perigosas para a Segurança Nacional: os "súditos do Eixo". Abraçando a campanha de perseguição sistemática criada pelo regime, o jornal acompanhou as batidas policiais em residências, empresas e clubes sociais japoneses, alemães e italianos, bem como de

brasileiros filhos dos imigrantes dessas nacionalidades. Os processos judiciais abertos contra essas pessoas eram acompanhados pelo periódico que, clamando por severas punições, considerou-os como potenciais inimigos internos passíveis de serem denunciados, presos, torturados e mortos em nome de uma propagada “segurança”.

Ao limitar a vida social e econômica dos “súditos do Eixo”, o Estado Novo mostrou sua face mais autoritária, tal como o fez ao perseguir indivíduos ligados ao movimento comunista. Com um novo inimigo interno a ser combatido, o jornal irá abraçar as campanhas de ódio a esses grupos, louvando, sobretudo, as medidas restritivas impostas aos imigrantes pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e pela Delegacia de Estrangeiros (DE).

Proibidos de exercerem cargos em atividades consideradas importantes para a Segurança Nacional, de pularem o carnaval ou de simplesmente dirigirem automóveis, os estrangeiros alemães, italianos e japoneses tiveram não apenas suas vidas modificadas, mas também foram em muitos casos expropriados pelo regime que, sob a justificativa da formação de um Fundo de Indenização de Guerra, tiveram suas economias bancárias retidas, seus comércios “varejados pela polícia” e hostilizados nas ruas pela população. As “empresas do Eixo” também acabaram sendo interditadas pelo Estado Novo e revendidas a capitalistas brasileiros que viram no movimento de perseguição oficial uma oportunidade para lucrarem com os despojos comerciais alemães, italianos e japoneses.

Pegando carona na perseguição aos imigrantes, o jornal também procurou cobrir as ações policiais contra o movimento quinta-colunista. Considerados escórias sociais, os indivíduos que eram detidos sob acusação de espionagem, sabotagem ou por serem simpatizantes dos países que compunham o Eixo – os intitulados pelo jornal como “maus brasileiros”. Engajado nessa campanha, o periódico pediu, por mais de uma vez que, para os casos envolvendo espionagem e sabotagem, fosse aplicada a pena de morte. O jornal, efetivamente, protagonizou junto às forças policiais uma campanha de ódio contra esses grupos de imigrantes, criando, consequentemente, uma atmosfera de desconfiança permanente, para a qual, a denúncia era vista como uma arma do povo contra o inimigo interno.

As delações de populares levavam a polícia – tarefa do DOPS – a realizar operações que visavam a desmantelar possíveis redes de espionagem que agiam “em todo o território nacional”. Divulgando o medo, *A Noite* criou uma narrativa jornalística que tinha como base a legitimação da violência policial contra pessoas consideradas

suspeitas, muitas vezes, pelo simples fato de ser imigrante de países que compunham o Eixo. Encaminhados para o Presídio da Ilha das Flores, Rio de Janeiro, o Estado Novo inaugurava o "primeiro campo de concentração brasileiro", um lugar que, de acordo com o jornal, proporcionava o melhor tratamento possível aos internos.

Durante os anos de 1942 a 1946, a população brasileira teve que se adaptar à nova realidade imposta pela guerra: a crescente restrição de consumo e a baixa oferta de produtos industrializados nos estabelecimentos comerciais. Essa crise generalizada de abastecimento acarretou as duas campanhas jornalísticas que visavam a legitimar as ações do regime no controle da produção e do comércio. Em tempos de crise nas relações de consumo, *A Noite* se mostrou um fiel escudeiro do Estado Novo, divulgando em suas páginas a necessidade da população não somente compreender a urgência e importância das medidas, mas também de participar de um movimento que elegeu como novo inimigo os "exploradores da bolsa do povo".

Considerados "traidores", "maus brasileiros" e até "sabotadores" do esforço de guerra, esses comerciantes – em sua maioria pequenos lojistas – eram alvo de investidas policiais em seus estabelecimentos para então serem presos e julgados no Tribunal de Segurança Nacional (TSN) por terem cometido "crimes contra a economia popular". Junto a esse grupo de inimigos internos do regime, os falsificadores de produtos, pesos e medidas também conheceram os porões da ditadura por buscarem o "lucro fácil" às custas de uma população que tinha que fazer fila para quase tudo em seu cotidiano.

Atualizando permanentemente o leitor sobre as ações de combate à carestia promovidas pela Coordenação de Mobilização Econômica, órgão chefiado por João Alberto, o vespertino defendeu cotidianamente a lógica de que o controle sobre o mercado interno era fundamental para a consolidação do esforço de guerra. Sendo assim, além de empreender uma guerra contra pequenos capitalistas – os grandes, geralmente, não eram incomodados -, o Estado Novo estabeleceu que sua participação nas relações de consumo era fundamental para a superação da crise de abastecimento: o Estado impôs preços, controlou a distribuição de gêneros de primeira necessidade e chegou ao ponto de criar uma linha de produtos voltados para a população pobre. Sua presença no cotidiano da população era constante e, com grande participação do jornal, pode divulgar o tabelamento como um mal necessário para que o esforço de guerra não caísse por terra.

Nesse contexto mobilizador, a figura de Darcy Vargas veiculada pelo jornal *A Noite* passa por uma significativa transformação: de "mãe dos pobres" – ou

“madrinha”, tratamento carinhoso dispensado a ela pelos “pequenos jornaleiros –, Darcy passa a ser vista como uma poderosa arma comunicacional para o esforço de guerra e o crescimento de sua atuação em um ambiente político onde predominavam homens foi apoiado pelo vespertino que, também fiel ao Estado Novo, divulgou as campanhas beneficentes e mobilizadoras da LBA, da Casa das Meninas e da Casa do Pequeno Jornaleiro, entidades ligadas à Fundação Darcy Vargas. Nesse sentido, a primeira dama também soube aproveitar sua posição para poder angariar fundos para seus projetos sociais que obtiveram grande crescimento durante a guerra.

O jornal matinha seus serviços comunicacionais à disposição do regime e de seus correligionários. Desta forma, verificamos como o periódico buscou apoiar as campanhas de mobilização civil coordenadas pela ditadura e aplicadas por entidades parceiras da sociedade civil. Entidades beneficentes, como a Legião Brasileira de Assistência (LBA), foram fundamentais para criação de um movimento que tinha no voluntariado das mulheres sua maior expressão. Foi durante o surgimento dessas campanhas que as mulheres, representadas simbolicamente, sobretudo, por Darcy Vargas, passaram a protagonizar o cotidiano mobilizado. O jornal, por sua vez, começou a construir outras imagens sobre o feminino que passou a ser visto, a partir de então, como possibilidade de substituição da mão de obra masculina – a ser utilizada nas frentes de batalha. A organização das mulheres se deu em grupos de auxílio civil, como as Samaritanas, Socorristas e Voluntárias da Defesa Passiva Anti-Aérea, que desfilavam pelas ruas da Capital Federal com seus uniformes devidamente identificados por cores específicas. Era necessário preparar o Brasil para uma eventualidade de guerra e o treinamento civil através dos “black-outs”, promovidos pelo Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea (SDPAA), criava uma atmosfera de guerra nas capitais brasileiras, procurando o periódico mostrar o quanto a população estava comprometida com as políticas públicas do esforço bélico.

Do mesmo modo que a sociedade foi mobilizada para “produzir, produzir e produzir” – bordão cunhado por Maciel Filho, colunista do periódico -, ela também foi impelida pelo jornal a se sensibilizar com as mortes causadas pelos torpedeamentos de navios ao longo da costa brasileira. Essas mortes, potencializadas por sensacionalistas reportagens, procuravam justificar a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, sobretudo, usando-as para fortalecer o sentimento de desprendimento pessoal e comprometimento coletivo com o a campanha de mobilização militar. Os voluntários para a frente de batalha, vistos pelo jornal como os “bons brasileiros”, formaram um dos temários dessa campanha jornalística: a

afluência de massas de jovens moços aos postos de alistamento militar servia de elemento para *A Noite* construir sua narrativa de guerra.

Mas era necessário, também, adequar militarmente o Brasil para que ele pudesse contribuir com a causa Aliada: com auxílio estadunidense, o Estado Novo começou sua campanha de preparação militar, iniciada com o patrulhamento do Oceano Atlântico Sul pela FAB e pela Marinha Brasileira, para depois culminar no envio da FEB e FAB ao front italiano. O envio de equipamentos militares, sobretudo os "caça-submarinos" dos EUA, era uma forma de participação indireta do país no conflito mundial. Contudo, o Estado Novo considerou que poderia colaborar mais com os Aliados com a concorrência dos "pracinhas" nos campos de batalha.

Após muito tempo de preparação, os excitados jovens da FEB foram encaminhados para o confronto na Europa e o seu cotidiano foi publicizado por *A Noite*. Inaugurou-se no vespertino uma narrativa de guerra que procurou veicular sentimentos de simpatia pela figura do soldado brasileiro, dotado de características ímpares e essenciais ao avanço Aliado. As ideias de avanço constante, de conquista territorial e de maleabilidade do combatente da FEB foram divulgadas enquanto sinônimos da brasilidade. Sua dedicação que, segundo o jornal, contagiava as missões militares no front conjunto com os EUA, eram entendidas também como parte de seu comprometimento com o próprio regime. Contudo, como apontamos, a participação dos Expedicionários no "teatro de operações" só fez acelerar a derrocada do Estado Novo.

Mas o jornal não esperava somente servir aos interesses políticos do Estado Novo, mas, também, soube aproveitar sua relação de proximidade com a ditadura para poder auferir vantagens econômicas e empresariais. *A Noite*, além de apoiar o projeto de comunicação social do regime, também tinha seus próprios projetos: a "expansão Costa Neto". Essa expressão foi por nós cunhada em razão da constatação de um plano de crescimento empresarial e editorial do periódico colocado em prática pelo superintendente das EIPN e presidente do grupo *Empresa A Noite*, Costa Neto.

O militar – também presidente da Fundação Brasil Central (FBC) – desenvolveu uma estratégia de expansão das empresas de comunicação atreladas àquela sociedade anônima baseada em duas abordagens: fortalecimento comercial, através da aquisição de livrarias, jornais, revistas, editoras e demais estabelecimentos do gênero; e ampliação editorial, com a criação de novas sucursais de *A Noite* nos estados e de escritórios em países amigos (Argentina e Portugal). A administração de

Costa Neto também incentivou a criação de uma estação radiotelegráfica para o jornal, procurando transformá-lo, futuramente, em uma agência de notícias.

A *Rádio Nacional*, por sua vez, também foi alvo de investimentos: a inauguração da estação de ondas curtas, por exemplo, foi fundamental para que o alcance de suas transmissões – em português, inglês, francês e espanhol – pudesse atingir novas audiências. De fato, o projeto de Costa Neto ia muito além das fronteiras nacionais, objetivando a formação de um conglomerado de comunicação social que pudesse "integrar" o Brasil através da informação oficial. Como voz autorizada da ditadura, a *Empresa A Noite* viu nessa diversificação de atividades uma oportunidade de crescimento de sua marca e de seu projeto político, alinhado, por conseguinte, ao do Estado Novo.

A aproximação do fim da guerra, a partir de fevereiro de 1945, confluiu igualmente com o início da crise política que o Estado Novo estava por enfrentar: o periódico que, desde a sua encampação, em março de 1940, não teve que lidar publicamente com inimigos do regime, com o anúncio das eleições e a sinalização do fim próximo da ditadura, passou a dispor seus serviços de comunicação para a defesa cotidiana do Estado Novo. Uma situação inusitada para um jornal que - designado por seus detratores como o "Diário Oficial" – apenas teve que cumprir a tarefa de louvar e maximizar a atuação oficial no trato social.

O novo cenário político exigiu de *A Noite* a utilização de novas armas comunicacionais: o uso de colunas e colunistas para empreender uma ferrenha campanha de defesa e ataque, onde os elementos que, até então, serviam como legitimadores do Estado Novo passaram a não ter os efeitos que tinham. Daí, ele combater os "carangos" da ditadura – antigos apoiadores que, vendo o regime começar a ruir, preferiram garantir seus capitais políticos. Lidar com os tradicionais opositores era uma coisa, outra era desqualificar os argumentos de antigos correligionários que, dotados de uma profunda amnésia proposital, deram início a uma campanha de destruição de tudo o que pudesse fazer lembrar o Estado Novo.

A ditadura estadonovista tentava, durante toda a crise política de 1945, ao menos sair de cena como protagonista das eleições e da passagem de poder para o próximo presidente eleito. A transição política, severamente criticada pela imprensa de oposição, era defendida por *A Noite* que, num esforço de se agarrar a sua história com aquela ditadura, procurou argumentar com a importância de se garantir a "segurança institucional", ao mesmo passo que tentou auxiliar o regime na manutenção de, ao menos, parte da Constituição de 1937.

Sob pressão da "Oposição Reunida" – liderada pela União Democrática Nacional (UDN) -, Vargas renunciou após a orquestração de um golpe para o qual concorreram juízes, militares, políticos, empresários e demais figuras que, em outros tempos, apoiaram publicamente essa mesma ditadura que derrubavam. Acuado, Vargas sai de cena temporariamente, dando o jornal espaço a outros atores políticos que despontaram durante a campanha presidencial.

Caída a ditadura, assumiu o Governo Provisório de José Linhares que, procurando imprimir sua marca na cultura política da época, assumiu, também com ajuda de *A Noite*, a tarefa de governar o país até que as eleições fossem realizadas, marcadas para o dia 2 de dezembro de 1945, e o novo presidente eleito formalizasse sua investidura no cargo. Linhares realizou as "devassas" fiscais no Banco do Brasil e em outras instituições estatais, trocando suas diretorias e divulgando que o Estado Novo, além de ser uma ditadura, também era corrupto. Essas ações, sob apoio da nova direção de Joaquim Thomaz indicada pelo presidente interino, deram início a uma campanha no jornal que foi baseada em um projeto comunicacional totalmente contrário ao anterior: a classificação de Vargas como "ditador" e a do Estado Novo como "ditadura", embora, não possamos deixar de comentar, não era nenhuma novidade para a população a caracterização do governo em que viveram por longos quase oito anos só de governo explicitamente ditatorial - de Vargas no Catete, o total chegava a quinze anos.

Mesmo divulgando uma mensagem de um "governo de justiça", a breve atuação de Linhares na presidência também foi marcada pela perseguição policial a quem o desagradasse: o caso da *Rádio Mauá* – expropriada pelo regime e vendida a correligionários – que, fechada pela polícia por ter se pronunciado criticamente contra o seu governo, denota que as práticas estadonovistas ainda permaneciam na cultura política brasileira e desfazer-se delas não era tão simples como parecia ou se apregoava. Por outro lado, a atitude do Presidente Provisório evidenciou aspectos autoritários de sua personalidade, comum às elites econômicas, jurídicas, intelectuais e políticas da época.

Dutra, por sua vez, foi escolhido como o mais novo padrinho político do periódico durante a campanha eleitoral de 1945. Seu plano de governo foi publicizado pelo periódico, inicialmente, como uma continuidade do Estado Novo, mas, com a queda de Getúlio, procurou se diferenciar um pouco da ditadura ao divulgar um distanciamento desta. De todo modo, o último ano da administração Costa Neto/André Carrazzoni se esforçou para que o candidato do jornal pudesse ser finalmente eleito

em dezembro de 1945. A vitória do “carango” Dutra – ex-ministro da Guerra de Vargas e breve apoiador da renúncia do seu também padrinho político – possibilitou a volta da antiga direção do jornal, agora sob cuidados de Gil Pereira.

A atuação de Gil Pereira foi importante porque deu novo ânimo à campanha de aquisição da *Empresa A Noite* pelos empregados do jornal. Iniciado durante o Governo Provisório de José Linhares, o movimento contou com o apoio de setores diversos da sociedade carioca, sobretudo por outros veículos de comunicação, inclusive, opositores, e durou cerca de oito meses. Linhares, no final de 1945, havia aberto edital de Concorrência Pública para a liquidação das instituições atreladas às Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional (EIPN), contudo, deixou para o sucessor a resolução da questão. Com Dutra empossado, a campanha voltou a ganhar força, dando-se início ao processo de venda do periódico à sociedade anônima que funcionários e terceiros iriam ainda compor.

No dia 19 de agosto de 1946, finalmente, os trabalhadores de *A Noite* conquistam o seu maior objetivo ao conseguirem comprar o jornal, a ser pago durante quinze anos, e obterem a autonomia jurídica e administrativa tão divulgada em suas campanhas jornalísticas. A partir de então, o periódico continuou a oferecer seus serviços ao Governo Dutra, sobretudo, apoiando-o deliberada e furiosamente em sua campanha de perseguição ao movimento comunista. Em 1950, a *Sociedade Anônima A Noite* não conseguiu obter sucesso em manter seu conglomerado de comunicação, sendo diluída e entregue novamente à administração das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional (EIPN) que, na época, estava sob a direção de André Carrazzoni, antigo diretor do jornal *A Noite* dos tempos de ditadura.

O jornal se colocou novamente à disposição de Getúlio Vargas e, durante seu último governo (1951-1954) esteve ao lado dele, defendendo-o dos ataques da oposição. Durante o governo de Juscelino Kubitschek, ao qual também disponibilizou seu apoio, o vespertino *A Noite* passou por sucessivas crises na administração para, em 1956, finalizar sua história política na cotidianidade carioca e brasileira. Chegava ao fim, a história de um jornal que, por longos anos, traçou uma trajetória de se colocar à disposição dos regimes seus serviços comunicacionais, e vice-versa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHILLES, Aristheu. *Aspectos da ação do DIP*. Rio de Janeiro: DIP. 1941.

AQUINO, Maria Aparecida de. et al. *A constância do olhar vigilante*: a preocupação com o crime político. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de devoção, atos de censura*. São Paulo: FAPESP/HUICITEC, 2004.

ALSINA, Miguel R. *A construção da notícia*. Petrópolis: Vozes, 2009.

ALVIN, Ricardo Cravo. *Driblando a censura*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2002.

AMADO, Jorge. *Os subterrâneos da liberdade*. São Paulo: Martins, 3 volumes (Os ásperos tempos, 1968-A; Agonia da noite, 1968-B; A luz no túnel, 1968-C) – 1. ed.: 1954.

______. *Capitães da areia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

AMARAL, Azevedo. *Getúlio Vargas estadista.* Rio de Janeiro: José Olimpo, 1938.

______. *O estado autoritário e a realidade nacional*. Rio de Janeiro: José Olimpo, 1938.

ANTONACCI, Maria Antonieta. *A vitória da Razão?* O IDORT e a sociedade paulista. São Paulo: Marco Zero, 1992.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

______. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*: história da imprensa brasileira. São Paulo: Básica Universitária, 1990.

BARBOSA, Marialva. *História Social da Imprensa*: Brasil, 1900 – 2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981.

BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1989.

BORGES, Vavy Pacheco. *Getúlio Vargas e a oligarquia paulista*: história de uma esperança e de muitos desenganos através dos jornais da oligarquia – 1926-1932. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

_____. *Tenentismo e revolução brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm. Acesso em: 17 de março de 2009.

BRESCIANI, Maria Stella (Org.). *Jogos da política* – imagens, representações e práticas. São Paulo: Marco Zero/FAPESP, 1992.

BROWN, J. A. C. *Técnicas de persuasão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

CAMPOS, Francisco. *O espírito do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Serviço de Divulgação da Polícia Civil do DF, s.d.

______. *O Estado Nacional*: sua estrutura, seu conteúdo ideológico. Rio de Janeiro: José Olimpo, 1941.

CAMPOS, Reynaldo. *Repressão judiciária no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos*. Conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

CANETTI, Elias. *Massa e poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 1994.

______. *Multidões em cena*. São Paulo: FAPESP, 2009.

______. *Os arautos do liberalismo:* imprensa paulista - 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia Coelho. *O bravo matutino:* imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: Alfa - Omega, 1980.

CARDOSO, Ciro Flamarion (Org.). *Os métodos da História*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

CARONE, Edgard. *A terceira República (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1976.

______. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). *Minorias silenciadas:* História da censura no Brasil. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado/FAPESP, 2002.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. São Paulo: Papirus, 2001.

______. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Brasil:* mito fundador. São Paulo: Ed. da Fundação Perseu Abramo, 2000.

______. *Cultura e democracia*: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

______. *Cultura política e política cultural*. Revista de Estudos Avançados, São Paulo, v.9, n.23, p.71-84, jan./abr. 1995.

CHAUÍ, Marilena de Souza; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC, 1985.

COSTA, Cristina. *Censura em cena*. São Paulo: FAPESP/ EDUSP/ Imprensa Oficial, 2006.

______. *Teatro, comunicação e censura* – Atas do Seminário Internacional A censura em cena – interdição e produção artístico – cultural – São Paulo: FAPESP/ Primeira Margem, 2008.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do Historiador: conversa sobre História e Imprensa. In: *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Além do estado e da ideologia*: imigração judaica, Estado-Novo e Segunda Guerra Mundial. Revista Brasileira de História. Vol. 22, nº 44. São Paulo: ANPUH, 2002.

______. *Guerra sem guerra*: mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Geração Editorial: Edusp, 2000.

DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

DE DECCA, Edgar Salvadori. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

DEBERT, Guita Grin. *Ideologia e populismo.* São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

DIAS, Odete da Conceição. *O trabalhador no discurso fotográfico do jornal A Gazeta* (1930-1945). Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1993.

DUARTE, Paulo. *História da imprensa em São Paulo.* São Paulo: Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 1972.

DUTRA, Eliana de Freitas. *O ardil totalitário*: imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

DULLES, John W. F. O. *A Faculdade de Direito de São Paulo e a resistência anti-Vargas (1938-1945)*. São Paulo: Nova Fronteira, 1984.

______. *O Comunismo no Brasil* - 1935-1945 - repressão em meio ao cataclismo mundial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FAUSTO, Boris. *Perfis brasileiros*: Getúlio Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história*: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil*: o imaginário popular (1930-1945). Rio de Janeiro: 7Letras, 2011.

FERRAZ, Francisco César. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

______. *A guerra que não acabou*: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000). Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2002.

FIGARO, Roseli. *Na cena paulista, o teatro amador*: circuito alternativo e popular de cultura (1927-1945). São Paulo: Ícone, 2008.

FGV/CPDOC. *Base de Dados do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil* (CPDOC). Disponível em: www.fgv.br/CPDOC.aspx. Acesso em: 20 de outubro 2017.

FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na biblioteca do cônego*. São Paulo/ Belo Horizonte: EDUSP/ Itatiaia, 1981.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

FOUCAULT, Michael. *A arqueologia do saber.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

______. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2007-A.

______. *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007-B.

NOBRE, José de Freitas. *História da Imprensa de São Paulo*. São Paulo: Edições LEIA, 1950.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

______*. O queijo e os vermes*: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A Invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

______. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial*: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero, 1990.

GUASTINI, Raul. *Ideário político de Getúlio Vargas*. São Paulo: S. ed., 1943.

HABERMAS, Jürgen. *Historia y critica de la opinion publica*. México: G Gili, 1986.

HARRISON, Albert. A. *A Psicologia como Ciência Social*. São Paulo: Cultrix, 1975.

HOBSBAWM, E. J. *Era dos extremos:* o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

JAHR, Nélson Garcia. *Estado Novo, ideologia e propaganda política*. eBooksBrasil.com, 1999a. Disponível em: http://www.ebooksbrasil.org. Acesso em: 25 de junho de 2017.

______. *Propaganda*: ideologia e manipulação. eBooksBrasil.com, 1999b. Disponível em: http://www.ebooksbrasil.org. Acesso em: 15 de abril de 2017.

JAMBEIRO, Othon. et al. *Tempos de Vargas*: o rádio e o controle da informação. Salvador: EDUFBA, 2004.

JANOTTI, Maria de Lurdes Mônaco. *O imaginário sobre Getúlio Vargas*. Revista de História Oral, nº. 1, jun. 1998.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco; ARIAS NETO, José Miguel (Org.). *Democracia e autoritarismo* - Estratégias e táticas políticas. Vinhedo: Horizonte, 2015.

______. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LACERDA, Aline Lopes de. *Fotografia e discurso político no Estado Novo*: uma análise do projeto editorial "Obra Getuliana". Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: URFJ, 1998.

______. *A fotografia nos arquivos*: a produção de documentos fotográficos da Fundação Rockefeller durante o combate à febre amarela no Brasil. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2008.

LE GOFF, Jacques. et al. *A História Nova*. 3° Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

______. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 1996.

LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. Campinas: Papirus, 1986.

LEVI, G.; SCHMIDT, J. (Org.). *História dos jovens 2*: a época contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LIMA, Luiz Costa (Org.). *Teoria da cultura de massa*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LIMA, Maria Emília A. T. *A Construção discursiva do povo brasileiro:* os discursos de 1º de Maio de Getúlio Vargas. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres P. Spínola. *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

MARTÍN-BARBERO, Jésus. *Dos meios às mediações*: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, José de Souza. *São Paulo no século XX*: primeira metade. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/POIESIS, 2011.

MARX, Karl. *O 18 do Brumário e cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

______. *A liberdade de imprensa*. Porto Alegre: L&PM, 1980.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MELO, José Marques de; SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Org.). *Perfis de jornalistas*. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo/FTD, 1991.

MELO, José Marques de (Org.). *Populismo e comunicação*. São Paulo: Cortez, 1981.

______. *Sociologia da imprensa brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1973.

______. *Teoria do jornalismo*: identidades brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

MOREL, Marco. *Palavra, imagem e poder*: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MURARD, L.; ZYLBERMAN, P. (Org.). *Le soldat du travail*. Paris: Recherches, 1978.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. *Imprensa e História*: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

OLIVEIRA, A. B. *Signos do esquecimento*: os efeitos simbólicos da participação das enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial (1943-1945) [dissertação]. Rio de Janeiro (RJ): Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Enfermagem Anna Nery; 2007.

OLIVEIRA, A. B.; SANTOS, T. C. F. Entre ganhos e perdas simbólicas: A (des)mobilização das enfermeiras que atuaram na Segunda Guerra Mundial. *Escola Anna Nery Revista de Enfermagem*. 2007 Set; 11(3):423-8.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela de Castro. *Estado Novo*: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982.

OSTROM, Thomas M.; BROCK, Timothy C. *Cognitive responses in persuasion*. São Paulo: LEA, 1981.

PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala*: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2007.

______. *Os desafinados*: sambas e bambas no “Estado Novo”. São Paulo: Intermeios/CNPq/FAPEMIG, 2015.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*: operários, mulheres e prisioneiros. Paz e Terra, 1988.

PILAGALLO, Oscar. *História da imprensa paulista*: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

PRADO, Maria Ligia C. *A democracia ilustrada* - O Partido Democrático de São Paulo (1926-1934). São Paulo: Ática, 1986.

RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, José Hamilton. *Jornalistas*: 1927-1997 – História da imprensa de São Paulo vista pelos que batalham laudas (terminais), câmeras e microfones. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.

RODRIGUES, Aroldo. *Psicologia Social*. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. *História do jornalismo no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2007.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *Em guarda contra o perigo vermelho*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

SANTOS, T. C. F., BARREIRA, I. A. A mulher e a enfermeira na nova ordem social do Estado Novo. *Texto Contexto Enfermagem*. 2008 Jul-Set; 17(3):587-93.

SCHWARTZMAN, Simon (Ed. e Apr.). *Estado Novo, um auto-retrato* - Arquivo Gustavo Capanema. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

SCHWARTZMAN, Simon. et al. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra/FVG, 2000.

SHEMES, Cláudia. *Festas cívicas e esportivas no populismo:* um estudo comparativo dos governos Vargas (1937-1945) e Perón (1946-1955). Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1995.

SILVA, Avilmar. *O novo Brasil*. Rio de Janeiro: s.c.p., 1939.

SILVA, Hélio. *A ameaça vermelha*: o Plano Cohen. Porto Alegre: L&PM, 1980.

______. *Vargas, uma biografia*. Porto Alegre: L&PM, 2004.

SILVA, José Luiz Werneck da (Org.). *O feixe*: o autoritarismo como questão técnica e historiográfica. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

SILVA, Gastão Pereira da. *Getúlio Vargas e a psicanálise das multidões*. Rio de Janeiro: Valverde, 1941.

SILVA, Marcos A. da. "Claro-escuro de Estado Novo e depois (Sobre *Os subterrâneos da liberdade*)", In: FRAGA, Myriam (Org.). *60 anos de 'Os subterrâneos da liberdade'.* Anais do Curso Jorge Amado 2014. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado / Academia de Letras da Bahia, 2015 (no prelo).

______. *Caricata República* – Zé Povo e o Brasil. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.

______. *Contra a Chibata*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SILVA, Marcos Antonio da. et al. *Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

SILVA, Marcos Antonio da (Org.) *República em migalhas*: história regional e local. São Paulo: Ed. Marco Zero/MCT/CNPQ, 1990.

SILVA, Michele Rocha da. *Para serem lidas*: cartas ao interventor Magalhães Barata, Pará (1930-1935). Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 2010.

SILVA, Vandré Aparecido Teotônio da. *Notícias do Rio*: a intervenção no jornal O Estado de S. Paulo e a autolegitimação do Estado Novo (1939-1945). Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP/FFLCH, 2012.

______. *Notícias do Rio*: a intervenção no jornal O Estado de S. Paulo e a autolegitimação do Estado Novo (1939-1945). São Paulo: EDUSP/Nankin Editorial, 2015.

SIMILI, Ivana Guilherme. *Mulher e política*: a trajetória da primeira dama Darcy Vargas (1930-1945). São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SIMONSEN, Roberto; GUDIN, Eugênio. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira* – coletânea da polêmica Simonsen x Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo. Brasília: IPEA, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, José Inácio de Melo. *O Estado contra os meios de comunicação (1889-1945)*. São Paulo: Annablume, 2003.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil*: de Getúlio a Castelo (1930-1964). São Paulo: Paz e Terra, 1979.

STERNBERG, Robert. *Psicologia Cognitiva*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

TAGÉ, Terezinha. *Cultura e vida cotidiana no jornal*. São Paulo: Com-Arte, 2006.

TEIXEIRA, Aloísio; MARINGONI, Gilberto; GENTIL, Denise Lobato. *Desenvolvimento*: o debate pioneiro de 1944-1945. Brasília: IPEA, 2010.

TOTA, Antônio Pedro. *O Estado Novo*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olimpo, 1938.

______. *Diretrizes da nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olimpo, 1942.

VESENTINI, Carlos Alberto. *A instauração da temporalidade e a (re)fundação na História:* 1937 e 1930. Rio de Janeiro: Revista Tempo Brasileiro, n. 21, out./dez. 1986.

______. *A teia do fato*. São Paulo: Hucitec, 1997.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Brasília: UNB, 1998.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade* - 1950-1980. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969.

ANEXOS – FIGURAS

Rio de Janeiro — Terça-feira, 16 de abril de 1940 — ANO XXIX — N. 10.122

ÁS ARMAS!

A NOITE FINAL

Diretor-presidente: — J. E. DE MACEDO SOARES

Redação e oficinas: PRAÇA MAUÁ, 7 – TELEFONES: Mesa de ligações internas: 23-1910. – Informações: 23-1556. – Carioca-reporter: 23-4090

Matou a esposa e a sogra e suicidou-se - Brutal tragedia ocorrida esta tarde em Santa Tereza

Bloqueio inglês no mar do Japão! – Será cortado o caminho das mercadorias norte-americanas para o porto russo de Vladivostock

TRAFICANTES DE CLANDESTINOS!

IRREGULARIDADES NO SERVIÇO DE REGISTRO DE ESTRANGEIROS E INQUERITO ADMINISTRATIVO PARA ESCLARECER O CASO

Silencio e imprensa

Continua a grande batalha naval de Skagerrak

TER-SE-IA REFUGIADO NA SUECIA O REI HAAKON

BERLIM 16 (Associated Press) — De acordo com os rumores que correm nesta capital, o rei Haakon da Noruega, acompanhado dos membros de seu governo, teria procurado refugio em territorio sueco.

Descobertos os agentes comunistas nos Estados

Por ordem do presidente da Republica

Aparelhos alemães sobre ilhas suecas

A TRAGEDIA HORRIVEL DESTA TARDE

Gravemente enfermo, abateu a esposa e a sogra - O unico sobrevivente do drama - Nos braços da avó morta

SO' DEIXARA' O CARGO DEPOIS DA VITORIA, AFIRMA CHAMBERLAIN

Figura 01 - O noticiário espetacular veiculado por *A Noite* utilizou manchetes e fotografias para causar sensação: fotografia dos corpos do casal Yvone e Varjão (canto direito inferior da página) (*A Noite*, 16 abr. 1940, p. 1, 2. ed.).

CANCELADO O DISCURSO DE HITLER (Telegrama na nona pagina)

Rio de Janeiro — Sexta-feira, 8 de novembro de 1940

ANO XXX — N. 10.325

A NOITE EXTRA

Diretor-presidente: — J. E. DE MACEDO SOARES

Redação e oficinas: PRAÇA MAUA, 7 — TELEFONES: Mesa de ligações internas: 23-1910. — Informações: 23-1556. — Carioca-reporter: 23-4080

MORTOS NO EMOCIONANTE SINISTRO O MINISTRO DE CUBA NO BRASIL E O PROFESSOR EVANDRO CHAGAS

PAVOROSO desastre de aviação!

Chocaram-se sobre a praia de Botafogo o aparelho da VASP que se dirigia para São Paulo e um bi-motor argentino

CENAS IMPRESSIONANTES -- O AVIÃO PORTENHO, DESGOVERNADO NO ESPAÇO, PRECIPITA-SE SOBRE UMA CASA COMERCIAL, DEMOLINDO-A, ENQUANTO O OUTRO IA CAIR NO MAR -- OS SOCORROS -- DEZENOVE MORTOS

GRANDE CONCURSO DE "A NOITE"

Figura 02 – O periódico utilizou fotografias para noticiar grandes tragédias: acima, sequência de imagens sobre acidente de avião na Praia do Botafogo, Rio de Janeiro (*A Noite*, 8 nov. 1940, p. 1, ed. extra).

A mobilização grega

ATENAS, 31 (A. P.) — A mobilização geral está quase ultimada.

Os ultimos reservistas estão chegando aos quarteis, com grande entusiasmo, entoando canticos patrioticos.

Rio de Janeiro — Quinta-feira, 31 de outubro de 1940

ANO XXX — N. 10.319

A NOITE

EDIÇÃO DAS 11 HORAS

Diretor-secretario: — ANDRÉ CARRAZZONI
Diretor-redator-chefe: — CYPRIANO LAGE

Diretor-presidente: — J. E. DE MACEDO SOARES

Gerente: — OCTAVIO LIMA

Redação e oficinas: PRAÇA MAUÁ, 7 — TELEFONES: Mesa de ligações internas: 23-1910. — Informações: 23-1556. — Carioca-reporter: 23-4090

A "FESTA DO FERRO" -

A grande homenagem dos metalurgicos brasileiros ao Chefe do governo - Está sendo fundido, em ferro brasileiro, um busto do presidente Getulio Vargas

VOLUNTARIOS DA MORTE!

Um batalhão grego para missões de excepcional perigo

ATENAS, 31 (A. P.) — Está sendo formado nesta capital um batalhão especial, denominado "Voluntarios da Morte", que se destina somente a missões excepcionalmente perigosas.

Só estão sendo aceitos nesse batalhão os reservistas aprovados no exame de saude.

RESISTENCIA TENAZ!

Os gregos retiram-se ligeiramente de suas posições de vanguarda, diz o comunicado helenico-Imediata construção de uma segunda linha de fortificações - Encarniçadas batalhas - Chuvas torrenciais dificultam o avanço fascista

ATENAS, 31 (A. P.) — "Os gregos, no "front" do Epiro" – declara o comunicado distribuido ás primeiras horas de hoje – "retiraram-se, ligeiramente, de suas secções de vanguarda, de acordo com planos pre-estabelecidos. O restante do "front" se manteve calmo."

Imediata construção de uma segunda linha de fortificações

ATENAS, 31 (U. P.) – Informa-se que o alto comando do Exercito grego ordenou a imediata construção de uma segunda linha de fortificações. Diz-se que a mesma será utilizada caso os italianos consigam vencer a primeira linha das tropas gregas.

"Blitzkrieg" contra os "bicheiros"

FORAM PRESOS POR INVESTIGADORES DA DELEGACIA ESPECIAL 600 CONTRAVENTORES, A' RAZÃO DE UM POR MINUTO

A multidão de contraventores presos

Desembarcam tropas inglesas

SALONICA, 31 (A. P.) — Anuncia-se, autorizadamente, que a Inglaterra desembarcou tropas em ilhas estrategicas gregas.

PRESO EM ATENAS O IRMÃO DO REI

Seria coroado pelos italianos após a guerra

O ex-rei Zogu estaria chefiando a revolta na Albania

A Turquia estaria disposta a auxiliar a Grecia

Desfechada a contra-ofensiva

BELGRADO, 31 (U. P.) – As primeiras informações aqui recebidas, hoje, indicam que os gregos desfecharam uma vigorosa contra-ofensiva em varios setores, mas não aduzem detalhes das operações.

Um busto em ferro do presidente Getulio Vargas

A homenagem que os operarios metalurgicos vão prestar ao chefe da Nação — Um grande concerto da banda da Escola Militar na Praça Paris

Mussolini partiu para a sua terra natal

No Rio a "Maravilha do Golf"

Chegou de São Paulo Mario Gonzalez — Na redação de A NOITE o campeão brasileiro

Desmentida a renuncia de Serrano Suner

Asas brancas enfeitando o céu da cidade

Mil pombos-correios serão soltos do mais alto edificio do Rio: - do 22º andar de A NOITE — A revoada da Primavera — Festa de grande beleza e espiritualidade civica — Premios ao "Carioca-Reporter"

OBRAS MONUMENTAIS EM TODA A CIDADE

O decreto de financiamento do presidente da Republica — A Avenida Diagonal passará pelo local onde se ergue o Morro de Santo Antonio — Outro tunel de Botafogo a Copacabana — Nos suburbios

(TEXTO NA TERCEIRA PAGINA)

CARIOCA-REPORTER

GRANDE CONCURSO DE "A NOITE" 35

26.000 aviões americanos para reforçar a RAF - Como falou Roosevelt

(Telegramas na 8ª pagina)

Figura 03 – Manchete e fotografia (lado esquerdo da página) da prisão de mais de "600 bicheiros" pela polícia carioca (*A Noite*, 31 out. 1940, p. 1, 1. ed.).

Rio de Janeiro — Sexta-feira, 21 de fevereiro de 1941 — ANO XXX — N. 10.428

A NOITE

EDIÇÃO DAS 11 HORAS

Empresa A NOITE — Superintendente: LUIZ C. DA COSTA NETTO

Redação e oficinas: PRAÇA MAUÁ, 7 — TELEFONES: Mesa de ligações internas: 23-1910. — Informações: 23-1556. — Carioca-reporter: 23-4090

200 AVIÕES EM VÔO PARA SINGAPURA

LISBOA, 21 (A. N.) — A missão militar portuguesa partirá em breve para Londres, tendo como chefe o coronel Barros Rodrigues, do Estado Maior

Iminente a conflagração nos Balcans!

Mobilização parcial na Bulgaria — Os alemães lançam pontes de barcas sobre o Danubio — Recusa a Iugoslavia um oferecimento de Hitler — A Turquia não concordaria com a passagem de tropas alemãs pela Bulgaria (Telegramas na terceira pagina)

APARECEU O FELIZARDO!

Um antigo fidião contemplado com o primeiro premio do "Concurso do Pipoca" — "Chegou na hora H"...

3.102 aparelhos e 7.700 aviadores

MAIS 14 NAVIOS PARA OS PORTOS BRASILEIROS

A chegada amanhã de um grande amigo do Brasil — Quem é o comandante Lee — Organizador do porto de Gdynia (Texto na 3ª pagina)

Pacto teuto-bulgaro-sovietico!

Para auxilio mutuo

Vai começar o ciclo do ferro e do aço

"Não podem subsistir os povos que não produzem o ferro com que se forjam as armas para a sua defesa e o trigo com que se fabrica o pão para o seu sustento", diz, em entrevista, o industrial Maria de Oliveira

A' disposição do embaixador Caffery o camarote presidencial

A baiana já está na Praça Onze

PARA Singapura

NOVA YORK, 21 (A. P.) — O "Herald Tribune" noticia que cerca de 200 aviões de bombardeio "Consolidated" e "Lockhead", construidos nos Estados Unidos e que eram destinados á Inglaterra, seguiram, em vôo, da California para Singapura, atravéz do Pacifico.

CINCO MIL MULHERES TIRARAM O VEU

Contesta que o Japão tenha oferecido a mediação

Como se explica em Toquio a origem das noticias divulgadas em Londres

Shirley Temple ganhará 32 contos por semana

Fulminado por uma sincope ao ser perseguido

A morte de "China da Praia", na manhã de hoje

Figura 04 – Fotomanchete (canto superior esquerdo da página) sobre a vitória de Hilda Delfino, nadadora do Clube Regatas Flamengo, na Prova de Natação A Noite (*A Noite*, 21 fev. 1941, p. 1, 1. ed.).

PARIS, 26 (United Press) – Verificaram-se intensissimas atividades aéreas, tendo os aviões de reconhecimento de ambos os lados penetrado fundo no territorio contrario, enquanto os aparelhos de caça cruzaram os céus em toda a frente ocidental.

Rio de Janeiro — Terça-feira, 26 de março de 1940

ANO XXIX — N. 10.101

A NOITE

EDIÇÃO DAS 11 HORAS

Diretor-presidente: — J. E. DE MACEDO SOARES

Redação e oficinas: PRAÇA MAUÁ, 7 – TELEFONES: Mesa de ligações internas: 23-1910. – Informações: 23-1556. – Carioca-reporter: 23-4090

PARA A ESPECIALIZAÇÃO DO OPERARIO BRASILEIRO!

Escolas tecnico-profissionais em todo o país -- A primeira vai ser instalada em Belo Horizonte -- Declarações do ministro Gustavo Capanema á imprensa -- Um grande sanatorio para tuberculosos na capital mineira

Tragedia e fuga espetacular!

Na rua Machado Coelho -- Abateu a tiros a mulher que o abandonára e, sob a ameaça da pistola, obrigou o "chauffeur" de uma "limousine" a conduzi-lo na evasão -- Já tentára mata-la noutro ensejo

QUEM E' O PORTADOR DO COUPON N. 29.498?

O SORTEIO DO GRANDE CONCURSO DE "A NOITE" NO ESTUDIO DA SOCIEDADE RADIO NACIONAL

O forte de Copacabana vai fazer exercicio de tiro

A VIAGEM PRESIDENCIAL

EM PETROPOLIS O CHEFE DO ESTADO — O DESEMBARQUE DO SR. GETULIO VARGAS NO AEROPORTO SANTOS DUMONT — REPORTAGEM FOTOGRAFICA NA ESTANCIA SANTOS REIS

Crianças e mulheres no trabalho

Fala á NOITE a Sra. Natercia da Silveira — A revisão das leis sociais — Um proletariado á altura dos textos que lhe regulam os direitos

(TEXTO NA SEGUNDA PAGINA)

Para evitar as extorsões

(TEXTO NA 3ª PAG.)

Sensacional cotejo de "marinhas"

Uma exposição-concurso, promovida pela Sociedade Brasileira de Belas Artes

EMPATE!

O caso da herança do milionario Felicio Rocho — Dentro de dias a decisão (Texto na 2ª pag.)

Figura 05 – *A Noite* utilizou sorteios de residências para alavancar as vendas do jornal: fotografia (lado direito da página) do sorteio de casa promovido pelo periódico (*A Noite*, 26 mar. 1940, p. 1, 1. ed.).

ANNO XXX — Rio de Janeiro — Sabado, 21 de dezembro de 1940 — N. 10.388

CASCATINHA
A CERVEJA
SEMPRE IGUAL

A NOITE

EDIÇÃO DAS 11 HORAS

Empresa A NOITE — Superintendente: LUIZ C. DA COSTA NETTO

Redação e oficinas: PRAÇA MAUÁ, 7 — TELEFONES: Mesa de ligações internas: 23-1910. — Informações: 23-1556. — Carioca-reporter: 23-4090

BERLIM, 21 (U. P.) - Informa-se oficialmente que o governo alemão solicitou ao dos Estados Unidos que retire varios membros da sua Embaixada em Paris

LONDRES, 21 (A. P.) - BERLIM E OS "PORTOS DE INVASÃO" FORAM BOMBARDEADOS FORTEMENTE A' NOITE PELOS AVIÕES INGLESES

"MISTERIOSOS COMO A ESFINGE"!

Os objetivos da ofensiva britanica na Africa — "Sigamos para Tripoli" — 400 mil homens, 1.500 aviões e meio milhão de toneladas de navios de guerra

Tempestades que imobilizam os canhões

Estacionaria a luta greco-italiana pela inclemencia do tempo — As operações no vale do rio Drynos

(Telegramas na terceira pagina)

PARA QUE O SEU DOMINGO SEJA COMPLETO

MONUMENTAL FAIXA DE CONCRETO SERPENTEANDO A MONTANHA

SERA' INAUGURADA, HOJE, PELO PRESIDENTE VARGAS, A AVENIDA TIJUCA — UMA DAS OBRAS PUBLICAS DE MAIOR VULTO REALIZADAS PELA PREFEITURA — CINCO QUILOMETROS DE EXTENSÃO E DEZENOVE METROS DE LARGURA — O ALMOÇO NA GAVEA PEQUENA

Papai Noel de A NOITE está ativo

Prorrogada a lei marcial na Turquia

CARIOCA-REPORTER

Preces das crianças pela paz

A recomendação do cardial Dom Sebastião Leme ao clero

COMEÇARAM OS ATAQUES A' INGLATERRA!

Vastas áreas das Ilhas Britanicas atingidas pelas bombas germanicas — Liverpool e Merseys duramente batidas pelos explosivos — O pior dos ataques — Numerosos aviões alemães sob os céus de Londres — Lançadas varias bombas em territorio da Irlanda — O comunicado do governo de Dublin

O pior dos ataques

Possivel a inclusão de Lloyd George no Gabinete

Halifax iria para a Embaixada nos Estados Unidos e Eden para a pasta do Exterior

Considerada certa a nomeação de Halifax para a Embaixada nos EE. UU.

Já submetido ao presidente Roosevelt

Avião-cangurú!

LEVA NO INTERIOR DA FUSELAGEM UM OUTRO APARELHO COM AS ASAS DOBRADAS

A PUNHAL

Atacou ferozmente a esposa e matou-se em seguida, ingerindo um toxico — Era um debil mental

GRANDE CONCURSO DE "A NOITE" 78

Figura 06 – O jornal tinha seu próprio Papai Noel, personagem natalino que distribuía presentes nos morros cariocas. Manchete e foto anunciam que o "Papai Noel de A Noite está ativo" (centro da página) (*A Noite*, 21 dez. 1940, p. 1, 1. ed.).

— 22-12-1940 — A NOITE — 3 —

Roupas de Banho

CONCERTOS

CASA WINO

PEDRO TEIXEIRA

EM AÇÃO O PAPAI NOEL DE "A NOITE"

Originaes

PRESENTES PARA AS FESTAS

De Vincenzi

FLORES

RUA MARIZ E BARROS, 126

MOTORAM

LIQUIDAÇÃO ANUAL

Avenida Gomes Freire, 103

ALFAIATARIA JUVENTUDE

AGORA VENDAS A CREDITO TAMBEM

RUA URUGUAIANA, 36

Castanhas novas e todos os artigos de Natal -- ARMAZEM MUNDIAL - Av. Lauro Muller, 86 - Tel. 28-4733

Figura 07 – Reportagem especial do Suplemento Dominical *A Noite* sobre o "bom velhinho" do jornal (*A Noite*, 22 dez. 1940, p. 3).

A NOITE

EDIÇÃO DAS 12 HORAS

Redação e oficinas: PRAÇA MAUÁ, 7 — TELEFONES: Mesa de ligações internas: 23-1910. — Informações: 23-1556. — Carioca-reporter: 23-4090

Nova fase da ofensiva britanica no deserto

Tremendo ataque

Milhares de bombas incendiarias e explosivas estão caindo sobre uma cidade inglesa

FOGO POR TODOS OS LADOS

Zurich bombardeada

VENEZA SOB BOMBARDEIO

Mensagem de Mussolini a Grazziani

Elevado o numero de mortos e feridos

Desastre de aviação em São Paulo

O governo alemão faria declarações

O REICH QUER UMA RESPOSTA DE VICHY

Satisfação nos Estados Unidos pela nomeação de Lord Halifax

A distribuição dos vinhos "Telefone" aos pobres de A NOITE

Violento temporal em Além Paraiba

Nova fase da ofensiva britanica no deserto — Dezenas de milhares de soldados britanicos a caminho da Libia

Regressou à Rumania a rainha-mãe Helena

GRANDE CONCURSO DE "A NOITE" 79

Figura 08 – Manchete e fotografia (canto inferior esquerdo da página) da anual distribuição de vinhos "aos pobres de A Noite" (*A Noite*, 23 dez. 1940, p. 1, 2. ed.).

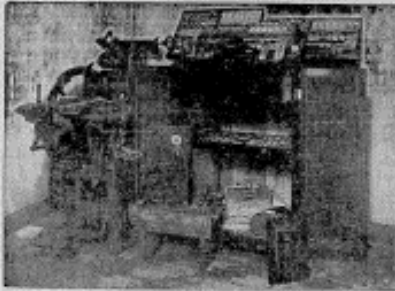
DESTRUIDOS SETE NAVIOS DE GUERRA ALEMÃES!

A NOITE
DOMINICAL

Domingo, 14 de abril de 1940

Presos os chefes comunistas!

Como o capitão Baptista Teixeira relata ao chefe de Policia as sensacionais diligencias

Identificados e capturados os atuais dirigentes vermelhos -- Articulavam nova subversão, não só nesta capital como em varios Estados -- Apreendidos o arquivo, imprensa, mimeografos e até uma estação radio-emissora -- Honorio de Freitas Guimarães e "Bangú", os principais implicados na trama subversiva -- Os acontecimentos de São Paulo

ROOSEVELT CONDENA A INVASÃO DA ESCANDINAVIA!

A DECLARAÇÃO DO PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS DESTINADA A' IMPRENSA MUNDIAL

TREMENDO COMBATE NAVAL!

A DESTRUICAO DE SETE NAVIOS DE GUERRA ALEMAES EM NARVIK — AVARIADAS TRES BELONAVES INGLESAS

Ultimada a revisão do Codigo Penal

A lei marcial na Holanda

NOVAS TROPAS INGLESAS TERIAM DESEMBARCADO EM NARVIK

VIOLENTOS ATAQUES NA FRENTE OCIDENTAL!

A INFANTARIA ALEMÃ ACOMETE UMA POSIÇÃO VITAL FRANCESA PERTO DA FRONTEIRA DO LUXEMBURGO - O ALTO COMANDO ALIADO INFORMA QUE OS ATACANTES FORAM REPELIDOS - RECONTROS ENCARNIÇADOS DESDE AS FRONTEIRAS LUXEMBURGUESAS ATE' OS VOSGES

Figura 09 – Ampla manchete sobre prisões de militantes comunistas no Rio e em São Paulo (centro da página, abaixo do cabeçalho) (*A Noite*, 14 abr. 1940, p. 1).

Novo raid sobre Stavanger

LONDRES, 15 (United Press) — O Ministerio da Ar informa que os aviadores britanicos realizaram outro "raid" ontem á noite sobre o aerodromo de Stavanger.

Rio de Janeiro — Segunda-feira, 15 de abril de 1940 — ANO XXIX — N. 10.121

A NOITE FINAL

Diretor-presidente: — J. E. DE MACEDO SOARES

Redação e oficinas: PRAÇA MAUÁ, 7 — TELEFONES : Mesa de ligações internas : 23-1910. — Informações : 23-1556. — Carioca-reporter: 23-4090

A ITALIA NA IMINENCIA DE ENTRAR NA GUERRA!

ROMA, 15 (United Press) A imprensa, as transmissões de radio e os circulos oficiais, não deixam lugar a duvidas quanto ao fato de que a Italia está sendo irresistivelmente impelida para a guerra. Conquanto não haja nenhuma declaração precisa sobre a data da entrada, se vai positivando a crença, entre os circulos oficiais, de que a Italia não poderá evitar de se ver envolvida no conflito. Os referidos circulos declaram com franqueza que o governo só aguarda o momento de resolver quando a Italia entrará na guerra. (Continúa na 2ª pagina).

Tropas alemãs por via aérea para a Noruega

O "ADMIRAL SCHEER"

Os segredos comunistas

Fala á NOITE, sobre a organização do Partido Comunista Brasileiro, o capitão Baptista Teixeira — Mais de um ano de diligencias para a prisão dos principais dirigentes — Como se rearticularam depois de 1935 — Honorio de Freitas Guimarães e "Bangú" nas mãos da Policia — Resistiu a bala ao ser preso — A armadilha em que caiu o "secretario nacional" — Apreensão da imprensa vermelha, onde havia até um aparelho radio-emissor — As mulheres dos extremistas — Prestes, sempre o chefe — Os "conselheiros secretos" — A distribuição dos "volantes" nos arranha-céus da cidade — Truques sensacionais para descobrir a organização da trama bolchevista — Ligação dos adeptos de Moscou com os revolucionarios de São Paulo — A correspondencia

Telefoto da entrada dos alemães em Oslo

Ao primeiro aviso!

Advertencia do governo britanico aos ingleses residentes na Holanda e na Belgica

LONDRES, 15 (Associated Press) — Noticia-se que o governo advertiu aos subditos britanicos residentes na Holanda e na Belgica a ficarem prontos para se retirar daqueles paises ao primeiro aviso.

Por via aérea

Afundados dois submarinos no Skagerrak

(Outros telegramas na — segunda pagina)

Queimando documentos na Embaixada alemã

Continuam chegando reforços alemães

LUTA INTENSISSIMA

Bombardeados com exito pela aviação britanica

LONDRES, 15 (Havas) — A aviação britanica pôs o pique em Bergen, um navio-transporte e incendiou um navio de abastecimento, ambos alemães.

Figura 10 – Manchete (centro da página) de reportagem especial sobre as ações policiais conta o Movimento Comunista (*A Noite*, 15 abr. 1940, p. 1, 3. ed.).

CIDADE DO VATICANO, 17 — (Associated Press) — O Vaticano anuncia que será rezada diariamente, na capela do Sagrado Sacramento, na Catedral de São Pedro, missa votiva pela pacificação do mundo, sendo convidados os fiéis a comparecerem em grande numero para orarem pela paz.

Rio de Janeiro — Quarta-feira, 17 de abril de 1940 — ANO XXIX

A NOITE

EDIÇÃO DAS 11 HORAS

Diretor-presidente: — J. E. DE MACEDO SOARES

Redação e oficinas: PRAÇA MAUÁ, 7 — TELEFONES: Mesa de ligações internas: 23-1910. — Informações: 23-1556. — Carioca-reporter: 23-4000

BERLIM, 17 (United Press) - Urgente - O Alto Comando militar comunica que um submarino alemão pôs a pique um destroyer britanico nas proximidades das ilhas Shetland

BERLIM, 17 (UNITED PRESS) URGENTE — O ALTO COMANDO MILITAR COMUNICA QUE MORREU EM AÇÃO NO PORTO DE NARVIK O COMANDANTE DAS FORÇAS NAVAIS ALEMÃS COMODORO BONTE

INICIADO O ATAQUE!

UM CONTINGENTE ALEMÃO RESISTE AINDA ENCARNIÇADAMENTE EM NARVIK

KIRUNA, 17 (United Press) — Informa-se que as tropas britanicas depois de consolidar as suas posições nos arredores de Narvik, iniciaram o ataque á cidade, estando os alemães cercados. Um contingente alemão com um efetivo calculado em 2.000 – 2.500 homens defende ainda encarniçadamente a estação ferroviaria de Narvik.

Proclamação do comandante em chefe das forças norueguesas

Frenesi de morte

A tremenda tragedia da rua Santa Cristina — Um homem mau — Carregou a arma assassina duas vezes — Premeditação

Sangue por via aérea

Para o serviço de transfusão das forças inglesas da Noruega

Coroando uma jornada de bondade

A distribuição a associações de caridade dos produtos das festas promovidas pela Sra. Alzira Vargas do Amaral Peixoto e realizadas em Petropolis durante o verão

O presidente da Republica em Araxá

Visita a varios pontos da cidade — Manifestações de apreço e simpatia ao chefe da Nação

PERDIDO!

LONDRES, 17 — (Havas) — O Almirantado anuncia que o submarino "Thistle" pode ser considerado perdido.

Teme-se um "putsch" nazista em Belgrado!

BELGRADO, 17 (Associated Press) — Expressa-se claramente o receio de que as ondas de visitantes alemães observadas nos ultimos dias visem uma tentativa de "putsch" nazista para propiciar a invasão alemã da Yugoslavia.

Chega hoje a grande pianista Guiomar Novaes

A visita da esquadra espanhola a Portugal

As atividades subversivas em S. Paulo

Chegaram ao Tribunal de Segurança os autos do volumoso processo — O ministro Barros Barreto designou o juiz Pereira Braga para julgar o feito

Identificação pelos pés

(Texto na 6a. pag.)

--Foi assim, doutor!

Um frio assassino e uma grande assistencia — A reconstituição do crime do Edificio Itapoan

(TEXTO NA TERCEIRA PAGINA)

Figura 11 – Reportagem sobre caso envolvendo o caso Elza Fernandes (foto, lado esquerdo da página) (*A Noite*, 17 abr. 1940, p. 1, 2. ed.).

Reynaud vai falar

PARIS, 18 (Havas) – O Sr. Paul Reynaud dirigiu-se às primeiras horas da manhã ao Senado, onde deverá fazer importante declaração durante a sessão secreta. A' tarde o primeiro ministro será ouvido pela Comissão de Negocios Estrangeiros da Camara.

Rio de Janeiro — Quinta-feira, 18 de abril de 1940 — ANO XXIX — N. 10.104

A NOITE

EDIÇÃO DAS 11 HORAS

Diretor-presidente: — J. E. DE MACEDO SOARES

Redação e oficinas: PRAÇA MAUÁ, 7 – TELEFONES : Mesa de ligações internas : 23-1910. – Informações : 23-1556. – Carioca-reporter: 23-4080

ESTOCOLMO, 18 -- (Associated Press) -- O consul geral dos Estados Unidos advertiu a todos os cidadãos norte-americanos que se acham na Suecia que devem preparar-se para deixar o país de um momento para outro, em caso de necessidade

APRESSADAMENTE! –

BRUXELAS, 18 (United Press) – Urgente – Soube-se que numerosas tropas estão marchando apressadamente para reforçar a fronteira em uma extensão de 45 milhas desde Luxemburgo até o distrito de Eupen, em frente á região alemã Aix-La-Chapelle.

«CABEÇÃO», O CARRASCO

Executor de varias sentenças de morte do tribunal vermelho no Brasil! -- O trucidamento de Tobias Warchawsky e o desaparecimento misterioso de Rogerio Dias e de Nogueira -- Recordando o assassinio de Medeiros -- Os condenados que conseguiram fugir ás garras do verdugo

REPUDIOU O COMUNISMO DIANTE DOS RESTOS MORTAIS DA IRMÃ

Terá que restituir 350 mil contos ao Tesouro

OS RECEBIMENTOS INDEVIDOS DA PORT OF PARÁ — IMPORTANTE DECRETO-LEI DO PRESIDENTE DA REPUBLICA — ASSUMIRÁ A DIREÇÃO DO PORTO DE BELEM O MINISTERIO DA VIAÇÃO, OCUPANDO AS INSTALAÇÕES DA EMPRESA ATÉ QUE SEJA REGULARIZADA A SUA SITUAÇÃO PERANTE O GOVERNO DA UNIÃO

Para reforçar a fronteira

BRUXELAS, 18 (United Press) – Simultaneamente com a informação de que varias unidades do Exercito estão em marcha apressada para reforçar a fronteira desde Luxemburgo até Eupen, noticia-se que está sendo removida a população civil de algumas aldeias da região. Foi impedido o transito nas estradas e algumas casas foram dinamitadas, porque constituiam um obstaculo aos canhões de grande alcance.

O presidente da Republica em Araxá

Passará o seu aniversario natalicio numa fazenda

A GRANDE INTERPRETE DE RAVEL

Chega, hoje, Magdalena Tagliaferro

MALA SUBMARINA

DESCONGESTIONE-SE O TRANSITO NA RUA DO TEATRO!

Teria naufragado o "Deutschland"!

ESTOCOLMO, 18 (Associated Press) — Viajantes noruegueses procedentes de Trondheim informam que o couraçado de bolso alemão "Deutschland" naufragou no "fjord" de Osen, ao nordeste daquela cidade.

Figura 12 – Fotografia de "Cabeção" (lado esquerdo da página), preso pelo assassinato de Elza Fernandes. Na mesma página, entrevista com Luiz, irmão de Elza e ex-Militante Comunista (lado direito da página) (*A Noite*, 18 abr. 1940, p. 1, 1. ed.).

TODOS MORTOS

Rio de Janeiro — Sexta-feira, 19 de abril de 1940

A NOITE

FINAL

Diretor-presidente: — J. E. DE MACEDO SOARES

Redação e oficinas: PRAÇA MAUÁ, 7 – TELEFONES: Mesa de ligações internas: 23-1910. – Informações: 23-1556. – Carioca-reporter: 23-4000

A HOLANDA RESISTIRA' PELAS ARMAS! - Veemente declaração do primeiro ministro

O mesmo preço para os telefones residenciais

As taxas para os aparelhos instalados nas casas comerciais – 54$000 fixos, com direito a 175 telefonemas mensais e medição para os excedentes – Limite maximo ás contas – Para que a C. T. B. não continue exigindo deposito de um ano – O relatorio da comissão especial, apresentado ao prefeito

RESISTIRA' PELAS ARMAS!

LEI MARCIAL NA HOLANDA

"PARA DEFENDER A SUA INTEIRA LIBERDADE"

A casa do trucidamento de Elza Fernandes

Uma cruz na mangueira assinalando sua sepultura – Reconstituido pela reportagem de A NOITE o mais hediondo crime do Brasil — Iracema e um filho ao colo — Manoel, o embarcadiço de fino trato

Atingido em Narvik um cruzador britanico

Nenhum comentario em Londres

Ocupada Hamar pelos alemães

A DATA NATALICIA DO CHEFE DA NAÇÃO

RENEGOU

A repulsa de Luiz Copelo Calonio pelo P. C. B. — Um bilhete desligando-o do partido

NÃO PODEM TRABALHAR

IMPORTANTE DECISÃO DO PRESIDENTE DA REPUBLICA SOBRE O EXERCICIO DE ATIVIDADE REMUNERADA POR ESTRANGEIROS ADMITIDOS NO PAIS EM CARATER TEMPORARIO — PARECER DO MINISTRO DA JUSTIÇA SOBRE DISPOSITIVOS DA LEI DE NACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO

Figura 13 – Manchetes de reportagens sobre o caso Elza Fernandes: o periódico chegou a reconstituir o crime através de mapas (lado esquerdo da página) (*A Noite*, 19 abr. 1940, p. 1, 2. ed.).

ANO XXX — Rio de Janeiro — Sabado, 19 de Abril de 1941 — N. 10.483

SUPLEMENTO EM ROTOGRAVURA
Não se vende separadamente

A NOITE

EDIÇÃO VESPERTINA ESPECIAL
Numero avulso 300 rs.

Empresa A NOITE — Superintendente: LUIZ C. DA COSTA NETTO

Gerente: — OCTAVIO LIMA

Redação e oficinas: PRAÇA MAUÁ, 7 — TELEFONES: Mesa de ligações internas: 23-1910. — Informações: 23-1556. — Carioca-reporter: 23-4090

O GRANDE CONDUTOR

CONCILIAÇÃO DA AUTORIDADE COM A POPULARIDADE - O HOMEM SEM GESTO - IMAGEM FIEL DO GENIO DO SEU POVO

De um modo geral, costuma dizer-se que o poder gasta os homens. É raro que não se desencantem, aos olhos [illegible], os homens a quem o destino haja reservado o [illegible] de certas longevidades politicas. Com o presidente Getulio Vargas o [illegible] radicalmente diverso: tendo assumido o governo [illegible] de uma revolução vitoriosa, entre o entusiasmo e a esperança do povo brasileiro, ao cabo de um decenio, o seu prestigio pessoal tornou-se incontestavel, e sua autoridade politica e moral encheu todos os ambitos da vida publica do país e a sua presença, no poder, acabou adquirindo um relevo providencial. No clima do poder, a maravilhosa vocação do Sr. Getulio Vargas encontrou todos os elementos de afirmação triunfante.

Admiravel no chefe da Nação é a conciliação de sua autoridade com a popularidade. Ele é popular, dispõe de inesgotaveis reservas de simpatia, sempre renovadas, junto do povo, sem fazer concessões em detrimento da autoridade do homem e da função. É popular sem ser demagogo, pois o traço meridiano de seu temperamento é o horror visceral aos rituais da demagogia. Gregorio Marañon escreveu magnifico ensaio sobre a psicologia do gesto, para aplicar as suas observações teoricas e praticas no estudo de alguns chefes de Estado contemporaneos. A maioria deles compõe-se de grandes tecnicos do gesto, o gesto como instrumento de conquista e fascinação das massas populares. É opulenta a gama da gesticulação desses condutores de destinos coletivos — no movimento das mãos, nas mutações do jogo fisionomico e tambem nos subitos fulgurações do olhar. Em geral, o gesto de chefe, na galeria examinada por Marañon, é o mesmo gesto do domador, afeito a impor o silencio ou a obediencia, a despertar o delirio ou a emoção, sobre as turbas hipnotizadas. Pois bem: o presidente Getulio Vargas faz exceção á galeria dos prototipos pintados pelo ensaista espanhol. Ele é o chefe de Estado, o condutor, sem gestos. Tudo nele se resume em linhas serenas, em expressões tranquilas e confiantes. Para criar a disciplina e a ordem, como colunas de um regime politico e social, não altera o tom de voz, não profere palavras retumbantes, não recorre ao minimo artificio. Sem duvida, a sua prodigiosa força de simpatia brota dessa dificil e quase inatingivel naturalidade. Por isso mesmo, o Sr. Getulio Vargas está dentro do coração do seu povo: ele nos dá a imagem fiel do genio desse mesmo povo.

A NOITE estampa, em suas paginas, aspectos e cenas que ilustram a psicologia do eminente homem de Estado. Elas, na sua realidade fotografica, explicam a autoridade e a popularidade do grande condutor que a revolução de 1930 revelou ao Brasil.

Este flagrante marca uma nova etapa na vida do trabalhador brasileiro. Ele fixa o ato da assinatura pelo presidente Getulio Vargas da lei que instituiu o salario minimo, em 1 de maio de 1940.

Entre altas autoridades do Estado, o chefe da Igreja no Brasil, os "leaders" das classes conservadoras, o presidente da Republica assiste á inauguração do edificio da Associação Comercial.

O presidente Getulio Vargas ao bater o rebite de um dos novos "destroyers" brasileiros, o "Camaquan".

Em novembro de 1940 assinou o chefe da Nação um [illegible] gratissimo aos jornalistas — aquele em que reconhece a Associação Brasileira de Imprensa como orgão consultivo do governo.

Durante uma das grandes manifestações em que o povo tem demonstrado a sua simpatia ao presidente Vargas.

Figura 14 – Capa do Suplemento Dominical *A Noite* com reportagem especial sobre o *19 de abril*, aniversário de Vargas (*A Noite*, 19 abr. 1941, p. 1).

—2— A NOITE — 19-4-1941

O bom humor do PRESIDENTE

O Sr. Getulio Vargas é um homem que se caracterizou pelo sorriso acolhedor e indulgente, que traz sempre à flor dos labios. É o sorriso que infunde confiança às crianças do Brasil e serenidade aos homens da Patria.

É o sorriso que os operarios já se acostumaram a sentir como um carinho paternal.

Sorriso profundo e especifico que vem da alma e do coração. Do coração que não tem mancha de odio, da alma jovial e macia, que desconhece as asperezas da ambição e dos recalques.

O sorriso viril, no qual as forças armadas sentem a certeza do destino e a clarividencia de um guia sem medo e sem macula.

Sorriso, que é o proprio sorriso da Patria grande e calma, operosa e progressista, marchando sem pressa e sem cansaço para um belo amanhã.

Nesta hora de [illegible] e carrancas, de opressões e gemidos, de ameaças e medos, sob o céu da nossa Patria há um arco-iris de esperança, [illegible] da paz, do trabalho e da tolerancia, empurrando horizontes de cinza e de fumo. O sorriso do presidente Vargas cobre todo o céu do Brasil.

Figura 15 – Ampla fotografia de Vargas de matéria especial sobre o "bom humor do presidente", publicada em razão das comemorações do *19 de abril* (*A Noite*, 19 abr. 1941, p. 2)

— 19-4-1941 — A NOITE — 3 —

O presidente Getulio Vargas em companhia de seu pai, general Manoel Vargas.

S. Ex. saboreia uma chicara de café.

Durante sua recente viagem ao Norte, o presidente Getulio Vargas, num flagrante a bordo de um barco fluvial.

O presidente Vargas em companhia do general Eurico Gaspar Dutra.

Ouvindo, através de um interprete, as aspirações dos indios brasileiros.

Um flagrante do Sr. Getulio Vargas no Jockey Club.

O Sr. Getulio Vargas tem, no golf, seu sport predilecto.

Durante suas estadas em sua fazenda, em S. Borja, o presidente Vargas se dedica a longos passeios a cavalo.

Figura 16 – Composição fotográfica em comemoração ao aniversário de Getúlio Vargas: o ditador em momentos diversos (*A Noite*, 19 abr. 1941, p. 3).

No dia 7 de Setembro de 1940 este foi a unica edição que saiu!

SOFIA, 7 -- (U. P.) -- Urgente -- Noticia-se oficialmente que em Craiova foi assinado o acordo bulgaro-rumeno para solucionar a questão da Dobrudja

Rio de Janeiro — Sabado, 7 de setembro de 1940 — ANO XXX — N. 10.265

A NOITE FINAL

Diretor-presidente: — J. E. DE MACEDO SOARES

Redação e oficinas: PRAÇA MAUÁ, 7 — TELEFONES : Mesa de ligações internas : 23-1910. — Informações : 23-1556. — Carioca-reporter : 23-4090

BUCAREST, 7 (U.P.) - Segundo os circulos mais chegados ao palacio, o ex-rei Carol seguirá brevemente para a America do Sul, onde possue uma fazenda

EXALTAÇÃO DA PATRIA

NA GLORIA E NA PUJANÇA DOS SEUS FILHOS

AS GRANDIOSAS COMEMORAÇÕES DA INDEPENDENCIA NESTA CAPITAL E EM TODO O BRASIL - DESFILAM AS FORÇAS ARMADAS NACIONAIS - A CONCENTRAÇÃO DA JUVENTUDE NO ESTADIO DO VASCO DA GAMA - FALARA' O PRESIDENTE VARGAS - TOMARAM PARTE NA PARADA CONTINGENTES DOS CRUZADORES NORTE-AMERICANOS ORA NO RIO E CADETES URUGUAIOS

O presidente Getulio Vargas, ao lado do ministro da Guerra, agradece as aclamações populares que entrugiam à sua passagem.

O presidente Getulio Vargas falará hoje à Nação

FALARA hoje ao povo brasileiro o presidente Getulio Vargas. O discurso do chefe do governo na concentração orfeonica a realizar-se no campo do Vasco da Gama será transmitido para todo o Brasil e em ondas curtas para o estrangeiro através dos serviços de radio do Departamento de Imprensa e Propaganda. O presidente iniciará a sua oração à Nação Brasileira precisamente às 16 horas — Hora da Independencia.

Visão grandiosa na Praça Paris

O chefe do governo passa em revista as tropas

No palanque de honra

O desfile

A saudação das Americas

A CASA DO PEQUENO JORNALEIRO

UM LINDO E INESPERADO PRESENTE DO DESTINO

Figura 18 – Capa de *A Noite* com reportagens especiais sobre as comemorações do *7 de setembro*: a ditadura em ritmo de festa (*A Noite*, 7 set. 1940, p. 1).

A NOITE — Quarta-feira, 3 de setembro de 1941

Mundana

FORMATURA da JUVENTUDE BRASILEIRA em 5 de Setembro
Uniformes, camisas olímpicas, calças, bonets, etc.
Não comprem sem ver os preços da "A COLEGIAL"
LARGO DE S. FRANCISCO 38-40
RUMO COLEGIAL

DOENÇAS DO FIGADO -- DIABETE

O CAJÚ, RIQUEZA DO CEARÁ
Vai ser montada uma usina para a extração do óleo de castanha, em Fortaleza

AZEVEDO & CLARO
ALFAIATES

Decorações? só CASA NUNES

UM FOCO DE MICRÓBIOS
ODORANS

SENHORA, SENHORITA!
A SUA CASA ESPERA A SUA VISITA
Novidades em SEDAS e TECIDOS FINOS.
NOTRE DAME DE PARÍS
A casa que mais barato vende em todo o Rio de Janeiro
Ouvidor, 182 - 188

LINHOS
para ternos de homem!
Casa Barbosa Freitas

Culto Católico

DA NOITE PARA O DIA

Um grande pianista húngaro no Rio
Oscar Adler vai tocar para a crítica

Criada, no Estado do Rio, a guia de exportação

JARARACA e RATINHO
HOJE
Rádio Nacional
EUCALOL

Propaganda do imperio luso
Uma exposição na Biblioteca Nacional

O novo chefe do Serviço de Puericultura da Secretaria Geral de Saude e Assistência

EM SERTÃOZINHO

A RÁDIO NACIONAL apresenta HOJE, às 21.00 horas
FRANCISCO ALVES
cantando para todo o Brasil sob o patrocinio exclusivo do
OLEO DE PEROBA
Rádio Nacional — 980 quilociclos

ANTISARDINA

Livros

Dr. ACKERMANN
FRAQUEZA SEXUAL
RUA URUGUAIANA, 34

Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Telefônicas

Figura 19 – Propaganda da loja A Colegial no jornal *A Noite* (canto direito superior da página): anunciantes utilizavam dos temários da época os associando aos seus produtos (*A Noite*, 3 set. 1941, p. 4, 1. ed.).

ANO XXXI — Rio de Janeiro — Sábado, 6 de setembro de 1941 — N. 10.622

A NOITE

Empresa A NOITE — Superintendente: LUIZ C. DA COSTA NETTO

Redação e oficinas: PRAÇA MAUÁ, 7 — Telefones: Mesa de ligações internas: 23-1910. — Informações: 23-1556 — Carioca-reporter: 23-4090

A PARADA DE AMANHÃ

Às 9.30 horas, na praça da República, o desfile das forças armadas - O presidente Vargas falará ao Brasil às 16 horas

Marcha triunfal do Brasil de amanhã!

Espléndido de vibração cívica o desfile da Juventude Brasileira - A cerimônia na praça da República - Trinta e cinco mil alunos, de todas as escolas da cidade, em magnífico ato de exaltação da Pátria - O presidente Getulio Vargas presente às comemorações

FINAL

Exaltação perpétua do amor à Pátria

Amanhã às 16 horas — a Hora da Independência — o presidente da República fará, ao microfone do Departamento de Imprensa e Propaganda, uma oração que será irradiada para todo o Brasil.

Um expressivo instantâneo colhido pelo objetivo de A NOITE durante as festividades de hoje. O presidente da República, ao lado da Sra. Darcy Vargas, agradece, sorridente, as manifestações populares, acenando à multidão

Na data máxima da Pátria

Belo aspecto do desfile, defronte ao edifício do Ministério da Guerra

A missão argentina

No palanque oficial

Na Praça da República

SENSACIONAL FLAGRANTE DE COLETTE, LOGO APÓS O ATENTADO

Figura 20 – Desfile em carro aberto de Getúlio e Darcy durante as comemorações da Semana da Pátria de 1941 (*A Noite*, 6 set. 1941, p. 1).

ANNO XXXI — Rio de Janeiro — Segunda-feira, 8 de setembro de 1941 — N. 10.024

CASA YOLANDA PORTO
Rádios RCA-Victor, Philco, etc. — Máquinas Singer reconstruidas
VENDAS A PRAZO C/FACILIDADES
RUA URUGUAIANA, 145

A NOITE

EDIÇÃO DAS 9 HORAS

Empresa A NOITE — Superintendente: LUIZ C. DA COSTA NETTO

Redação e oficinas: PRAÇA MAUÁ, 7 — TELEFONES: Mesa de ligações internas: 23-1910. — Informações: 23-1556. — Carioca-reporter: 23-4090

CELEBRANDO A GLÓRIA DA NACIONALIDADE

Esplêndidas de vibração cívica as cerimônias que assinalaram o Dia da Independência - O discurso do presidente Vargas à Nação - "Em todos os espíritos bem formados transparece o orgulho de ser brasileiro" - O Brasil em face do mundo convulsionado - "Não podemos prever como se desenvolverão os acontecimentos, em que condições seremos chamados a participar dos mesmos e qual o quinhão de esforço que exigirá de nós a reforma violenta do mundo civilizado", disse S. Excia. - Grandiosa a parada militar - Entusiásticos aplausos do povo ao expressivo desfile - A formosa concentração no Estádio do Vasco - Milhares de vozes infantis numa soberba demonstração

Pelo Brasil unido!

A PALAVRA DO PRESIDENTE GETULIO VARGAS

Figura 21 – Capa da edição especial sobre as comemorações do *7 de setembro* (*A Noite*, 8 set. 1941, p. 1, 1. ed.).

APOTEOSE

das forças do trabalho ao presidente Getulio

VARGAS

REVESTIU-SE DE INDESCRITIVEL GRANDIOSIDADE A MANIFESTAÇÃO DOS TRABALHADORES AO CHEFE DO GOVERNO - CERCA DE 120.000 OPERARIOS NA ESPLANADA DO CASTELO - AS DELEGAÇÕES DOS ESTADOS - ASPECTOS DO IMPRESSIONANTE DESFILE - COMO FALOU O PRESIDENTE DA REPUBLICA (Amplo noticiario nas 2.ª e 10ª paginas)

A NOITE
DOMINICAL
ANO XXX — Rio de Janeiro — N. 10.327
Domingo, 10 de novembro de 1940

VIOLENTA LUTA NA AFRICA EQUATORIAL FRANCESA -- Tropas de De Gaulle desembarcam protegidas pela esquadra inglesa

MOLOTOFF PARTIU PARA BERLIM

Figura 22 – Capa da edição de domingo noticiando a realização das “Comemorações do Decênio” (1930-1940) (*A Noite*, 10 nov. 1940, p. 1).

ANO XXXI — Rio de Janeiro — Segunda-feira, 10 de Novembro de 1941 — N.º 10.687

SUPLEMENTO EM ROTOGRAVURA

A NOITE

FINAL

Empresa A NOITE — Superintendente: LUIZ C. DA COSTA NETTO

Redação e oficinas: PRAÇA MAUA, 7— TELEFONES: Mesa de ligações internas: 23-1910.— Informações: 23-1556. — Carioca-reporter: 23-4090

ASSISTÊNCIA ÀS CLASSES POPULARES

As largas bases em que assenta a política social do governo Getulio Vargas

O Sr. Getulio Vargas, assumindo o governo da República, inaugurou uma política até então inédita, no país: uma política social, com a amplitude de consequências que a prática dos seus princípios comporta. Até 1930, conhecíamos, neste particular, alguns tímidos ensaios, que não chegavam a definir a orientação dos poderes públicos em face de um dos maiores ou mais complexos problemas do Estado moderno. Ao presidente Getulio Vargas devemos, pois, a implantação do regime social que veio assegurar às classes populares e, de modo muito especial, à classe trabalhista uma enorme série de benefícios, na mais humana compreensão dos seus direitos. Exatamente, porque soube traçar essa linha de direitos, o governo que emergiu da vitória da revolução de outubro, pôde, com igual autoridade, pres-

(CONTINUA NA 7ª PAGINA TIPOGRAFICA)

Fotografia histórica: O presidente Vargas profere o seu discurso sobre a nova Constituição, a 10 de novembro de 1937

Construções do Instituto dos Industriários no Realengo

Casas para os bancários construídas pelo Instituto de Aposentadorias e Pensões da classe

Aspectos da "Vila 10 de Novembro", constituída de habitações confortáveis e higiênicas para os estivadores

Aspecto colhido no restaurante proletário da Praça da Bandeira

Figura 23 – Capa do Suplemento Dominical durante as comemorações do *10 de novembro* de 1941: o jornal utilizou foto de Vargas (centro da página, abaixo do cabeçalho) de 1937 pronunciando o golpe pela rádio (*A Noite*, 10 nov. 1941, p. 1, 1. ed.).

ANO XXX — Rio de Janeiro — Terça-feira, 26 de novembro de 1940 — N. 10.343

PALATIUM
EXITO SEM PRECEDENTE
Em 2 horas, de 9 ás 11, tinham sido vendidos, ontem, com contrato assinado, 13.595 contos. Prosseguem as vendas hoje. Av. Rio Branco, 128 – 1º andar.

A NOITE

EDIÇÃO DAS 11 HORAS

Empresa A NOITE — Superintendente: LUIZ C. DA COSTA NETTO

Redação e oficinas: PRAÇA MAUÁ, 7 — TELEFONES: Mesa de ligações internas: 23-1910. — Informações: 23-1556. — Carioca-reporter: 23-4090

SERIA UMA CHUVA DE ESTRELAS O QUE AVERMELHOU OS CÉUS DE BUENOS AIRES - Declarações do diretor do Observatorio Nacional á NOITE

CHEGAM A' GRECIA MILHARES DE SOLDADOS INGLESES!

TAMBEM EM PORTOS HELENICOS NUMEROSOS NAVIOS CONDUZINDO MATERIAL BELICO -- JA' EM AÇÃO AS TROPAS BRITANICAS, NA FRONTEIRA DA ALBANIA

PAZ POR INTERMEDIO DE PORTUGAL!

O projeto que se atribue a Hitler, segundo noticias de Londres

LONDRES, 26 (U. P.) — Segundo versões de fontes geralmente bem informadas, ligadas a uma embaixada estrangeira, nesta capital, o sr. Hitler está projetando valer-se de Portugal, como intermediario de uma iniciativa de paz.

Já estão tomando parte nas operações

Material de guerra

Em reverencia aos mortos pela Patria

As solenidades de amanhã, no cemiterio de São Batista — Inauguração do mausoléu, com a presença do presidente da Republica, dos ministros de Estado e outras altas autoridades — Um minuto de silencio — A missa mandada rezar pela A NOITE

O programa da solenidade de amanhã

A Russia contra a adesão da Bulgaria ao Eixo!

Informa-se em Sofia — O que o rei Boris teria dito a Hitler

Chegaram a Sofia

O que o rei Boris teria dito a Hitler

Tranquilidade absoluta

"E' HOJE O DIA"

CENAS PUNGENTES ANTECEDERAM O SALTO PARA A MORTE

Abatido a golpes de "casse-tête" na praça Afonso Pena

A vitima, um vigilante da Policia Municipal, internada com o craneo fraturado, na Casa de Saude Pedro Ernesto

Estão sendo caçados

Vasos de guerra ingleses patrulham o Atlantico, á procura dos navios e submarinos alemães que têm atacado a navegação britanica — Abastecer-se-iam em ilhotas fora das rotas regulares

Dois cargueiros frigorificos adquiridos pelo governo brasileiro

Jane Withers imitando Carmen Miranda

Da Argentina ao Brasil

INTENSO CLARÃO VERMELHO NOS CÉUS DE BUENOS AIRES

Tratar-se-ia de uma aurora polar

Teria sido uma "chuva de estrelas" — Fala á NOITE o diretor do Observatorio Nacional

Polvo eletrico!

EPISODIO TRAGICO EM BELO HORIZONTE

A Reserva Aéro-nautica

GRANDE CONCURSO DE "A NOITE" 56

Figura 24 – Manchete com fotos (lado direito da página) dos soldados mortos durante a "Intentona Comunista" (*A Noite*, 26 nov. 1940, p. 1, 1. ed.).

Rio de Janeiro — Quarta-feira, 27 de novembro de 1940 — ANO XXX — N. 10.344

A NOITE

EDIÇÃO DAS 11 HORAS

Redação e oficinas: PRAÇA MAUÁ, 7 — TELEFONES: Mesa de ligações internas: 23-1910. — Informações: 23-1556. — Carioca-reporter: 23-4090

Fuzilamentos em massa

64 presos politicos executados diante do tumulo de Codreann, em Bucarest - Um ex-primeiro ministro e outras altas personalidades entre os mortos - Numerosas prisões realizadas hoje, inclusive de ex-ministros (Telegramas na terceira pagina)

AOS QUE MORRERAM PARA QUE O BRASIL CONTINUASSE

Honrando e glorificando as vitimas da sanha comunista de 1935 - A grande romaria civica no cemiterio de São João Batista - A palavra do ministro Francisco Campos

Aspecto fixado quando ia iniciar-se a imponente cerimonia no cemiterio de São João Batista.

Birmingham, Southampton e Bristol fortemente atacadas

Bombardeados o norte da Italia, Berlim e outros pontos da Alemanha

SANTOS DUMONT E OS IRMÃOS WRIGHT — UMA SENSACIONAL ENTREVISTA DO ALMIRANTE GAGO COUTINHO

TUDO PARA A DEFESA DOS EE. UU.

Roosevelt anuncia que serão reduzidos ao minimo todos os gastos publicos

WASHINGTON, 27 – (U. P.) – O presidente Roosevelt anunciou hoje que serão reduzidos ao minimo todos os gastos publicos que não estejam relacionados com a defesa nacional no novo orçamento, afim de contar com mais fundos para o rearmamento.

GRANDE CONCURSO DE "A NOITE" 57

REBOLIÇO NA RUA DO OUVIDOR

Um ladrão correndo pelos telhados — Roubada uma joalheria —

AVALANCHES COMO ARMA DE GUERRA!

Formidaveis desmoronamentos desorganizam todo o sistema de comunicações da Noruega

- Proclamada a lei marcial em alguns distritos - Em pé de guerra as tropas alemãs de ocupação - Seria um plano de sabotagem

Figura 25 – Manchete ampliada sobre as comemorações do *27 de novembro*: a inauguração do Mausoléu em memória aos soldados mortos durante a “Intentona Comunista” (*A Noite*, 27 nov. 1940, p. 1, 1. ed.).

A NOITE — Terça-feira, 31 de dezembro de 1940

Em Campos o interventor Amaral Peixoto

O grande merito do presidente Vargas

O julgamento do assassinio de Segawa Riozo

Só hoje será conhecida a sentença

As grandes inundações de Juiz de Fóra

Grave acidente com um trabalhador

O governo vigilante

Carteira de identidade para viajar para Petropolis

A compra de ouro pelo Banco do Brasil

Professor Alcebiades Delamare

Missa em ação de graças

Os alemães constroem trincheiras

Intranquilidade em Belgrado

Causa extranheza a atitude alemã

Continuaria o transporte de forças alemãs para a Italia

Mais tropas e mais material bellco

O assassinio do industrial Mario Bianchi

Detalhadas declarações do criminoso — Os funerais da vitima

Outras versões

UM ROMANCE TRAGICO

Suicidio

Tragedia de um louco!

Um romance

Fugiu com receio de uma violencia

Cantando para comer

Dormindo pelos bancos dos jardins

Os jornalistas no pavilhão do DIP

Figura 26 – Notícia (foto, canto direito inferior) da visita de jornalistas ao estande do DIP durante a realização da Exposição do Decênio do Governo Vargas (*A Noite*, 31 dez. 1940, p. 3, 1. ed.).

A NOITE — Terça-feira, 21 de maio de 1940

Vai ao Sul o ministro da Viação

O Tempo

ENLACE ADALGISA NERY-LOURIVAL FONTES

SOAM AS SIRENES DE ALARME EM PARIS

Fala Reynaud

Saberemos responder ao inimigo

Desmente-se o aprisionamento do general Giraud e do seu Estado Maior

"Agiremos antes que a sorte da Europa tenha sido fixada"

O que escreve o jornal do conde Ciano

Cidades em chamas!

Tanks lança-chamas e canhões que destroem cimento!

Deixou 6 filhos ao serviço de Deus

APELO ÀS ARMAS NA INGLATERRA!

Repelida a terceira tentativa alemã para atravessar o Aisne

O governo belga estabelecer-se-á em Lisieux

JURI DO AR

Era o chefe da quadrilha!

Pancho el Negro, fazia, ainda, contrabando em avião particular

Comunicados

Figura 27 – Fotomanchete (canto esquerdo superior da página) sobre o casamento de Lourival Fontes com a poetisa Adalgisa Ney (*A Noite*, 21 maio 1940, p. 2, 2. ed.).

LONDRES, 12 (A. P.) - A policia isolou a catedral de São Paulo para facilitar a ação dos trabalhadores que estão removendo uma bomba relogio que caiu dentro da mesma

Rio de Janeiro — Quinta-feira, 12 de setembro de 1940 ANO XXX — N. 10.270

A NOITE FINAL

Diretor-presidente: — J. E. DE MACEDO SOARES

Redação e oficinas: PRAÇA MAUÁ, 7 — TELEFONES: Mesa de ligações internas: 23-1910. — Informações: 23-1556. — Carioca-reporter: 23-4090

SAIRÃO OS "TAXIS" DA AVENIDA

Chuva de bombas sobre Berlim!

Tres formações sucessivas atacaram a capital alemã — Atingidos pontos centrais e a estação de Anhalter

— Todos os estabelecimentos passarão a fechar ás 23 horas — Esquadrilha tcheca bombardeando a Belgica

PARA IMPORTANTE CONFERENCIA EM BERLIM

O novo preço do gás

Será cobrado a contar do dia 1º do corrente - Declarações do inspetor geral da Iluminação á NOITE

Satisfação em Londres

Os funerais de Estigarribia

(Fotos na 8.ª pagina)

DESFILARAM PELA CIDADE OS PEQUENOS JORNALEIROS

A FRAQUEZA DAS NAÇÕES E' UM CONVITE PARA A AGRESSÃO — DECLARA ROOSEVELT

Prontas para embarque

A "avant première" de "...E o vento levou"

Clark Gable e Vivian Leigh falarão pelo radio — O leilão dos romances de Margaret Mitchell — O grande espetaculo de hoje em beneficio da "Cidade dos Meninos" — (Texto na 2ª pagina)

FUZILADOS!

A "NOITE" NO PALACIO GRÃO-PARA'

Fala-nos a Condessa de Paris, esposa do chefe da Casa Real de França — Um rumo na confusão — Um clarão de esperança no futuro

A' espera da explosão!

O DESASTRE DO VIADUTO DE SÃO CRISTOVÃO

Comovente a missa mandada rezar pela Prefeitura, na Candelaria, por alma dos meninos Ary Carlos e Carlos Augusto

Nova fisionomia para a Avenida

SERÃO RETIRADOS OS REFUGIOS E AS ARVORES DO CENTRO — PODA DAS ARVORES LATERAIS E NOVO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO — ATE' O FIM DO ANO AS OBRAS

Missa na Candelaria

Mais dificil na Avenida Rio Branco

Violenta cena de sangue

(TEXTO NA 2ª PAGINA)

Figura 28 – Manchete (centro da página) sobre o desfile dos Pequenos Jornaleiros (*A Noite*, 12 set. 1940, p. 1, 2. ed.).

ANO XXX — Rio de Janeiro — Quinta-feira, 5 de dezembro de 1940 — N. 10.352

A NOITE

EDIÇÃO DAS 11 HORAS

MOVEIS RUSTICOS — Casa Pinto

Empresa A NOITE — Superintendente: LUIZ C. DA COSTA NETTO

Redação e oficinas: PRAÇA MAUA, 7 — TELEFONES: Mesa de ligações internas: 23-1910. — Informações: 23-1556. — Carioca-reporter: 23-4090

TURIM E DUSSELDORF SOB BOMBARDEIO

LONDRES, 5 (A. P.) — Anuncia-se que a R. A. F. bombardeou Turim, na Italia, e Dusseldorf, na Alemanha, na noite de entem para hoje.

A ABORDAGEM DO «ITAPÉ'»

Sensacional reportagem fotografica de A NOITE

"MATARAM O PIMENTÃO" — A impressionante tragedia do Itapirá — (Texto e fotos na 2ª pagina)

GRANDE CONCURSO DE "A NOITE" — COUPON Nº 64

SOLIDARIO O EQUADOR com qualquer protesto da America

A zona de segurança e os compromissos de Havana — Viriam pelo "Cuiabá" os passageiros do "Siqueira Campos" (Telegramas na 3ª pag.)

BOMBARDEIOS ATOMICOS!

NOVA YORK, 5 (A. R.) — Informam da Universidade de São Francisco da California que o governo dos Estados Unidos contratou os serviços cientificos em prol da defesa nacional do Sr. Ernst Lawrence, laureado com o Premio Nobel, tendo em vista suas experiencias sobre o bombardeio atomico.

O Sr. Donald Cooksey, que supervisa a construção do novo ciclotron de cem milhões de volts, na Universidade da California, foi tambem contratado pelo Comité Nacional de Defesa.

Julga-se que a incorporação do Sr. Lawrence no corpo cientifico do Exercito tenha certa conexão com a propalada teoria dos bombardeios atomicos, que estariam os alemães já aplicando, além de outros processos guerreiros especialmente para o emprego do raríssima substancia conhecida pelo nome de "uranius".

TAMBEM EM BERLIM SE FALA EM PAZ!

A versão insistente que circula nos meios diplomaticos de Vichy atribue a iniciativa a Portugal, enquanto na capital do Reich se diz que a decisão de pôr termo à guerra é de origem britanica

(TELEGRAMAS NA TERCEIRA PAGINA)

Figura 29 – Reportagem especial de capa sobre a abordagem inglesa ao navio brasileiro "Itapé" (*A Noite*, 5 dez. 1940, p. 1, 1. ed.).

Para o serviço de defesa da Nação

Importante decreto autorizando o ministro da Aeronáutica a requisitar material de transporte aéreo e suas instalações — (Notícia na 2.ª página)

ANO XXXI — Rio de Janeiro — Segunda-feira, 12 de janeiro de 1942 — N. 10.748

A NOITE

Redação e oficinas: PRAÇA MAUÁ, 7 — Telefones: Mesa de ligações internas: 23-1910. — Informações: 23-1556 — Carioca-repórter: 23-4090

BASE NAVAL

PARA O BRASIL E O URUGUAI

Derrota completa

FINAL

Os japoneses fogem desabaladamente na área de Changsha — O maior revés nipônico desde que começou a guerra da China — Calculadas em 45.000 as baixas — Apreendidos importantes documentos militares — Milhares de prisioneiros

BORNEO (HOLANDÊS)

CELEBES

RIO, CENTRO DAS ATENÇÕES MUNDIAIS

Uma semana histórica, durante a qual a Conferência dos Chanceleres tomará decisões de transcendente importância — A chegada esta tarde da delegação norteamericana, sob a chefia de Summer Welles — Providências excepcionais da direção do Copacabana Palace e do Glória Hotel — Onde ficarão hospedados os delegados das nações americanas

O ministro da Defesa do país amigo concede sensacional entrevista á NOITE - Sugestões do general Julio Amadeo Roletti - O tratado de condomínio da Lagoa Mirim - O Uruguai acompanhará as diretrizes do Brasil, na Conferência dos Chanceleres

Sadia política de recuperação

Regressando do Nordeste, dá suas impressões à NOITE o diretor de Estatística do Ministério do Trabalho — Aplicação da Lei do Salário Mínimo

HORA DE VIBRAÇÃO DO PANAMERICANISMO

As Américas, em viril e decidida atitude, em face da guerra — Recebidas com simpatia e calor as delegações dos Estados Unidos, Argentina, Paraguai e Bolívia

Rompida a nova linha alemã!

DEFESA DA LINHA VIASMA-BRIANSK CUSTE O QUE CUSTAR!

A ordem de Hitler ao exército alemão

VON KEITEL DOENTE

Vários outros oficiais germânicos teriam sido detidos

Reação revolucionária na Noruega!

Com navios do Eixo explodiram quase ao mesmo tempo — Tremenda vaga de convulsão — Centenas de marinheiros germânicos perderam a vida — Sabotagem e terror (Telegrs. na 2ª pág.)

Figura 30 – Caricatura de Summer Welles (canto esquerdo superior da página) (*A Noite*, 12 jan. 1942, p. 1, 2. ed.).

Figura 32 – Peça publicitária do sabonete *Lifebuoy* (canto direito superior da página): o temário do “quinta-colunismo” dominou também as propagandas (*A Noite*, 31 maio 1943, p. 5, 1. ed.).

FONTOL

Contra dores e resfriados

ALÍVIO IMEDIATO.

É MELHOR E É NACIONAL!

A fusão do Instituto dos Bancários com o dos Comerciários

CRÔNICA DA GUERRA

SINGAPURA MUDOU DE NOME

DUAS APENAS

Comunicados

KOSMOS CAPITALIZAÇÃO S.A.

SORTEIO DE LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA

VAI VIAJAR?

MALA CARIOCA

TEM CALLOS?

GETS-IT

Doenças da Pele e Cabelos

A RÁDIO NACIONAL apresenta HOJE, às 21.00 horas

FRANCISCO ALVES

cantando para todo o Brasil sob o patrocínio exclusivo do

OLEO DE PEROBA

Rádio Nacional - 980 quilociclos

Agência de A NOITE na Avenida

DAISY, A ENFERMEIRA,

Com Uma Aventura Completíssima No MIRIM-MENSAL Deste Mês

A VENDA NOS JORNALEIROS — 1$000 APENAS

Figura 33 – Propaganda do fármaco Fontol (centro superior da página) que utilizou o mote do produto nacional como sinônimo de qualidade (*A Noite*, 18 fev. 1942, p. 6, 1. ed.).

Rio de Janeiro — Sexta-feira, 20 de dezembro de 1940 — ANO XXX — N. 10.267

A NOITE

EDIÇÃO DAS 11 HORAS

Redação e oficinas: PRAÇA MAUÁ, 7 — TELEFONES: Mesa de ligações internas: 23-1910. — Informações: 23-1556. — Carioca-reporter: 23-4090

Valona bombardeada pela esquadra inglesa

Churchill responde a Hitler

Lançados em plena luta!

Os soldados italianos transportados pelos aparelhos alemães entram em ação imediatamente após a descida — Aterrissando nos lagos gelados — Para conter o avanço grego (TELEGRAMAS NA QUARTA PAGINA)

Será inaugurada amanhã a Avenida Tijuca

O presidente Vargas abrirá ao trafego, a maior via de turismo da America do Sul

"Exercito de bolso"!

VICHY, 20 (U. P.) — Informa-se que o general Hutzinger já iniciou a tarefa de organizar o "Exercito de Bolso" francês.

O pleito na Academia

Como foi eleito para a presidencia o senhor Levy Carneiro

"OS MELHORES DO MUNDO"

Portas que datam do seculo X

Partido em dois! — O afundamento de um navio inglês por um avião alemão

DESPERTADOS PELO TERREMOTO

A luta continua fortissima! — O que diz o comunicado italiano

Furiosa batalha aérea na Libia

ROMA, 20 (A. P.) — Declara o alto-comando: "Furiosa batalha aerea está sendo travada na Libia".

O ex-presidente Kallio, que dirigiu a Finlandia longo tempo e que vem de falecer

A morte dramatica do ex-presidente Kallio

Faleceu nos braços do marechal Mannerheim — Pouco antes da posse do novo presidente eleito

O NATAL DOS POBRES NOS JARDINS DO PALACIO DO CATETE

EM LIBERDADE QUASE TODOS OS "BICHEIROS"

Até o dia de Natal nenhum ficará na prisão

Asilo para refugiados nos Estados Unidos

Modificada a quota da entrada de estrangeiros

TUDO DEIXARAM PARA SEGUIR O MESTRE

A CERIMONIA DA ORDENAÇÃO DE NOVOS MONGES BENEDITINOS

Valona bombardeada pela esquadra inglesa

LONDRES, 20 — (U. P.) — O Almirantado informa que a frota britanica surgiu diante do porto de Valona, na Albania, levando a cabo violento bombardeio daquela base italiana.

CARIOCA-REPORTER

Brincadeira dramatica

Apontou o revolver á propria cabeça e disparou, pensando que estivesse descarregado — Ferida de raspão — (Texto na 4ª pagina)

OUÇA HOJE A RADIO NACIONAL

GRANDE CONCURSO DE "A NOITE" 77

Figura 35 – Reportagem (centro da página) sobre a realização do Natal dos Pobres no Catete (*A Noite*, 20 dez. 1940, p. 1, 1. ed.).

Rio de Janeiro — Segunda-feira, 23 de dezembro de 1940 N. 10.370

A NOITE FINAL

Empresa A NOITE — Superintendente: LUIZ C. DA COSTA NETTO

Redação e oficinas: PRAÇA MAUÁ, 7 — TELEFONES: Mesa de ligações internas: 23-1910. — Informações: 23-1556. — Carioca-reporter: 23-4090

"ARRISCA-SE A PROVOCAR UMA NOVA INTERVENÇÃO AMERICANA" — Comentarios do "New York Times" sobre a atitude da Alemanha advertindo os Estados Unidos — (Texto na 4ª pag.)

108 atletas disputarão hoje, á noite, a "V Chama Militar"

O maior esforço militar jámais tentado pela Inglaterra!

Como o "Popolo d'Italia" alude á campanha na Libia e á organização das forças britanicas — A missão que cabe ás tropas italianas — Reforços para Bardia

(Telegramas na 4ª pag.)

ESTA' GANHANDO 40 CONTOS POR SEMANA!

CARMEN MIRANDA FALA A' "NOITE" EM HOLLYWOOD

Zacharias Yaconelli, o professor de inglês da estrela — Assistindo ás filmagens de "Road to Rio" — Identificada pelos "fans" no Earl Carroll e no Departamento de Estrangeiros — Porque Carmen gosta mais do cinema que do teatro

Partiu, de um golpe, a vitrine

E furtou varios objetos — O estranho fato ocorrido na Avenida — Parecia um anormal

(Texto na 4ª pagina)

"A REVOLUÇÃO E A AMERICA"

O ministro Oswaldo Aranha falará hoje no Departamento de Imprensa e Propaganda

Rendeu-se

Importante declaração

LONDRES, 23 (A. R.) — O sr. Winston Churchill fará hoje, ás 17 horas (hora do Rio de Janeiro), uma importante declaração que será irradiada pela B. B. C. nas seguintes ondas: 19,66 metros; 31,22, 31,25, 25,53, 25,38 e 41,49.

O dinheiro e a felicidade

Respondem á "enquête" de A NOITE o academico João Neves da Fontoura, o poeta Augusto Frederico Schmidt e a escritora Lia Correia Dutra

COMPETIÇÃO EMPOLGANTE

A "V CHAMA MILITAR", HOJE — EQUIPES DE VARIOS ESTADOS NA PROVA SENSACIONAL PROMOVIDA PELA POLICIA MILITAR E PELA "NOITE" — A'S 21 HORAS A LARGADA — ITINERARIO E PREMIOS — A CEIA DOS MILITARES

(TEXTO NA SEGUNDA PAGINA)

ACIDENTE COM O NOTURNO MINEIRO

(Texto na 4ª pagina)

VESTUARIO, alimentação e horario

Setores onde se deve combater o calor — Fala á NOITE o professor Mauricio de Medeiros

O Natal dos Pobres nos jardins do Catete

GRANDE CONCURSO DE "A NOITE" 79

Figura 36 – Fotomanchete (canto direito inferior da página) sobre o Natal dos Pobres no Catete (*A Noite*, 23 dez. 1940, p. 1, 3. ed.).

Rio de Janeiro — Segunda-feira, 1 de julho de 1940 — ANO XXIX — N. 10.157

Completamente mobilizados

BUDAPEST, (U. P.) — Noticias oficiais dizem que os corpos de exercito da zona de Budapest estão agora completamente mobilizados.

A NOITE

FINAL

Diretor-presidente: — J. E. DE MACEDO SOARES

Redação e oficinas: PRAÇA MAUÁ, 7 — TELEFONES: Mesa de ligações internas: 23-1910. — Informações: 23-1556. — Carioca-reporter: 23-40..

BERLIM, 1 - (A. P.) - O radio alemão anunciou que as tropas germanicas ocuparam as ilhas britanicas de Jersey e Guernesey no Canal da Mancha

Chegam a Bucarest trens carregados de feridos!

CHOQUES ENTRE RUSSOS E RUMENOS - PROBABILIDADES DE NOVOS ENCONTROS - PARAQUEDISTAS PARA PRENDER ARISTOCRATAS E GRANDES PROPRIETARIOS - ABRIRAM FOGO CONTRA OS HUNGAROS OS GUARDAS DA RUMANIA

BUCAREST, 1 (A. P.) — A's ultimas horas da tarde chegaram a esta capital varios trens conduzindo feridos rumaicos, que, segundo se sabe, foram feridos durante os choques havidos entre forças russas e rumenas na zona do rio Pruth.

Para prender os aristocratas e os grandes proprietarios — Os objetivos que teriam os paraquedistas

IDE'IAS DIRETRIZES

Noticia-se em Budapest que tropas rumenas atravessaram a fronteira hungara!

BUDAPEST, 1 (U. P.) — O orgão oficioso "Magyar Orsag", noticia que as tropas rumenas atravessaram a fronteira da Hungria na manhã de hoje, em Feketefyarnat. Faltam pormenores.

Convocação de reservas na Hungria

BUDAPEST, 1 (U. P.) — Noticia-se oficialmente que estão sendo chamadas ás fileiras diversas unidades, sobretudo de motoristas e tecnicos de todas as idades e classes.

ERA O AVIADOR MAIS NOVO DA MARINHA

O desastre em que perdeu a vida o aspirante Amaury Ribeiro — Em São Gonçalo

PROTESTA A HUNGRIA PERANTE O GOVERNO RUMENO

Cancelados todas as licenças a funcionarios publicos em Budapest

Mobilização das tropas magiares ao longo das fronteiras com a Rumania

CHOQUES ENTRE PATRULHAS RUMENAS E BULGARAS

Terminou a ocupação — O que informa a imprensa de Moscou

Restringido o movimento de trens

Passando para o Atlantico

PANAMA', 1 (U. P.) — Em fontes autorizadas declaram que a frota norte-americana é esperada no dia 4 no Canal e que uma grande parte da mesma passará imediatamente para o Atlantico, onde permanecerá.

Desmente-se que a Alemanha tenha assegurado apoio á Rumania

BERLIM, 1 (U. P.) — Fontes autorizadas desmentem que a Alemanha tenha assegurado á Rumania apoio militar contra a Russia, logo que o Reich fique livre da campanha militar no ocidente.

PRORROGADO POR 30 DIAS

O prazo para o recebimento das relações de empregados relativas á lei de nacionalização do trabalho — (Texto na 2ª pagina)

A mais bonita das mil e uma noites

Preparativos, no Jockey Club para a corrida noturna do dia 18

Abriram fogo

Exigiria a entrada imediata das tropas hungaras na Transilvania

OCUPADAS PELA AVIAÇÃO

NOVA LARGADA PELO "BRONZE MINISTERIO DA GUERRA"

As equipes do Exercito disputarão, quinta-feira á noite, o mesmo percurso da "Corrida do Fogo de 1940" — (Texto na 2ª pag.)

Figura 37 – Fotomanchete (centro inferior da página) sobre evento promovido por Darcy Vargas no Jóquei Clube do Rio de Janeiro (*A Noite*, 1 jul. 1940, p. 1, 2. ed.).

A esquadra japonesa em busca de um refúgio !

Cinquenta os seus navios afundados ou avariados nas ilhas Salomão e na Nova Guiné

MELBOURNE, 28 (U. P.) – Urgente – Segundo círculos navais merecedores de confiança, a esquadra japonesa navega em busca de refúgio nas ilhas sob mandato nipônico ao norte das ilhas Salomão, e seus navios continuam fustigados pelos bombardeadores norteamericanos. Segundo cálculos extra-oficiais, eleva-se a cinquenta o número de navios afundados ou avariados, durante a última quinzena, nas ilhas de Salomão e Nova Guiné.

A vontade portuguesa

ADESÃO DE 35 MIL empregados no comércio

Coesão estupenda de todas as forças vivas da nação

ANO XXXII — Rio de Janeiro, — Sexta-feira, 28 de agosto de 1942 — N. 10.973

A NOITE

Redação e oficinas: PRAÇA MAUÁ, 7 — Telefones: Mesa de ligações internas: 23-1910. — Informações: 23-1556 — Carioca-reporter: 23-4090

VIVO CANHONEIO NO KATTEGAT

EM BENEFICIO DAS VITIMAS DA OPRESSÃO DO EIXO

FINAL

MILHARES DE SAMARITANAS ESTARÃO PRONTAS PARA SERVIR À PÁTRIA

Formarão o corpo de auxiliares de pronto socorro e assistência aos feridos – Nova turma concluiu o curso especial, no Hospital Getulio Vargas

AUDACIOSOS !

Dois operários da Imprensa Nacional contra o Brasil — Presos

Apelo à generosidade dos brasileiros

Palavras da Sra. Darcy Vargas, a propósito da L. B. A. – Os fins altruísticos da instituição

Flagrantes do comício

CONTRA-ATAQUES RUSSOS EM STALINGRADO

(Telegramas na segunda página)

Figura 38 – Manchete (canto esquerdo inferior da página) sobre a realização das primeiras reuniões da LBA sob comando de Darcy Vargas (*A Noite*, 28 ago. 1942, p. 1, 1. ed.).

Figura 40 – Anúncio da Cia Cimento Portland (canto superior esquerdo da página) que se valeu do clima de mobilização para vender sua marca (*A Noite*, 18 dez. 1942, p. 6, 1. ed.).

A NOITE — Quarta-feira, 28 de julho de 1943

Teatro

PARA A VITÓRIA DAS NAÇÕES UNIDAS

Importante a contribuição das Indústrias Votorantim na batalha da produção -- Construído com cimento "Votoran" o colossal grupo de edifícios do Hospital das Clínicas de São Paulo

O S. E. C. e sua administração

NA ESPANHA

O tratamento das bronquites

Figura 41 – Matéria paga do Cimento Votorantim, utilizado na construção do Hospital das Clínicas em São Paulo e relacionando guerra com progresso (*A Noite*, 28 jul. 1943, p. 8, 1. ed.).

A NOITE — Quinta-feira, 1 de outubro de 1942 — 7

Página feminina

ECONOMIA E BELEZA

MÃES & FILHOS

O BRASIL NA GUERRA

O Club Ginástico Português ofereceu sua sede social à Cruz Vermelha Brasileira — Organiza-da uma escola de Enfermeiras Socorristas no Ginástico

Se uma bomba cair perto de você...

MONÓLOGO

QUANDO VOCÊ ENCONTRAR UMA AMIGA, PERGUNTE-LHE:

— Que é que você tem feito pela Vitória?

Deve a mulher casada trabalhar?

ATIVIDADES NO TENNIS

Os resultados do Campeonato Inter-Clubs

Musica

Manatona, alimento ideal

ESTADOS NERVOSOS

DR. EDMUNDO HAAS

Em benefício da Legião Brasileira de Assistência

O CAMPEONATO ABERTO DE TENNIS DO TIJUCA T. CLUB

LOJAS

Se você acordou de mau humor...

Multas e advertências

No posto de enfermeiras de Botafogo

RAQUEL DE QUEIROZ

Figura 42 – Na *Página Feminina*, propaganda do jornal (centro da página) questionando a leitora sobre sua dedicação ao esforço de guerra (*A Noite*, 1 out. 1942, p. 7).

VIGILANTES NA DEFESA DO BRASIL !

ANO XXXI — Rio de Janeiro, — Quarta-feira, 27 de maio de 1942 — N. 10.880

MOVEIS DE ESTILO
Grande sortimento - Preços médicos
A RENASCENÇA
Confiança e seriedade absoluta
CATETE, 55, 57, 59

A NOITE

Iniciada a campanha da D. P. A. A. com a instalação dos postos distribuidores de instruções no edifício de A NOITE, na Central e no Palácio Tiradentes — As brilhantes solenidades, com a presença dos ministros da Guerra, do Trabalho e da Viação, do prefeito, do coronel Costa Netto e de outras altas autoridades — Como falaram o general Gaspar Dutra, o superintendente da Brasil Railway e o senhor André Carrazzoni

Empresa A NOITE — Superintendente: LUIZ C. DA COSTA NETTO

Redação e oficinas: PRAÇA MAUÁ, 7 — Telefones: Mesa de ligações internas: 23-1910. — Informações: 23-1556 — Carioca-repórter: 23-4090

LONDRES, 27 (H. T.) - Novas unidades canadenses chegaram a um porto da Grã-Bretanha

IMEDIATA ABERTURA DA SEGUNDA FRENTE

Para aliviar a pressão no "front" oriental — Aguda a tensão na Europa — Importantes conferências em Londres — Esperados gigantescos reforços na Inglaterra — Evacuação em massa do litoral da Noruega

EDIÇÃO DAS 11 HORAS

VON ROMMEL inicia o avanço na Líbia

Solidária a Costa Rica com o Brasil

Três navios mercantes por dia

DE REGRESSO AO RIO O EMBAIXADOR JEFFERSON CAFFERY

VEIO EM COMPANHIA DO GOVERNADOR BENEDICTO VALLADARES (Texto na segunda página)

Penetraram no flanco da cunha alemã !

LONDRES, 27 — (A. P.) — Telegrafam de Estocolmo: "Informações russas anunciam que as tropas do marechal Timoshenco penetraram o flanco da cunha alemã, na frente de Izyum-Barvenkovo.

DETIDA

Anuncia-se em Moscou que foi eliminada a ameaça alemã no setor de Izyum-Barrenkovo

EXIGEM A DEMISSÃO DE HITLER

Os generais alemães teriam enviado um "ultimatum" ao Fuehrer, impondo-lhe o abandono do comando supremo dos exércitos

Execuções na Finlândia

Ameaça direta do Reich ao México

EM SOCORRO DA FRANÇA !

Indica-se que uma ação enérgica será empreendida pelos aliados, por terra, mar e ar, se Mussolini tentar apoderar-se de Nice, Savóia ou Córsega — Tem-se como certo um ataque italiano — O rei e o príncipe herdeiro passaram em revista o grande exército concentrado nas fronteiras francesas (Texto na 3.ª página)

Figura 43 – Montagem com fotos de Vargas discursando (cabeçalho da página) na abertura das campanhas de mobilização do SDPAA (*A Noite*, 27 maio 1942, p. 1, 1. ed.).

O MINISTRO DA FAZENDA PROFERIRA' IMPORTANTE DISCURSO Na instalação do Congresso Brasileiro de Economia

NOVA LINHA DE ONIBUS PARA O GRAJAÚ

O governo inglês nada receia dos fascistas

FINAL

Ofensiva aérea russa

E' UM CALÇADO PARA O SEU BOM GOSTO

Mar de chamas no centro de Berlim!

A RAF SOBRE A EUROPA

ANO XXXIII Rio de Janeiro, — Terça-feira, 23 de novembro de 1943 N. 11.417

A NOITE

A Unter der Linden, a Wilhelmstrasse e numerosos outros pontos da capital alemã atingidos pelas poderosas bombas — Fortíssimos incêndios — O mais pesado ataque até agora — As nuvens eram tão densas que os caças não puderam erguer vôo

O salário-familia

MAIS DE 36 MILHÕES DE CRUZEIROS! (TEXTO NA TERCEIRA PAGINA)

As autoridades competentes para concedê-lo — Será cassado ao servidor ou inativo que descurar da subsistência e educação dos dependentes — Demissão ou cassação da aposentadoria no caso de falsas declarações (Texto na 3ª página)

Ampliação do largo de São Francisco

Dado o sinal de "tudo limpo", saíram dos abrigos — E vinha novo ataque!

10 MIL!

ESTOCOLMO, 23 (A. P.) — O "Aftonbladet" desta capital publica um cálculo preliminar das vítimas do último ataque a Berlim, cujo número subiria a 10.000, entre mortos e feridos.

Catroux declara encerrado o incidente com o Libano — (Texto na 7.ª pág.)

TRINTA ANOS ENTRE OS INDIOS

O CASO PATTON

Hóspede ilustre

Auxilio para os brasileiros internados

Recuam os alemães em Gomel

A CERTIDÃO DE IDADE DE NITERÓI

Amparo governamental aos pequenos lavradores fluminenses

Arquitetura antiga e moderna

Pacifico emerge do "black-out"...

Figura 44 – Tira de quadrinhos do personagem "Pacífico" (rodapé da página) sobre os "black-outs" promovidos durante a 2ª Guerra Mundial (*A Noite*, 23 nov. 1943, p. 1, 2. ed.).

Figura 45 – “À Colegial” vendia os uniformes oficias das voluntárias que atuaram durante a mobilização civil no Rio de Janeiro (lado esquerdo da página) (*A Noite*, 26 set. 1942, p. 4, 1. ed.).

Já estão em Nápoles as enfermeiras brasileiras

Caminho para a rendição !

LONDRES, 21 (A. P.) – O ANUNCIADO DEPURAMENTO DE GENERAIS, QUE SE ESTARIA VERIFICANDO NA ALEMANHA, AO QUE SE INFORMA, DESTINA-SE A PREPARAR O CAMINHO PARA A RENDIÇÃO

FINAL

2.000 bombardeiros em vôo

LONDRES, 21 (A. P.) — Pelo quarto dia consecutivo, uma poderosa formação de cerca de 2.000 "Fortalezas Voadoras" e "Liberators", devidamente protegidos pelas escoltas de caça, desfechou, hoje, pela manhã, um violento ataque contra a fábrica de aviões de Regensburg, a fábrica de rolamentos de Schweinfurt e vários outros objetivos no Reich.

Banco Central Brasileiro S.A. — OPERAÇÕES BANCÁRIAS EM GERAL — CORRESPONDENTES EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

Tropas de assalto marcham para Berlim!

"Afim de manter a ordem na capital do Reich", anuncia o "Aftonbladet", de Estocolmo — Rigorosa vigilância sobre os pilotos alemães: nenhum poderá levantar vôo sem estar munido de ordem especial de Goering ou de Himmler — Entre os conspiradores um antigo chefe do Estado Maior do Exército alemão (Telegramas na 2.ª pág.)

GRAVÍSSIMA A SITUAÇÃO NA ALEMANHA

LONDRES, 21 (A. P.) — Embora sem nenhuma fonte onde seja possível confirmar esta notícia, notam-se indícios da existência de um "estado de guerra" no interior do Reich, onde a rebelião parece estender-se cada vez mais. Aliás, as medidas de precaução adotadas pelo chefe supremo da Gestapo, Himmler, sugerem que a situação interna do Reich é muito mais séria que as informações oficiais pretendem fazer crer.

91.661

LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA

O SEU FRONT DE GUERRA PRINCIPIA NO QUINTAL

Faça, tambem, a sua "Horta da Vitória"

ANO XXXIV — Rio de Janeiro, — Sexta-feira, 21 de julho de 1944 — N. 11.612

A NOITE

Diretor: ANDRÉ CARRAZZONI — Redator-chefe: CARVALHO NETTO — Empresa A NOITE — Superintendente: LUIZ C. DA COSTA NETTO — Gerente: OCTAVIO LIMA

ESTÃO RECUANDO

Medidas severíssimas no centro de Berlim

ESTOCOLMO, 21 (R.) — Medidas severíssimas foram tomadas ontem, à noite, na parte central de Berlim, acaba de informar a Transocean.

"REBELIÃO DO POVO CONTRA HITLER" — O APELO HOJE DIVULGADO EM TODA A ALEMANHA

As forças de Rommel cedem terreno em face da ofensiva britânica na Normandia — Diz o comunicado alemão que o ataque aliado está sendo realizado com grandes forças de infantaria e formações de tanks (TELEGRAMAS NA ... PAGINA)

8.536

CORDIALIDADE BRASILEIRO-URUGUAIA

O convênio celebrado entre "La Razón", de Montevidéu, e A NOITE — Uma obra que tende a aproximar ainda mais as duas nações — Aplausos do chanceler Oswaldo Aranha — Uma carta do ministro Marcondes Filho (TEXTO NA TERCEIRA PAGINA)

O "prato de guerra" está sendo bem recebido (TEXTO NA 11.ª PAGINA)

CONFLITO surgido entre Hitler e o exército alemão

6.647

6.557

Teria sido organisado um "governo de paz"

PELOS MILITARES DESTITUIDOS

REVOLTA na Prússia

LONDRES, 21 (A. P.) — Despachos procedentes de Estocolmo adiantam que um viajante ali chegado, ontem, declarou que duas divisões nazistas se revoltaram, quarta-feira última, na Prússia, aparentemente dando início à rebelião que culminou com o atentado de ontem, contra o Fuehrer.

Amparo ao teatro nacional

As providências determinadas pelo presidente da República e o ante-projeto mandado elaborar pelo prefeito — Fala a A NOITE o seu autor, senhor Otto Prazeres (TEXTO NA NONA PAGINA)

Últimas do sport

SENSAÇÃO NA FRENTE RUSSA

As tropas soviéticas penetraram no antigo território polonês incorporado à Alemanha — 1.500.000 homens no assalto gigantesco — De quatro direções sôbre Varsóvia — Lwow quase alcançada. Telegramas na 11.ª pág.

Pacifico, "bomba voadora"...

Figura 46 – A LBA anunciava sua campanha "Hortas da Vitória" no jornal, parte do esforço de mobilização civil (lado esquerdo da página) (*A Noite*, 21 jul. 1944, p. 1, 2. ed.).

A NOITE — Quarta-feira, 19 de maio de 1943

Mundana

Moda

FERRAGENS, LOUÇAS E CRISTAIS

A UNIÃO COMERCIAL

AUXILIAE A PATRIA COMPRANDO BONUS DE GUERRA

V

Continental

Cia DE CIGARROS SOUZA CRUZ

NAO HA MAIOR GARANTIA NA TERRA DO QUE A PROPRIA TERRA...

NUNCA MAIS O CHAMARÃO "POBRE MENINO COMO ESTÁ MAGRINHO...!"

QUAKER OATS

ACIDO URICO

Pilulas De WITT

ASMAX

LABORATÓRIO ASMAX LTDA.

Dr. ACKERMANN

NOIVAS

DR. COSTA LEITE

Companhia Ultragaz S. A.

AVISO

ACALME os acessos dessa bronquite!

TOSS

ENXOFRE ESTANHO COBRE CHUMBO

OURO

JARARACA e RATINHO

EUCALOL

COLCHÃO VENTILADO DE MOLAS ... HOLLYWOOD

Figura 47 – Publicidade (lado direito da página) do Cigarro Continental: o uso do tema guerra para alavancar as vendas e o esforço de guerra (*A Noite*, 19 maio 1943, p. 4, 1. Ed.).

INVASÃO DA ALEMANHA!

O que Moscou anuncia sobre os prováveis objetivos da próxima ofensiva russa — Berlim registra gigantescos movimentos de tropas soviéticas, declarando ser possível já estar em andamento o assalto conjugado da Rússia com os aliados — Tremendos duelos de artilharia

(TEXTO NA TERCEIRA PÁGINA)

FULMINANTES E ININTERRUPTOS

Os bombardeios em massa levados a efeito pelos aliados — Ataques pela manhã, à tarde e à noite — Colônia e Hamburgo em chamas — Transferida para o oeste europeu a maior parte da Luftwaffe — A batalha aérea deslocou-se do Ruhr para a Renânia — Ordenada a evacuação parcial de Bucarest — Violento o bombardeio de Saint Nazaire

(CONTINUA NA OITAVA PÁGINA)

ANO XXXII — Rio de Janeiro, — Quarta-feira, 30 de junho de 1943 — N. 11.272

A NOITE

Diretor: ANDRÉ CARRAZZONI — Redator-chefe: CARVALHO NETTO — Empresa A NOITE — Superintendente: LUIZ C. DA COSTA NETTO

ELE DEU A VIDA E VOCÊ ?

BÔNUS DE GUERRA

MEDITERRÂNEO "FRONT" NÚMERO 1

A invasão, entretanto, deverá darse por vários pontos — Ultimam-se os preparativos aliados

EDIÇÃO DAS 11 HORAS

OS CARTAZES ESCOLHIDOS

Para a propaganda nacional dos "Bonus de Guerra"

VINGAI-NOS — COMPRANDO BONUS DE GUERRA

Façanha de um submarino inglês

e você? compre BONUS DE GUERRA

ESTA SEMANA

Espera-se que a Argentina dê novo e importante passo — Considera-se inevitável o rompimento com o Eixo

Mais do que aliados, irmãos de armas!

Os soldados das Américas que lutam contra o Eixo — Como falou André Carrazzoni, diretor de A NOITE, no banquete oferecido em Montreal aos jornalistas brasileiros

Fracassa a campanha submarina

A confissão de um jornal do Reich — Chamados os "U-Boats" às suas bases — Os aliados estão destruindo mais submersíveis do que são construídos — Um por dia — Utilizarão novos métodos, diz Berlim

Com os destroços do navio fez uma tala para a perna partida

Conflagrados os Balcãs

HÁ PERIGO DE UM ATAQUE AÉREO AO BRASIL

É a advertência que faz o diretor nacional, em exercício, da Defesa Passiva — Magníficos os resultados do último "black-out" geral

O comitê degaullista desmente que tenha feito acordo secreto com a Rússia

A milésima mina em aguas do Eixo

RENDER-SE INCONDICIONALMENTE

O que Mussolini tem a fazer, declara Eden — Se Roma fôr bombardeada, a culpa só cabe ao Duce

Figura 48 – Cartaz vencedor do concurso promovido pela Campanha do Bônus de Guerra, posteriormente, descobriu-se que era um plágio (canto esquerdo superior da página) (*A Noite*, 30 jun. 1943, p. 1, 1. ed.).

ESTOCOLMO, 28 (U. P.) - São verídicas as informações segundo as quais tropas de elite alemãs foram retiradas da Rússia e enviadas para a Itália afim de se estabelecerem na linha de fortificações do Vale do Pó

PELA SEXTA VEZ EM MENOS DE 80 HORAS!

Novo bombardeio da RAF contra Hamburgo, aparentemente para arrasar o importante porto alemão – Iniciada a série no sábado, com o maior bombardeio da guerra

COMEÇARAM AS NEGOCIAÇÕES DE PAZ!

Suicida-se Virginio Gayda!

Matou-se tambem o diretor da Agência Stefani, Giulio Morgagni, noticia-se em Madrid

O que dizem círculos merecedores do maior crédito em Madrid

ANO XXXIII Rio de Janeiro, — Quarta-feira, 28 de julho de 1943 N. 11.380

A NOITE

Empresa A NOITE
Superintendente: LUIZ C. DA COSTA NETTO

EDIÇÃO DAS 11 HORAS

"NO, SIR"

MOVEIS DE ESTILO ... VISITEM A RENASCENÇA

Primeiro a rendição incondicional

E só depois as negociações de paz — Declarações de Roosevelt — Démarches na própria Roma, por intermédio dos representantes diplomáticos no Vaticano — Absoluto acordo entre a Inglaterra, Estados Unidos e Rússia no tocante à Itália — Badoglio temeria concluir um acordo, enquanto houvessem tropas alemãs na península

(TELEGRAMAS NA DECIMA PÁGINA)

A viagem do ministro da Guerra aos Estados Unidos

PREPARA-SE GRANDE RECEPÇÃO AO GENERAL EURICO DUTRA

ROMA SERÁ NOVAMENTE ATACADA

SE FOREM RECONSTRUIDAS AS SUAS JUNÇÕES FERROVIARIAS, DECLARA CHURCHILL

Os russos às portas de Orel

Corrente contínua de tropas alemãs

Da Rússia, em avião — Tomando posição de defesa — Forças italianas em marcha para o norte do país — Badoglio teria comunicado a Hitler que abandonaria a luta se não lhe fossem enviados socorros — Concentração germânica tambem na fronteira da Hungria

ISTO NÃO SE ESQUECE!

PARA A VITÓRIA COMPRE BONUS DE GUERRA

O GOVERNO ARGENTINO ASSUMIU O CONTROLE DE OITO FABRICAS

Seis das quais são americanas — Estariam viciando as leis comerciais

Assassinados vários "leaders" fascistas

Figura 49 – Cartaz vencedor do 2º concurso de Cartazes (canto esquerdo inferior da página), escolhido pelo DIP (*A Noite*, 28 jul. 1943, p. 1, 1. ed.).

Desafio à esquadra nipônica!

As atuais operações norte-americanas visam fazer com que a Armada japonesa se apresente para um choque decisivo — Violentíssima ação aérea coordenada com os desembarques — Sob o comando supremo de MacArthur — (TEXTO NA SÉTIMA PÁGINA)

FINAL

Vai partir a expedição Roncador-Xingú

Dentro de quinze dias já estará em Goiaz — Fala o coronel Vanique — 4.000 km. de marcha — Estações de rádio, barcos-motores, etc. (TEXTO NA OITAVA PAGINA)

Bondes modernos para Niterói

ERA DONO DE UMA SEPULTURA

E por ter esse título de "propriedade", achava que não podia ser expulso... — O senhor Mario Acioli, procurador da República, aponta falhas na lei de naturalizações — Os alemães, o Tratado de Versalhes e o Brasil — As modificações sugeridas (Texto na 7ª página)

ANO XXXII — Rio de Janeiro, — Quinta-feira, 1 de julho de 1943 — N. 11.273

A NOITE

Diretor: ANDRÉ CARRAZZONI — Redator-chefe: CARVALHO NETTO — Empresa A NOITE — Superintendente: LUIZ C. DA COSTA NETTO — Gerente: OCTAVIO LIMA — Número Avulso: Cr$ 0,40

Com capacidade para 60 passageiros — Não haverá mais pingentes — As providências do governo Amaral Peixoto para melhorar os serviços de transportes fluminenses (Texto na 2ª página)

ARRASADO

ESTOCOLMO, 1 (A. P.) — Informações da Alemanha dizem que o terrível bombardeio à luz do dia realizado pelas Fortalezas Voadoras, em combinação com os ataques noturnos da RAF, praticamente eliminou o porto de Wilhelmshaven como base naval.

OS PRIMEIROS VOLUNTÁRIOS

Não acredita numa epidemia de proporções alarmantes

Como falou à NOITE o prof. Houssay, diretor do Instituto de Fisiologia de Buenos Aires

Influência da vitória na Africa sobre a Turquia

(Texto na 7ª página)

Afundados por guerrilheiros!

MOSCOU, 1 (A. P.) — "Guerrilheiros operando em barcos de pesca afundaram diversos transportes alemães, que conduziam suprimentos militares", anuncia o comunicado russo.

Disputando, com entusiasmo, a primazia no alistamento — Pelo Brasil! — No Ministério da Guerra, hoje, entre os jovens que acorrem dispostos a seguir para o "front" — De todos os Estados e das mais variadas profissões

Cantando o Hino Nacional

Para a invasão?

As inscrições para o C.P.O.R.

Por determinação do coronel Americano Freire foram prolongadas até 10 do corrente as inscrições para matrícula no C. P. O. R. do Rio de Janeiro.

O general Krueger, um dos comandantes da ofensiva

ABONO FAMILIAR

Sistema Geral de Controle e Estatística

SERÁ A PRIMEIRA VEZ NO BRASIL

Vão reunir-se em conferência, nesta capital, de 19 a 20 do corrente, todos os desembargadores dos Tribunais de Apelação do país — Fala à NOITE, sobre os próximos trabalhos, o desembargador Edgard Costa (Texto na 7ª pág.)

Inaugura-se a campanha para o aproveitamento da borracha usada — A solenidade de hoje em Vigário Geral — Os primeiros três mil quilos de pneus velhos

100.000 famílias serão beneficiadas

Virá dentro em breve o abono familiar — Suas duas modalidades — Simples o processo de inscrição — O método seguido para fixar o critério sobre prole numerosa — Explicações do senhor Costa Miranda

(CONTINUA NA NONA PÁGINA)

Pacifico e os quatro filantes . . .

Correm o risco de serem considerados membros da Quinta Coluna

As obrigações do decreto-lei 4.166 — Exigências da Comissão de Defesa Econômica (Texto na 10ª página)

Figura 50 – Ampla manchete (centro da página) sobre o movimento de voluntários reservistas e alistamento militar obrigatório no Rio de Janeiro: jovens gesticulando o "V" da vitória Aliada (*A Noite*, 1 jul. 1943, p. 1, 2. ed.).

A Itália sugere a paz em separado!

Sensacional artigo de Virginio Gayda, porta-voz de Mussolini

ESTOCOLMO, 17 (U. P.) -- Alguns exemplares da última edição do "Giornale d'Italia" chegados a esta capital, conteem um artigo de Virginio Gayda, no qual se sugere, pela primeira vez, em forma oficial, a possibilidade de negociações de paz em separado, entre a Itália por uma parte e a Grã-Bretanha e os EE. UU. por outra.

Iminente a queda de Taganrog

Alerta contra os ataques de surpresa!

"A ocupação de Dakar não diminuiu o perigo que ameaça as nossas defesas", diz o general Newton Cavalcanti — Devemos estar vigilantes não só com o lado do Atlântico, como também com a frente interna, afirma ainda o novo comandante da 7.ª Região Militar – A tarefa das forças armadas brasileiras (TEXTO NA OITAVA PÁGINA)

ANO XXXII Rio de Janeiro — Quarta-feira, 17 de fevereiro de 1943 N. 11.143

A NOITE

Diretor: ANDRÉ CARRAZZONI — Empresa A NOITE — Gerente: OCTAVIO LIMA
Redator-chefe: CARVALHO NETTO — Superintendente: LUIZ C. DA COSTA NETTO — Número Avulso: Cr$ 0,40

A glória da FAB

Ministro Salgado Filho, visto por Gyorfy

MILHÕES DE SACOS DE ARROZ, FEIJÃO E MILHO — (Texto na sétima página)

O BRASIL GARANTE as rotas marítimas!

Patrulhando o Atlântico Sul e entrando em luta com os submarinos, as forças brasileiras prestam importantíssima ajuda às Nações Unidas, escreve o "Times" — Ainda a conferência do ministro da Aeronáutica com o marechal Dill e o general Arnold – Em termos agressivos, e não defensivos, a declaração dos presidentes Roosevelt e Vargas — Na liderança dos negócios sul-americanos — Auxílio material e ajuda militar cada vez maiores – (Texto na oitava página)

NO RIO O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DOS EE. UU.

A missão do Sr. Eric Allen Johnston no Brasil

Quando desembarcava o Sr. Eric Allen Johnston

L'Orient novamente atacada pela RAF

Vamos ler, "VAMOS LER!"

Técnicos de assistência a menores

Necessária a criação dessa carreira, diz-nos o desembargador Saboia Lima, presidente da comissão de elaboração do anteprojeto do novo Código de Menores — "Nego a hereditariedade no crime" — Princípios que deverão ser incorporados ao estatuto em preparo (TEXTO NA 2.ª PÁGINA)

Violento contra-ataque norte-americano

Avanços de cerca de 10 milhas — Furiosa luta durante todo o dia de ontem — O 8.º Exército prossegue em sua ofensiva além de Ben Gardane (Telegramas na segunda página)

As Hortas da Vitória

A berinjela cultivada em Copacabana

Como se desenvolve a campanha encetada pela L. B. A. – Uma documentação oportuna (Texto na 3ª página)

MARCHA SOBRE TAGANROG

Espera-se sua captura a qualquer momento — Os exércitos russos continuam esmagando toda a resistência alemã — Levam de arrastão as defesas nazistas — (Texto na 3ª página)

Destruidos seis

LONDRES, 17 — (U. P.) — O Almirantado anunciou que três submarinos britânicos destruíram, no Mediterrâneo Central, seis navios de abastecimento do inimigo. Outro foi avariado, e um vinte torpedeado e possivelmente afundado.

Mais de 150 jornais clandestinos circulam na Bélgica!

A tragédia de Paquetá

Ela era casada — Não podiam se namorar — O que nos diz a mãe do suicida

(CONTINUA NA 2.ª PÁGINA)

Sr. Hugo Carneiro

"A HUNGRIA DESEJA A PAZ"

Quando o Sr. Walder Sarmanho era recebido as cumprimentos do Sr. João Daudt de Oliveira

Universidades de comércio

A sugestão do Sr. Hugo Carneiro, em reunião da Federação do Comércio Varejista — O fenômeno observado no Brasil depois que irrompeu a guerra e os ramos a seguir

Chegou o sr. Walder Sarmanho

Outro desastre alemão em perspectiva

MOSCOU, 17 (R.) — O flanco direito da frente alemã no sul da Rússia está na iminência de sofrer um desmoronamento total em virtude da fulminante investida das forças do general Reuter contra Orel, o último bastião que ainda resta a Hitler na sua linha de inverno abaixo de Moscou — informa-se nesta capital.

Figura 51 – Homenagem ao ministro da Aeronáutica Salgado Filho (canto direito superior da página) (*A Noite*, 17 fev. 1943, p. 1, 2. ed.).

Figura 52 – Propaganda das Linhas Aéreas Brasileiras S.A. (lado esquerdo da página), exaltando a participação da FAB na guerra (*A Noite*, 13 ago. 1945, p. 6, 1. ed.).

Seguirá como médico da Força Expedicionária o Dr. Lutero Vargas

CAIU ZHITOMIR

Mais de 200 outras localidades foram recapturadas pelos russos em sua impressionante arremetida-Chegaram a menos de 55 km da fronteira polonesa-Uma ponta de lança soviética irrompeu do rio Bug (Texto na 13a. pág.)

Ombro a ombro com os defensores da civilização

ANO XXXII — Rio de Janeiro — Sábado, 1 de janeiro de 1944 — N. 11.455

A NOITE

EDIÇÃO MATUTINA

A palavra do presidente Vargas às classes armadas, no almoço que lhe foi oferecido — "O ano próximo virá encontrar-nos empenhados em tarefas árduas e de séria responsabilidade. Pela primeira vez, soldados brasileiros pisarão o solo de outros continentes para tomar parte em operações de guerra" — O discurso do ministro da Marinha

(CONTINUA NA 3ª PÁGINA)

A CAMINHO DO FRONT OS AVIADORES BRASILEIROS

DISSOLVIDOS

BUENOS AIRES, 31 — (A. P.) — O governo resolveu, por decreto, dissolver todos os partidos políticos da Argentina.

Vai embarcar o 1.º Grupo de Aviação de Caça — Outros pilotos seguirão dentro em breve — São todos voluntários, diz à NOITE o ministro Salgado Filho — Sua missão na frente de batalha será proteger os exércitos de terra — Assegurado o fornecimento de todo o material necessário — Apresentou-se espontaneamente o Sr. Lutero Vargas (Texto na 3.ª página)

Prosseguem os bombardeios gigantescos

A aviação norteamericana voltou a atacar objetivos na França, à luz do dia — Tambem as imediações de Paris compreendidas no "raid" — Mais de 3.000 aviões participaram da ofensiva de 24 horas consecutivas

(TEXTO NA QUARTA PAGINA)

HITLER FALOU

(Texto na 4.ª pág.)

VIVE E GOVERNA NO CORAÇÃO DO POVO

Palavras de Julio Dantas referindo-se à personalidade do presidente Getulio Vargas, em sessão realizada na Academia de Ciências de Portugal

(Texto na 7.ª página)

Óleo de oiticica e de mamona entre os primeiros

As importações de óleos, gorduras e sementes oleaginosas pelos EE. UU. adquirem incremento maior

Operação de "comandos" no Guarigliano

Anunciada pelos alemães, visaria dominar o importante centro de comunicações de Minturno — Caiu San Vittore, na estrada para Roma — O 5.º Exército arrebatou a iniciativa ao 10.º Exército nazista

(CONTINUA NA 7.ª PÁGINA)

Choveu peixe!

O fenômeno ocorrido em Quatá, cidade paulista — A explicação que se lhe dá

Pacifico vinga-se da traidora...

O NOVO SECRETARIO GERAL DA GUERRA

General Canrobert da Costa

Figura 53 – Manchete da viagem de Luthero Vargas (centro, abaixo na página) aguardando voo para os EUA para atuar como Médico Expedicionário da FEB (*A Noite*, 1 jan. 1944, p. 1, 2. ed.).

ANO XXXIII — RIO DE JANEIRO — DOMINGO, 26 DE MARÇO DE 1944

A NOITE

EDIÇÃO MATUTINA DOMINICAL
Número avulso Cr$ 0,50

Emprêsa A NOITE — Superintendente: LUIZ C. DA COSTA NETTO

Redação e oficinas: PRAÇA MAUÁ, 7— TELEFONES: Mesa de ligações internas: 23-1910.— Informações: 23-1556. — Carioca-reporter: 23-4090

SOLDADOS DE CAXIAS PRONTOS PARA A LUTA

A FORÇA EXPEDICIONARIA EM DESFILE COM O SEU NOVO EQUIPAMENTO

Figura 54 – Capa do Suplemento Dominical sobre desfile pré-guerra da FEB no Rio de Janeiro (*A Noite*, 26 mar. 1944, p. 1).

A NOITE — Quarta-feira, 18 de julho de 1945

HOMENAGEM DA "CAIXA ECONÔMICA"

CAIXA

AOS BRAVOS SOLDADOS BRASILEIROS, QUE COM CORAGEM E DESTEMOR ELEVARAM, AINDA MAIS ALTO, O NOME DO BRASIL NA EUROPA, AJUDANDO OS EXERCITOS DEMOCRATICOS A DEFENDEREM O MUNDO DOS BARBAROS OPRESSORES NAZI-FASCISTAS,

A CAIXA ECONÔMICA

se associa ao júbilo do Povo Brasileiro pelo feliz regresso de tão gloriosos defensores, que brilhante figura fizeram nos campos de batalha, confirmando, assim, o passado heróico e combativo dos nossos bravos lutadores bandeirantes, que encheram de orgulho as páginas da história de nossa Pátria.

A confiança segura que tinhamos, todos nós, brasileiros na valorosa atuação, capacidade, resistência física e disciplina, qualidades peculiares aos nossos patrícios, davam-nos a certeza de que eles voltariam cobertos de glórias, o que agora se confirma, merecendo que os recebamos, com todo o entusiasmo e os corações transbordantes de alegrias.

Não nos esqueçamos, nesta hora de tanta ufania, ao vermos a maioria de nossos destemidos compatrícios voltar incolume, daqueles que, antes, chegaram feridos e também, dos que no teatro da luta, tombaram sem vida, defendendo com todo o ardor a liberdade dos povos e a integridade de nossa querida Pátria. Para estes elevemos o nosso pensamento, recordando sempre que os corpos de tantos heróis brasileiros ficaram sepultados em terras estranhas, demonstrando o seu valor combativo na luta sem par, em defesa de um elevado ideal que empolgou a maioria dos habitantes do mundo e como um exemplo de nossa solidariedade com aqueles que, impavidamente, afrontaram toda a sorte de horrores para a manutenção da Paz, da Justiça e dos direitos dos povos.

Com a mesma confiança que teve a nossa intrépida Fôrça Expedicionária nos seus competentes e destemidos comandantes, indo combater aguerridamente em outro continente, — da mesma forma o Povo desta bendita terra, depositando o seu dinheiro na CAIXA ECONÔMICA, tem a certeza de que as suas economias estão bem garantidas, tão segura é a orientação e aplicação do que é guardado nesse acreditado instituto de crédito popular.

Recebam, pois, os queridos Expedicionários Brasileiros, neste dia tão cheio de glórias e de contentamento para todos nós, regosijados com a sua volta ao seio da Pátria extremecida e ao convívio de seus lares, as mais justas, calorosas e patrióticas homenagens de admiração, reconhecimento e imorredoura saudade

da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Figura 55 – Homenagem da Caixa Econômica Federal à FEB em razão do retorno ao Brasil com o fim da guerra na Europa (*A Noite*, 18 jul. 1945, p. 9, 1. ed.).

A NOITE — Terça-feira, 20 de julho de 1943

Mundana

DENTES BONS TODA A VIDA!

O NOVO Liberty TIPO AMERICANO

CIA. DE CIGARROS SOUZA CRUZ

Odol

Casas PIMENTEL

A MAIOR LIVRARIA DO SUBURBIO
PAPELARIA CENTRAL
Rua 24 de Maio, 1337 – Meyer

FEIRA NORTISTA
RETALHOS LTDA.

ELEVADORES ATLAS

A VANTAGEM DE UMA BOA ORGANIZAÇÃO NACIONAL

O serviço perfeito e ininterrupto prestado durante cerca de 18 anos pelos 4 elevadores ATLAS que servem o Edifício de A NOITE atesta a excelência do material empregado na sua construção e a eficiência de uma conservação especializada.

PIRIE, VILLARES & CIA. LTDA.
AVENIDA N. S. DE FÁTIMA, 25 - TEL. 22-9820

LOTERIA FEDERAL
300 MIL CRUZEIROS
AMANHÃ

Figura 57 – Propaganda da Atlas Elevadores (centro, rodapé da página), empresa parceira do jornal, auxiliando na construção da imagem de *A Noite* como empresa moderna (*A Noite*, 20 jul. 1943, p. 4, 1. ed.).

FALA LUIZ CARLOS PRESTES

FINAL

"AMANHÃ EM BERLIM"

NOVA YORK, 18 (U. P.) — Urgente — Rádio-escutas da N. B. C. captaram uma transmissão da rádio de Berlim, segundo a qual os aliados marcaram o dia de amanhã, quinta-feira, para a entrada dos russos e anglo-americanos em Berlim. O locutor acrescentou que "a captura de Berlim não significará, entretanto, vitória aliada definitiva".

CONCEDIDA ANISTIA AMPLA

ESPERADA A SAIDA DE CARLOS PRESTES -- AS DEMARCHES

O DECRETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA - A MEDIDA ABRANGE QUANTOS TENHAM COMETIDO CRIMES POLÍTICOS DESDE 16 DE JULHO DE 1934 - NÃO SÃO BENEFICIADOS OS AUTORES DE CRIMES COMUNS NÃO CONEXOS COM OS POLÍTICOS, NEM OS DOS PRATICADOS, EM TEMPO DE GUERRA, CONTRA A SEGURANÇA DO ESTADO - COMO SE FARÁ A REVERSÃO DOS MILITARES COMPREENDIDOS PELA LEI - O APROVEITAMENTO DOS FUNCIONÁRIOS CIVIS

A rêde de sabotadores

Reportagem da prisão, no Chile, do agente do "Dr. Braun"

SERÃO POSTOS EM LIBERDADE

(CONTINUA NA 2.ª PÁGINA)

ANO XXXV — Rio de Janeiro — Quarta-feira, 18 de abril de 1945 — N. 11.917

A NOITE

Diretor: ANDRÉ CARRAZZONI — Empresa A NOITE — Redator-chefe: CARVALHO NETTO — Superintendente: LUIZ C. DA COSTA NETTO — Gerente: OCTAVIO LIMA

PATTON NA TCHECOSLOVAQUIA!

Fôrças blindadas britânicas a 32 Km de Hamburgo — Dusseldorf teria sido capturada (Texto na 7.ª página)

POLITICA E POLITICOS (Texto na 8.ª página)

Dentro de 10 dias, o Código Eleitoral

Seria permitida a existência de partidos regionais, desde que filiados a partidos de órbita nacional — Declarações do Sr. Silvio de Campos, ao chegar a São Paulo (Texto na 8.ª página)

"DIA DO PRESIDENTE"

Preparam-se em todo o país grandes homenagens ao eminente homem público — Vários jornais fluminenses darão números especiais — Abertura dos ambulatórios do Hospital de Barreto e inauguração do Grupo Escolar de Jurujuba

Luiz Carlos Prestes, em companhia do repórter de A NOITE e de outros presos quando aguardavam, esta tarde, a hora da liberdade (TEXTO NA 2.ª PÁGINA)

DEIXAM TÓQUIO OS DIPLOMATAS ESTRANGEIROS

Grande movimento político em tôrno da candidatura do general Gaspar Dutra

Novas e importantes adesões vindas de todos os pontos do vasto território nacional — O operariado paulista em face da sucessão presidencial — O Amazonas e a candidatura Gaspar Dutra — O considerável número de telegramas recebidos pelo ministro da Guerra nas últimas 24 horas

Para que a mulher participe dos problemas atuais do Brasil

Sugerido um conclave feminino em todos os Estados — A mulher já não é como nos velhos tempos coloniais — Não se pode prescindir de sua cooperação na estruturação dos problemas nacionais — Não será uma reunião política — São apenas brasileiras que desejam um Brasil maior (TEXTO NA SETIMA PAGINA)

POSTOS EM LIBERDADE

Tripulantes de navios confiscados à Alemanha e que estavam na Ilha Grande

São raros, mas existem...

No ano passado enviou um cheque de cem mil cruzeiros às crianças pobres e prometeu repetir esse gesto durante o tempo que viver — Agora, cumpriu o prometido

UM ROMANCE TÃO CURTO QUANTO CURIOSO

Vestiu-se de homem e meteu-se no navio, para seguir clandestinamente com o marujo enamorado — O motorista não guardou segredo — Detidos a jovem e o marinheiro, já a bordo

Inaugura-se amanhã o mercado de emergência de Vila Isabel (TEXTO NA SETIMA PAGINA)

Pacífico adapta o barbado...

AVISTAM BERLIM AS TROPAS RUSSAS

CABEÇA DE PONTE NA FRENTE DE BERLIM

Cais Magdeburg

PARIS, 18 (A. P.) — O 9.º Exército de Simpson capturou Magdeburg, sôbre o Elba, garantindo assim uma sólida cabeça de ponte na frente de Berlim.

Figura 58 – Manchete (centro da página) com foto de Prestes aguardando a liberdade após a Lei de Anistia (*A Noite*, 18 abr. 1945, p. 1, 2. ed.).

AUMENTO GERAL PARA O PESSOAL DA LEOPOLDINA

TODO O APOIO DO GOVERNO NESSE SENTIDO — COMO FALOU A DIRETORIA DO SINDICATO O MINISTRO DA VIAÇÃO

PETAIN ENTREGOU-SE

PARIS, 26 (R.)-Pétain entregou-se às autoridades francesas na fronteira franco-suiça, hoje, à tarde

Gênova em poder dos patriotas

FINAL

Quase na fronteira austriaca

LUIZ CARLOS PRESTES

CONTRA QUALQUER TENTATIVA DE DESORDEM

Na sua primeira entrevista à Imprensa, declara-se favorável às eleições, num ambiente pacífico – Congratulando-se com o presidente Vargas, pelas suas atitudes sempre ao lado do povo – Os que pregam a perturbação da ordem são instrumentos do fascismo – Seria preferível um candidato único – Não sendo isso possível, admite, francamente, a vitória eleitoral do general Eurico Dutra – O nome triunfante nas urnas deve ser respeitado, afim de que possa governar normalmente – Através dos gestos de alta politica do chefe da Nação, fortalece-se a confiança na marcha da democracia – Declarações sensacionais

ANO XXXIV Rio de Janeiro — Quinta-feira, 26 de abril de 1945 N. 11.925

A NOITE

Será o maior acontecimento de toda a história política do Estado do Rio

Um ligeiro perfil do ex-governador Lima Cavalcanti...

A candidatura Gaspar Dutra e a sua repercussão através do país

Impressionante a matança em Berlim

Só ontem foram exterminados seis mil oficiais e soldados nazistas — Os russos atingiram hoje o centro da capital — Atravessado o Elba

GETULIO VARGAS CRIOU A LEGISLAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

POLITICA E POLITICOS

(Texto na 7.ª página)

A METADE DE BREMEN EM PODER DOS BRITANICOS

NÃO HÁ MAIS bombas foguetes

Pacifico quer sossego . . .

KAY FRANCIS NO RIO

Partiu do Recife na manhã de hoje

(TEXTO NA SETIMA PAGINA)

Figura 59 – Manchete (centro superior da página) da entrevista de Prestes após ser libertado em 1945 (*A Noite*, 26 abr. 1945, p. 1, 2. ed.).

A NOITE — Quinta-feira, 27 de setembro de 1945

Mundana

O Brasil está convocado!

3 de Outubro dia V...

...às 17 horas, o povo brasileiro, no mais espetacular reunião de tôda a sua história, reafirmará em praça pública, pela voz dos seus oradores, a sua vontade soberana de que seja convocada uma

ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE no COMÍCIO NACIONAL

simultâneamente: no Rio em S. Paulo, nas capitais dos Estados, nas cidades, nas vilas e em todos os pontos do território nacional onde se reúnam brasileiros identificados pelo mesmo ideal e amor à pátria!

Depois do comício, terá lugar, de Norte a Sul do país, A GRANDE MARCHA DO POVO, em direção à séde do Governo da República, das Interventorias, das Prefeituras Municipais, das Autoridades Administrativas Locais, afim de que, em perfeita ordem, mas com firme decisão, clamar pela convocação imediata, em eleições livres e honestas, de uma

ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE

como único caminho, única fórmula capaz de atender aos anseios da nação nos rumos da Democracia, da Ordem, da Liberdade e do Progresso! Essa gigantesca manifestação cívica será irradiada por uma grande cadeia de emissoras nacionais sincronizadas de extremo a extremo do país.

COMITÊ Pró-Candidatura

Getulio Vargas

Alívio Imediato Para o Seu Fígado

Pão de Açucar

O Mucus da Asma Dissolvido Rapidamente

NO MUNICIPAL

Desperte a Bilis do seu Figado

Dr. Oscar Alves

Pôsto Eleitoral da Associação dos Proprietários de Imóveis

Aviso aos sócios e ao público em geral

DYNAMOGENOL

Companhia Colonial de Navegação

SERPA PINTO

VESTIDOS EDEN - Av. Rio Branco, 114 - 4°

Figura 60 – Anúncio (canto direito superior da página) convidando para o “Dia G”, evento do Movimento Queremista publicado pelo jornal (*A Noite*, 27 set. 1945, p. 4, 2. ed.).

A NOITE — Terça-feira, 14 de agosto de 1945

Ecos e Novidades

A FALA DE BARBACENA

"E JÁ VAI TARDE..."

BENEDICTO MERGULHÃO

O Govêrno e o Ensino

Sentido geral da obra empreendida e realizada

Temporada lírica oficial

Teresa e Luisinho — um par sensacional. Seus últimos têm a alegria eterna do sol. Do sol de Espanha que faz nascer os cravos vermelhos e o sorriso glorioso das sevilhanas.

Estreiam, hoje, na boite do Atlântico, no mesmo show iluminado pela graça de GLORIA WARREN.

Atlântico

Diga BACARDI

FRAGOL

COMPANHIA NACIONAL DE SERICICULTURA

PERFUMARIAS CASA BAZIN

Será homenageado pela classe médica o chefe do S. S. da FEB

Mark Clark fala aos austríacos

Atrasado o noturno mineiro

E' indispensável uma providência da direção dos Correios e Telégrafos

Crepúsculo da matéria

Para enxaquecas, nevralgias, dores em geral

A remodelação da Candelária

Para atender ao desejo de inúmeras pessoas que instantemente me procuram, interessando-se pela magnífica obra de arte que me proponho realizar no mais belo templo do Rio de Janeiro, tenho o prazer de comunicar ao público que, a partir de amanhã, estará exposto na vitrine da "ETAM", à Avenida Rio Branco n. 108, Edifício Martinelli, o "croquis" original, cuja reprodução foi publicada domingo último pelo "Correio da Manhã", em ponto pequeno, sob o título

"A REMODELAÇÃO DA CANDELARIA"

14 – 8 – 945

JOSÉ MARTINELLI

NÓS QUEREMOS...

Figura 61 – Propaganda (rodapé da página) com a temática queremista "Nós queremos..." (*A Noite*, 14 ago. 1945, p. 3, 2. ed.).

Deverá deixar o Rio, amanhã, o sr. Getulio Vargas

EMPOSSADO NO GOVÊRNO O MINISTRO JOSÉ LINHARES

Edição das 11 horas

ANO XXXV — Rio de Janeiro — Terça-feira, 30 de outubro de 1945 — N. 12.097

A NOITE

Diretor: ANDRE CARRAZZONI — Redator-chefe: CARVALHO NETTO — Emprêsa A NOITE — Superintendente: LUIZ C. DA COSTA NETTO — Gerente: OCTAVIO LIMA

O PRESIDENTE LINHARES FALA A "A NOITE"

Após a cerimônia de posse, no Ministério da Guerra, A NOITE procurou o presidente José Linhares, ao regressar à sua residência, em Botafogo. Evidentemente fatigado, pelos sucessos do dia, o presidente Linhares declarou que confirmava as declarações que fizera ao ser investido no alto posto de chefe da Nação.

E prosseguiu:

— "A finalidade de minha missão é fazer realizar as eleições já marcadas para 2 de dezembro próximo".

E depois de tecer considerações em torno da hora que o país está vivendo, concluiu:

— "A minha responsabilidade é muito grande, mas a das Fôrças Armadas é ainda maior".

A PROCLAMAÇÃO DO GENERAL GÓIS MONTEIRO

Reina tranquilidade em todo o país

O general Valentim Benicio, comandante da 1.ª Região Militar, fez a seguinte proclamação às unidades sob seu comando e à população do país:

Cumprindo à 1.ª Região Militar assegurar a ordem na Capital Federal e evitar qualquer exploração de elementos indesejáveis, previno à população que, por medida de ordem, foi determinada a prontidão rigorosa de tôdas as unidades. Medidas de segurança estão sendo tomadas, de combinação com a Marinha, Aeronáutica e Polícia Civil e Militar. Todos os oficiais, sargentos e demais praças, ao terem conhecimento deste aviso, deverão se recolher aos respectivos quartéis.

Assinado: General Valentim Benicio, comandante da Primeira Região Militar.

O SR. GETULIO VARGAS ASSINA O ATO DE SUA RENUNCIA

Pouco depois da meia noite, o Sr. Getulio Vargas já havia assinado, no Palácio Guanabara, o ato de sua renúncia formal.

O ministro da Justiça, Sr. Agamenon Magalhães, tomando-o em mãos, deixou imediatamente o Palácio, dirigindo-se, de automovel, ao Quartel General, onde se encontravam reunidos os generais. O documento histórico foi entregue ao general Góis Monteiro alguns minutos depois.

Deverá partir amanhã o Sr. Getulio Vargas

Segundo fomos informados no Ministério da Guerra, esta manhã, o Sr. Getulio Vargas deverá deixar o Rio amanhã.

Manifesto do governador Benedito Valadares ao povo mineiro

Não haverá censura à imprensa

(TEXTO NA TERCEIRA PAGINA)

\

Figura 62 – Manchete (cabeçalho da página) informando a posse de José Linhares após a queda de Vargas (*A Noite*, 30 out. 1945, p. 1, 1. ed.).

A qualquer momento a solução do caso de Trieste

ROMA, 23 (A. P.) — A emissora desta capital anunciou que está sendo esperado a qualquer momento um comunicado oficial sôbre a solução da questão de Trieste, uma vez que Tito aceitou "em princípio" a proposta de Alexander.

A CAPITULAÇÃO INCLUE AS PROPRIEDADES ALEMÃS NO ESTRANGEIRO, AS QUAIS PASSAM NATURALMENTE PARA OS ALIADOS — REGISTA A REUTERS, EM TELEGRAMA DE LONDRES (TEXTO NA SEGUNDA PAGINA)

FINAL

"Gabinete de emergência" para a Inglaterra

Churchill esteve cinquenta minutos em conferência com o rei Jorge — Aclamado ao sair do Palácio de Buckingham — Fusão de alguns departamentos, provisoriamente, para que o novo govêrno esteja completo na próxima terça-feira. (TEXTO NA 2ª PAGINA)

MOVEIS DE ESTILO — CORTINAS — TAPETES — PASSADEIRAS — GRUPOS ESTOFADOS — A RENASCENÇA — CATETE, 55, 57 e 59

ENCARCERADOS

Todos os membros do govêrno Doenitz e do alto comando alemão

ANO XXXIV — Rio de Janeiro — Quarta-feira, 23 de maio de 1945 — N. 11.951

A NOITE

Diretor: ANDRÉ CARRAZZONI — Redator-chefe: CARVALHO NETTO — Empresa A NOITE — Superintendente: LUIZ C. DA COSTA NETTO — Gerente: OCTAVIO LIMA

PARIS, 23 (R.) — Todos os membros do governo Doenitz e do alto comando alemão foram encarcerados como prisioneiros de guerra, num total de 300 pessoas.

Luiz Carlos Prestes, visto por Mendez

O comício de hoje em São Januário

LUIZ CARLOS PRESTES FALARÁ NO ESTADIO DO VASCO DA GAMA

Vão para a India as tropas britanicas

Serão transportadas por via aérea — A viagem se fará em quatro dias — Campos especiais para recebê-las

Considerados piratas

Estão sendo perseguidos dois submarinos que não se renderam

A PALAVRA DO EPISCOPADO

O govêrno em contacto com os representantes das lavouras cafeeira e algodoeira de São Paulo

Política e políticos

O movimento grevista em São Paulo — NÃO HOUVE PERTURBAÇÃO DA ORDEM

JUIZ DE FORA FICARÁ LIVRE DAS INUNDAÇÕES

O cardial Cerejeira não pretende vir ao Brasil

DE GAULLE FALARÁ AMANHÃ

UM OLHAR SÔBRE O CAMPO DE BATALHA

Goering e Rundstedt estão na Inglaterra

ERA UMA VELHA ASPIRAÇÃO DOS FERROVIÁRIOS DE BELO HORIZONTE

Assistência às populações fluminenses

Pacífico, "barbeiro"...

Truman falará encerrando a Conferência de São Francisco

Figura 63 – Charge de Prestes (lado esquerdo superior da página): o líder comunista passa a ser visto como parceiro nas causas derradeiras do regime (*A Noite*, 23 maio 1945, p. 1, 2. ed.).

O Japão não mais existirá no fim de 1946, se a guerra durar até então declara o general Arnold

ESTÃO SENDO JULGADOS, EM MOSCOU, OS LEADERS POLONESES

FINAL

PREVALECE A EMENDA BRASILEIRA

Aceita em São Francisco a proposta de revisão periódica da Carta Mundial — Londres será a primeira sede da Organização - (Telegramas na 3.ª página)

TREMENDAS DESTRUIÇÕES!

Morto o comandante soviético em Berlim

Os japoneses atearam fogo aos poços petrolíferos de Seria, os mais ricos de todo o Império Britânico — Terra arrasada para dificultar o avanço aliado — Continua o alarma de Tóquio — 82.139 homens as perdas nipônicas em Okinawa e 402.363 nas Filipinas

(CONTINUA NA 2.ª PAGINA)

ANO XXXIV — Rio de Janeiro — Segunda-feira, 18 de junho de 1945 — N. 11.977

A NOITE

Empresa A NOITE

Superintendente: LUIZ C. DA COSTA NETTO

Barcos para passageiros entre o Rio e o bairro do Barreto, em Niterói

O plano que está sendo estudado — Declarações do comandante Amaral Peixoto na vibrante homenagem popular que lhe foi ontem prestada — Os salvadores de última hora negam até a legislação trabalhista — Govêrno de realizações e não de promessas

Confessaram-se culpados

O que diz Moscou sôbre o julgamento dos 16 "leaders" poloneses, que hoje se iniciou - Acusados de sabotagem contra a Rússia - "O Exército metropolitano polonês estava sendo preservado para as eventuais lutas contra as fôrças de Lublin e do Exército Vermelho" (TEXTO NA 11.ª PAGINA)

REGULAMENTAÇÃO DOS PARTIDOS POLITICOS E AS DISSIDENCIAS

Importantes declarações do professor Sampaio Dória, relator da matéria

(TEXTO NA 2.ª PAGINA)

O DISCURSO DO SR. MAJOR-BRIGADEIRO

(CONTINUA NA 2.ª PAGINA)

A candidatura do general Eurico Dutra à presidência da República

(TEXTO NA 2.ª PAGINA)

O COMÍCIO DO PACAEMBU'...

SOB A MAIS VIVA VIBRAÇÃO CIVICA E COESÃO POLITICA

Realizou-se a convenção do P. S. D. da Paraíba — Todos os municípios representados — Homologada a candidatura Dutra — Moção de solidariedade ao presidente Vargas

(CONTINUA NA 2.ª PAGINA)

Política e políticos

(Texto na 7.ª pág.)

Foi para Roma afim de atacar o Brasil

A suposta sabotagem...

O Regimento interno do Tribunal Superior Eleitoral

Ainda esta semana, a votação definitiva do projeto — Concluídas as últimas disposições para o alistamento — Em pleno funcionamento todos os Tribunais Regionais — O prefeito Henrique Dodsworth em visita à mais alta côrte eleitoral do país

(CONTINUA NA 2.ª PAGINA)

O fogo simbólico partirá de Natal

(CONTINUA NA 2.ª PAGINA)

Pacifico e o homem-montanha...

(Texto na 12.ª pág.)

Impressões do Ceará

Uma cidade de surpresas para os que a visitam — Chuvas copiosas na terra das sêcas... — Os açudes e o pôrto de Mucuripe — A convenção do P. S. D. — Doz anos de govêrno e quarenta e um de magistério: um retrato do interventor Menezes Pimentel — Ouvindo políticos no "Globo" — Como o cearense vê o presidente Vargas e o general Dutra — "Com eles até o fim" — (Texto na 8.ª página)

Figura 64 – Artigo e fotografia (lado esquerdo da página) do "Comício do Pacaembu" que "comprovariam" a baixa afluência de público no Comício da UDN em São Paulo (*A Noite*, 18 jun. 1945, p. 1, 2. ed.).

A NOITE — Segunda-feira, 29 de outubro de 1945

FORJA O TEU FUTURO...

...alistando-te no PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO!

Trabalhador! A Pátria, nêste momento mais do que nunca, necessita de ti. Tu que forjaste as armas que lhe deram a Vitória nos campos de batalha e constroes, dia a dia, com o suor do teu rosto a sua grandeza, não podes ser posto à margem pelos políticos que só desejam o teu voto... e nada mais! Pelo que fizeste e estás fazendo, tu tens direito a uma alimentação farta e sadia, a um teto para abrigar tua família, a hospitais para defender tua saúde, a escolas para teus filhos, a uma existência digna a salvo do desemprego, da miséria, da invalidez e do desamparo na velhice. Todos êstes direitos já estão assegurados nas Leis Trabalhistas decretadas pelo Presidente Getulio Vargas — o primeiro a compreender as tuas mais legítimas aspirações. Mas agora precisas defender e ampliar com energia, o que já tens! Usa para isso a tua melhor arma... o Voto! Alista-te no PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO cujo programa é o teu programa porque é o Partido que atende às tuas necessidades imediatas. Toma o futuro nas tuas próprias mãos e escolhe para o Govêrno aqueles que melhor te representem e possam, realmente, defender em teu nome os teus Direitos!

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

RUA MEXICO, 128 3.° ANDAR — RIO

Figura 65 – Anúncio do PTB veiculado no jornal (*A Noite*, 29 out 1945, p. 5, 1. ed.).

"A UM FUTURO MELHOR PODEMOS E DEVEMOS CHEGAR PELA VERDADEIRA DEMOCRACIA; PROGREDINDO NUMA ORDEM SOCIAL MAIS JUSTA, NA QUAL O TRISTE ESPETACULO DA OPULENCIA EXCESSIVA DE UNS NAO AFRONTE A MISERIA EXTREMA DE OUTROS; PARA UMA ERA EM QUE OS RICOS SEJAM MENOS PODEROSOS E OS POBRES MENOS SOFREDORES".

EDUARDO GOMES

TRABALHADORES

POLÍTICA SOCIAL

I — O trabalho destina-se a criar a riqueza, mas, principalmente, a evitar o pauperismo. É este o princípio que deverá dominar sua política.

II — Proteger o trabalho, sob todas as formas, aperfeiçoando a atual legislação e dando-lhe uma aplicação mais humana e racional que torne seus benefícios efetivos.

III — Para que o seguro social possa atender ás suas finalidades urge:

a) descentralizar os serviços administrativos, a fim de obter presteza na concessão dos benefícios; b) calcular o valor dos auxilios nas pensões e aposentadorias, na base da constituição da familia e do custo da vida; c) aplicar o seguro-doença a todos os segurados.

IV — Conceder: a) autonomia sindical; b) direito de gréve.

V — Estudar, com a audiência dos interessados, uma formula de participação nos lucros que excederem da justa remuneração fixada para o capital.

Do Programa da União Democratica Nacional

Votai no

BRIGADEIRO EDUARDO GOMES

COMO GARANTIA DE LIBERDADE E JUSTICA SOCIAL!

Figura 66 – Inédita propaganda política da UDN: após a queda de Vargas, a nova direção abre espaço no jornal para qualquer grupo político interessado em publicar (*A Noite*, 22 nov. 1945, p. 6, 1. ed.).

A NOITE — Quinta-feira, 29 de novembro de 1945

Comicio monstro

HOJE, AS 18 HORAS, NO LARGO DA CARIOCA

YEDDO FIUZA – Candidato civil e de união nacional, e LUIZ CARLOS PRESTES – o grande líder anti-fascista da América, falarão, hoje, às 18 horas, no Largo da Carioca, encerrando a campanha eleitoral das fôrças políticas democráticas que lutam pelos ilimitados poderes da Constituinte, contra a intervenção do capital colonizador na vida política de nossa pátria, contra a miséria e o pauperismo, contra a reação e contra o nazi-integralismo, mascarado de Partido de Representação Popular.

TODOS AO LARGO DA CARIOCA!

"Pick-up" no Rio

O VOTO

JOCKEY CLUB BRASILEIRO

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

NÃO PAGUE ALUGUEL — Mendes Figueiredo

EMPREGO

TRES HOMENS MAUS

Empolgante novela de RAYMUNDO LOPES, que será irradiada a partir de AMANHÃ

Às 13 horas, e todas as 2.as, 4.as e 6.as-feiras, na RADIO NACIONAL

GENTILEZA DA CASA NUNES - Rua da Carioca, 65/67

"CHEVROLET 1942"

Não fecha

LIVROS DE BERILO NEVES

EDITORA A NOITE

Novo mapa do Brasil

INSTRUMENTAL ÓTICO LTDA.

ÓCULOS FILMES

Aproxima-se o NATAL

SEJA PRÁTICO E ECONÔMICO

FOLHINHAS

Dr. Meira de Vasconcellos

LEITOR AMIGO! PARA MAIOR RAPIDEZ

LIVRARIA DA A NOITE

Dr. Brandino Corrêa

EDITORA A NOITE

Figura 67 – Anúncio (canto superior esquerdo da página) de "Comício Monstro" do PC do B (*A Noite*, 29 nov. 1945, p. 8, 1. ed.).